

GEL  
GRUPO DE ESTUDOS LINGUÍSTICOS  
DO ESTADO DE SÃO PAULO

ESTUDOS LINGUÍSTICOS

v.39 n.3

Análise do Texto e do Discurso

REVISTA ESTUDOS LINGÜÍSTICOS  
GRUPO DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO GEL  
Universidade Federal de São Carlos  
Departamento de Letras  
Rodovia Washington Luiz, km 235  
CEP 13565-905 - São Carlos - SP – Brasil  
<http://www.gel.org.br/estudoslinguisticos/>  
[estudoslinguisticos@gel.org.br](mailto:estudoslinguisticos@gel.org.br)

**Comissão Editorial**

Claudia Zavaglia  
Gladis Massini-Cagliari  
Juanito Ornelas de Avelar  
Luciani Ester Tenani  
Manoel Mourivaldo Santiago Almeida  
Marco Antônio Domingues Sant'Anna  
Maximina M. Freire  
Olga Ferreira Coelho  
Vanice Maria Oliveira Sargentini

**Editor responsável**

Oto Araujo Vale

**Revisão e normatização**

Adélia Maria Mariano da S. Ferreira  
Rosane de Sá Amado

**Conselho Editorial**

Aldir Santos de Paula (UFAL), Alessandra Del Re (UNESP), Alvaro Luiz Hattner (UNESP), Ana Ruth Moresco Miranda (UFPEL), Angel H. Corbera Mori (UNICAMP), Angélica Rodrigues (UFU), Anna Flora Brunelli (UNESP), Aparecida Negri Isquerdo (UFMS), Ataliba Teixeira de Castilho (UNICAMP), Carola Rapp (UFBA), Claudia Regina Castellanos Pfeiffer (UNICAMP), Claudio Aquati (UNESP), Cláudia Nívia Roncarati de Souza (UFF), Cleudemar Alves Fernandes (UFU), Cristiane Carneiro Capristano (UEM), Cristina Carneiro Rodrigues (UNESP), Cristina dos Santos Carvalho (UNEB), Edvania Gomes da Silva (UESB), Edwiges Maria Morato (UNICAMP), Erica Reviglio Iliovitz (UFRPE), Erotilde Goreti Pezatti (UNESP), Fabiana Cristina Komesu (UNESP), Fernanda Mussalim (UFU), Francisco Alves Filho (UFPI), Gladis Maria de Barcellos Almeida (UFSCAR), Gladis Massini-Cagliari (UNESP), Ivã Carlos Lopes (USP), João Bôscó Cabral dos Santos (UFU), Júlio César Rosa de Araújo (UFC), Leda Verdiani Tfouni (USP), Lígia Negri (UFPR), Luciani Ester Tenani (UNESP), Luiz Carlos Cagliari (UNESP), Maria da Conceição Fonseca Silva (UESB), Maria Helena de Moura Neves (UNESP/UPM), Maria Margarida Martins Salomão (UFJF), Marisa Corrêa Silva (UEM), Marize Mattos Dall Aglio Hattner (UNESP), Mauricio Mendonça Cardozo (UFPR), Márcia Maria Cañado Lima (UFMG), Mário Eduardo Viaro (USP), Mirian Hisae Yaegashi Zappone (UEM), Mônica Magalhães Cavalcante (UFC), Neusa Salim Miranda (UFJF), Norma Discini (USP), Pedro Luis Navarro Barbosa (UEM), Raquel Salek Fiad (UNICAMP), Renata Ciampone Mancini (UFF), Renata Coelho Marchezan (UNESP), Roberta Pires de Oliveira (UFSC), Roberto Gomes Camacho (UNESP), Ronaldo Teixeira Martins (UNIVAS), Rosane de Andrade Berlinck (UNESP), Sanderléia Roberta Longhin Thomazi (UNESP), Sandra Denise Gasparini Bastos (UNESP), Sebastião Carlos Leite Gonçalves (UNESP), Seung Hwa Lee (UFMG), Sheila Elias de Oliveira (UNICENTRO), Sonia Maria Lazzarini Cyrino (UNICAMP), Vânia Cristina Casseb Galvão (UFG), Vânia Maria Lescano Guerra (UFMS)

**Publicação quadrimestral**

Estudos Lingüísticos / Organizado pelo Grupo de Estudos  
Linguísticos do Estado de São Paulo v. 1 (1978). Campinas, SP:  
[s.n.], 1978

Publicada em meio eletrônico (CDROM) a partir de 2001.  
Publicada em meio eletrônico (<http://www.gel.org.br/>) a partir de 2005.  
Quadrimestral  
ISSN 14130939

1. Linguística. 2. Linguística Aplicada 3. Literatura I. Grupo de  
Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo.

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO .....	713
ANÁLISE DA CONVERSAÇÃO	
O diálogo de ficção entre personagens nos contos de Luiz Vilela: uma análise da oralidade no texto escrito <i>Gil Negreiros</i> .....	715
ANÁLISE DO DISCURSO	
Língua e literatura: saber com sabor <i>Beth Brait</i> .....	724
As vozes sobre a imigração: o dialogismo em um texto a respeito da imigração no Brasil pós-guerra <i>Alexandre Marcelo Bueno</i> .....	736
A constituição do <i>ethos</i> na canção popular brasileira <i>Álvaro Antônio Caretta</i> .....	747
De (terra) colonizada a (língua) colonizadora: um olhar sobre a relação entre língua e identidade <i>Ana Carolina Vilela-Ardengh</i> .....	759
A subjetividade e a constituição do <i>ethos</i> de uma empresa em uma comunicação de desastre <i>Ana Lúcia Magalhães</i> .....	770
Argumentação em textos: revistas impressas do universo corporativo <i>Cleonice Men da Silva Ramos</i> .....	781
A inter-relação de aspectos discursivos em processos complexos de produção e de interpretação textual <i>Gustavo Ximenes Cunha</i> .....	793
Multiplicidade de leituras e sentidos na análise discursiva de cartas de prisioneiras <i>Igor José Siquieri Savenhago</i> .....	803
Dialogismo e responsividade no discurso da SBPC: análise de editoriais da revista <i>Ciência Hoje</i> <i>Luiz Rosalvo Costa</i> .....	818
Memória discursiva e práticas de subjetivação na mídia: Men's Health x Women's Health <i>Maria de Lourdes Faria dos Santos Paniago; Poliana de Almeida Carvalho e Nogueira</i> .....	832
A questão econômica na campanha presidencial americana: a cobertura do <i>New York Times</i> <i>Maria Inez Mateus Dota</i> .....	845
O discurso zapatista endereçado aos povos originários da América Latina <i>Maurício Beck</i> .....	857

Quem dá mais? & quem ganha mais? – a ambiguidade discursiva nas letras de Noel Rosa <i>Mayra Pinto</i> .....	868
As relações de poder na narrativa fantástica: conceitos e análises <i>Samuel Ponsoni</i> .....	878
Discurso sobre corrupção no escândalo dos cartões corporativos: dizer ou não dizer “CPI da Tapioca” <i>Sidney Fernandes dos Santos</i> .....	893
Serviço público ou bem privado? o discurso sobre a tv no jornalismo e na publicidade <i>Silmara Cristina Dela Silva</i> .....	906
Identidades em transformação nos discursos do voluntariado <i>Tatiana Piccardi</i> .....	921
<b>LINGUÍSTICA TEXTUAL</b>	
Manutenção e supressão de marcadores discursivos no processo de retextualização <i>Anita de Lima Simões Rodrigues</i> .....	930
A mudança de <i>footing</i> numa entrevista televisiva: construção e reconstrução de imagens sociais <i>Bruna Wysocki</i> .....	941
Um estudo sociocognitivo de recategorizações lexicais no “depoimento do <i>orkut</i> ” <i>Carla Edila Santos da Rosa Silveira</i> .....	954
Elaboração de material didático para a disciplina Prática de Ensino de Línguas e Literaturas, do curso de licenciatura em Letras – Português, Espanhol e Literaturas, na modalidade Educação a Distância: uma experiência <i>Edna Pagliari Brun; Maria Emília Borges Daniel</i> .....	969
Diacronia do processo de parentetização em contexto de <i>assim</i> : uma comunicação por cartas <i>Lúcia Regiane Lopes-Damasio</i> .....	983
Contribuição da teoria da argumentação na língua para os estudos da retórica <i>Mônica Mendes de Silva e Rocha</i> .....	998
Argumentação e Referenciação no discurso de Lula: a construção discursivo-metafórica da guerra e da paz <i>Renata Palumbo</i> .....	1010
<b>LITERATURA BRASILEIRA</b>	
O amor romântico em “Buriti” de Guimarães Rosa <i>Elisabete Brockelmann de Faria</i> .....	1024

O sertão literário na contemporaneidade: Guimarães Rosa e Ronaldo Correia de Brito <i>Maria Célia Leonel; José Antonio Segatto</i> .....	1035
Comportamentos modernos: o Rio de Janeiro do início do século XX em crônicas de João do Rio e Lima Barreto <i>Regina Célia dos Santos Alves</i> .....	1045
SEMIÓTICA	
A esperança vence o medo: paixões semióticas em discursos presidenciais <i>Adriane Belluci Belório de Castro</i> .....	1059
Ensino/aprendizagem de língua materna: Uma análise sociossemiótica <i>Silvia Cristina de Oliveira Quadros</i> .....	1070
O estilo recorrente em <i>Relíquias da casa velha</i> <i>Silvia Maria Gomes da Conceição Nasser</i> .....	1085
TEORIA E CRÍTICA LITERÁRIA	
Espaço e palavra, uma Topoanálise de "Famigerado" <i>Oziris Borges Filho</i> .....	1097
Do tempo ao espaço e da escrita à imagem: a espacialização da linguagem na poesia visual <i>Sérgio Roberto Massagli</i> .....	1108



## APRESENTAÇÃO do vol. 39 (2010)

A presente edição da Revista *Estudos Linguísticos* dá sequência à formulação proposta nos volumes precedentes, assegurando assim a continuidade do projeto da Revista com vistas à consolidação de sua qualificação. Com efeito, a Revista *Estudos Linguísticos* voltou a figurar no Qualis de Letras/Linguística da CAPES, reivindicando de todas as diretorias recentes do GEL. Essa qualificação nos anima a continuar no mesmo caminho seguido nos anos recentes, buscando melhorar ainda mais o conceito naquela lista.

A qualificação ali recebida já constitui um avanço em relação à situação anterior, mas ainda está distante da real repercussão desta publicação junto à comunidade científica. Essa repercussão pôde ser constatada pelo levantamento feito recentemente pela ANPOLL, que classificou a Revista *Estudos Linguísticos* como um dos mais relevantes periódicos do país.<sup>1</sup>

No sentido de melhorar ainda mais essa qualificação, algumas inovações estão sendo introduzidas. A partir desta edição, a numeração de páginas será contínua em todo o volume, com vistas a uma melhor conformidade com os padrões internacionalmente aceitos para os periódicos científicos. Além disso, procedeu-se a uma cuidadosa revisão dos artigos, inclusive das versões em inglês dos *abstracts*. Espera-se, assim, que, numa próxima classificação, a Revista *Estudos Linguísticos* volte a ocupar o lugar de destaque que corresponde à sua posição na área de Letras/Linguística.

No presente número são publicados 85 artigos dos 146 submetidos à avaliação. Todos os artigos são provenientes de comunicações apresentadas durante o 57º Seminário do GEL (2009). Além disso, são publicados três artigos originados de conferências pronunciadas naquela edição do Seminário do GEL, completando assim um total de 88 trabalhos.

Os artigos estão distribuídos nos três números que compõem o presente volume, que correspondem aos três eixos temáticos definidos nos volumes precedentes, a saber, "Descrição e Análise Linguística"; "Linguística: Interfaces" e "Análise do Texto e do Discurso".

A Comissão Editorial gostaria de manifestar seu agradecimento aos autores e aos pareceristas, que contribuíram para que esta publicação fosse possível. Alguns nos ajudaram a corrigir algumas falhas no sistema eletrônico de administração da revista. Os trabalhos publicados refletem a grande diversidade das pesquisas produzidas nos domínios da linguagem, não somente no Estado de São Paulo, como em todo o território brasileiro.

Oto Araújo Vale  
Presidente da Comissão Editorial

---

<sup>1</sup> BENTES, A.C. et al. *Relatório diagnóstico sobre a avaliação da comunidade de Letras e Linguística relativa aos periódicos do campo disciplinar*. Relatório elaborado pela Diretoria da ANPOLL, publicado em <http://www.anpoll.org.br>. Acesso em: 24 nov. 2009.





# O diálogo de ficção entre personagens nos contos de Luiz Vilela: uma análise da oralidade no texto escrito

(The fictional dialogue between characters in Luiz Vilela's short story: an orality analysis in the written text)

**Gil Negreiros**

Curso de Letras – Centro Universitário de Itajubá (UNIVERSITAS)

gilrobertonegreiros@yahoo.com.br

**Abstract:** This work aims at examining the orality use in the dialogue development between literary characters. More precisely, we seek to define from the theoretical Conversation Analysis principles the discursive and interactive resources used by the writer in the literary dialogue setting. We adopt Luiz Vilela's short story for the *corpus*, in which there are some dialogue marks produced with "oral illusion". We follow, in the analysis conducted here, the methodological approach set by Preti, who establishes steps for a scientific analysis on the orality phenomenon in the written literature. We investigate linguistic and interactive aspects of the dialogue between characters, evaluating the influence degree of the oral language.

**Keywords:** oral; literary dialogue; Luiz Vilela.

**Resumo:** Objetiva-se, neste trabalho, examinar o uso da oralidade na elaboração dos diálogos entre personagens literários. De forma mais precisa, busca-se definir, a partir de pressupostos teóricos da Análise da Conversação, os recursos discursivos e interativos usados pelo escritor na montagem do diálogo literário. Como *corpus*, adota-se um conto de Luiz Vilela, em que há marcas, nos diálogos produzidos, de certa "ilusão do oral". Segue-se, na análise aqui realizada, a perspectiva metodológica definida por Preti, que estabelece passos para uma análise científica do fenômeno da oralidade no texto escrito literário. Investiga-se os aspectos linguísticos e interacionais dos diálogos entre personagens, avaliando o grau de influência da língua oral.

**Palavras-chave:** oralidade; diálogo literário; Luiz Vilela.

## Considerações iniciais

Este trabalho pertence a pesquisas mais amplas desenvolvidas pelo grupo de pesquisa "A oralidade na ficção literária brasileira", liderado por Preti e formado por pesquisadores ligados à Universidade de São Paulo (USP) e à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

Especificamente, objetivamos neste trabalho analisar as marcas orais usadas na construção de diálogo literário, no conto "Dez anos", de Luiz Vilela.

Os diálogos de ficção, aqui chamados de diálogos construídos, não são, obviamente, reais. Contudo, a partir dos *esquemas de conhecimento* orais do autor e leitor (cf. TANNEN; WALLAT, 1998), é possível que o texto seja elaborado a partir de certas estratégias conversacionais, comuns na conversação face a face. Nesses casos, a construção dos sentidos do texto literário é auxiliada por *efeitos conversacionais*, por meio do uso de estratégias discursivas empregadas no diálogo a dois.

Dividimos nosso artigo em três partes. Na primeira, abordaremos a concepção de oralidade e escrita que sustenta nossa análise. Apresentaremos, na segunda parte, a metodologia de análise, denominada por Preti (2004) de macro e microanálise do diálogo literário para, em seguida, investigarmos as marcas orais presentes no diálogo construído do conto selecionado como *corpus*.

## Língua oral e língua escrita

Língua falada e língua escrita, neste trabalho, não são consideradas como variantes separadas, mas como modalidades que podem se aproximar dialogicamente. Isso significa que ambas podem apresentar funções interacionais, envolvimento, negociação, situacionalidade, coerência e dinamicidade.

Marcuschi, ao tratar do tema, afirma que essa tendência de considerar língua falada e língua escrita tem a vantagem de perceber

com maior clareza a língua como fenômeno interativo e dinâmico, voltado para as atividades dialógicas que marcam as características mais salientes da fala, tais como as estratégias de formulação em tempo real. (2001, p. 33)

O autor afirma ainda que as relações entre fala e escrita, nos moldes da tendência, não são óbvias nem lineares, mas são dinâmicas, consideradas dentro de um *continuum* tipológico de usos e funções. Todas as diferenças entre essas duas modalidades se dão dentro desse *continuum*, o que certamente acarreta em variações não-lineares, uma vez que são baseadas nas práticas sociais de produção textual. Fala e escrita, assim, fazem parte de um mesmo sistema de língua, realizações de uma única gramática.

Desse modo, por um lado, o preconceito, existente em outras perspectivas que tratam fala e escrita em posições dicotômicas, é eliminado, o que pode ser considerado, do ponto de vista científico, mais plausível.

Por outro, mesmo livre do problema do preconceito, essa perspectiva traz em seu bojo baixo potencial explicativo e descritivo referente às questões sintático-fonológicas. Daí a necessidade de uma combinação com outras teorias, como a Linguística Textual, a Análise da Conversação, a Sociolinguística Interacional, além de uma possível fusão com alguns pressupostos da perspectiva variacionista, a qual está intimamente ligada à Sociolinguística. Marcuschi, sobre isso, postula que tal combinação é fundamental quando se busca investigar as correlações entre forma, contexto, interação e cognição linguísticos:

Por isso, a proposta geral, se concebida na fusão com a visão variacionista e com os postulados da Análise da Conversação etnográfica aliados à Linguística de Texto, poderia dar resultados mais seguros e com maior adequação empírica e teórica. Talvez seja esse o caminho mais sensato no tratamento das correlações entre formas linguísticas (dimensão linguística), contextualidade (dimensão funcional), interação (dimensão interpessoal) e cognição no tratamento das semelhanças e diferenças entre fala e escrita nas atividades de formulação textual-discursiva. (2001, p. 33).

A análise que pretendemos realizar está em consonância com a posição de Marcuschi, já que, teoricamente, trabalhamos com os pressupostos da Análise da Conversação, da Sociolinguística Interacional e da Sociolinguística.<sup>2</sup> Aqui, o binômio fala/escrita é tratado “enquanto relação entre fatos linguísticos (relação fala/escrita) e enquanto relação entre práticas sociais (oralidade *versus* letramento)” (2001, p. 33).

Posição semelhante à de Marcuschi (2001) adota Koch (2006). A pesquisadora, em trabalho que define as especificidades do texto falado, postula que fala e escrita pertencem ao mesmo sistema linguístico, constituindo duas modalidades de uso da

---

<sup>2</sup> O mesmo trabalho de relação entre as teorias foi realizada em Negreiros (2009), com adaptações.

língua. Assim, cada uma delas teria características próprias, não constituindo a escrita uma mera transcrição da fala.

Porém, isso não demonstra que fala e escrita possam ser consideradas em posições dicotômicas. Segundo Koch, é válida a noção da existência do *continuum*, em que se situam os diversos tipos de práticas sociais de produção textual, “em cujas extremidades estariam, de um lado, a escrita formal e, de outro, a conversação espontânea, coloquial” (2006, p. 43).

Assim, certos textos escritos poderiam estar embasados na perspectiva da fala e vice-versa:

O que se verifica, na verdade, é que existem textos escritos que se situam no contínuo, mais próximos ao polo da fala conversacional (bilhetes, cartas familiares, textos de humor, por exemplo), ao passo que existem textos falados que mais se aproximam do polo da escrita formal (conferências, entrevistas profissionais para altos cargos administrativos e outros), existindo, ainda, tipos mistos, além de muitos outros intermediários. (KOCH, 2006, p. 44)

### **A macroanálise e a microanálise da conversação literária: uma metodologia possível**

Quando pretendemos analisar diálogos construídos, devemos ter sempre em mente que não se trata de diálogos naturais, mas sim de textos que, criados no campo da ficção, têm objetivos estéticos e buscam recriar a realidade oral.

Uma obra de ficção é uma transposição da realidade, pois pode recriar no texto literário qualquer espécie ou modalidade linguística, porém sob o aspecto abrangente da intenção artística e estética. É isso que nos afirma Urbano (cf. 2000, p. 129).

Sobre o caráter estético presente no texto literário, Preti (2004), ao lembrar que se trata de uma manifestação escrita, salienta que há um processo de planejamento que poderia fazer com que o texto se tornasse distante das características de um texto oral. Contudo, o autor afirma que os objetivos do escritor são estéticos e isso faz com que não haja limites na elaboração textual.

Para nós, também, há, na língua literária, um caráter estético. Todavia, essa artificialidade estética da língua literária não impede que, em algumas situações, o autor empregue, na elaboração artística, a naturalidade da língua comum, do cotidiano:

Em suma, [...], adotamos a posição segundo a qual a língua literária possui, antes de tudo, um caráter estético. Isso não impede, contudo, que se considere que a língua literária – ou, nas palavras de Granger, o uso literário – seja composta por “outras línguas”. É possível afirmar, assim, que a artificialidade estética da língua literária pode ser composta pela naturalidade da língua comum. (NEGREIROS, 2009, p. 68)

Mesmo sendo de concepções diferentes, podemos falar, assim, de certa aproximação entre diálogo literário, que se encontra no campo da estética, e de diálogo oral, que se encontra no campo da língua em uso.

São muitas as marcas do diálogo oral que podem ocorrer nos diálogos construídos. A título de exemplificação, podemos citar, no nível do léxico, o uso de vocabulário popular ou gírio, muito comum na oralidade; no nível da sintaxe, os diálogos podem ser marcados por repetições, paráfrases, cortes, anacolutos e correções; no nível textual, há a construção de diálogos que refletem, até certo ponto, a dinâmica e

a organização dos turnos; no campo discursivo-interativo, é possível encontrar marcas de negociação entre os falantes, construção de focos comuns, marcas de atenção e de demonstração de interesse dos parceiros, expectativas, conhecimentos partilhados, estratégias conversacionais que podem denunciar, por exemplo, poder, agressão, humor, carinho, ironia, malícia.

Essas marcas garantem ao texto o efeito de sentido pretendido a partir de certa “ilusão do oral” e são muito comuns em textos de autores contemporâneos, como Rubem Fonseca, Luiz Fernando Veríssimo, Dalton Trevisan e Luiz Vilela.

Preti (2004), ao propor uma metodologia de análise para o diálogo construído em produções literárias, postula que uma investigação desse tipo de texto deve apresentar dois focos.

No primeiro deles, intitulado pelo autor de “macroanálise da conversação literária”, o pesquisador deverá perceber, no diálogo construído, características que possam denunciar o contexto histórico e geográfico, além de especificidades socioculturais dos falantes personagens:

Para um estudo do diálogo de ficção, [...] devemos atentar para o que chamaríamos de uma “macroanálise da conversação literária” (contexto histórico e geográfico, fatores extralinguísticos e sua possível influência sobre as personagens e narrador de primeira pessoa, tais como grau de escolaridade, posição social, faixa etária, sexo dos falantes). Essa fase do estudo compreenderia a aplicação de teorias de Sociolinguística. (PRETI, 2004, p. 121)

O segundo foco de investigação está ligado a fatores relacionados ao ato de fala em si, representado na situação específica produzida no texto literário. Aqui, por exemplo, torna-se viável o exame de marcas linguísticas produtoras de efeitos de sentido como atitudes de poder, de submissão, de afastamento ou de aproximação. Além disso, os implícitos e as reais intenções dos falantes podem ser fatores que interessam ao pesquisador.

## **Uma análise do diálogo construído no conto “Dez anos”**

Selecionamos como *corpus* para análise neste artigo o início do conto “Dez anos”, publicado no livro *Contos Eróticos*, de autoria do escritor Luiz Vilela.

O texto, inteiramente planejado nos moldes de um diálogo, não possui interferência do narrador, o que faz com que todas as informações a respeito do contexto, das personagens e da narrativa sejam inferidas a partir dos diálogos construídos.

### **O *corpus* para análise**

#### **Dez anos**

— E aí?

— Aí eu fui para o terreiro. Já contei que eu estava sozinho lá em casa, não contei?

— Contou.

— Papai e Mamãe tinham saído. Eu fui dar milho para as galinhas, depois fui lavar as mãos no tanquinho; aquele tanquinho da lavanderia, sabe qual?

— Sei.

— Lavei as mãos e fui para dentro. Fiquei lá, na sala, olhando uma revista; então lembrei que tinha esquecido de pôr água para as galinhas e voltei lá, no galinheiro. Quando passei na lavanderia, escutei o barulho do chuveiro da empregada. Aí dei uma olhada para lá, mas continuei andando, e de repente levei um susto: vi que a porta do banheiro estava aberta. Feito a

gente vê nos filmes: o sujeito vê uma coisa, parece que não viu, e de repente arregala os olhos e para, sabe como?

— Sei. E aí?

— O que você acha que eu fiz?

— Você olhou.

— É. Eu parei e dei uma olhada: a porta estava aberta mesmo, não era imaginação.

— Que tanto mais ou menos?

— Assim...

— Então dava para ver muita coisa... e aí, conta.

— Eu cheguei mais perto, pisando na ponta dos pés, e escondi atrás do tanque; do tancão, não é do tanquinho, não.

— Sei.

— Aí eu olhei...

— Hum...

— Menino....

— Estava dando para ver?

— Era a mesma coisa da porta estar aberta inteira...

— Puxa... E ela?

— O quê?

— Ela estava com alguma coisa?

— Alguma coisa como?

— Alguma roupa.

— Gente tomando banho de roupa?...

— Nada?

— Nada, uai.

— Nada nada?

— Nada nada.

— Então deu para ver tudo?

— Tudo.

— Mas tudo tudo ou só tudo de cima?

— Não, tudo tudo.

— Tudo de baixo também?

— Não estou dizendo que tudo?

— Puxa, heim?

— Tudo.

— Deve ser, heim?...

— Vou te contar...

— É aquela loura mesmo, né?

— É. Eu não sabia que ela era sem-vergonha. [...] (VILELA, 2008, p. 81-2)

## **A macroanálise da conversação literária**

O conto “Dez anos” é construído sem a presença de um narrador, o que dá ao texto uma maior proximidade com uma “situação oral”. Com isso, produz-se um primeiro efeito de sentido, ligado a um *frame* de conversação espontânea.

O excerto escolhido para análise é o início do conto. Esse trecho não nos oferece informações sobre o contexto histórico ou geográfico em que se realiza o diálogo. Pelas falas, sabemos que se trata de duas personagens masculinas, que possuem praticamente a mesma idade. Sugere-se, pelo título, que sejam dois adolescentes, que se veem frente à temática da sexualidade.

Além disso, o tratamento dado aos pais de um deles é outro indicador de que não se trata de adultos. Ambos se conhecem, já que um possui informações sobre a residência do outro, local no qual o fato, relatado no ato conversacional, ocorreu:

- (01) — **Papai e Mamãe** tinham saído. Eu fui dar milho para as galinhas, Depois fui lavar as mãos no tanquinho; **aquele tanquinho da lavanderia, sabe qual?**  
— **Sei.**
- (02) — Eu cheguei mais perto, pisando na ponta dos pés, e escondi atrás do tanque; **do tancão, não é do tanquinho, não.**  
— **Sei.**

### A microanálise da conversação literária

No início do texto, há a sugestão de que a conversa, construída a partir de um nível de linguagem informal, foi iniciada anteriormente ao discurso apresentado no conto. Tal estratégia garante à narrativa uma maior aproximação com a realidade oral, em que conhecimentos compartilhados e implícitos são comuns entre pessoas já conhecidas:

- (03) — **E aí?**  
— Ai eu fui para o terreiro. Já contei que eu estava sozinho lá em casa, **não contei?**  
— **Contou.**

Outro item que merece destaque nesta análise é a estruturação do diálogo construído. Nele, percebe-se a presença de pares adjacentes do tipo pergunta-resposta, fundamentais na composição organizacional na conversação (cf. SACKS; SCHEGLOFF; JEFFERSON, 1974).

Segundo Silva,

é muito difícil imaginar uma conversação que não comece ou termine nem contenha perguntas e respostas. Em nosso dia-a-dia, utilizamos, ainda que inconscientemente, desse recurso conversacional inúmeras vezes. É tal a importância desse par dialógico que, quando utilizado à exaustão, leva o locutor a dizer (muitas vezes, com certo tom de aborrecimento) que está sendo alvo de algum inquérito e, quando não utilizado, leva o locutor a dizer que seu interlocutor não se interessa por ele ou pelo tópico desenvolvido. (2006, p. 261)

De acordo com Marcuschi (1986, p. 34), a conversação consiste normalmente numa série de turnos alternados, que compõem seqüências em movimentos coordenados e cooperativos. No caso de nosso *corpus*, essa dinâmica é representada. Percebe-se que o autor, a partir de um hábil processo de percepção da realidade conversacional, usa os pares adjacentes *pergunta-resposta*, o que é sem dúvida uma alternativa eficaz para aproximação com a estrutura oral.

A forte interação demonstrada pelo uso, no conto, dos pares adjacentes cria vínculos de proximidade entre os personagens. O diálogo literário, assim, é construído a partir de duas vozes de “personagens interagentes”, fato que é também um índice de ilusão oral.

Com relação aos objetivos dos interlocutores, há, pelo lado de um personagem, o interesse de contar aquilo que viu. Pelo lado do outro personagem, o objetivo é saber, com o máximo de detalhes, o fato narrado. Esses dois objetivos, que não se excluem, fazem com que o diálogo tenha muitos pares adjacentes do tipo *pergunta / resposta*, com forte ideia de interação entre os falantes.

A título de exemplificação, podemos destacar, no trecho 04, essa dinâmica. Em negrito, destacamos as perguntas que compõem os turnos e que são sempre condutoras do processo de interação e de informação entre os interactantes:

- (04) — Papai e Mamãe tinham saído. Eu fui dar milho para as galinhas, depois fui lavar as mãos no tanquinho; aquele tanquinho da lavanderia, **sabe qual?**  
 — Sei.  
 — Lavei as mãos e fui para dentro. Fiquei lá, na sala, olhando uma revista; então lembrei que tinha esquecido de pôr água para as galinhas e voltei lá, no galinheiro. Quando passei na lavanderia, escutei o barulho do chuveiro da empregada. Aí dei uma olhada para lá, mas continuei andando, e de repente levei um susto: vi que a porta do banheiro estava aberta. Feito a gente vê nos filmes: o sujeito vê uma coisa, parece que não viu, e de repente arregala os olhos e para, **sabe como?**  
 — Sei. **E aí?**  
 — **O que você acha que eu fiz?**  
 — Você olhou.

Em alguns momentos do ato conversacional representado, certo pudor com relação à nudez da mulher também é percebido nas falas de ambas as personagens, a partir de expressões como “tudo tudo”, “de baixo também” e “deve ser, hem”, que sugerem conhecimentos compartilhados sobre o assunto da conversa:

- (05) — Ela estava com alguma coisa?  
 — Alguma coisa como?  
 — Alguma roupa.  
 — Gente tomando banho de roupa?...  
 — **Nada?**  
 — **Nada, uai.**  
 — **Nada nada?**  
 — **Nada nada.**

Somado a isso, o interesse dos interlocutores e seus objetivos na interação revelam-se por um discurso disfluyente, marcado por certo constrangimento e receio em explicitar certas afirmações. O ato conversacional presente no conto é determinado, assim, por um processo especial: a aparente falta de definição de detalhes é responsável por construir, de modo eficaz, a busca por esses detalhes. É a partir do conhecimento mútuo, do partilhamento de expectativas e da negociação presente no processo interacional que os falantes constroem o foco comum do discurso:

- (06) — Puxa... E ela?  
 — O quê?  
 — Ela estava com alguma coisa?  
 — Alguma coisa como?  
 — Alguma roupa.  
 — Gente tomando banho de roupa?...  
 — Nada?  
 — Nada, uai.  
 — Nada nada?  
 — Nada nada.  
 — Então deu para ver tudo?  
 — Tudo.  
 — Mas tudo tudo ou só tudo de cima?  
 — Não, tudo tudo.  
 — Tudo de baixo também?  
 — Não estou dizendo que tudo?  
 — Puxa, heim?  
 — Tudo.  
 — Deve ser, hem?...

Também há que se destacar o emprego, no *corpus* em análise, dos marcadores conversacionais. Esses recursos desempenham, em uma conversação real, funções tanto

textuais quanto interacionais: “como o texto oral é planejado e verbalizado ao mesmo tempo, os interlocutores podem empregar marcadores conversacionais em qualquer ponto da interação, desempenhando funções conversacionais e sintáticas” (DIONÍSIO, 2001, p. 88).

No diálogo construído, o emprego dos marcadores conversacionais, da mesma forma, é um recurso apropriado na busca da aproximação com o oral. Esses marcadores, além de serem marcas de atenção dos falantes, demonstram que há interesses partilhados entre os dois falantes:

- (07) — **E aí?**  
— Aí eu fui para o terreiro. Já contei que eu estava sozinho lá em casa, não contei?  
— Contou.  
[...]  
— **Sei. E aí?**  
[...]  
— Assim...  
— Então dava para ver muita coisa... e aí, conta.  
[...]  
— **Sei.**  
— Aí eu olhei...  
— **Hum...**  
[...]  
— Nada, uai.  
— Nada nada?  
— Nada nada.  
— Então deu para ver tudo?  
[...]  
— Puxa, **heim?**  
— Tudo.  
— Deve ser, **heim?...**  
— Vou te contar...  
— É aquela loura mesmo, **né?**  
— É. Eu não sabia que ela era sem-vergonha.

## Considerações finais

Ao analisarmos um pequeno trecho do conto “Dez anos”, de Luiz Vilela, podemos chegar a algumas considerações a respeito da oralidade no texto literário.

O diálogo de ficção, é fato, não equivale à transcrição de uma interação verbal face a face. Há diferenças, que não precisam aqui serem apresentadas, entre uma interação oral e um diálogo construído.

No caso em xeque, revela-se o hábil grau de elaboração do texto literário em análise, que é construído a partir de características de uma conversa a dois. Na verdade, o emprego dessas marcas orais pode ser uma estratégia intencional do escritor para dar ao diálogo construído uma maior proximidade com a realidade.

Com essa dinâmica, é possível inferir que os sentidos do diálogo literário são produzidos a partir de muitas das marcas comuns em um diálogo real, ou seja, é possível afirmar que os efeitos de sentido produzidos no texto literário em análise são, muitas vezes, originários dos recursos discursivos usados na conversação diária. Daí a presença da oralidade no texto literário.



A proposta de análise aqui apresentada pode ser útil para pesquisadores e professores que busquem investigar as características textual-discursivas do diálogo oral. Essas investigações podem ser justificáveis a partir de dois pontos.

Primeiramente, são relativamente poucos, no âmbito acadêmico, os trabalhos científicos que abordam a construção discursiva dos diálogos literários.

Em segundo lugar, novas investigações científicas a respeito do tema podem ser importantes passos para a produção de novas abordagens com o texto literário nas escolas de ensino fundamental e médio, locais em que há, muitas vezes, uma busca quase que desenfreada por novos métodos e caminhos que possam nortear o trabalho com o texto literário.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DIONÍSIO, Ângela Paiva. Análise da Conversação. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina. *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. v. 2. São Paulo: Cortez, 2001. p. 69-99.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. Especificidade do texto falado. In: JUBRAN, Clélia Cândida Abreu Spinard; KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. *Gramática do português culto falado no Brasil*. Campinas: Editora Unicamp, 2006. p. 39-46.

MARCUSCHI, Luiz Antonio. *Análise da Conversação*. São Paulo: Ática, 1986. 94 p.

\_\_\_\_\_. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. São Paulo: Cortez, 2001. 133 p.

NEGREIROS, Gil Roberto Costa. *Marcas de oralidade na poesia de Manuel Bandeira*. São Paulo: Paulistana, 2009. 218 p.

PRETI, Dino. *Estudos de língua oral e escrita*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004. 234 p.

SACKS, H.; SCHEGLOFF, E.; JEFFERSON, G. A simplest systematics for the organization of turn-taking for conversation. *Language*, n. 50, 1974. p. 696-735.

SILVA, Luiz Antonio da. Perguntas e respostas: oralidade e interação. In: PRETI, Dino. *Oralidade em diferentes discursos*. São Paulo: Humanitas, 2006. p. 261-295.

TANNEN, Deborah; WALLAT, Cynthia. Enquadres interativos e esquemas de conhecimento em interação: exemplos de um exame / consulta médica. In: RIBEIRO, Branca Telles; GARCEZ, Pedro M. (Orgs.). *Sociolinguística Interacional: Antropologia, Linguística e Sociologia em Análise do Discurso*. Porto Alegre: AGE, 1998. p. 120-141.

URBANO, Hudinilson. *Oralidade na literatura: o caso Rubem Fonseca*. São Paulo: Cortez, 2000. 228 p.

VILELA, Luiz. Dez anos. In: \_\_\_\_\_. *Contos eróticos*. Belo Horizonte: Leitura, 2008. p. 81-84.

# Língua e literatura: saber com sabor

(Language and Literature: knowledge and flavour)

**Beth Brait**

Programa de Estudos Pós-Graduados em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem (LAEL) –  
Faculdade de Filosofia, Comunicação, Letras e Artes (FAFICLA) – Pontifícia Universidade Católica de  
São Paulo (PUC-SP)

bbrait@uol.com.br

**Abstract:** Though it seems obvious that languages and literature are undeniably innate partners, testified by the complicity which is indicated between creators, creations and language studies, there is often a dichotomy, due to institutional contingency that erases the nature of this unrestrained union. There are, however, numerous texts uttered by grammarians, linguists, theoreticians of literary and/or daily languages, poets, fictional writers in which one can notice how artificial the dichotomy placed on language/literature, language/life, use/creativity, and grammar/stylistics is. In this paper, the objective is to surprise two great language scholars in moments in which the language/literature convergence is caught and exposed, characterizing the complicity of the two circumstances of expression and knowledge.

**Keywords:** language studies/literary studies; Roman Jakobson; Valentin Voloshinov; Dialogical discourse analysis.

**Resumo:** Mesmo parecendo óbvio que línguas e literaturas formam uma parceria inquestionável, nata, atestada pela cumplicidade firmada entre os criadores, criações e estudos da linguagem, muitas vezes opera-se uma dicotomia, por força de contingências institucionais, que apaga a natureza dessa confluência incontornável. Há, entretanto, inúmeros textos enunciados por gramáticos, linguistas, teóricos da linguagem literária e/ou cotidiana, poetas, ficcionistas, em que se pode observar o quanto é artificial a dicotomia imputada aos pares língua/literatura, linguagem/vida, uso/criatividade, gramática/estilística. Neste artigo, o objetivo é surpreender dois grandes estudiosos da linguagem em momentos em que a confluência língua/literatura é surpreendida, exposta, caracterizando a cumplicidade das duas instâncias de expressão e conhecimento.

**Palavras-chave:** estudos linguísticos/estudos literários; Roman Jakobson; Valentin Voloshinov; Análise dialógica do discurso.

## Considerações iniciais

Mesmo parecendo óbvio que línguas e literaturas formam uma parceria inquestionável, nata, atestada pela cumplicidade firmada entre criadores, criações e diferentes estudos da linguagem, muitas vezes opera-se uma dicotomia, por força de contingências institucionais, que dissimula a natureza dessa confluência incontornável. Há, entretanto, inúmeros trabalhos enunciados por gramáticos, linguistas, teóricos da linguagem literária ou cotidiana, poetas, ficcionistas, em que se pode observar o quanto é artificial a dicotomia imputada aos pares língua-literatura, linguagem-vida, uso-criatividade, gramática-estilística.

Não me refiro a produções que utilizam trechos de prosadores e poetas para, de forma autoritária, mostrar a soberania da linguagem literária em relação à linguagem cotidiana. Essas recortam palavras, frases ou versos para exemplificar categorias gramaticais, modos originais e expressivos de bem falar e bem escrever, ou demonstrar curiosidades e criatividade linguísticas. Também não imagino que os especialistas, aqueles que se dedicam a um dos dois termos da articulação, possam desaparecer, fundindo-se numa única categoria. Não dariam conta de universo tão complexo.

Penso em textos que tematizam a relação constitutiva língua-literatura, estudos e criações literárias em que a confluência é surpreendida, exposta, caracterizando a cumplicidade de expressão e conhecimento dessas faces da linguagem humana. Ou, ainda, textos artísticos ou não que, pela organização textual e discursiva - sintática, semântica, sonora, visual etc. -, exploram e expõem a língua de maneira a chamar atenção do leitor para a linguagem como janela para os mundos internos e externos.

Neste artigo, recorro, para confirmar essa perspectiva, a dois grandes linguistas: Roman Jakobson (1896-1982), que mereceu do poeta, tradutor e crítico brasileiro, Haroldo de Campos (1929-2003), o título de *poeta da linguística*, e Valentin N. Voloshinov (1895-1936), pensador considerado o linguista do Círculo bakhtiniano.<sup>3</sup>

O objetivo dessa seleção é mostrar de que forma certa linguística, assim como a teoria análise dialógica do discurso (ADD) fundamentada no pensamento bakhtiniano, encaminha os estudos da indissolúvel articulação língua-literatura.

## 1. Roman Jakobson: o poeta da linguística

Roman Jakobson, russo como os membros do Círculo, nascido um ano depois de Bakhtin e Voloshinov, é sem dúvida um dos mais importantes linguistas do século XX, teórico da arte, da poesia, da linguagem em diferentes manifestações, estudioso que participou, juntamente com Nikolay Sergeyeovich Trubetzkóy (1890-1938), da consolidação da fonologia e que escreveu inúmeros trabalhos fundamentais para a renovação dos estudos da linguísticos e poéticos,<sup>4</sup> dos quais se pode destacar a concepção enunciativa de linguagem. Portanto, um linguista para ninguém botar defeito. Como afirmou Roland Barthes:

Jakobson deu um belíssimo presente à literatura: deu-lhe a linguística [...] Na origem da linguística generalizada que ele traçou houve um gesto decisivo de abertura das classificações, das castas, das disciplinas: tais palavras perderam com ele o seu ranço separatista, penal, racista: não mais existem proprietários (da Literatura, da Linguística), os cães de guarda foram de novo presos em seus cercados. (BARTHES, 2004, p.204-205)

Da extensa produção de Jakobson, composta de textos escritos durante mais de meio século, sendo o primeiro de 1919, mesma data do texto inaugural de Mikhail Bakhtin,<sup>5</sup> o livro *Diálogos*, publicado na França em 1980 e no Brasil em 1985, traz uma longa entrevista feita por Krystyna Pomorska. Essa obra possibilita uma viagem por seus trabalhos e pelos temas que o interessaram durante sua vida, sua peregrinação por vários países e por várias dimensões da língua, da poesia, da linguagem. Dessa belíssima entrevista, com vários momentos em que a articulação língua-literatura é tematizada e mostrada como fundadora de reflexões e avanços nos estudos linguísticos e poéticos, alguns excertos são destacados a seguir.

O primeiro diz respeito ao momento em que Jakobson fala de sua formação, quando em 1914 entra para a Faculdade de História e Filologia da Universidade de Moscou, que tinha esse nome, segundo ele explica, porque na Rússia ainda era proibida a expressão *de filosofia*, considerada ocidental. Esse aspecto circunstancial importa na

<sup>3</sup> A esse respeito, conferir Faraco (2009) e Brait (2006).

<sup>4</sup> Para um conhecer Roman Jakobson, além de entrar em contato direto com sua obra, o leitor pode consultar vários estudos e, dentre eles, o trabalho de Machado (2007).

<sup>5</sup> Arte e responsabilidade, publicado no almanaque diário *O dia da arte*, Nevel, 1919, incluído na coletânea *Estética da criação verbal* (BAKHTIN, 2003).

medida em que aponta para a proximidade filologia/filosofia, duas disciplinas voltadas para reflexões que incluem a linguagem. Afirma, também, que, naquela época, passou a frequentar o departamento de eslavística.

A análise da língua parecia-me, com efeito, essencial à assimilação tanto da literatura quanto do folclore e da cultura em geral. A ligação entre língua e literatura estava fortemente enraizada na Universidade de Moscou desde o século XVIII, uma verdadeira tradição, e foi particularmente cultivada por um dos maiores eslavistas do século passado, Fiódor Ivanovitch (1818-1897), que havia herdado do romantismo a correlação entre a linguística e a literatura sob seus dois aspectos, escrito e oral. O termo “*sloviesnost*” (*sloviesnost* deriva de *slovo*, “palavra” NT), que ainda hoje é empregado para designar a literatura enquanto objeto de estudo e que a situa em firme laço etimológico com a *palavra*, caracteriza claramente essa tendência. (JAKOBSON; POMORSKA, 1985, p.19)

Esse trecho ajuda a entender a formação de Jakobson, a maneira como ela vai influenciar seus trabalhos pioneiros na linguística e na poética, oferecendo pistas para o conhecimento de uma tradição russa sob a qual estiveram, também, Bakhtin e o Círculo. Essa tradição está marcada pela parceria língua-literatura, presente nos estudos dos jovens russos do começo do século XX, assinalada até mesmo pela perspectiva etimológica, conforme assinala Jakobson no trecho destacado: “O termo *sloviesnost* (*sloviesnost* deriva de *slovo*, *palavra* NT) (...) empregado para designar a literatura enquanto objeto de estudo e que a situa em firme laço etimológico com a *palavra*”.

O segundo excerto está estreitamente ligado às discussões a respeito do caráter imanente das mudanças na literatura, à ligação com o sistema de valores literários e, especialmente para linguistas e analistas de discursos, à discussão em torno dos princípios de sincronia e de diacronia que marcaram e marcam os estudos da língua e da linguagem. Essas questões, em pauta no início do século XX, foram destacadas no importante manifesto “Problemas do estudo da literatura e da língua”, que saiu na revista *Novyj Lef /A Nova Frente da Esquerda* (n. 12, 1928, p. 36-37), assinado por Roman Jakobson e Yury Nikolaevich Tynyanov (1894 - 1943), cujo conteúdo passou a constituir um debate internacional. Jakobson afirma a respeito desse trabalho:

Estudo comparativo da língua e da literatura - era justamente essa a sua importância - dava destaque à comunidade dos problemas e mencionava, de maneira oportuna, a existência de uma relação mútua entre literatura (e também a língua) e as diferentes séries contíguas do contexto cultural. (JAKOBSON; POMORSKA, 1985, p. 68)

Esse texto de Jakobson e Tynyanov, em que a defesa da relação literatura-língua-contexto cultural é uma das tônicas, data de 1928. Também para Bakhtin e o Círculo os anos 1928 e 1929 são marcos de importantes publicações elaboradas ao longo da década de 1920, aí incluída *Marxismo e filosofia da linguagem. Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*.

Num outro momento da entrevista, Pomorska traz para a discussão questões literárias relacionadas a algumas afirmações de Saussure sobre a língua, afirmando que Jakobson salientou mais de uma vez que a força essencial da língua e, conseqüentemente, o privilégio do sujeito falante, consiste em ser a língua suscetível de nos transportar no tempo e no espaço. Em sua resposta, Jakobson afirma: “É difícil encontrar domínio em que os conceitos de coexistência e de sucessão no tempo se entrelaçam tanto como na vida da língua e da literatura”. (JAKOBSON; POMORSKA, 1985, p. 72)

Um pouco mais adiante, refere-se ao tempo do enunciado e ao tempo da enunciação, outro assunto que tratou de forma inovadora:

As duas imagens do tempo, ou seja, o tempo da enunciação e o tempo do enunciado, entram em muitas espécies de conflito. O choque desses dois aspectos é particularmente claro na arte literária (JAKOBSON; POMORSKA, 1985, p.74). Estou seguro de que o verso é mais apto a fazer-nos viver o tempo verbal, e isso é verdadeiro para o verso oral, folclórico, como o verso escrito literário, pois o verso, quer o estritamente métrico, quer o livre, traz, em si, simultaneamente, as duas variedades linguísticas do tempo, o tempo da enunciação e o tempo enunciado. (JAKOBSON; POMORSKA, 1985, p.76)

A incursão pelo poeta da linguística, que reconheceu e explorou a articulação constitutiva entre língua e literatura termina aqui, deixando ao leitor o prazer de voltar às obras de Roman Jakobson e confirmar as pistas aqui apresentadas.

Na mesma trilha, ganha a cena outro russo, Valentin Voloshinov, , um dos expoentes do chamado pensamento bakhtiniano, que também articulou língua e literatura.

## **2. Valentin Nikolaevich Voloshinov: diálogo entre língua e literatura**

Para compreender o pensamento bakhtiniano, não se podem ignorar as bases da postura inovadora em relação à linguagem, desenvolvida pela contribuição dos diferentes membros do Círculo, em diferentes momentos históricos. Esse é o caso da filosofia, por exemplo, ou das filosofias que influenciaram não somente os escritos de Bakhtin, um incontestável filósofo da linguagem, mas também os trabalhos dos demais membros. A filosofia foi motivo de reflexão, levada a cabo por todos eles ao longo de vários anos.

Juntamente com o embasamento filosófico que deixa traços nos escritos de todos os participantes do Círculo, circunscrevendo posturas bastante marcadas diante das questões de linguagem, a articulação língua-literatura vai aparecer como um dos elementos fundadores da epistemologia bakhtiniana, considerada a produção de todos os envolvidos e não somente os textos de Bakhtin dedicados a grandes escritores, caso Rabelais e Dostoiévski.

Sob essa óptica, é necessário reler os trabalhos do Círculo, refletindo sobre o papel dessa relação no conjunto dos escritos e na maneira como essa dimensão vai introduzindo questões centrais sobre a concepção de linguagem. No Brasil, há algumas décadas, linguistas e analistas do discurso perseguem os meandros do pensamento bakhtiniano tendo em vista as contribuições que ele oferece, dentre muitas outras, para o que se denomina *análise dialógica do discurso*.<sup>6</sup>

Nesse percurso, e a cada leitura, o olhar linguístico concentra-se em tudo que diz respeito à linguagem, considerando, muito frequentemente, os excertos literários, que abundam na maioria dos textos, como simples pretextos para chegar à linguagem que interessa aos linguistas e analistas de discurso, ou seja, a do dia-a-dia. Atribui-se aos excertos a condição de resquícios de um tempo em que o estudo da linguagem acabava sempre tomando a literatura como exemplo. Ou, ainda, essas citações são consideradas como uma espécie de aceno aos teóricos da literatura que também se interessam pelos estudos bakhtinianos.

---

<sup>6</sup> Conferir *Análise e teoria do discurso* (BRAIT, 2006, p. 9-31).

A maioria desses leitores, é preciso reconhecer, saltava (e alguns continua saltando) os excertos literários, como se eles não se destinassem a linguistas ou a analistas de discurso, ao menos aos verdadeiramente convictos de seu papel de estudiosos da língua, das línguas, da linguagem, das linguagens. Sempre pareceu aos *saltadores conscientes dos trechos literários* que esses eram exemplos descartáveis, na medida em que serviam unicamente de degrau para os estudos da linguagem do dia-a-dia, da comunicação cotidiana. Entretanto, com o tempo e com leituras mais cuidadosas do conjunto dos trabalhos do Círculo, é possível perceber que, longe de simples e descartáveis exemplos, esses excertos constituem metonímias de uma das fontes em que o conceito bakhtiniano de linguagem está fundado, ou seja, a articulação língua-literatura.

Assumir essa postura implica reconhecer que conceitos centrais do pensamento bakhtiniano, como é o caso de *signo ideológico, enunciado concreto/enunciação, gêneros, polifonia, dialogismo, responsividade*, surgem não apenas da formação filosófica e linguística, mas também da formação literária dos diversos membros do Círculo e da maneira como eles, a partir dessa tradição que vincula língua e literatura, construíram os pilares da concepção bakhtiniana de linguagem. A questão da formação, mesmo não se recorrendo a outras importantes fontes, fica patente no depoimento de Roman Jakobson destacado neste ensaio.

É impossível compreender *polifonia*, no sentido bakhtiniano, sem ter lido Dostoiévski, ou *carnavalização*, sem ter lido Rabelais, para citar apenas dois trabalhos em que Bakhtin tem como ponto de partida a literatura. Da mesma forma, é impensável compreender o conceito de *linguagem, enunciado concreto-enunciação, entonação, signo ideológico, palavra* em textos assinados Voloshinov (Bakhtin)<sup>7</sup> se as referências literárias neles existentes forem saltadas.

Para efeito deste artigo - compreender a parceria língua-literatura como um dos elementos fundadores do pensamento bakhtiniano -, ficam descartados os textos assinados exclusivamente Mikhail Bakhtin, onde a relação língua-literatura é eloquente. A articulação será focalizada em três artigos assinados Valentin Voloshinov, *o linguista do Círculo*: “O que é linguagem”, “A construção do enunciado” e “A função social da palavra”.

Os dois primeiros foram publicados em Leningrado, em 1930, nos números 2 e 3 da revista *Literaturúrnaia uchola*. A data é importante porque demonstra que esses artigos estão muito próximos da publicação de *Marxismo e filosofia da linguagem. Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem (MFL)*, 1929. Isso se percebe não apenas pela data de publicação, mas pelo fato de muitos dos conceitos aí presentes estarem tratados mais detidamente em *MFL*. A edição espanhola desses textos, que é de 1993, traz as datas de 1929, mas nenhuma outra fonte confirma essa informação. Além do russo, eles podem ser encontrados em espanhol, francês, italiano e inglês. O terceiro, “A função social da palavra”, também de 1930, pode ser encontrado em italiano e em inglês.

Os três artigos assinados Voloshinov, embora pouco conhecidos no Brasil, têm duas coisas em comum.

---

<sup>7</sup> Não discutirei aqui a questão dos textos disputados, ou seja, das assinaturas simples ou duplas. Lembro apenas que Voloshinov e os demais membros do Círculo existiram e produziram textos de diferentes naturezas, com individualidade, mas reiterando temas que construíram o *pensamento bakhtiniano*.

A primeira, como os títulos anunciam, é que eles tratam, de maneira bastante didática e sob uma perspectiva explicitamente marxista, de questões centrais para a arquitetura do pensamento bakhtiniano. Esse é o caso, olhando o conjunto e selecionando alguns tópicos, das reflexões sobre *função social da linguagem; interação verbal; relações linguagem-sociedade; entonação; enunciado concreto-enunciação; discurso monológico e discurso dialógico; dimensão extraverbal do enunciado concreto-enunciação; estilística do enunciado; palavra-signo ideológico; situação e formas de enunciados concretos-enunciação; ideologia; ideologia do cotidiano*. Os leitores da obra de Bakhtin e do Círculo, mesmo não tendo lido os artigos aqui focalizados, reconhecem esses conceitos, especialmente trabalhados em *MFL*. Essa obra é uma das mais lidas pelos linguistas porque a perspectiva dialógica parece estar centrada especialmente em estudos linguísticos e não literários.

A segunda é o fato de que, ao contrário do que se poderia esperar, Voloshinov toma a literatura como ponto forte de sua reflexão.

No primeiro, “O que é linguagem?”<sup>8</sup>, destinado a esclarecer a natureza social da linguagem, Voloshinov discute, entre outras coisas, a origem da linguagem, sua função na vida social, a relação entre linguagem e classe, entre linguagem e consciência, entre sensação e expressão, ideologia cotidiana, criação artística e linguagem interior. A reflexão inicia-se com a imagem de um jovem escritor sentado diante de folhas em branco e não, como se esperaria, com conceitos teóricos previamente esboçados e que poderiam ter na literatura a sua exemplificação. O personagem, um candidato a autor, dispõe-se a escrever sua primeira obra de ficção e defronta-se, de imediato, com problemas de diferentes níveis, como afirma Voloshinov, aí incluídos problemas ligados à linguagem - escolha e colocação das palavras - e também redação da obra. O excerto selecionado mostra como Voloshinov encaminha a questão.<sup>9</sup>

Antes de começar a refletir sobre a linguagem, tudo parecia simples e linear. Entretanto, nem bem imaginou escrever uma obra literária e a linguagem se afigurou uma massa pesada, informe, com a qual é muito difícil construir uma frase bela, elegante e, sobretudo, que transmita aquilo que o autor quer realmente expressar. A linguagem parece ter se transformado num gigantesco bloco de mármore, no qual é necessário esculpir a figura desejada. A linguagem se transformou no material da criatividade artística. (VOLOSHINOV/ BAJTÍN, 1993, p. 218)

A partir dessa imagem, Voloshinov discorre sobre o fato de que o escritor, ao contrário de outros artistas, não trabalha com o material físico bruto. Ele trabalha com elementos linguísticos previamente elaborados, preparados, com os quais só poderá construir uma totalidade se tiver presentes as regras e leis que ele não poderá *transgredir* ao organizar o material verbal. Essa relação entre língua e literatura, que aparece pela via da confrontação entre coerções linguísticas e criatividade, motiva a seguinte questão, por parte de Voloshinov: “Não poderia o escritor, de alguma maneira, modificar as regras e as leis linguísticas e criar novas?” Ele mesmo responde que não e exemplifica a impossibilidade com tentativas frustradas de alguns poetas russos da época czarista.

Desenvolvendo essa linha de raciocínio, afirma que todo bom escritor deve “compreender o que é a linguagem, esse material tão característico e particular da criatividade artística” (VOLOSHINOV / BAJTÍN, 1993, p. 220) e que se os estudiosos

<sup>8</sup> VOLOŠINOV (1980, p. 61-94); VOLOSHINOV (1983, p. 93-113); VOLOSHINOV/ BAJTÍN (1993, p. 217-243).

<sup>9</sup> As versões para o português foram feitas por mim, contrastando as edições consultadas.

não compreenderem a essência da linguagem, seu lugar e destino na vida social, não poderão conceber o estudo da estilística da arte verbal, ou seja, das técnicas da construção da obra literária.

E é a partir dessa reflexão que recoloca a questão que motiva o artigo: *o que é linguagem?* E passa a desenvolver seus argumentos para, no final, retomando a relação língua-literatura, fazer as seguintes afirmações:

Normalmente não deveria haver aqui uma fratura, não deveria haver um salto. O mesmo grupo social que deu a uma pessoa a língua, que orientou suas ideias, gostos, juízos, que, em uma palavra, determinou *o tom e o caráter* de sua vida interior, agora se coloca como ambiente exterior, como massa de leitores, como grupo de amadores e críticos de sua obra artística. (VOLOSHINOV / BAJTÍN, 1993, p. 240)

Portanto, para definir linguagem, Voloshinov funda sua reflexão na relação língua-literatura. Tratando-se de uma concepção que ultrapassa a ideia de língua em estado de dicionário para pensar a linguagem em uso, as concepções de grupo social, ideologia, tom e ambiente materializam-se no sujeito produtor do discurso artístico. Não como simples exemplo, mas como dado constitutivo da definição de linguagem.

No segundo e no terceiro artigos, “A construção do enunciado”<sup>10</sup> e “A palavra e sua função social”,<sup>11</sup> é principalmente a obra *Almas Mortas*, de Gógol,<sup>12</sup> mas não somente porque há outras obras de escritores russos que aparecem aí de modo muito significativo, que suscita e sustenta os estudos feitos por Voloshinov no que se refere a *enunciado concreto- enunciação*, estabelecimento da *função social da palavra*, conceito de *palavra como signo ideológico*. Sendo *Almas mortas* o mais significativo dos textos motivadores das reflexões linguístico-enunciativo-discursivas de Voloshinov, alguém poderia perguntar de que trata esse romance para frequentar os artigos de Voloshinov de modo tão expressivo?

A resposta deveria ser simplesmente: leia e descubra! Mas, vale informar: essa narrativa, intitulada *poema* por Gógol, teve sua primeira parte escrita em 1835, submetida em novembro de 1941 ao comitê de censura de Moscou que a proíbe para liberar em março de 1942. Em abril desse mesmo ano, o escritor recebe os originais, com cortes e correções, e os envia ao prelo. Em 1948, depois de viagens pela Europa Ocidental e pelo Oriente, retorna à Rússia e retoma *Almas mortas*, cuja segunda parte só sai em 1855, três anos após sua morte. É uma produção fundamental de Gógol, considerada por Boris Schnaiderman uma epopeia satírica, distanciada do romance psicológico e social, proposto como modelo na época.<sup>13</sup>

O romance/poema chama atenção para as difíceis condições do povo russo, estabelecendo um jogo fino de linguagem, de musicalidade, de forma a aproximar prosa e poesia, trabalho linguístico e realidade russa. Sem dúvida, Gógol e seus romances, aí incluído *Almas mortas*, fizeram parte da formação dos membros do Círculo. A escolha dessa obra, portanto, não se deve ao acaso, simples *exemplo* que confirmaria uma posição diante da linguagem. Alguém poderia perguntar: - E o que vem desse magnífico texto literário russo para as páginas de Voloshinov, demonstrando que a reflexão

<sup>10</sup> VOLOŠINOV (1980, p. 95-134); VOLOSHINOV/ BAKHTINE (1981, p. 287-315); VOLOSHINOV (1983, p. 114-138); VOLOSHINOV, V. N. /BAJTÍN (1993, p. 245-276).

<sup>11</sup> VOLOŠINOV (1980, p. 135-164); VOLOSHINOV (1983, p. 139-152).

<sup>12</sup> GÓGOL (2008).

<sup>13</sup> Na edição brasileira (2008, p. 13-16), Boris Schnaiderman faz um prefácio intitulado “*Almas mortas*: a visão de um poeta” e explicita que Gógol chamou “sua vasta epopéia satírica de poema e não de romance”.



linguística tem sua gênese nos saborosos ensinamentos contidos na prosa poética de Nicolai Gógol?

O início do artigo sobre *a construção do enunciado concreto-enunciação* explicita que se trata da continuidade da reflexão contida em “O que é linguagem?”. De imediato, Voloshinov afirma estar convencido de que a linguagem humana é “um fenômeno *de duas caras*: todo enunciado exige, para sua realização, a existência não só de um falante mas também de um ouvinte” (VOLOSHINOV/ BAJTÍN, 1993, p. 245) e que “cada expressão linguística [...] está sempre orientada para outro, para um ouvinte, mesmo quando este não existe como pessoa real” (VOLOSHINOV/ BAJTÍN, 1993, p. 245) Na sequência, afirma que, considerando mais esse aspecto, poderá “dar uma definição de linguagem, e fazer um exame mais detalhado da estrutura do enunciado na vida cotidiana e, em seguida, na literatura” (VOLOSHINOV/ BAJTÍN, 1993, p. 246).

Dessa perspectiva, Voloshinov empreende a investigação das formas e tipos de enunciados, dos vários tipos de *troca comunicativo-social*, que são por ele definidos como unidade real da linguagem. Dentre os vários tipos, afirma que sua atenção particular estará voltada para a *troca comunicativa artística*. Nesse artigo, cita *MFL*, no momento em que se refere aos gêneros da vida cotidiana, ou gêneros cotidianos e, a partir daí, retomando vários aspectos do artigo “O que é linguagem?”, discute *intercâmbio comunicativo social e interação verbal, discurso monológico e discurso dialógico, dialogicidade da linguagem interior, orientação social do enunciado, parte extraverbal–sobreentendida, situação e forma do enunciado, escolha e disposição das palavras, estilística do enunciado e da vida cotidiana*.

Para refletir sobre esses temas, introduz questões ligadas à literatura russa, trazidas por Dostoiévski; à dialogicidade, ao discurso *dialógico* e procura mostrar conceitos de entonação, situação, auditório e mudança de auditório, presentes em *MFL*. Nesse caminho, *Almas mortas* aparece como enunciado concreto, um todo de sentido que realiza os conceitos que Voloshinov apresenta como fundamentais para uma definição dialógica da linguagem.

Considera que, no primeiro excerto por ele destacado, o escritor russo pintou com enorme agudeza a mudança brutal de *entonação* produzida no momento em que a *situação* e o *auditório* do enunciado *se modificam* ((VOLOSHINOV/ BAJTÍN, 1993, p. 264). E que no segundo, o escritor representa de forma precisa o processo de *escolha da palavra* mais adequada à *correlação social existente entre o falante e o ouvinte*, palavra que leva em conta todos os detalhes da persona social do interlocutor, seu estado econômico, sua classe, sua posição social etc.

É preciso dizer que a aqui na Rússia, se ainda não alcançamos os estrangeiros em alguma coisa, pelo menos no saber tratar já os ultrapassamos de muito. Não é possível enumerar todos os matizes e sutilezas do nosso tratamento. Um francês ou um alemão jamais conseguirá distinguir ou compreender todas as suas peculiaridades e diferenças; ele falara quase no mesmo tom tanto com um milionário como com um vendedor de tabaco, embora, no íntimo, curve-se bem baixo diante do primeiro. Entre nós já não é assim: nós temos sabichões consumados, que conversam com um proprietário rural dono de duzentas almas de um modo totalmente diverso daquele com que falam com um possuidor de trezentas, e com aquele que tem trezentas, falarão diferentemente de como falam com aquele que tem quinhentas, e, por sua vez, sua fala com o dono de quinhentas almas não será igual àquela que usarão com o proprietário de oitocentas – numa palavra, encontrarão matizes diferentes mesmo que cheguemos a um milhão de

almas. Suponhamos, por exemplo, que exista uma repartição, não aqui, mas nos confins do mundo; e nessa repartição, suponhamos, existe o chefe da repartição. Peço que reparem nele, quando está sentado entre os seus subordinados – o temor não os deixará articular uma palavra! Orgulho e nobreza, e sei lá o que mais, estão expressos no seu semblante. É só lançar mão de um pincel e pintá-lo: é um Prometeu, nada menos que um Prometeu! Olhar de águia, andar sereno: solene. Mas essa mesma águia, assim que sai de sua sala e se aproxima do escritório de seu superior, corre apressada, com passinhos de perdiz, com os papéis debaixo do sovaco, tão prestimosa que chega até a perder o fôlego. Em sociedade e nas recepções, em que nem todos ocupam cargos muito altos, o Prometeu permanece o mesmo Prometeu, mas, assim que aparece alguém mais graduado do que ele, o Prometeu sofre uma transformação tamanha, que nem o próprio Ovídio seria capaz de inventar: vira mosca, menos do que mosca, encolhe até ficar do tamanho de um grão de areia! “Mas este não é o Ivan Petróvich”, dirão, ao vê-lo. “O Ivan Petróvich é mais alto de porte, este aqui é baixote e magricela: aquele tem a fala sonora e a voz de baixo e nunca ri, mas este aqui é uma coisa incrível, fala em trinados como um pássaro e não pára de rir”. Mas, chegando mais perto, constatarão: é de fato Ivan Petróvich! “Sim, senhor, que coisa!”. (GÓGOL, 2008, p. 81-82)

[...] Pliúchkin já estava lá parado havia vários minutos sem pronunciar uma palavra, mas Tchítchicov ainda não conseguira iniciar a conversa, desconcertado tanto pelo aspecto próprio do dono como de tudo aquilo que havia no seu aposento. Durante muito tempo, não conseguiu encontrar uma maneira de abordar o assunto que motivara a sua visita, e já ia enveredando pela explicação de que, impressionado com a fama das raras virtudes e qualidades de caráter do anfitrião, sentia-se no dever de trazer-lhe pessoalmente os protestos do seu respeito, mas caiu em si, sentindo que assim já era demais. Relanceando mais um olhar de soslaio sobre tudo que enchia o quarto, Tchítchicov sentiu que as palavras “virtudes” e “raras qualidades de caráter” podiam ser vantajosamente substituídas pelas palavras “economia” e “ordem”; e por isso, modificando nesse sentido o seu discurso, acabou dizendo que, impressionado pela sua fama de homem econômico e extraordinário administrador de suas propriedades, considerou seu dever fazer-lhe essa visita, para conhecê-lo e trazer-lhe pessoalmente os protestos de seu respeito. (GÓGOL, 2008, p. 157-158)

Ainda nesse artigo, no item intitulado “Estilística do enunciado da vida cotidiana”, Voloshinov continua concretizando seus conceitos a partir de outro trecho da obra de Gógol. É o momento em que a personagem Chíchikov, a mesma do trecho anterior, “se encontra não apenas diante da escolha de palavras, mas também da disposição das mesmas, de toda a construção estilística de seu enunciado” (VOLOSHINOV/ BAJTÍN, 1993, p. 266):

Inclinando respeitosamente a cabeça para um lado e abrindo os braços e as mãos, como se fosse apresentar uma bandeja cheia de xícaras, ele fez uma reverência de corpo inteiro com extraordinária agilidade e disse:

– Considerei meu dever apresentar meus respeitos a Vossa Excelência. Nutrindo respeito para com as virtudes dos varões que salvaram a pátria no campo de batalha, considerei meu dever apresentar-me pessoalmente a Vossa Excelência.

Obviamente, este preâmbulo não desagradou o general. Com um movimento de cabeça assaz benevolente, ele falou:

– Muito prazer em conhecê-lo. Queira sentar-se. Onde foi que o senhor serviu?

– A minha carreira no serviço público – disse Tchítchicov, sentando-se não no meio da poltrona, mas de viés, agarrando-se com a mão ao braço da poltrona – começou num departamento do Tesouro, excelência. Seu transcurso subsequente, porém, deu-se em diversos postos: trabalhei no Tribunal de Justiça, numa comissão de construções e na Alfândega. Minha vida pode ser comparada a uma embarcação ao sabor das ondas, Excelência. A paciência tem sido, por assim dizer, minha eterna companheira, e eu

mesmo sou, por assim dizer, a própria encarnação da paciência... E o que sofri às mãos de inimigos, que chegaram a atentar contra a minha própria vida, não existem palavras, nem tintas, nem, por assim dizer, pincéis de artistas que possam descrevê-lo, de maneira que agora, no declínio da vida, procuro apenas um recanto onde possa passar meus derradeiros dias. (GÓGOL, 2008, p. 332-333)

Centrado nesses trechos e na totalidade de *Almas mortas*, Voloshinov dá conta de características fundamentais da construção de qualquer enunciado, considerando o enunciado concreto *Almas mortas* “a vida mesma”, como ele afirma, reconhecendo a semelhança entre essa realidade artística e a vida russa dos anos vinte e trinta do século XIX. Até o final do artigo, prende-se à realidade do mundo ficcional de Gógol em que, pelas personagens, pelas interações de que participam, são colocadas diante do leitor não apenas a Rússia daquele momento, mas a linguagem enfrentada em sua dimensão dialógica.

No último artigo escolhido para a discussão central deste trabalho, “A palavra e sua função social”, o autor procura definir palavra dentro da perspectiva ideológica-dialógica, destacando os conceitos de *classe ideológica*, *estilo do enunciado* e *palavra como signo ideológico*. Mais uma vez ele se refere à personagem Chichikov, de *Almas mortas*, indicando também outros autores russos, caso de Maiakovski, que tem dois versos mencionados, para retomar a ideia de que os trechos literários devem ser encarados não como ficção, mas como uma espécie de *gravação* dos enunciados construídos/trocados/ouvidos por pessoas reais. Com esse argumento, toma a fala das personagens em diferentes situações e estabelece o conceito de *palavra, estilo do enunciado, relações entre classes sociais, linguagem, ideologia, valores e tensões*.

### **3. Língua e literatura: uma das articulações fundadoras do pensamento bakhtiniano**

Se uma das pedras de toque do que hoje se estuda e explora dentro pensamento bakhtiniano é o conceito de linguagem, construído pelo fôlego filosófico, literário e linguístico dos participantes do Círculo, não apenas os três artigos de Voloshinov aqui recuperados, mas também os trabalhos de Pavel Medvedev e de Mikhail Bakhtin, para citar os três expoentes da *arquitetura bakhtiniana*, articulam sem álibi língua e literatura.

Saltar os exemplos literários presentes nos textos do Círculo, cujo interesse recai na perspectiva dialógica da linguagem, significa perder a oportunidade de reconhecer a formação ampla desses pensadores e a maneira como a literatura pode antecipar as relações língua, linguagem, vida, história, sociedade. Além disso, saltar desperdiça a ideia de que, precisamente por sua formação, os componentes do Círculo, e não apenas Bakhtin, tomam textos literários como essenciais à compreensão da humanidade, ou de um dado momento histórico. Eles articulam língua e literatura para arquitetar a percepção dialógica da linguagem e os pilares de seu estudo.

Portanto, não apenas os saltos serão mortais, de uma perspectiva individual, mas a falta de conhecimento das obras literárias evocadas nos diferentes textos empobrecerá o conhecimento dos conceitos que vão sendo construídos e do pensamento dialógico como um todo. Imagine-se a seguinte afirmação, citada num texto de estudos linguísticos:

O povo que chupa o caju, a manga, o cambucá e a jabuticaba, pode falar uma língua com igual pronúncia e o mesmo espírito do povo que sorve o figo, a pêra, o damasco e a nêspera? (ALENCAR, 1977, p. 168)

Desconhecendo-se que essa afirmação foi feita no século XIX, por José de Alencar, no prefácio de *Sonhos d'Ouro*, e que esse escritor brasileiro empenhou-se na identidade da língua nacional, corre-se o risco de achar que é a expressão politicamente incorreta de um nutricionista racista e não a reflexão de um literato sobre as relações língua e identidade brasileiras.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCAR, José Martiniano de. *Sonhos d'ouro*. 7. ed. Rio: José Olympio, 1977 [1ed. 1872].

BAKHTIN, M. Arte e responsabilidade. In: \_\_\_\_\_. *Estética da criação verbal*. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. XXXIII - XXXIV.

BARTHES, Roland. Um bellissimo presente. In: \_\_\_\_\_. *O rumor da língua*. Tradução de Mário Laranjeiras. São Paulo: Martins Fontes, 2004. p. 204-205 [parte IV: O amante de signos].

BRAIT, Beth. Análise e teoria do discurso. In: \_\_\_\_\_ (Org.). *Bakhtin: outros conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2006. p. 9-31.

FARACO, Carlos Alberto. *Linguagem e diálogo: as ideias linguísticas do Círculo de Bakhtin*. 2. ed. São Paulo: Parábola, 2009.

GÓGOL, Nikolai. *Almas mortas*. Tradução de Tatiana Belinky. São Paulo: Perspectiva, 2008.

JAKOBSON, Roman; POMORSKA, Krystyna. *Diálogos*. Tradução de Elisa A. Kossovitch. São Paulo: Cultrix, 1985.

MACHADO, Irene. *O filme que Saussure não viu: o pensamento semiótico de Roman Jakobson*. São Paulo: Editora Horizonte, 2007.

VOLOŠINOV, V. N. Che cos'è il linguaggio?. In: \_\_\_\_\_. *Il linguaggio come pratica sociale*, a cura di Augusto Ponzio, Bari: Dedalo, 1980. p. 61-94.

\_\_\_\_\_. La costruzione dell'enunciazione. In: \_\_\_\_\_. *Il linguaggio come pratica sociale*, a cura di Augusto Ponzio, Bari: Dedalo, 1980. p. 95-134.

\_\_\_\_\_. La parola e la sua funzione sociale. In: \_\_\_\_\_. *Il linguaggio come pratica sociale*, a cura di Augusto Ponzio, Bari: Dedalo, 1980. p. 135-164.

VOLOSHINOV, V. N. What is language? In: SHUKMAN, Ann (Ed.). *Bakhtin School papers. Russian Poetics Translation*, Vol. 10. Trad. Noel Owen. Somerton: Old School House, 1983. p. 93-113.

\_\_\_\_\_. The construction of the Utterance. In: SHUKMAN, Ann (Ed.). *Bakhtin School papers. Russian Poetics Translation*, Vol. 10. Tradução de Noel Owen. Somerton: Old School House, 1983, p.114-138.

\_\_\_\_\_. The word and its social function. In: SHUKMAN, Ann (Ed.). *Bakhtin School papers. Russian Poetics Translation*, Vol. 10. Trad. Joe Andrew. Somerton: Old School House, 1983. p. 139-152.

VOLOSHINOV, V. N./ BAJTÍN, M. Qué es el lenguaje?. In: SILVESTRI, Adriana; BLANCK, Guillermo (Org.). *Bajtín y Vigotski: la organización semiótica de la conciencia*. Barcelona: Anthropos, 1993. p. 217-243.

\_\_\_\_\_. La construcción de la enunciación. In: SILVESTRI, Adriana; BLANCK, Guillermo. *Bajtín y Vigotski: la organización semiótica de la conciencia*. Barcelona: Anthropos, 1993. p. 245-276.

VOLOSHINOV, V. N. /BAKHTINE, M. La structure de l'énoncé. In: TODOROV, T. *Mikhail Bakhtine le principe dialogique, suivi de Écrits du Cercle de Bakhtin*. Paris: Du Seuil, 1981. p. 287-315.

### **BIBLIOGRAFIA NÃO CITADA**

ANDRADE, Carlos Drummond de. Suas cartas. In: \_\_\_\_\_. *Poesia completa e prosa - Confissões de Minas*. 4. ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1977.

BRAIT, Beth (Org.). *Bakhtin e o Círculo*. São Paulo: Contexto, 2009.

# As vozes sobre a imigração: o dialogismo em um texto a respeito da imigração no Brasil pós-guerra

(Voices on the immigration: the dialogism in a text about the Brazilian's immigration in post-war period)

**Alexandre Marcelo Bueno**

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo (USP)

alexandrembueno@gmail.com

**Abstract:** The immigration process in Brazil produced many discussions on the most appropriated way for selecting the best immigrants for the country. In these discussions, points of view were confronted. Our paper examines, by the bakhtinian's concept of dialogism, the different voices in a text that discusses the subject of the immigration in Brazil after the Second World War.

**Keywords:** immigration; dialogism; Bakhtin; History of Brazil.

**Resumo:** O tema da imigração no Brasil produziu uma série de debates sobre a forma mais apropriada de se selecionar os melhores imigrantes para o país. Nesses debates, diferentes pontos de vista, orientados por valores sociais e científicos distintos, se defrontavam. Nosso trabalho procura examinar, à luz do conceito bakhtiniano de dialogismo, as diferentes vozes presentes em um texto que discute o tema da imigração no Brasil no período subsequente ao final da Segunda Guerra Mundial.

**Palavras-chave:** imigração; dialogismo; Bakhtin; História do Brasil.

## Introdução

O processo imigratório no Brasil, desde o seu início no século XIX, foi marcado pelos debates e por embates de ideias a respeito do melhor tipo de imigrante para o país.<sup>1</sup> As discussões, do final do século XIX até as primeiras décadas do século XX, se centraram no estabelecimento de critérios que pudessem selecionar o melhor imigrante, envolvendo, entre outros interesses, a forma como o trabalhador imigrante poderia contribuir para o desenvolvimento econômico (e, às vezes, social) do país. Havia, assim, pontos de vista distintos a respeito da imigração no Brasil: aqueles que eram a favor, ampla e irrestritamente, da entrada de imigrantes de qualquer nacionalidade; os que desejavam critérios claros, baseados na capacidade física ou na origem nacional ou racial dos grupos imigrantes; e os que eram contrários à entrada de quaisquer imigrantes no país, pois visavam ao desenvolvimento da força de trabalho nacional.

Essa situação se mantivera até o início da Primeira Guerra Mundial, quando ocorreu um forte decréscimo de entrada de imigrantes europeus no país. Ao mesmo tempo, a Primeira Guerra Mundial possibilitou o aumento do número de imigrantes japoneses que entraram no país. O fluxo imigratório apresentou, então, um novo aumento após o final dessa Guerra, mas sofreu um golpe mais duro com o advento da Segunda Guerra Mundial, que envolveu conflitos em escala efetivamente mundial.

---

<sup>1</sup> Para uma noção dos diversos pontos de vista da sociedade brasileira em relação à imigração, sobretudo das minorias não-europeias, cf. Lesser (2001).

Após a Segunda Guerra Mundial, surgiram as figuras de um novo tipo de imigrante: os refugiados e os deslocados de guerra<sup>2</sup> (sujeitos e grupos espoliados pela Segunda Guerra Mundial). Por essa razão, entidades supranacionais, como a OIR (Organização Internacional dos Refugiados) e a CIME (Comissão Intergovernamental para Migrações Europeias) (SAKURAI, 2008, p. 191) foram criadas para se prestar auxílio às pessoas e aos grupos que sofreram, de forma mais aguda, as consequências maléficas da guerra. Essas instituições realizaram a mediação entre os países destruídos pela guerra e os países que tiveram algum interesse em receber esse novo tipo de imigrante. Dentre os países interessados, e que mais receberam imigrantes nesse período, destacaram-se os EUA e a Argentina. Mas o Brasil também foi incluído no rol dos países interessados em receber esses imigrantes, ainda mais por querer efetivamente receber trabalhadores com um perfil técnico compatível com seu parque industrial nascente.

Assim, depois de 1945, ou seja, após o final da Segunda Guerra Mundial e o fim da ditadura Vargas, a sociedade brasileira retomou as discussões a respeito dos critérios a serem definidos para a seleção desses novos imigrantes, da mesma maneira que fora feito no período anterior às Grandes Guerras (PERES, 2003, p. 86). O texto que analisaremos, de autoria do antropólogo Emílio Willems, se inseriu nesse debate. De antemão, podemos dizer que o texto deixa explícita uma série de vozes referentes à questão imigratória no país, vozes não apenas concomitantes ao seu momento histórico, mas também vozes de períodos históricos anteriores, principalmente as baseadas nas teorias raciais (cujo auge de seu prestígio na sociedade brasileira se formou ainda no século XIX, mas com a manutenção de algumas ressonâncias nas primeiras décadas do século XX).<sup>3</sup>

Apesar de não abordarmos, neste trabalho, os problemas e as discussões em torno da noção de gênero, principalmente a desenvolvida pelo círculo bakhtiniano, entendemos que uma observação em relação a essa noção faz-se necessária: originalmente, o texto de Emílio Willems fora publicado como um artigo de opinião no jornal *O Estado de São Paulo*, no dia 24 de outubro de 1947. A versão a que tivemos acesso, contudo, foi a publicada em uma seção intitulada “Noticiário”, na *Revista de Imigração e Colonização*. Por essa razão, há duas distinções a serem consideradas antes da análise propriamente dita. A primeira refere-se ao destinatário do texto.<sup>4</sup> Se, por um lado, o jornal possuía (e ainda possui) um público mais heterogêneo, por outro lado, o público que lia a *Revista de Imigração e Colonização* era muito mais específico e, certamente, mais familiarizado com o tema tratado. Além disso, a circulação de um jornal, mesmo de grande tiragem, como *O Estado de São Paulo*, se restringe, em quase

---

<sup>2</sup> Segundo Peres, os deslocados de guerra eram definidos como indivíduos arrancados à força de seus respectivos países. Os refugiados, por sua vez, eram entendidos como indivíduos que saíram espontaneamente de seus países, o que, como ressalva a autora, é um conceito impreciso, pois esse tipo de imigrante saiu de seu país por necessidade (em decorrência de perseguições políticas, por exemplo) e não por opção (PERES, 2003, p. 86-87).

<sup>3</sup> A influência das teorias raciais europeias importadas pela elite intelectual, política e burocrática brasileira pode ser mais bem compreendida em dois acurados estudos: Schwarcz (2004) e Skidmore (1976).

<sup>4</sup> Uma reflexão profunda sobre a noção de destinatário nos é apresentada por Bakhtin no seguinte fragmento: “Esse destinatário pode ser um participante-interlocutor direto do diálogo cotidiano, pode ser uma coletividade diferenciada de especialistas de algum campo especial da comunicação cultural, pode ser um público mais ou menos diferenciado, um povo, os contemporâneos, os correligionários, os adversários e inimigos, o subordinado, o chefe, um inferior, um superior, uma pessoa íntima, um estranho, etc.; ele também pode ser um *outro* totalmente indefinido, não concretizado (em toda sorte de enunciados monológicos de tipo emocional)” (BAKHTIN, 2003a, p. 301).

sua totalidade, à cidade de São Paulo, enquanto a *Revista de Imigração e Colonização* apresentava circulação nacional. Essas questões, que evidentemente participam da construção do sentido de um enunciado, não serão abordadas pelo nosso trabalho da maneira que mereceriam porque o texto, em sua totalidade, não foi alterado (mas a certeza desse fato nos foge porque não tivemos acesso à versão original publicada pelo jornal). De qualquer maneira, estamos cientes da possibilidade de ter ocorrido uma modificação na disposição do texto, assim como a supressão de elementos paratextuais que evidenciam as diferenças entre um texto veiculado por um jornal e um texto publicado por uma revista, fatos que certamente influenciam na construção do sentido de um enunciado. Mesmo com essas diferenças, sobretudo na composição do texto, acreditamos que se trata de um mesmo gênero discursivo, isto é, um artigo de opinião a respeito do processo imigratório brasileiro. Em outras palavras, trata-se de um mesmo gênero, mas com destinatários distintos.

Para não nos embrearmos em questões de interesse de um outro campo científico, como a História, limitar-nos-emos, neste trabalho, à questão das diferentes vozes presentes no texto que servem para explicitar e justificar o ponto de vista adotado pelo autor. Por meio dessas vozes recuperadas e dispostas na “arena” formada pelo enunciado, veremos como o texto analisado realiza uma discussão dos termos utilizados pelos outros discursos que trataram do mesmo assunto, ou seja, a seleção dos imigrantes no Brasil. Por conta desse enfoque em nossa abordagem, apresentaremos, a seguir, algumas considerações a respeito do conceito bakhtiniano de dialogismo.<sup>5</sup>

### **Noção do conceito de dialogismo**

Para Bakhtin, o texto é o objeto por excelência dos estudos nas chamadas ciências humanas. A prevalência do texto como objeto do interesse das ciências humanas decorre do fato de ele ser encarado, pelo autor, como o suporte da realidade imediata do pensamento e da vivência (2003b, p. 307).

Além de ser um objeto de estudos, o texto é, portanto, um produto do pensamento e da experiência humana. Para Bakhtin, dois elementos são responsáveis pela produção do texto: a intenção (ideia) e a realização dessa ideia (2003b, p. 308). Pressupõe-se, assim, a existência de um sujeito responsável pela produção desse texto. Contudo, Bakhtin não se refere a um sujeito “adâmico”, que seria responsável pela produção de um enunciado original (resultado somente de sua própria vontade), auto-centrado em si mesmo e totalmente desligado e separado do mundo que o circunda e do qual ele mesmo é parte integrante.

Por essa razão, toda comunicação, realizada por meio do enunciado-texto, implica a participação de um sujeito comunicante e de um sujeito receptor dessa comunicação, uma vez que o ser humano não está isolado do mundo e sua atividade decorre de sua relação com o próprio mundo e com os outros sujeitos. E essa relação ocorre, em quase sua totalidade, por meio do uso da linguagem. Assim, a comunicação é mediada pelo enunciado, enquanto “unidade real da comunicação discursiva” (BAKHTIN, 2003a, p. 269). No entanto, essa concepção de comunicação ainda não é suficiente para se compreender os elementos constituintes de um enunciado, até porque

---

<sup>5</sup> As ideias do Círculo de Bakhtin serviram de ponto de partida para inúmeras reflexões nas diferentes correntes das teorias do discurso. Para um exemplo claro dessa fecundidade de ideias, remetemos à leitura do livro organizado por Beth Brait (2005). A proposta de nossa análise é, contudo, a de não recorrer a qualquer uma dessas teorias, pois pretendemos nos embasar diretamente nos conceitos desenvolvidos por Bakhtin e não utilizá-los somente como um subsídio teórico.



o próprio enunciador espera uma participação de seu interlocutor (2003a, p. 272). Além disso, da mesma forma que um enunciado é produzido com a expectativa de uma posição responsiva daqueles que o ouvirão ou lerão, o próprio enunciado é também uma posição responsiva de enunciados anteriormente proferidos e/ou produzidos. Como o próprio Bakhtin afirma:

Ademais, todo falante é por si mesmo um respondente em maior ou menor grau: porque ele não é o primeiro falante, o primeiro a ter violado o eterno silêncio do universo, e pressupõe não só a existência do sistema da língua que usa mas também de alguns enunciados antecedentes – dos seus e alheios – com os quais o seu enunciado entra nessas ou naquelas relações (baseia-se neles, polemiza com eles, simplesmente os pressupõe já conhecidos do ouvinte). Cada enunciado é um elo na corrente complexamente organizada de outros enunciados. (2003a, p. 272)

A possibilidade de se responder a um determinado enunciado está centrada no fato de ele ser acabado, ou seja, concluído. Em outras palavras, todo enunciado é acabado e, por conseguinte, é considerado como uma totalidade passível de estudo pelas ciências humanas. Essa “totalidade” do enunciado, por sua vez, decorre de três elementos: a exauribilidade semântico-objetiva do tema do enunciado; a vontade discursiva do produtor do enunciado; e as formas típicas composicionais e de gênero (BAKHTIN, 2003a, p. 281-282). A exauribilidade do objeto dependerá de sua conversão em tema do enunciado, que o limita a partir de determinadas situações. A vontade discursiva é responsável pelos limites do texto e também pela escolha do gênero discursivo. Mas essa escolha e suas formas composicionais também dependem do campo (ou esfera) da comunicação discursiva, além de outros elementos.

Por esse motivo, a relação entre enunciados, e sua possibilidade responsiva, está fundada em uma base comum que é determinada pela “identidade da esfera de comunicação discursiva” (BAKHTIN, 2003a, p. 297). O enunciado ocupa, então, uma certa posição dentro dessa esfera comunicativa, posição que será definida pela relação que o enunciado mantém com outros enunciados. É a partir da posição ocupada em uma determinada esfera que permite a resposta a outros enunciados, assim como a espera de uma atitude responsiva a partir de um enunciado produzido. Bakhtin sintetiza de maneira elegante a nossa explicação: “Cada enunciado é pleno de ecos e ressonâncias da esfera de comunicação discursiva” (BAKHTIN, 2003a, p. 297).

Outro aspecto pertinente do enunciado é o elemento expressivo, ou seja, a relação entre o sujeito produtor do enunciado e o objeto do qual ele fala. Essa relação, que Bakhtin chama de “relação valorativa do falante com o objeto de seu discurso” (2003a, p. 289), determina as escolhas lexicais, gramaticais e também composicionais participantes do enunciado. Por isso, ele afirma: “A entonação expressiva é um traço constitutivo do enunciado” (2003a, p. 290). Essa entonação expressiva está presente não somente na relação com seu objeto do discurso, mas também em relação às diversas vozes presentes no discurso. O enunciado não é, assim, um produto da atividade humana em si, mas um produto da atividade humana inserida em um universo cultural e social reconhecido e pré-estabelecido. Em outras palavras, um determinado enunciado é construído como um elemento que preenche um espaço dentro de uma cadeia de enunciados, que pode ser também conhecido como dialogismo.

Podemos pensar, assim, que o dialogismo proposto por Bakhtin tem a interação como princípio fundamental de sua teoria. Nessa interação ocorre também o fenômeno de assimilação, que nada mais é do que “uma interação constante e contínua com os enunciados individuais dos outros” (BAKHTIN, 2003a, p. 294). Por isso,

Nosso enunciado, isto é, todos os nossos enunciados (inclusive as obras criadas) é pleno de palavras dos outros, de um grau vário de alteridade ou de assimilabilidade, de um grau vário de aperceptibilidade e de relevância. Essas palavras dos outros trazem consigo a sua expressão, o seu tom valorativo que assimilamos, reelaboramos, e reacentuamos. (BAKHTIN, 2003a, p. 294-295)

Essas vozes tornam-se presentes no enunciado com o intuito de se explicitarem divergências ou convergências em relação a um determinado tema. A presentificação e a interação dessas vozes não ocorre de modo neutro, sobretudo porque uma série de avaliações, comentários e contraposições “enquadram” as demais vozes veiculadas pelo texto. Nas palavras de Bakhtin: “O discurso do outro, desse modo, tem uma dupla expressão: a sua, isto é, a alheia, e a expressão do enunciado que acolheu esse discurso” (2003a, p. 299).

Por fim, pelas razões apresentadas, acreditamos que nosso trabalho se situa no “problema da inter-relação semântica (dialética) e dialógica dos textos no âmbito de um determinado campo” (BAKHTIN, 2003b, p. 310). Esse campo, cujo tema é o da imigração, está situado em um espaço específico e em um tempo histórico delimitado (já explicitado e explorado em nossa introdução). Passemos, então, à análise das polêmicas entre as diferentes vozes presentes no texto de Emilio Willems.

### **O dialogismo em um discurso a respeito da imigração brasileira**

Como já mencionamos acima, um enunciado se constitui, de um lado, pela relação com enunciados anteriormente proferidos e, de outro, pela espera de uma atitude responsiva do enunciado construído. Essa definição de enunciado fica bastante clara no texto de Emilio Willems, quando se presentificam vozes de outros enunciados com os quais seu próprio enunciado se relaciona por meio do mesmo tema (o processo migratório brasileiro):

- (01) Parece que a fase liberal na história das migrações modernas está definitivamente encerrada. A política imigratória das ‘portas escancaradas’ correspondia à concepção darwiniana da ‘seleção natural’. Bastaria abrir as fronteiras indiscriminadamente a todos que quisessem entrar para a ‘luta pela vida’ encarregar-se do resto, selecionando automaticamente os mais aptos e eliminando aqueles que se revelassem incapazes de ajustar-se a um ‘habitat’ diferente. (WILLEMS, 1947, p. 99)

Nesse trecho, já há uma distinção entre a voz do enunciado principal e as vozes recuperadas de um outro discurso. As aspas do trecho acima destacam não apenas o fato de as palavras não pertencerem ao ponto de vista do autor, mas também o vocabulário de discursos formados por uma outra concepção social, por uma outra ideologia.<sup>6</sup>

---

<sup>6</sup> Como nos ensina Bakhtin, “(...) muito amiúde a expressão do nosso enunciado é determinada não só – e vez por outro não tanto – pelo conteúdo semântico-objetual desse enunciado mas também pelos enunciados do outro sobre o mesmo tema, aos quais respondemos, com os quais polemizamos; através deles se

Podemos observar também que o autor realiza uma espécie de julgamento ou avaliação a respeito do período anterior da imigração (o do período anterior às Grandes Guerras), no qual não haveria critérios de seleção para a entrada dos imigrantes (“portas escancaradas”) e cuja sobrevivência ficaria a cargo da “seleção natural”, ou seja, da competição entre os sujeitos em que apenas os mais aptos poderiam sobreviver. Assim, a partir da segunda frase, haveria a voz daqueles que defendiam essa concepção social escorada nos preceitos darwinianos. Ao mesmo tempo, essa mesma frase mostra que essa concepção social não faria parte dos valores do autor. Essa distinção de pontos de vista e de concepções da atividade social fica ainda mais clara no seguinte trecho:

- (02) Infelizmente, os darwinistas, conscientes e inconscientes, esqueceram-se de que o homem é um ser cultural a que não se pode aplicar o conceito de seleção natural. Se nos referirmos à sobrevivência dos animais e plantas ‘mais aptos’, pensaremos em exemplares ou variedades geneticamente mais bem equipados para se adaptarem a um determinado meio. Mas transferido ao homem, o conceito do ‘mais apto’ encerra, ao lado do equipamento genético, uma série de aquisições de ordem cultural cuja importância adaptativa normalmente ultrapassa a dos caracteres genéticos. Não é possível separar os dois aspectos da concepção ‘do mais apto’, pois o homem não pode ser colocado fora de qualquer contexto cultural. O equipamento cultural adquirido o acompanha aonde quer que seja, se interpõe entre o seu organismo e a natureza e exige ajustamentos a grupos com equipamento cultural diferente. (WILLEMS, 1947, p. 99).

Dentro da esfera científica,<sup>7</sup> na qual seu enunciado está inserido, há uma oposição entre a concepção social darwinista e a concepção culturalista da sociedade. Essa oposição serve, assim, para o autor mostrar a insuficiência do conceito de aptidão (derivado do darwinismo) aplicado ao campo social. Não é o caso de não utilizar o conceito de aptidão, mas sim o de usá-lo de modo apropriado para as questões sociais. Em outras palavras, a questão discutida nesse texto se refere ao uso do conceito de aptidão: ele não pode, segundo o texto, ser entendido como o era pela ideologia liberal, em que cada indivíduo é responsável por si e somente os melhores obtêm sucesso. Dessa forma, o conceito de aptidão deve ser utilizado com o objetivo de se pensar na capacidade e na possibilidade de se ajudar o imigrante a encontrar o meio social e agrícola apropriado às capacidades de trabalho que eles trazem para o país.

Além disso, há ainda no trecho acima uma outra avaliação, explicitada pelo uso do advérbio no início do parágrafo (“Infelizmente”). Basicamente, a avaliação do autor recai sobre o “esquecimento” do aspecto cultural nas discussões a respeito do processo imigratório, “esquecimento” que implicaria uma seleção inapropriada dos imigrantes para o país porque não se considerariam as condições ambientais relacionadas à capacidade e ao conhecimento agrícola do imigrante:

- (03) O imigrante ‘mais apto’ não é aquele que revela possuir apenas a capacidade biológica de sobrevivência. Na realidade, o problema é muito mais complexo. Qualquer aptidão somente adquire sentido quando relacionada com um determinado meio, social e geograficamente definido. As aptidões de um lavrador europeu, habituado a sistemas agrícolas intensivos que compensem o emprego de máquinas, adubos e mão de obra assalariada, se transformam repentinamente em ‘inaptidões’ quando os seus portadores

---

determina também o destaque dado a determinados elementos, as repetições e a escolha de expressões mais duras (ou, ao contrário, mais brandas); determina-se também o tom” (2003a, p. 297).

<sup>7</sup> A esfera científica a que nos referimos é a das ciências humanas, mais especificamente a das ciências sociais e antropológicas. Para um melhor entendimento do darwinismo social e sua presença na elite intelectual brasileira, remetemos ao trabalho de Schwarcz (2004).

forem transferidos para uma região cuja organização ecológica permite apenas o emprego de técnicas agrícolas rudimentares. (WILLEMS, 1947, p. 99-100)

Por isso, a adaptação do imigrante é, para o autor, um problema muito mais complexo, pois depende do meio social e geográfico para o qual esse imigrante é encaminhado. Para corroborar seu ponto de vista, ele cita exemplos de imigrantes europeus que utilizavam técnicas agrícolas avançadas, mas que fracassaram ao se defrontarem com um meio que exigia apenas o emprego de técnicas rudimentares (que os imigrantes especializados, obviamente, não conheciam). Para o autor, o insucesso dos imigrantes decorreu da incompatibilidade entre os seus conhecimentos e o ambiente para onde eles foram encaminhados, enquanto para os discursos com os quais Willems polemiza, “se transformaram repentinamente em ‘inaptidões’”. Dessa forma, qualquer critério de seleção para a entrada dos imigrantes deveria, segundo o ponto de vista do autor, ser inicialmente pensado em relação ao meio para o qual os imigrantes seriam dirigidos.

O autor realiza também uma discussão terminológica para especificar qual o tipo de imigrante que deveria ser selecionado. Nesse trecho do texto, ele também convoca outras vozes que se contrapõem ao seu ponto de vista:

- (04) A ideia de introduzir no Brasil simplesmente ‘lavradores europeus’ com o objetivo de proporcionar o elemento humano necessário ao desenvolvimento da agricultura do país é de um primarismo verdadeiramente inconcebível. O termo ‘lavrador’ abrange uma vastíssima gama de variedades que antes de mais nada precisam ser definidas e postas em equação com a ecologia da região destinada a recebê-las. (WILLEMS, 1947, p. 100)

A discussão sobre o termo “lavrador” não é, em hipótese alguma, uma discussão apenas terminológica. Muito pelo contrário: a discussão empreendida no texto de Emílio Willems procura estabelecer critérios claros e precisos a respeito dos imigrantes que poderiam entrar no país para o seu trabalho efetivo em regiões apropriadas. Além disso, mais uma avaliação do autor é apresentada nesse trecho: ao utilizar o advérbio “simplesmente” e a frase “um primarismo verdadeiramente inconcebível”, podemos observar que ele avalia o ponto de vista dos outros enunciados como uma visão ingênua do processo migratório.

Por isso, ele prossegue com a defesa do uso de um termo mais apropriado para a discussão dos critérios de seleção dos imigrantes:

- (05) Muitos esquecem-se de que a grande parte dos lavradores europeus se ajusta muito melhor à designação de ‘horticultor’, pois lavram propriedades minúsculas em condições que muito se assemelham às de chácaras encontradas nas imediações das cidades brasileiras. Colonizadores experimentados que tiveram ensejo de observar, durante longos anos, a capacidade de ajustamento desse tipo de lavrador em regiões pioneiras do Brasil meridional e da Argentina, chegaram à interessante conclusão de que, em geral, operários urbanos revelaram maior capacidade de ajustar-se às condições primitivas da agricultura pioneira do que aqueles lavradores especializados. (WILLEMS, 1947, p. 100)

Nesse trecho, há duas vozes distintas da do autor que servem para dois propósitos distintos: a primeira, localizada no início do trecho (“Muitos”), é a voz daqueles discursos que insistem em utilizar o termo “lavradores”, os quais Willems polemiza e avalia de forma negativa (“esquecem-se”). A segunda voz (“Colonizadores”) compreende o processo de adaptação dos imigrantes nas regiões agrícolas. Assim, essa

segunda voz mostra que a presença de operários estrangeiros no processo imigratório seria melhor para o país porque os operários se adaptariam mais facilmente ao rudimentar meio agrícola brasileiro do que os agricultores especializados. Essa última voz é convocada para reforçar e reafirmar o ponto de vista do autor. A concordância entre esses últimos pontos de vista fica clara com a avaliação positiva que Willems realiza (“experimentados” e “chegaram à interessante conclusão”).

Ainda nesse ponto, a conformidade entre enunciados distintos fica ressaltada no seguinte trecho: “Verificou-se ser mais fácil ensinar aos operários urbanos as técnicas extremamente rudimentares de uma agricultura extensiva, do que reajustar lavradores ‘adiantados’ a um sistema agrícola semiprimitivo” (WILLEMS, 1947, p. 100). Além disso, o discurso de Emilio Willems coloca-se explicitamente contra a vinda de trabalhadores agrícolas estrangeiros especializados, como no seguinte trecho: “(...) o aproveitamento de lavradores altamente especializados para a colonização de regiões sertanejas é duplamente condenável (...)” (WILLEMS, 1947, p. 100).

O texto apresenta dois motivos para discordar de outros discursos e de sujeitos que pensam de modo diferente: poucos são os imigrantes que conseguem se ajustar ao ambiente para o qual foram enviados (segundo o texto, a maioria acabava migrando para outra região ou para outra cidade); dos poucos que se permanecem no local destinado, acabam renunciando ao uso dos equipamentos oferecidos pelo governo para uso no cultivo (WILLEMS, 1947, p. 100). Para o autor, essa renúncia significa o retrocesso da imigração no Brasil, pois se voltaria para estágios que imigrantes anteriormente estabelecidos já haviam superado.

Esse retrocesso, chamado no texto de “acaboclamento”, teria ocorrido em diversas partes do país, fenômeno que por si só justificaria uma revisão dos critérios de seleção do imigrante. Para justificar esse seu posicionamento, o discurso recorre mais uma vez a uma nova voz, justamente para desqualificá-la em detrimento do ponto de vista do autor. Essa é uma posição responsiva do enunciado de Willems, na qual ele explicita suas objeções por meio da avaliação constante que ele estabelece em relação ao enunciado do outro: “Não é crível que algum colonizador queira selecionar lavradores ‘superiores’ apenas para multiplicar a espécie dos Jeca-Tatus” (WILLEMS, 1947, p. 100).

O autor propõe, assim, novos critérios para a seleção dos imigrantes, visando uma adaptação desprovida de problemas para que eles pudessem trabalhar adequadamente e, assim, contribuíssem para o desenvolvimento econômico do país. Nesse caso, ele defende seu ponto de vista como o modo mais apropriado de se encarar e se entender o processo imigratório do país:

- (06) É preciso, portanto, que a seleção de tais imigrantes seja acompanhada da seleção de áreas que, pela qualidade do solo, as facilidades de comunicação e, sobretudo, a proximidade de mercados, permitam a perpetuação do equipamento técnico trazido do país de origem. (WILLEMS, 1947, p. 100)

Sua proposta de integrar aos critérios de seleção para os imigrantes mais aptos outros elementos relacionados à infra-estrutura é, claramente, sua própria ideia e seu ponto de vista a respeito do tema da imigração no Brasil, tanto que, como vimos, o autor recorre algumas vezes a outros discursos que concordam com o seu ponto de vista.

O autor, por fim, retoma a discussão a respeito da distinção entre “lavrador” e “trabalhador agrícola”. Segundo o texto, o trabalhador agrícola, cuja origem é a Europa Oriental, possui “um padrão de vida simples, poucos conhecimentos agrícolas e o

desejo veemente de ser proprietário” (WILLEMS, 1947, p. 100). Por isso, ele seria mais apropriado para o meio rural brasileiro. Pela mesma razão, os imigrantes asiáticos poderiam ser incluídos no processo migratório. Dessa forma, o trabalhador agrícola se oporia ao termo “lavrador”, cujo significado pertenceria aos outros discursos que se contrapõem ao ponto de vista de Emilio Willems.

O texto ainda se prolonga um pouco mais na distinção e definição do termo “lavrador”. Dessa vez, ela significa trabalhadores das regiões rurais industrializadas da Europa. Nesse parágrafo, o autor faz uma ressalva, como para se defender de possíveis restrições ou contestações de uma posição responsiva:

(07) À primeira vista, poderá causar espanto o fato de haver zonas rurais industrializadas. Na realidade, trata-se de áreas tidas como superpovoadas na primeira metade do século passado. Nessa época, o retalhamento da propriedade havia chegado ao máximo e, como a agricultura constituía a única fonte de renda da população, uma colheita má significava fome, miséria e êxodo. Regiões como o Palatinado e certas partes da Renânia forneceram vastas correntes migratórias para o Novo Mundo. (WILLEMS, 1947, p. 100).

Não há apenas uma atitude preventiva por parte do autor, mas o uso da forma reflexiva (“trata-se”) mostra que o que é dito não é apenas uma opinião dele, mas um conhecimento que ele possui e cujo fato relatado quase fala por si próprio.

Como, nessas regiões, a atividade rural e industrial conviveu de forma pacífica, formou-se, em algumas famílias, a alternância entre o trabalho rural e o trabalho na indústria. Para o autor, esse tipo de imigrante, que nunca é citado nos debates a respeito da imigração, não apenas poderia, mas deveria ser mais bem observado:

(08) Ora, o elemento humano procedente de tais regiões [Palatinado e Renânia] apresenta possibilidades seletivas que nunca foram examinadas sob o ponto de vista dos interesses colonizatórios do Brasil. Admitir ou rejeitar esses imigrantes ou, quando admitidos, distribuí-los simplesmente de acordo com as declarações de seus passaportes ou outros documentos exigidos, seria um processo burocraticamente avesso às normas de uma seleção bem orientada. (WILLEMS, 1947, p. 101)

Assim, após explicitar seu ponto de vista, por meio da contraposição com outros discursos que são convocados a participar de seu próprio enunciado, o autor propõe sua solução para a seleção dos imigrantes, que se distingue de outras perspectivas e outros pontos de vista sobre o tema da imigração no Brasil. A relação que o autor mantém com seu objeto também está clara: o uso de uma interjeição (“ora”) mostra que, para o autor, a escolha dos imigrantes advindos dessa região, pelas suas qualidades de trabalhador simples e de fácil adaptação às situações difíceis, é quase uma obviedade.

Além disso, há uma outra voz, nesse último trecho, com a qual o autor não concorda. Essa voz é a da burocracia, que não se apega a questões de ordem cultural no processo de entrada dos imigrantes, pois apenas se limita a cumprir os trâmites burocráticos, frequentemente estabelecidos pelos princípios políticos liberais e pelas concepções darwinistas da sociedade, como apontados e criticados pelo autor.

## Conclusões

Como dissemos no início deste trabalho, o tema da imigração no Brasil envolveu uma série de pontos de vista distintos a respeito da entrada de estrangeiros no país. O texto de Emílio Willems explicita alguns desses pontos de vista para deixar mais clara sua própria perspectiva e suas propostas para que o problema imigratório brasileiro fosse minimizado. Dessa forma, ele objetiva uma política imigratória que vise a uma melhor acolhida aos imigrantes, para que eles possam, de certa forma, se desenvolver no Brasil sem maiores percalços.

O ponto de vista do autor é definido, sobretudo, na relação de oposição a diferentes pontos de vista sobre o mesmo tema (a imigração no Brasil): os discursos contrários são os do darwinismo social, da política liberal e o da burocracia. Por oposição, o discurso de Emílio Willems é um discurso que se revela sabedor do assunto tratado, que privilegia o saber quase empírico da observação do fato social, que exclui os traços raciais como elementos essenciais na vida em sociedade para incluir os elementos culturais que esses estrangeiros trazem para o país. A imagem do autor que o texto produz é, assim, a de um sujeito conhecedor do tema tratado, em que ele desloca o conceito biológico de “adaptação” para um ponto de vista culturalista, em que os elementos culturais e os conhecimentos trazidos pelos imigrantes (e não apenas sua carga genética) se tornam parte fundamental no processo de se pensar a imigração de seu tempo. Dessa maneira, ele mostra que conhece o objeto discutido pelo seu texto, com o qual mantém uma relação também valorativa, além de conhecer os pontos de vista discordantes ao seu em relação a esse objeto, a partir dos quais ele realiza uma avaliação negativa.

Toda essa complexa rede de oposições e concordâncias de pontos de vista só é possível de ser apreendida a partir do conceito de dialogismo de Bakhtin. Dessa forma, vemos como um texto, em sua simplicidade aparente, revela uma diversidade de vozes, de seu presente enunciativo ou de um passado não muito distante, que entram em uma disputa pela significação mais apropriada. Tanto que o texto não deixa de discutir semanticamente determinados léxicos que passam a apresentar outras significações e definições sob o olhar do enunciador responsável pelo texto. É desse embate entre diferentes vozes que surge o ponto de vista e as propostas de Emílio Willems para uma política imigratória que ele considerada a mais adequada para a realidade social e cultura do Brasil.

Por fim, o texto de Emílio Willems não se exime de responder aos enunciados contrários ao seu, como também sabe se prevenir diante de eventuais posições responsivas contrárias ao seu ponto de vista, sem deixar de propor novas soluções para o já então velho problema imigratório brasileiro.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAKHTIN, M. M. Os gêneros do discurso. In: \_\_\_\_\_. *Estética da Criação Verbal*. Trad. do russo de Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003a. p. 261-306. (Original de 1979).

\_\_\_\_\_. O problema do texto na Linguística, na Filologia e em outras Ciências Humanas. \_\_\_\_\_. In: *Estética da Criação Verbal*. Trad. do russo de Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003b. p. 307-335. (Original de 1979).

BRAIT, B. (Org.). *Bakhtin – Dialogismo e Construção do Sentido*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2005.

LESSER, J. *A negociação da identidade nacional – imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil*. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

PERES, Elena Pájaro. *A inexistência de terra firme – A imigração galega em São Paulo (1946-1964)*. São Paulo: EDUSP, 2003.

SAKURAI, C. A imigração dos japoneses para o Brasil no Pós-Guerra (1950-1980). HASHIMOTO, F. et al (Orgs). *Cem anos da Imigração Japonesa – História, Memória e Arte*. São Paulo: Editora UNESP, 2008. p. 189-239.

SCHWARCZ, L. *O espetáculo das raças – Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1976.

WILLEMS, Emilio. Problemas de imigração. Critérios de seleção. *Revista de Imigração e Colonização*, n. 4, dez. 1947, p. 99-101.



# A constituição do *ethos* na canção popular brasileira

(La constitution de l'*ethos* dans la chanson brésilienne)

Álvaro Antônio Caretta<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo (USP)

alcaretta@yahoo.com.br

**Résumé:** En partant des conceptions de Dominique Maingueneau sur l'*ethos* et les scènes de l'énonciation, nous voulons étudier la construction de l'*ethos* dans la chanson brésilienne. A partir du modèle sémiotique proposé par Luiz Tatit pour l'étude du sens dans la chanson brésilienne, nous analysons le comportement de l'*ethos* dans ce genre de musique, en observant la relation entre la composante mélodique et linguistique. Dans ce contexte, nous proposons des concepts d'*ethos* inhérente et *ethos* assumé pour démontrer comment le scène générique et la scénographie sont mis en jeu pour la formation de l'*ethos* dans la chanson brésilienne.

**Mots-clés:** *ethos*; analyse du discours; genres du discours; chanson brésilienne.

**Resumo:** Partindo das concepções de Dominique Maingueneau sobre *ethos* e cenas da enunciação, pretendemos estudar a construção do *ethos* na canção popular brasileira. Tomando como orientação o modelo proposto pelo semiótico Luiz Tatit para o estudo da significação na canção popular, observaremos o comportamento do *ethos* do enunciador, tendo em vista a relação entre o componente melódico e o linguístico. Nesse contexto, propomos os conceitos de *ethos* inerente e de *ethos* assumido a fim de demonstrar como a cena genérica e a cenografia concorrem para a constituição do *ethos* do enunciador na canção popular brasileira.

**Palavras-chave:** *ethos*; análise do discurso; gêneros do discurso; canção popular brasileira.

## Introdução

Neste artigo, apresentaremos algumas considerações sobre a constituição do *ethos* do enunciador na canção popular brasileira. Para isso, partiremos das teorias de Mikhail Bakhtin a respeito dos gêneros discursivos, das quais apreendemos particularmente a noção de gêneros primários e secundários. No quadro teórico da Análise do Discurso, trabalharemos com as concepções de Dominique Maingueneau sobre *ethos* e cenas da enunciação e com sua tipologia dos gêneros fundamentada nas interações entre a cenografia e a cena genérica. Abordaremos também as propostas de Jean-Michel Adam sobre as relações discursivas entre gênero e texto na constituição do estilo.

Tomando a definição de *ethos* como um modo de dizer que remete a um modo de ser e seguindo o modelo semiótico concebido por Luiz Tatit para o estudo da significação na canção popular brasileira, observaremos que, na canção, esse modo de dizer é a maneira como o cancionista compatibiliza a letra com a melodia.

Nesse contexto teórico, propomos os conceitos de *ethos* inerente — exigido pelo gênero — e de *ethos* assumido — possibilitado pelo gênero e adotado pelo enunciador — a fim de demonstrar como a cena genérica e a cenografia concorrem para a constituição do *ethos* na canção popular brasileira.

## O *ethos*

O conceito de *ethos* advém da retórica e designa a imagem que os oradores conferem a si próprios. Ele não se constituiu apenas pelos feitos e qualidades que o orador atribui a si, pois também é implicitamente compreendido na maneira como esse orador se expressa. O *ethos* estabelece-se, então, não apenas pelo que é dito, mas pela forma como é dito; é uma maneira de dizer que remete a uma maneira de ser.

A Análise do Discurso apreendeu e desenvolveu o conceito de *ethos*:

O enunciador deve legitimar seu dizer: em seu discurso, ele se atribui uma posição institucional e marca sua relação a um saber. No entanto, ele não se manifesta somente como um papel e um estatuto, ele se deixa apreender também como *uma voz e um corpo*. O *ethos* se traduz também no tom, que se relaciona tanto ao escrito quanto ao falado, e que se apóia em uma “dupla figura do enunciador, aquela de um caráter e de uma corporalidade. (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004, p. 220)

Para Maingueneau (2001a, p. 138), o *ethos* é “a dimensão da cenografia em que a voz do enunciador se associa a uma certa dimensão do corpo”. Essa voz é responsável por exprimir a interioridade do enunciador e envolver o co-enunciador. A apreensão do *ethos* na análise do discurso é determinante para que se compreenda como a cenografia administra a sua vocalidade, pois os diversos tons que o enunciado pode manifestar estão diretamente relacionados à cenografia e, conseqüentemente, ao *ethos*.

O *ethos* não é o próprio enunciador, mas uma imagem em que ele investe para representá-lo, consoante com suas intenções discursivas. Como se fosse seu fiador, essa imagem responsabiliza-se pelo que é dito no enunciado.

Trata-se, de fato, dessa representação do enunciador que o co-enunciador deve construir a partir de índices de várias ordens fornecidos pelo texto. Essa representação desempenha o papel de um **fiador** que se encarrega da responsabilidade do enunciado. (MAINGUENEAU, 2001b, p. 139)

Maingueneau denominou “incorporação” a ação do *ethos* sobre o co-enunciador. Esse processo apresenta três etapas: primeiramente a enunciação confere uma imagem ao fiador, a seguir o co-enunciador incorpora-o, para finalmente ocorrer a constituição do corpo do enunciador.

Esta perspectiva desemboca diretamente sobre a questão da eficácia do discurso, do poder que tem em suscitar a crença. O co-enunciador interpelado não é apenas um indivíduo para quem se propõem “idéias” que corresponderiam aproximadamente a seus interesses; é também alguém que tem acesso ao “dito” através de uma “maneira de dizer” que está enraizada em uma “maneira de ser”, o imaginário de um vivido. (MAINGUENEAU, 1997, p. 48-9)

Por se tratar de uma dimensão da cenografia, o *ethos* se estabelece de acordo com as propriedades discursivas que a constituem.

A cenografia implica, desse modo, um processo *de enlaçamento paradoxal*. Logo de início, a fala supõe uma certa situação de enunciação que, na realidade, vai sendo validada progressivamente por intermédio da própria enunciação. Desse modo, a cenografia é *ao mesmo tempo a fonte do discurso e aquilo que ele engendra*; ela legitima um enunciado que, por sua vez, deve legitimá-la, estabelecendo que essa cenografia onde nasce a fala é precisamente a cenografia exigida para enunciar como convém, segundo o caso, a política, a filosofia, a ciência, ou para promover certa mercadoria [...]. (MAINGUENEAU, 2001b, p.87-88)

Da mesma forma que a cenografia, o *ethos* se configura segundo esse paradoxo constitutivo. À proporção que a imagem do enunciador ganha corpo através da enunciação, ela própria se estabelece por meio desse *ethos*, visto que a enunciação efetiva-se através do código linguístico, que só se torna eficiente se associado a uma imagem que lhe corresponda.

A constituição do *ethos* por meio da linguagem é um processo que abarca a própria corporalidade textual determinada em função dos gêneros discursivos.

A “incorporação” que o *ethos* convoca desenvolve-se ela própria a partir de uma corporalidade tão evidente que nos arriscamos a esquecê-la: a do texto. A obra não é apenas um certo modo de enunciação, constitui também uma totalidade material que, enquanto tal, é objeto de um investimento pelo imaginário. Em particular, qualquer obra tem um tamanho determinado e implica uma divisão específica (em partes, capítulos, estrofes...), não independente da cenografia e do conteúdo das obras. (MAINGUENEAU, 2001a, p.151)

### ***Ethos e estilo***

A partir dessa posição de Maingueneau a respeito da configuração do *ethos* determinado pelas características textuais, podemos alcançar as propostas de Jean-Michel Adam sobre as relações entre gênero e texto na constituição do estilo do enunciador.

Adam (1999, p. 93) distingue três zonas que determinam as possibilidades de variação do estilo: uma zona normativa, responsável pelas constantes estilísticas, que constitui um núcleo genérico; uma zona de relativa normatividade, que corresponde às possibilidades oferecidas pela gramática da língua e pelos gêneros; e uma zona de variação, em que predomina a variabilidade estilística segundo as características adquiridas pelo texto na prática discursiva.

Segundo essa proposta, o gênero aparece como um fator de estabilidade, enquanto os textos constituem casos de variação. Adam (2002, p. 38) observa que os gêneros regulam a prática textual através de dois princípios aparentemente contraditórios: um princípio de identidade, orientado para a repetição e a reprodução, que remete ao núcleo genérico e um princípio de diferença, responsável pela inovação e pela variação que remete ao texto na prática discursiva.

Com base nessas propostas, procuramos avançar no estudo da relação entre *ethos* e gênero discursivo. Discini (2003, p. 57) afirma que “Estilo é *ethos*, é modo de dizer, implicando esse *ethos* um policiamento tácito do corpo, uma maneira de habilitar o espaço social [...]”, logo podemos considerar que o estilo do enunciador configura a sua imagem frente ao co-enunciador.

O gênero exige do enunciador um estilo que corresponderá a um determinado *ethos*. Por exemplo, no gênero *aula*, deve predominar um estilo claro, bem organizado, exemplificativo etc.; características que determinam um *ethos* didático. Como esse gênero possibilita ao enunciador uma liberdade na escolha de seu “modo de dizer”, ou seja, ele pode optar por um ou outro estilo, uma ou outra cenografia para realizar a sua enunciação, ele pode assumir *ethé* diversos, como intolerante, compreensivo, humorístico, disciplinador etc.

Seguindo esse raciocínio, propomos designar “inerente” o *ethos* exigido pela cena genérica e “assumido” aquele pelo qual o enunciador pode optar na cenografia. Compreendemos também que, a fim de constituir o *ethos* inerente, o enunciador orienta-se pelo princípio da identidade em direção ao núcleo genérico, respeitando as regras impostas pelo gênero no que diz respeito à constituição textual e ao estilo. Entretanto, em gêneros que permitem uma liberdade de estilos, ao assumir *ethé* diversos, o enunciador adota o princípio da diferença e caminha em direção à instância textual determinada pela prática discursiva.

## **O *ethos* na canção popular brasileira**

Vimos que o *ethos* pode ser compreendido como uma “maneira de dizer” que configura uma “maneira de ser”. Sendo a canção um gênero discursivo cuja característica fundamental é a relação entre a linguagem verbal e a musical, essa “maneira de dizer” pode ser estudada na maneira como o enunciador compatibiliza os elementos linguísticos e melódicos.

### **Letra e melodia**

Para estudarmos o processo de constituição do *ethos* na canção, inicialmente trabalharemos com as propostas do semiótico Luiz Tatit,<sup>1</sup> que desenvolveu um modelo para o estudo da significação na canção popular brasileira fundamentado nas relações entre o componente linguístico e o melódico. Em linhas gerais, o modelo apresentado por Tatit propõe três tipos de estratégias persuasivas utilizadas na composição das canções: a passionalização, a tematização e a figurativização.

A passionalização propicia ao enunciador apresentar estados passionais na canção. Nela a melodia explora o percurso melódico com grandes curvas e saltos ascendentes e descendentes, investindo na duração das notas que incidem nos sons vocálicos, recursos esses que desaceleram a melodia.

Assim, ao investir na continuidade melódica, no prolongamento das vogais, o autor está modalizando todo o percurso da canção com o /ser/ e com os estados passivos da paixão (é necessário o pleonasma). Suas tensões internas são transferidas para a emissão alongada das frequências e, por vezes, para as amplas oscilações da tessitura. Chamo a esse processo *passionalização*. (TATIT, 1996, p. 22)

---

<sup>1</sup> Neste artigo, para estudar o gênero discursivo “canção popular”, relacionamos as teorias discursivas sobre o gênero e as propostas da Semiótica da Canção. Entretanto, apesar das possibilidades de análise que essa relação possibilita é preciso guardar as devidas diferenças teóricas. Do ponto de vista que adotamos neste artigo, a canção é um gênero discursivo, porém para a Semiótica da Canção, conforme Tatit (2007, p. 231), “[...] canção não é gênero, mas sim uma classe de linguagem que coexiste com a música, a literatura, as artes plásticas, a história em quadrinhos, a dança etc.”.

Na tematização ocorre o processo inverso, reduz-se a duração das vogais e promove-se a reiteração dos motivos rítmico-melódicos, produzindo uma progressão melódica mais veloz, segmentada pelos ataques das consoantes, investindo-se na modalidade do /fazer/. A tematização melódica é compatível com letras que descrevem sentimentos ou acontecimentos eufóricos. Ela também define gêneros musicais como o maxixe, o samba, a marcha etc., tendo em vista as particularidades musicais de cada um desses ritmos.

Ao investir na segmentação, nos ataques consonantais, o autor age sob a influência do /fazer/, convertendo suas tensões internas em impulsos somáticos fundados na subdivisão dos valores rítmicos, na marcação dos acentos e na recorrência. Trata-se, aqui, da *tematização*. (TATIT, 1996, p. 22)

Na figurativização, a melodia submete-se às inflexões da fala, e a letra estabelece a presença dos interlocutores por meio dos dêiticos de pessoa, “eu-tu”; de tempo, “aqui”; e de espaço, “agora”, que determinam o momento presente da enunciação.

Esse processo geral de programação entoativa da melodia e de estabelecimento coloquial do texto pode ser denominado figurativização por sugerir ao ouvinte verdadeiras cenas (ou figuras) enunciativas. Pela figurativização captamos a voz que fala no interior da voz que canta. (TATIT, 1996, p. 21)

A figurativização é um processo em que a voz que fala se sobrepõe à voz que canta, criando um efeito de sentido de situação locutiva. É importante observar que esse processo está presente também nas canções temáticas e passionais. Como essas três estratégias persuasivas aparecem em caráter dominante, recessivo ou residual; nas canções figurativas, a figurativização se manifesta de maneira dominante. Já nas canções passionais e temáticas, a figurativização está sempre presente como recessiva ou residual, predominando a voz que canta sobre a voz que fala.

Pressupondo-se que o “modo de dizer” do enunciador nas canções estabelece-se pela manipulação dos componentes linguístico e melódico segundo essas três estratégias; do ponto de vista discursivo, poderíamos entender que “o modo de ser” desse enunciador, ou seja, o seu *ethos*, constitui-se de forma passional, como no samba-canção; temática, como no samba-enredo; ou figurativa como no samba-de-breque. No entanto, na canção, a relação entre o “modo de dizer” do enunciador com o seu *ethos* apresenta algumas peculiaridades próprias desse gênero discursivo.

### **Gêneros primários e secundários**

Bakhtin (2003, p. 264) propõe que, para se definir a natureza geral do enunciado, devem-se observar as diferenças e as relações entre os gêneros primários (simples), que fazem parte da comunicação cotidiana, e secundários (complexos), que dizem respeito à comunicação exercida por meio de códigos elaborados cultural, artística e ideologicamente. Os gêneros secundários incorporam e reelaboram diversos gêneros primários, mas nessa operação estes adquirem caráter especial por perderem o vínculo com a realidade.

A fim de investigar o processo de constituição do *ethos* na canção, tomamos as propostas de Bakhtin sobre os gêneros simples e complexos, concebendo a canção como um gênero secundário que reelabora os gêneros primários da comunicação cotidiana. Baseados nesse pressuposto, compreendemos que o caráter de oralidade inerente à canção é resultado das influências dos gêneros prosaicos no seu processo constitutivo.

Para compreendermos a canção como gênero secundário, é fundamental reconhecer o gênero primário que ela assimila, particularmente o seu “tom”, expresso pelo “modo de dizer” do cancionista, que na canção é resultado do acabamento melódico dado ao elemento linguístico oral. A relação da letra com a melodia, característica fundamental do gênero canção, insere o discurso primário advindo das situações prosaicas da comunicação na esfera artístico-musical.

Como declara o poeta Augusto de Campos:

Esses cruzamentos da linguagem popular e impopular, que rompem fronteiras estilísticas, sinalizam o que se poderia chamar de poetização da canção – o momento em que a letra da música, por vezes banal ou vulgar, sem qualquer valor intrínseco, mas eficaz porque perfeitamente aderente à melodia, ou valorizada pela interpretação, se sobreleva e atinge o plano da letra-arte: poesia. [...] Noel e Lamartine Babo, Assis Valente, Orestes Barbosa, no passado, estão entre os que mais sofisticaram a linguagem coloquial de nossa canção [...] (apud RENNÓ, 1991, p. 31).

A canção é um gênero discursivo em que a fala, proveniente da esfera discursiva prosaica, relaciona-se com a melodia, um elemento musical, para inserir-se, então, na esfera artística da comunicação. Segundo as propostas da Semiótica da Canção, o cancionista realiza um processo de estabilização da melodia inerente à fala cotidiana por meio da passionalização, da tematização e da figurativização.

A letra, como é chamado o texto linguístico da canção, só encontrou o ajuste melódico quando os compositores, no começo do século XX, valorizaram o seu aspecto prosaico e produziram um modo de dizer mais próximo da fala cotidiana.

Os compositores da década de 30 foram responsáveis pelo estabelecimento de um modelo de canção que adaptou a fala cotidiana à melodia. Esse processo teve como consequência a presença de situações prosaicas nas canções.

Com inflexões similares às da linguagem oral cotidiana, essas melodias geralmente conduziam “letras de situação”, aquelas que simulam que alguém está falando com alguém em tom de recado, desafio, saudação, ironia, lamentação, revelação etc. (TATIT, 2004, p.77)

Para Luiz Tatit, a base entoativa é responsável pela adequação entre a letra e a melodia. Esse modo de dizer cantado é resultado do trabalho exercido pela melodia na tentativa de lapidar a fala, presente na letra. Nesse jogo de adequação da fala à melodia, a canção se constitui como enunciado sincrético.

A fala é responsável pela gestualidade oral que corporifica o enunciador-cancionista, constituindo o corpo vivo, humano, real. Ela emana da cenografia através de um gênero prosaico que pode ser uma declaração, um lamento, um pedido etc. A

melodia vai além do corpo físico e produz o efeito estético. É por meio dela que a fala presente nos gêneros prosaicos transforma-se em canto e conseqüentemente em canção, um gênero artístico.

### **Gênero e cenografia**

A partir das propostas de Maingueneau (2005, p. 100) para as relações entre a cena genérica e a cenografia, entendemos que a canção é um gênero em que as determinações do gênero devem ser respeitadas, porém há liberdade na escolha das cenografias. Essa característica justifica-se pelo fato de a canção pertencer à esfera artística da comunicação, na qual a originalidade e a criatividade são valorizadas.

A cenografia na canção é constituída por um gênero da fala. Esse aspecto faz dela um enunciado que apresenta duas instâncias enunciativas. A primeira, determinada pela cena genérica, é estabelecida pela relação entre um enunciador (cancionista) e um co-enunciador (ouvinte) através de um enunciado (canção). A segunda, presente na cenografia da letra da canção, ocorre entre um destinador que fala algo para um destinatário.<sup>2</sup>

Por mais que uma canção receba tratamentos rítmico, harmônico e instrumental, o ouvinte depara, entre outras coisas, com uma ação simulada (“simulacro”) onde alguém (intérprete vocal) diz (canta) alguma coisa (texto) de uma certa maneira (melodia). (TATIT, 1987, p. 6)

Esse processo de análise que executamos ao distinguir essas duas instâncias tem como finalidade demonstrar que o *ethos* do enunciador na canção é consequência da interação entre as instâncias do gênero e da cenografia. Dessa forma, os conceitos de *ethos* inerente e *ethos* assumido são pertinentes para compreendermos a formação da imagem do enunciador na canção, visto que nos permitem discernir a constituição do *ethos* na instância genérica e cenográfica.

Como propusemos anteriormente, o *ethos* inerente é a imagem que o enunciador cria de si para o co-enunciador, tendo em vista as exigências do gênero. A canção, por pertencer à esfera artística, exige que o enunciador apresente um *ethos* inerente musical, criativo e poético para que possa validar a sua enunciação frente ao co-enunciador ouvinte.

O cancionista mais parece um malabarista. Tem um controle de atividade que permite equilibrar a melodia no texto e o texto na melodia, distraidamente, como se para isso não dependesse qualquer esforço. Só habilidade, manha e improviso. Apenas malabarismo. (TATIT, 1996, p. 9).

---

<sup>2</sup> Essa distinção que fazemos entre a instância da cena genérica e da cenografia deriva das propostas de Luiz Tatit ao tratar da persuasão figurativa (1987, p. 10). Entretanto, estamos tomando-a aqui do ponto de vista discursivo, não só atribuindo-lhe nova terminologia, mas principalmente compreendendo-a na relação entre o gênero e a cenografia.

A imagem que o destinador cria para si frente ao destinatário em uma situação de fala encenada na cenografia propusemos designá-la como *ethos* assumido. Como a canção é um gênero que permite a liberdade de escolha da cenografia, o enunciador pode criar inúmeras outras imagens para si no discurso. Ele pode, por exemplo, apresentar-se apaixonado como em “Carinhoso”, de Pixinguinha e João de Barro, em que é utilizada a estratégia da passionalização, produzindo um modo de dizer sentimental; pode ser suplicante e desesperado, como em “Volta”, de Lupicínio Rodrigues, que enfatiza ao extremo os aspectos passionais; ou pode ser também sutilmente malicioso, como na marcha “O teu cabelo não nega”, de Lamartine Babo e irmãos Valença, que trabalha a estratégia da tematização para exaltar a mulata brasileira.

Apesar de distinguirmos esses dois *ethé*, inerente e assumido, respectivamente na cena genérica e cenografia, é importante não perder de vista que ambos concorrem para a formação do *ethos* do enunciador que é constituído na canção através da relação entre a letra e a melodia.

Os conceitos de *ethos* inerente e *ethos* assumido podem ser mais bem esclarecidos se observados à luz das propostas de Jean-Michel Adam para o estudo do estilo nas relações entre discurso e texto. Como visto anteriormente, Adam (1999, p.93) propõe o percurso estilístico do gênero ao texto em três etapas: de um núcleo genérico, passa-se a uma zona intermediária regida pela gramática e pelos gêneros discursivos, chegando-se a uma zona mais ampla determinada pela prática discursiva onde se estabelecem as singularidades textuais.

Tomando o conceito de *ethos* como um modo de dizer que remete a um modo de ser e entendendo que esse modo de dizer é representado pelo estilo do enunciador, compreendemos que, na canção, o *ethos* do enunciador constitui-se pela seleção e organização dos elementos linguísticos e melódicos. Dessa forma, o *ethos* inerente é estabelecido na região do núcleo genérico, pois ali são determinadas as coerções que devem ser obedecidas pelo enunciador. Orientado pelo princípio da identidade, o estilo do cancionista, logo o seu *ethos*, deve ser obrigatoriamente musical, poético, artístico e criativo a fim de validar a sua enunciação.

Aparentemente óbvia, essa consideração adquire maior pertinência quando pensamos, por exemplo, no estilo dos repentistas. O discurso desses improvisadores deve passar uma imagem de competência do enunciador, construída pela criatividade das rimas, pela originalidade das comparações e pela própria autoqualificação. Todos esses elementos têm como finalidade enfatizar e valorizar o *ethos* inerente a fim de tornar o seu discurso mais eficaz no duelo com o outro repentista.

Particularmente na canção, o estilo — e conseqüentemente o *ethos* do enunciador — deve ser pensado tendo em vista os estilos musicais. Consideramos que esse aspecto deve ser compreendido na zona intermediária do percurso proposto por Adam, onde o estilo da canção é determinado pelas propriedades gramaticais da língua, da melodia e do próprio estilo musical. Para observarmos esse processo, tomemos como exemplo o samba, o samba-canção e a marchinha.<sup>3</sup>

Com relação à compatibilidade entre o elemento linguístico e o melódico, no samba, o enunciador deve necessariamente trabalhar com a síncopa e realizar a divisão

---

<sup>3</sup> Utilizamos a terminologia “estilo musical” para designar o samba, o samba-canção e a marchinha etc., a fim de evitar confusões entre o termo “gênero musical”, comum nos estudos musicais e da Semiótica da Canção, e “gênero discursivo”, já estabelecido na Análise do Discurso.



rítmica nas consoantes, privilegiando a figurativização ou a tematização. Já no samba-canção, o estilo é marcado pela duração da notas em que incidem as vogais e por grandes curvas e saltos melódicos que caracterizam a passionalização. Na marchinha, o ritmo não é sincopado e a divisão rítmica é marcada pelas consoantes, predominando a tematização.

Vemos que, no gênero canção, o estilo varia de acordo com as propriedades do estilo musical, cuja característica rítmico-melódica vai determinar um *ethos* mais figurativo, passional ou temático. Esse aspecto faz os estilos musicais serem mais propícios a determinados *ethé*, estabelecendo estereótipos que servem como modelos discursivos. No samba, o enunciador faz uso da figurativização para personificar a imagem do malandro; no samba-canção, a passionalização serve ao *ethos* do amante desiludido; na marchinha, o *ethos* pândego é tematizado por meio das reiterações das células rítmicas e do refrão.

Caminhando em direção à prática discursiva, nota-se uma maior liberdade de escolha dos elementos discursivos por parte do enunciador. É nessa zona que se constitui o *ethos* assumido, pois no domínio textual o enunciador pode criar diversos *ethé* e cenografias, porém sem ignorar as coerções determinadas pelo núcleo genérico e pelo estilo musical. No samba, ele pode, por exemplo, ser um malandro bamba, como em “Eu vou pra Vila”, de Noel Rosa, ou um malandro folgado, como em “Lenço no pescoço”, de Wilson Batista; no samba-canção, ele pode ser um amante vingativo, como em “Vingança”, ou arrependido, como em “Cadeira Vazia”, ambas de Lupicínio Rodrigues; na marchinha, o enunciador pode assumir um *ethos* exaltativo, como em “Cidade Maravilhosa”, de André Filho, ou pândego e pueril, como em “Mamãe eu Quero”, de Vicente Paiva e Jararaca.

De acordo com as propostas que apresentamos, o *ethos* inerente da canção estabelece-se pelo estilo do enunciador, segundo um princípio de identidade, orientado para a repetição e a reprodução de um modelo temático, estilístico e composicional determinado pelo núcleo genérico. O *ethos* assumido constitui-se pelo princípio de diferença, responsável pela inovação e pela variação que remete à originalidade textual na prática discursiva.

### **Estudo de caso**

A canção “Volta”, de Lupicínio Rodrigues, lançada em 1957, é um clássico do samba-canção. Nela estão presentes todos os elementos característicos da “música de dor de cotovelo”. Tomando essa canção como exemplo, demonstraremos como o *ethos* do enunciador se constitui na relação entre a cena genérica e a cenografia.

## Volta

Quantas noites não durmo  
A rolar-me na cama  
A sentir tantas coisas  
Que a gente não pode explicar  
Quando ama

O calor das cobertas  
Não me aquece direito  
Não há nada no mundo  
Que possa afastar  
Esse frio do meu peito

Volta!  
Vem viver outra vez ao meu lado  
Não consigo dormir sem teu braço  
Pois meu corpo está acostumado

Para analisarmos o *ethos* do enunciador, inicialmente é preciso que pensemos a constituição enunciativa dessa canção em duas instâncias: a do gênero e a da cenografia. Na instância genérica, são instituídos os papéis que os participantes assumem na comunicação: um enunciador (cancionista), por meio de um enunciado (canção), relaciona-se com um co-enunciador (ouvinte). Para isso, o enunciador, cuja existência é inerente ao enunciado, deve validar o seu papel frente ao co-enunciador. Através de seu modo de dizer, constrói um *ethos* de cancionista, demonstrando conhecer a arte de construir canções. Ao relacionar de forma artística os elementos linguísticos e musicais do enunciado, o enunciador constitui o seu *ethos* inerente, exigido pelo gênero.

Como a canção “Volta” é um samba-canção, o enunciador ateu-se a determinados padrões de composição desse estilo musical. A letra apresenta uma narrativa de desilusão amorosa e a melodia investe nos grandes percursos melódicos e na duração dos sons vocálicos, caracterizando a estratégia da passionalização. Essa postura do enunciador fortalece o seu *ethos* inerente frente ao co-enunciador que o reconhece como aquele que sabe enunciar na prática discursiva de cancionista.

O samba-canção exige que a cenografia apresente uma narrativa de sofrimento amoroso. A canção “Volta” apresenta, na parte A, uma cenografia em que uma mulher lamenta a ausência de seu companheiro; e, na parte B, um apelo a esse companheiro para que ele volte. O apelo, gênero primário da comunicação, recuperado e amplificado na canção através da narrativa e da melodia passionais, pressupõe a interpelação de um destinatário por parte de um destinador. Estamos lidando com elementos de uma outra instância enunciativa, a cenografia, porém o enunciador da canção deve atribuir ao destinatário um *ethos*. Essa imagem passional, sofredora, solitária e desesperada que caracteriza a amante é resultado do modo de dizer do enunciador, é o *ethos* que ele assume na cenografia da canção.

Nos gêneros que têm como finalidade seduzir o co-enunciador, como a canção, a cenografia sobrepõe-se à cena genérica,<sup>4</sup> criando um efeito discursivo que dá a parecer que quem está enunciando a canção é o destinador na cenografia, no caso a mulher que sofre com a ausência do homem amado. Esse recurso permite ao enunciador validar o seu *ethos* de cancionista através do *ethos* do destinador. Dessa forma, o *ethos* do

---

<sup>4</sup> Conforme Maingueneau (2001b, p. 90).

enunciador é construído nas duas instâncias da enunciação; na cena genérica através do *ethos* inerente de cancionista, reconhecido pelo co-enunciador como aquele que sabe compor um samba-canção; e na cenografia pelo *ethos* assumido, que convence o co-enunciador do sofrimento da mulher.

### Considerações finais

A fim de estudarmos a composição do *ethos* do enunciador na canção popular brasileira, tomamos as propostas de Bakhtin a respeito dos gêneros discursivos, das quais apreendemos a noção de gêneros primários e secundários. Essas concepções levaram-nos a conceber a canção como um gênero secundário (complexo), pertencente à esfera artístico-musical, que reelabora os gêneros primários da esfera do cotidiano.

No contexto dos estudos discursivos sobre o gênero, destacamos as propostas de Maingueneau para o estudo dos gêneros fundamentado nas relações entre a cena genérica e a cenografia. Seguindo essas propostas, entendemos que a canção é um gênero que oferece liberdade na escolha das cenografias, pois estimula a originalidade, a fim de seduzir o co-enunciador.

Maingueneau compreende que o *ethos* do enunciador é uma extensão da cenografia e, assim como ela, constitui-se à medida que a própria enunciação se desenvolve, visto que tanto o *ethos* quanto a cenografia configuram-se pela enunciação que só se estabelece por meio de um corpo que fala de algum lugar. Dessa concepção apreendemos dois aspectos: primeiro, a canção é um gênero que possibilita ao enunciador assumir *ethé* diversos em diferentes cenografias; segundo, o *ethos* na canção configura-se à medida que a enunciação vai desenvolvendo a relação entre os elementos linguísticos e melódicos.

Tomando a definição de *ethos* como um modo de dizer que remete a um modo de ser, na esteira das propostas do semioticista Luiz Tatit, entendemos que na canção esse modo de dizer é a maneira como o cancionista compatibiliza a letra com a melodia, logo o *ethos* constitui-se nessa relação.

Outra particularidade da canção é a relação entre duas instâncias enunciativas: a primeira, estabelecida entre o enunciador (cancionista) e o co-enunciador (ouvinte), é regulada pelas coerções e possibilidades oferecidas pela cena genérica; a segunda, presente na cenografia, apresenta um destinador dirigindo-se a um destinatário geralmente em uma situação de fala.

Tendo em vista essa característica da canção, propusemos os conceitos de *ethos* inerente para o enunciador da cena genérica e de *ethos* assumido para o destinador na cenografia. Na canção, o *ethos* inerente deve ser sempre musical, criativo e poético para validar a enunciação frente ao co-enunciador ouvinte, visto ser uma exigência do gênero. Já o *ethos* assumido, apreendido na cenografia, pode variar de acordo com as intenções do enunciador.

Compreendidos no conjunto das propostas de Jean-Michel Adam, concebemos o *ethos* inerente no núcleo genérico e o *ethos* assumido na prática discursiva, tendo em vista a singularidade de cada texto. Particularmente na canção, deve ser observada a zona intermediária onde se configuram os aspectos linguísticos e musicais determinados pelo estilo musical.

Por fim, enfatizamos que tanto o *ethos* inerente quanto o assumido se constituem na relação entre a letra e a melodia e que ambos concorrem para a construção da imagem do enunciador na canção.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAM, Jean-Michel. *Linguistique textuelle*. Des genres de discours aux textes. Paris: Nathan, 1999. 208 p.

\_\_\_\_\_. En finir avec les types de textes. In: BALLABRIGA, M. (Org.) *Analyse des discours*. Types et genres: Communication et Interprétation. Toulouse: EUS, 2002. p. 25-43.

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2003. 476p.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2004. 555 p.

DISCINI, Norma. *O estilo nos textos*. São Paulo: Contexto, 2003. 344 p.

MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas: Pontes, 1997. 198 p.

\_\_\_\_\_. *O contexto da obra literária: enunciação, escritor, sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2001a. 202 p.

\_\_\_\_\_. *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez Editora, 2001b. 238 p.

\_\_\_\_\_. As categorias da análise do discurso. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ANÁLISE DO DISCURSO, 2005, Lisboa. *Actas do Seminário Internacional de Análise do Discurso*, 2005, Lisboa: Hugins Editores, 2005. p. 82-105.

RENNÓ, Carlos. *Cole Porter: canções, versões*. São Paulo: Editora Paulicéia, 1991. 182 p.

TATIT, Luiz. *A canção: eficácia e encanto*. São Paulo: Atual, 1987. 67p.

\_\_\_\_\_. *O Cancionista*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996. 322p.

\_\_\_\_\_. *O Século da canção*. Cotia: Ateliê Editorial, 2004. 251p.

## BIBLIOGRAFIA NÃO CITADA

TATIT, Luiz. *Todos entoam: ensaios, conversas e canções*. São Paulo: Publifolha, 2007. 447p.

# De (terra) colonizada a (língua) colonizadora: um olhar sobre a relação entre língua e identidade

(From colonized (country) to colonizing (language): looking into the relation between language and identity)

Ana Carolina Vilela-Ardenghi

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

vilela-ardenghi@ibest.com.br

**Abstract:** This article is part of a scenery of rising debates concerning the constitution and/or the legitimation of identities. We aim to address here the connection between language and national identity based on a *corpus* which consists of pieces of news published by/in a Brazilian newspaper called *Folha de S.Paulo*, from 2001 to 2005, which referred to the Portuguese language. More specifically, this paper presents the results of the analysis of the pieces of news that confronted Brazilian Portuguese and the European Portuguese. Concepts of interdiscourse and ‘system of restriction’ proposed by Maingueneau (2005 [1984]) have guided the analysis, and we present here the results achieved, so that this paper is in the field of the French school of Discourse Analysis.

**Keywords:** Portuguese language, national identity, *Folha de S.Paulo*, D. Maingueneau.

**Resumo:** Este artigo insere-se em um cenário de discussões cada vez mais crescentes em torno da temática da constituição e/ou legitimação de identidades. Trata-se aqui de abordar a relação entre língua e identidade nacional, tomando como *corpus* matérias publicadas na/pela *Folha de S.Paulo* entre os anos de 2001 e 2005 que abordavam a língua portuguesa. Mais especificamente, este trabalho apresenta os resultados referentes às análises das matérias em que o português brasileiro é confrontado com a variedade europeia da língua. Os conceitos de interdiscurso e sistema de restrições propostos por Maingueneau (2005 [1984]) pautaram as análises cujos resultados ora apresentamos, o que insere este trabalho no quadro teórico-metodológico da Análise do Discurso de linha francesa.

**Palavras-chave:** língua portuguesa, identidade nacional, *Folha de S.Paulo*, D. Maingueneau.

## Primeiras considerações

Neste artigo, discutiremos a articulação existente entre língua e identidade nacional a partir de matérias publicadas no/pelo jornal *Folha de S.Paulo*; em outras palavras, como a língua é retomada, no referido jornal, na definição de uma identidade que seja “genuinamente” brasileira. Para tanto, o recorte realizado toma como ponto de partida uma polêmica que julgamos ser relevante, a saber, a querela em torno do uso/presença de estrangeirismos na língua portuguesa. Tal polêmica iniciou-se na *Folha* em 2001 e nos serviu de índice de que se tratava, em verdade, da relação entre língua e identidade nacional — e não, como supúnhamos inicialmente, de legitimação de uma identidade *linguística* nacional.

Partindo dessa polêmica, construímos um *corpus* de 40 matérias, de diversas editoriais, publicadas até o ano de 2005,<sup>1</sup> estabelecendo como critério de seleção a menção, em algum momento, à língua portuguesa — o que nos permitiu incluir aí não só as matérias que tratavam da língua como tema central.

---

<sup>1</sup> Ano inicial de nossa pesquisa, cujos resultados parciais apresentamos neste trabalho.

Nossas análises mostraram que essas matérias poderiam ser agrupadas em dois eixos temáticos, assim divididos: i) o primeiro deles colocava a língua portuguesa em relação ao inglês (no debate sobre o uso/presença de estrangeirismos a que nos referimos mais acima); ii) já o segundo colocava a variedade brasileira da língua portuguesa em relação às demais variedades da língua, especialmente a europeia. As relações em cada um dos eixos são absolutamente diversas: se, no primeiro, verifica-se uma controvérsia violenta, em que o debate assume ares de proteção da própria soberania nacional, no segundo temos a presença de um discurso de difusão e promoção da língua portuguesa. Uma tal diversidade é facilmente explicada do ponto de vista discursivo, uma vez que o “outro” que os Estados Unidos (e, em consequência, o inglês) representam não é o mesmo que aquele representado por Portugal naquele momento histórico. Para efeitos deste artigo, porém, iremos nos ater apenas às análises do segundo eixo temático, composto por 20 matérias no total.

Utilizamos, para tanto, os pressupostos teóricos e metodológicos da Análise do Discurso francesa, de fundação pecheuxtiana, em especial alguns conceitos formulados por D. Maingueneau (2005 [1984]) no interior da proposta de uma semântica global, como os de interdiscurso e de sistema de restrições, conceitos estes que serão oportunamente apresentados.

Antes, porém, julgamos relevante, até mesmo em função do quadro teórico adotado, apresentar, ainda que sumariamente, algumas considerações a respeito das condições (históricas) de produção desses discursos. Vejamos.

### **As condições de produção**

Nosso recorte de *corpus* inicia-se, como dissemos, no ano de 2001 e tem como ponto de partida uma polêmica (que tomamos como um *acontecimento*<sup>2</sup>) em torno da presença de estrangeirismos na língua portuguesa. O gatilho desse debate é o projeto de lei n. 1676/99 do deputado Aldo Rebelo, que dispõe, segundo atesta sua ementa, “sobre a proteção, a promoção, a defesa e o uso da língua portuguesa”. Esse projeto suscitou amplo debate, especialmente no interior da comunidade linguística, mas não apenas aí; também jornalistas – mas por questões diversas, como a *liberdade de expressão* – se posicionaram contra o referido projeto.

De fato, foi a proposição de Rebelo o fator desencadeador da polêmica que tomamos como ponto de partida para constituir nosso *corpus*; entretanto, havia ainda outros acontecimentos cuja relevância devemos ressaltar aqui. O ano de 2001 (e mesmo pouco depois) vivia ainda os ecos da comemoração dos 500 anos do descobrimento do Brasil e, em razão disso, os reflexos dos muitos “balanços” sobre esses 500 anos, incluída aí a relação com a antiga metrópole: Portugal. Nesse cenário, os debates em torno de uma identidade que seja “genuinamente” nacional – ou seja, desvinculada da ideia de país colonizado, ou melhor, da dicotomia colonizado/colonizador – abarcam a questão linguística, i.e., retomam a língua como um elemento implicado na definição da nacionalidade. Acrescente-se a isso que o ano de 2003 foi marcado pela retomada da proposta de criação de uma comunidade dos países em que a língua portuguesa é falada – proposta esta feita, inicialmente, em 1996, mas que foi “encampada” pelo Presidente recém-empossado Luís Inácio Lula da Silva. Tal grupo ficaria conhecido sob a sigla CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa).

---

<sup>2</sup> Remetemos, neste ponto, a Pêcheux (2002 [1983]).

É possível compreender, portanto, por que as matérias publicadas no período em pauta distribuem-se sobre os dois eixos temáticos apontados anteriormente.

Mas se, como dissemos, o objetivo aqui é lançar um olhar sobre a relação entre língua e identidade nacional, é preciso que se diga em que medida estas duas noções se tocam. É, pois, esta questão que discutiremos sumariamente a seguir.

### **Língua e nação: imbricações**

A discussão em torno da questão nacional tornou-se, em especial nos dois últimos séculos, axial dentre os temas com os quais os Estados têm de lidar. Nesse contexto, a elaboração de um conceito satisfatório de nação mobilizou – e ainda mobiliza – estudiosos de diversas áreas, sejam juristas, sociólogos ou cientistas políticos. Trata-se de uma “invenção” recente (HOBBSAWM, 2004; HOBBSAWM; RANGER, 1983) – o conceito de nação só surge por volta do fim do século XVIII em dicionários ao redor do globo –, e a fluidez é a marca dessa noção, visto que, ao longo dos anos, diferentes elementos ganharam destaque na determinação do que vem a ser ou não o nacional. Assim, ao falarmos em nação ou mesmo em identidade nacional, somos levados a refletir sobre qual (quais) elemento(s) serve(m) de norte/apoio para caracterizarmos o que é ou não uma **nação** e, correlativamente, o que permite a identificação com o nacional. Orlandi, a esse respeito, observa que

os objetos simbólicos que estão envolvidos na formação de um país são de muitas e variadas naturezas. E é da produção desses objetos e da relação estabelecida pelos sujeitos com essa produção que resultam tanto os sentidos atribuídos ao país como os que dão sentidos a esses sujeitos enquanto se definem como súditos, servos ou cidadãos, ou seja, enquanto eles se definem em relação à formação de “seu” país, nas formas que a política das relações sociais significar em sua história. (2002, p. 21)

É nessa perspectiva que, em *Nações e nacionalismos* (2004), Hobsbawm faz uma incursão histórica em torno da construção das nações – dos Estados-nações europeus, destacando quais são os elementos que entram, historicamente falando, na determinação do nacional.<sup>3</sup> Não reproduziremos aqui esse percurso, mas destacaremos dele, para o que aqui nos interessa, o fato de que entre os anos de 1880 e 1918 (na Europa) a língua passou a ser um fator de grande importância na determinação das nacionalidades. Diferentemente do que ocorria em séculos anteriores, a noção de que “quem fala francês/italiano/russo é da França/Itália/Rússia” passou a funcionar como uma evidência, algo “lógico”. Surgem aí, então, os laços entre língua e nacionalidade.

Considerar a questão da identidade linguística fortemente relacionada às questões de identidade nacional implica, como dissemos, evidenciar o modo pelo qual tais noções (de língua e nação) se imbricam. Em alguns casos, nas matérias analisadas, elas chegam a ser apresentadas como coincidentes.<sup>4</sup> Essa “coincidência” possibilita, em última instância, tomar a língua como uma espécie de território “nacional” (ou intercontinental).

---

<sup>3</sup> Alguns dos elementos apresentados por Hobsbawm ao longo do livro são, por exemplo, língua, raça, religião, território, atletas, economia etc.

<sup>4</sup> Vide item *Língua portuguesa: uma pátria sem fronteiras (?)* deste artigo.

Isso é possível justamente porque o conceito de nação não é um ponto pacífico nas doutrinas, isto é, não é estabilizado, com os elementos que o compõem previamente definidos. E isso decorre, em especial, do fato de ele se apoiar em um outro conceito prévio ideologicamente construído: o de “sentimento de pertença”. Esse *sentimento* faz com que os integrantes de uma nação se identifiquem como tal e não como pertencentes a uma outra qualquer.

Chauí (2006), a esse respeito, propõe que chamemos esses elementos, e também a própria nação, de semióforos, isto é, signos usados para “indicar algo que significa alguma outra coisa e cujo valor não é medido por sua materialidade e sim por sua força simbólica” (CHAUÍ, 2006, p. 12). Para a autora, considerar a nação como um semióforo implica, na verdade, tratá-la como um semióforo-matriz: “o sujeito produtor dos semióforos nacionais e, ao mesmo tempo, o objeto do culto integrador da sociedade una e indivisa” (CHAUÍ, 2006, p. 14).

Assim, dado o número relativamente pequeno de semióforos que, ao longo da história dos Estados nacionais, serviram como base para definição da ideia de nação, propomos pensá-la a partir de um núcleo, historicamente definido, que contém todos esses elementos de identificação com o nacional. A organização dos elementos no interior desse **núcleo semiofórico** é resultante dos acontecimentos históricos por que passam as nações, de modo que há sempre um semióforo a reger os demais. Ou seja, a definição de nação não é dada a partir da soma de todos os semióforos no interior daquele núcleo, mas, sim, a partir de um elemento que ocupa uma posição hierarquicamente superior aos demais. Nesse sentido, acreditamos que é possível pensar, na atualidade, que a língua ocuparia esse lugar de superioridade em relação aos demais semióforos.<sup>5</sup>

Ainda sobre esse núcleo semiofórico, é preciso explicitarmos que a atualidade é marcada pelo que se convencionou denominar de “globalização”. De acordo com Hall (2005), uma certa necessidade de diferenciar para proteger, sempre presente na história de formação e consolidação dos Estados nacionais, ganhou novos contornos com esse fenômeno — compreendido como um conjunto de processos que atravessa as fronteiras e conecta as comunidades —, que gerou “a aceleração dos processos globais, de forma que se sente que o mundo é menor e as distâncias mais curtas” (HALL, 2005, p. 69). Em razão disso, levantamos a hipótese de que no caso brasileiro,<sup>6</sup> além de situar-se em uma posição hierarquicamente superior, a língua, com a compressão espaço-temporal gerada pela globalização, funciona como uma espécie de fronteira — aquilo que delimita o espaço nacional, os limites vão até onde os falantes estão. Retomaremos essa questão em nossas análises.

Passemos, então, aos pressupostos teóricos que embasam as análises relativas ao eixo que relaciona o português brasileiro às demais variedades do português no mundo.

## O quadro teórico-metodológico

No interior da proposta de uma semântica global, Maingueneau (2005 [1984]) cunha alguns conceitos de fundamental importância para os desenvolvimentos recentes

---

<sup>5</sup> É preciso lembrar que, para formular essa hipótese, baseamo-nos nas análises das matérias publicadas na/pela *Folha de S.Paulo* nos anos em questão; mas as tomamos como índice (GINZBURG, 1989) de uma posição representativa na sociedade brasileira.

<sup>6</sup> Essa hipótese restringe-se, por ora, ao Brasil, em função do *corpus* analisado. Há que se fazer uma pesquisa para verificar se é possível que essa seja, de fato, uma tendência no mundo atual.



da AD. É no interior dessa formulação que o autor defende a tese do primado do interdiscurso, colocando-o como a unidade de análise pertinente.

A proposta de Maingueneau de uma semântica global pretende apreender a interdiscursividade por meio de um sistema de restrições que rege todos os planos da discursividade – desde os processos gramaticais, o *ethos*, até a própria organização das comunidades discursivas: “um procedimento que se funda sobre uma semântica ‘global’ não apreende o discurso privilegiando tal ou tal de seus ‘planos’, mas integrando-os a todos, tanto na ordem do enunciado quanto da enunciação” (MAINGUENEAU, 2005 [1984], p. 79). Assim, de acordo com Maingueneau, todos os planos discursivos – donde seu caráter global – estariam submetidos a um mesmo sistema de restrições.

O sistema de restrições, por sua vez, consiste num núcleo formado por alguns (poucos) semas cuja organização determina regras a partir das quais os enunciados pertencentes a uma dada formação discursiva (doravante, FD) serão formados. Maingueneau pretende afastar-se da crença de que as regras são muitas, e afirma preferir pensar que, “para a maior parte dos enunciados de uma formação discursiva, elas [as regras] não se modificam” (2005 [1984], p. 63). Apresentaremos, após as análises, como se estrutura o sistema de restrições do posicionamento referente ao segundo eixo temático que compõem nosso *corpus*, e que denominamos **posição Folha**.

A proposta de Maingueneau de uma semântica global busca fornecer à AD um quadro metodológico mais operacional e, para tanto, o autor apresenta, de início, uma reformulação do conceito de interdiscurso de modo que seja possível ao analista assumi-lo não apenas como um pressuposto teórico, mas como um instrumento de análise. Maingueneau (2005 [1984]) propõe, então, que o conceito de interdiscurso seja pensado a partir de uma tríade, composta por *universo discursivo*, *campo discursivo* e *espaço discursivo*.

A partir da postulação da referida tríade, Maingueneau define, de partida, o seu domínio mais abrangente, a saber, o universo discursivo. Por se tratar de um “conjunto de formações discursivas de todos os tipos que interagem numa conjuntura dada” (MAINGUENEAU, 2005 [1984], p. 35), esse conceito se aproxima bastante do de interdiscurso cunhado por Pêcheux, sendo, entretanto, de pouca utilidade para o analista, já que “define apenas uma extensão máxima” (MAINGUENEAU, 2005 [1984], p. 35) e não pode ser apreendido em sua totalidade – conquanto seja finito. A partir desse universo é que serão constituídos domínios menores e que poderão ser estudados: os campos discursivos.

Um campo discursivo, por sua vez, deve ser compreendido como “um conjunto de formações discursivas que se encontram em concorrência, delimitam-se reciprocamente em uma região determinada do universo discursivo” (MAINGUENEAU, 2005 [1984], p. 35). O autor alerta, porém, que a concorrência não deve ser entendida no sentido estrito, como um confronto aberto, mas também devem ser consideradas as relações de aliança, neutralidade aparente etc. Sobre o campo há que se dizer, ainda, que em seu interior encontram-se “discursos que possuem a mesma função social e divergem sobre o modo pelo qual ela deve ser preenchida” (MAINGUENEAU, 2005 [1984], p. 36) – o que implica dizer que as formações discursivas nele inscritas disputam espaço entre si.<sup>7</sup>

---

<sup>7</sup> Essa relação de divergência é fundamental para o conceito de *interincompreensão* proposto pelo autor e que foi utilizado por nós nas análises realizadas alhures em relação ao primeiro eixo temático (inglês vs. português).

É no interior do campo discursivo que os discursos se constituem – daí a presença inextricável do Outro<sup>8</sup> na gênese discursiva. Dizer, porém, que os discursos formam-se nessa instância não significa dizer que todos os discursos se formam de uma mesma maneira, já que existe uma heterogeneidade entre os discursos que compõem um determinado campo, i.e., há uma rede hierárquica, instável, opondo os discursos entre si como dominados e dominantes, de forma que eles não se situam necessariamente num mesmo plano. Além disso, um discurso não lida “integralmente” com o seu Outro, mas parcialmente, de maneira específica, com a parte do Outro que é necessário haver-se para que se possa manter a sua identidade. É, pois, nesse sentido que Maingueneau destaca que

o Mesmo não polemiza a não ser com aquilo que separou à força para constituir-se, e cuja exclusão reitera, explicitamente ou não, através de cada um de seus enunciados. O Outro representa esse duplo cuja existência afeta radicalmente o narcisismo do discurso, ao mesmo tempo em que lhe permite aceder à existência. (2005 [1984], p. 123)

No interior do campo, guiado por hipóteses fundadas num conhecimento dos textos aliado a um saber histórico, o analista é levado a isolar o que o autor chama de *espaços discursivos*: “subconjuntos de formações discursivas que o analista julga relevantes para seu propósito colocar em relação” (MAINGUENEAU, 2005 [1984], p. 37). É importante destacar que a formação dos espaços discursivos resulta de uma intervenção direta do analista.

Esse caráter constitutivo da relação que um discurso mantém com seu interdiscurso faz da polêmica – entendida em sentido amplo, i.e., não apenas enquanto confronto aberto, mas também nos sentidos de aliança ou aparente neutralidade – um pressuposto.

Considerando que o tema em pauta aqui é a delimitação do conceito de nação – eminentemente político –, melhor dizendo, em que medida a língua importa para a definição da nação, dizemos que operamos no interior de um *campo político*. No interior desse campo discursivo, recortamos um espaço discursivo que denominamos *debates em torno da identidade nacional*. E, no interior desse espaço, por seu turno, observamos os dois eixos temáticos apontados no início deste trabalho. Essa subdivisão decorre do fato de que, como dissemos, na *Folha de S.Paulo* (entre os anos de 2001 e 2005), **todas** as matérias que abordam, de alguma maneira, a língua portuguesa ora confrontam-na com o inglês, ora com as demais variedades de português no mundo, em especial a variedade europeia.

As análises que apresentaremos a seguir limitam-se, como dissemos previamente, ao segundo eixo temático e nelas procuraremos evidenciar que a polêmica, constitutiva da relação interdiscursiva, se dá sob a forma de uma aparente aliança entre diversos posicionamentos do campo. Assim, no caso do *corpus* aqui analisado será possível perceber que essa aparente aliança tem como efeito o apagamento de outros posicionamentos necessariamente implicados na polêmica, do que decorre a aparência de ausência de polêmica discursiva. Esse apagamento, por sua vez, tem, minimamente,

---

<sup>8</sup> Maingueneau (2005 [1984], p.38) grafá com maiúscula esse “Outro” sem entendê-lo, porém, como equivalente ao da teoria laciana: “Entende-se que esse ‘Outro’, com maiúscula, não coincide com seu homônimo laciano. Empregamos esse termo porque não encontramos outro melhor. Podemos consolar-nos lembrando que nas ciências humanas não é um homônimo que vai fazer a grande diferença”.

dois efeitos: a) o de convergência de diferentes posicionamentos para um único posicionamento (de neutralidade, no sentido de ser “unanimemente aceito”), que analisamos como sendo “a posição Folha”; b) a construção de um lugar de legitimidade para o português brasileiro, elevado ao *status* de língua intercontinental.

Há que se dizer ainda que, embora nas matérias que compõem esse eixo sejam abordados diversos aspectos dessa relação entre o Brasil (PB) e as demais variedades, como, por exemplo, a economia e a política (no sentido bastante restrito do uso da língua portuguesa em reuniões políticas internacionais), para efeitos deste artigo, iremos nos ater à questão da “intercontinentalidade” da língua portuguesa, voltando-nos principalmente (embora não exclusivamente) para as matérias em que isso é mais evidente, a saber: aquelas que tratam da reforma ortográfica. Nesse eixo, a relação entre língua e pátria (pátria estendendo-se até onde a língua é falada) é bastante produtiva. Daí dizermos que, nesse eixo, não é apenas uma questão de identidade nacional, mas transcontinental, uma vez que a língua portuguesa não é falada apenas no Brasil. E para reforçar tal identidade, aproximar as variedades, diminuindo as diferenças (ou buscando apagá-las), a reforma ortográfica se apresenta como uma opção (política) viável.

### **Língua portuguesa: uma pátria sem fronteiras (?)**

Vimos mais acima que o conceito de nação, eminentemente político, é essencialmente fluido. Mesmo assim, a partir, por exemplo, do estudo conduzido por Hobsbawm (além de tantos outros<sup>9</sup>), é possível observar alguns elementos que contribuem para a sua definição – ainda que ela se modifique ao longo do tempo. Dentre esses elementos podemos destacar a *língua*. E é o que se observa nas matérias abaixo citadas:

Na definição das identidades humanas, **o idioma é um dos principais fatores** a unir pessoas, formando povos, criando culturas. E aproximando países. (*Minha pátria é minha língua*, Informática, 26/09/2001, grifo nosso)

[a unificação da ortografia nos países lusófonos estimula] a mobilização em torno de um **fator de identidade nacional**. (*Unificação ortográfica é gesto político*, Cotidiano, 22/10/2004, grifo nosso)

Enunciados como esses nos possibilitam dizer que a *posição Folha*, em relação à língua portuguesa, tal como abordada no segundo eixo temático, é a de que ela é um elemento de unidade – e que, portanto, gera uma identidade –, não só nacional, mas intercontinental, isto é, de união entre todos os países que falam o português como idioma oficial.

É interessante reforçar que a ideia de nação apresenta-se de fato confundida com a de língua, por exemplo, a partir do mote “minha pátria é minha língua”, presente em diversas matérias da Folha – neste eixo mesmo, das 20 matérias que o integram, cerca

---

<sup>9</sup> Para ficar apenas na esfera brasileira, podemos citar os conduzidos por Orlandi, dentre os quais destacamos 1990, 1996, 2002.

de ¼ delas fazem alguma referência à frase de Caetano.<sup>10</sup> Essa confluência fica ainda mais perceptível no fragmento abaixo, que trata de um documentário acerca da língua portuguesa e suas variações ao redor do globo, e convida o leitor a conhecer o “território da língua portuguesa”:

Declaração de amor à língua portuguesa, o filme registra variados falares \_ seja a língua mista de um indiano, seja o português africano com seus "erres" bem marcados, seja a linguagem artificiosa do ambulante carioca em sua pregação (marcada pelo esforço disciplinador do vocabulário), seja a fala desenvolvida de João Ubaldo Ribeiro ou de Martinho da Vila, seja a poesia que flui distraída nas palavras de Saramago e de Mia Couto, seja a voz triste e forte que canta um fado, seja a doce melancolia entoada pelo grupo Madredeus. (...) **Vale a pena fazer o reconhecimento desse surpreendente território da língua portuguesa.** (*Documentário faz tributo ao idioma português*, Ilustrada, 05/11/2004, grifo nosso)

A língua portuguesa passa, então, a ser não só o território nacional de cada um desses países, mas vai além, tornando-se o território único em que essas nações estão congregadas em identidade.

As matérias analisadas dão destaque à língua portuguesa e abordam-na tal qual uma pátria sem fronteiras. É o que destaca, por exemplo, a matéria de Clóvis Rossi intitulada *Lula propõe bloco da língua portuguesa* (Brasil, 12/07/2003). Em seu discurso, Lula procura destacar a grandeza do bloco como um todo, com seus 220 milhões de falantes. No entanto, Rossi, colunista da *Folha de S.Paulo*, ressalta que “os números precisam ser postos em perspectiva [...]. Os países da CPLP têm, de fato, 220 milhões de habitantes, mas dois terços estão concentrados em um só deles – o Brasil”. Ou seja, não fosse pela grandeza do Brasil, a CPLP não teria tamanha magnitude.

Assim, muito embora a língua seja apresentada como uma forma de unidade entre vários países, é digno de nota o fato de o Brasil, “por suas dimensões continentais”, ser o país que desponta como líder desse bloco dos países de Língua Portuguesa (CPLP). Nesse sentido, ainda que a língua seja, como aponta, por exemplo, Carlos Heitor Cony, “uma pátria sem fronteiras”, é preciso que haja uma liderança (política) aí instaurada.

Dessa forma, nos debates em torno da identidade nacional, nota-se que não se trata simplesmente de unificar as nações em torno da língua, mas de legitimar uma posição de liderança do Brasil diante dos demais países de língua portuguesa. Além disso, frente ao português – especialmente o de Portugal –, a relação é diversa da apresentada em relação ao inglês (que é de “enfrentamento”), tendo em vista essa posição superior que é atribuída ao Brasil, e, conseqüentemente, ao português brasileiro, no cenário da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Daí a relação polêmica não ser de confronto aberto, mas de aliança aparente, ou seja, é como se essa posição fosse “unanimente aceita”. É interessante observar que a (anterior) liderança portuguesa é, não raro, questionada. Apenas a título de exemplo, Millôr Fernandes, revestido do habitual tom irônico, classifica como “inexplicável” a variedade europeia reger os acordos ortográficos até então:

---

<sup>10</sup> Aproveito para fazer aqui um parêntese: é realmente a frase de Caetano Veloso, porque a versão portuguesa (de Pessoa: “minha pátria é a língua portuguesa”) aparece em apenas uma matéria em todo o jornal naquele período.

No Brasil, com três reformas nos últimos cinquenta anos, nenhuma delas orgânica, e sempre **atreladas a um inexplicável acordo com Portugal** (por que não obedecer também a certas formas portuguesas de Guiné-Bissau?), a ortografia é um desastre. (*Saiba – marmanjos são anjos pescadores*, Mais!, 25/02/2001, grifo nosso)

O excerto indicia que o “problema” é especificamente em relação a Portugal – perfeitamente explicável do ponto de vista discursivo, considerando o outro que Portugal representa – e não com outros países falantes da língua portuguesa que, em tese, estariam na mesma posição (ex-colônia) que o Brasil. Na verdade, os demais países de língua portuguesa são, não poucas vezes, apagados nas reportagens. Tecendo um paralelo com o eixo I, podemos dizer que, se em relação aos estrangeirismos na língua portuguesa, a ameaça é apenas dos *anglicismos*, a disputa de espaço no eixo II é com Portugal, até então detentor do poder sobre a língua. Acontecimentos como esse nos possibilitam compreender melhor a afirmação de Maingueneau (2005 [1984]) de que a polêmica é, para o discurso, um pressuposto, uma vez que, na disputa por espaço social, um discurso precisa lidar constantemente com o seu Outro na tentativa de fechar sua identidade. No caso do eixo em questão, o Brasil precisa haver-se com quem “ameaça” seu posto de liderança: Portugal.

Nesse contexto, as matérias da *Folha de S.Paulo* que compõem esse eixo procuram dar destaque para esse papel de “superioridade” do Brasil diante dos demais países. No trecho a seguir, é possível notar que realmente se trata de uma mudança de posição especificamente entre Brasil e Portugal:

O Brasil entra esta noite oficialmente em uma nova área de atuação no comércio internacional: exportação de língua portuguesa para o governo de Portugal. (...). “É um momento histórico”, comemora o filólogo Mauro Villar, que finalizou o “Houaiss” brasileiro e supervisionou a edição portuguesa. “Estamos vivendo **a passagem de bastão da liderança no saber da língua portuguesa**”, opina Roberto Feith, diretor editorial da Objetiva. (*Brasil exporta português a Portugal*, Ilustrada, 30/09/2002, grifo nosso)

Observa-se que aqui há uma pressuposição de existência em relação à ideia de liderança, que não é sequer questionada. A afirmação dá conta apenas de que ocorre uma mudança no posto. Assim, a língua de “Camões” de outrora passa a ser agora o “idioma do professor Pasquale”:<sup>11</sup> quem tem poder/autoridade para falar sobre a língua não é mais a antiga metrópole, mas a ex-colônia de dimensões continentais. A “passagem de bastão” reforça a posição (política!) de líder do Brasil – independente/apartado de Portugal – e não mais de *colonizado*. Por isso mesmo uma aproximação com Portugal não é vista como problemática, ou seja, mesmo quando se insiste numa certa vinculação entre Brasil e Portugal nas discussões a respeito de um aspecto privilegiadamente linguístico, a saber, o da reforma ortográfica na língua

---

<sup>11</sup> Conforme destacado em 02/04/2001 na Folhateen: “Como registraram há um tempo minhas simpáticas vizinhas da esquerda, as meninas do “02 Neurônio”, um monte de gente acha que **o idioma do professor Pasquale** fica mais “cool” se estiver cheio de palavras em inglês no meio.” (*Mistura de inglês e português faz dialeto zulu da informática; site põe o Caetano no chinelo*, grifo nosso)

portuguesa – como se pode observar no texto a seguir, de Thaís Nicoleti Camargo –, o aspecto político da questão como um todo é ressaltado:

Unificar a grafia do português nos países lusófonos é antes um **gesto político, no qual parece estar o mérito da ação**. Afinal, estimula-se assim a mobilização em torno de um **fator de identidade nacional** e a conscientização da vitalidade do idioma e dos traços comuns entre as culturas que se expressam por meio dele. Isso tende a fazer surgir um maior intercâmbio entre as obras literárias produzidas nesses países. (*Unificação ortográfica é gesto político*, Cotidiano, 22/10/2004, grifo nosso)

E, ademais, trata-se de uma aproximação em que essa nova postura do Brasil é preservada. O excerto a seguir sintetiza a relação sustentada pela *posição Folha* entre Brasil e Portugal:

**As novas regras ortográficas obrigarão os portugueses a grafarem algumas palavras como no Brasil**. O verbete “acção” passará a ser “ação”. Os portugueses também terão de retirar o “h” inicial de algumas palavras, como “herva” e “húmido”. (...)

Segundo um especialista em cultura do governo, que preferiu permanecer no anonimato para evitar desgastes com Portugal, **a reforma fará com que o português falado no Brasil se torne o internacional**. (*Brasil dá primeiro passo para unificar a língua*, Cotidiano, 22/10/2004, grifo nosso)

Tomando por base todas as análises feitas em nossa pesquisa (cujos resultados parciais apresentamos aqui), formulamos nossa hipótese com relação à semântica discursiva da *posição Folha*, neste segundo eixo temático. O que nos parece é que o filtro semântico desse discurso apoia-se, fundamentalmente, sobre os seguintes semas: /promoção/, /divulgação/, /unidade/ e /liderança/. Isso porque a *posição Folha*, nesse eixo II, insere-se numa política de promoção e divulgação da língua portuguesa ao redor do mundo, procurando exaltar a sua unidade, mas sem se esquecer de que há um líder para esse bloco: o Brasil. As matérias analisadas sustentam nossa hipótese, visto que, mesmo quando procuram enfatizar a língua portuguesa como uma pátria sem fronteiras, como um elemento de identidade nacional (e transcontinental), assumem que há um país – o Brasil – cuja liderança na CPLP o torna capaz de tocar adiante a política de promoção e divulgação da (una) língua portuguesa.

A ideia de promoção e divulgação da língua portuguesa deve ser compreendida como uma política de valorização dessa língua, especialmente da variedade brasileira, de modo a não permitir seu desprestígio frente, por exemplo, ao português europeu, tido, no passado, como “melhor”. A divulgação do português do Brasil pelo mundo opõe-se a uma política de fechamento (em que o português seria usado somente em solo nacional, por exemplo), ao mesmo tempo em que possibilita uma expansão das fronteiras do território da língua portuguesa – considerando aí, especificamente, o caso do Timor Leste, que quis assumir o português como língua nacional, e ter o Brasil como país amigo. Essa expansão da língua portuguesa garantiria, em certa medida, uma unidade linguística, sobre a qual se sedimentaria a força política do bloco dos países da CPLP.

## Considerações finais

Esperamos ter conseguido lançar mais um olhar sobre a relação entre língua e identidade nacional, já bastante debatida, é certo, mas que, a nosso ver, ainda apresenta espaço para estudos, uma vez sabido que a definição de nação é essencialmente fluida e está em constante movimento. Pensamos ter, nesse sentido, contribuído para apresentar – a partir da noção de sistema de restrições cunhada por Maingueneau – um posicionamento representativo na atual conjuntura, explicitando o seu funcionamento, que, em linhas gerais, coloca a questão linguística, no tocante à definição das nacionalidades, não apenas como um dos elementos daquele núcleo semiofórico que propomos inicialmente, mas, mais que isso, como o elemento a reger, no momento da publicação das matérias ao menos, os demais semióforos nacionais.

Por fim, destaque-se que, na associação entre língua e pátria, a “língua portuguesa” que se apresenta como a “pátria sem fronteiras” não é mais a variedade do “povo desbravador” que a levou aos quatro continentes, mas a variedade brasileira. É como se o Brasil não visse as fronteiras (geopolíticas) e fosse, como fala Cony em sua crônica (*Sonho antigo*, Opinião, 07/07/2001), uma espécie de “Cabral às avessas”.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CHAUÍ, M. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2006.
- GINZBURG, C. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- HOBBSAWM, E. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004 [1990].
- HOBBSAWM, E.; RANGER, T. (Orgs.). *The invention of tradition*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.
- MAINGUENEAU, D. *A gênese dos discursos*. Curitiba: Criar, 2005 [1984].
- ORLANDI, E. *Terra à vista! Discurso do confronto: velho e novo mundo*. São Paulo: Cortez, 1990.
- \_\_\_\_\_. *Língua e cidadania: o português no Brasil*. Campinas: Pontes, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Língua e conhecimento linguístico: para uma história das ideias no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2002.
- PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes, 2002 [1983].

## BIBLIOGRAFIA NÃO CITADA

- RENAN, E. Qu'Est-ce une nation? In: \_\_\_\_\_. *Oeuvres Complètes*. Paris: Calman-Lévy, 1947.

# A subjetividade e a constituição do *ethos* de uma empresa em uma comunicação de desastre<sup>1</sup>

(Subjectivity and the constitution of company *ethos* verified through a disaster communication)

**Ana Lúcia Magalhães**

Faculdade de Tecnologia (FATEC Cruzeiro e Guaratinguetá)  
almchle@gmail.com

**Abstract:** Discourse, rather than simple language production, shows complexity, and as such it is a privileged space for subjective construction. Corporate communications, since its origins, give paramount importance to objectivity and clarity. Its discourses, as a result, are elaborated focusing on facts; the style is journalistic, supposedly the most objective. Conversely, one of the aims of corporate communications is creation and maintenance of company ethos. Since company image depends on facts but also on impressions and those depend on an audience, it is fair to consider that the study of subjectivemes according to concepts by Kerbrat-Orecchioni (1997) will help in identifying subjectivity and its role. A typical accident communication was chosen in order to verify meanings of nouns, adjectives, adverbs and to construct an analysis.

**Keywords:** discourse; subjectivity; ethos; business communication

**Resumo:** O discurso, mais que simples produção de linguagem, apresenta complexidade e é, assim, espaço privilegiado de construção subjetiva. A Comunicação Empresarial, desde suas origens, busca a objetividade e a transparência; utiliza o estilo jornalístico, supostamente objetivo. Por outro lado, uma das finalidades da Comunicação Empresarial está na criação e manutenção do ethos da empresa. Como a imagem é fundamentada em fatos e também em impressões e estas dependem de um auditório, o estudo dos subjetivemes, conforme concepção de Kerbrat-Orecchioni (1997), poderá auxiliar na identificação da subjetividade e no papel que ela exerce em tais enunciados. Foi escolhida para análise uma comunicação de acidente, típica da Comunicação Empresarial, para verificar os sentidos das palavras e constituição do *ethos*.

**Palavras-chave:** discurso; subjetividade; *ethos*; comunicação empresarial

## Introdução

Quando a Comunicação Empresarial adquiriu, no Brasil, *status* de especialidade no final dos anos 50, suas ações específicas se restringiam a grandes empresas. O amadurecimento da sociedade nas últimas décadas estendeu a abrangência da CE,<sup>2</sup> que passou a ser objeto de interesse das empresas médias e até pequenas, além de tema de produção acadêmica.

Mesmo nas empresas de grande porte, a CE tem crescido em importância. É sintomático que a filial brasileira de pelo menos uma multinacional tenha uma diretoria intitulada Comunicação Empresarial e Responsabilidade Social.

Apesar de todo o progresso, ainda não existe consenso sobre seu objeto – alguns a aproximam do discurso jornalístico, outros estabelecem ligação com a área administrativa e relações públicas. Muitos a confundem com publicidade. Dessa forma, faz-se necessário comentar sobre o escopo da CE.

---

<sup>1</sup> Este artigo faz parte de uma pesquisa maior para tese de doutoramento.

<sup>2</sup> Para brevidade, o trabalho poderá se referir à Comunicação Empresarial como CE.



É hipótese deste trabalho que sob qualquer desses olhares a CE é importante agente para a constituição do *ethos* da empresa. A análise de um texto típico procurará evidenciar as questões da subjetividade e identificar suas marcas a partir do estudo dos subjetivemas, conforme colocado por Kerbrat-Orecchioni (1997, p. 91).

## 1. O discurso da Comunicação Empresarial

É preciso compreender primeiramente quais as características marcantes do discurso a ser analisado. Essa tarefa exige capacidade de abstração, pois não se pode afirmar que exista um gênero associado ao discurso da empresa, uma vez que nesse domínio vários são os tipos de comunicação que veiculam as informações: jornais, revistas, mural, *sites*, *blogs*, *twitter*, circuito interno de TV e outros.

Existe um ponto comum entre todos esses veículos na CE: a utilização de linguagem jornalística, mesmo nas minimensagens do *twitter*. Tal afirmação é particularmente importante para que se evite a confusão existente entre a publicidade – que faz parte da comunicação integrada – e a essência da CE – que estaria mais associada ao aspecto objetivo da informação. É com base na suposta objetividade dessa comunicação que o *ethos* da empresa se firma, pois, se a imagem criada não corresponde à realidade, há uma perda de credibilidade potencialmente irreversível que anula todo o trabalho de construção de tal imagem.

Sendo assim, é de se esperar que a CE se aproxime mais do discurso jornalístico, ou seja, com predominância da objetividade. Clareza, concisão, veracidade e consistência são características desse discurso, afinal a ausência de contradições será necessária para a construção de uma imagem positiva da empresa.

Existe consenso de que o início da CE tal como conhecida hoje no Brasil ocorreu a partir da declaração de princípios do jornalista Ivy Lee,<sup>3</sup> transcrita a seguir.

Isto não é um gabinete de imprensa secreto. Todo o nosso trabalho é feito às claras. O nosso objetivo é fornecer notícias. Não somos uma agência de publicidade; se pensarem que certas informações deveriam pertencer exclusivamente à vossa seção comercial, não as usem.

O nosso trabalho é exato. Pormenores adicionais sobre qualquer assunto tratado serão prontamente fornecidos, e qualquer editor será apoiado, com o maior empenho, na verificação de qualquer afirmação factual.

Aos inquéritos serão fornecidas informações completas para qualquer editor referindo aqueles em cujo nome o artigo é enviado. Em suma, o nosso plano é fornecer franca e abertamente em nome das preocupações dos negócios e das instituições públicas, informação rápida e exata à imprensa e ao público dos Estados Unidos, relativa a assuntos que sejam de valor e interesse para o público conhecer.

As empresas e as instituições públicas fornecem para fora muita informação na qual o valor-notícia se perdeu de vista. No entanto, é tão certo como importante para o público ter as notícias como é para as firmas fornecer as notícias de forma exata.

Eu envio apenas assuntos com todos os pormenores nos quais estou preparado para ajudar qualquer editor a verificar por ele próprio. Estou sempre ao seu serviço para o propósito de permitir [ao editor] obter mais informação completa referente a quaisquer dos assuntos trazidos [a público] no seguimento do meu comunicado de imprensa.

---

<sup>3</sup> Ivy Lee foi um jornalista norteamericano que fundou o primeiro escritório de Relações Públicas. A Declaração de Princípios foi formulada quando John D. Rockefeller, com sérios problemas de imagem, o contratou para dar início a um novo tipo de relacionamento entre seu megaconglomerado e a sociedade.

Com base no texto (grifos nossos), é possível reafirmar que, em linhas gerais, a essência da CE pretenda ser objetiva. Busca-se a exatidão, a comunicação do fato, a clareza, a transparência, a completude de informação e a verdade.

É sabido, no entanto, que não existe discurso isento de subjetividade e isso se aplica mesmo ao texto científico. A Comunicação Empresarial precisa lidar de algum modo com esse fato.

## 2. A manifestação da subjetividade

Conforme Kerbrat-Orecchioni (1997, p. 45), o estudo da subjetividade é uma contribuição para pesquisas voltadas às várias formas de comunicação: conceitos e valores variam, assim, de cultura para cultura, de indivíduo para indivíduo e a percepção de mundo, experiências e mesmo objetivos pessoais influem na enunciação, particularmente na axiologia. O discurso não pode ser entendido como simples produção de linguagem – apresenta uma complexidade derivada principalmente de seu aspecto subjetivo, que permeia a construção de frases e a escolha das palavras.

A partir do texto da empresa “Mineração Rio Pomba Cataguases Ltda.”, transcrito em sua íntegra, este trabalho procurará confirmar a hipótese de que a Comunicação Empresarial é agente importante na construção do *ethos* da empresa.

A Mineração Rio Pomba Cataguases Ltda. vem a público informar que:

Na madrugada do dia 10 de janeiro de 2007, houve galgamento e o consequente rompimento da sua barragem de contenção de rejeitos de bauxita, localizada na zona do município de Mirai-MG, devido à elevada concentração de chuvas em curto espaço de tempo, na cabeceira do Rio Fubá;

O material vazado não é tóxico, tratando-se apenas de água e argila (terra de barranco); Este fenômeno climático ocorrido, popularmente chamado de “tromba d’água”, evidencia o estado de calamidade vivido não só pela Zona da Mata do Estado de Minas Gerais, como também por todo o sudeste brasileiro, nestes últimos meses;

Este acidente não possui nenhuma relação com o outro ocorrido em março de 2006, sendo que todas as exigências constantes do Termo de Ajustamento de Conduta celebrado na ocasião entre a empresa e o Ministério Público de Minas Gerais, foram rigorosamente cumpridas, com a devida fiscalização dos órgãos ambientais do Estado de Minas Gerais;

Os órgãos ambientais dos Estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro foram imediatamente avisados, para adoção das providências cabíveis;

A empresa está avaliando os impactos do acidente e não se furtará às suas responsabilidades.

Nota Oficial 11 de janeiro de 2007 ([http://arruda.rits.org.br/oeco/reading/oeco/reading/pdf/vazamento\\_notacatuagases.pdf](http://arruda.rits.org.br/oeco/reading/oeco/reading/pdf/vazamento_notacatuagases.pdf), consulta em 10/06/2009)

O informativo veiculado na mídia por ocasião do acidente referido no texto é uma comunicação de acidente, ferramenta característica da Comunicação Empresarial. Tem como atributo principal, conforme comentado, difundir a verdade da organização por meio de uma linguagem clara, concisa, direta e objetiva.

Não há dúvida de que o texto, em terceira pessoa, pretende ser claro e demonstrar, em um primeiro momento, a certeza de que a empresa agiu com rapidez (um dia após o acidente). Informa sucintamente os eventos, as ocorrências: mostra o fato sem acréscimos desnecessários como convém à CE, que, em uma de suas muitas definições é “atividade sistêmica de caráter estratégico que tem por objetivos criar (onde

não existir), manter (onde já existir) ou mudar para favorável (onde for negativa) a *imagem* da empresa junto a seus públicos prioritários” (CAHEN, 2003 p. 29).

É possível que o *ethos* de empresa séria esteja sendo construído – ou reforçado – e que estejam preservadas a integridade e a solidez de propósitos.

A escolha lexical, no entanto, a partir de uma leitura mais criteriosa, conduz a aspectos subjetivos que serão enfocados. Assim, a utilização de adjetivos e a seleção de alguns substantivos, advérbios e até mesmo verbos conduzem à subjetividade.

### **Substantivos**

Ao analisar determinados substantivos, sejam eles afetivos ou avaliativos, percebe-se que são sempre derivados de verbos ou adjetivos. Exercem a função de denominação absoluta, emitem juízos avaliativos de apreciação ou depreciação aplicados pelo sujeito da enunciação e, por essa razão, são carregados de subjetividade. De acordo com Kerbrat-Orecchioni (1997, p. 96), os substantivos axiológicos podem ser encontrados em situação específica de conotação simplesmente axiológica ou estilística, ou seja, são localizados em um significado de determinada unidade léxica inscrita em nível de representação referencial. Nesse contexto, a instabilidade das aplicações axiológicas existentes nas competências lexicais se deve às competências ideológicas que as refletem no enunciado. É evidente que não se pode analisar o funcionamento dos axiológicos sem considerar seus efeitos quando inseridos em determinado contexto discursivo. Entretanto, é possível considerar seu valor semântico e sua função pragmática quando analisadas a sua frequência e as categorias positiva e negativa de forma variada, empregadas em conformidade com a perspectiva ilocutória global do discurso a que pertence.

Na comunicação da Mineração Cataguases, a presença de alguns substantivos reforçam seu sentido de verdade: *madrugada*, *chuva*, *espaço de tempo*, *barragem*, *empresa*, *galgamento*, *rompimento*, *Termo de Ajuste*, *rejeitos*, porque especificam entidades verificáveis.

Por outro lado, outros substantivos presentes permitem ao leitor uma construção de sentido diversa. Assim, os substantivos *fenômeno*, *calamidade*, *rompimento*, *acidente*, *adoção*, *providências*, *impacto*, *responsabilidade* têm forte apelo, ou melhor, auxiliam na composição de dupla leitura. O subjetivema (KERBRAT-ORECCHIONI, 1997, p. 60) *rompimento* significa quebra, interrupção e, seguido da expressão *da barragem de contenção de rejeitos tóxicos*, prepara o leitor para a notícia explicitada nas linhas seguintes.

Ao associar o rompimento da barragem a *fenômeno*, *a tromba d'água*, o enunciador dá início ao processo de afastamento de possível culpa da empresa. A intenção do discurso é delineada. Os subjetivemas *calamidade* e *acidente* reforçam ainda mais a subjetividade. Tais lexemas levam o leitor ao processo de construção do discurso da empresa como vítima. O substantivo *responsabilidade* vem reforçar a boa intenção da empresa perante a sociedade.

### **Adjetivos**

Segundo Kerbrat-Orecchioni (1997, p. 112), há relatividade na utilização dos adjetivos considerando que são selecionados por um enunciador e, dessa forma, impregnados de subjetividade. Assim, os significados desses adjetivos dependem do enunciador. Ela distingue, em primeiro lugar, duas categorias de adjetivos: os

“objetivos”, que exprimem uma realidade que independe de julgamento (solteiro, casado, masculino...) e os “subjetivos”, que implicam uma reação emotiva. Os subjetivos, por sua vez, subdividem-se em: “afetivos”, que exprimem sentimento experimentado pelo enunciador (pungente, esquisito, patético) e os “avaliativos”, que exprimem uma apreciação. Os avaliativos podem ser axiológicos, que enunciam apreciação sobre determinada *qualidade* de um ser/coisa ou sobre um *juízo* de valor (bom, belo, elevado) e não-axiológicos: grande, distante, quente, numeroso. É importante salientar que, por meio da investigação desses adjetivos, é possível conhecer o enfoque dos enunciadores.

O texto da Mineração Cataguases é rico em adjetivos, que reforçam o sentido subjetivo do discurso. Assim, ao invés de veicular objetivamente “devido às chuvas”, o enunciador diz “devido à *elevada* concentração de chuvas, em *curto* espaço de tempo” (adjunto adnominal com função de adjetivo). E mais uma vez transfere a responsabilidade da empresa para um fenômeno natural que poderia ser descrito por meio dos termos “chuvas fortes”.

Por outro lado, o texto pretende reforçar a ideia de lisura da empresa: todas as providências foram *rigorosamente* cumpridas. Em outras palavras, o discurso não deixa espaço para que o enunciatário construa qualquer juízo de valor contrário. O adjetivo *cabíveis* em “providências cabíveis” reforça a imagem de empresa idônea.

## Verbos

Os verbos para Kerbrat-Orecchioni (1997, p. 131) revelam a subjetividade inerente do enunciador, assinalando sua interpretação sobre o fragmento selecionado e incorporado ao discurso citante. A autora divide os verbos subjetivos em “ocasionalmente subjetivos”, que exprimem uma disposição do sujeito, favorável ou não, diante do processo enunciativo, e verbos “intrinsecamente subjetivos”, que implicam uma avaliação que tem sempre como fonte o sujeito da enunciação. Da mesma forma como ocorre com os adjetivos, a pesquisa desses verbos conduz ao enfoque dos sujeitos participantes da enunciação.

Assim como se percebe com os substantivos e adjetivos, os verbos presentes na comunicação da Mineração Cataguases contribuem para a construção da subjetividade: *vem* a público *informar*, *vazado*, *evidencia* (o estado de calamidade), *vivido* não só pela Zona da Mata [...], *foram* (rigorosamente) *cumpridas*, *foram* (imediatamente) *avisados*, *está avaliando* e *não se furtará* (às suas responsabilidades).

Os primeiros verbos que aparecem no texto pretendem marcar a disposição da empresa em esclarecer a ocorrência: *vem* (a público) *informar*. Em outras palavras, o sentido construído pelo leitor é o de que a empresa não se esconde, comunica qualquer que seja o problema. O verbo *vazar* na voz passiva (material *vazado*) tem duplo sentido: por um lado, deixa transparecer a impotência da empresa diante do fenômeno climático violento e, por outro, seguido de “material não tóxico”, enfraquece a periculosidade. Um vazamento não dá ideia de coisa muito grande ou perigosa. A voz passiva enfraquece ainda mais um verbo que, por sua natureza, indica ação débil, associado a qualquer material que poderia ser contido.

Ao afirmar que “(todas) as exigências *foram* (rigorosamente) *cumpridas*”, o texto reforça o caráter da empresa, seu *ethos*. Ou seja, não há ou não havia qualquer providência que pudesse ser tomada naquela circunstância. A comunicação não dá margem a dúvidas.

Os verbos que aparecem no último parágrafo estão relacionados à responsabilidade futura da empresa e se apresentam bastante enfraquecidos se comparados com os verbos em defesa da sua inocência: (a empresa) *está avaliando*: trata-se de uma forma de gerúndio, tempo verbal processual e não finalizador. Em outras palavras, ela enfatiza sua ausência de culpa e enfraquece sua responsabilidade. Por último e também enfraquecido porque associado ao advérbio de negação, encontra-se o verbo furtrar: (não se) *furtará* (às suas responsabilidades).

### Advérbios

Os advérbios admitem também uma participação emotiva e afetiva do enunciador. Por essa razão é impossível desconsiderá-lo como classe de modalizadores valorizantes. Ao analisar sua atuação como modalizador, apresentam sua avaliação caracterizada no verdadeiro/falso/incerto. Podem oferecer todos os tipos de unidades subjetivas, sejam eles afetivos, axiológicos ou avaliativos, todavia, se encontram representados por uma classe especial de enunciação e de enunciado.

Dessa forma, o advérbio de negação, que funciona como afirmação da não toxicidade do material despejado no rio, seguido do advérbio de intensidade “apenas” (água e argila), dá início a um processo de minimização de possível responsabilidade da empresa no acidente. Aliás, ao afirmar que se trata “apenas de água e argila” o texto elimina a possibilidade de contaminação por bauxita, embora a barragem seja para “retenção de rejeitos de bauxita”. Ora, se a barragem é para rejeitos de bauxita, é de se supor que a lama contenha bauxita, que, por sua vez, ainda que possa ser não tóxica, é poluente.

O advérbio “popularmente” mostra que o fenômeno tromba d’água é do conhecimento de todos, é senso comum. O subjetivema “todo”, que tem, no texto, função de adjetivo (todo o sudeste brasileiro), expande a incidência do fenômeno ocorrido naquele lugar para uma grande região. É possível inclusive afirmar que se trata de hipérbole, pois, da forma como está escrito, o texto veicula um estado de calamidade sem precedentes – uma região inteira assolada pelo fenômeno. Para reafirmar tal estado, a duração do fenômeno também aparece como hiperbólica quando a ele se refere em “nestes últimos meses”. Se chovesse em todo o Sudeste do país durante mais de dois meses (*últimos* remete a, pelo menos, dois meses) e com a intensidade de tromba d’água, teria deixado de ser um fenômeno (o lexema fenômeno refere-se a passageiro, esporádico), mas adquiriria dimensões de catástrofe.

Ainda como forma de justificativa, a comunicação afirma, por meio dos advérbios de negação “não” e “nenhuma” (não possui nenhuma relação) que os acidentes do ano anterior e atual são diferentes. Para reforçar tal argumento, o texto enfatiza, por meio do pronome “todas”, que as exigências constantes do Termo de Conduta foram cumpridas. Aliás, os substantivos “Termo de Ajustamento de Conduta” e “Ministério Público de Minas Gerais”, emprestam autoridade à afirmação textual veiculada. Os advérbios “rigorosamente” (cumpridas) e “imediatamente” (avisados) reforçam mais uma vez o *ethos* de empresa séria e preocupada com o cumprimento da lei.

Apenas ao final, o texto apresenta a disposição da empresa relativa às responsabilidades e o faz de maneira diferente da forma como vinha se defendendo. Afirma que “está avaliando” (os impactos) e, por meio do advérbio de negação “não” (se furtará às suas responsabilidades), coloca sua disposição enfraquecida. Certamente seria mais enfático dizer, por exemplo, que assumiria a responsabilidade, caso ficasse comprovado algum dano.

### 3. Marcas do *ethos* da Mineração Cataguases na sua comunicação de desastre

Recuperando nossa hipótese inicial, o discurso da Mineração Cataguases evidencia a constituição do *ethos* da empresa a partir de uma premissa que pode ser falsa ou verdadeira: pode haver culpa ou não pelo desmoronamento da barragem. O discurso articula-se, pois, sobre o provável – âmbito da retórica – e isso não lhe confere qualquer autoridade inicial. Assim sendo, será preciso examinar essa questão retórica com cuidado.

*Ethos* é, segundo a retórica antiga, a personalidade que o orador se confere. Em outras palavras, é a personalidade demonstrada por meio da fala, da maneira de expressão. Isso implica, em princípio, a criação de uma imagem agradável (*eunoia*), simples e sincera (*areté*) de si. Isso vale para o indivíduo ou para um grupo. O orador não diz claramente que é honesto, simples, agradável, mas deixa transparecer no enunciado, por meio do exercício da palavra. Segundo Aristóteles (2003, p. 97), o *ethos* associa-se a um estado afetivo suscitado no receptor por uma determinada mensagem. Sendo assim, no caso da empresa, as características do *ethos* são evidenciadas no seu discurso.

Aplicando o conceito ao texto escrito, o *ethos* é construído no e pelo discurso, conforme demonstrado pela escolha lexical. Assim, a comunicação da Mineração Cataguases constrói um *ethos* de empresa preocupada com a verdade (*houve galgamento e o conseqüente rompimento da sua barragem de contenção de rejeitos de bauxita*) e com a justificativa do evento (*devido à elevada concentração de chuvas em curto espaço de tempo*). A escolha lexical permite, ainda, demonstrar que se trata de empresa: 1) séria, pois *todas as exigências constantes do Termo de Ajustamento de Conduta celebrado na ocasião entre a empresa e o Ministério Público de Minas Gerais, foram rigorosamente cumpridas, com a devida fiscalização dos órgãos ambientais do Estado de Minas Gerais*; 2) preocupada com o meio ambiente (*os órgãos ambientais dos Estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro foram imediatamente avisados, para adoção das providências cabíveis*). O discurso pretende deixar claro que a empresa é idônea, uma vez que “*não se furtará às suas responsabilidades*”. Com essas colocações, instaura-se um *ethos* positivo, que procura despertar o sentimento de confiança nos leitores.

A empresa não diz que é confiável, mas deixa transparecer essa intenção no intertexto, no não-dito, que significa e se traduz por meio da sua maneira de se colocar no discurso.

O *ethos* vincula-se não ao grupo real, mas ao sujeito da enunciação,<sup>4</sup> seja ela oral ou escrita. O texto está sempre relacionado a alguém, tem sempre uma origem enunciativa, uma voz que atesta o que foi dito. A empresa, tanto no *corpus* como em qualquer outra situação, entende que a autoridade instituída pelo *ethos* assenta-se na institucionalização, no papel social e no “lugar” do discurso no momento em que é pronunciado/escrito.

Assim, a posição social pode se tornar desfavorável e, nesse caso, só pode contar com o benefício da dúvida e o produto enunciado. A empresa possui um caráter e uma corporalidade (MAINGUENEAU, 1997, p. 47) que correspondem, respectivamente, ao estereótipo de uma época, de um lugar, inseparável de princípios sociais. O *ethos*, então,

---

<sup>4</sup> Enunciação é o processo de produção do enunciado, ou seja, é o ato de falar ou de escrever que produz um enunciado. A enunciação está no nível do discurso.

implica a maneira de habitar o espaço social: surge da representação social que dele se constrói. Todo o esforço da comunicação da empresa Mineração Cataguases está limitado por essa circunstância de representação. Buscar a comunhão com o público é sua tarefa, pois precisará estabelecer um vínculo entre o real presumido e o real que ela expôs como verdadeiro. Embora o vínculo do *ethos* com o real não seja o que o discurso propõe, essa incorporação se faz em um nível imperceptível em um primeiro momento. O leitor real assume o enunciado<sup>5</sup> como parte de, como característica intrínseca do escritor. Essa representação do enunciador<sup>6</sup> é construída a partir dos índices, das marcas fornecidas pelo texto. Assim é estabelecido um contrato em que essa representação desempenha o papel de fiador que se encarrega da responsabilidade pelo enunciado.

O *ethos*, portanto, associa-se ao mundo das representações sociais e só é capaz de representar aquilo de que se tem ideia. Os locutores constroem seus *ethé* por meio dos discursos que proferem, em comunhão com os interlocutores, e constituem articuladores polivalentes, por meio da recusa de cortes entre texto e corpo, entre o mundo representado e a enunciação que o transporta. Desse modo, não se pode separar o *ethos* do código de linguagem próprio a uma posição no texto. O código só é eficiente quando associado ao *ethos* que lhe corresponde, daí atribuir a ele a corporalidade e o caráter.

No discurso da Mineração Cataguases, há uma composição cenográfica muito expressiva, tensa e autoritária. A autoridade é obtida através do vínculo instituído:

[...] todas as exigências constantes do Termo de Ajustamento de Conduta celebrado na ocasião entre a empresa e o Ministério Público de Minas Gerais, foram rigorosamente cumpridas, com a devida fiscalização dos órgãos ambientais do Estado de Minas Gerais; Os órgãos ambientais dos Estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro foram imediatamente avisados, para adoção das providências cabíveis.

Ao se referir à instituição pública (Ministério Público de Minas Gerais e órgãos dos Estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro) a empresa buscou uma autoridade de fato e de direito para respaldar seu discurso. Assim, o espaço do dizer está limitado à autorização que obedece a uma hierarquia secularmente determinada. Concisão e clareza são necessárias para fazer aflorar a suposta “verdade”.

Em qualquer ocasião e particularmente no discurso da Comunicação Empresarial, a construção do *ethos* está diretamente ligada à eficácia do discurso, à sua capacidade de suscitar a adesão por meio da maneira de ser. Assim, é possível, conforme Perelman e Tyteca (1999, p. 116), dizer que tal composição está ligada não a fatos, mas a opiniões e, sobretudo, a apreciações e aí auxiliam não só a função que o discurso exerce, mas ao papel que ele assume, ao modo como influencia (o leitor) e à maneira como o auditório acolherá suas palavras. Tanto no discurso da empresa como nos outros (discursos), o *ethos* atestará o que é dito e levará o interlocutor a se identificar com o que o discurso veicula. O enunciador tem uma árdua tarefa no processo, que é convencer seu auditório da verdade de um fato que pode suscitar

---

<sup>5</sup> Enunciado é o produto resultante da enunciação, ou seja, está no nível do texto. Deve ser concebido por oposição à enunciação, como o estado que dela resulta, independentemente de suas dimensões sintagmáticas (frase ou discurso).

<sup>6</sup> Enunciador pertence ao primeiro nível da enunciação, o da enunciação pressuposta. Corresponde ao sujeito produtor do discurso, porque produz sentidos sobre o texto.

dúvidas. No momento da composição do discurso e de sua leitura, o *habitus* da empresa é convocado.

Bourdieu (1992, p. 163) chama de *habitus* à arte de viver, à maneira global de agir, indissociável do *ethos*. Para ele o uso da palavra é igualmente uma técnica do corpo, e a competência propriamente linguística e especialmente fonológica. É uma dimensão da *hexis* corporal em que se exprime toda a relação com o mundo social. Evidentemente não se pode falar de corpo da empresa como se fala de um corpo físico humano. Nesse caso, a corporalidade da empresa está ligada à maneira de agir. Se a empresa prega e segue parâmetros de valores universais, terá uma corporalidade que reforça seu discurso. Por outro lado, se a empresa prega determinada atitude e age de maneira diferente, essa corporalidade estará prejudicada e seu discurso poderá ser enfraquecido.

*Habitus* e exercício do discurso coexistem e é por meio deles que os discursos instauram sua cenografia,<sup>7</sup> embora não se reduzam a isso, pois o corpo discursivo não é seu sentido último, senão uma das condições de sua existência e poder.

Embora não tenhamos comentado até o momento que se trata de texto argumentativo (que busca convencer e/ou persuadir o leitor da inocência da Mineração Cataguases em relação ao acidente), não se pode deixar de comentar duas questões importantes: o *logos* e o *pathos*, que não são polaridades dos movimentos argumentativos, mas complementares.

Como *logos*, entende-se o aspecto factual, mais direcionado para a lógica, para as ocorrências que podem ser comprovadas, demonstradas.

Nesse aspecto, desde o início o enunciador constrói um *ethos* de empresa confiável, valendo-se do *logos*: situa o fato no tempo (*na madrugada do dia 10 de janeiro de 2007*), cita fatos (*galgamento e rompimento da barragem*) e justifica o acidente (*devido à elevada concentração de chuvas em curto espaço de tempo*).

O enunciador procura demonstrar, em vários momentos, a inocência da empresa e, para isso, apela ao fenômeno climático (*devido à elevada concentração de chuvas em curto espaço de tempo; fenômeno climático popularmente chamado de “tromba d’água”; estado de calamidade*). O fenômeno climático de fato existiu, não há como contestar.

Como *pathos*, entende-se o aspecto passional, emocional dos eventos. Nas primeiras leituras não se percebe a existência desse movimento, mas o aspecto emocional está implicitamente presente.

A utilização dos verbos em terceira pessoa produz um efeito de distanciamento entre enunciador e enunciatário. Tal ocorrência não está evidente, mas só aparece depois de análise. Por outro lado, a terceira pessoa conforme utilizada auxilia na constituição da confiabilidade: a empresa *vem a público*, ou seja, não tem medo de se expor ou de expor o que considera como fatos; *a empresa está avaliando* e (a empresa) *não se furtará às suas responsabilidades*.

A repetição sobre o fenômeno climático e a hipérbole utilizada como forma de eximir a empresa de culpa pelo vazamento da barragem também é colocada de forma subjetiva. Trata-se de outro apelo passional. O texto escrito pode esconder a força oratória, porém evidencia a ênfase nas ideias, mais visível no escrito:

---

<sup>7</sup> Cenografia (MAINGUENEAU, 1997, p. 41) é o todo que envolve a situação comunicativa, desde o ambiente, o tempo, o espaço, as pessoas, até o próprio texto, o discurso e suas peculiaridades.



Este fenômeno climático ocorrido, popularmente chamado de “tromba d’água”, evidencia o estado de calamidade vivido não só pela Zona da Mata do Estado de Minas Gerais, como também por todo o sudeste brasileiro, nestes últimos meses.

Ao ser observado como escrita, é possível a análise mais acurada de algo que se efetivou em um contexto especial. Em outras palavras, o locutor deixa saliências que serão observadas e demonstradas por meio da redundância, ou seja, torna redundantes alguns aspectos de seu enunciado para que o ouvinte possa compreendê-lo sem muita dificuldade, no momento da elocução. Essa redundância está associada ao *pathos*, ao que não é dito (DUCROT, 1987, p. 19), porém construído.

Contribuem também para a formação do *ethos*, a maneira de se apresentar no espaço e o conjunto das representações sociais utilizadas naquele instante para a finalidade desejada. Faltam dados concernentes a essas duas últimas características de composição do *ethos*, porém isso não impede que uma imagem física se componha no interior do interlocutor, porque as pessoas sempre intertextualizam as informações que recebem com seus conhecimentos de mundo, com sua representação mental (DIJK, T. van, 1998, p. 32). É possível, assim, não só imaginar uma empresa idônea, como formalizar um quadro mental de como seria.

## **Conclusão**

Partindo do princípio de que todo texto é dotado de intencionalidade, situação em que o enunciador recorre a inúmeros fatores na formulação de seu discurso, é possível afirmar que não existe uma linguagem absolutamente objetiva.

A maioria dos enunciados caracteriza-se pela presença dos comportamentos linguísticos e de uma preocupação constante em estabelecer uma ligação entre dois polos: bem e mal, certo e errado. Sendo assim, é possível considerar que existem diferentes discursos sobre um mesmo objeto em que são disponibilizados valores intrínsecos do sujeito da enunciação no momento da realização de uma atividade comunicacional.

Embora a Comunicação Empresarial, representada neste trabalho pela comunicação de acidente, busque veicular verdades, fatos, ocorrências, é possível afirmar que não foge da subjetividade conforme aqui explicitada.

Assim, a hipótese inicial de que a CE seja importante agente para a constituição do *ethos* da empresa é reforçada. A análise de um texto típico colocou as questões da subjetividade a ela inerentes e identificou suas marcas a partir do estudo dos subjetivemas.

Constatou-se que os subjetivemas afetivos e avaliativos e a axiologia permeiam o mundo lexical de uma argumentação inserida na prática discursiva. Assim, a autora demonstra que em cada processo argumentativo realizado existe uma intenção do sujeito enunciador baseada em conceitos, valores e experiências inerentes à diversidade humana, que a subjetividade está presente nos textos e que o *ethos* é determinado no e pelos discursos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARISTÓTELES, *Arte Retórica e Arte Poética*. Tradução de Antônio Pinto de Carvalho. 14. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003. 290 p.
- BOURDIEU, P. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1992.
- CAHEN, R. *Comunicação Empresarial*. 9. ed. São Paulo: Ed. Best Seller, 2003 . 302 p.
- DUCROT, O. *O Dizer e o Dito*. Campinas, SP: Pontes Editores, 1987. 222 p.
- DIJK, T. van. *Cognição, Discurso e Interação*. São Paulo: Contexto, 1999.
- KERBRAT-ORECCHIONI, C. *La enunciación de la subjetividad en el lenguaje*. Tradução de Gladys Anfora e Emma Gregores. 3. ed. Buenos Aires, Argentina: Edicial, 1997. 307 p.
- MAINGUENEAU, D. *Novas Tendências em Análise do Discurso*. 3. ed. Campinas, SP: Pontes; Ed. da Unicamp, 1997. 198 p.
- PERELMAN, C.; TYTECA, L.O. *Tratado da Argumentação – a nova retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 1999. 653 p.
- Mineração Rio Pomba Cataguases, Nota Oficial, 2007. Disponível em : [http://arruda.rits.org.br/oeco/reading/oeco/reading/pdf/vazamento\\_notacatuagases.pdf](http://arruda.rits.org.br/oeco/reading/oeco/reading/pdf/vazamento_notacatuagases.pdf). Acesso em: 10 jun. 2009.

# Argumentação em textos: revistas impressas do universo corporativo

(Argumentation in texts: printed magazines of the corporative universe)

Cleonice Men da Silva Ramos

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo (USP)

cleonicemen@usp.br

**Abstract:** This paper aims at showing argumentative-persuasive techniques observed in printed texts of *EXAME* and *Época NEGÓCIOS*, magazines from the corporate business discursive sphere. The importance of recovering argumentative effects in today's media texts is chiefly in presenting the discursive activity in distinctive levels, a certain degree of argumentation and, additionally, from the evidence of an argumentative process that is not founded on "void": there is always a purpose and the involvement of more than one individual.

**Keywords:** Argumentative-persuasive techniques; New Rhetoric; corporate business discourse.

**Resumo:** O objetivo deste trabalho<sup>1</sup> é observar efeitos de argumentação depreensíveis em textos das revistas impressas da esfera de negócios *EXAME* e *Época NEGÓCIOS*. A importância da recuperação de efeitos argumentativos em textos midiáticos da atualidade está centrada, primordialmente, em apresentar a atividade discursiva, em escalas distintas, certo grau de argumentatividade e, complementarmente, na evidência de um processo argumentativo não ser fundado num "vácuo": há sempre um propósito e o envolvimento de mais de um indivíduo.

**Palavras-chave:** Técnicas argumentativo-persuasivas; Nova Retórica; universo discursivo corporativo-empresarial.

## 1. Introdução

Parte-se do princípio de que a argumentação está presente em todo texto, em maior ou menor grau. Justifica-se o olhar analítico para os estudos das estratégias retórico-argumentativas com o propósito de verificar os mecanismos discursivo-argumentativo-persuasivos de que se vale o orador (enunciador) ao produzir textos especialmente para um auditório particular. Tratemos de discorrer sucintamente sobre o objeto de estudo deste trabalho: revistas impressas do universo de negócios. A revista *EXAME*, da Editora Abril, de circulação quinzenal, foi lançada no Brasil em julho de 1968 como caderno especial de economia, finanças e administração, tendo-se tornado publicação autônoma em 1971. A *Época NEGÓCIOS*, publicação mensal da Editora Globo, foi lançada em março de 2007.

## 2. Referenciais teóricos

Neste trabalho, serão tomadas, em especial, as conceituações de Perelman e Olbrechts-Tyteca oriundas do *Tratado da argumentação: a nova retórica* (2005); mais precisamente, a figura de *comunhão* e os *argumentos baseados na estrutura do real*.

Ao considerar as terminologias da Retórica clássica e da Nova Retórica, denominam-se *orador* e *auditório*, respectivamente, aquele que apresenta um discurso

---

<sup>1</sup> Este texto origina-se de análises desenvolvidas em função da tese de doutoramento da autora.

oral ou escrito e aquele que a argumentação procura atingir; quem recebe o discurso. Nessa relação, existe “uma finalidade, a adesão a uma tese ou o crescimento de intensidade da adesão, que deve criar uma disposição à ação e, se for o caso, desencadear uma ação imediata (PERELMAN, 2004, p. 324).

Certos conceitos da Semiótica francesa e da Análise do Discurso serão utilizados, já que esta traz terminologias em estreita interação com aquela. A teoria semiótica chama de *sujeitos semióticos* aqueles cujas imagens são construídas no discurso. Denominados *destinador-(manipulador)* e *destinatário-(leitor)* ou, ainda, *narrador* e *narratário-(leitor)*, no *nível narrativo* do *percurso gerativo de sentido*, de A. L. Greimas e Courtès (1989), e *enunciador* e *enunciatário-(leitor)*, no *nível discursivo*, configuram-se duas instâncias do discurso, constituindo simulacros do autor e do leitor criados pelo texto. Para a teoria da comunicação, equivalem simplesmente a produtor e receptor do texto. Este trabalho adotará as denominações da Retórica e da Semiótica.

Em se tratando de um discurso da mídia impressa, há a caracterização de uma situação monologal,<sup>2</sup> distinta da dialética – arte do diálogo em que se concebem parceiros debatedores presentes fisicamente em troca interativa oral – a exemplo do que acontecia na Retórica Antiga ou como persiste em nossos dias nos debates públicos, especialmente os políticos e jurídicos.

A situação monologal com canal de transmissão gráfico comporta especificidades discursivas ímpares a observar. Nela, a relação comunicativa em auditórios especializados pode ser considerada assimétrica. Por um lado, o orador tem a primazia de fazer, com fins argumentativos, *escolhas* produtivas discursivas prévias para transmitir a tal auditório específico. Por outro, esse auditório, envolvido no mesmo sistema identitário de crenças e valores, ainda que esperando tais escolhas, não tem como as refutar imediatamente, caso delas discorde.

O auditório dado como *particular* aceita o discurso previamente elaborado e organizado pelo orador (enunciador) porque há *acordo prévio dos espíritos*, os quais, sendo partes envolvidas, interagem nesse auditório considerado *presumido*, segundo ainda a nomenclatura de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005). Composto de um grupo segmentado, o auditório particular agrupa indivíduos que detêm crenças e valores mútuos: homens e mulheres de negócios, em nosso estudo. De construção mais ou menos sistematizada, é mantido tão próximo quanto possível da realidade pelo orador, que, por esse meio, estabelece aproximação, obtém e mantém adesão às suas teses propostas com mais facilidade.

Desde os ensinamentos aristotélicos, postula-se que, para obter argumentação eficaz, importa criar um *acordo prévio* entre o orador e seu auditório. Perelman e Olbrechts-Tyteca, com ensinamentos sobre a inegável importância do auditório particular, afirmam que, “do princípio ao fim, a análise da argumentação versa sobre o que é presumidamente admitido pelos ouvintes” (2005, p. 73). Perelman, ainda versando sobre os preceitos do que é ideal no ato comunicativo, ao citar “comunidade”, não deixa de referir-se ao auditório particular, afirmando que “é preciso que aquele que desenvolve sua tese e aquele a quem quer conquistar formem uma comunidade, e isso pelo próprio fato do compromisso das mentes em interessar-se pelo mesmo problema” (PERELMAN, 2004, p. 70). Acrescenta o autor: “Qualquer argumentação, para ser eficaz, deve apoiar-se em teses admitidas pelo auditório (2004, p. 325). Com esses

---

<sup>2</sup> A situação *monologal* (ou *monolocutiva*) é quando os parceiros *não estão presentes* fisicamente um ao outro, e quando o contrato *não permite a troca* comunicativa simultânea (cf. CHARAUDEAU, 2008, p. 72).

ensinamentos, consolida-se, para a eficácia persuasiva, o caro crédito atribuído ao auditório *particular* em detrimento do *universal*.

A conceituação que remete à situação monológica se distancia da dialética (diálogo face a face), interpenetrando-se, contudo, nas concepções do dialogismo de Bakhtin (1999). O dialogismo envolve uma orientação em que o discurso de *um* sempre encontra e atravessa o discurso de um *outro*, estabelecendo nele uma relação viva. Na interação constitutiva dialógica, os enunciados se formam reciprocamente: a voz de *um* encontra eco na voz do *outro*; o que *um* diz, o *outro* já disse, e assim sucessivamente: não há discurso totalmente neutro. Bem nos diz Authier-Revuz (1990, p. 26), apoiada no dialogismo bakhtiniano: “toda fala é determinada de fora da vontade do sujeito e que este ‘é mais falado do que fala’”. Esse é o entendimento do dialogismo constitutivo, ou heterogeneidade constitutiva, natural porque inerente a todo discurso.

Além de constitutivo, admite-se que não existem discursos totalmente neutros, livres de efeitos argumentativos. Como já dito, argumenta-se em busca de convencimento ou persuasão: o primeiro considerando um *auditório universal* e o segundo um *particular*, sempre tomando os preceitos de Perelman e Olbrechts-Tyteca (cf. 2005). “No discurso persuasivo são mobilizados todos os recursos retóricos para a produção de efeitos de sentido”, afirma Mosca (2004, p. 22).

Os *argumentos baseados na estrutura do real*, que se subdividem em *ligações de sucessão* e de *coexistência* – alguns dos quais presentes neste trabalho –, apoiam-se em opiniões, verdades e presunções, enfim, em valores ou juízos admitidos em determinada esfera social: no nosso caso, a de negócios. O orador, com o propósito-fim de buscar uma interação mais aproximativa e obter maior credibilidade discursiva, argumenta embasado e fundamentado em acordos e o “essencial é que eles pareçam suficientemente garantidos para permitir o desenvolvimento da argumentação”, dizem Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 297). Vamos às análises dos textos selecionados.

### 3. Capa e reportagem de capa – revista *EXAME*, ed. 942, de 6/5/2009

A revista *EXAME* veicula, recorrentemente, a *reportagem de capa*. Por apresentar conteúdo privilegiado da revista, esse texto é considerado leitura de importância.

#### 3.1. Capa: primeiro olhar do leitor

A capa é parte indissociável da unidade principal, da edição completa. Ainda de modo recorrente, a capa estampa o tema eleito da edição e a reportagem de capa desenvolve tal tema.



Figura 1. Capa, revista *EXAME*, ed. 942, de 6/5/2009

### 3.1.1 “Vozes” com o argumento de autoridade estampadas na capa

Já na capa o enunciador estampa os nove antropônimos e as fotos das “nove cabeças brilhantes”,<sup>3</sup> que tratarão de discorrer sobre o tema mais importante da edição. Ressalta-se a importância argumentativa da escolha do enunciador ao citar e mostrar as “vozes” nesse texto de primeiro olhar, considerado *espelho*: o que reflete o tema de maior importância a veicular na edição. A capa, desse modo, prepara a *entrada*, faz o chamamento à leitura pelo enunciatário-leitor. Com essa *escolha* do enunciador na apresentação de seu discurso, fica imprescindível correlacionar as especificidades discursivas da *capa* com o *proêmio*, oriundo da teoria retórica aristotélica. O proêmio, ensina Aristóteles (2006, p. 279), é o início do discurso e serve como preparação do caminho para o que se seguirá no discurso. Complementa o Mestre Estagirita: “Aquele que coloca o início como que nas mãos do auditório faz que este o acompanhe no discurso” (ARISTÓTELES, 2006, p. 281). Em *Retórica a Herênio*, tratado sobre arte retórica atribuído a Cícero, o mais antigo redigido em latim, lê-se – no Livro I – a respeito de exórdio<sup>4</sup> (introdução): “Teremos ouvintes atentos se prometermos falar de matéria importante, nova e extraordinária” (2005, p. 59). Parece-nos pertinente mencionar os retóricos clássicos – ainda que a referência seja à comunicação oral, envolvendo um orador que se dirigia a um público presente – porque a associação com o nosso texto é automática: um enunciador (orador) que se dirige ao seu enunciatário-leitor (auditório) por meio de discurso impresso.

A capa é, portanto, um texto que *convoca* o enunciatário-leitor para *saber mais* sobre esse conteúdo privilegiado da edição. Para tanto, o enunciador busca técnicas argumentativas. Na capa em análise, o enunciador recorrerá ao *argumento de autoridade*, considerado ainda o *argumentum ad verecundiam*: apelo às autoridades consideradas eminentes. Discorreremos sobre o *argumento de autoridade* na análise do texto *reportagem de capa*.

### 3.1.2 O argumento pragmático

Com o chamamento na capa para a leitura da reportagem, principalmente pelo argumento de autoridade, o enunciatário-leitor é levado à ação: à leitura desse texto prioritário de conhecimento. Essa ação está centrada no *argumento pragmático*, “aquele que permite apreciar um ato ou um acontecimento consoante suas consequências favoráveis ou desfavoráveis” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 303). No caso, o ato será favorável para o enunciatário-leitor: ele sabe que, se for à leitura da reportagem de capa, descobrirá o que têm a dizer as “nove cabeças brilhantes” e ganhará conhecimento sobre que fazer para gerir melhor seu negócio.

### 3.1.3 O lugar da qualidade

Observemos o *lugar de qualidade* neste texto cujo propósito é transmitir o que há de mais importante na edição. Na Nova Retórica, Perelman e Olbrechts-Tyteca classificam de importantes, pela prática argumentativa em todos os auditórios, os itens bastante gerais: “lugares da quantidade, da qualidade, da ordem, do existente, da essência, da pessoa” (2005, p. 96). O *lugar da qualidade* está centrado no valor do único, que se exprime “por sua oposição ao comum, ao corriqueiro, ao vulgar”, complementam os autores (2005, p. 102). Se se opõe ao comum, o *lugar da qualidade* tem mais força na argumentação em um auditório particular, já que o enunciador deve,

<sup>3</sup> Conforme assim consta na “Carta Ao Leitor”, p. 7, da edição ora em análise.

<sup>4</sup> “que os Gregos chamam *prooemium*” (CÍCERO, 2005, p. 57).

previamente, conhecer o que *não* é comum ou, inversamente, *deve* conhecer o que é único, distinto em tal auditório que busca adesão.

Consideremos o fragmento textual que aparece na capa, *chamada* para a leitura da reportagem de capa: “nove dos mais influentes economistas da atualidade explicam o que há de real – e o que é ilusório – nos primeiros indícios de recuperação da economia mundial”. Note-se que, apesar da citação do elemento numérico quantitativo “nove”, a importância recai na *qualidade* atribuída aos profissionais envolvidos: são os “mais influentes economistas da atualidade”, membros qualificados de determinado grupo social. Essas vozes detêm o *saber*, razão por que são buscadas pelo orador (enunciador), como estratégia argumentativa cuja finalidade é trazer credibilidade, *fazer-criar* em seu discurso. O enunciador assim reconhece essa qualificação e sabe que seu enunciatário-leitor assim a vai interpretar.

### 3.2 Reportagem de capa: conteúdo privilegiado da edição

Considerando especificidades discursivas nesse texto, tratemos de discorrer sobre as técnicas argumentativas utilizadas pelo enunciador.

#### 3.2.1 Perguntas retóricas: “diálogo” encetado – comunhão com o auditório

Na abertura da reportagem, na p. 18, de título “Sinais de vida na economia”, lemos um fragmento textual produzido na íntegra de discurso citante, voz do narrador. Na página seguinte, dois enunciados; o segundo caracterizando uma pergunta retórica: “Ao redor do mundo, surgem as primeiras fagulhas de esperança na recuperação. Mas elas serão capazes de dar partida na economia mundial?”.

A pergunta retórica é marca de *comunhão* entre sujeitos no ato comunicativo. Com ela, o narrador, que remete ao enunciador, para buscar atenção à questão posta no discurso, cria um simulacro de diálogo com o narratário-leitor. Esses questionamentos não requerem refutação, já que é o próprio narrador quem vai respondê-los. Mesmo sem responder às perguntas, o narratário-leitor estará atento às respostas oferecidas pelo narrador. Eis o objetivo das perguntas retóricas: manter, por meio do diálogo encetado, a atenção do narratário-leitor na questão trazida pelo narrador. Perelman e Olbrechts-Tyteca ensinam que “a forma interrogativa não deixa de introduzir um apelo à comunhão com um auditório, ainda que este fosse o próprio sujeito” (2005, p. 180). Para Dahlet (2006), o ponto de interrogação, no cotexto monologal [discurso citante], é marcador de interação.<sup>5</sup> O narrador sabe que seu narratário-leitor está engajado interativa e atentamente na leitura e no conteúdo: a *comunhão dos espíritos* fica assim estabelecida.

Exemplifiquemos com o fragmento textual extraído da p. 20. O primeiro parágrafo compõe-se integralmente de discurso citante. O segundo, porém, abre-se com perguntas retóricas. Ao iniciar o parágrafo questionando, a atenção do narratário-leitor fica, como já dissemos, mais fortemente assegurada:

...A classe C, ao final de 2009, deve consumir mais do que em 2008. Em todo o mundo, as bolsas de valores responderam com os melhores desempenhos em quase oito meses. O que significam esses números? O pior já passou? A economia começa a reviver, afinal?  
Sim e não, de acordo com nove dos mais respeitados economistas do mundo entrevistados por EXAME.

<sup>5</sup> Cf. quadro XIII – Pontuação e enunciação. *Corpus* e funções (DAHLET, 2006, p. 168).

Ainda na reportagem, quadros ilustrativos aparecem nas p. 20 e 21 com indicadores econômicos, mostrando que “começam a surgir os primeiros sinais de esperança... mas há muitos riscos pela frente”, conforme título que os ancora. Esses quadros servem para fortalecer ideais de discurso de autenticidade, já que mostram dados numéricos apoiados em fontes legitimadas, fontes que se caracterizam, igualmente, como “vozes” com argumento de autoridade, podendo, ainda, ser consideradas como *provas* para argumentar e persuadir: levar o narratário-leitor a crer no discurso. A argumentação se esteia no real, no que se pode comprovar. Exemplifiquemos uma das fontes citadas, que ancora um dos quadros da p. 20: “Fonte: LCA, com dados do BC e do IBGE”. As siglas das instituições não são expandidas em aposto, já que não demandam explicações. O enunciador sabe que as denominações são reconhecidas pelo seu narratário-leitor, o qual, sendo sujeito pertencente a um auditório particular, é considerado leitor *instituído*.<sup>6</sup>

Em seguida à apresentação dos quadros, lê-se o discurso, tecido de forma sintaticamente híbrida: discurso citante e discursos citados. No citante, com perguntas retóricas do narrador. Tais perguntas, lembremos, são marcas de *comunhão* entre os sujeitos, já que mantêm o comprometimento atento do narratário-leitor à questão posta no discurso. Os discursos citados – resultado da delegação de vozes do narrador a outras vozes para a tessitura do discurso – são marcados pelo elemento tipográfico *aspas* e promovem, assim, a ruptura sintática textual. As duas vozes, a do discurso citante e a do discurso citado, mantêm as fronteiras de quem diz no enunciado; mas, no conteúdo, veem-se o amalgamamento, a homogeneidade discursiva.

Com os discursos citados no citante, temos configurada a heterogeneidade mostrada e marcada, heterogeneidade que marca, neste texto, um diálogo contratual: o que tem, num auditório particular, público eleito tanto para a leitura quanto para a tessitura discursiva. As vozes trazidas pelo narrador para ajudar a compor o discurso têm aspirações e valores mútuos estabelecidos e comprometidos: são homens e mulheres da esfera social de negócios que buscam saber mais para gerir melhor.

### 3.2.2 Diálogos reportados: vozes com o argumento de autoridade

A busca pelo enunciador de ideais de credibilidade no discurso – para assim ser interpretado pelo enunciatário-leitor – consolida-se especialmente pelo recurso de vozes buscadas e mediante citações aspeadas e, do mesmo modo, pelas respostas às perguntas feitas a “nove dos mais respeitados economistas do mundo entrevistados por EXAME”, respostas que, diferentemente das citações, aparecem sem acompanhamento de nenhum elemento tipográfico.

Do mesmo modo, não constam verbos *dicendi*, anteriores ou posteriores à citação, cujo propósito seria informar que o discurso citado está sendo incorporado no citante. Isso enseja conhecimento prévio estabelecido e estreita comunhão já firmados entre o narrador e seu narratário-leitor. Aquele sabe que este é competente para interpretar essa forma discursiva, já que é leitor normatizado, sujeito social pertencente a determinado auditório particular, razão por que espera a delegação de vozes de especialistas: são parceiros que mantêm estreitos laços de interação no ato comunicativo. Está pressuposto o *contato intelectual* entre os sujeitos, como dizem Perelman e Olbrechts-Tyteca (cf. 2005).

---

<sup>6</sup> “O leitor instituído será a instância que a própria enunciação do texto implica” (MAINGUENEAU, 1996, p. 35).



Exemplifiquemos, em primeiro lugar, o discurso tecido com vozes que se juntam – citante e citados –, extraído da p. 21, que, apesar da ruptura sintática, resulta do amalgamamento discursivo harmonioso, vozes que dialogam de forma contratual:

[...] E depois porque a crise vem atingindo os países com intensidades diferentes. “Vários emergentes devem voltar a crescer em breve, embora com taxas mais modestas”, diz Kenneth Rogoff, da Universidade Harvard.

Considera-se que as ideias ou opiniões de cada um, ao serem registradas e reportadas em texto escrito, configurando um pseudodiscurso direto, têm maior força argumentativa, já que, além de parecer exatamente aquelas palavras pronunciadas, permanecem muito mais *presentes* no discurso pela possibilidade de leitura e releitura. “No *pseudodiscurso direto* aumenta-se o sentimento de presença atribuindo ficticiamente palavras a uma pessoa ou a várias conversando entre si” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 200). A voz discursiva comprova, assim, o dito. O efeito de veracidade é fortalecido ao juntar as vozes dos discursos citados no citante, de sujeitos que ajudam na tessitura da reportagem.

Vale ressaltar que uma das especificidades do texto escrito é conseguir deslocar a comunicação no tempo, o que lhe faculta maior exatidão. Aristóteles já afirmava que “a expressão escrita é mais exata” (2006, p. 275), tanto mais porque permite ao enunciador preparo antecipado, escolha de palavras de modo preciso, sem as interrupções ou contratempos que intervêm num discurso oral com interlocutores presentes face a face.

O conteúdo pertinente às perguntas e respostas sem o recurso gráfico *aspas* foi elaborado visando às expectativas do enunciatário-leitor: este que *espera* as “nove visões da realidade”, título em tipografia realçada pelo tamanho e negrito, que ancora a continuidade da reportagem na p. 22. Nessa página, semelhante à capa, citam-se antropônimos, acrescentando-se o conteúdo curricular profissional/acadêmico, texto ancorado pelas imagens de rosto dos “nove dos mais prestigiados...”. Com isso, o enunciador se assegura de que seu discurso, pelo destaque às vozes de autoridade, produzirá maior efeito de realidade, gerando por isso maior credibilidade. Mais uma vez se configuram provas de persuasão para fazer crer no discurso.

Ao reportar as respostas em versal vermelho, fica bem demarcado, do mesmo modo, quem é o “dono” daquela voz que está emitindo o juízo. Reproduzimos a resposta à pergunta feita pelo narrador “Quais são os sinais que indicarão o início da recuperação?”:

ROBERT MUNDELL:<sup>7</sup> Um bom indício será a queda nos estoques de moradias e de automóveis nos Estados Unidos. Esses dois setores são críticos. Enquanto eles se mantiverem muito altos, não haverá novas encomendas, por duas razões: as pessoas continuarão com medo de comprar e de perder o emprego e esperarão que os preços continuem caindo.

---

<sup>7</sup> Como já dito, no texto esse nome está realçado e grafado em vermelho.

Convém observar que o discurso de perguntas e respostas *se assemelha* à dialética e, sendo reportado na forma escrita, configura-se nos moldes *do registro* dos diálogos socráticos. Salientemos que não há parceiros debatedores presentes fisicamente. As respostas escritas podem ser consideradas de classe *explicativa*. O enunciário-leitor recebe e absorve passivamente a “única” explicação fornecida: não há réplica pelo narrador. A terminologia *explicativa* é de Trasiló, responsável pela classificação mais antiga dos diálogos de Platão. A outra classe distinguida dos diálogos é a de *pesquisa*.<sup>8</sup> Nesta, perguntas e respostas se sucedem nos diálogos em busca da “verdade” sobre determinada questão em debate com participantes face a face.

Os diálogos reportados graficamente com juízos de valor, que consideramos de classe *explicativa*, trazem traços de subjetividade. O enunciador parece distanciar-se do dito, deixando em confiança para o “eu”, a voz de autoridade, explicar a questão colocada.

Ao responder à pergunta “Qual será o impacto da crise na economia chinesa?”, Jeffrey Sachs emprega diversos verbos na primeira pessoa do singular: “Estive no país em janeiro e encontrei várias autoridades. Com base no que vi, fiquei otimista e com a impressão de que eles estão trabalhando muito seriamente para evitar que o país entre realmente em crise” (p. 27). Importa ressaltar que essas vozes subjetivas, “falando” sobre o tema no tempo passado, presente ou futuro, comprovam a confiança depositada nelas pelo enunciador, confiança que ele sabe ser partilhada pelo enunciário-leitor. A confiança traz credibilidade, qualidade que o enunciador procura dar a seu discurso. É assim que o enunciador argumenta para tornar seu discurso mais crível e consolidar o mundo segundo certezas: crer poder saber buscar vozes reconhecidas que dominam o conhecimento da questão posta em discurso.

#### **4. Reportagem: revista *Época NEGÓCIOS*, ed. n. 27, de maio de 2009**

Além da reportagem de capa, outras, que completam a tessitura de uma edição da revista *Época NEGÓCIOS*, são pertinentes a seções específicas, tais como: *I: ideias para o futuro – agora!*; *Invenção*; *Inteligência*; *Inspiração* ou, ainda, reportagens de *Colunistas*.

A reportagem intitulada “Você tem medo de quê?”, ora em análise, compõe a seção *Inteligência* da ed. n. 27, de maio de 2009. Veiculada nas p. 78 e 80, seu enunciado “O que assusta as empresas na hora de investir em mudanças” já aparece no Sumário, antecipando que “mudanças” é fator de medo nas empresas.

##### **4.1 A pergunta retórica: comunhão com o auditório**

Importa ressaltar, em primeiro lugar, que o orador (enunciador), também nesse texto, interage com o auditório (enunciário-leitor) por meio de pergunta retórica, há pouco tratada na análise da reportagem de capa da outra revista. No texto desta, o enunciador vai “dialogar” com o enunciário-leitor sobre temores que rondam o universo corporativo: “Você tem medo de quê?”. A modalidade interrogativa, vale repetir, constitui um chamamento intenso ao leitor. A interação aproximativa entre sujeitos no ato comunicativo – que revela uma *comunhão* do enunciador com seu enunciário-leitor – está marcada também pelo trato informal: “você”.

---

<sup>8</sup> Cf. TANNERY, s/d.

Em seguida à pergunta retórica, título da reportagem “Você tem medo de quê?”, segue destacado o fragmento textual: “Pesquisa inédita mostra quais são os principais medos das empresas brasileiras na hora de investir em mudanças”. Fica explícito no texto de abertura que há mais de um medo rondando as empresas brasileiras. Se serão citados os “principais”, presume-se que haja outros, considerados secundários.

As perguntas retóricas implicitamente orientam para determinada resposta: há medos nas empresas. O medo, ou temor, é uma das paixões ou emoções retratadas por Aristóteles, segundo o qual são temerosos aqueles “que pensam que podem vir a sofrer algum mal e os que pensam que podem ser afetados por pessoas, coisas e momentos” (ARISTÓTELES, 2006, p. 175). O medo então consiste sempre numa situação aflitiva ou numa perturbação causada pela representação de um mal iminente.

O *argumento de autoridade* “utiliza atos ou juízos de uma pessoa ou de um grupo de pessoas como meio de prova a favor de uma tese”, dizem Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 348). O uso que faz o enunciador das vozes entrevistadas – ainda que não mencione os antropônimos – mostra que são vozes de *executivos*, selecionadas para tal propósito, o que aumenta a força discursiva argumentativa.

Reproduzimos o discurso aspeado que abre a reportagem, configurando a delegação à palavra do outro: “Errar é humano, desde que você não erre sozinho”. Consta na reportagem que essa frase surgiu das conversas com os 50 executivos e ilustra “um dos seis medos identificados” pela empresa pesquisadora já citada. Esses executivos, tomados como autoridades, foram escolhidos e chamados a “falar” porque têm competência para tanto. O discurso competente “é aquele no qual a linguagem sofre uma restrição que poderia ser assim resumida: não é qualquer um que pode dizer a qualquer outro qualquer coisa em qualquer lugar e em qualquer circunstância” (CHAUÍ, 1989, p. 7). Essa competência traz credibilidade discursiva. Nas palavras de Discini (2005, p. 252), “o argumento de autoridade dá respaldo para o enunciador fazer crer na verdade construída e para consolidar o próprio lugar enunciativo”.

Listemos, agora, os seis “maiores receios” identificados, dispostos em tópicos destacados em negrito: ***Errar sozinho; Repetir o fracasso; Estragar o time; Ouvir outro não; Futuro; Demissão.*** O enunciador comenta cada um desses medos, tecendo seu discurso com a ajuda das vozes reportadas dos entrevistados, configurando a intercalação de *discurso citado* no *discurso citante* (MAINGUENEAU, 2002, p. 138), intercalação que produz – insistimos no ponto – a homogeneidade discursiva, com a voz do outro sempre em plena interação no ato comunicativo.

A paixão *medo*, portanto, destoa por completo das virtudes cardeais que o Mestre Estagirita corou para o Homem de Bem: prudência, coragem (fortaleza), temperança e justiça. O medo pode revelar, ao invés de prudência, a imprudência de atos, o que demonstra fraqueza. Atos imprudentes são temidos nas empresas, cujo ideal é a gestão infalível. Nela, o sujeito profissional não pode ter (ou demonstrar) perturbações ou hesitações na hora de tomar decisões em nome da empresa. A própria reportagem afirma textualmente que “não é fácil para uma empresa superar o trauma de uma iniciativa que deu errado”.

Os sentimentos contrários ao medo, tomados como positivos, são a coragem, a firmeza, a determinação: atribuições valorizadas no sujeito executivo. Quanto mais alta a posição que o executivo exerce, tanto mais dele se esperam esses sentimentos firmados na dêixis da euforia. O âmago desse medo é sempre negativo no que está por vir. No mundo empresarial, em que toda decisão importante traz consequências, cumpre

planejar, calcular e, por fim, executar com frieza firme cada decisão, sem abrir espaços para sentimentos disfóricos.

Essa exigência que permeia e fundamenta as regras comportamentais, especialmente dos executivos do topo hierárquico empresarial, explica o *não querer* desses sujeitos estarem em conjunção com emoções disfóricas, as quais – pelas más consequências que envolvem – podem prejudicar seriamente suas carreiras. Um dos maiores temores constatados está, assim, explicitado na reportagem: “o medo de perder o prestígio, poder e, no limite, o emprego é um dos maiores inibidores para arriscar e inovar, segundo a pesquisa”.

Assim, sujeitos sociais da esfera de negócios têm a *prescrição*, o *dever-fazer*, bem desempenhar seu papel: tomar decisões firmes e acertadas para bem gerir e obter lucro – fundamento absoluto do capitalismo. Sobre esse princípio arraigado que permeia o universo dos negócios, lemos na reportagem o seguinte discurso citado: “A maneira mais confortável de fazer um acionista feliz é garantir o dinheiro hoje”.

Sujeitos sociais do mundo dos negócios, para bem gerir, devem ser então tomados pela *contingência*, *não dever-ser* temerosos ou, ainda, pela *necessidade*, o *dever-ser* corajosos. Vemos que a modalidade deôntica permeia essa esfera social. O medo, contudo, existe, principalmente “se a empresa não tem um ambiente que tolera uma certa dose de fracasso, as pessoas não ousam – e vivem com medo”, como diz o enunciado que encerra a reportagem. Fiorin (1992, p. 57) afirma que “o sintagma passional do medo diz respeito sempre a algo futuro e encadeia-se como um saber poder estar em conjunção com algo disfórico e não querer estar”. A própria reportagem declara explicitamente que os nomes dos executivos entrevistados foram “preservados por uma razão óbvia – ninguém gosta de falar abertamente sobre medo”.

## 4.2 O lugar da quantidade, da qualidade e o argumento de autoridade

A reportagem traz o resultado da “pesquisa inédita” envolvendo “50 executivos brasileiros”. Nessa pesquisa, que “se concentrou em executivos de marketing, mas identificou medos que extrapolam a área”, foram identificados seis medos. Apoiada na “CO.R, uma empresa de pesquisa e estratégia de marcas”, desenvolveu-se a investigação visando a “identificar os principais temores que atrapalham as empresas na hora de inovar”. Aqui, essa fonte, entidade de pesquisa considerada com o *argumento de autoridade*, serve, ela própria, como argumentação para *fazer-criar* no discurso “verdadeiro”, já que apresenta dados baseados na realidade, no que foi apurado.

Ressaltamos o *lugar da quantidade*, dado como objeto de acordo argumentativo, eleito pelo narrador, que “fala” em nome do enunciador. Perelman e Olbrechts-Tyteca, em consonância com os preceitos aristotélicos, entendem por *lugares da quantidade* “os lugares-comuns que afirmam que alguma coisa é melhor do que outra por razões quantitativas” (2005, p. 97). Na reportagem, baseada em pesquisa inédita realizada com “50 executivos brasileiros”, consta ainda que “os entrevistados foram selecionados entre as 200 maiores empresas do país”. Essas *quantidades*, do mesmo modo, são fontes argumentativas de valor introduzidas no discurso com o propósito de levar o enunciatário-leitor a fazer-criar na voz discursiva do enunciador.

O índice numérico “50 executivos das 200 maiores empresas do país” traz efeitos de veracidade e, portanto, de credibilidade discursiva, já que, com dezenas de “vozes” desses profissionais entrevistados nas centenas de grandes empresas, obtém-se “a preferência concedida ao provável sobre o improvável” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 99).

Em segundo plano, vemos configurado o *lugar da qualidade*: são as 200 “melhores” empresas do país e não *simplesmente* 200 empresas. O atributo qualificativo é, igualmente, considerado estoque de valor argumentativo de que se vale o enunciador para argumentar. Com a quantidade de empresas e executivos entrevistados, a comprovação do fato ganha força: os executivos das empresas realmente estão com medo.

Como exemplo do argumento de autoridade, reproduzimos todo o fragmento textual que discorre sobre o receio de “estragar o time”. Os discursos citados, que se juntam ao citante, estão entre aspas, procedimento recorrente na reportagem:

**Estragar o time\_** Pode parecer um contrassenso, mas para muitos executivos administrar a liderança é mais difícil do que atingi-la. Um dos casos mais exemplares reunidos na pesquisa foi o de uma grande companhia que era extremamente ousada até atingir 70% de participação no mercado. “Antes, todas as novas ideias eram bem-vindas”, contou um diretor. “Mas esse número acovardou a diretoria. A marca começou a cair porque só existia coragem de repetir o que tinha dado certo e a inovação ficou para outras empresas.” Na sua opinião, o lema “não se mexe em time que está ganhando” não funciona para mercados competitivos.

Cumprir associar ainda o *lugar da qualidade* com o valor do único, que, por ser original, distingue-se, é digno de nota e agrada mesmo à multidão (cf. PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 102). Temos a voz citante, do narrador/enunciador, que traz força argumentativa com esse *lugar* valorizado: “*Um dos casos mais exemplares* reunidos na pesquisa foi o de *uma grande companhia*” (grifo nosso).

## 5. Considerações finais

Admitida a constatação de que não existem textos totalmente livres de traços argumentativos, escolheram-se e analisaram-se textos de revistas impressas do universo corporativo-empresarial, consideradas de auditório particular, a fim de comprovar as técnicas ou estratégias argumentativo-persuasivas de que se serve o orador (argumentador) para obter adesão e persuadir seu enunciatário-leitor: ir à leitura para *saber mais* e crer no seu discurso. Para isso, o enunciador já estampou na capa “vozes” prestigiadas, que, dotadas do argumento de autoridade, detêm o respeitado saber sobre o tema veiculado na reportagem de capa. Também na capa se utilizou o argumento pragmático para chamar o enunciatário-leitor e levá-lo à ação: ir à leitura da reportagem de capa, texto de maior importância da revista. Nesse texto, o enunciador, em favor de sua tese, reportou as valorosas opiniões das “vozes” de prestígio estampadas na capa, dessa forma consideradas pelo enunciatário-leitor. A citação dessas vozes contribuiu para aumentar o efeito de veracidade em busca de credibilidade, virtude inestimável ao discurso jornalístico.

A aproximação, plena interação e comunhão dos sujeitos no ato comunicativo foram sustentadas especialmente pelas perguntas retóricas: a atenção do enunciatário-leitor às respostas dadas pelo próprio enunciador é garantia de adesão à questão posta no discurso. A argumentação foi ainda apoiada nos lugares da *quantidade* e da *qualidade*, considerados como tipos de objeto de acordo, cada qual com seus atributos argumentativos. O enunciatário-leitor reconhece a eficácia dos índices numéricos e das qualificações comprovadas: tudo visando a atingir maior credibilidade discursiva.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARISTÓTELES. *Retórica*. Tradução e notas de Manuel Alexandre Júnior et al. 3. ed. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2006.
- AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). *Cadernos linguísticos*, Campinas, 1990.
- BAKHTIN, Mikhail (V. N. Volochínov). *Marxismo e filosofia da linguagem*. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 9. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
- CÍCERO. *Retórica a Herênio*. Tradução e introdução de Ana Paula Celestino Faria e Adriana Seabra. São Paulo: Hedra, 2005.
- CHARAUDEAU, Patrick. *Linguagem e discurso: modos de organização*. São Paulo: Contexto, 2008.
- CHAUÍ, Marilena. *Cultura e democracia – o discurso competente e outras falas*. 9. ed. São Paulo: Cortez, 1989.
- DAHLET, Véronique. *As (man)obras da pontuação: usos e significações*. São Paulo: Humanitas, 2006.
- DISCINI, Norma. *Comunicação nos textos*. São Paulo: Contexto, 2005.
- FIORIN, José Luiz. Algumas considerações sobre o medo e a vergonha. *Cruzeiro Semiótico*, Porto/Portugal, n. 16, p. 55-63, jan. 1992.
- GREIMAS Algirdas L.; COURTÈS, Joseph. *Dicionário de semiótica*. Tradução de Alceu Dias Lima et al. São Paulo: Cultrix, 1989.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Pragmática para o discurso literário*. Tradução de Marina Appenzeller. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Análise de textos de comunicação*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- MOSCA, Lineide do Lago Salvador. Velhas e novas retóricas: convergências e desdobramentos. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *Retóricas de ontem e de hoje*. 3. ed. São Paulo: Humanitas, 2004.
- PERELMAN, Chaïm. *Retóricas*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado da Argumentação. A Nova Retórica*. Tradução de Maria Ermantina de A. P. Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005. [1958]
- TANNERY, Paul. Platão – Vida, Obra, Doutrina. In: *Platão: Diálogos I – Mênon – Banquete – Fedro*. Rio de Janeiro: Ediouro, s/d.

# A inter-relação de aspectos discursivos em processos complexos de produção e de interpretação textual

(The interrelation of discursive aspects in complex processes of textual production and interpretation)

**Gustavo Ximenes Cunha**

Faculdade de Letras – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

ximenescunha@yahoo.com.br

**Abstract:** This paper aims at articulating discursive phenomena that, traditionally, are studied in a separate way: the referential construction and the compositional heterogeneity.. Under the Modular Approach of Discourse Analysis, it was carried out an analysis of a fragment taken out from a journalistic text, which verifies the relation between these two phenomena in order to explain the construction of the referential chain in phases with a specific narrative sequence. The study was organized in three stages. In the first stage, the journalistic fragment was characterized as a narrative sequence. In the second stage, the way the author built the referential chain of the fragment was described. Finally, in the final stage, the results obtained in the two stages were combined. In the third moment, we observed that the construction of narrative sequence phases seems to have influence on the author's decision to verbalize the discursive topics or to maintain them implicit.

**Keywords:** journalistic text, narrative sequence, modularity.

**Resumo:** O objetivo deste artigo é articular fenômenos discursivos que, tradicionalmente, são estudados de forma separada: o da construção referencial e o da heterogeneidade composicional. Adotando o Modelo de Análise Modular do Discurso como referencial teórico, a análise do fragmento de um texto jornalístico impresso buscou verificar as relações existentes entre esses dois fenômenos, a fim de trazer esclarecimentos sobre como se dá a construção da cadeia referencial ao longo das fases de uma sequência narrativa específica. Para alcançar essa meta, o estudo desenvolveu-se em três etapas. Na primeira, caracterizou-se esse fragmento jornalístico como uma sequência narrativa. Na segunda, foi descrita a forma como o autor construiu a cadeia referencial do fragmento. Por fim, na etapa final, combinaram-se os resultados obtidos nas duas primeiras etapas. O que se constatou nesse terceiro momento da análise foi que a construção das fases dessa sequência narrativa parece ter influência direta na decisão do autor por verbalizar os tópicos discursivos ou por mantê-los implícitos.

**Palavras-chave:** texto jornalístico, sequência narrativa, modularidade.

## Introdução

Nas últimas décadas, os estudiosos do texto têm procurado afinar cada vez mais seus instrumentos de análise, a fim de obter descrições mais precisas e explícitas dos fenômenos que procuram compreender. Nesse sentido, os trabalhos que desenvolvem oferecem importantes contribuições para a compreensão de diferentes aspectos da organização discursiva, tais como os marcadores discursivos, as expressões referenciais, os tipos e as sequências de discurso, as relações de face entre os interlocutores, as marcas de polifonia, as expressões modalizadoras, etc. Entretanto, o que se verifica em muitos desses trabalhos é o tratamento isolado de apenas um desses aspectos. Esse tratamento, embora seja de grande relevância, fornece uma visão parcial e redutora da complexidade dos processos envolvidos tanto na produção do discurso como na sua interpretação, porque essa complexidade só se deixa apreender quando se verifica o inter-relacionamento de diferentes aspectos.

Na tentativa de contribuir para uma melhor compreensão desses processos, o presente artigo propõe articular fenômenos discursivos que, tradicionalmente, são estudados de forma independente. De um lado, diferentes abordagens têm se debruçado sobre a tarefa de compreender a atuação das expressões referenciais, investigando a forma como os participantes da interação constroem o texto, por meio da progressão e da manutenção referencial. Longe de ser uma tarefa simples, essa investigação implica o mapeamento da rede referencial do texto, para compreender, basicamente, como os interlocutores fazem a gestão dos referentes, introduzindo-os, preservando-os, modificando-os, reintroduzindo-os no discurso. De outro lado, diversos estudos se dedicam à compreensão da heterogeneidade composicional do texto. Partindo do princípio de que só muito raramente um texto manifesta um tipo discursivo único, esses estudos propõem tipologias textuais, para verificar como os tipos (narrativo, descritivo, argumentativo, etc.) entram na composição dos textos e como esses tipos se realizam efetivamente em produções discursivas específicas.

Buscando ultrapassar essa separação, este artigo investiga as relações que se estabelecem entre esses dois fenômenos, o da construção referencial e o da heterogeneidade composicional. Sem pretender esgotar o assunto, o estudo consiste em trazer esclarecimentos sobre como se dá a construção da cadeia referencial ao longo das fases de uma sequência narrativa específica, extraída de um texto jornalístico impresso. Para isso, esse estudo se situa na perspectiva teórica do Modelo de Análise Modular do Discurso, cujo objetivo primeiro consiste em descrever a organização do discurso, a partir da combinação progressiva e sistemática das informações mais simples que a constituem. Mais especificamente, o objetivo do modelo é, num primeiro momento, descrever as informações de base (os módulos) que constituem o discurso, para, posteriormente, descrever o modo como as informações modulares se combinam em formas de organização.<sup>1</sup>

Seguindo o método proposto por esse modelo, a nossa análise será desenvolvida em três etapas. Na primeira, propõe-se a caracterização do fragmento jornalístico selecionado como uma sequência narrativa, identificando as fases de que se compõe (item 1). Em seguida, será analisada a forma como é feita a construção da cadeia referencial (item 2). Por fim, os estudos realizados separadamente nos itens 1 e 2 serão combinados, na busca por compreender o modo como, no fragmento escolhido para análise, a construção dos objetos de discurso se liga à construção da sequência narrativa (item 3).

## **1. Forma de organização sequencial**

No Modelo de Análise Modular, o estudo da forma de organização sequencial se ocupa, inicialmente, do inventário dos tipos de discurso (tipos narrativo, descritivo e deliberativo) e, em seguida, da delimitação das sequências discursivas (sequências narrativa, descritiva e deliberativa) por meio das quais os tipos se manifestam textualmente em discursos específicos.

A percepção de que as marcas linguísticas, como os conectores argumentativos por exemplo, não são exclusivas de um tipo de discurso foi a razão pela qual, no modelo

---

<sup>1</sup> O modelo postula a existência de cinco módulos (lexical, sintático, hierárquico, interacional e referencial), os quais na produção e na interpretação do discurso se combinam em formas de organização (informacional, enunciativa, sequencial, tópica, polifônica, composicional, etc.) (ROULET; FILLIETTAZ; GROBET, 2001).



modular, se abandonaram as tentativas de definir os tipos com base em critérios linguísticos. Por esse motivo, os tipos de discurso são definidos como operações psicológicas gerais, que se ancoram em unidades textuais de natureza monológica. Já as sequências discursivas constituem unidades empíricas. Nos discursos específicos, as sequências correspondem a segmentos textuais nos quais os tipos se manifestam efetivamente (FILLIETTAZ; GROBET, 1999; ROULET; FILLIETTAZ; GROBET, 2001).

No que se refere ao tipo narrativo, ele pode ser definido com base na representação praxeológica de história. Essa representação corresponde à superestrutura proposta por Adam (1992) e compreende as fases ESTADO INICIAL – COMPLICAÇÃO – REAÇÃO – RESOLUÇÃO – ESTADO FINAL. A hipótese dessa superestrutura repousa sobre a ideia de que toda história pressupõe uma tensão entre acontecimentos desencadeadores e acontecimentos conclusivos, o que resulta na transformação dos personagens e da situação em que eles se encontram inicialmente implicados. Nesse sentido, as narrações se distinguem das listas de ações, como, por exemplo, receitas culinárias, porque nestas os acontecimentos se organizam de forma linear, obedecendo a uma lógica simplesmente cronológica. Nas narrações, ao contrário, os acontecimentos, ainda que estejam cronologicamente ordenados, obedecem a uma lógica causal, em que acontecimentos anteriores funcionam como a causa de acontecimentos posteriores. Assim, a superestrutura que Adam propõe visa a articular de forma esquemática os acontecimentos ou os episódios que são típicos de uma representação de história.

A seguir, reproduzimos o fragmento que será objeto de nossa análise.<sup>2</sup>

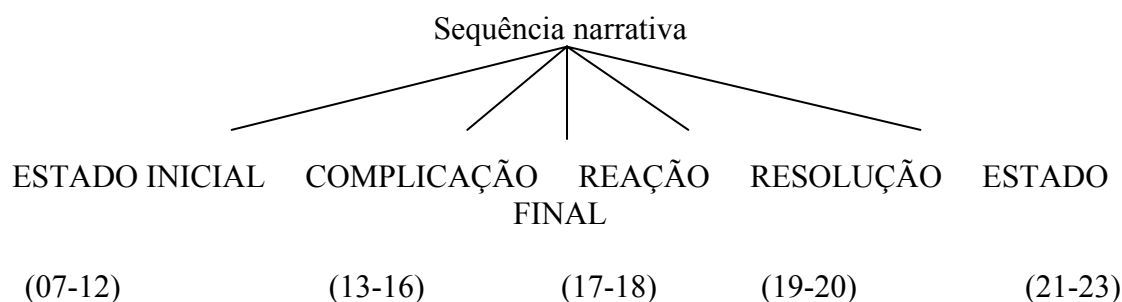
(07) No fim do ano passado, (08) o governador José Reinaldo Tavares, ex-PFL, filiou-se ao PTB em grande estilo. (09) Anunciou seu rompimento com as velhas oligarquias políticas, (10) prometeu modernizar o estado e investir em infra-estrutura. (11) Decidiu também priorizar o interior, (12) principalmente as cidades mais carentes. (13) As mudanças começaram a se materializar com a assinatura de duas dezenas de contratos de emergência com empresas encarregadas de abrir centenas de quilômetros de estradas vicinais. (14) Para evitar os costumeiros desvios de recursos, uma praga que insiste em não abandonar os grotões, (15) os pagamentos eram liberados somente depois que um fiscal ia ao local conferir a conclusão das obras. (16) Tudo transparente. (17) Bem, seria mesmo (18) se tudo não passasse de encenação. (19) O Maranhão acaba de inovar a engenharia da corrupção (20) ao lançar no cenário as estradas virtuais. (21) As obras de emergência foram integralmente pagas. (22) Mas nada foi feito. (23) Elas nunca saíram do papel.<sup>3</sup>

Para caracterizar esse fragmento como uma sequência narrativa, é preciso extrair uma configuração específica da representação praxeológica de história, tal como se vê nesta figura:

---

<sup>2</sup> Esse fragmento foi retirado de uma reportagem da revista *Veja* (edição de 05/01/2005) e trata basicamente da participação do então governador do Maranhão José Reinaldo Tavares no desvio de verbas destinadas à construção de estradas no estado.

<sup>3</sup> A numeração presente nesse trecho indica que ele foi segmentado em atos. O ato constitui a unidade mínima de análise para o modelo modular e pode ser definido como a menor unidade textual dotada de autonomia pragmática (MARINHO, 2007).



**Figura 1: estrutura praxeológica**

O ESTADO INICIAL é formado pelos atos (07-12) e diz respeito à filiação do governador do Maranhão, José Reinaldo Tavares, ao PTB e às suas promessas de mais investimentos no estado. Essas promessas dão origem à COMPLICAÇÃO da sequência narrativa, a qual se refere à assinatura de contratos para a abertura de estradas e ao modo como os pagamentos das obras eram feitos (atos 13-16). A informação de que os pagamentos eram realizados de forma honesta, somente após a constatação de que as obras estavam concluídas, desencadeia uma REAÇÃO, que se refere à informação de que tudo foi uma encenação (atos 17-18). Essa farsa dá origem à RESOLUÇÃO da sequência, na qual é dito que o Maranhão inovou a engenharia da corrupção ao lançar as estradas virtuais (atos 19-20). Como consequência dessa RESOLUÇÃO, o ESTADO FINAL da sequência informa, nos atos (21-23), que as obras foram integralmente pagas, mas nunca saíram do papel.

## 2. Forma de organização informacional

No Modelo de Análise Modular, o estudo da continuidade e da progressão se faz no interior da forma de organização informacional. O objetivo dessa forma de organização é analisar a estrutura informacional de cada unidade mínima de referência (o ato) e descrever a sua inserção na estrutura do discurso, através das formas de progressão informacional que se observam na sucessão dos atos. Assim, postula-se que cada ato se ancora em pelo menos uma informação da memória discursiva,<sup>4</sup> cuja origem pode ser o cotexto, a situação de comunicação ou mesmo as inferências que podem surgir de um ou de outro (MARINHO, 2005).

A informação mais diretamente acessível na qual o ato se encadeia constitui o tópico, que pode ser verbalizado no discurso por traços anafóricos, como pronomes ou expressões definidas. Esses traços são chamados de traços tópicos. Entretanto, em textos monológicos complexos e em diálogos, os tópicos podem não ser verbalizados por nenhum traço linguístico. Quando isso ocorre, para encontrar o tópico é preciso buscar a informação mais diretamente acessível ou mais imediatamente pertinente no cotexto ou na situação de comunicação em que o ato se ancora (ROULET; FILLIETTAZ; GROBET, 2001).

Como se pode observar, o tópico, nessa abordagem, não é um elemento textual, mas uma informação pertencente à memória discursiva dos interlocutores, cuja seleção acontece de forma retroativa: “cada ato ativa um objeto de discurso que incrementa a memória discursiva, a qual passa a conter as informações nas quais o ato posterior pode se encadear” (MARINHO, 2002, p. 195).

<sup>4</sup>A memória discursiva, segundo Berrendoner (1983, p. 230), diz respeito ao “conjunto de saberes conscientemente partilhados pelos interlocutores”.

A forma de organização informacional se ocupa ainda dos tipos de progressões informacionais ou modos de encadeamento que se observam na sucessão dos atos. Encontrado o tópico em que o ato se ancora, é possível classificar o modo de encadeamento que caracteriza essa ancoragem. Os modos de encadeamento considerados pelo MAM são:

- (01) *Encadeamento ou progressão linear*: esse tipo de progressão ocorre quando o tópico tem origem no propósito que precede o ato, ou seja, quando ele tem origem na informação que acaba de ser ativada.
- (02) *Encadeamento ou progressão com tópico constante*: esse tipo de progressão ocorre quando uma sucessão de atos se ancora num mesmo tópico.
- (03) *Encadeamento à distância*: esse tipo de progressão ocorre quando o tópico não tem origem no propósito que acaba de ser ativado, mas tem origem num propósito mais distante.

A estrutura informacional, tal como exemplificada no quadro a seguir, constitui o resultado da análise da organização informacional de um discurso. Nessa estrutura, é possível observar o tópico em que cada ato se ancora, a presença ou não de traços que verbalizam o tópico, bem como o modo como cada ato se encadeia ao tópico.<sup>5</sup>

---

<sup>5</sup> Nesse quadro, os atos ocupam a coluna da esquerda e o tipo de progressão informacional, a coluna da direita. Os atos são numerados e os traços que verbalizam o tópico são apresentados em negrito; o tópico assim verbalizado aparece entre colchetes, depois do traço. Quando o tópico é implícito, ou seja, não verbalizado por traço tópico, ele aparece entre parênteses, no início do ato.

**Quadro 1: estrutura informacional**

(07) (O Maranhão) No fim do ano passado,	Encadeamento à distância
(08) (O Maranhão) o governador José Reinaldo Tavares, ex-PFL, filiou-se ao PTB em grande estilo.	Tópico constante
(09) (o governador José Reinaldo Tavares) Anunciou seu rompimento com as velhas oligarquias políticas,	Progressão linear
(10) (o governador José Reinaldo Tavares) prometeu modernizar o estado e investir em infra-estrutura.	Tópico constante
(11) (o governador José Reinaldo Tavares) Decidiu também priorizar o interior,	Tópico constante
(12) principalmente <b>as cidades mais carentes</b> [do interior].	Progressão linear
(13) <b>As mudanças</b> [informação cotextual - Anunciou seu rompimento com as velhas oligarquias políticas, prometeu modernizar o estado e investir em infra-estrutura. Decidiu também priorizar o interior, principalmente as cidades mais carentes] começaram a se materializar com a assinatura de duas dezenas de contratos de emergência com empresas encarregadas de abrir centenas de quilômetros de estradas vicinais.	Progressão linear
(14) (As mudanças começaram a se materializar com a assinatura de duas dezenas de contratos de emergência com empresas encarregadas de abrir centenas de quilômetros de estradas vicinais.) Para evitar os costumeiros desvios de recursos, uma praga que insiste em não abandonar os grotões,	Progressão linear
(15) <b>os pagamentos</b> [contratos de emergência com empresas] eram liberados somente depois que um fiscal ia ao local conferir a conclusão das obras.	Encadeamento à distância
(16) <b>Tudo</b> [os pagamentos eram liberados somente depois que um fiscal ia ao local conferir a conclusão das obras] transparente.	Progressão linear
(17) (Tudo transparente) Bem, seria mesmo	Progressão linear
(18) se <b>tudo</b> [Tudo] não passasse de encenação.	Tópico constante
(19) <b>O Maranhão</b> [Maranhão] acaba de inovar a engenharia da corrupção	Encadeamento à distância
(20) (Maranhão) ao lançar no cenário as estradas virtuais.	Tópico constante
(21) <b>As obras de emergência</b> [obras] foram integralmente pagas.	Encadeamento à distância
(22) Mas <b>nada</b> [obras] foi feito.	Tópico constante
(23) <b>Elas</b> [obras] nunca saíram do papel.	Tópico constante

Nessa estrutura, verifica-se uma grande quantidade de traços tópicos, isto é, marcas linguísticas (expressões nominais ou pronomes) que verbalizam os tópicos. Na maior parte dos casos, esses traços tópicos parecem ser empregados quando a sua ausência poderia exigir maior esforço interpretativo por parte do leitor ou mesmo causar a incompreensão dos atos em que aparecem. Isso porque, no texto em análise, a relação existente entre a maior parte dos tópicos e os traços que os verbalizam não é direta, já que o traço e o tópico não são verbalizados da mesma forma. É o que se observa nos atos 12, 13, 15 e 16. Ainda que os tópicos desses atos tenham sido recentemente ativados, foi preciso indicar a retomada por meio de expressões nominais (traços tópicos), exatamente porque a relação que se estabelece entre o tópico e essas expressões não é direta.

Para citar um exemplo, o traço tópico do ato 15 é “os pagamentos”, mas até esse ato o autor não havia feito nenhuma menção a pagamentos. Entretanto, essa informação pode ser inferida da leitura do ato 13: “**As mudanças** começaram a se materializar com a assinatura de duas dezenas de contratos de emergência com empresas encarregadas de abrir centenas de quilômetros de estradas vicinais”. Esse ato trata dos contratos de emergência que foram realizados entre o governo maranhense e as empresas encarregadas das obras. No ato 15, “os pagamentos” é o traço tópico, porque o tópico desse ato é a informação “contratos de emergência com empresas”, ativada no ato 13. O tópico e o traço tópico de 15 não se referem a uma mesma entidade conceitual, mas 15 se encadeia em informação de 13, porque contratos de emergência implicam pagamentos.

Por outro lado, os atos que, nessa estrutura, se ligam de forma direta aos tópicos, em sua maioria, não apresentam traços tópicos. A informação “o governador José Reinaldo Tavares” foi ativada no ato 08. Tendo em vista o alto grau de acessibilidade dessa informação, é possível utilizá-la como tópico dos atos 09, 10 e 11, sem que seja necessário verbalizá-la por meio de traços tópicos.

Entretanto, nos atos 19 e 21, os atos se ligam de forma direta ao tópico, mas mesmo assim o autor julgou necessário verbalizar o tópico por meio de marcas linguísticas. Os tópicos dos atos 19 e 21 são informações ativadas, respectivamente, nos atos 01 – “Pobre Maranhão” – e 15 – “**os pagamentos** eram liberados somente depois que um fiscal ia ao local conferir a conclusão das obras”. A presença de traços tópicos em 19 e 21 parece se explicar pelo fato de que os tópicos desses atos têm origem em atos mais distantes e, portanto, são menos acessíveis. Assim, o grau de acessibilidade do tópico parece ser fator determinante para a decisão do autor por verbalizá-lo ou por mantê-lo implícito. Informações recentemente ativadas costumam não ser verbalizadas por traço tópico, como aconteceu nos atos 09, 10 e 11. Já informações menos acessíveis costumam ser verbalizadas por meio de traço tópico, como nos atos 19 e 21. Por esse motivo, esses atos apresentam traços que verbalizam os tópicos, aos quais se ligam por encadeamento à distância.

### 3. Combinação dos planos sequencial e informacional

Após estudar separadamente as etapas da sequência narrativa e a progressão referencial, é possível combinar os estudos realizados, a fim de aprofundar a análise empreendida até este momento. Para facilitar a compreensão, a análise deste item terá por base o quadro abaixo, o qual busca relacionar as formas de organização sequencial e informacional.

**Quadro 2: estruturas sequencial e informacional**

<b>ESTADO INICIAL</b>	
(07) (O Maranhão) No fim do ano passado,	Encadeamento à distância
(08) (O Maranhão) o governador José Reinaldo Tavares, ex-PFL, filiou-se ao PTB em grande estilo.	Tópico constante
(09) (o governador José Reinaldo Tavares) Anunciou seu rompimento com as velhas oligarquias políticas,	Progressão linear
(10) (o governador José Reinaldo Tavares) prometeu modernizar o estado e investir em infra-estrutura.	Tópico constante
(11) (o governador José Reinaldo Tavares) Decidiu também priorizar o interior,	Tópico constante
(12) principalmente <b>as cidades mais carentes</b> [do interior].	Progressão linear
<b>COMPLICAÇÃO</b>	
(13) <b>As mudanças</b> [informação cotextual - Anunciou seu rompimento com as velhas oligarquias políticas, prometeu modernizar o estado e investir em infra-estrutura. Decidiu também priorizar o interior, principalmente as cidades mais carentes] começaram a se materializar com a assinatura de duas dezenas de contratos de emergência com empresas encarregadas de abrir centenas de quilômetros de estradas vicinais.	Progressão linear
(14) (As mudanças começaram a se materializar com a assinatura de duas dezenas de contratos de emergência com empresas encarregadas de abrir centenas de quilômetros de estradas vicinais.) Para evitar os costumeiros desvios de recursos, uma praga que insiste em não abandonar os grotões,	Progressão linear
(15) <b>os pagamentos</b> [contratos de emergência com empresas] eram liberados somente depois que um fiscal ia ao local conferir a conclusão das obras.	Encadeamento à distância
(16) <b>Tudo</b> [os pagamentos eram liberados somente depois que um fiscal ia ao local conferir a conclusão das obras] transparente.	Progressão linear
<b>REAÇÃO</b>	
(17) (Tudo transparente) Bem, seria mesmo	Progressão linear
(18) se <b>tudo</b> [Tudo] não passasse de encenação.	Tópico constante
<b>RESOLUÇÃO</b>	
(19) <b>O Maranhão</b> [Maranhão] acaba de inovar a engenharia da corrupção	Encadeamento à distância
(20) (Maranhão) ao lançar no cenário as estradas virtuais.	Tópico constante
<b>ESTADO FINAL</b>	
(21) <b>As obras de emergência</b> [obras] foram integralmente pagas.	Encadeamento à distância
(22) Mas <b>nada</b> [obras] foi feito.	Tópico constante
(23) <b>Elas</b> [obras] nunca saíram do papel.	Tópico constante

O quadro acima permite ver que, no interior de cada fase da sequência narrativa, os encadeamentos são bastante locais, ainda quando há encadeamentos à distância, como no ato 15. Nesse tipo de encadeamento, os atos não ancoram em tópicos ativados

fora da fase em que aparecem. A proximidade entre o ato e o tópico explica o predomínio das progressões lineares e dos encadeamentos com tópico constante nessa sequência.

Porém, os tópicos dos atos 19 e 21 têm origem em atos mais distantes, como mostrado no item anterior. Esses encadeamentos à distância parecem se explicar pelo fato de que os atos 19 e 21 encontram-se na fronteira entre duas fases da sequência narrativa: o 19 faz a passagem da REAÇÃO para a RESOLUÇÃO, enquanto o 21 faz a passagem da RESOLUÇÃO para o ESTADO FINAL. Com esses atos, recuperam-se informações cruciais para a defesa do ponto de vista do autor: o Maranhão (ato 19) e as obras (ato 21), informações que constituem os tópicos desses atos. Como a passagem de uma fase à outra parece favorecer uma reorientação da narrativa, o autor reintroduziu as informações que motivaram a sua escrita para finalizar a narração.

Do ponto de vista da marcação linguística, os encadeamentos à distância favorecem a presença de expressões nominais como traços tópicos, isto é, as marcas linguísticas que verbalizam os tópicos. Como nesse caso o tópico costuma ser informação menos acessível, a expressão nominal contribui para a compreensão de qual informação é o tópico do ato. Porque a passagem de uma fase à outra da narrativa parece ser um lugar favorável à ocorrência de encadeamento à distância, os atos que se localizam na fronteira entre duas fases têm maiores chances de apresentar expressões nominais como traços tópicos. É o que se verifica nos atos 19 e 21.

Por outro lado, verificou-se um predomínio de progressões lineares e de progressões com tópico constante no interior das fases. Como nesses tipos de progressões o tópico é informação bastante acessível, a sua verbalização por meio de expressão nominal torna-se desnecessária. Por esse motivo, no interior de cada fase da sequência narrativa, verifica-se ou a ausência de traços tópicos (atos 9, 10, 11, 14, 20) ou a presença de pronomes atuando como traços tópicos (16, 18, 22, 23).

#### **4. Conclusão**

Ainda que a análise proposta neste artigo não permita generalizações quanto à construção da cadeia referencial em sequências narrativas do jornalismo, ela funcionou como um exemplo de que há aspectos da compreensão e da interpretação de um texto que só se deixam perceber mediante a combinação dos fenômenos que aqui foram estudados separadamente num primeiro momento. Quando o estudo do tipo de discurso e o estudo da progressão referencial foram combinados no item anterior, foi possível obter algumas constatações importantes sobre a organização textual do fragmento em análise, tais como:

- a) No interior de cada fase da sequência narrativa, os encadeamentos são bastante locais.
- b) Esses encadeamentos locais parecem explicar por que, no interior de cada fase, predomina a ausência de traços tópicos.
- c) A passagem de uma fase à outra favorece uma reorientação da narrativa, o que pode levar à reativação de referentes que já se encontram menos acessíveis. Por isso, os tópicos dos atos 19 e 21 (localizados na fronteira entre fases) têm origem em atos mais distantes.

- d) A passagem de uma fase à outra da narrativa parece ser um lugar favorável à ocorrência de encadeamento à distância. Esse tipo de encadeamento explica a presença de expressões nominais como traços tópicos nos atos que se encontram na fronteira entre duas fases (atos 19 e 21).

A contribuição deste artigo consiste em verificar que as constatações acima não poderiam ser obtidas, se a análise focalizasse apenas o estudo da construção da cadeia referencial ou apenas o estudo dos tipos de discurso. Para se chegar a essas constatações, foi preciso um estudo que combinasse diferentes planos do discurso. Por meio dessa combinação, tornaram-se evidentes características da organização do texto jornalístico que são importantes para a construção de sentidos do leitor.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAM, J. M. *Les textes: types et prototypes*. Paris: Nathan, 1992.

BERRENDONER, A. “Connecteurs pragmatiques” et anaphore. *Cahiers de linguistique française*, Genebra, v. 5, p. 215-246, 1983.

FILLIETTAZ, L.; GROBET, A. L’hétérogénéité compositionnelle du discours: quelques remarques préliminaires. *Cahiers de linguistique française*, Genebra, v. 21, p. 213-259, 1999.

MARINHO, J. H. C. *O funcionamento Discursivo do Item “Onde”*: uma abordagem modular. 2002. Tese (Doutorado em Linguística. Área de Concentração: Análise do Discurso) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.

\_\_\_\_\_. A organização informacional em *Uma História Distraída*, de Cida Chaves. In: MELLO, R. (Org.). *Análise do Discurso & Literatura*. Belo Horizonte: NAD/FALE/UFMG, 2005. p. 295-308.

\_\_\_\_\_. A determinação da unidade textual mínima. In: MARINHO, J. H. C.; PIRES, M. S. O.; VILLELA, A. M. N. (Orgs.) *Análise do discurso: ensaios sobre a complexidade discursiva*. Belo Horizonte: CEFET-MG, 2007. p. 39-50.

ROULET, E.; FILLIETTAZ, L.; GROBET, A. *Un modèle et un instrument d'analyse de l'organisation du discours*. Berne: Lang, 2001.

## BIBLIOGRAFIA NÃO CITADA

GROBET, A. *L'identification des topiques dans les dialogues*. 2000. Tese (Doutorado em Linguística. Área de Concentração: Análise do Discurso) – Faculdade de Letras, Universidade de Genebra, Genebra, 2000.



# Multiplicidade de leituras e sentidos na análise discursiva de cartas de prisioneiras

(Multiplicity of readings and meanings in the discursive analysis of letters from female prisoners)

**Igor José Siquieri Savenhago**

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

tatigor.sav@gmail.com

**Abstract:** This work analyzes, discursively, letters from women inserted into the penitentiary system, discovering forms of resistance which emerge before the systems of domination. It is rare to hear about the everyday of these institutions. When there are rebellions, we can notice a great interest from the press in this theme, but generally, the exposure of the subjects related to the prisons do not proceed to other spheres. Hardly ever does it get to the scientific field. This study intends to do the less explored path: bringing under the eyes of the researcher, a discussion about the prisons for the university. And in which way? By means of analysis of the letters written by the prisoner women and ex-prisoners from the Female Penitentiary of Ribeirão Preto, between March 2004 and the beginning of 2007, characterizing the voice of these women like a scientific document. So, this research is based, particularly, on the theoretical background of Discourse Analysis, like Michel Foucault, Michel Pêcheux and Jacques Le Goff.

**Keywords:** Discourse Analysis, subject, letters, prison.

**Resumo:** Este trabalho analisa, discursivamente, cartas de mulheres inseridas no sistema penitenciário, flagrando formas de resistência que emergem frente aos sistemas de dominação. É raro ouvir falar sobre o dia a dia dessas instituições. Quando ocorrem rebeliões, percebe-se um grande interesse da imprensa por esse tema, mas, geralmente, a exposição de assuntos ligados aos presídios não avança para outras esferas. Dificilmente, chega ao campo científico. Este estudo pretende fazer, justamente, o caminho pouco explorado: trazer, sob o olhar do pesquisador, uma discussão sobre as prisões para a universidade. E de que forma? Por meio da análise de cartas escritas entre março de 2004 e o início de 2007 por detentas e ex-detentas da Penitenciária Feminina de Ribeirão Preto, caracterizando a voz dessas mulheres como documento científico. Para tanto, esta pesquisa ampara-se, principalmente, em teóricos da Análise do Discurso, como Michel Foucault, Michel Pêcheux e Jacques Le Goff.

**Palavras-chave:** Análise do discurso, sujeito, cartas, presídio.

## Introdução

O conhecimento, as reações, as indignações, as reflexões sobre a situação penitenciária, tudo isso existe, no nível dos indivíduos, mas ainda não aparece. Doravante, é preciso que a informação circule, de boca a orelha, de grupo em grupo. O método pode surpreender, mas ainda é o melhor. É preciso que a informação faça ricochete: é preciso transformar a experiência individual em saber coletivo. Quer dizer, em saber político. (FOUCAULT, 2003, p. 7)

Falar e escrever sobre prisões são atitudes controladas, quase interdidas. As notícias que chegam à sociedade, de um modo geral, por meio da imprensa, são restritas.

O assunto é polêmico. Embates envolvendo os coordenadores do sistema, responsáveis pela organização dos presídios, e os detentos e seus familiares, que exigem uma estrutura física nas penitenciárias, que ofereça condições satisfatórias de sobrevivência, parecem ser mais numerosos do que se suspeita, mas são conduzidos e resolvidos, na maioria dos casos, internamente, sob o argumento de que envolvem informações sigilosas. Escancará-las contribuiria para expor a situação caótica do sistema, que, em tese, deveria devolver ao meio social indivíduos readaptados a ele, mas que, pelo contrário, “fabrica” novos criminosos. Relatar a rotina dos presídios, tomar contato com seu funcionamento, compreender os mecanismos utilizados para sua manutenção como aparelho punitivo é tarefa complexa dentro desse contexto.

Alguns dos problemas do sistema prisional brasileiro são relatados na obra *A Prisão*, do advogado criminalista Luís Fernando Carvalho Filho. Ele afirma (2002, p. 10) que “as prisões brasileiras são insalubres, corrompidas, superlotadas, esquecidas. A maioria de seus habitantes não exerce o direito de defesa. Milhares de condenados cumprem pena em locais impróprios”. Ele argumenta, ainda, que a imagem do Brasil no exterior vem ficando prejudicada em função das péssimas condições dos presídios.

A imagem do país no exterior se deteriora: entidades internacionais de defesa dos direitos humanos têm sistematicamente condenado as terríveis condições de vida dos presídios brasileiros. O sistema é visto como um rastilho de pólvora e fator de incentivo à violência. Não só pela desumanidade medieval que patrocina, mas pela absoluta ausência de interesse político em relação ao que acontece em seu interior. (CARVALHO FILHO, 2002, p.13)

Quando rebeliões são deflagradas, percebe-se um grande interesse, principalmente da imprensa, pelo tema. À exceção desses momentos, pouco se fala sobre a rotina das prisões. E, mesmo quando se fala, a voz dos presos pouco aparece ou não goza de credibilidade.

A dificuldade de abordar assuntos relacionados a prisões, porém, não é absoluta. A interdição não é total. Brechas no controle que o sistema busca exercer existem e é por elas que se torna possível trazer o tema à tona, inclusive à luz da ciência. No caso deste trabalho, para uma análise discursiva. É por essas brechas que o discurso se ramifica, que pode sair de uma experiência individual e virar saber político, como nos propõe Foucault no início desta introdução. Espera-se que o presente trabalho, derivado de uma dissertação desenvolvida no Programa de Mestrado em Ciência, Tecnologia e Sociedade da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), na linha de pesquisa em Linguagens, Comunicação e Ciência, possa se constituir como uma dessas brechas, contribuindo para que se abram possibilidades de diferentes leituras e, conseqüentemente, a constituição de diferentes sentidos sobre a manifestação dos saberes advindos do sistema prisional. Possibilidades que considerem, principalmente, a voz dos presos e não apenas dos que detêm os mecanismos de controle dos discursos dentro do sistema.

Foucault, especialmente em seus estudos sobre o modo de circulação dos discursos, analisou, dentre outras questões, as relacionadas às prisões e buscou legitimar

o discurso daqueles que, até então, não tinham sua voz reconhecida na ciência: os detentos.<sup>1</sup> Este trabalho se baseia não só no olhar dele, como de outros pensadores que caracterizam manifestações que parecem triviais à ciência pragmática – neste caso, particularmente, cartas de detentas e ex-detentas – como objetos de estudo pertinentes dentre as ciências sociais e, sobretudo, da linguagem, nas quais este trabalho está inserido. No nosso caso específico, são eles: Michel Pêcheux, e seus estudos sobre o sujeito discursivo, ideologia, formações discursivas e memória, e Jacques Le Goff, com sua teoria sobre o documento científico. Teóricos estes que abordam, também, a intervenção do pesquisador, como analista desse tipo de material, no campo científico, particularmente no campo discursivo.

O ponto de partida deste estudo é um projeto que foi desenvolvido, entre março de 2004 e o início de 2007, na Penitenciária Feminina da cidade paulista de Ribeirão Preto. Preocupada com o alto número de ex-presidiárias que voltavam a praticar crimes, a diretoria daquele presídio implantou o Programa Liberdade Consciente, que consistia em promover dinâmicas de grupo, reuniões, diálogos, para que as presas, tão logo saíssem do presídio, conseguissem se readaptar à vida fora da prisão. Participavam do programa as detentas que estavam com pedidos de liberdade condicional ou de inserção no regime semi-aberto protocolados, aguardando a decisão do juiz.

Como aquelas mulheres privadas da liberdade esperavam que a vida fosse recomeçar fora do presídio? Quais eram seus sonhos? Estas eram algumas das perguntas que os profissionais que coordenavam o programa faziam. E as presas respondiam, na maioria das vezes, escrevendo. Confeccionavam cartas, que eram entregues à diretoria da Penitenciária Feminina, em que constavam resumos das histórias pessoais de cada uma e relatos sobre a entrada para o tráfico de drogas ou outros delitos e sobre como desejavam levar a vida após o juiz lhes conceder a liberdade. Quando livres, as ex-detentas enviavam ao presídio novas cartas, para informar aos coordenadores do Liberdade Consciente as facilidades e dificuldades encontradas no processo de readaptação ao meio social.

Todos os relatos, de detentas e ex-detentas, eram depositados numa pasta, para que fosse permitido, mesmo à distância, um acompanhamento da evolução de cada uma delas no processo de readaptação à sociedade. A iniciativa gerou resultados positivos, segundo a diretoria do presídio feminino de Ribeirão Preto e a Secretaria de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo. Levantamento divulgado em 2003 pela Fundação de Amparo ao Preso (FUNAP), ligada à Secretaria de Administração Penitenciária de São Paulo, apontou que 35% das detentas de todo o Estado eram reincidentes. Dados bem diferentes dos observados na Penitenciária Feminina de Ribeirão Preto, onde 212 mulheres foram atendidas pelo Programa Liberdade Consciente de março de 2004 a fevereiro de 2006 e somente três delas haviam reincidido no crime até o mês seguinte (março de 2006), segundo a diretoria do presídio.

A extinção do programa, logo no começo de 2007, dificultou uma análise mais aprofundada sobre seus reais benefícios para a redução da criminalidade no Estado de São Paulo. A Secretaria de Administração Penitenciária informou, no final de 2007, à

---

<sup>1</sup> Há diversos textos de Foucault sobre o modo como os discursos circulam tendo em vista a prisão, como *Vigiar e Punir: história da violência nas prisões* (2002), *Microfísica do Poder* (1999a), *A verdade e as formas jurídicas* (1999b), *Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão: um caso de parricídio do século XIX* (1988).

imprensa, que estava reorganizando a gestão dos presídios e que ajustes internos na Penitenciária Feminina de Ribeirão Preto haviam sido necessários, o que culminou na suspensão do *Liberdade Consciente*. A secretaria prometeu, no entanto, investir em novos programas que tentassem uma inclusão sem traumas de ex-detentas na sociedade.

As primeiras informações sobre o programa desenvolvido na Penitenciária Feminina de Ribeirão Preto chegaram até mim quando eu trabalhava nas Emissoras Pioneiras de Televisão (EPTV), afiliada da Rede Globo, em Ribeirão Preto. Em 2004, exercia o cargo de produtor do *Jornal Regional 1ª edição*, um dos noticiários da emissora. Na época, fui o autor do roteiro da reportagem sobre o programa implantado no presídio, que a emissora levou ao ar em dezembro daquele ano. Sete meses depois, fui contratado pela *Gazeta de Ribeirão*, jornal impresso que circula em Ribeirão Preto. Em março de 2006, ao ser convidado para abordar as penitenciárias, sugeri aprofundar, através do Programa *Liberdade Consciente*, o tema do universo feminino atrás das grades. Com autorização da Secretaria de Administração Penitenciária do Estado e da então diretora de reabilitação da Penitenciária Feminina de Ribeirão Preto, participei de uma das reuniões do programa.

Foi durante a reportagem que tomei contato com uma das materialidades desta pesquisa: as cartas. A então diretora de reabilitação me apresentou o pacote de cartas que continham escritos das presas durante os encontros do Programa *Liberdade Consciente* e também algumas que elas escreviam após saírem da prisão. Pedi permissão para arquivar uma parte delas, para que pudessem amparar a elaboração de novas reportagens ou uma pesquisa futura mais ampla sobre o assunto. Nas cartas, as presas discursivizavam, entre outras coisas, o arrependimento e o desejo de abandonar o crime, a vontade de voltar a morar com a família e estudar e o objetivo de arrumar um emprego após saírem da prisão.

Inicialmente, eu tinha em mãos 24 cartas, das quais 18, consideradas as mais significativas dentro da proposta de estudo, formaram o *corpus* da pesquisa que desenvolvo no Mestrado. Dez delas foram escritas por detentas e oito por ex-detentas da Penitenciária Feminina de Ribeirão Preto, todas durante a vigência do Programa *Liberdade Consciente*. Neste artigo, que é parte da pesquisa desenvolvida no Mestrado, serão analisadas duas dessas cartas, uma escrita no interior do presídio e outra, fora. Pretende-se observar, nesses relatos, o que diz o sujeito discursivo, os deslocamentos do sujeito no âmbito da linguagem e como ele se posiciona a partir das influências que recebe do poder, da ideologia e das formações discursivas, conceitos que serão abordados adiante.

## **Ciência e Saber**

Ao criar uma proposta de estudo dos discursos, embasada na arqueologia dos saberes, Foucault (1995) propõe que o pesquisador se distancie de uma análise puramente epistemológica. Ao contrário da epistemologia, que se caracteriza por considerar que o conhecimento e a verdade residem apenas no campo da ciência, a arqueologia diz que é possível produzir um novo tipo de História das Ciências, situando o estudo do homem no nível dos saberes. Sob esse aspecto, o autor define *saber* como sendo

esse conjunto de elementos, formados de maneira regular por uma prática discursiva e indispensáveis à constituição de uma ciência, apesar de não se destinarem necessariamente a lhe dar lugar (...). Um saber é aquilo que podemos falar em uma prática discursiva que se encontra assim especificada: o domínio constituído pelos diferentes objetos que irão adquirir ou não um *status* científico (...); um saber é, também, o espaço em que o sujeito pode tomar posição para falar dos objetos de que se ocupa em seu discurso (...); finalmente, um saber se define por possibilidades de utilização e de apropriação oferecidas pelo discurso (...). Há saberes que são independentes das ciências (que não são nem seu esboço histórico, nem o avesso vivido); mas não há saber sem uma prática discursiva definida, e toda prática discursiva pode definir-se pelo saber que ela forma. (FOUCAULT, 1995, p. 206-207)

Foucault (1995, p. 207) explica, ainda, que, ao contrário das análises puramente epistemológicas, que percorrem o eixo *consciência-conhecimento-ciência*, a arqueologia do saber, que tem como eixo teórico procedimentos para analisar discursos, perfaz o caminho *prática discursiva-saber-ciência*. Com isso, o autor legitima as práticas discursivas advindas de outros saberes, que ainda são pouco estudados no campo da ciência, como os dos presidiários, dos pacientes psiquiátricos, dos homossexuais. Sendo assim, se não for levada em conta a veiculação dos saberes e as relações de poder que determinam a dinâmica do funcionamento de uma sociedade, analisadas via discursos, há de se ter a crença ingênua de alguns de que a ciência estuda e consagra, apenas, a versão dos vencedores.

Existem, portanto, outras verdades que derivam das vozes dos excluídos, mas que são abafadas, ocultadas, escondidas pelos poderes dominantes. Le Goff (1996, p. 541) chama a atenção para a necessidade de se evitar uma análise científica restritiva, que exclua alguns homens em detrimento de outros, quando diz que “o interesse da memória coletiva e da história já não se cristaliza exclusivamente sobre os grandes homens, os acontecimentos, a história que avança depressa, a história política, diplomática, militar. Interessa-se por todos os homens”. Em outro trecho, o mesmo teórico escreve que essa é uma forma de contribuir para a democratização da memória, em contraposição à construção de uma história objetiva e linear, produzida por aqueles que estão e querem se manter como dominantes. O autor (1996, p.477) afirma: “cabe, com efeito, aos profissionais científicos da memória, antropólogos, historiadores, jornalistas, sociólogos, fazer da luta pela democratização da memória social um dos imperativos prioritários de sua objetividade científica”.

## **Cartas como documentos**

Na obra *Ciência e Saber: a trajetória da arqueologia*, de Michel Foucault, Roberto Machado (1988, p.14), argumentando sobre o método arqueológico, diz que “uma característica fundamental da arqueologia é justamente a multiplicidade de suas definições; é a mobilidade de uma pesquisa que, não aceitando se fixar em cânones rígidos, é sempre instruída pelos documentos pesquisados”. Segundo esse ponto de vista, Le Goff (1996) explica que até a década de 60 do século passado, o termo *documento* era aplicado, exclusivamente, aos escritos oficiais, impostos por instituições como o Estado, a Igreja ou as Universidades. A partir desse período, houve o que ele chamou de *revolução documental*. Como resultado, o conceito passou por uma ampliação, conforme pode ser verificado na passagem abaixo:

Seria uma grande ilusão imaginar que a cada problema histórico corresponde um tipo único de documentos, especializado para esse uso. [...]. Que historiador das religiões se contentaria em consultar os tratados de teologia ou as recolhas de hinos? Ele sabe bem que sobre as crenças e as sensibilidades mortas, as imagens pintadas ou esculpidas nas paredes dos santuários, a disposição e o mobiliário das tumbas, têm pelo menos tanto para lhe dizer quanto muitos escritos. (BLOCH, 1949<sup>2</sup>, apud LE GOFF, 1996, p. 540)

Samaran (1961, p. 190) reafirma esse argumento: “Não há história sem documentos. (...) Há que tomar a palavra ‘documento’ no sentido mais amplo, documento escrito, ilustrado, transmitido pelo som, a imagem, ou de qualquer outra maneira”. O estudo dos documentos, segundo Le Goff, é, porém, um constante desafio. As condições em que foram produzidos podem comprometer a veracidade que deles se espera. O autor diz que todo documento é, ao mesmo tempo, verdadeiro e mentiroso. Verdadeiro porque é concreto e pode ser encarado como a prova da produção de conhecimento de uma determinada época e mentiroso porque é fruto de relações de poder, que podem manipulá-lo.

Para Le Goff, é função do pesquisador “escavar” – um procedimento típico do método arqueológico de Foucault – as condições de produção dessas cartas, no caso específico desta pesquisa, questionando a crença de que a verdade reside apenas em alguns discursos, como, por exemplo, o do Estado ou os científicos tais quais eram vistos até a década de 60. Tendo em conta que o fato de que todo documento é, ao mesmo tempo, verdadeiro e falso, torna-se fundamental demonstrar em que medida ele é um instrumento de poder.

Le Goff (1996) divide os materiais produzidos pela memória em dois tipos: os monumentos, que, segundo ele, são o conjunto de heranças deixadas pelos antepassados e refletem uma preocupação das sociedades antigas em transmitir às gerações atuais certas imagens do passado e não outras, e os documentos, definidos como os elementos desse conjunto de monumentos que são escolhidos pelo pesquisador para o estudo que se propõe a fazer. Segundo o autor, um dos fatores fundamentais para o estudo de documentos é não isolá-los *do conjunto de monumentos de que fazem parte* (LE GOFF, 1996, p. 545). Eles não devem ser analisados sozinhos, em si, descontextualizados, por exemplo, da época e do local em que foram produzidos. Só a análise dos documentos enquanto monumentos “permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa” (LE GOFF, 1996, p. 545).

## Sujeito e poder em Foucault

Na introdução da obra *Microfísica do Poder* (FOUCAULT, 1999a), Roberto Machado lembra que não só os documentos são construções históricas, como também os próprios indivíduos, os produtores dos documentos. “Em suma, o poder disciplinar não destrói o indivíduo; ao contrário, ele o fabrica. O indivíduo não é um outro do poder, realidade exterior que é por ele anulado; é um de seus mais importantes efeitos” (MACHADO, 1999a, p. 20).

Fonseca (2003), estudioso da teoria de Foucault, explica que o indivíduo moderno é constituído sob duas formas: objeto e sujeito. As práticas discursivas

---

<sup>2</sup> BLOCH, M. *Apologie pour l'histoire ou métier d'historien*. Paris: Colin, 1949.

transformam o indivíduo tanto em uma quanto em outra. Objeto, no caso, do poder, porque tende a se tornar *doce é útil para o sistema*. E sujeito porque designa

o indivíduo preso a uma identidade que reconhece como sua, assim constituído a partir dos processos de subjetivação. Esses processos, justapostos aos processos de objetivação, explicitam por completo a identidade do indivíduo: objeto doce-e-útil e sujeito (FONSECA, 2003, p. 26).

Para Foucault (1999a), as relações de poder que constituem o sujeito discursivo podem ser encaradas, também, como relações de força. Segundo o autor, o poder não existe em si, já que não é algo palpável, concreto. O que existem, diz Foucault (1999a), são feixes de relações de força ou poder. Esse conjunto de múltiplos feixes, que se exercem em todas as esferas sociais, forma o que ele chama de *microfísica do poder*. Nesse contexto, as relações de poder se configuram como produtos das práticas discursivas e, por isso, o poder mais se exerce do que se possui. Foucault afirma ainda que as relações de poder devem ser pensadas sob o confronto das estratégias de poder/resistência; para ele, é nas formas de resistência que é possível analisar de que forma o poder é exercido e que tipos de saberes ele gera.

Foucault (1999a) argumenta, porém, que as relações de poder não se caracterizam por formas de repressão, mas pela produção de ideias, palavras e ações. Dito de outra forma: por meio da circulação de um saber. Os mecanismos de controle não estão preocupados em inibir, restringir, obrigar a calar, mas em fazer falar, de modo que o saber colocado em circulação pelo poder seja expandido, espalhado, difundido entre os sujeitos do discurso. É a produção de ideias, palavras e atos a partir do saber circulante que garante que o poder seja ramificado e consolidado. Esse processo é camuflado em dois fatores: o código jurídico, que garante uma legitimidade das formas de controle do discurso, e a disciplina, que organiza a assimilação e difusão do discurso pelos indivíduos enquanto objetos doces e úteis, fatores fundamentais para a constituição do sujeito do discurso.

Uma das maneiras de se exercer o poder nas penitenciárias, e que foi estudada por Foucault (2002), é por meio do *panoptismo*, que consiste, em linhas gerais, em manter a disciplina — definida por ele como o processo técnico unitário pelo qual a força do corpo é com o mínimo ônus reduzida como força política e maximizada como força útil —, através da observação constante dos encarcerados e da imposição de tarefas e comportamentos. Assim, a prisão se apresenta como um sistema educador, que promove o aprendizado e permite aos indivíduos uma volta estruturada ao meio social. Como essas relações de poder produzem saberes e vice-versa, o estudo dos saberes, como cartas escritas na prisão, permite investigar os mecanismos utilizados para a manutenção do poder e as relações de força que esse processo implica.

### **Sujeito, ideologia e formações discursivas em Pêcheux**

Se, por um lado, Foucault trata o sujeito discursivo dentro da relação saber/poder, Michel Pêcheux trabalha numa perspectiva um pouco diferente: a de uma posição discursiva em que o sujeito é interpelado pela ideologia. Nessa perspectiva, o sujeito é constituído no âmbito das formações discursivas, que o autor define, na obra *Semântica e Discurso* (1995, p. 160), como

aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado de luta de classes, determina *o que pode e deve ser dito* (articulado sob a forma de uma arenga, um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc).

Segundo Pêcheux (1995, p. 160), a formação ideológica captura o sujeito à revelia de sua vontade, interpelando-o em um determinado lugar e naturalizando os sentidos para ele. Esse processo dá-se a conhecer segundo as relações de produção que se transformam com o decorrer do tempo, em função da atuação dos sujeitos na luta de classes. O autor explica, porém, que linguagem e sentido não são transparentes. São opacos e difusos. O sujeito não controla os efeitos do que enuncia. A todo momento, o sentido *escapa*, podendo um enunciado provocar efeitos totalmente diferentes do esperado. A explicação para isso, de acordo com Pêcheux, é que as palavras, expressões, proposições não trazem o sentido *em si*, visto que o sentido não está inscrito na língua e depende das posições ideológicas sustentadas por aqueles que as empregam.

Para explicitar melhor essa questão, voltemos ao conceito de formação discursiva (FD), que pode ser entendida, em outras palavras, como a dinâmica de funcionamento de uma sociedade ou grupo que permite ao indivíduo ocupar um lugar social (que pode ser o de um médico, o de um professor, o de Presidente da República, o de um jogador de futebol, o de um chefe do tráfico, o de um morador da favela, o de um ganhador de um bom salário, o de um diretor de um clube, o de um presidiário, etc.). Esses lugares sociais trazem adesivadas consigo atribuições consolidadas historicamente que devem ser cumpridas para que se reconheça o exercício de uma função como satisfatório. Assim, espera-se de um médico, por exemplo, que seja dele a versão final sobre o diagnóstico de determinada doença, além do que suas opiniões sobre aspectos relacionados ao corpo humano gozam de maior credibilidade do que se fossem dadas por um advogado ou um matemático.

De um presidiário, a expectativa é outra. Pode ser, por exemplo, que ele se arrependa do delito que cometeu, apague sua ligação com o crime e demonstre que mudou suas metas de vida. Nesse caso, pelo fato de haver se desviado de condutas consideradas legítimas pelo grupo do qual fazia parte, o que culminou na sua prisão, o detento não goza de credibilidade semelhante à do médico para colocar seu discurso em circulação. O que determina essas atribuições dos lugares sociais, segundo Pêcheux, são as formações ideológicas. Elas é que determinam o que pensar em um determinado grupo e definem quem pode enunciar, de onde enunciar, por que enunciar e como enunciar. A inserção numa formação ideológica se dá quando o indivíduo interpelado em sujeito identifica-se com determinados saberes, dizeres e poderes. Como as formações ideológicas determinam as formações discursivas, o indivíduo passa a enunciar de uma posição no discurso, não ocupando mais o lugar de indivíduo, de sujeito empírico, mas de sujeito discursivo. “O sujeito é, desde sempre, “um indivíduo interpelado em sujeito” (PÊCHEUX, 1995, p.155). Assim, seu lugar social e sua posição no discurso ficam intimamente ligados, já que um determina o outro. Ao falar de um determinado lugar social, o sujeito é constituído e fisgado pela ideologia e isso acaba se tornando também constitutivo do discurso. Da mesma forma, é pela prática discursiva e sua legitimação histórica que se consolida o lugar social. Só há prática, portanto, “através de e sob uma ideologia” (PÊCHEUX, 1995, p. 149). E “só há ideologia pelo sujeito e para sujeitos” (1995, p. 149). O sujeito, portanto, não pode ser anterior a uma ideologia.



Percebe-se, portanto, que o sujeito, quando enuncia, fica “preso” à formação discursiva – não necessariamente à mesma sempre, já que pode haver migração de uma formação discursiva para outra. Mas, segundo Pêcheux (1995), ele não percebe essa falta de liberdade para se expressar. Pelo contrário. O autor explica que a filiação a uma formação discursiva produz no sujeito a ilusão de uma autonomia, de modo que ele acredite que funciona *por si mesmo*. Isso ocorre, na visão de Pêcheux, porque o mecanismo da interpelação dissimula que o sujeito, na verdade, está inscrito na língua e na história. Com a interpelação, há o apagamento da constituição do sujeito dentro de um processo – o indivíduo tem a impressão de que é *sempre-já-sujeito* e recebe como evidentes os sentidos do que ouve e diz, lê ou escreve. Por isso, os sentidos produzidos com o uso de certas palavras e expressões parecem naturais, como se existissem de forma independente dos usos sociais que já tiveram. Os sentidos não são reconhecidos como produtos de um momento histórico, como uma construção ideológica.

A ilusão de autonomia ao enunciar confere ao sujeito uma sensação de poder, o que o faz achar que pode falar o que quer e como quer. E, ao ser dotado desse poder, se esquece que é ideologicamente assujeitado. Orlandi (1999) explica que esse assujeitamento se dá porque o sujeito, para ser sujeito, deve, necessariamente, se submeter a uma língua. E a língua, por sua vez, precisa se inscrever na história para significar. “Podemos dizer, então, que a condição inalienável para a subjetividade é a língua, a história e o mecanismo ideológico pelo qual o sujeito se constitui” (ORLANDI, 1999, p. 61).

Nesse processo, o sujeito, segundo Pêcheux (1995), é afetado por dois esquecimentos. Ele esquece que não é senhor do seu discurso (que não é fonte de seu dizer) e também que não é livre para dizer o que quer e como quer. Esquecendo-se daquilo que o determina, se esquece, também, que é subordinado à ideologia. Diz ele que a língua pode ser indiferente à luta de classes, mas a luta de classes nunca será indiferente à língua, pois é por meio da língua que “todo processo discursivo se inscreve numa relação ideológica de classes” (PÊCHEUX, 1995, p. 92).

A classe dominante, segundo o autor, perpetua sua dominação através de práticas de exploração, utilizando-se de dois tipos de aparelhos: os repressivos de Estado (Polícia, Justiça e aí se pode incluir o sistema prisional) e os ideológicos de Estado (a Escola, a Família, a Universidade e a Igreja são exemplos). O autor explica que os aparelhos repressivos e ideológicos de Estado não são *expressão da ideologia dominante*, mas os meios pelas quais é possível expandir os tentáculos da ideologia, de sua dominação. “É pela instalação dos aparelhos ideológicos do Estado, nos quais essa ideologia é realizada e se realiza, que ela se torna dominante” (PÊCHEUX, 1995, p. 145). Mas o autor faz uma ressalva. Segundo ele, os aparelhos ideológicos de Estado não são apenas “máquinas ideológicas que reproduzem, pura e simplesmente, as relações de produção existentes” (PÊCHEUX, 1995, p. 145). Para Pêcheux, os aparelhos ideológicos configuram-se como um palco da luta de classes e, dessa forma, acabam constituindo “simultânea e contraditoriamente, o lugar e as condições ideológicas da transformação das relações de produção” (1995, p. 145). Esse aspecto, de acordo com o autor, produz na classe dominante um esforço, nesse movimento de transformação das relações de produção, para impor/fazer emergir novos mecanismos de *desigualdade-subordinação*, que passarão a integrar as formações ideológicas/discursivas dominantes.

Pêcheux (1995) acreditava que esse processo característico da luta de classes – a saber: práticas de resistência ao discurso dominante, que resultam em novos mecanismos de dominação, que resultam em novas práticas de resistência – permanece

até que haja uma ruptura nas estruturas sociais e o consequente desaparecimento da classe dominante. Haverá a emergência de uma outra classe, que era dominada e agora passa a ser dominante, e assim por diante. Mas, para que se promova essa ruptura, é necessário que os discursos de resistência aos sistemas opressores circulem com mais frequência e velocidade, recrutando novos sujeitos, inclusive no campo da ciência.

### **Análise discursiva das cartas**

Como já foi antecipado, serão analisadas, neste artigo, duas cartas: uma escrita por detenta (carta 1) e uma por ex-detenta (carta 2) que participaram do Programa Liberdade Consciente da Penitenciária Feminina de Ribeirão Preto. Eis as análises:

#### **Carta 1**

##### **Ribeirão Preto 28.12.04**

Eu S1 nascida em 23.11. (...) Se você escreve tudo daria um livro mais vou fala so um pouco de mim

Quando nasci meus pais morava no Paraná fiquei la ate a idade de 5 anos, aí viemos para o interio de S.P. ate a idade de 14 anos eu fui uma menina que trabalhava na rossa era crente aí meus pais resolveram a se muda para Campinas é a cidade que vivo ate hoje aí foi que tudo começou comecei a trabalha de domestica comesei a conhecer outro tipo de pessoas que era muito deferente da minha vidinha da rossa, comecei aí a sair de noite, conhecer rapazes, deferente, bom resumindo, fui mãe com 20 anos, fui pra cadeia com 23 – 1973, sai com 30 – 1981, eu queria volta a viver mais a sociedade não deixou não tive medo continuei na luta, ate de boia fria eu tentei ate que um dia fui trabalha de camareine em um hotel perto da rodoviaria, isso foi em 1989, aí fui preza outra vez daí para cá so deu desaserto na minha vida

Hoje sou uma mulher feliz apesar do lugar. tenho 5 filhos lindos, adotei uma criança levei para minha casa com 17 dias de nascida hoje ela tem 6 aninho ela tem um pequeno problema que, para os homens é dificio mais para Deus não é nada eu confio nele e sei um dia eu e minha fê vamos venser, minha filinha faz tratamento na unikanpi no hospital das Crinicas em Campinas ela se chama M. nos vamos venser se Deus quizer e ele quer como disse se for fala minha vida da um livro. eu amo meus filhos meus netos que são, cozinha mais linda da minha vida mais tenho um carinho especial pela a minha M. deixei o mundo sujo que vivi a maior parte da minha vida pela M. quando sai daqui quero volta a cuida dela como sempre fiz.

Nesta carta, nota-se que o sujeito discursivo inscreve-se a partir de sua identificação, pois começa seu relato pelo nome e a data de nascimento. Isso parece demonstrar que quem escreve não é um sujeito qualquer, mas um que tem referências familiares; que, apesar de estar inserido numa população de presidiárias, liga-se ao mundo exterior através de pessoas que não estão encarceradas. O relato da carta segue com um enunciado que, num primeiro momento, pode nos passar despercebido, mas serve como introdução para uma breve história da infância: *Se você escreve tudo daria um livro mais vou fala so um pouco de mim*. O trecho *vou fala so um pouco de mim* é significativo, já que, posteriormente, o sujeito da carta quase não faz comentários sobre o crime que cometeu, apagando aquilo que a ideologia lhe faz parecer inconveniente. Ele faz falar a família e a religião, silenciando e abafando os motivos que o levaram à prisão; assim, evita compartilhar o seu crime com o leitor, tentando escamotear o delito de circulação na rede de memória.

O sujeito procura construir-se como uma auto-imagem de mulher que se doa aos filhos, religiosa e trabalhadora. Isso pode ser observado nas seguintes recortes: *ate a*

*idade de 14 anos eu fui uma menina que trabalhava na rossa era crente; comecei a trabalha de domestica; não tive medo continuei na luta, ate de boia fria eu tentei ate que um dia fui trabalha de camareine em um hotel perto da rodoviária.* Esses três recortes constroem um sujeito que nunca deixou de buscar emprego, o que o coloca em uma posição de trabalhadora responsável, incansável e dedicada. E, se houve algum culpado para que esteja preso, esse culpado é a sociedade. Como pode ser notado em *eu queria volta a viver mais a sociedade não deixou*, ou então *ai fui presa outra vez daí para cá so deu desaserto em minha vida*. Aqui, pode-se perceber um apagamento das razões que justificam sua prisão, pois o sujeito não faz emergir, pelo texto, indícios sobre o crime cometido.

A todo instante em que o sujeito se depara com o seu crime, usa artifícios para despistar o leitor, como, por exemplo: *comesei a conhecer outro tipo de pessoas que era muito deferente da minha vidinha da rossa, comecei ai a sair de noite, conhecer rapazes, deferente, bom resumindo, fui mãe com 20 anos, fui pra cadeia com 23 – 1973, sai com 30 – 1981*. Observa-se que, provavelmente, o motivo que tenha justificado sua prisão esteja ligado a essas amizades diferentes, que o sujeito discursiviza na adolescência, mas isso não é confirmado, por causa de uma expressão utilizada no texto. Ao escrever *bom resumindo*, o sujeito indica que não irá se aprofundar, não contará detalhes sobre os momentos em que esteve envolvido com a criminalidade. O uso desse termo cria um efeito de síntese máxima das lembranças. O sujeito corta trechos e faz aparecer sentidos de desligamento total do crime. Nesse contexto, até mesmo as referências à infância são feitas de forma rápida. Não existe um detalhamento sobre como era a vida quando criança (como foi sua criação, como era o relacionamento com os pais, se passava por dificuldades financeiras).

Já no segundo parágrafo, o sujeito antecipa a imagem que começou a construir mais acima, a de alguém preocupado com o trabalho, com a família e temente a Deus. É importante destacar que o sujeito se ampara em três aparelhos ideológicos do Estado – emprego, família e religião –, consolidados historicamente e aceitos socialmente como meios pelos quais a ideologia dominante se dissemina, como explicado por Pêcheux (1995) anteriormente. Inscrevendo-se, ao mesmo tempo, como capturado pela ideologia dominante e realizador dela, filiando-se a uma memória discursiva que dá aos aparelhos ideológicos de Estado um *status* de que podem permitir um recomeço da vida em sociedade, em que o crime tenha sido zerado, apagado, o sujeito replica sentidos aceitos socialmente. Ao se referir a Deus, por exemplo, busca um argumento inquestionável para dizer que é possível, sim, renovar-se após deixar a penitenciária. O sujeito procura, também, trazer Deus para o contexto familiar, para que não haja dúvida alguma de que a felicidade será plena depois de ganhar a liberdade. Os trechos a seguir revelam isso: *ela [a filha] tem um pequeno problema que, para os homens é dificio mais para Deus não é nada eu confio nele e sei um dia eu e minha fé vamos venser; nos vamos venser se Deus quizer e ele quer*.

Esse sujeito do trabalho, da religião e da família instala-se, enfim, em toda a carta. A inserção na criminalidade, pelo texto, é impossível de dizer para esse sujeito e isso pode ser, mais uma vez, constatado quando se observa que há um silenciamento total da sua vida na posição de presa. O sujeito não diz nada sobre a vida na prisão, o dia a dia da penitenciária, o contato com as outras presas, não opina sobre as condições de sobrevivência no presídio, não assume para si mesmo esse lugar. Silenciar o crime pode ser entendido como um recurso para que o sujeito da carta assuma para si que um recomeçar, longe do crime, é possível, que é permitido deslocar-se de uma posição

insuportável para outra, socialmente aceita. Aliás, é tão possível, pelo efeito ideológico de evidência, que chega a ser um sentido inquestionável.

## Carta 2

**Rib Preto (SP) Setor de Reabilitação 28/01/05**

“Carinhosamente para Senhora E. e Senhora C.”

È com imensa satisfação que venho a escrever essa carta; na finalidade de enviar-lhes notícias minhas.

Com a boa graça de Deus estou muitíssimo feliz! Longe de más companhias; E graças a Deus muito mais perto de minha filha e família.

Meus caminhos de inico estavam bem complicados.

Mas hoje, com toda minha fé em Deus batalhando por um dia melhor, as coisas boas estão acontecendo, e o que é melhor! Honestamente

O meu emprego Deus preparou, assim como meus estudo que estão sendo encaminhados.

Quero muito agradecer a Sr<sup>a</sup> E., Sr<sup>a</sup> C., Sr<sup>a</sup> F., Dr R. é claro.

Pela paciência que tiveram comigo, e por terem sido de tamanha importância em me ajudar, no pior momento de minha vida. Obrigada.

E das minhas piores horas, eu soube aprender somente coisas boas;

Realmente liberdade consciente é tudo o que hoje estou começando a viver! E eu só tenho a agradecer, a Deus primeiramente, e as que, da maneira que puderam me ajudaram.

Agradeço de todo meu coração.

Atenciosamente

Obs: forte abraços p/

Sra C.

F.

A.

Todas as funcionárias/ASP que tiveram paciência.

Que me ensinaram de uma forma direta ou as vezes até ã é lugar mesmo p/ mim.

Agradeço ainda mais a Dona C.

Dona A., Dona L., Doutor V. e Doutor Li.

Obrigada

Em especial também; Dona L., Dona A., que infelizmente parece que foi embora né!?

Obrigada por serem tão profissionais e tão humanas ao mesmo tempo!

Fiquem sempre em paz e que Deus ilumine e abençõe todos os dias vcs e familiares.

São três os aspectos fundamentais que podem ser observados nesse texto. O primeiro é a fé apaixonada, o apego extremo a Deus. O segundo ponto é a divulgação de uma imagem do presídio como escola, como um sistema em que são possíveis as funções de ensino e aprendizagem. E a terceira característica marcante são os sentidos de agradecimento à maioria dos funcionários do presídio, senão todos, o que produz um efeito para o interlocutor de que a penitenciária é um paraíso.

Antes de abordar cada um desses fatores, é interessante observar a presença de uma antítese logo no segundo parágrafo da carta, entre os termos *longe* e *perto*. O termo *longe* é usado para se referir às más companhias, que são classificadas como a causa que levou esse sujeito ao crime. E o vocábulo *perto* designa a vontade de estar com a

família, um dos fatores que irá permitir, para esse sujeito, recomeçar a vida. Com o uso desses termos, o sujeito procura convencer o interlocutor de que se arrependeu.

O apego a Deus, que já havia sido recorrente na carta anterior, é novamente muito forte. Deus aparece no texto até como um agente de empregos, como pode ser notado a seguir: *O meu emprego Deus preparou, assim como meus estudos que estão sendo encaminhados*. É somente em Deus que a vida desse sujeito fora da prisão se realiza. Sem o divino, nada é possível, nada se concretiza. Percebe-se, também, a constituição de sentidos relacionados a família e trabalho, e não de forma isolada. Eles somente são citados agregados ao sobrenatural. Isso é observado em: *E graças a Deus muito mais perto de minha filha e família; com toda a minha fé em Deus batalhando por um dia melhor, as coisas boas estão acontecendo* e *E eu só tenho a agradecer, a Deus primeiramente*. Deus aparece, ainda, nas seguintes passagens: *Com a boa graça de Deus estou muitíssimo feliz*, no segundo parágrafo, e *Fiquem em paz e que Deus ilumine*, no último parágrafo.

Esta última frase, inclusive, poderia ser entendida como um desejo máximo de felicidade aos funcionários do presídio, que não deixa dúvida, que consolida, de uma vez por todas, os agradecimentos apaixonados que são feitos a eles na carta. Há um apagamento absoluto de qualquer assunto que possa comprometer o sistema, visto como uma escola, o segundo aspecto da análise, o que é demonstrado quando a autora escreve *E das minhas piores horas eu pude aprender somente coisas boas*. Nesta carta, pode ser retomado o conceito de *panoptismo*, abordado por Foucault, que remete o interlocutor a um sistema que educa por meio da vigilância constante.

Mas é no último aspecto que observamos no relato, o de agradecimento, que esse sujeito deposita a maior energia. Além de fazer referência aos funcionários da penitenciária na primeira parte do texto, ele ainda dedica praticamente a metade final da carta só para essa finalidade. E, antes de arrematar com o desejo de que Deus os ilumine, procura exaltar seus atributos: *Obrigada por serem tão profissionais e tão humanas ao mesmo tempo*, como se uma coisa não fosse possível sem a outra. Aqui, o sujeito deixa transparecer que as funções do presídio poderiam não parecer tão humanas anteriormente, quando ainda não as conhecia, mas os funcionários demonstraram o contrário. Parece que, depois de ter enfrentado o inferno do crime, esse sujeito entrou no paraíso pela porta da prisão.

## Considerações finais

Caracterizar o sujeito discursivo, que desliza, desloca-se a todo instante no contexto da linguagem, que dissimula, que aparenta, que silencia, que pode mudar de posição de um instante a outro, é tarefa mais do que árdua. E, nesse jogo, não podemos nos esquecer um fator primordial: que também nós, pesquisadores, somos constituídos como sujeitos, afetados ideologicamente. Procuramos observar as manifestações do sujeito e suas relações com o poder, com a ideologia e com as formações discursivas, buscando relacionar seus dizeres a fatores que influenciam a produção e a ramificação dos discursos, sabendo que também nós, que nos colocamos como analistas do discurso, relacionamo-nos com o poder, com a ideologia e com as formações discursivas. Não escapamos à língua e à história. Somos, também, sujeitos. Então, o máximo que conseguimos atingir ao olharmos para os relatos são movimentos interpretativos. Eis alguns:

1 – Os sujeitos das cartas fazem poucas menções ao dia a dia do presídio, às suas relações com as outras presas e com os funcionários e à dificuldade de sobrevivência

naquele ambiente. Dedicam quase todo o seu dizer a replicar sentidos de religião, família e trabalho.

2 – Os sujeitos replicam sentidos dominantes e, pouquíssimas vezes, há tentativas de romper com isso, como, por exemplo, fazer circular dizeres de denúncia, que dão lugar a sentidos de agradecimento.

3 – A estratégia discursiva dos sujeitos é quase que totalmente baseada no discurso religioso. Eles justificam a entrada no crime por influência de más companhias, depois procuram se mostrar arrependidos e pedem perdão, clamando por mais uma chance de viver em sociedade. Para esses sujeitos, se Deus, que é todo-poderoso, perdoa, quem é a sociedade para não perdoar?

4 – Percebe-se um silenciamento do crime e da condição de detenta. Quando há referências a isso, são feitas de forma branda.

6 – O sistema prisional é visto como educador, que tem o poder de promover uma volta reestruturada do preso à sociedade. Há indícios de que a vigilância conforta. O sujeito parece que necessita estar a todo o tempo vigiado, seja pelo próprio sistema, seja por uma força maior, que seria Deus.

7 – Como o interlocutor das cartas é o Estado, é possível afirmar que os sentidos que circulam nas cartas são os propagados pelo poder e pela ideologia do sistema. Não há espaço para o rompimento com eles. O controle exercido pelo sistema condiciona os dizeres.

Em todas as outras cartas analisadas no Mestrado até o presente momento, a estratégia discursiva observada é semelhante. Diante disso, ficam algumas perguntas: o sistema prisional obteve sucesso ao promover no sujeito uma mudança de formação discursiva (passando dos dizeres difundidos pelo crime para os dizeres aceitos como sendo do bem)? Ou as presas entenderam os mecanismos de controle dos discursos no sistema prisional e reproduziram-nos como uma estratégia de convencimento, de forma que o que parece resignação possa significar resistência, que o que parece obediência possa significar esperteza, que o que parece uma “não-rebeldia” possa significar dissimulação?

Isso é assunto para novos movimentos interpretativos, novas pesquisas sobre o tema. Pesquisas, aliás, necessárias, para ampliar, na múltipla e complexa teia discursiva, os fios que trazem à tona, no campo científico, as vozes dos excluídos sociais, como as de detentas e ex-detentas, contribuindo, dessa forma, para uma multiplicidade de leituras e a constituição de diferentes sentidos sobre o tema. E, assim, as barreiras do silêncio sobre o assunto prisões se quebrem aos poucos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARVALHO FILHO, Luís Francisco. *A Prisão*. Coleção Folha Explica. São Paulo: PubliFolha, 2002.

FONSECA, Márcio Alves. *Michel Foucault e a constituição do sujeito*. São Paulo: Educ, 2003.

FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber*. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

\_\_\_\_\_. *Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. Coleção: Ditos & Escritos v. II. Organização e seleção de textos: Manoel Barros da Motta. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

- \_\_\_\_\_. *Estratégia Poder-Saber*. Coleção: Ditos & Escritos. v. IV. Organização e seleção de textos: Manoel Barros da Motta. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Microfísica do Poder*. 14. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999a.
- \_\_\_\_\_. *A verdade e as formas jurídicas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nau Editora, 1999b.
- \_\_\_\_\_. *Vigiar e Punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- \_\_\_\_\_. *Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão: um caso de parricídio do século XIX*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.
- MACHADO, Roberto. *Ciência e Saber: a trajetória da arqueologia de Michel Foucault*. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- MACHADO, Roberto. *Introdução*. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 14. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999a.
- ORLANDI, Eni. Maio de 1968: os silêncios da memória. In: ACHARD, Pierre et al. (Orgs.). *Papel da memória*. Campinas: Pontes, 1999.
- PÊCHEUX, Michel. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi et. al. 2. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1995.
- SAMARAN, C. (Org.). *L'histoire et ses méthodes*. Coleção Encyclopédie de la Pléiade. n. 11. Paris: Gallimard, 1961.

## **BIBLIOGRAFIA NÃO CITADA**

- FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1972.
- GASPAR, Nádea Regina; ROMÃO, Lucília Maria de Sousa (Orgs.). *Discurso e Texto: multiplicidade de sentidos na Ciência da Informação*. São Carlos: EDUFSCar, 2008.
- ORLANDI, Eni. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1992.
- PÊCHEUX, Michel. *Papel da memória*. In: ACHARD, Pierre et al. (Orgs.). *Papel da memória*. Campinas: Pontes, 1999.
- \_\_\_\_\_. *O Discurso: Estrutura ou Acontecimento*. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. 5. ed. Campinas, SP: Pontes, 2008.
- ROMÃO, Lucília Maria Sousa; GASPAR, Nádea Regina (Orgs.). *Discurso midiático: sentidos de memória e arquivo*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2008.

# Dialogismo e responsividade no discurso da SBPC: análise de editoriais da revista *Ciência Hoje*

(Dialogism and answerability in the SBPC's speech: an analysis of *Ciência Hoje* Magazine editorials)

**Luiz Rosalvo Costa**

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo (USP)

luizrosalvo@uol.com.br, luiz.rosalvo.costa@usp.br

**Abstract:** This paper aims at identifying the mechanisms and processes by which the speech of the SBPC—Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (Brazilian Society for the Advancement of Science) is constituted in *Ciência Hoje* Magazine editorials (dialogically and responsively) by the interaction with other speeches in circulation in the context where it is created and produced. The study focuses on one of the its first editorials, explores the hypothesis that the magazine, created at the beginning of 80's in a discursive context marked by intense politicalization, corresponds to a responsive act by which SBPC attempts to affirm its position on the issues discussed in the great dialogue in Brazilian society. Its view reflects and refracts, in its utterances, the most important ideological-discursive positions in interaction and in dispute in the Brazilian discursive panorama which, under different appreciative emphases, will integrate the elements that compose the magazine editorials.

**Keywords:** Speech. Linguistics. Dialogism. Answerability. Bakhtin Circle.

**Resumo:** Este artigo busca identificar, a partir de categorias formuladas pelo Círculo de Bakhtin (como *dialogismo*, *responsividade* e, especialmente, *enunciado*), mecanismos e processos pelos quais o discurso da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência) materializado em editoriais da revista *Ciência Hoje* constitui-se (dialógica e responsivamente) pela interação com outros discursos em circulação no contexto em que ela é criada e produzida. Focalizando um dos seus primeiros editoriais, o artigo explora a hipótese de que a revista, criada no início dos anos 80 em um contexto discursivo marcado por intensa politização, corresponde a um ato responsivo por meio do qual a SBPC procura afirmar sua posição diante das questões em pauta no grande diálogo travado na sociedade brasileira, refletindo e refratando nos seus enunciados as mais importantes posições ideológico-discursivas em interação e disputa no panorama discursivo do país, as quais, sob diferentes acentos apreciativos, vão se incorporar aos elementos que compõem a arquitetura dos editoriais da revista.

**Palavras-chave:** Discurso. Linguística. Dialogismo. Responsividade. Círculo de Bakhtin.

## Introdução

Orientado pela teoria dialógica do Círculo de Bakhtin, o presente artigo aborda o discurso da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência) materializado na revista *Ciência Hoje*, examinando, como uma amostra de seus enunciados, o editorial publicado na edição de número 11, de Março/Abril de 1984, com a intenção de identificar procedimentos por meio dos quais esse discurso se constitui (dialógica e responsivamente) em interação com outros discursos presentes no panorama ideológico da sociedade brasileira na década de 1980.

Organizando-se em torno das noções de *dialogismo* (que remete, essencialmente, à ideia de que o discurso é interiormente constituído *na* e *pela* interação com outros discursos) e *responsividade* (referida à propriedade do enunciado de se organizar como resposta a outros enunciados, reais ou virtuais, em circulação no contexto discursivo), a



análise é empreendida a partir do entendimento, proposto pelo Círculo de Bakhtin, de que o enunciado concreto é o espaço de encontro entre a língua e a realidade histórico-social: “a língua penetra na vida através dos enunciados concretos que a realizam, e é também através dos enunciados concretos que a vida penetra na língua” (BAKHTIN, 2000 [1952-1953], p. 282).<sup>1</sup>

Nessa perspectiva, o *enunciado*, enquanto unidade da comunicação discursiva, constitui um elo na cadeia verbal da sociedade e, não obstante ser construído sobre as relações lógicas previstas pelo sistema linguístico, é o *locus* privilegiado de manifestação do que o Círculo de Bakhtin chama de *relações dialógicas*, entendidas como processos por meio dos quais o discurso de um sujeito, ao se dirigir para um determinado objeto de sentido, encontra-se, de diferentes maneiras, com outros discursos também dirigidos para o mesmo objeto e, nesse encontro, estabelece com eles relações (de concordância, de polêmica, de confronto etc), incidindo não apenas sobre o objeto mas também sobre esses outros discursos.

Essas relações traduzem, assim, o fato de que todo discurso

encontra aquele objeto para o qual está voltado sempre, por assim dizer, já descreditado, contestado, avaliado, envolvido por sua névoa escura ou, pelo contrário, iluminado pelos discursos de outrem que já falaram sobre ele. O objeto está amarrado e penetrado por ideias gerais, por pontos de vista, por apreciações de outros e por entonações. Orientado para o seu objeto, o discurso penetra neste meio dialogicamente perturbado e tenso de discursos de outrem, de julgamentos e de entonações. Ele se entrelaça com eles em interações complexas, fundindo-se com uns, isolando-se de outros, cruzando com terceiros; e tudo isso pode formar substancialmente o discurso, penetrar em todos os seus estratos semânticos, tornar complexa a sua expressão, influenciar todo o seu aspecto estilístico.

O enunciado existente, surgido de maneira significativa num determinado momento social e histórico, não pode deixar de tocar os milhões de fios dialógicos existentes, tecidos pela consciência ideológica em torno de um dado objeto de enunciação, não pode deixar de ser participante ativo do diálogo social. Ele também surge desse diálogo como seu prolongamento, como sua réplica, e não sabe de que lado ele se aproxima desse objeto. (BAKHTIN, 2002 [1934-35], p. 86)

O conceito de *relações dialógicas* consiste, por isso, na base dos procedimentos analíticos usados aqui para identificar e descrever os processos dialógicos que se manifestam no editorial em exame. Embora cunhada por Bakhtin (2008 [1963]) nos quadros do estudo da obra de Dostoievski, essa noção extrapola o campo dos estudos literários e, desdobrando facetas do dialogismo, assume importância central na discussão do projeto bakhtiniano de uma nova disciplina de estudo da linguagem. Segundo esse enfoque, as relações dialógicas estão para o discurso assim como as relações lógicas e concreto-semânticas estão para a língua, e enquanto estas representariam o objeto da linguística, aquelas constituiriam o objeto dessa nova

---

<sup>1</sup> No caso do Círculo de Bakhtin, indico entre colchetes, após o ano de edição, o ano de produção e/ou reelaboração do texto, a fim de assinalar o seu lugar no percurso da obra.

disciplina, a metalinguística, dedicada ao estudo da linguagem na sua dimensão discursiva.<sup>2</sup>

Desse modo, as relações dialógicas são a forma privilegiada de realização do dialogismo e da responsividade que, inscritos no discurso, exprimem sua índole bivocal, ou seja, sua propriedade de se dirigir, a um só tempo, para o seu objeto e para o discurso do outro.

Com base nesses postulados, são destacadas para a análise aqui desenvolvida, dentre as formas de manifestação dialógica apresentadas por Bakhtin (2008 [1963], p. 228-229), as seguintes:

1) *Polêmica velada*, em que o discurso está, como qualquer outro, orientado para o seu objeto, mas “qualquer afirmação sobre o objeto é construída de maneira que, além de resguardar seu próprio sentido objetivo, ela possa atacar polemicamente o discurso do outro sobre o mesmo assunto e a afirmação do outro sobre o mesmo objeto”, configurando uma situação em que, “orientado para o seu objeto, o discurso se choca no próprio objeto com o discurso do outro” (BAKHTIN, 2008 [1963], p. 224).

2) *Réplica dialógica*, que, análoga à polêmica velada, consiste na correspondência e antecipação ao discurso do outro:

Todas as palavras que nessa réplica estão orientadas para o objeto reagem ao mesmo tempo e intensamente à palavra do outro, correspondendo-lhe a antecipando-a. O momento de correspondência e antecipação penetra profundamente no âmago do discurso intensamente dialógico. É como se esse discurso reunisse, absorvesse as réplicas do outro, reelaborando-as intensamente. (BAKHTIN, 2008 [1963], p. 225)

Assinale-se que tais procedimentos, sendo de natureza eminentemente discursiva, não se dão a apreender exclusivamente por traços visíveis na superfície linguística, mas, posto que resultam da combinação de elementos verbais e extraverbais, remetem, via de regra, aos nexos do enunciado com a memória coletiva, o contexto discursivo e suas ideias-força.

Além desses procedimentos, sobre os quais preferencialmente se debruça a análise, são ainda contemplados, quando pertinentes à abordagem dialógica, outros procedimentos, mesmo que voltados para a superfície verbal, entre os quais podem se mencionar o discurso citado e as formas de apresentação e de retomada de referentes.

### ***Ciência Hoje* no contexto discursivo da década de 1980**

Trabalhando com esse referencial, a análise é conduzida pelo juízo de que o discurso da revista *Ciência Hoje* se constitui dialogicamente em um contexto (cujas linhas principais são definidas durante a segunda metade da década de 70 e anos iniciais da década de 80) no interior do qual estão se travando decisivos embates discursivos a respeito do destino político, econômico e social do país, bem como acerca do lugar reservado ao povo nesse destino. Matrizes discursivas autoritárias, identificadas predominantemente com forças políticas (cuja expressão máxima é a própria ditadura

---

<sup>2</sup> Sobre o projeto da metalinguística na produção bakhtiniana, ver, por exemplo, Souza (1999), além, é claro, de Bakhtin (2008 [1963]).

militar) para as quais a sociedade é pensada como *objeto* da ação de outros sujeitos, disputam o universo discursivo com outras matrizes que, embora divergentes, têm em comum a contraposição à ditadura, compreendendo desde a defesa da “redemocratização”<sup>3</sup> (entendida como reabertura de canais institucionais de manifestação dos diferentes atores sociais e reconstrução de um Estado de Direito em que sejam assegurados à população o exercício de liberdades fundamentais e o atendimento a necessidades e direitos básicos) até o projeto de ruptura revolucionária do sistema estabelecido, rumo ao socialismo, passando, também, pelas propostas de transformação comprometidas com a reorganização da sociedade de baixo para cima, sob a égide da democracia de base, do controle direto e da ação direta do povo.

Lançada na 34ª reunião anual da SBPC-Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, realizada em Campinas/SP, em julho de 1982 (portanto, em pleno desenrolar desses embates discursivos), *Ciência Hoje* é interpretada neste trabalho como expressão de um ato dialógico por meio do qual a SBPC, articulando determinações da sua própria história com as injunções da realidade histórico-social, busca afirmar ante o grande diálogo travado na sociedade brasileira no período uma posição concernente tanto à divulgação da produção científica no país, quanto às relações da ciência e dos cientistas com o *cidadão comum* e a população *em geral*, refletindo e refratando, nesse processo, as mais importantes posições ideológicas em interação e disputa no panorama discursivo do país, as quais, sob diferentes acentos apreciativos, vão se incorporar de diversas formas a elementos de composição da revista e de seus enunciados.

Nesse processo, é justamente nos editoriais (entre todos os gêneros manuseados na revista) que encontra terreno propício para manifestação o intuito discursivo da SBPC de, participando ativamente do debate em que se discutem os rumos econômicos, políticos e sociais do Brasil, apresentar ao assentimento do *público em geral*, suas teses a respeito da importância da ciência e dos cientistas no desenvolvimento do país. Em vista desse intuito discursivo, os editoriais de *Ciência Hoje* assumem, especialmente nos seus primeiros anos, um importante papel de interlocução, constituindo-se em ponto de intersecção de diferentes esferas de atividade e de interação verbal: jornalística, científica, política, educacional etc. Por isso, é sobretudo neles que, graças a determinadas particularidades do gênero, podem se observar com certa nitidez alguns nexos relevantes entre o discurso da SBPC e a realidade histórico-social.

A hipótese explorada aqui é a de que, ao longo dos anos 80, esses nexos são produzidos a partir de dois impulsos organizadores básicos: em primeiro lugar, a *política*, cujo cerne é a ideia, socialmente valorizada e muito disseminada naquele momento, de que a reorganização do país passa necessariamente pela redefinição das relações Estado-Sociedade e dos processos políticos de decisão, supondo a discussão pública dos negócios da *polis*; e, em segundo lugar, a *retorização*, representada pelo uso intensivo, no discurso da revista, de procedimentos argumentativos cujo horizonte é a persuasão dos destinatários e a sua consequente adesão às teses em cuja defesa a SBPC se posiciona.

Tais impulsos constituem os principais liames pelos quais os editoriais de *Ciência Hoje* ligam-se à atmosfera que, sob o impacto da onda movimentalista

---

<sup>3</sup> As aspas têm aqui o propósito de assinalar que, no contexto em exame, *redemocratização* é um signo sob polémica, visto que, propondo restabelecer a democracia (pressupondo, portanto, a existência dela anteriormente), o termo produz o apagamento das vozes para as quais a profusão de golpes e contragolpes na história política do país seria uma demonstração de que nunca existiu, de fato, uma real democracia, razão pela qual o correto seria falar, nesse momento, quando muito, em *democratização*.

deflagrada na década anterior, toma conta da sociedade nos anos de 1980 e invade praticamente todas as esferas da comunicação verbal, fazendo com que pequenas e grandes questões (política econômica, organização sindical, distribuição de renda, desigualdade social, condição feminina, arte, sexualidade, futebol, meio ambiente etc.), muitas delas antes adstritas às fronteiras de segmentos sociais específicos, assomem às ruas e pleiteiem o estatuto de interesse geral, reivindicando, por extensão, a configuração de um espaço público em que possam se apresentar à discussão e ao debate.

No embalo dessa publicização da vida política e social é que, de um lado, firma-se a ideia de que os problemas, os dilemas e as soluções relativas aos rumos do país devem ser objeto de discussão e de debate públicos, enquanto, de outro lado, *democratização, participação, direitos e cidadania* vão se tornando as mais importantes referências ético-políticas do contexto discursivo, impondo-se como objetos do dizer praticamente obrigatórios, acerca dos quais proliferam enunciados em cujo território se encontram e/ou se confrontam as principais posições político-ideológicas em interação e disputa na sociedade.

Engendrados por essa atmosfera, esses dois impulsos (a retorização e a politização), indo ao encontro de aptidões próprias do editorial enquanto gênero, vão se amalgamar de modo indissociável à sua forma composicional, conteúdo temático e estilo e, deste modo, concorrer para imprimir nos enunciados desse tipo determinadas formas de articulação do querer-dizer do sujeito com o contexto discursivo.

É sob essas condições que se estabelecem as relações dialógicas do discurso da SBPC com outros discursos presentes na sociedade brasileira no período e é, portanto, nesse quadro que se dá, no território dos editoriais da revista, o diálogo entre as principais posições ideológicas em circulação no fluxo interdiscursivo.

Exclusivamente para fins de análise, essas posições são, neste artigo, esquematicamente agrupadas em quatro grandes blocos. Baseada na consulta a estudos acerca do período,<sup>4</sup> esta divisão não tem, naturalmente, a pretensão de esgotar a variedade de posições ideológicas existentes no contexto discursivo em exame, mas procura apenas, em face dos objetivos do estudo aqui desenvolvido, delimitar aquelas que de modo mais frequente se fazem representar no discurso de *Ciência Hoje*. Uma vez que, ao lado da *retorização*, um dos traços mais fortes do contexto discursivo em foco é a *politização*, o principal critério utilizado para a distinção desses blocos é o modo como as posições ideológico-discursivas neles compreendidas veem a organização política da sociedade e as relações do povo com o poder.

Adotado esse recorte, podem se agrupar as principais posições ideológicas presentes no fluxo interdiscursivo da sociedade brasileira dos anos 80 nos seguintes blocos:

1) *Autoritário-tutelar*. Identificado basicamente com a ditadura e a tecnocracia, este bloco tem como um dos seus eixos ideológicos a noção de que a sociedade, naturalmente dividida em inferiores e superiores, deve ser tutelada, cabendo obviamente aos superiores, em face da sua indiscutível competência e maior capacidade, a condução dos negócios e dos destinos do país, promovendo a sua estabilidade e protegendo-o das ameaças ao seu desenvolvimento, mesmo que para isso seja necessário, às vezes, remover os obstáculos por meio da força e neutralizar de forma definitiva os opositores,

---

<sup>4</sup> Entre os vários estudos que serviram de base para a reconstituição desse período, destaco o de Sader (1988) e o de Doimo (1995).

sobretudo aqueles cuja ação explicita ou incite ao conflito e coloque em risco a unidade do todo social. Daí o modo bem particular com que, muitas vezes, a defesa da democracia e da cidadania aparece nos enunciados patrocinados por esse bloco, posto que, da sua perspectiva, noções como direitos e participação têm muito mais a ver com a transigência dos governantes do que propriamente com prerrogativas dos governados. Os recortes de enunciados a seguir ilustram essa posição, que, nos anos 1980, está sob forte ataque de outras posições político-ideológicas:

O governo, do mesmo passo que oferece seus bons ofícios às partes em litígio e propugna as justas reivindicações do operariado, pede a colaboração de todos e pondera que não há lugar, entre nós, para a luta de classes. Portanto, agirá em consequência contra os movimentos atentatórios à lei, à paz e ao bem comum nacional (Murilo Macedo, ministro do Trabalho, em “Sindicalismo deve ser apolítico”, *Folha de S. Paulo*, 24/04/1979).

[...]

Pediram-me democracia e eu disse que ia fazer desse país uma democracia. Pediram-me anistia e ao afirmar eu que ia dar anistia a mais ampla possível, chamaram-me de mentiroso. Pediram-me liberdade de imprensa e aí está a imprensa para dizer o que entende e o que não entende. Através dela, os adversários do meu governo têm livre a palavra para me atacar [...] Continuem duvidando as oposições da minha palavra e eu continuarei com fatos e com atos a fazer aquilo que o povo me pede (general João Baptista Figueiredo, presidente da República, em “Oposição mente”, *O Estado de S. Paulo*, 05/03/1982).

2) *Legal-representacionista*. Identificado principalmente com a oposição institucional ao regime militar, este bloco, que se autorrepresenta como o mais importante e autêntico agente da democratização, em grande medida retoma sob novas formulações o ideário nacional-burguês proveniente da Revolução Francesa, defendendo um Estado de Direito sustentado por uma estrutura institucional pela qual se assegure ao povo (ou à sociedade civil, ou, às vezes, à nação) o atendimento a necessidades e direitos básicos, incluindo o de escolher seus representantes e governantes. Embora também contemple a ideia de que a sociedade seja, por definição, desigual e composta pelos que dirigem e pelos que são dirigidos, propõe que é direito dos de baixo escolher os de cima, e, no contexto em foco, é um dos principais propagadores do discurso da participação. No tocante ao papel do conflito na vida social, o bloco comporta desde as visões para as quais a sociedade é um todo compacto e harmônico, sujeito apenas ocasionalmente a turbulências desagregadoras, até aquelas que, em um viés republicanista, veem a sociedade como constituída, por natureza, pelo confronto de interesses, que devem ser regulados por meio de canais institucionais de manifestação, a fim de que não se tornem nocivos à integridade do todo social. Eis abaixo alguns recortes de enunciados em que se manifesta euforicamente essa posição, defendida nos anos de 1980 por sujeitos como ABI, OAB, algumas alas do PT, setores da Igreja Católica e do PMDB (mais tarde, também do PSDB e de outros partidos):

Três são as diretrizes básicas de nosso programa de governo: democratização, moralização, prioridade para o atendimento das necessidades básicas da população. 1. Para democratizar as decisões e a administração é necessário promover a “descentralização” e apoiar a “participação” da comunidade. A democracia moderna não se esgota no voto, mas envolve a participação permanente da cidadania na solução dos problemas coletivos [...] A população é que conhece melhor seus problemas e, em seus múltiplos segmentos, tem o direito de participar nas decisões que lhe dizem

respeito. É por isso, também, que teremos representantes de empregados e usuários na direção das empresas do Estado (Franco Montoro, senador da República, em “Chegou a hora de mudar”, *Folha de S. Paulo*, 18/04/1982).

3) *Basista-diretista*. Este bloco, cuja maior afinidade é com a já referida tendência disruptiva do movimento popular em seu auge, assenta-se, entre outras coisas, na crítica da hierarquia e da representação, dada a tendência de distanciamento e mesmo antagonismo entre representantes e representados e entre cúpula e bases da sociedade. Entende que esta, até então organizada e conduzida de cima para baixo, deve ter essa ordem invertida e ser, por consequência, organizada de baixo para cima. Sustenta que o povo, portador da capacidade de produzir riqueza, cultura, conhecimento etc., deve se organizar em estruturas nucleares e, a partir daí, defender de forma independente os seus interesses, interpelando diretamente o Estado, tomando suas decisões e fazendo suas escolhas autonomamente, por meio de mecanismos de ação e de manifestações diretas, como assembleias, conselhos e outras estruturas organizativas capazes de garantir o respeito à vontade das bases. O acento eufórico incide sobre esta posição especialmente nos enunciados de setores do movimento popular, do movimento sindical, da Igreja Católica e de organizações e partidos políticos de esquerda, entre eles o PT. Vejam-se, como exemplos, alguns recortes:

[...] A CUT luta para construir novas estruturas e mecanismos capazes de possibilitar e garantir conquistas que sejam do interesse da classe trabalhadora [...] A CUT terá como tarefa garantir a independência da classe trabalhadora com relação aos patrões, ao governo, aos partidos políticos e aos credos religiosos [...] A CUT desenvolverá todo o empenho para a conquista da organização por local de trabalho. A criação, consolidação e fortalecimento desses organismos de base devem ser desenvolvidos de forma livre e independente pelos trabalhadores em todos os seus locais de trabalho, tanto na cidade como no campo. (*Almanaque da CUT*, Julho de 1986)

[...] Se realmente os trabalhadores devem participar e lutar por sua representação na Constituinte, desde já devem ter claro que não serão leis, não serão cartas constitucionais que garantirão a liberdade dos trabalhadores [...] A plena liberdade, a liberdade sólida dos trabalhadores se constrói nos locais de trabalho, se constrói na organização dos trabalhadores nas fábricas, nos bancos, nas plantações, nas usinas, se constrói em cada comando de greve que se consolida, se constrói em cada comitê de trabalhadores que no interior da própria empresa capitalista começa a questionar o poder dos patrões. É da dualidade de poder, nos próprios locais de trabalho que os trabalhadores construirão a sua liberdade, construirão o seu poder, o poder dos conselhos do proletariado. (“Nova República, a nova forma de autoritarismo de classe”, em *Contracorrente* n° 2, Agosto de 1985)

Veja-se também este depoimento, reforçando essa caracterização:

O novo modo de ser da Igreja que vai aos poucos ganhando um rosto concreto nas Comunidades Eclesiais de Base tem na participação ativa dos leigos um de seus elementos mais significantes [...] Os leigos encontram, nas pequenas comunidades, condições para o seu crescimento [...] Possuem a Palavra, criam símbolos e reinventam a Igreja com materiais da base [...] Esta emergência dos leigos como portadores de um potencial evangelizador implica uma reestruturação do eixo eclesial em bases mais igualitárias. (TEIXEIRA, 1988, p. 130-131)

4) *Revolucionário*. No caso dos discursos deste bloco, há uma recusa da forma de organização política e social vigente sob o modo de produção capitalista. Por isso, a

ênfase recai sobre a necessidade de a organização da sociedade (em particular dos trabalhadores e das camadas populares) assumir um caráter classista e ser orientada para a superação do capitalismo, responsável pelas misérias e sofrimentos impostos à vida humana, em decorrência da sua estrutural impossibilidade de satisfazer as reais necessidades dos homens e da sua vocação para converter os avanços e conquistas da humanidade em mecanismos de acumulação do capital. Por isso, democracia e cidadania, identificadas com a sociedade burguesa, recebem acentos valorativos negativos em muitos dos enunciados do bloco, produzidos, nos anos 1980, principalmente por sujeitos de setores do movimento sindical, de correntes do PT e de outras organizações de esquerda. Eis alguns exemplos:

[...] Esta política imperialista das liberdades democráticas formais nos abre um espaço para a organização dos trabalhadores, o que não impede que tenhamos que lutar arduamente contra ela, impondo ponto por ponto a livre atuação dos socialistas, que evidentemente não cabem no Plano Carter ou no de qualquer burguesia nacional latinoamericana. (“Um passo adiante”, em *Convergência Socialista* nº 5, 2ª quinzena de novembro de 1979)

[...] Hoje, no Brasil, os “sábios” dirigentes em nome do atraso das massas, em nome de uma pseudoinfância das massas, colocam a questão do poder em termos burgueses, em termos formais: Diretas ou Colégio. Colégio, os stalinistas e o PMDB; Diretas, os centristas de todos os matizes aglutinados no PT. (“Nem colégio nem diretas”, em *Contra corrente* nº 1, Outubro de 1984)

Ressalve-se que, tratando-se de construtos analíticos, nem sempre se encontram na realidade discursiva exemplos “puros” das posições discursivas correspondentes a esses blocos, sendo comum, ao contrário, que elas se interpenetrem e se misturem, dialogicamente, no corpo e na estrutura dos mais diferentes enunciados.

É, portanto, no interior de um fluxo interdiscursivo povoado por discursos assediados e atravessados por essas posições que os editoriais de *Ciência Hoje* vão, ao longo da década de 1980, estabelecer relações dialógicas, seja de concordância, seja de polêmica, constituindo-se eles próprios, nesse processo, em territórios de manifestação e luta das referidas posições, as quais vão não apenas condicioná-los de fora, mas também, de forma literal ou transfigurada, incorporar-se interiormente aos elementos de sua composição.

### **Relações dialógicas no discurso de *Ciência Hoje***

Produzido na edição de mar/abr de 1984 (portanto, no calor dos embates da campanha das Diretas-Já), o enunciado reproduzido na próxima página ilustra exemplarmente como, no discurso de *Ciência Hoje*, o querer-dizer do sujeito do sujeito, sob a mediação das prescrições e potencialidades do gênero editorial, articula-se às determinações e condicionamentos da realidade histórico-social e do contexto discursivo correspondente.

Nele se veem, nitidamente, o cunho opinativo, a função apresentativa, a concisão, a simplicidade estrutural e o caráter proselitista (elementos de composição do gênero) colocados a serviço da realização do intuito discursivo do sujeito em um enunciado estruturado sobre um eixo dicotômico que opõe, de um lado, as posições ideológico-discursivas associadas ao regime militar, polemicamente desqualificadas, e, de outro lado, as posições ideológico-discursivas do campo progressista, as quais,

euforizadas na qualidade de oposição à ditadura, estabelecem entre si relações não apenas de concordância mas também de antagonismo.

O editorial é clivado, assim, por uma linha que o divide em um universo povoado de objetos e discursos referidos positivamente (em particular a ciência, os cientistas, os segmentos sociais engajados na luta pela democratização do país) e outro habitado por objetos e discursos referidos negativamente (em um primeiro plano, a ditadura, mas, em outros níveis, também aqueles discursos que, mesmo opostos ao regime militar, não se alinham com certas posições predominantes no discurso do sujeito).

Tanto o campo euforizado quanto o disforizado recebem esses acentos por meio, entre outras coisas, de procedimentos de referência e de retomada ancorados nas ideias-força do contexto-discursivo. Por isso, logo no início, a SBPC é colocada no grupo das entidades, organizações, associações e entidades de classe, numa enumeração em que se ilumina principalmente a dimensão coletiva dos elementos que a integram, avaliando positivamente, assim, tanto a posição do sujeito, alinhado com as bandeiras do bloco legal-representacionista, quanto as posições do bloco basista-diretista, que, como sabemos, fazia das ações e decisões coletivas uma das suas principais bandeiras. O restante do editorial é, então, pontuado por procedimentos desse tipo, entre os quais cabe destacar:



CIÊNCIA HOJE

## AO LEITOR

Caro leitor:

A exemplo de outras entidades, organizações, associações e sociedades de classe, a SBPC resolveu tomar posição em favor do restabelecimento imediato das eleições diretas para a presidência da República. Ao fazê-lo, não abdica de sua postura de intransigente afastamento de toda e qualquer atividade político-partidária, e nem supõe que esta mudança possa vir a resolver, num passe de mágica, os graves problemas por que o país vem passando. Todavia, ingressa na luta pelas diretas cônica de seu significado enquanto manifestação de reencontro da nação consigo mesma.

O desenvolvimento da ciência no Brasil está hoje seriamente ameaçado por questões de natureza econômica e financeira. No entanto, a SBPC bem sabe que o fundo desses problemas é outro, e que mesmo a abundância de recursos — caso existisse — não seria por si só garantia de boa ciência. A escassez de recursos para as atividades científicas é apenas mais um dos frutos de uma política em que o autoritarismo e a falta de apoio efetivo por parte da sociedade levaram a um afastamento da realidade mal encoberto pela arrogância tecnocrática.

Não faltaram advertências da comunidade científica quanto aos equívocos da política do governo — como foi o caso, notoriamente, do malogrado e dispendioso programa nuclear. Mas os cientistas, como outros segmentos sociais, não foram ouvidos; nem quando defendiam seus legítimos interesses e nem, muito menos, quando buscavam resguardar os interesses nacionais em matéria de sua competência específica. E não se pode dizer que isso seja coisa do passado, já que neste momento vem sendo negociado um empréstimo junto ao Banco Mundial para a área de ciência e tecnologia que é tratado como mais uma injeção de dólares, sem que suas finalidades precípuas, sua oportunidade, os critérios de sua aplicação e seus efeitos reais sobre o desenvolvimento global da ciência e da tecnologia no país sejam adequadamente discutidos com a comunidade científica.

Urge buscar as bases para a legitimação do processo político. Urge procurar um sentido maior que reúna a nação na construção de uma sociedade em que todos se sintam participando e colaborando em algo que os transcenda. Sem esse espírito, os esforços se perdem e ganham primazia os interesses menores. E vai-se resvalando, a ponto de o país correr o risco de se ver reduzido a butim disputado por grupos organizados de aventureiros.

As ameaças não faltam. Ainda agora, na área de ciência e tecnologia, recrudescem os esforços para solapar a informática nacional, laboriosamente construída com base em um esforço sem o qual jamais escaparemos das malhas da dependência nos setores de ponta que comandarão o desenvolvimento científico e tecnológico mundial nas próximas décadas.

O sentido real da representação política e da participação da nação na construção de seu destino precisa ser restabelecido. E a eleição direta do próximo presidente da República — nas nossas circunstâncias e para além de argumentos cuja insinceridade é transparente — é um passo fundamental nessa trajetória. As sociedades científicas da área das ciências sociais sintetizaram muito bem o pensamento da comunidade científica. Publicando seu documento, bem como outras matérias pertinentes, *Ciência Hoje* solidariza-se, também, com um movimento cuja grandeza e significado redimem o país e anunciam ventos que só podemos aguardar com ansiosa esperança.

Os editores

- *Tomar posição* — aqui, o sujeito, recorrendo, mais uma vez, às ideias do compromisso e do engajamento, valores em alta conta pelo superdestinatário, propugna a politização, que, comum às posições antiditadura, é, contudo, mais acentuada nos blocos basista-diretista e revolucionário;

- *Restabelecimento imediato das eleições diretas* — aqui o sujeito declara a sua adesão a uma bandeira que, aparentemente, unifica todas as posições contrárias à

ditadura. No entanto, ao imprimir tal ênfase às eleições, promove momentaneamente um silenciamento de vozes alinhadas aos blocos basista e revolucionário, para as quais as eleições, deixando intactas as estruturas de poder da sociedade, não resolvem os problemas do povo. De qualquer modo, essas vozes se insurgem contra esse silenciamento, a ponto de o sujeito, em réplica dialógica, responder a elas no instante seguinte, afirmando não supor “que esta mudança possa vir a resolver, num passe de mágica, os graves problemas por que o país vem passando.” No mesmo período, verifica-se também, já no começo, outra réplica dialógica, por meio da qual o sujeito antecipa-se às vozes provenientes do seu próprio bloco discursivo e do bloco autoritário-tutelar, que criticariam o possível caráter político-partidário dessa atitude da SBPC, ao que ele responde declarando que a defesa das eleições diretas não significa abdicar “de sua postura de intransigente afastamento de toda e qualquer atividade político-partidária.”

- *Ingressa na luta pelas diretas* – a valorização da ideia de luta, ainda que contemplada também pelo bloco legal-representacionista, exprime sobretudo as posições dos blocos basista-diretista e revolucionário. Antecipando-se novamente a possíveis objeções, o sujeito justifica sua ação, associando a luta pelas diretas com o reencontro da nação consigo mesma. De um só golpe, propõe, assim, uma interpretação da história política recente do país, segundo a qual a nação estaria cindida, distanciada, afastada de si mesma, e atribui à luta pelas diretas um alto significado, na medida em que representa uma das faces da reversão desse quadro.

- *O sentido real da representação política e da participação da nação na construção de seu destino precisa ser restabelecido.* Aqui, novamente, a expressão de um valor que, aparentando corresponder às posições de todos os blocos discursivos contrários à ditadura militar, na realidade coloca em primeiro plano uma dessas posições (não por acaso aquela com a qual o sujeito se identifica), assentada no elogio das ideias de representação e de nação, muito criticadas, a primeira pelo bloco basista-diretista, e a segunda pelo bloco revolucionário.

No campo disforizado, podem ser assinalados os procedimentos abaixo, em que a referência se dá por meio de termos que atacam abertamente a posição ideológico-discursiva da ditadura, transformada, nas passagens destacadas, em objeto do dizer do discurso do sujeito.

- *o autoritarismo e a falta de apoio efetivo;*
- *pela arrogância tecnocrática;*
- *equívocos da política do governo;*
- *malogrado e dispendioso programa nuclear.*

No que diz respeito à forma como determinadas características temáticas, estilísticas e composicionais do gênero interagem dialogicamente para se realizar no enunciado, cabe mencionar alguns procedimentos.

Um deles é o dialogismo da construção interna, que se verifica, por exemplo, na organização dos parágrafos. Note-se como o segundo parágrafo organiza-se como uma resposta antecipada a possíveis perguntas do destinatário sobre as informações e o raciocínio desenvolvidos no primeiro parágrafo. Uma das formulações dessas perguntas poderia ser: “O que tudo isto tem a ver com a ciência e os cientistas?”, ao que, no segundo parágrafo, o sujeito responde, ligando o desenvolvimento da ciência com as

relações de poder e apresentando, desse modo, uma justificativa aberta para a politização do seu discurso.

O terceiro parágrafo, por sua vez, pode ser lido em bloco como uma resposta antecipada a vozes, presentes em vários outros momentos nos enunciados de *Ciência Hoje*, que, ante os dois parágrafos iniciais, questionariam se realmente é o caso de a comunidade científica assumir esse envolvimento mais geral ou se manter na defesa apenas dos interesses do seu campo. Ante esse questionamento, o sujeito justifica-se respondendo que as advertências dos cientistas jamais foram ouvidas e que os assuntos relativos ao mundo da ciência no país são tratados sem que sejam “adequadamente discutidos com a comunidade científica.”

No quarto parágrafo, o enunciado direciona tudo o que foi apresentado anteriormente para a discussão das relações de poder, portanto, para a politização. Neste ponto, as potencialidades retóricas do gênero são exploradas intensamente (Urge buscar [...] Urge procurar), numa construção em que sobressai o tom de manifesto, fechando-se o parágrafo com a advertência de que o país pode “correr o risco de se ver reduzido a butim disputado por grupos organizados de aventureiros”, expressão cujo referente não é claro. Trata-se de grupos da esquerda radical? Trata-se de grupos empresariais irresponsáveis e predatórios? Ou se trata de interesses internacionais de olho nas riquezas do país? O parágrafo seguinte, se não elimina definitivamente a ambiguidade, ao menos indica um dos referentes visados, identificado com “os esforços para solapar [um verbo de forte ressonância oratória] a informática nacional.”

Como se vê, o editorial em foco, distancia-se do caráter ameno dos anteriores e assume uma subida no tom de politização, delimitando de maneira bem mais clara as posições em confronto no seu território. Destaque-se, além disso, a forte presença da idéia de nação, um signo que, conforme veremos pela análise dos editoriais a seguir, será um dos principais núcleos discursivos de *Ciência Hoje* tanto na segunda metade da década de 1980 quanto na década de 90.

### **Considerações finais**

A principal conclusão a que a análise do editorial focalizado permite chegar é que o dialogismo e a responsividade inscritos no discurso de *Ciência Hoje* durante a década de 1980 manifestam-se sobretudo pelo alto grau de politização e de retorização assumido pela revista como um todo e, em particular, pelos seus editoriais. Nesse sentido, pode-se dizer que a questionamentos, indagações e demandas lançadas por um contexto discursivo extremamente politizado e retorizado, a SBPC responde, por meio de *Ciência Hoje*, de forma também politizada e retorizada.

Daí ser possível perceber a presença de posições ideológico-discursivas que dialogam no território dos enunciados da revista, posições estas que foram, para efeito de análise, agrupadas aqui em quatro blocos que constituem uma amostra bastante representativa dos principais embates políticos travados na sociedade brasileira na virada dos anos 70 para os anos 80.

Além disso, a análise permite também perceber que o dialogismo e a responsividade também se verificam em mecanismos de referenciação, na medida em que se realizam por meio do encontro das propriedades concreto-semânticas das palavras com as injunções do contexto histórico social. Daí a constatação da recorrência, no discurso da revista, de signos como *democracia*, *cidadania*, *participação*, *população*, *público*, *direitos* e outros em que se imprimem com maior

intensidade as ideias-força do momento em foco. No que diz respeito aos processos discursivos não manifestos concretamente na superfície linguística, foi utilizada a noção de *relações dialógicas*, com o objetivo de mostrar como, no todo dos editoriais, os elementos de composição articulam o intuito discursivo do sujeito com as determinações da realidade histórico-social, ficando, também nesse caso, evidente que, na década de 80, as relações do discurso da SBPC com os outros discursos são regidas pelos impulsos da politização e da retorização.

Por fim, cabe dizer que um dos apontamentos que resulta da análise é que os anos 80 representam um período da história brasileira em que o desejo de emancipação e ação autônoma de sujeitos históricos conscientes parece estar bem perto de concretização, o que se reflete e se refrata de várias maneiras na produção discursiva de vários atores, entre eles a SBPC, cuja atuação, a partir de meados dos anos 70, é uma das mais efetivas na luta contra a ditadura militar e em favor da democratização.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso [1952-1953]. In: \_\_\_\_\_. *Estética da criação verbal*. Tradução do francês de Maria Ermantina Galvão G. Pereira. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000. p. 277-326.

\_\_\_\_\_. O discurso no romance 1934-1935]. In: \_\_\_\_\_ *Questões de literatura e de estética*. A teoria do romance. Tradução do russo de Aurora Fornoni Bernardini e outros. 5. ed. São Paulo: Hucitec/Annablume, 2002. p. 71-210.

\_\_\_\_\_. *Problemas da poética de Dostoievski* [1963]. Tradução do russo de Paulo Bezerra. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. 341p.

DOIMO, Ana Maria. *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Anpocs, 1995. 353 p.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. 328 p.

SOUZA, Geraldo Tadeu. *Introdução à teoria do enunciado concreto do Círculo de Bakhtin/Volochinov/Medvedev*. São Paulo: Humanitas, 1999. 149 p.

TEIXEIRA, Faustino Luiz Couto. *Comunidades eclesiais de base: bases teológicas*. Petrópolis: Vozes, 1988. 270 p.

ZAMBONI, Lilian Márcia Simões. *Cientistas, jornalistas e divulgação científica*. Campinas: Autores Associados, 2001. 192 p.

## BIBLIOGRAFIA NÃO CITADA

BAKHTIN, Mikhail. O problema do texto [1959-1961]. In: \_\_\_\_\_. *Estética da criação verbal*. Tradução do francês de Maria Ermantina Galvão G. Pereira. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000. p. 327-358.

\_\_\_\_\_. O problema do conteúdo, do material e da forma na criação literária [1924]. In: \_\_\_\_\_. *Questões de literatura e de estética*. A teoria do romance. Tradução do russo de Aurora Fornoni Bernardini e outros. 5. ed. São Paulo: Hucitec/Annablume, 2002. p. 13-70.

- BRAIT, Beth (Org.). *Bakhtin: outros conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2006. 263p.
- \_\_\_\_\_. (Org.). *Bakhtin: conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2005. 223 p.
- FERNANDES, Ana Maria. *A construção da ciência no Brasil e a SBPC*. Tradução de Marcos Bagno. Brasília: Editora da Universidade de Brasília/Anpocs/CNPq, 1990. 292 p.
- GRILLO, Sheila Vieira de Camargo. *A produção do real em gêneros do jornal impresso*. São Paulo: Humanitas, 2004. 248 p.
- \_\_\_\_\_. Esfera e campo. In: BRAIT, Beth (Org.). *Bakhtin: conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 133-160
- GRILLO, Sheila V. C; DOBRANSZKY, Enid A; LAPLANE, Adriana L. F. Mídia impressa e educação científica: uma análise das marcas do funcionamento discursivo em três publicações. *Cadernos Cedes*, Campinas, v. 24, n. 63, p. 215-236, mai/ago 2004.
- VOLOCHINOV, V. N./BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem* [1929]. Tradução do francês de Michel Lahud e outros. 9. ed. São Paulo: Hucitec/Annablume, 2002. 196 p.

# Memória discursiva e práticas de subjetivação na mídia: Men's Health x Women's Health

(Discursive memory and subjectivation practices in the media: Men's Health and Women's Health)

Maria de Lourdes Faria dos Santos Paniago<sup>1</sup>, Poliana de Almeida Carvalho e Nogueira<sup>2</sup>

<sup>1,2</sup>Universidade Federal de Goiás – Campus Jataí (UFG/CAJ)

lurdinhapaniago@terra.com.br, prof.poli@gmail.com

**Abstract:** This paper discusses the subjectivation practices developed by the media. This study is based on the French Discourse analysis, which is derived from the work conducted by Pêcheux, and especially from some formulations of Michel Foucault. As a result of the concerns that emerged from the readings of the magazines *Men's Health* and *Women's Health*, this study observed that both magazines subjectify differently male and female bodies. The power of the media, this sophisticated device for discipline, it strives to train bodies, not just to shape them into the standard appearance established by a specific period of time, but especially to try to turn them into docile and useful people for society.

**Keywords:** Discursive Analysis; discursive memory; disciplining; media; body.

**Resumo:** Tendo como embasamento teórico a Análise do Discurso de linha francesa, derivada dos trabalhos de Michel Pêcheux e, sobretudo, algumas formulações de Michel Foucault, este trabalho discute as práticas de subjetivação desenvolvidas pela mídia. Fruto da inquietação surgida nas leituras das revistas *Men's Health* e *Women's Health*, este trabalho constatou que as duas revistas posicionam-se de forma bastante distinta para subjetivar corpos masculinos e femininos. O poder exercido pela mídia, esse sofisticado dispositivo de disciplinarização, esforça-se por adestrar corpos, não apenas para moldá-los ao padrão estabelecido pelo verdadeiro de determinada época, mas principalmente para tentar transformá-los em dóceis e úteis para a sociedade.

**Palavras-chave:** Análise do discurso; memória discursiva; disciplinamento; mídia; corpo.

## Considerações iniciais

A Análise do Discurso de linha francesa, derivada dos trabalhos de Michel Pêcheux (doravante AD), nos forneceu os instrumentos necessários para compreendermos o esforço que vem sendo empreendido pela mídia para a moldagem de corpos nessa sociedade de controle em que vivemos.

O recorte escolhido para esse trabalho são matérias jornalísticas e textos publicitários colhidos em duas publicações bastante semelhantes: *Men's Health* e *Women's Health*. A primeira destinada ao público masculino e a segunda, recém-lançada, ao público feminino.

A hipótese com a qual trabalhamos é a de que as duas revistas posicionam-se de forma bastante distinta para subjetivar corpos masculinos e femininos. A regularidade presente nos enunciados das diversas seções dessas publicações (anúncios publicitários, cartas do leitor, matérias jornalísticas) sugere que a sexualidade está presente em maior número e com maior ênfase na revista destinada ao público masculino, como se o sexo fosse o foco único (como um resultado positivo) para os homens. Na publicação

destinada ao público feminino, por outro lado, os temas explorados na revista trazem a sexualidade de forma mais sutil.

A análise de diversos gêneros discursivos presentes nas duas publicações revela o papel atribuído ao homem e à mulher na sociedade de hoje. Dessa forma, precisaremos considerar as condições histórico-sócio-ideológicas que estão no fundamento de qualquer dizer, já que os sentidos em um acontecimento discursivo, como nos ensina a AD, emergem como efeito da presença do interdiscurso, tendo em vista que toda palavra se refere ao discurso no qual significa ou significou.

Análise do Discurso e mídia são dois campos de estudo que têm se articulado muito nos últimos tempos, principalmente porque têm em comum a mesma preocupação em compreender as produções sociais de sentidos.

Para a AD a mídia configura-se como um dispositivo disciplinador na medida em que cria identidades, porque parte do princípio de que essas são efeito do discurso, pois é no interior de práticas discursivas que elas emergem. Na base desse processo está a concepção pecheutiana de discurso, que o concebe como “efeito de sentidos” entre sujeitos que ocupam “lugares determinados na estrutura de uma formação social” (PÊCHEUX, 1997, p. 82).

Tomaremos de Michel Foucault os conceitos de práticas de subjetivação, além das reflexões que ele faz da complexa relação entre verdade, poder e saber. Para esse filósofo, o termo subjetividade está diretamente relacionado às experiências que o sujeito faz de si mesmo, num jogo de verdade em que é fundamental a “relação consigo” (FOUCAULT, 2004). Tais experiências são percebíveis por meio de exercícios propostos em espaços institucionais específicos e históricos – a mídia é um exemplo –, nos quais o sujeito é instigado a se observar e a se reconhecer como um objeto de saber e de produção de verdade.

O corpo “ideal”, masculino e feminino, é cultuado largamente pelas publicações analisadas, não somente o corpo exposto, visível, mas também outras partes do corpo humano, invisíveis ao olho humano, mas, nem por isso, imunes às tentativas de subjetivação.

Alguns conceitos desenvolvidos por Foucault, dentre eles o de poder e de governamentalidade, também serão úteis para as nossas análises, já que é através desse modo de condução de condutas alheias que a mídia exerce poder sobre indivíduos livres, entendidos por Foucault como “sujeitos individuais ou coletivos que têm diante de si um campo de possibilidade” (1995a, p. 244).

É possível, então, perceber o poder exercido pela mídia como um sofisticado dispositivo de disciplinarização que adentra corpos femininos e masculinos não apenas para moldá-los ao padrão estabelecido pelo verdadeiro de determinada época, mas principalmente para tentar transformá-los em dóceis e úteis para a sociedade.

### **A concepção foucaultiana de poder**

O conceito de poder desenvolvido por Foucault é bastante diferente das idéias das teorias clássicas, como as da releitura althusseriana do marxismo, por exemplo. O poder, para Foucault, não é algo que se possa possuir, porque não é um bem alienável do qual se possa ter a propriedade. Por isso, qualquer que seja a sociedade, não existe divisão entre os que têm e os que não têm poder. No entanto, o poder sempre é exercido em determinada direção, com uns de um lado e outros de outro (FOUCAULT, 2001b, p.

75). Ou seja, embora não haja um titular, um dono do poder, o poder é exercido sempre em determinado sentido, não necessariamente de cima para baixo. O poder, em outras palavras, não se possui, o poder se exerce ou se pratica.

Resumindo, Foucault afirma que “o poder não existe” (FOUCAULT, 2001b, p. 248), o que existem são práticas, relações de poder. Machado (2001, p. XIV), na introdução que fez para o livro *Microfísica do poder* (FOUCAULT, 2001b), sintetiza muito bem as ideias do filósofo sobre o poder: “ele é luta, afrontamento, relação de força, situação estratégica. Não é um lugar, que se ocupa, nem um objeto, que se possui. Ele se exerce, se disputa.”

Por dominação, Foucault (2001b, p. 181) não entende um ato global de um sobre os outros, mas “as múltiplas formas de dominação” que podem ser exercidas na sociedade. Assim, Foucault não busca analisar “o rei em sua posição central, mas os súditos em suas relações recíprocas”.

Ele chega, então, ao que chama de micro práticas do poder. Esse aspecto da teoria foucaultiana não foi recebido sem contestação, já que se constitui em uma proposta de abandono de muitas teses em voga na época, inclusive as althusserianas – tão largamente aceitas – que afirmam que todo poder emana do Estado para seus Aparelhos Ideológicos.

É condição *sine qua non* para a compreensão das teses foucaultianas tomar o poder como não localizável em nenhum ponto específico da estrutura social. Para Foucault, o poder funciona como uma rede que incluiu todos, ou seja, da qual ninguém pode esquivar-se, para a qual não existe nada que lhe possa ser exterior.

Perceber a microfísica do poder não se traduz apenas em deslocar a análise do ponto de vista espacial, mas principalmente analisar o nível em que ela ocorre. Ou seja, não basta concluir que não há um ponto central de onde o poder irradia toda a sua fortaleza; é preciso compreender que analisar a microfísica do poder significa entender os procedimentos técnicos que têm por objetivo o controle minucioso do corpo. Não apenas o produto, mas todo o processo é alvo do micropoder, seus mais detalhados gestos. Foucault preocupa-se com a existência capilar do poder, porque “o poder encontra o próprio grânulo dos indivíduos, atinge seus corpos, vem inserir-se em seus gestos, suas atitudes, seus discursos, sua aprendizagem, sua vida cotidiana” (MOTTA, 2003, p. XIX).

O poder, para Foucault, não é sempre negativo. À concepção negativa do poder, tão absolutamente enraizada na sociedade ocidental, principalmente a partir dos escritos althusserianos, Foucault acrescenta uma outra, muito mais polêmica. Para Foucault, o poder produz e transforma, e é essa característica que faz com que seja não apenas negativo. Foucault pretende mostrar que o poder não deve ser visto essencialmente ligado à dominação e à repressão. O poder “incita, suscita, produz; ele não é simplesmente orelha e olho; ele faz agir e falar” (FOUCAULT, 2003a, p. 220).

Explicar o poder apenas a partir de sua função repressiva significa omitir da análise seu âmago, sua essência. Ao poder não interessa a simples repressão e dominação dos homens. Ao invés disso, importa que suas mais detalhadas atividades sejam geridas, para fazer com que se tornem sempre mais úteis.

A compreensão deste fenômeno é fundamental para que se possa entender o papel da mídia na produção de identidades nesta sociedade de controle em que estamos inseridos.



## **Governamentalidade em Foucault**

Foucault pergunta-se qual é o traço distintivo do poder, e chega à conclusão de que o poder é um tipo bem particular de relação entre indivíduos ou grupos. O traço distintivo seria então a capacidade que têm alguns de determinar inteiramente a conduta de outros, mas nunca de forma “exaustiva ou coercitiva” (FOUCAULT, 2003a, p. 384). O exercício de poder, para Foucault, é assim – em toda acepção da palavra – um modo de ação sobre a ação dos outros. Deriva daí um conceito muito importante, que é amplamente utilizado pelos teóricos que se ocupam em estudar as relações de poder: governamentalidade. Para ele, governar é “estruturar o eventual campo de ação dos outros” (FOUCAULT, 1995a, p. 244), o que significa retirar da noção de poder qualquer conexão com o conceito de repressão. Ou, em outras palavras, poder-se-ia dizer que é justamente o entendimento relacional e não substancial de poder que aponta para o conceito de governamentalidade, como a ação sobre a ação dos outros.

Assim, não há possibilidade de governo sobre ações onde as determinações estão saturadas. Apesar do aparente paradoxo, Foucault afirma que só há relações de poder sobre sujeitos livres, aqui entendidos como “sujeitos individuais ou coletivos que têm diante de si um campo de possibilidade onde diversas condutas, diversas reações e diversos modos de comportamento podem acontecer”. Ou seja, a liberdade é pré-condição da existência do poder. A escravidão, então, constitui uma “relação física de coação”, porque não há o que governar uma vez que o sujeito não tem mais de uma possibilidade de conduta (FOUCAULT, 1995a, p. 244). O exemplo dado por Foucault em outro dos seus textos é bastante esclarecedor:

Um homem acorrentado e espancado é submetido à força que se exerce sobre ele. Não ao poder. Mas se se pode levá-lo a falar, quando seu último recurso poderia ter sido o de segurar sua língua, preferindo a morte, é porque o impelimos a comportar-se de uma certa maneira. Sua liberdade foi sujeitada ao poder. Ele foi submetido ao governo. (2003a, p. 384).

Foucault posteriormente deixa claro que o exercício do poder pode valer-se do uso da violência ou da aquisição de consentimentos. No entanto, esses dois aspectos não constituem o princípio ou a natureza do poder, são apenas seus instrumentos ou efeitos. “Ele não é em si mesmo uma violência que, às vezes, se esconderia, ou um consentimento que, implicitamente, se reconduziria.” (FOUCAULT, 1995a, p. 243)

Na verdade, Foucault estabelece uma radical diferença entre poder e violência. Enquanto a violência age para submeter ou destruir, o poder age de modo a fazer com que seja aceito; mais do que isso, age de modo a fazer com que o indivíduo sobre o qual é exercido acredite que se trata de algo natural e necessário.

É preciso lembrar, contudo, que não se pode analisar a relação de poder sem se considerar a insubmissão da liberdade que lhe for correspondente, ou seja, não se pode esquecer que, para Foucault (1995a, p. 243), as relações de poder somente podem ser articuladas com base em duas condições indispensáveis: a) aquele sobre quem o poder é exercido deve ser plenamente reconhecido até o fim como uma pessoa que age; b) todo um campo de respostas e reações deve estar aberto. Foucault reforça aqui, de forma sistematizada, dois grandes pilares básicos da sua concepção de poder: 1) só há

possibilidade de governo onde houver possibilidade de ação, daí o conceito de governamentalidade; e 2) onde há poder há resistência.

Os conceitos de poder e governamentalidade desenvolvidos por Foucault nos ajudarão a compreender de que forma a mídia impõe padrões que devem ser seguidos para sujeitos que continuam pensando que só a eles cabem as escolhas sobre o que vestir ou sobre como se comportarem nas mais diversas situações.

## **Corpo em Foucault**

Se, em séculos passados, a obrigação maior do homem era cuidar de sua alma, se fazer merecedor do amor de Deus e de seus cuidados, agir sempre pensando na vida eterna, nossos tempos se caracterizam por uma busca constante e infinita da obtenção e manutenção de um corpo saudável e belo. Esse apelo ao belo, ou melhor, a um padrão estabelecido como belo, nos rodeia cada dia mais, e variados são os meios para subjetivar o homem para que deseje se enquadrar nele.

Foucault constrói nos três volumes de História da Sexualidade (2002, 2001, 2001a) uma resposta para sua inquietação de como foi moldado, com o passar dos anos, o discurso sobre o sexo nas diversas sociedades ocidentais. Percorrendo da Grécia Antiga à sociedade repressiva burguesa, chegando aos dias mais atuais, Foucault nos mostra que o discurso sobre o sexo se modificou através dos séculos, se transformou seguindo as necessidades e exigências de cada época.

Em *O uso dos prazeres*, segundo volume de História da Sexualidade (2001), o autor aponta que o olhar do indivíduo na antiguidade clássica voltava-se mais para uma “arte da existência”, para a vivência dos prazeres de acordo com as regras morais. Os prazeres deveriam ser vividos pelo homem com devido respeito, serem usados, sem exageros ou faltas. Buscava-se e pregava-se uma temperança na vida, que envolvia também a atividade sexual. Era a busca pelo equilíbrio para que o sujeito pudesse se governar e governar ao próximo.

No terceiro volume da série (2002), *O cuidado de si*, fazendo referência agora à época cristã, Foucault mostra como a conduta do homem se dirigia mais para a arte de decifrar-se, de governar-se e, ao mesmo tempo, conhecer-se profundamente. Desenvolve-se uma cultura de si diante de uma moral burguesa repressiva, que tenta fazer com que os discursos sobre o sexo se tornem restritos, a partir da separação entre os que podem e os que não podem falar sobre esse assunto.

A trajetória apontada por Foucault teria levado o homem a se preocupar mais com seu corpo, com o cuidado consigo mesmo.

Para Foucault, ao contrário do sujeito, que não pré-existe aos discursos que o constituem, o corpo é matéria, composta por carne, ossos órgãos e membros, mas, ainda assim, moldável por relações de poder que se esforçam para enquadrá-lo o mais fielmente possível a determinado padrão, para fazer com que seja sempre dócil, útil e belo, tudo isso na medida exata estabelecida pelo verdadeiro de determinada época. Daí a necessidade de compreender a relação entre verdade, poder e saber.

Com a construção de novas verdades em relação à medicina e de todo o aparato tecnológico criado em função disso, obtiveram-se possibilidades impressionantes. São permitidas à nossa geração intervenções em nossos corpos que antes não eram sequer imaginadas. Aos poucos o corpo foi se transformando em nosso maior bem, no mais visível e merecedor alvo de cuidados. Mas o corpo, como alerta Sant'anna (2002, p.103)

“possui prazo de validade”. Assim, o verdadeiro desta época nos ensina que cuidar do corpo, mantê-lo saudável se faz ainda mais necessário, como uma forma de resistir e negar a morte, uma forma de enganá-la e afastá-la.

## **Verdade, poder e saber**

Foucault (2003, p. 233) entende por verdade o conjunto de procedimentos que autoriza um determinado enunciado ser considerado verdadeiro ou não. Não apenas a sociedade ocidental, mas também o que Foucault chamou de “sociedade mundial” (2003, p. 229), produz verdade. E essas produções de verdade não se dissociam do poder, justamente porque são os mecanismos de poder que induzem a produção de verdades. Há regiões – os domínios científicos, por exemplo – em que esses efeitos de verdade são codificados previamente. Para ele, embora haja domínios mais absolutos, como a matemática, “não há absolutamente instância suprema”. Ou seja, para esse filósofo (FOUCAULT, 2001b, p. 12), cada sociedade possui seu “regime de verdade”, sua “política geral” (aspas do autor) de verdade, o que significa dizer que não existe verdade fora do poder ou sem poder.

Segundo Foucault (2001b, p. 113), há um discurso intrínseco à prática científica que assegura que existe sempre uma verdade escondida à espera da análise do cientista, a quem cabe achar a melhor forma de revelá-la já que ela está sempre presente, em todo lugar. Há, no entanto, um outro discurso, esse não tão caro à ciência e à filosofia como o anterior: a verdade não está presente em todo lugar a qualquer tempo, mas “tem instantes propícios, lugares privilegiados, não só para sair da sombra como para realmente se produzir”. Ou seja, Foucault contrapõe à idéia de que a revelação de uma verdade depende somente da habilidade do cientista uma outra, que afirma que, se existe uma “geografia da verdade”, esta se relaciona muito mais com os espaços onde reside do que com o lugar onde o cientista se coloca para observá-la; e sua “cronologia”, da mesma forma, relaciona-se muito mais com as “conjunções que lhe permitem se produzir como um acontecimento”, do que com os momentos que o cientista deve aproveitar para flagrá-la. E dá exemplos históricos dessa geografia e dessa cronologia, inclusive o da prova judiciária, que se constituía como uma manipulação da produção da verdade. O juiz, longe de desempenhar o papel de um pesquisador tentando descobrir uma verdade escondida para restituí-la, colocava-se na posição de quem estatui a verdade, autenticando os rituais de sua produção. Pode-se supor, então, que, ao longo dos tempos, a prática científica na nossa civilização procura desqualificar esse tipo de tecnologia da verdade, que é, na realidade, uma relação de poder, já que “a verdade era o efeito produzido pela determinação ritual do vencedor”.

A verdade aí não é aquilo que é, mas aquilo que se dá: acontecimento. Ela não é encontrada, mas sim suscitada: produção em vez de apofântica. Ela não se dá por mediação de instrumentos, mas sim provocada por rituais, atraída por meio de ardis, apanhada segundo ocasiões: estratégia e não método. (FOUCAULT, 2001b, p. 114-115).

Foucault alerta que, embora tenhamos a impressão que há muito não exista mais esse tipo de tecnologia da verdade, a do acontecimento/prova, ele continua resistindo como “núcleo irreduzível ao pensamento científico” (FOUCAULT, 2001b, p. 115).

No texto *Soberania e Disciplina*, escrito para a aula do dia 14 de janeiro de 1976 do Collège de France, Foucault (2001b, p. 179) revela que em qualquer sociedade existem múltiplas relações de poder que “atravessam, caracterizam e constituem o corpo

social” e que não podem, em absoluto, serem dissociadas do discurso, porque não se estabelecem nem funcionam sem a produção, a circulação e a acumulação de certos discursos. Para Foucault, verdade e poder se condicionam reciprocamente:

Não há possibilidade de exercício do poder sem uma certa economia dos discursos de verdade que funcione dentro e a partir desta dupla exigência. Somos submetidos pelo poder à produção da verdade e só podemos exercê-lo através da produção da verdade. (FOUCAULT, 2001b, p. 179-180).

Foucault diz que há uma luta pela verdade, se se entende a verdade não como “o conjunto das coisas verdadeiras a descobrir ou a fazer aceitar”, e sim como “o conjunto das regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro efeitos específicos de poder” (FOUCAULT, 2001b, p. 13), ou, em outras palavras, Foucault estabelece uma íntima relação entre verdade, saber e poder, uma vez que por ‘verdade’ deve-se compreender o “conjunto de procedimentos regulados para a produção, a lei, a repartição, a circulação e o funcionamento dos enunciados” e que, por esse motivo, a ‘verdade’ está “circularmente ligada a sistema de poder, que a produzem e apóiam, e a efeitos de poder que ela induz e que a reproduzem” (FOUCAULT, 2001b, p. 14).

É essa relação muito complexa entre verdade, poder e saber que nos ajudará também a compreender de que forma a mídia constrói discursos “indiscutivelmente verdadeiros” em busca de moldar corpos femininos e masculinos.

### **A produção de identidades pela mídia**

Em uma relação contraditória e ambivalente, o homem passa a negar a morte, e por isso a exacerbar a vida, numa busca incessante pelos prazeres, na tentativa de não se perder nem um minuto desta vida que é finita. Deparamo-nos então com heróis, construídos em comerciais e propagandas e que buscam a perfeição, que fazem de seu corpo seu objetivo de vida, que se entregam a exposição e exaltação desse corpo belo e jovem em detrimento de sua decadência biológica. E nisso vão se formando repertórios de leis e regras, de produtos e mercadorias voltados para essa juventude eterna, para essa beleza sem limite, tudo isso propagado incansavelmente pela mídia em geral. A mídia assume cada vez mais um papel controlador em nossas vidas, como que uma consciência externa a nós, a fonte de certezas que o homem sempre procurou para servir de base para sua existência.

Em *O sujeito e o poder*, um dos seus últimos textos, Foucault nos esclarece o conceito de sujeito sempre vinculado à noção de poder, para ele, “o sujeito é aquele que de alguma forma está submetido ao outro (por meio de relações de controle ou dependência) ou então a si mesmo, preso à sua própria identidade, mediante a prática do conhecimento de si” (FOUCAULT, 1995a). Nesse trabalho, propomo-nos pensar o sujeito moderno submetido ao poder exercido pela mídia diretamente sobre nós e pelo poder que a mídia exerce indiretamente, na medida em que nos mostra a necessidade de nos auto-controlarmos. Mas, como nosso interesse é investigar de que forma a mídia exerce influência no comportamento humano, ser-nos-á útil também pensar a mídia

como um grande espaço pedagógico. Assim, apoiamos-nos também no conceito de “dispositivo pedagógico da mídia” formulado por Fischer (2002),

como um aparato discursivo (já que nele se produzem saberes, discursos) e ao mesmo tempo não discursivo (uma vez que está em jogo nesse aparato uma complexa trama de práticas, de produzir, veicular e consumir TV, rádio, revistas, jornais, numa determinada sociedade e num certo cenário social e político), a partir do qual haveria uma incitação ao discurso sobre “si mesmo”, à revelação permanente de si; tais práticas vêm acompanhadas de uma produção e veiculação de saberes sobre os próprios sujeitos e seus modos confessados e aprendidos de ser e estar na cultura em que vivem. Certamente, há de se considerar ainda o simultâneo reforço de controles e igualmente de resistências, em acordo com determinadas estratégias de poder e saber, e que estão vivos, insistentemente presentes nesses processos de publicização da vida privada e de pedagogização midiática. (FISCHER, 2002, p. 155)

Como recorte para esse artigo, optamos por focar a produção de identidades masculinas e femininas, a partir de análise comparativa das revistas *Men's Health* e *Women's Health*. A descrição disponível no *site* da editora nos ajuda a justificar a escolha dessas duas publicações como *corpus* para este trabalho:

MEN'S HEALTH: Presente em mais de 40 países, com 37 edições e 18 milhões de leitores, Men's Health é a maior revista masculina do mundo. É o instrumento fundamental para o homem que busca qualidade de vida e equilíbrio entre trabalho e vida pessoal. Men's Health é uma revista de estilo de vida, que trata de forma prática e objetiva dos temas para o bem estar do homem moderno como: saúde, fitness, nutrição, relacionamento, sexo, estilo e carreira.

WOMEN'S HEALTH: Chegou a revista para você que faz da saúde e beleza um estilo de vida. Encontre em Women's Health a orientação precisa sobre o que fazer, como fazer e por onde começar para se sentir bem. Receba informações valiosas - e com base científica - sobre hábitos saudáveis, nutrição, fitness, beleza, comportamento... Não perca a revista feita para você viver do jeito que gosta: cada vez melhor e mais feliz consigo mesma.

O corpo ideal, que a sociedade de outrora permitia ser cultuado apenas pelas mulheres, vem sendo imposto, principalmente pela mídia, também às pessoas do sexo masculino. Daí o grande aumento de publicações destinadas especificamente para esse nicho mercadológico nos últimos tempos.

Na figura 1, retirada da *Men's Health* de abril de 2009, por exemplo, vê-se uma seção da revista destinada à nutrição, a qual traz receitas, cardápios e indicações de comportamentos com a promessa de levar o homem a atingir o padrão máximo de corpo masculino. O tema, a princípio, não se relaciona a sexo. No entanto, mais de um elemento tanto no texto verbal, como no texto não verbal, nos autorizam a enxergar nessa matéria jornalística uma conotação sexual. A matéria tem como mote apresentar sete cardápios rápidos para café da manhã. Até há, no texto verbal, alguns elementos que remetem os benefícios da alimentação saudável pela manhã para outros aspectos da vida, que não o sexual, como em “você pode se beneficiar no trabalho”. Mas o primado do texto não-verbal faz com que a conotação sexual se sobressaia. O texto não verbal mostra um casal na cama. A mulher, com pouca roupa, está sobre o homem; suas pernas

abertas fazem com que sua região genital fique bem próxima da região genital do homem; sua mão direita prende o braço esquerdo do homem, num misto de dominação e sedução, já que o sorriso em sua face demonstra uma situação de total descontração. O título da matéria, “Pro dia nascer feliz!”, nos remete ao verso da famosa canção do grupo Barão Vermelho. Na música, o narrador pede “Me dê de presente o teu bis, pro dia nascer feliz”. Assim, a memória que ecoa da canção também corrobora para uma interpretação de ordem sexual, ainda que fique a ambiguidade sobre o que faz com que o dia seja feliz: a refeição ou o sexo matinal. Outro texto verbal da matéria, o que está em destaque no quadrado colocado do lado direito da foto, diz “vai sobrar tempo para saborear outras coisas”. Esse enunciado permite que se entendam essas “outras coisas” como coisas de ordem sexual, já que a utilização do verbo “saborear” também fortalece esse tipo de leitura, uma vez que são absolutamente comuns outras palavras, do mesmo campo semântico, que também são utilizadas com conotação sexual, “gostosa” (como adjetivo empregado a mulheres) e “comer” (como sinônimo de ‘fazer amor’), por exemplo.

São ainda apresentados outros motivos para convencer o leitor a adotar o hábito de fazer as refeições matinais. Três razões são apresentadas em destaque. Todas elas iniciadas por “Ele [o café da manhã] mantém você...”. Dessa forma, os enunciados sugerem que a revista é escrita para homens que já possuem as três características que se depreendem dos verbos: magreza, saúde e esperteza.

Ao falar da necessidade de tomar o café da manhã para se manter esperto, a revista utiliza uma estratégia que é bastante comum nela: o uso de endosso científico. Diz o texto: “Um estudo da Universidade de Harvard (EUA) descobriu que crianças que comem de manhã tiram notas mais altas nas provas”. A relação entre verdade, poder e saber, sobre a qual já falamos, nos ajuda a compreender porque a revista se sente obrigada a buscar dados científicos para quase tudo o que afirma.



Figura 1

A figura 2, retirada da *Men's Health* de agosto de 2008, refere-se a texto publicitário sobre óculos escuros. Outro tema que, a princípio, não estabelece nenhuma relação direta com a sexualidade. No entanto, há indícios que abonam a interpretação de que há conotações sexuais, principalmente se se considera o revelado pelo texto não-verbal: a) o personagem principal da foto, Antonio Banderas, famoso ator espanhol, é considerado um grande galã do cinema pelos papéis sedutores e conquistadores em que já atuou; b) a foto mostra os personagens sobre uma motocicleta em alta velocidade, que sugerem, como muitos outros textos publicitários atuais, que o homem que tem poder

sobre os motores o tem também sobre os relacionamentos amorosos; c) a mulher que está no banco de trás da moto abraça o piloto por cima, numa atitude bastante sedutora; d) uma parte do corpo da mulher se sobressai: o mamilo de um dos seios que transparece sobre a roupa branca; e) o fato de a moto estar provocando que respingos de água sobre a qual andam os molhem pode sugerir uma certa irreverência, como um desafio aos limites que separam o certo do errado. A imagem, enfim, quer convencer que quem usa os óculos dessa marca pode conquistar mulheres e o mundo, tal qual o personagem da foto. O texto verbal “be younique” é um neologismo. A expressão “be unique” significa “ser original (único). Com a inclusão do “you” de forma destacada poder-se-ia ler algo como “seja você mesmo único”.

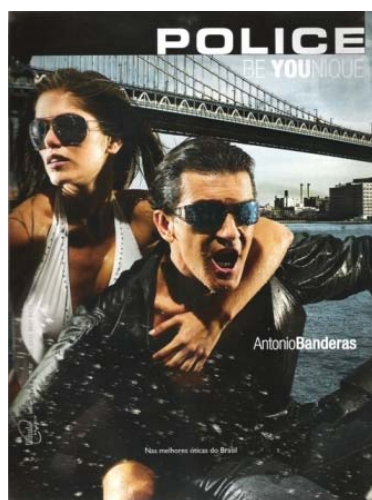


Figura 2

Muitos outros exemplos de textos retirados da *Men's Health* poderiam ser utilizados para reforçar a tese que pretendemos defender neste artigo: há nessa publicação uma conotação claramente sexual, como se o sexo fosse sempre o alvo dos esforços masculinos, não importa se está se falando de indumentária, alimentação ou hábitos considerados saudáveis pelo verdadeiro desta época.

Na publicação similar, destinada ao público feminino, *Women's Health*, entretanto, esse direcionamento do olhar para o sexo ocorre com menos frequência e com menor ênfase. Os temas explorados referem-se à sexualidade de forma mais sutil e com uma ideia de liberdade individual. As figuras 3 e 4 mostram bem isso.

A figura 3, retirada da *Women's Health* de novembro de 2008, refere-se a texto publicitário de protetor solar. Nessa matéria, tanto o texto verbal como o não-verbal remetem a liberdade que a mulher deve conquistar, mas não há qualquer conotação sexual. A modelo da foto está com os cabelos soltos e esvoaçantes pelo vento. O cenário, o sorriso, a bicicleta em movimento, tudo isso aponta para essa possibilidade de interpretação. Ela está sozinha, dona de si, controlando seu caminho num dia de sol. O texto verbal confirma totalmente essa leitura. “Difícil mesmo vai ser tirar você do sol”, enunciado que remete à liberdade feminina, já que é a mulher que vai decidir quando sairá do sol, sem qualquer tipo de interferência masculina nas suas decisões. Há aqui, como em muitos outros textos, tanto em uma revista como na outra, o culto por um corpo ideal, que, nesse caso, além de magro e em boa forma, deve estar bronzeado. Mas essa conquista pelo corpo perfeito para as mulheres poucas vezes é relacionada a conquistas amorosas ou sexuais, ao contrário do que acontece na revista *Men's Health*.



Figura 3

A *Women's Health* de março de 2009 traz uma matéria sobre um assunto que costuma interessar às mulheres da atualidade, já que o verdadeiro dessa época nos diz que, para ser feliz é necessário se livrar do stress (figura 4). A novidade é que a revista propõe que se faça isso estimulando a produção de adrenalina no corpo. Até aqui, as pesquisas mostravam justamente o contrário, dever-se-ia conter a adrenalina para driblar o stress. O que mais chama a atenção do olhar do analista, entretanto, é, novamente, o texto não-verbal, que mostra uma mulher que salta de não se sabe onde e cairá também no desconhecido. É a simbologia da mulher que faz suas opções e se joga em direção a elas. Suas roupas e cabelos em movimento também sugerem a liberdade já analisada nesse tipo de imagem, o que nos poderia remeter ao conceito de intericonicidade proposto por Courtine (2008). No plano verbal, há um enunciado em destaque, que diz “Para o alto e avante!”, que é um imperativo de iniciativa, de tomada de posição, de ganho de liberdade e o abandono do medo de assumir a liderança de si que se atribuía às mulheres. O título “Se joga!”, vai nessa mesma direção. Ambas as expressões estão construídas com pontos de exclamação e com verbos no imperativo. Há, claramente, a busca pela subjetivação das mulheres, mas, tal como se viu no exemplo anteriormente explorado neste artigo ou em muitas outras matérias incluídas na publicação destinada ao público feminino, não há conotação sexual.



Figura 4



## Considerações finais

Propusemo-nos a refletir sobre as estratégias discursivas utilizadas por duas revistas bastante similares em suas propostas de editoração, *Men's Health* e *Woman's Health*; a primeira destinada ao público masculino e a segunda, ao feminino. Há, sem dúvida, muitas semelhanças que aproximam as duas publicações, principalmente a preocupação em moldar corpos por meio de discursos “verdadeiros” sobre saúde, bem estar, fitness, nutrição, beleza. Não há dúvida de que ambas as revistas pretendem fabricar um tipo bem específico de sujeito.

No entanto, nem tudo são semelhanças. Nossa hipótese foi confirmada. Há na revista destinada ao público masculino um número muito maior de matérias que direcionam o interesse do leitor para o sexo, como se esse fosse o prêmio maior, o objetivo último de tudo o que se possa fazer com o corpo. Mas essa não é apenas uma constatação de ordem quantitativa. A abordagem do tema sexo, nas duas publicações, também é bastante distinto um do outro. Ou seja, na *Women's Health* também há matérias sobre sexo, mas a forma como o tema é abordado é diferente da forma como é tratado na *Men's Health*. As descrições colhidas no site da editora já mostram essa nuance. A palavra “sexo” só aparece na descrição da revista masculina. Na feminina, aparece “relacionamento”. A revista destinada às mulheres anuncia o que mostra nas duas matérias aqui analisadas: “a revista feita para você viver do jeito que gosta: cada vez melhor e mais feliz consigo mesma (grifo nosso)”

Para concluir, é preciso ressaltar que todos esses gestos de leitura só foram possíveis graças à mobilização da memória discursiva, tal como concebida por Courtine (1981), já que, para ele, todo enunciado possui, em seu “domínio associado” (FOUCAULT, 1995), outros que ele repete, refuta, transforma, nega. Ou seja, independentemente do tipo de relação que se estabelece entre o enunciado que está sendo produzido com os outros a quem ele recupera, é justamente essa reatualização que produz certos efeitos de memória e não outros.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COURTINE, Jean-Jacques. Discursos sólidos, discursos líquidos: a mutação das discursividades contemporâneas. In: SARGENTINI, Vanice; GREGOLIN, M. R. (Orgs.). *Análise do Discurso: heranças, métodos e objetos*. São Carlos, SP: Claraluz, 2008. p. 9-20.

\_\_\_\_\_. Le discours communiste adressée aux chrétiens. *Langages*, Paris, n. 62, p. 9-128, 1981.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. O dispositivo pedagógico da mídia: modos de educar na (e pela) TV. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 28, n. 1, June 2002. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-97022002000100011&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022002000100011&lng=en&nrm=iso)>.doi: 10.1590/S1517-97022002000100011. Acesso em 24 jun. 2010.

FOUCAULT, Michel. *Ética, sexualidade e política*. Organização e seleção de textos de Manoel Barros da Motta. Tradução de Vera Lúcia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

\_\_\_\_\_. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

\_\_\_\_\_. *Estratégia, poder-saber*. Organização e seleção de textos de Manoel Barros da Motta. Tradução de Vera Lúcia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003a.

\_\_\_\_\_. *História da Sexualidade III: O cuidado de si*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2002.

\_\_\_\_\_. *História da Sexualidade II: O uso dos prazeres*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2001.

\_\_\_\_\_. *História da Sexualidade I: A vontade de saber*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2001a.

\_\_\_\_\_. *Microfísica do Poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2001b.

\_\_\_\_\_. *A arqueologia do saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

\_\_\_\_\_. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Tradução de Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995a. p. 231-249.

MACHADO, Roberto. Por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2001. p.vii-xxiii.

MOTTA, Manoel Barros da. Apresentação. In: FOUCAULT, Michel. *Estratégia, poder-saber*. Organização e seleção de textos de Manoel Barros da Motta. Tradução de Vera Lúcia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003. p. V-LX.

PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, F.; HAK, T. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Tradução de Bethania S. Mariani et al. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997. p. 61-151.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. *Transformações do corpo: controle de si e uso dos prazeres*. In: RAGO, Margareth; ORLANDI, Luiz B. Lacerda; VEIGA-NETO, Alfredo (Orgs.) *Imagens de Foucault e Deleuze*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. . p. 99-110.

# A questão econômica na campanha presidencial americana: a cobertura do *New York Times*

(The economical issue in the American presidential campaign: the *New York Times* coverage)

**Maria Inez Mateus Dota**

Universidade Estadual Paulista (UNESP)-Bauru

midota@uol.com.br

**Abstract:** This paper aims at verifying how the *New York Times* coverage of the 2008 American presidential elections occurred, regarding economical issues and the two main candidates – Barack Obama and John McCain. Specifically, it tries to show the discursive strategies employed by the newspaper in order to portray these candidates' profiles, analyzing the lexical choices, what was said as what was unsaid, the modality, the intertextuality and the interdiscursivity.

Keywords: discourse analysis; language; journalism.

**Resumo:** Este trabalho objetiva verificar como se dá a cobertura do jornal *The New York Times* sobre as eleições presidenciais americanas de 2008, no tocante à temática da economia e com relação aos dois principais candidatos – Barack Obama e John McCain. Especificamente, busca mapear as estratégias discursivas utilizadas pelo jornal para delinear e confrontar os perfis desses candidatos, analisando-se as escolhas lexicais, o dito, o não-dito, a modalidade, a intertextualidade e a interdiscursividade.

Palavras-chave: análise do discurso; linguagem; jornalismo.

## Introdução

Este trabalho visa a discutir a temática da economia abordada pelo jornal *The New York Times*, na cobertura da campanha às eleições presidenciais de 2008 nos Estados Unidos, tendo como foco os dois principais candidatos – Barack Obama e John McCain. Leva em consideração que as notícias produzidas pelo periódico são direcionadas tanto para os cidadãos americanos como para os cidadãos do mundo, uma vez que as políticas adotadas pelos Estados Unidos têm interferência nas várias partes do globo.

A presença de tal temática nas páginas do jornal é bastante previsível, uma vez que a campanha eleitoral se deu em meio a uma grave crise econômica deflagrada nos Estados Unidos, com repercussões por todo o mundo. Vale mencionar que outras temáticas foram também abordadas pelo periódico, tais como estratégias de campanha, racismo, críticas entre os candidatos, guerra no Iraque, etc., as quais serão alvo de outros focos de uma pesquisa mais ampla sobre a cobertura do *New York Times* das eleições americanas.

Assim, cabe, neste espaço, discutir como é enfocada a temática da economia, mais detalhadamente apresentada nas seguintes subtemáticas: crise financeira, plano de recuperação da economia e impostos. Isso porque “os temas, os subtemas e a forma como são abordados definem os enquadramentos dos discursos” (SOUSA, 2004, p. 66). Procura-se, então, verificar como são produzidos os sentidos, principalmente na contraposição dos candidatos, e que recursos discursivos e de formatação das notícias são utilizados para direcionar determinados sentidos.

Convém observar que no final da campanha, precisamente em 24 de outubro, o *New York Times* declarou-se, em editorial, pela pessoa do candidato Barack Obama. Dessa forma, procurar-se-á verificar se essa preferência do jornal já se delineava em notícias publicadas anteriormente a essa data e que recursos concretizaram tal posicionamento.

O *corpus* da pesquisa constitui-se de uma coleta estratificada semanal do *New York Times* em sua versão *on-line* (selecionou-se a edição da segunda-feira da primeira semana, a edição da terça-feira da segunda semana e assim sucessivamente, conforme Sousa (2004, p. 52)), realizada nos meses de agosto, setembro e outubro de 2008, ou seja, nos noventa dias que antecederam as eleições presidenciais americanas. Nessa coleta obtiveram-se 98 notícias e, dentre essas, 18 enfocaram a temática da economia.

Este trabalho fundamenta-se nos Estudos do Jornalismo desenvolvidos por Sousa (2003 e 2004) e no instrumental metodológico da Análise do Discurso oferecido por Charaudeau (2006), Maingueneau (2001), Fairclough (1995), Fowler (1991) e Orlandi (2000). Na formatação das notícias, verifica-se o conteúdo dos títulos e lides das notícias, com o objetivo de detectar o que é colocado em destaque e o que é minimizado ou silenciado. Nos aspectos discursivos, trabalha-se com as escolhas lexicais, o dito, o não-dito, a ironia, a intertextualidade e a interdiscursividade. Procedese, a seguir, à análise das notícias selecionadas, trazendo, a título de exemplificação, fragmentos dessas matérias.

## **A economia**

A grave crise econômica que eclodiu em meio à campanha eleitoral das eleições presidenciais americanas teve grande inserção na cobertura que o *New York Times* fez desse evento político. No início das discussões sobre o plano de recuperação a ser implementado pelo governo americano, o periódico publica entrevistas com os dois candidatos, divulgadas no mesmo dia – 21 de setembro.

Na abertura da entrevista, Obama agradece o repórter de forma mais protocolar, dizendo apenas “Obrigado” (*Thank you*). Já McCain saúda o repórter chamando-o pelo primeiro nome, num possível intuito de se mostrar à vontade com a mídia: “Bom te ver, John” (*Good to see you, John*).

De maneira geral, pode-se dizer que Obama responde com mais detalhes e profundidade às questões feitas pelo repórter. Até porque, no caso de McCain, há mais interpelações do jornalista, com interrupções na fala desse candidato. Por exemplo, a primeira questão apresentada é a mesma para os dois postulantes à presidência – como cada candidato vê o plano de recuperação econômica que o Tesouro americano, em conjunto com o Congresso, está propondo. A resposta de Obama toma cinco parágrafos, enquanto que a resposta de McCain é interrompida pelo repórter após o segundo parágrafo.

Por duas vezes McCain é interpelado sobre corrupção envolvendo seu coordenador de campanha no caso da empresa Fannie Mae, do ramo imobiliário. A resposta de McCain inocentando o coordenador traz Obama e um dos membros da equipe de seu candidato a vice-presidente à baila, na questão da corrupção acima citada. Porém o repórter interrompe McCain, insistindo na pessoa de seu coordenador de campanha: no caso da entrevista com McCain, valem as observações de Fausto Neto sobre o direcionamento que a mídia dá a debates e entrevistas:

Antes mesmo que a enunciação dos atores políticos se institua para gerar enunciados, não consegue se constituir explicitamente, pois seu trabalho é “capturado em ato”. É interceptado por outra enunciação (a midiática) que da enunciação política nada mais quer do que, simplesmente, ficar à espera do retorno da mensagem que já está tecida e contida em suas estratégias. (FAUSTO NETO, 2003, p. 125)

O trecho abaixo assinala uma das interpelações do repórter com relação a McCain, no momento em que este vai trazer uma informação a respeito de um membro da equipe democrática:

- (1) *Sen. McCain: [...] In Washington, I still think that it was the special interest money that went – and Fannie and Freddie money that went, and everybody was involved in this – not everybody, but certainly Senator Obama got next amount of money, except for the two Democratic chairman. His vice presidential search team was headed by Mr. Johnson, and...*  
*HARWOOD [the reporter]: And your campaign manager?*  
*Sen. McCain: And my campaign manager has stopped that, has had nothing to do with it since, and I'll be glad to have his record examined by anybody who wants to look at it.*  
(Sen. McCain: [...] Em Washington, eu ainda acho que era dinheiro específico de juros que foi – e o dinheiro de Fannie e Freddie que foi, e todo mundo estava envolvido nisso – não todo mundo, mas certamente o senador Obama ficou próximo de uma quantia de dinheiro, exceto os dois chefes democratas. A equipe de pesquisa de seu vice-presidente era chefiada pelo sr. Johnson, e...  
*HARWOOD [o repórter]: E seu coordenador de campanha?*  
*Sen. McCain: E meu coordenador de campanha parou com isso, não tem nada a ver com isso desde então, e eu ficarei feliz em ter seu passado examinado por qualquer um que queira vê-lo. – (Interview With McCain on the Financial Crisis, 21 de setembro).*

Na entrevista com Obama, a interpelação e a insistência do repórter também ocorrem, mesmo porque, dependendo das questões colocadas e do desgaste político que elas podem trazer, os entrevistados lançam mão de recursos discursivos para tentar evitá-las, conforme (2) abaixo. Neste trecho, Obama inicia sua resposta com “Bem...” (*Well...*), um marcador discursivo introdutório que lhe permite esquivar-se, não se atendo diretamente à questão formulada. Para dissimular sua evasiva, faz uso do recurso discursivo “eu diria” (*I would say*), grifado abaixo, e, mesmo com a insistência do repórter, Obama não responde se demitiria Chris Cox (republicano e membro do governo de George W. Bush), mas aproveita a oportunidade para criticar o governo em curso e seu opositor na campanha:

- (2) *HARWOOD: You don't support the firing of Chris Cox?*  
*Sen. OBAMA: Well, the point is I actually do think that Chris Cox has not overseen the markets the way he could have, and he's a Republican appointee. But...*  
*HARWOOD: But would you fire him in the middle of a crisis?*  
*Sen. OBAMA: Well, what I would do is I would say let's get through this and then let's make an assessment. I think that what's important is to understand that John McCain's bill fails to recognize that it's the overarching economic theories that have been operating over the last eight years that need to be fired, that have failed. [...]*  
(HARWOOD: Você não apoia a demissão de Chris Cox?)  
*Sen. OBAMA: Bem, a questão é que eu realmente acho que Chris Cox não supervisionou os mercados da maneira que ele podia tê-lo feito, e ele é um indicado republicano. Mas...*  
*HARWOOD: Mas você demiti-lo-ia no meio de uma crise?*  
*Sen. OBAMA: Bem, o que eu faria é, eu diria, vamos dizer passar por isso e depois então vamos fazer uma avaliação. Eu acho que o que é importante é entender que o programa de John McCain falha em reconhecer que foram as teorias econômicas abrangentes que estiveram operando durante os últimos oito anos que precisam ser banidas, que falharam. [...] – Interview With Obama on the Financial Crisis, 21 de setembro.)*

Embora o repórter mencione, na entrevista com McCain, que este já havia criticado Obama por “negociar em interesse próprio” (*self deal*), num contexto que cita “favoritismo e corrupção” (*cronyism and corruption*), esse mesmo repórter não faz a Obama nenhuma pergunta relacionada com corrupção. Nos dizeres de Orlandi, essa temática foi silenciada no tocante a Obama. Para a autora, “as relações de poder em uma sociedade como a nossa produzem sempre a censura, de tal modo que há sempre silêncio acompanhando as palavras. Daí que, na análise, devemos observar o que não está sendo dito, o que não pode ser dito, etc.” (ORLANDI, 2000, p. 83).

Em notícia sobre a pressão da crise econômica sobre os candidatos, o *New York Times* aponta que eles estão absorvidos por essa questão e que a economia dominou o primeiro debate presidencial:

- (3) *The presidential candidates’ views on Wall Street, private equity tax breaks and esoteric accounting procedures have become as important as their positions on Iran’s nuclear ambitions and high gasoline prices./For instance, the first presidential debate was supposed to focus solely on foreign affairs, but questions on the economy dominated the event.* (As visões dos candidatos presidenciais sobre Wall Street, mudanças nos impostos dos lucros privados, procedimentos esotéricos de contabilidade tornaram-se tão importantes quanto suas posições sobre as ambições nucleares do Irã e os altos preços do petróleo./Por exemplo, o primeiro debate presidencial devia enfocar exclusivamente negócios externos, mas as perguntas sobre economia dominaram o evento. *It’s the Economy, Redux*, 7 de outubro.)

No sentido de detalhar os posicionamentos dos candidatos, o periódico apresenta uma amostra de suas falas antes e depois da eclosão da crise econômica. Algumas falas de McCain selecionadas pelo jornal demonstram demagogia e incoerência, uma vez que, nessa sequência de citações, esse candidato ora critica os agentes financeiros e a atuação de Washington (o governo de seu próprio partido), ora se coloca contra a regulamentação, conforme se verifica em (4) e (5), respectivamente:

- (4) *This foundation of our economy, the American worker, is strong, but it has been put to risk by the greed and mismanagement of Wall Street and Washington.*” (Essa base de nossa economia, o trabalhador americano, é forte, mas ela foi colocada em risco pela ambição e mau gerenciamento de Wall Street e Washington. – *It’s the Economy, Redux*, 7 de outubro.)
- (5) *...but I am fundamentally a deregulator. I’d like to see a lot of the unnecessary government regulations eliminated, not just moratorium.*” (... mas eu sou fundamentalmente um desregulador. Eu gostaria de ver muitas regulamentações governamentais desnecessárias eliminadas, não apenas a moratória. – *It’s the Economy, Redux*, 7 de outubro.)

Já com relação a Obama, a edição das falas feitas pelo *New York Times* o favorece. O candidato democrata, cujo partido não está no poder, pode, nas matérias analisadas, livremente apresentar suas críticas aos procedimentos de regulamentação vigentes, conforme (6) abaixo. Ou pode mostrar-se como o politicamente correto – aquele que se preocupa com o cidadão comum, o cidadão da Rua Principal, conforme (7):

- (6) *There are many to blame for causing the crisis we are in, and that starts with the speculators on Wall Street who gamed the system and the regulators in Washington who looked the other way.*” (Há muitos para se culpar pela crise em que estamos, e isso começa com os especuladores em Wall Street que transformaram o sistema num jogo e os reguladores em Washington que olham na direção oposta. – *It’s the Economy, Redux*, 7 de outubro.)

- (7) *We have seen economic growth over the last decade, but all that growth is concentrated on Wall Street instead of Main Street.*” (Nós temos visto muito crescimento econômico na última década, mas todo esse crescimento está concentrado em Wall Street ao invés de na Rua Principal. – *It’s the Economy, Redux*, 7 de outubro)

Por outro lado, o periódico registra, em título e lide de notícia, que líderes sindicais trabalhando como cabos eleitorais de Obama encontram dificuldade para convencer os eleitores a votar “com o bolso”, isto é, em função de questões econômicas, uma vez que assuntos como o aborto, porte de armas e a questão racial aparecem como preocupações dos americanos. No decorrer da matéria, porém, o jornal aponta que Obama se beneficia com a crise econômica (em função de seu partido não estar no poder), pois esse assunto se mostra como prioridade para a população:

- (8) *When Mike Pyne and other union foot soldiers knock on doors to promote Senator Barack Obama, they often confront a tricky challenge: how to persuade union members to vote on the basis of their wallet rather than on issues like abortion, gun rights and race.* (Quando Mike Pyne e outros sindicalistas seguidores de Obama batem nas portas para promover o senador, eles frequentemente se defrontam com um complicado desafio: como persuadir os membros do sindicato a votar com base em seus bolsos ao invés de assuntos como o aborto, porte de armas e raça. – *Union Leaders Confronted by Resistance to Obama*, 29 de setembro.)
- (9) *The labor effort appears to be making headway. Social issues have moved to the background while the economy is foremost in the minds of many voters, and Mr. Obama appears to be benefiting politically.* (O esforço dos trabalhadores parece estar surtindo efeito. As questões sociais passaram para segundo plano enquanto que a economia está em primeiro lugar nas mentes de muitos eleitores, e o sr. Obama parece estar se beneficiando politicamente. - *Union Leaders Confronted by Resistance to Obama*, 29 de setembro.)

Observa-se em (9), acima, o cuidado do jornal em modalizar o seu discurso com o uso do verbo “parecer” (*appears*), por duas vezes, para não firmar categoricamente uma posição e abrir a possibilidade para outras interpretações – de que o trabalho dos cabos eleitorais poderia não estar sendo tão eficiente e questões como aborto, porte de armas e raça poderiam estar norteando a preferência de eleitores pelo candidato republicano.

Em artigo sobre o plano de recuperação da economia aprovado pelo Congresso americano, o jornal afirma – neste caso pela asserção – que ambos os candidatos apoiaram tal medida, após terem participado de discussão acirrada sobre a questão:

- (10) *Both major candidates, Senator John McCain of Arizona, the Republican nominee, and Senator Barack Obama, the Democratic candidate, gave guarded endorsements of the bailout plan. Both Mr. McCain and Mr. Obama had dipped into the negotiations during a contentious White House meeting on Thursday. (Ambos os candidatos, o senador John McCain do Arizona, o indicado republicano, e o senador Barack Obama, o candidato democrata, defenderam apoio ao plano de recuperação. Tanto o sr. McCain como o sr. Obama mergulharam nas negociações durante um acirrado encontro na Casa Branca na quinta-feira. - *Bailout Plan in Hand, House Braces for Tough Vote*, 29 de setembro).*

O apoio dos dois candidatos ao plano de recuperação econômica é o foco de outra notícia em que o título e o lide explicitam o posicionamento dos candidatos. Pelo jogo de modalidades – a asserção e a dúvida –, respectivamente, o *New York Times* mostra o comprometimento dos candidatos com o plano e o caos econômico caso essa proposta não se viabilizasse:

- (11) Both presidential candidates intensified their efforts Tuesday to help push the financial bailout plan through Congress, lobbying skeptical lawmakers and warning publicly that a failure to act would cause a widespread economic crisis that would hurt regular people, not just financiers. (Ambos os candidatos presidenciais intensificaram seus esforços na terça-feira para ajudar a empurrar o plano de ajuda financeira no Congresso, fazendo lobby junto aos congressistas céticos e advertindo publicamente que uma ausência de ação causaria uma alastrada crise econômica que atingiria as pessoas comuns, não apenas as financeiras. – *Both Obama and McCain Make Push for Bailout*, 1º. de outubro.)

Em outra matéria avaliando a reação dos candidatos com relação ao plano, o lide favorece Obama, uma vez que o apresenta como “comedido e racional” (*measured and cerebral*) enquanto McCain mostra-se “orientado para a ação e impulsivo” (*action-oriented and impulsive*). Tais escolhas lexicais remetem, de certa forma, à subjetividade do jornalista que procedeu à avaliação do candidato e permitem afirmar que “as notícias possuem sempre a marca da acção pessoal de quem as produz, embora temperada por outras forças conformadoras” (SOUSA, 2003, p. 52), sendo uma delas, neste caso, o posicionamento da instituição – o jornal *The New York Times* – a favor de Obama:

- (12) Mr. McCain was by turns action-oriented and impulsive as he dive-bombed targets, while Mr. Obama was measured and cerebral and inclined to work the phones behind the scenes. (O sr. McCain era alternadamente orientado para a ação e impulsivo à medida que bombardeava os alvos, enquanto o Sr. Obama era comedido e racional e inclinado a trabalhar com o telefone nos bastidores. – *On Bailout, Candidates Were Surely Themselves*, 29 de setembro.)

No segundo parágrafo da matéria anteriormente citada também é feito um confronto desfavorável para McCain, uma vez que este prega a liderança de um único homem, enquanto que Obama é apresentado como o politicamente correto, ou seja, aquele que acredita no trabalho em equipe:

- (13) Mr. McCain, who came of age in a chain-of-command culture, showed once again that he believes that individual leaders can play a catalytic role and should use the bully pulpit to push politicians. Mr. Obama, who came of age as a community organizer, showed once again that he believes several minds are better than one, and that, for all of his oratorical skill, he is wary of too much showmanship. (O sr. McCain que atingiu a maioria numa cultura de hierarquia de comando, mostrou uma vez mais que ele acredita que líderes individuais podem ter um papel catalítico e devem usar a valentia no púlpito para pressionar os políticos. O sr. Obama, que atingiu a maioria como um agente comunitário, mostrou mais uma vez que ele acredita que diversas cabeças são melhor que uma, e que, por toda sua habilidade retórica, ele é cauteloso em relação a exibicionismo exacerbado. – *On Bailout, Candidates Were Surely Themselves*, 29 de setembro.)

Essa inclinação do jornal para o candidato Barack Obama, visível em (12) e (13) acima, vai ao encontro das considerações de Fowler a respeito das escolhas linguísticas que se fazem nos textos:

Eu assumo como um princípio de trabalho que cada forma determinada de expressão linguística num texto – escolha lexical, opção sintática, etc. – tem sua razão. Existem muitas maneiras diferentes de dizer a mesma coisa, e elas não ocorrem ao acaso, como alternativas acidentais. Diferenças em expressão carregam distinções ideológicas (e assim diferenças em representação). (FOWLER, 1991, p. 4)

Na mesma data, o economista e colunista do *New York Times*, Paul Krugman, assina matéria em que questiona sobre quem será capaz de administrar a crise



econômica dos Estados Unidos. Ao elaborar sua resposta à questão, menciona que Barack Obama lhe parece mais preparado, enquanto John McCain não sabe muito sobre economia e nem tem bons assessores, conforme se verifica nos trechos (14) e (15) abaixo. Assim, pela interdiscursividade – o discurso da própria economia –, o periódico confere credibilidade a Obama, ao mesmo tempo em que desqualifica McCain:

- (14) *So what do we know about the readiness of the two men most likely to end up taking that call? Well, Barack Obama seems well informed and sensible about matters economic and financial. John McCain, on the other hand, scares me.* (Então o que nós sabemos sobre a presteza dos dois homens para atender essa chamada? Bem, Barack Obama parece bem informado e sensível a assuntos econômicos e financeiros. John McCain, por outro lado, assusta-me. – *The 3 A. M. Call*, 29 de setembro).
- (15) *We've known for a long time, of course, that Mr. McCain doesn't know much about economics – he's said so himself, although he's also denied having said it. That wouldn't matter too much if he had taste in advisers – but he doesn't.* (Nós sabemos há muito tempo, naturalmente, que o sr. McCain não sabe muito sobre economia – ele mesmo disse isso, embora ele também negue tê-lo dito. Isso não importaria muito se ele tivesse faro para conselheiros – mas ele não tem. – *The 3 A. M. Call*, 29 de setembro.).

Em outra direção, o jornalista William Kristol (atualmente não mais no *New York Times*) aponta em (16), (17) e (18) como McCain pode vencer o seu adversário – pela liderança que tem demonstrado em sua carreira, pois há necessidade de um “presidente duro para decisões duras”, em oposição a Obama, que é um liberal. Veja alguns trechos de sua matéria, que traz a voz da própria mídia, em oposição a (14) e (15), que trazem o discurso de um economista:

- (16) *He [McCain] can explain that dealing with it [the financial crisis] requires candor and leadership of the sort he's shown in his career.* (Ele [McCain] pode explicar que para lidar com ela [a crise financeira] é preciso sinceridade e liderança do tipo que ele tem mostrado em sua carreira.)
- (17) *He can say more generally that in the tough times ahead, we'll need a tough president willing to make tough decisions.* (Ele pode dizer de forma mais geral que nos tempos difíceis que estão à frente, nós precisaremos de um presidente duro, que queira tomar decisões duras.)
- (18) *The core case against Obama is pretty simple: he's too liberal.* (A questão central sobre Obama é muito simples: ele é demasiadamente liberal. – *How McCain Wins*, 29 de setembro.)

Em matérias que enfocam como cada um dos candidatos irá administrar a crise financeira, o *New York Times* mostra as limitações e as posições demagógicas de ambos:

- (19) *... both candidates continue to promise that as president they would reduce the ballooning annual budget deficits, without forfeiting any of the big-ticket promises they made pre-crisis.* (... ambos os candidatos continuam a prometer que como presidente eles reduziriam os inflados déficits do orçamento anual, sem negligenciar nenhuma das promessas excessivamente dispendiosas que fizeram antes da crise. – *From 2 Rivals, 2 Prescriptions*, 15 de outubro.)

Já o trecho em (20), abaixo, se mostra mais favorável a Obama, uma vez que este acena com uma proposta concreta para alterar a situação legal dos proprietários de casas que não conseguem saldar suas hipotecas, enquanto que McCain fica no âmbito da “ficção”, nos dizeres do jornal:

- (20) *We would like to hear the candidates tell Americans how they will stand for homeowners. Mr. Obama supports amending the bankruptcy code so courts can modify troubled mortgages. Mr.*

McCain does not, clinging to the fiction that the mortgage industry will somehow, someday, voluntarily rework most of the junk loans. (Nós gostaríamos de ouvir os candidatos dizerem aos americanos como eles vão ajudar os proprietários de casas. O sr. Obama apoia uma emenda à legislação sobre falência, de forma que a justiça possa modificar as hipotecas com problemas. O sr. McCain não, agarrando-se à ficção de que a indústria das hipotecas irá de alguma forma, algum dia, voluntariamente absorver a maior parte dos empréstimos podres. – *The Crisis Agenda*, 7 de outubro.)

Na mesma data, o jornal enfatiza no título e lide de outra notícia que as questões decorrentes da crise financeira são “as questões sombrias” (*the dismal questions*), que preocupam os americanos. Com vistas a subsidiar o debate que ocorreria naquela noite, o *New York Times* publica questões sugeridas por três economistas ouvidos pelo periódico, sobre pontos da economia que gostariam que os candidatos discorressem. Dessa forma, o jornal elege a economia como o assunto principal da campanha presidencial – aquele que envolve os mercados e o cidadão comum:

- (21) John McCain and Barack Obama will meet tonight in Nashville for the second presidential debate. As Americans worry about a confusing federal rescue plan, a falling stock market and a financial crisis that is spreading across the globe, the editors of the Op-Ed page asked three economists to suggest the questions they would most like to hear the candidates answer. (John McCain e Barack Obama se encontrarão hoje à noite em Nashville para um segundo debate presidencial. Como os americanos se preocupam com um confuso plano de ajuda federal, um mercado de ações em queda e uma crise financeira que está se espalhando pelo globo, os editores da página de comentaristas pediram a três economistas para sugerir perguntas que eles gostariam que os candidatos respondessem. – *The Dismal Questions*, 7 de outubro.)

Quando o periódico traz à tona as novas propostas econômicas dos candidatos, mostra McCain agindo em reação a atitudes tomadas por Obama e em função de sua própria (de McCain) queda nas pesquisas. Tal estratégia discursiva coloca o republicano em posição inferior a Obama, ou seja, na defensiva:

- (22) The unveiling of Mr. McCain's proposals come a day after his rival, Senator Barack Obama, announced his own economic plan and as polls show Mr. McCain continuing to lose ground to Mr. Obama nationally and in crucial battleground states. (A revelação das propostas de McCain surge um dia depois que seu rival, senador Barack Obama, anunciou seu próprio plano econômico e à medida que as pesquisas mostram o sr. McCain continuando a perder terreno para o sr. Obama em âmbito nacional e em estados de disputa acirrada. - *McCain Unveils New Economic Proposals*, 15 de outubro).

Nos últimos dias da campanha, o *New York Times* mostra, em lides de notícias, a batalha que se instala entre os dois candidatos, ambos buscando atrair eleitores pela utilização de aspectos econômicos que certamente têm um forte apelo para a população:

- (23) Republican John McCain and Democrat Barack Obama dueled over economy on Thursday in the last stretch of their fierce fight for the White House, with McCain charging Obama would not do enough to rein in oil company profits. (O republicano John McCain e o democrata Barack Obama duelaram sobre economia na quinta-feira no último esforço de sua luta feroz pela Casa Branca, com McCain acusando Obama de que este não faria o suficiente para controlar os lucros das empresas de petróleo. – *McCain and Obama Duel on Economy*, 31 de outubro).
- (24) Republican presidential candidate John McCain on Friday called the economic policies of rival Barack Obama from the far left of American politics. In its hunt for votes for next week's election, the Obama campaign continued to tie McCain to the unpopular President Bush and promised a reversal of tax policies favoring the wealthy. (O candidato republicano à presidência, John McCain, classificou as políticas econômicas de seu rival Barack Obama de a extrema esquerda das políticas americanas. Em sua caça por votos para a eleição da próxima semana, a campanha de Obama continuou a ligar McCain ao impopular presidente Bush e prometeu uma

inversão das políticas de impostos que favorecem os ricos. - *McCain: Obama's Economic Policies Swing Far Left*, 31 de outubro).

Uma das matérias desse período – final da campanha – também favorece Obama, porque estampa no título e no lide que o corte de impostos proposto pelo senador democrata é melhor para a população de renda mais baixa. Para Lule, a linguagem dos títulos e lides é “uma das formas pelas quais os jornais ajudam a guiar e estruturar a leitura” (2001, p. 69). Confirmam os sentidos construídos em (25) e (26) abaixo:

- (25) Título: *For Incomes Below \$100,000, a Better Tax Break in Obama's Plan* (Para rendas abaixo de 100 000 dólares, uma melhor quebra nos impostos no plano de Obama, 31 de dezembro).
- (26) Lide: *Independent analyses of the presidential candidates' tax proposals show that those who make less than \$250,000 a year would not see their taxes raised under Senator Barack Obama's plans. Further, Mr. Obama would generally cut taxes more than Senator John McCain would for households with incomes less than \$100,000 a year. (Análises independentes das propostas dos candidatos à presidência sobre impostos mostram que aqueles que ganham menos de \$250 000 dólares por ano não veriam seus impostos aumentarem sob os planos do senador Barack Obama. Além do mais, o sr. Obama em geral reduziria impostos mais que o senador John McCain faria pelas famílias com renda menor que \$100 000 dólares por ano. – For Incomes Below \$100,000, a Better Tax Break in Obama's Plan, 31 de dezembro.)*

O uso dos comparativos no título (*better* – melhor), em (25), e no lide (*more than* – mais que), em (26), constitui avaliações positivas para Barack Obama, uma vez que o sentido produzido por essas construções imprime uma valorização de sua proposta sobre impostos com relação à proposta de seu oponente, John McCain.

Com relação a impostos, o *New York Times* também dá visibilidade para as críticas da candidata a vice-presidência na chapa republicana, Sarah Palin, no intuito de mostrar que está cumprindo com sua obrigação cidadã de dar voz aos dois lados, isto é, aos dois partidos principais no caso da campanha presidencial. Assim, no lide de uma das notícias (bem como no título), relata o ataque de Palin a Obama, dizendo que este último está ideologicamente comprometido com impostos mais altos.

Neste caso, o próprio jornal sai em defesa de Obama, mostrando que seu plano prevê cortes de impostos para famílias que ganham menos de \$250000,00 dólares por ano e para a classe média. Silenciando, nessa notícia, sobre a parte da proposta em que Obama sugere aumento de impostos para os mais abastados, o jornal novamente o apresenta como o candidato politicamente correto, aquele que vai governar em função dos menos favorecidos. Dessa forma, confirma que, “em qualquer representação, você tem que decidir o que incluir e o que excluir, e o que salientar e o que atenuar” (FAIRCLOUGH, 1995, p. 4, tradução da pesquisadora). Confirmam em (27) e (28) abaixo:

- (27) *Republican vice presidential candidate Sarah Palin, on a bus tour of small towns in Pennsylvania as polls show the Democratic ticket leading there by a strong margin, said Friday that Democrat Barack Obama has an ideological commitment to higher taxes. About 3,000 people crowded an open-air hangar for a rally at Arnold Palmer Regional Airport, about 40 miles east of Pittsburgh, where temperatures were just above freezing. (A candidata republicana à vice-presidência, Sarah Palin, numa jornada de ônibus pelas pequenas cidades da Pensilvânia, quando as pesquisas mostram a chapa democrática liderando por uma grande margem, disse na sexta-feira que o democrata Barack Obama tem um compromisso ideológico com impostos mais altos. Cerca de 3000 pessoas lotaram um hangar ao ar livre num comício no Aeroporto Regional Arnold Palmer, a cerca de 40 milhas a leste de Pittsburgh, onde a temperatura estava bem pouco acima de zero. – Palin: Obama for Bigger Government, Higher Taxes, 31 de outubro.)*

- (28) Obama's tax plan calls for no tax increases for working families making less than \$250,000 a year or for individuals making less than \$200,000 annually. He also pledges to seek a tax cut for the middle class. (O plano de impostos de Obama não demanda aumentos de impostos para famílias trabalhadoras que ganham menos de \$250000,00 dólares por ano ou para indivíduos que ganham menos de \$200000 dólares anualmente. Ele também se compromete a buscar um corte de impostos para a classe média. – *Palin: Obama for Bigger Government, Higher Taxes*, 31 de outubro)

Quando as críticas vêm do republicano John McCain no tocante à proposta de Obama sobre impostos, o *New York Times* rebate com o uso da intertextualidade, as próprias palavras do democrata, mostrando que em sua proposta o aumento de impostos não atingirá 95% da população americana, conforme (29) abaixo:

- (29) In an interview Friday with ABC's "Good Morning America," McCain states flatly that Obama wants to raise people's taxes – though Obama says he would seek no tax increases for 95 percent of working Americans and support a tax cut for the middle class. (Numa entrevista para o “Bom Dia América” da ABC, McCain afirma categoricamente que Obama quer subir os impostos do povo – embora Obama diga que ele não buscaria aumento de impostos para 95 por cento dos trabalhadores americanos e apoiaria um corte de impostos para a classe média. – *McCain: Obama's Economic Policies Are Left-Wing*, 31 de outubro.)

Observa-se, assim, que, com esse diálogo implícito que o periódico estabelece com os leitores/eleitores, destacando a questão econômica como prioritária e, como a crise financeira surgiu num governo republicano, o jornal reúne argumentos para defender a candidatura do democrata Obama. Nesse movimento entre interlocutores, as notícias produzidas atestam que:

Toda enunciação, mesmo produzida sem a presença de um destinatário, é, de fato, marcada por uma *interatividade* constitutiva (fala-se também de *dialogismo*), é uma troca, explícita ou implícita, com outros enunciadores, virtuais ou reais, e supõe sempre a presença de uma outra instância de enunciação à qual se dirige o enunciador e com relação à qual constrói o seu discurso. (MAINGUENEAU, 2001, p. 84, grifos do autor)

Para corroborar a posição do jornal que se manifestou em editorial a favor do candidato Barack Obama e para enfatizar a importância da questão econômica na campanha presidencial americana, o periódico relata, pela intertextualidade, o posicionamento da renomada e mundialmente conhecida revista *The Economist*, declarando-se a favor do candidato Barack Obama. Tal recurso discursivo objetiva conferir credibilidade ao candidato democrata, visto que “o discurso relatado visa a produzir a prova de um certo posicionamento do locutor-produtor: posicionamento de *autoridade*, na medida em que relatar é mostrar que se sabe...” (CHARAUDEAU, 2006, p. 163, grifo do autor):

- (30) The Economist magazine, a bastion of free-market economics, gave its support on Friday to Democrat Barack Obama to be the next U.S. president. (A revista *The Economist*, um baluarte da economia de livre-mercado, deu seu suporte na sexta-feira para o democrata Barack Obama ser o próximo presidente dos Estados Unidos. – *Economist Magazine Endorses Obama For Presidency*, 31 de outubro.)
- (31) “In terms of painting a brighter future for America and the world, Mr. Obama has produced the more compelling and detailed portrait. He has campaigned with more style, intelligence and discipline than his opponent,” it said. (“Em termos de pintar um futuro mais brilhante para os

Estados Unidos e para o mundo, o sr. Obama produziu uma imagem mais instigadora e detalhada. Ele fez campanha com mais estilo, inteligência e disciplina do que seu oponente, ela disse. – *Economist Magazine Endorses Obama For Presidency*, 31 de outubro.)

## Considerações finais

A análise efetuada aponta que, mesmo antes da publicação do editorial optando pela candidatura de Barack Obama, o *New York Times* vinha se posicionando a favor desse candidato. Haja vista o espaço que lhe é dado para responder questões sobre o plano de recuperação econômica em entrevista de 21 de setembro e o fato de, nessa mesma entrevista, uma aludida questão de corrupção envolvendo o seu nome não ser a ele formulada. A esse respeito, Fowler assim se posiciona:

A linguística crítica sugere esta análise demonstrando como a estrutura detalhada da língua, silenciosa e continuamente, modela as idéias apresentadas, moldando-as em direção às crenças estabelecidas. Um jornal assume que existe apenas um ponto de vista razoável em qualquer assunto apresentado. Os editoriais visivelmente *afirmam* esse ponto de vista: as notícias e outras páginas são escritas para assumir que esse ponto de vista é natural, senso comum... (FOWLER, 1991, p. 231, grifo do autor, tradução da pesquisadora)

A economia é apresentada pelo jornal como a temática dominante da campanha, o que favorece Obama, em função da crise econômica deflagrada no governo de George W. Bush, do partido republicano de seu opositor, John McCain. Dessa forma, Obama é muitas vezes mostrado, nas páginas do jornal, tecendo críticas à gestão de Bush no tocante à crise econômica que ocorreu nos Estados Unidos e se espalhou para o resto do mundo. Acrescente-se a isso o fato de Obama ser apresentado como aquele que se preocupa com o cidadão comum e com a classe média em geral.

Quando o *New York Times* se refere às características e convicções pessoais dos candidatos, ainda antes do editorial de 24 de outubro, aponta Obama como “comedido e racional”, enquanto McCain é “orientado para a ação e impulsivo”; Obama preza o trabalho em equipe, McCain acredita na liderança de um homem só. Além disso, McCain é retratado, implicitamente por suas falas citadas, como incoerente, uma vez que ora se apresenta como desregulador, ora critica o governo de Washington por não ter atuado com relação à situação econômica.

Embora o jornal indique limitações e posições demagógicas dos dois candidatos, abre espaço, em 29 de setembro, para que o economista Paul Krugman aponte Obama como o mais preparado para administrar a crise econômica, enquanto McCain é o candidato que pouco conhece de economia e não tem bons assessores. No intuito de atender à pluralidade de opiniões, o periódico traz artigo de um jornalista que defende a candidatura de McCain por ser “duro”, “enérgico”, enquanto que Obama é um “liberal”. Assim, num momento de crise financeira, o jornal escala para defender a candidatura de Obama um especialista – o renomado economista Paul Krugman –, ao passo que McCain é defendido por um profissional da própria mídia.

No tocante a propostas, Obama atende aos menos favorecidos e à classe média, em sua proposta de impostos, enquanto McCain não quer aumentar impostos da classe

mais abastada. Com relação ao setor imobiliário, Obama tem “propostas concretas” enquanto McCain está no âmbito da “ficção”.

Finalmente, para corroborar sua posição a favor de Obama, o *New York Times* traz a voz de uma outra mídia, a conceituada revista *The Economist*, que aponta o candidato Obama como aquele que preenche os requisitos necessários para ser o presidente dos Estados Unidos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHARAUDEAU, P. *Discurso das mídias*. Tradução de Angela M. S. Corrêa. São Paulo: Editora Contexto, 2006. 283 p.

FAIRCLOUGH, N. *Media discourse*. New York: Edward Arnold, 1995. 214 p.

FAUSTO NETO, A. Fragmentos de uma enunciação desmesurada. In: FAUSTO NETO, A.; VERÓN, E. (Orgs.). *Lula presidente: televisão e política na campanha eleitoral*. São Paulo: Hacker, 2003. 174 p.

FOWLER, R. *Language in the news: discourse and ideology in the press*. London: Routledge, 1991. 254 p.

LULE, J. *Daily news, eternal stories: the mythological role of journalism*. New York: The Guilford Press, 2001. 245 p.

MAINGUENEAU, D. *Análise de textos de comunicação*. Tradução de Cecília P. de Sousa-e-Silva e Décio Rocha. São Paulo: Cortez, 2001. 238 p.

ORLANDI, E. P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 2000. 100 p.

SOUSA, J. P. *As notícias e seus efeitos*. 1999. Disponível em: <www.bocc.ubi.pt>. Acesso em: 10 out. 2003. 150 p.

\_\_\_\_\_. *Introdução à análise do discurso jornalístico impresso: um guia para estudantes de graduação*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004. 222 p.

# O discurso zapatista endereçado aos povos originários da América Latina

(Zapatista discourse addressed to Latin American native people)

**Maurício Beck**

Laboratório Corpus – Programa de Pós-graduação em Letras -UFSM

mauricio\_beck@yahoo.com.br

**Abstract:** In the present paper we aimed to investigate if the act of discourse from Zapatista National Liberation Army (Spanish abbreviation, EZLN), from Southeastern México, addressed to the so called Latin American native people happens regularly or not. Then, we intended to analyze the discursive sequences which direct their words to Amerindians beyond Mexican borders. The scope of this analysis is to try to apprehend how Zapatista's interlocution is built in relation to the Amerindian issue all over the continent. Despite Zapatistas do not emphasize ethnical-Amerindian political demands, the increasing of political and social indigenous protagonism in many parts of Latin America opens the possibility of broader articulations of EZLN with other popular movements.

**Keywords:** Zapatism; native people; discourse.

**Resumo:** Neste artigo, buscamos investigar se o endereçamento do discurso do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) do sudeste mexicano aos chamados povos originários da América Latina se dá de modo regular ou não. Em seguida, visamos a analisar sequências discursivas que remetam suas palavras aos ameríndios para além das fronteiras do México. O escopo desta análise é o de buscar entender como se constitui a interlocução dos zapatistas com a questão indígena em todo o continente. Isto porque, embora os zapatistas não enfatizem reivindicações étnico-ameríndias em suas demandas políticas, o crescente protagonismo político e social indígena em várias partes da América Latina abre possibilidades de articulações mais amplas desse movimento com outras lutas populares.

**Palavras-chave:** Zapatismo; povos originários; discurso.

## Uma breve história política do EZLN

Na perspectiva teórica da Análise do Discurso, iniciada pelo coletivo de intelectuais em torno de Michel Pêcheux, na França das décadas de 1960 e 1970, a imbricação que se dá entre o histórico e o linguístico, pelo viés do discurso, enquanto dotado de uma forma material, é incontornável para a compreensão da produção de sentidos. Com efeito, é possível afirmar que, desde que Pêcheux (1997) inoculou os estudos semânticos com questões de ordem da exterioridade (antagonismo social, luta de classes), a compreensão da produção de sentidos no discurso não pode se furta à instância histórico-ideológica imbricada na materialidade discursiva.

Entretanto, com o desenvolvimento da Análise do Discurso no transcorrer dos anos, Pêcheux (2009) e Courtine (2009; 2006) trataram de questionar o foco excessivo, quase exclusivo, das investigações discursivas nos escritos doutrinários do comunismo e socialismo francês. A Análise do Discurso passou, desde então, a descrever e interpretar uma gama discursiva bem mais heterogênea em sua imbricação com a instância ideológica. Dessa forma, na virada do século XX para o XXI, novas perspectivas de análise surgiram, em concomitância ao declínio das discursividades em torno do chamado socialismo realmente existente (língua de madeira) e à ascensão exponencial dos discursos midiáticos (língua de vento).

Não obstante, para Guilhaumou (2008, p. 74), atualmente, há uma “ausência de análises sobre traços da ideologia das classes subalternas no interior das formações discursivas” e é com base nessa constatação de Guilhaumou, mas tendo em conta a auto-crítica e as retificações da Análise de Discurso, que visamos a uma investigação acerca de uma discursividade de cunho político, mas marcadamente heterodoxa aos escritos doutrinários da esquerda hegemônica no século XX. Por conseguinte, propomos começar este artigo pela história dos autodenominados zapatistas.

O levante do *Exército Zapatista de Libertação Nacional* do México (EZLN) é considerado uma das lutas populares latino-americanas mais marcantes e inovadoras neste início de século XXI. Isso porque, de acordo com Figueiredo (2003), o EZLN se diferencia de outras lutas camponesas da América Latina, devido ao grupo étnico que constitui suas bases, pois seus integrantes são indígenas. Como descendentes da antiga civilização Maia, são *indígenas camponeses*, ou seja, sua economia não é baseada somente na caça e na coleta, pois, por uma tradição de séculos, também praticam a agricultura. Marcadamente afetado pela memória da Revolução Mexicana de 1910, o EZLN traz no nome uma referência direta ao revolucionário camponês Emiliano Zapata, líder e herói daquela Revolução.

A data simbólica do dia 1º de janeiro de 1994 foi escolhida para o início do levante armado zapatista, tendo em vista que o governo mexicano havia estipulado esse dia para que o Tratado de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA) entrasse em vigor no México. O enfrentamento armado entre o EZLN e o exército mexicano duraria somente 12 dias. Com o cessar-fogo, estabeleceu-se uma conjuntura que permanece mais ou menos estável até a atualidade: resistência armado-defensiva zapatista apoiada por grandes mobilizações nacionais da sociedade civil nacional e internacional. A força e a constância dessa solidariedade civil por mais de uma década parece ser explicada pela grande capacidade de inserção dos zapatistas nas comunidades de Chiapas, base social do exército, e pelas novas formas de luta ideológica e comunicativa do EZLN.

Nos anos de 1980, quando ainda fazia proselitismo ideológico clandestino nas comunidades indígenas, o EZLN começou a ser afetado pela cultura local. Segundo Figueiredo (2003), muitos postos do EZLN passaram a ser preenchidos pelos índios camponeses. Desse modo, a inserção dos zapatistas nas comunidades locais acabou por desenvolver uma relação mais horizontalizada entre o exército e a sua base civil, diferentemente do que ocorre com as tradicionais guerrilhas latino-americanas. Ademais, depois do levante de 1994, essa tendência à heterodoxia se acentuou ainda mais com o crescente apoio civil internacional. É possível afirmar que o EZLN nunca teve reais condições bélicas de ameaçar o Estado mexicano e buscava, dentro da concepção foquista de guerrilha, incitar o povo a pegar em armas e seguir o exemplo da insurreição zapatista. No entanto, algo que escapou a esse plano estratégico ocorreu: grandes parcelas da população mexicana mobilizaram-se, mas para demandar a paz e reivindicar uma solução para o fim da exclusão socioeconômica dos camponeses chiapanecos, por intermédio da democracia participativa e do diálogo com as instâncias governamentais. Os zapatistas receberam apoio e ganharam simpatizantes não somente em território mexicano, mas em várias partes do mundo, transformando o pobre estado de Chiapas em centro para o encontro e o diálogo de inúmeros movimentos alterno-mundialistas.

Para Figueiredo (2003), com as mobilizações civis, a forma de luta hegemônica do EZLN passou do militarismo armado para a comunicação, à *guerra de papel* e ao embate discursivo no *espetáculo midiático*. Desse modo, várias articulações políticas surgiram, como os comunicados e os diálogos de negociação com o governo; a



autoorganização de um zapatismo civil, iniciado com a Frente Zapatista de Libertação Nacional (FZLN) e reestruturado posteriormente na mobilização em torno da *Otra Campaña*. Além disso, ocorreram os encontros internacionais chamados *Intergalácticos*, que elevaram o neozapatismo à condição de uma das grandes referências das esquerdas na atualidade, o que não deixa de ser uma referência paradoxal, uma vez que ele não se propõe como vanguarda, e não almeja tomar o poder, mas *pretende estabelecer uma articulação horizontal* por meio da *auto-organização dos de abaixo e à esquerda*; bem como uma articulação em redes por meio de *Juntas de Bom Governo* que, se por um lado valorizam a autonomia das comunidades, por outro buscam praticar o lema zapatista: *mandar obedecendo*.

Para se entender a heterodoxia do EZLN frente às teorias revolucionárias marxista-leninistas, ou a outras vertentes socialistas presentes nas guerrilhas latino-americanas, é preciso ter em conta a multiplicidade de saberes que se fazem atuantes no discurso e nas práticas zapatistas: desde o imaginário campesino revolucionário de Emiliano Zapata e Pancho Villa de *Terra e Liberdade*; o anarquismo de Flores Magón; a cultura e cosmovisão dos descendentes maias; e a abnegação e desprendimento da teologia índia (sincretismo entre teologias locais e cristã – sobretudo a do discurso da teologia da libertação). São saberes que se atualizam em outro conhecido lema zapatista: *Para todos todo, nada para nosotros*.

Após proceder a esse levantamento histórico, passaremos ao campo mais propriamente discursivo.

## O Discurso do EZLN e seus desdobramentos políticos

O enunciado com efeito de sentidos políticos: *El mundo que queremos es uno donde quepan muchos mundos*<sup>1</sup> (O mundo que queremos é um mundo onde caibam muitos mundos) parece índice de uma multiplicidade de utopias desejadas. Como uma das paráfrases ao enunciado-slogan do Fórum Social Mundial — *Outros Mundos São Possíveis* — essa multiplicidade de mundos alternativos almejados se contrapõe ao discurso da esquerda hegemônica durante a maior parte do século XX, tendo em vista que esta propunha uma única alternativa, conduzida por uma classe (mais) homogênea de sujeitos.

A valorização de sujeitos políticos heterogêneos implica também a valorização de utopias onde *caibam* muitos mundos. Ou seja, onde sujeitos, discursos e forças heterogêneas possam coexistir sem se submeter a um *télos* político homogeneizador. É preciso também fazer menção aqui à história dos povos índios do sudeste mexicano, pois o enunciado supracitado, antes de ser uma formulação zapatista, já circulava entre as várias etnias maias que haviam migrado para as montanhas da *Selva Lacandona*, na segunda metade do século XX. Desterrados e deslocados pelo governo mexicano, indígenas de diversos povos tiveram de se reterritorializar nas montanhas, constituindo um mosaico de línguas e culturas numa nova experiência coletiva. “*Querer um mundo onde caibam muchos mundos*” era um modo de estabelecer um novo laço social entre eles, ao mesmo tempo em que afirmava a irredutível riqueza de suas diferenças (BUENROSTRO Y ARELLANO, 2002).

Essa imbricação da memória indígena com a memória mexicana e o discurso rebelde ou revolucionário também aparece bem marcada em um comunicado zapatista,

---

1 Quarta Declaração da Selva Lacandona (1996). Disponível em [http://palabra.ezln.org.mx/comunicados/1996/1996\\_01\\_01\\_a.htm](http://palabra.ezln.org.mx/comunicados/1996/1996_01_01_a.htm). Acesso em: 12 jun. 2009.

que é objeto de análise de nossos estudos: Trata-se do comunicado de 10 de abril de 1995 (DI FELICE; MUÑOZ, 1998), data de aniversário do assassinato de Emiliano Zapata (ocorrido em 1919), no qual se articula uma nova designação ao herói da revolução, por meio da fusão dos nomes próprios *Votán* e *Zapata*, forjando o nome próprio *Votán-Zapata*. Dessa forma, produz-se um curioso sincretismo entre a história mexicana e a cosmogonia indígena, pois *Votán*, *o guardião e coração do povo*, na definição do citado comunicado, foi uma divindade. Outrossim remete a Pacal Votán, rei-profeta de Palenque, cidade maia pré-colombiana, cujas ruínas estão localizadas no interior das selvas de Chiapas, estado onde também se encontra o exército zapatista.

Deve-se ressaltar que a designação *Votán-Zapata* funciona pela aposição de dois sobrenomes próprios. Com efeito, a designação *Votán-Zapata* forja um nome composto por meio do emprego do hífen, sinal diacrítico, distintivo, que se interpõe entre os sobrenomes *Votán* e *Zapata*. Essa construção de sobrenomes compostos por meio de hífen é uma prática mais comum aos sujeitos falantes de língua espanhola (como no México) do que aos falantes de português, e que está, inclusive, em conformidade com a norma dos Estados das línguas pan-hispânicas (reguladas pela Academia Espanhola). Na perspectiva desta análise, é interessante notar o efeito de sentido de unidade semântica, o efeito de coesão (*em um só corpo*) e a aparência de estabilidade que o hífen produz.

A forja do nome próprio *Votán-Zapata*, por emprego de hífen, funciona, segundo interpretamos, como uma união imaginária de duas genealogias históricas, tendo como efeito a construção de uma só *família* da pátria mexicana. Se os nomes *Zapata* e *Votán* fazem referência a possíveis indivíduos históricos, a composição *Votán-Zapata* remete a uma “grande família mítica”, que funciona como uma identificação social *sem rosto* porque não se refere a eventuais indivíduos para distingui-los, mas para engajá-los anonimamente a um determinado *virtus*, a uma determinada genealogia.

Com efeito, os zapatistas se tornaram mundialmente conhecidos por se constituírem em um exército clandestino de índios e mestiços mexicanos. As imagens de mulheres e homens armados com *pasamontañas* (gorros negros que cobrem todo o rosto com exceção dos olhos) e *paliacates* vermelhos (lenços que cobrem a metade inferior do rosto) acabou por se configurar em um semblante célebre dos índios pobres e anônimos. Estranha condição: os ameríndios mascarados (sem rosto), veiculados nas mídias digitais, televisivas e impressas, são *celebridades anônimas* numa formação social onde as mídias hegemônicas se constituem em uma Sociedade do Espetáculo (DEBORD, 1997).

Os deslocamentos das fronteiras entre o visível e o invisível, “onde o real vem se afrontar com o imaginário” (PÊCHEUX, 1990, p. 8), torna visível algo outrora invisível, uma vez que o ritual zapatista de encobrimento do rosto parece sintoma de uma condição de não-lugar, na vida nua (AGAMBEN, 2002) e na invisibilidade socioeconômica dos ameríndios do México e da América Latina. Outrossim, o ritual da máscara diz da condição de marginalidade e penúria sociopolítica, visto que os ameríndios necessitam do apoio de forças armadas clandestinas, de um exército insurgente (EZLN), para poder ocupar um lugar e ganhar visibilidade social. Como vimos, esse tornar-se visível se dá de modo coletivo e anônimo, o que subverte a biopolítica da individuação dos sujeitos por parte do Estado. As imagens zapatistas são como que aparições espectrais a assombrar as mídias e a se furtar aos controles do Estado.

Algumas contradições da heterodoxia do EZLN são expressas e problematizadas por um de seus líderes em muitos de seus comunicados. A própria *personagem* do Subcomandante Marcos se vê atravessada por elas. Marcos que, como todos os zapatistas, esconde sua identidade civil por baixo de um *pasamontaña*, é líder do EZLN, e um dos porta-vozes dos zapatistas. Por ser intérprete e tradutor das línguas indígenas locais para o espanhol e vice-versa, sua função mediadora possibilita a interação e o diálogo entre índios, mestiços e brancos, camponeses e cidadãos. Entretanto, embora essa mediação dê visibilidade social à questão indígena, interfere na tomada de decisões e na participação direta dos índios, visto que ele ocupa também o posto de liderança militar do movimento. Contudo, vale ressaltar novamente a função que a máscara tem, de certo modo, de camuflar a identidade civil do indivíduo e de criar uma *personagem/alter-ego* e, assim, buscar construir uma identidade coletiva. Essa identidade coletiva talvez tenha se realizado momentaneamente na manifestação mascarada *¡Marcos Somos Todos!* que tomou as ruas de cidades do México, após a divulgação televisiva de um retrato da suposta identidade civil do Subcomandante Marcos pelo governo mexicano. Os manifestantes deixaram sua condição de espectadores e assumiram uma identidade coletiva pela manifestação política (FIGUEIREDO, 2003).

O ponto de partida de nossa investigação se deu, portanto, em torno das memórias ameríndias que os enunciados zapatistas atualizam e dos efeitos de sentido produzidos nas condições de produção ideológicas, em uma parte das Américas, no século XXI. A retomada de saberes da tradição e da cosmogonia da etnia indígena maia é recorrente no discurso do subcomandante Marcos. Desse modo, o zapatismo se constitui a partir de uma forte relação com a cultura de um grupo étnico específico, dentro do amplo universo de etnias dos chamados povos originários. Por outro lado, o EZLN forja um novo sincretismo entre as culturas nacionais e indígenas ao mobilizar e fundir, pela nomeação e designação, seus mitos. Esse é um efeito de sentido com efeitos políticos subsequentes.

A partir dessas considerações prévias, iremos nos debruçar mais detidamente sobre a questão que é o mote do presente trabalho. Nossa indagação é: o discurso zapatista, constituído de saberes tão imbricados com a memória e a história dos povos indígenas mexicanos, também dialoga com outros povos ameríndios de outras partes da América Latina e do mundo?

Essa questão se coloca, tendo em vista o protagonismo crescente dos chamados povos originários em toda a América Latina. Desde antes do aniversário de quinhentos anos da conquista da América pelos espanhóis e portugueses, os povos indígenas têm buscado se articular em nível intercontinental, devendo-se considerar também os movimentos de resistência empreendidos pelos povos nativos da Indonésia e os aborígenes da Austrália mais recentemente. O Encontro Mundial dos Povos Indígenas ocorrido na Bolívia, em outubro de 2008, talvez seja o maior exemplo concreto dessa articulação planetária, pois esse evento se realizou no intuito de celebrar a aprovação da Declaração Universal dos Direitos dos Povos Indígenas pela Organização das Nações Unidas (ONU) (OJEDA, 2007).

Pode-se citar, como exemplo, as mobilizações e as manifestações indígenas ocorridas na Bolívia na última década, e que têm crescido em torno da luta dos *cocaleros*. Com efeito, os camponeses *cocaleros* se opuseram à substituição, a ser imposta pelos Estados Unidos, do cultivo da coca pelo de bananas brasileiras, e sua oposição se sustentou em um discurso de defesa da tradição cultural milenar do uso da

coca pelos índios. As vitórias políticas e culturais da luta de resistência levaram à eleição, em 2005, do seu líder, Evo Morales, primeiro presidente indígena.

Na sequência desses acontecimentos políticos, um novo conceito de Estado Plurinacional foi engendrado pelas organizações intercontinentais dos chamados povos originários (MAGALHÃES, 2009). Conceito que visa a alterar a constituição de países latino americanos, como o Equador e a Bolívia, entre outros, enfatizando a multiplicidade étnica; reconhecendo a justiça tradicional indígena (em ordem de equivalência com a justiça ordinária); e descentralizando as normas eleitorais — dando autonomia aos departamentos, municípios e comunidades indígenas. Ademais, a democracia participativa ganha força dentro dessa proposta do Estado Plurinacional.

Segundo Magalhães (2009), o escopo dessa nova concepção de plurinacionalidade é o de questionar a uniformidade e a homogeneidade que o moderno estado nacional forjava: uniformização de formas de propriedade (direito propriedade individual), de relações socioeconômicas (capitalistas) e de estruturas de parentesco (família nuclear burguesa), com base em um imaginário “pacto social”, ou “contrato social” anistórico. Trata-se da soberania moderna que forja um povo (passível de ser governável), em oposição à multidão:

Por meio de operações da máquina política da soberania, a multidão se transforma, em todos os momentos, numa totalidade ordenada. Devemos prestar atenção a essa transição, pois aqui podemos ver com clareza como o esquema transcendental é uma ideologia que funciona concretamente e como a soberania moderna difere do *ancien regim*. Além de ser um poder político contra todos os poderes políticos externos, um Estado contra todos os demais Estados, a soberania é também um poder de polícia. Deve alcançar, continuamente e em grande escala, o milagre da subordinação de singularidades à totalidade, da vontade de todos à vontade geral. (HARDT; NEGRI, 2005)

Em nossa interpretação, tanto as mobilizações dos chamados povos originários e o projeto de Estado plurinacional por eles engendrados, quanto a luta zapatista, com suas *Juntas de Bom Governo* e o seu almejado projeto político de construir *um mundo onde caibam muitos mundos* parecem compartilhar uma crítica à soberania do Estado-Nação-policionado conceituada e criticada por Hardt e Negri (2005). De outro lado, esses movimentos auto-organizados parecem propor a formação e o reconhecimento de estruturas políticas participativas das multidões que não cabem no mundo uniformizado do capitalismo e do estado contemporâneo. Seria, portanto, de se esperar uma articulação política, um diálogo consolidado e uma convergência de forças entre o zapatismo e os movimentos ameríndios sul-americanos, indonésios, australianos, entre outros. Contudo, ao vasculharmos a vasta literatura de cartas, comunicados, entrevistas e discursos zapatistas, constatamos que um endereçamento direto aos povos indígenas para além das fronteiras mexicanas não é tão regular quanto faz supor tanto o caráter indígena dessa luta, quanto o grande número de discursos endereçados aos sujeitos internacionais que constituem seu apoio civil internacional. Somente irregularmente esse endereçamento acontece. Na maior parte das vezes o discurso do EZLN é endereçado aos povos e governos do mundo, à sociedade civil mexicana, aos movimentos alterno-mundialistas europeus e estadunidenses, entre outros, e aos indígenas do território mexicano.

Do mesmo modo que o EZLN se autoneia como um exército de libertação *Nacional*, seu discurso, embora traga demandas de reconhecimento dos povos indígenas, de valorização de sua cultura específica, de sua história e memória, é majoritariamente endereçado aos seus aliados e simpatizantes nacionais e internacionais. Outrossim, é necessário evitar os efeitos políticos de redução das suas demandas a problemas étnicos minoritários que evitariam pôr em questão as estruturas políticas e socioeconômicas contemporâneas.

Dessa forma, o diálogo com as outras lutas ameríndias e camponesas da atualidade é irregular. Encontramos, porém, nas palavras do comandante David, outro porta-voz do EZLN, em um evento organizado pela Via Campesina em 2003, o endereçamento do discurso zapatista aos povos ameríndios da Latino-América e de outras partes do mundo. Passaremos, portanto, à apresentação do *corpus* e à análise propriamente dita.

### **Análise de sequências discursivas endereçadas aos povos indígenas da América Latina**

Nossa análise se centrará em uma série de sequências discursivas recortadas do discurso do Comandante David, por ocasião do evento organizado pela Via Campesina em setembro de 2003. Como foi referido anteriormente, nosso dispositivo de análise tem como base a teoria da Análise de Discurso iniciada pelo coletivo de intelectuais em torno de Pêcheux, na França, a partir da década de 1960.

- (1) Hermanos y hermanas campesinos e indígenas de México, de América Latina y del mundo: (Irmãos e irmãs camponeses e indígenas do México, da América Latina e do mundo).<sup>2</sup>

Logo na abertura de sua fala, o Comandante David nomeia os sujeitos a quem seu discurso é endereçado. Trata-se de uma regularidade própria à abertura do discurso do EZLN em seus comunicados, cartas e proferimentos. Sobretudo, seu porta-voz mais conhecido, o Subcomandante Marcos, introduz-se no discurso pela nomeação dos sujeitos a quem se dirige seu dizer. Nesse caso, porém, os sujeitos não são os *povos e governos do mundo*, os *rebeldes de todo o mundo*, nem mesmo apenas os *povos indígenas do México*. Mas, sim, os *irmãos e irmãs camponeses e indígenas do México, da América e do Mundo*. Trata-se de um discurso endereçado direta e exclusivamente aos camponeses e indígenas. Note-se que, por meio da adição, produz-se um efeito de sentido de vínculo horizontalizado entre camponeses e índios, por um lado, e entre México, América e Mundo, por outro. Esse vínculo horizontal se associa ao sentido de laço fraternal próprio à presença de *irmãos e irmãs* no enunciado. Pode-se interpretar que, além de nomear os sujeitos a quem o discurso se endereça, temos aqui o efeito de sentido de vinculação, de uma irmandade que une todos em um mesmo laço simbólico.

- (2) Porque nosotros, los pueblos indígenas de cualquier parte de México, de América Latina y de cualquier continente, siempre hemos sufrido toda clase de injusticias. Sufrimos el despojo de nuestra riqueza natural, la tierra, el agua, los bosques, los ríos, los manantiales, las piedras, el aire, hasta las tumbas de nuestros muertos. En todas partes nos tratan con desprecio y humillación. Se burlan de nuestra lengua, de nuestra cultura, de nuestra vestimenta y de toda nuestra forma de ser. Se burlan de nuestro color porque somos del color de nuestra madre tierra.

---

2 Fonte: Exército Zapatista de Libertação Nacional. México. Palavras do Comandante David. México, setembro de 2003. Disponível em: [http://palabra.ezln.org.mx/comunicados/2003/2003\\_09\\_a.htm](http://palabra.ezln.org.mx/comunicados/2003/2003_09_a.htm). Acesso em: 10 jun. 2009. A tradução para o português é de Emílio Gennari. Disponível em: <http://www.ainfos.ca/03/sep/ainfos00425.html>. Acesso em: 14 jun. 2009.

(Porque nós, povos indígenas de qualquer parte do México, da América Latina e de qualquer continente, temos sofrido sempre todo tipo de injustiças. Sofremos pela expropriação de nossas riquezas naturais, da água, dos bosques, dos rios, dos mananciais, das pedras, do ar, até dos túmulos dos nossos mortos. Por toda parte nos tratam com desprezo e humilhação. Fazem gozações da nossa língua, da nossa cultura, da nossa roupa e de toda a nossa maneira de ser. Fazem gozações da nossa cor, porque somos da cor da nossa mãe terra).

Nessa sequência enunciativa, temos a inclusão do sujeito que enuncia no conjunto maior dos sujeitos a quem se dirige pelo uso do pronome *nós*. A designação *povos indígenas* ganha um caráter desterritorializado, pois pode ser de *qualquer parte do México, da América Latina e de qualquer continente*. Nessa sequência, o laço fraternal se constitui pela condição de oprimidos, expropriados e humilhados, inelutavelmente partilhada por todos os chamados povos originários, bem como a condição de ser objeto de gozação por parte de um outro. No caso, o *outro* em questão são os *conquistadores e expropriadores*, que historicamente se constituem como *os outros* para os povos indígenas originários. O laço que une os indígenas então se dá pela condição comum de povos originários que sofrem uma mesma opressão por parte de um outro, não-indígena.

- (3) Los pueblos indios de México y de toda América, con inteligencia y sabiduría han sabido organizarse, gobernarse y dirigir su propio destino y así han podido desarrollar su vida política, económica, social y cultural. (Os povos indígenas do México e de toda a América têm sabido se organizar com inteligência e sabedoria, se governar e dirigir o seu próprio destino e assim puderam desenvolver sua vida política, econômica, social e cultural).

Na terceira sequência, os povos indígenas não só do México, mas de toda a América, são caracterizados pela sua capacidade de auto-organização, de se autogovernar, por sua autodeterminação e pela sua inteligência e sabedoria. Além da convergência com o discurso da autodeterminação dos povos índios, o que a afirmação dessas características produz como efeito de sentido é a negação do discurso da colonização que inferioriza os ameríndios ao significá-los como povos atrasados e incapazes.

- (4) Por eso los zapatistas reclamamos, exigimos y ejercemos todo ese derecho a la autonomía y a la libre autodeterminación para todos los pueblos indios de México y del mundo. (Por isso, nós zapatistas reivindicamos, exigimos e exercemos todo este direito à autonomia e à livre determinação para todos os povos indígenas do México e do mundo).

Nessa sequência, o discurso do comandante David nomeia o sujeito coletivo do qual ele, como sujeito que fala, faz parte; e, por outro lado, define a posição de reivindicação, exigência e exercício auto-determinado desse sujeito. A autonomia e a livre determinação são, portanto, os objetivos da luta não somente dos zapatistas, mas (por efeito de inclusão) de todos os povos indígenas do México e do mundo. As reivindicações de que fala David não são apenas aquelas dos zapatistas, pois também podem remeter à luta dos *cocaleros* da Bolívia em sua defesa de livre determinação do cultivo milenar da coca. Além disso, a demanda pelo direito de autonomia converge para os projetos do Estado Plurinacional engendrados na América do Sul. Uma vez desterritorializado, o discurso zapatista pode reverberar em outros sentidos na história das lutas indígenas.

- (5) La tierra es de nosotros, los campesinos y los indígenas, y debemos tomarla en nuestras manos y hacerla producir para todos, no para un puñado de holgazanes que de la tierra no conocen ni el color.

(A terra é nossa, dos camponeses e dos indígenas, e devemos tomá-la em nossas mãos e fazê-la produzir para todos, não para um punhado de vagabundos que da terra não conhecem nem a cor.).

Nessa sequência discursiva, saberes da memória da luta dos zapatistas com seu lema *Terra e Liberdade* da Revolução Mexicana de 1910 são atualizados. A revolta em relação à propriedade privada de grandes extensões de terra, à posse da terra limitada a um pequeno número de latifundiários que não trabalham nela, no entanto, não é exclusivo da história mexicana. Essas condições de produção históricas são similares em toda a América Latina e em variadas partes do mundo. Desse modo, o vínculo fraternal dos camponeses e dos indígenas se ressignifica como um vínculo de classe: dos expropriados dos meios de sua produção (terra). A memória política de revolta dos oprimidos e os antagonismos de classes funcionam no discurso do Comandante David ligados à questão da terra e da relação milenar que os ameríndios têm com esta. Para além dos sujeitos ouvintes imediatos (integrantes da Via Campesina), estão os sujeitos das lutas de protagonismo indígena (aqueles da cor da terra), enquanto destinatários deste discurso

- (6) Por eso, desde este rincón digno de nuestra patria mexicana, hacemos un llamado a todo el pueblo de México, a todos los pueblos de América Latina, y a todos los pueblos del mundo, a unirse a la resistencia y a apoyar la resistencia de todos los pueblos pobres del mundo que están siendo golpeados y amenazados para ser destruidos por la globalización de la muerte. Hermanos y hermanas del mundo, los llamamos a unirse y organizarse en la resistencia mundial.

(Por isso, deste canto digno da nossa pátria mexicana, lançamos um apelo a todo o povo do México, a todos os povos da América Latina e a todos os povos do mundo a unir-se à resistência e a apoiar a resistência de todos os povos pobres do mundo que estão sendo golpeados e ameaçados para serem destruídos pela globalização da morte. Irmãos e irmãs do mundo, chamamos vocês a se unirem e a se organizarem na resistência mundial.)

O *canto digno* a que o comandante David faz menção tem como “referente” histórico os municípios autônomos zapatistas no estado de Chiapas, nas proximidades da Selva Lacandona do sudeste mexicano. Para além dessa localização geográfica, o caráter de dignidade da rebeldia zapatista mobiliza saberes do foquismo guevarista, pois o apelo por apoio aos povos zapatistas, ainda que seja um apoio não armado, funciona de modo a valorizar o exemplo concreto de resistência e rebeldia armada, que se faz digna justamente por não se deixar humilhar pelos seus antagonistas.

Os sujeitos a quem se endereça o discurso são os povos do mundo, são todos aqueles que resistem à globalização da morte. O zapatismo de David se aproxima do discurso dos movimentos antiglobalização, ampliando o leque de sujeitos a quem se dirige seu dizer. A retomada dos vocativos fraternais, por outro lado, parece invocar a memória socialista, uma vez que reverberam sentidos que remontam ao enunciado que encerra o Manifesto Comunista de Marx e Engels: *Trabajadores de todos os países, uni-vos!* O chamado à resistência mundial é, mais uma vez, aquele do discurso do projeto da esquerda: da resistência organizada ao capitalismo até que o espectro do irrealizado (PÉCHEUX, 1990) possa, novamente, colocar a transformação radical do mundo na ordem do dia.

## Considerações finais

Embora tenhamos constatado que o discurso zapatista regularmente não nomeava diretamente os indígenas da América Latina como os sujeitos a quem o seu dizer é endereçado, acreditamos que estes estão incluídos, pelas condições que partilham com os demais povos oprimidos, minorias e lutas de resistência e revolta. Ou seja, eles fazem parte do conjunto maior dos sujeitos destinatários regularmente nomeados no discurso dos zapatistas.

Talvez as condições de produção históricas expliquem a constatação a que chegamos. Entre essas condições estão: o maior conhecimento e contato específico com as lutas indígenas do México por parte do EZLN, por um lado, e a necessidade de evitar reduzir a insurgência zapatista a uma reivindicação étnica, por outro.

A luta dos zapatistas se iniciou na clandestinidade em condições bem específicas do sudeste mexicano e, quando o levante deu notoriedade mundial ao EZLN, este construiu suas alianças políticas com os movimentos e sujeitos cidadãos em primeiro lugar, porque estes, na esteira das manifestações antiglobalização, têm um caráter mais cosmopolita. São coletivos de sujeitos que se deslocam pelo mundo em redes de resistência contra as grandes corporações econômicas. Talvez por isso o apoio internacional aos zapatistas seja majoritariamente de caráter urbano mexicano, europeu ou mesmo estadunidense. Por outro lado, os povos originários, esses novos protagonistas políticos, ainda estão construindo sua solidariedade internacional.

As lutas ameríndias, essas novas(?) *toupeiras* da história, parecem seguir o mesmo modo de agir da antiga, na metáfora de Marx. Agem na maior parte do tempo subterraneamente, só vindo à superfície, fazendo-se visível em raros momentos de levante coletivo. Como no caso do EZLN, que, antes de seu levante, passou dez anos na clandestinidade, preparando-se para a luta. O endereçamento episódico aos povos originários das Américas que tratamos em nossa análise está diretamente relacionado à ainda recente constituição de fóruns indígenas de debate internacional. Talvez seja pertinente dizer que a aliança e a interlocução entre esses novos protagonistas das lutas sociais e políticas dos primórdios do século XXI ainda estão em aberto. Contudo, para além das convergências em torno da questão da defesa da multiplicidade, da valorização da memória e cultura dos povos originários, da luta contra a pobreza, marginalização e invisibilidade social, é, sobretudo, a retomada da terra (como demanda urgente) que se coloca para esses variados sujeitos ameríndios.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAMBEN, G. *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua*. Tradução de Henrique Burigo. Belo Horizonte: UFMG, 2002. 134 p.

BUENROSTRO Y ARELLANO, A. *As Raízes do Fenômeno Chiapas: O Já Basta da Resistência Zapatista*. Tradução de Maria Encarnación Moya. São Paulo: Alfarrábio, 2002. 118 p.

COURTINE, Jean-Jaques. *Análise do Discurso Político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. Prefácio de Michel Pêcheux. Tradução de Bacharéis em Letras da UFRGS. São Carlos: EdUFSCar, 2009. 250 p.

\_\_\_\_\_. *Metamorfoses do Discurso Político: Derivas da Fala Pública*. Tradução de Nilton Milanez e Carlos Piovezani Filho. São Carlos: Claraluz, 2006. 160 p.



DEBORD, G. *A Sociedade do espetáculo*. Comentários sobre a sociedade do espetáculo. Tradução de Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997. 237 p.

DI FELICE, M.; MUÑOZ, C. *A Revolução Invencível*. Subcomandante Marcos e Exército Zapatista de Libertação Nacional. Cartas e Comunicados. São Paulo: Boitempo Editorial, 1998. 255 p.

FIGUEIREDO, G. G. de. *A Guerra é o Espetáculo: origens e transformações da estratégia do EZLN*. 2003. 366 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) - UNICAMP, Campinas, 2003.

GUILHAUMOU, Jacques. Considerações sobre a Análise do Discurso: Um Trajeto Crítico em Torno de Michel Pêcheux ao final dos anos 1970. In: BARONAS, Roberto Leiser; KOMESU, Fabiana (Org.) *Homenagem a Michel Pêcheux: 25 Anos de Presença na Análise de Discurso*. Tradução de Roberto Leiser Baronas, Dilson Ferreira da Cruz e Fabiana Komesu. Campinas: Mercado de Letras, 2008.

HARDT, M.; NEGRI, A. *Império*. Tradução de Berilo Vargas. 4. ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 2002. 501 p.

MAGALHÃES, J. L. Q. de. O Estado plurinacional na América Latina. *Jus Vigilantibus*. 2009. Disponível em: <http://jusvi.com/artigos/38959/2>. Acesso em: 23 jun. 2009.

OJEDA, I. Povos originários se reúnem na Bolívia: Participantes de encontro convocado por Evo Morales comemoram declaração da ONU e exigem ações dos Estados. *Brasil de Fato*. 2007. Disponível em: <http://www.brasildefato.com.br/v01/agencia/internacional/povos-originarios-se-reunem-na-bolivia> Acesso em: 20 jun. 2009.

PÊCHEUX, M. Delimitações, inversões, deslocamentos. Tradução de José Horta Nunes. *Cadernos de estudos linguísticos*, Campinas, n. 19, p. 7-24, 1990.

\_\_\_\_\_. O Estranho Espelho da Análise do Discurso. In: COURTINE, Jean-Jaques. *Análise do Discurso Político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. Prefácio de Michel Pêcheux. Tradução de Bacharéis em Letras da UFRGS. São Carlos: EdUFSCar, 2009.

\_\_\_\_\_. *Semântica e Discurso: Uma Crítica à Afirmação do Óbvio*. 3. ed. Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi et al. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997. 317 p.

## ***Quem dá mais? & quem ganha mais? – a ambiguidade discursiva nas letras de Noel Rosa***

(*Quem dá mais?* [Who will give me more] & who will profit more? – the discursive ambiguity in Noel Rosa’s lyrics)

**Mayra Pinto<sup>1</sup>**

Faculdade de Educação – Universidade de São Paulo (USP)

mayrapinto@usp.br

**Abstract:** This paper presents a discursive analysis of the song lyrics *Quem dá mais? (Leilão do Brasil)* [Who will give me more/The Auction of Brazil] by Noel Rosa, which is the result of a Ph.D. research in progress. Based on an enunciative perspective, this work intends to discuss how certain dialogical relations are built in Rosa’s general work. It aims to focus especially on the categories of discursive humor and irony, which often constitute a statement of experience as a social failure in different spheres: economics, cultural and emotional. The concept of dialogism used is the one proposed by Mikhail Bakhtin. The analysis of the song works directly with one of humor categories: the study of irony, according to Beth Brait polyphonic concept and Alain Berrendonner definition of “De l’Ironie”, in *Éléments de pragmatique linguistique*.

**Keywords:** Noel Rosa; song; irony; humor; enunciation.

**Resumo:** Será apresentada a análise discursiva da letra da canção *Quem dá mais? (Leilão do Brasil)*, de Noel Rosa, que é parte do resultado de pesquisa de doutorado em andamento. Procura-se compreender, sob uma perspectiva enunciativa, como determinadas relações dialógicas se constituíram na obra em geral permeadas, sobretudo, pelas categorias discursivas do humor e da ironia, as quais, quase sempre, compõem uma enunciação da experiência como fracasso social em diferentes esferas: econômicas, culturais e afetivas. Especificamente, emprega-se o conceito de dialogismo, tal como definido por Mikhail Bakhtin. Na análise da canção, no que concerne ao humor, trabalha-se diretamente com uma de suas categorias, a ironia, a partir do estudo de Beth Brait “Ironia em perspectiva polifônica” e da definição de Alain Berrendonner “De l’ironie”, em *Éléments de pragmatique linguistique*.

**Palavras-chave:** Noel Rosa; canção; ironia; humor; enunciação.

### ***Quem dá mais? O samba ambíguo de Noel Rosa***

Noel Rosa é importante para a criação da canção popular urbana brasileira<sup>2</sup> não só por ter contribuído para estabelecer um formato que permanece até hoje, mas também por ter trazido para as letras uma sofisticação discursiva jamais esboçada na canção popular antes dele. A sofisticação é por conta da competência em criar uma dicção bastante coerente com um “tom da língua brasileira” procurado nessa época inclusive pela produção artística da elite literária nacional. “Nos sambas como o de Ismael Silva (‘O Antonico’), numa linguagem coloquial invejável, e nos de Noel Rosa, em geral, encontramos o tom da *língua brasileira* que os modernistas perseguiram” (SANT’ANNA, 2004, p. 25). E não é só a marca do discurso coloquial que aproxima Noel dos primeiros modernistas numa proposta estética, é também a eleição do humor e da

<sup>1</sup> Bolsista da Fapesp – processo nº 07/50760-0.

<sup>2</sup> A obra de Noel Rosa é reconhecida, em várias áreas de pesquisa, como um dos mais importantes paradigmas para a música popular urbana brasileira; em muitos trabalhos, esse reconhecimento está registrado, alguns, mais conhecidos talvez, são: Antonio Candido (1989, p. 198), José Ramos Tinhorão (2002, p. 44-47), Luiz Tatit (2002, p. 29-61) e Carlos Sandroni (2001).

ironia como categorias discursivas que evidenciam um distanciamento crítico dos valores sociais dominantes. Isto é, por caminhos paralelos, dado que não se sabe de nenhum tipo de interlocução entre os poetas modernistas e os sambistas da década de 30, a literatura e a canção popular urbana lançaram mão de alguns recursos idênticos na construção de sua produção discursiva, justamente num momento em que ambas criavam paradigmas bastante duradouros na arte brasileira.

Embora haja canções líricas de sua autoria, a absoluta maioria das composições está atravessada pelas categorias discursivas do humor e da ironia, as quais, quase sempre, compõem uma enunciação da experiência como fracasso social em diferentes esferas: econômicas, culturais, afetivas, etc. Essa experiência dramatiza-se sobretudo na voz do sambista-pobre, cuja condição é sempre precária seja financeiramente, seja socialmente. Em muitas canções das décadas de 20 e de 30 do século passado o sambista-pobre era sinônimo de “malandro”,<sup>3</sup> um estereótipo que caiu no gosto popular – talvez por sua leveza, sua graça, sua oposição intrínseca ao mundo do trabalho, sua *performance* carnalizada em tudo condizente com essa canção que nascia aí para ser sucesso principalmente durante o período do carnaval. Na obra noelina, o malandro-sambista será enunciado com diferentes estratégias; às vezes com humor – quando canta a malandragem como um valor, por exemplo, em oposição alegre e debochada ao desprazeroso mundo do trabalho – outras vezes com ironia – quando uma voz ambígua denuncia uma relação tensa, de conflito, em relação aos valores sociais dominantes.

Um exemplo dessa voz irônica está na canção, pouco conhecida,<sup>4</sup> *Quem dá mais? (Leilão do Brasil)*, de 1930, único samba de Noel que recebe o qualificativo de “humorístico”.<sup>5</sup> Um dos motivos para esse qualificativo talvez seja a origem da canção, feita de encomenda para a Revista *Café com música*, especificamente para o quadro “Leilão do Brasil”. De qualquer forma, é possível constatar na letra que o epíteto para o samba está bem adequado:

Quem dá mais...  
Por uma mulata que é diplomada  
Em matéria de samba e de batucada  
Com as qualidades de moça formosa  
Fiteira, vaidosa e muito mentirosa...?

Cinco mil réis, 200 mil réis, um conto de réis!  
Ninguém dá mais de um conto de réis?  
O Vasco paga o lote na batata  
E em vez de barata  
Oferece ao Russinho uma mulata.

Quem dá mais...  
Por um violão que toca em falsete,  
Que só não tem braço, fundo e cavalete,  
Pertenceu a dom Pedro, morou no palácio,  
Foi posto no prego por José Bonifácio?

<sup>3</sup> “Este se define em primeiro lugar por sua relação esquiva com o mundo do trabalho: trabalha o mínimo possível, vive do jogo, das mulheres que o sustentam e dos golpes que aplica nos otários, sua contrapartida bem comportada”. Essa é a imagem típica da personagem, cantada e cultuada em vários sambas. In: Carlos Sandroni, 2001, p. 156.

<sup>4</sup> Além da gravação feita por Noel Rosa em 1933, há mais três, pelo menos até 1990: Eliana Pittman (1974), Vanja Orico (1981) e MPB 4 (1987). (MÁXIMO; DIDIER, 1990, p. 511).

<sup>5</sup> De sua autoria há apenas três sambas adjetivados: *Cordiais Saudações* (samba epistolar), *Picilone* (samba fonético) e *Coração* (samba anatômico), todos de 1931. Ver encarte da caixa com 14 Cds, Omar Jubran (produtor) *Noel Pela Primeira Vez*. Caravelas, 2003.

Vinte mil réis, 21 e 500, 50 mil réis!  
Ninguém dá mais que 50 mil réis?  
Quem arremata o lote é um judeu,  
Quem garante sou eu,  
Pra vendê-lo pelo dobro no museu.

Quem dá mais...  
Por um samba feito nas regras da arte,  
Sem introdução e sem segunda parte,  
Só tem estribilho, nasceu no Salgueiro,  
E exprime dois terços do Rio de Janeiro.

Quem dá mais?  
Quem é que dá mais de um conto de réis?  
Quem dá mais?  
Quem dá mais?  
Dou-lhe uma, dou-lhe duas, dou-lhe três!  
Quanto é que vai ganhar o leiloeiro,  
Que é também brasileiro,  
Que em três lotes  
Vendeu o Brasil inteiro?  
Quem dá mais...?

A encomenda para o quadro cômico serve de mote para Noel tratar daquele que seria um de seus temas favoritos: o samba – ou, levando-se em conta todas as canções que se relacionam indiretamente ao seu universo, com seus tipos mais comuns, lugares de execução, etc., talvez seja mesmo seu tema favorito. Em *Quem dá mais?*, assim como em inúmeras outras canções, há uma voz que se apresenta em conjunção com os valores do universo do samba e, em contrapartida, em oposição aos valores dominantes sobretudo aqueles relacionados à esfera econômica. Em 1930, ano dessa composição, o samba ainda não havia chegado à condição de ser o gênero de canção popular mais genuinamente nacional; e tudo o que se relacionava a ele – seus produtores, seus lugares de produção, seus símbolos mais representativos, como os instrumentos, as “morenas”, etc. – era ainda considerado coisa de “gentinha” (MÁXIMO; DIDIER, 1990, p. 128; 132; 159). Isto é, o valor que será atribuído à produção da canção popular dali a alguns anos, e por consequência ao samba e a tudo que corresponde a seu universo, ainda não existe em 1930 como uma positividade, muito menos como um consenso na apreciação dessa música nova que começa a surgir aí. Nessa época, a produção do samba era essencialmente oriunda da população negra ou mestiça do Rio de Janeiro, de baixa renda, e entre seus criadores estavam os contumazes malandros; sujeitos excluídos do mundo do trabalho, e, portanto, sem valor social. É importante ter isso claro para compreender toda a extensão da ambiguidade enunciativa construída por Noel Rosa não só nesta canção, mas ao longo de sua obra.

Em *Quem dá mais?* encena-se um inusitado leilão do Brasil, metaforizado em três elementos ligados ao universo do samba. Nessa cena, o locutor descreve um objeto – mulata, violão, samba – e depois faz os lances, seguidos de um comentário sobre a figura que os arrematou – Vasco, judeu, nas duas primeiras estrofes, e, na última, o locutor assume uma outra voz – em terceira pessoa – que comenta o lucro do leiloeiro com a venda dos três objetos.

Num primeiro momento, o efeito cômico está bem delimitado com o absurdo da encenação toda, mas numa escuta/leitura mais atenta percebe-se que a ambiguidade discursiva é a tônica na valoração de cada um dos elementos leiloados. No caso, num

leilão “sério”, os objetos oferecidos têm sempre seus atributos positivos apresentados por motivos óbvios. Já na letra, um recurso, que amplifica o efeito cômico, é a sobreposição dos valores positivos e negativos atribuídos a cada elemento. Vai desde uma atribuição de predicados positivos e negativos, no caso da mulata, até a inversão total na última estrofe, em que o que é oferecido parece não ter sentido algum – um samba que “só tem estribilho” –, e, portanto, nenhum valor, mas, só parece, dado que a descrição feita do samba é a mais fiel à sua forma mais genuinamente popular: no samba de rua do Rio de Janeiro, cantavam-se estribilhos aos quais somavam-se outras partes ao sabor da improvisação de quem participava da cantoria.<sup>6</sup> Originalmente, não havia, portanto, um autor, ou mais de um, para um samba tal qual foi se conformando ao longo da década de 20 do século passado com o advento da indústria cultural (TINHORÃO, 2004).

A letra começa com a descrição da mulata em suas inequívocas atribuições positivas – “diplomada” em samba, “formosa”, “vaidosa” – somadas a uma atribuição ambígua – “fiteira”; que tanto pode ser entendida como qualificação indicativa de fingimento, como de namorador, que tem o hábito de namorar muito – e a uma atribuição negativa – “muito mentirosa”.

Na descrição do segundo objeto, o violão, a ambiguidade valorativa cresce de grau: primeiro é caracterizado por intermédio de um adínato,<sup>7</sup> cujo *non sense* enfatiza sua completa falta de valor, na sequência, a seu incontestável valor histórico porque “pertenceu a dom Pedro”, é sobreposto um comentário que indica justamente a pobreza de seu portador: “Foi posto no prego por José Bonifácio”.

Por último, a descrição do samba oferecido indica um objeto desprovido de qualquer valor “de mercado” – “feito nas regras da arte” não tem autoria - daí o jogo mais complexo aqui na arquitetura dos valores. Poderíamos chamá-lo de um “falso adínato” porque parece não ter sentido, mas é a mais fiel descrição do samba de rua carioca à época. Além disso, o verso “E exprime dois terços do Rio de Janeiro” indica uma projeção do samba como um valor cultural bastante amplo e significativo socialmente.

A descrição dos objetos, portanto, segue uma sequência que vai justapondo valores de modo a criar uma cena aparentemente absurda, num nível, daí o cômico, mas cujo sentido lógico estabelecido em outro nível revela sua ambiguidade discursiva. A mulata tem vários atributos positivos, um ambíguo e outro francamente negativo; o violão tem apenas um atributo positivo, sua origem histórica, de resto indica uma total penúria, sua como objeto e também de seu portador; e o samba que “só tem estribilho” é justamente o objeto que não tem valor algum porque “sem introdução e sem segunda parte” e sobretudo sem autoria. Mas sua descrição é completamente fiel à realidade histórica, o que lhe confere um valor outro, uma grandeza, bem diferente dos dois objetos anteriores, nos quais atributos positivos e negativos estão “misturados” justamente para criar o evidente efeito cômico – pelo seu exagero, pelo *non sense*, pela impossibilidade real de qualquer transação ser feita com objetos com esses atributos. Culmina no samba, portanto, todo o jogo de valoração feito com as duas outras figuras, que na verdade gravitam em torno desse universo – a mulata, estereótipo de beleza feminina brasileira e o violão, instrumento por excelência que acompanha sua execução:

---

<sup>6</sup> A forma da letra do samba à época de Noel é relativamente nova: um refrão, ou estribilho, seguido de uma segunda parte composta por uma ou mais estrofes.

<sup>7</sup> Segundo a definição de Péricles Eugênio da Silva Ramos, adínato é a “figura pela qual se afirmam coisas impossíveis”. Citado por Antonio Candido (2004, p. 195).

o objeto que não tem valor aparente é justamente o único descrito com rigorosa fidelidade lógica, o que sugere uma valoração totalmente positiva.

Atualmente é preciso que o ouvinte conheça um pouco a história do samba para compreender o significado de algumas referências na obra de Noel Rosa; um exemplo é sobre a forma como o samba de rua era cantado no Rio de Janeiro. Outro, refere-se a quando o locutor comenta um fato que realmente aconteceu: naquele ano, 1930, num concurso, promovido pela Companhia de Fumos Veado, o jogador do Vasco, Russinho, foi eleito o mais popular do Brasil, e recebeu como prêmio uma baratinha (carro esporte) Chrysler (MÁXIMO; DIDIER, 1990, p. 167). Aliás, outro epíteto de Noel, o de cronista, originou-se nessas referências frequentes a fatos e tipos ligados à vida cotidiana de sua época.

No entanto, para compreender uma canção de Noel Rosa, marcada pela ironia, não é necessário apenas que o público, em alguns casos, tenha conhecimento de seu contexto, dado que “colocar-se como receptor de um discurso irônico significa compartilhar com o enunciador a ambiguidade do enunciado, a dupla enunciação” (BRAIT, 1996, p. 81). Isto é, num texto marcado pela ironia, não é possível escolher entre o sentido literal e o figurado, o que a descaracterizaria inteiramente, ou marcaria a incompreensão de seu efeito de sentido. E esse é um dos aspectos mais interessantes dessa estratégia discursiva; há uma espécie de pacto entre enunciador e público:

o ironista (...) encontra formas de chamar a atenção do enunciatário para o discurso e, através desse procedimento, contar com sua adesão. (...) O conteúdo, portanto, estará subjetivamente assinalado por valores atribuídos pelo enunciador, mas apresentados de forma a exigir a participação do enunciatário, sua perspicácia para o enunciado e suas sinalizações, por vezes extremamente sutis. Essa participação é que instaura a intersubjetividade, pressupondo não apenas conhecimentos partilhados, mas também pontos de vista, valores pessoais ou cultural e socialmente comungados, ou ainda, constitutivos de um imaginário coletivo. (BRAIT, 1996, p. 105)

### **Quem ganha mais? O Brasil do samba e do lucro**

Se na descrição das figuras leiloadas, as “sinalizações sutis” do enunciador são a tônica, o mesmo não acontece com seus arrematadores e a figura do leiloeiro: aqui o que está em jogo claramente é a questão do lucro: pode-se justapor “quem dá mais?” a “quem ganha mais?”. O time de futebol que substitui o dispendioso carro esporte por uma simples mulata, o judeu que vai lucrar o dobro com a venda do objeto arrematado e, por fim, a figura do leiloeiro que lucra por intermediar um processo de compra e venda de objetos são figuras que marcam os interesses econômicos. Isto é, o universo do samba, com toda a sua precariedade e falta de valor de mercado, serve aqui para fazer o contraponto cômico, absurdo, ao mundo da implacável lógica capitalista que arrebatou o que quer que seja – até mesmo o que não tem valor econômico algum – para alimentar a ciranda do lucro. Mas se o universo do samba não tem valor de mercado, tem outro tipo de valor, o que fica claro quando o locutor diz que o samba de rua “Exprime dois terços do Rio de Janeiro”. O enunciador noelino projeta no samba um valor cultural e social amplo, que abarca a maior parte da população carioca. Uma população pobre, mestiça, habitante dos morros e do subúrbio, cuja voz não significa nada, ainda, no universo da produção da cultura dominante. E essa projeção, por fim, nos versos finais se expande para todo o Brasil que acaba metaforizado nas três figuras

oferecidas no leilão. Então, o universo do samba é enunciado como sinônimo de “Brasil inteiro”, isto é, a contraposição feita entre o samba, como mote de uma riqueza cultural, e o lucro, como mote de uma riqueza econômica, acaba por ilustrar uma dinâmica socioeconômica de todo o país.

Em praticamente toda a sua obra, Noel Rosa partilha com seu público valores ligados a um universo que à época, 1930, era visto, sob a perspectiva das classes dominantes, como um lugar social bastante negativo. Por isso, em suas canções, há uma voz que propõe uma relação dialógica inusitada, estabelecida via ironia, que instaura uma intersubjetividade em que os pontos de vista ou os valores podem não ser necessariamente partilhados. Ao “exigir a participação do enunciatário”, essa voz irônica o obriga, por assim dizer, a partilhar com ela, além da crítica aos valores dominantes, o enaltecimento de um universo altamente desvalorizado: o da produção artística, no âmbito da canção, das classes desfavorecidas cariocas.

Essa é talvez a maior singularidade de Noel em relação aos seus contemporâneos, tão ou mais importantes que ele para a canção que se formatava aí nos anos 30: nasce uma voz irônica, debochada, cínica muitas vezes, que fala de uma perspectiva não existente até então no que se refere às tensões sociais implícitas em seu universo. Mas essa voz não pode revelar abertamente essas tensões – nesse momento há um governo que acaba de se instalar no poder por intermédio de um golpe: “Críticas políticas, frontais, abertas, com todos os pingos nos *is*, Noel Rosa não é ousado o bastante para fazê-las. Nem ele, nem nenhum compositor destes tempos, a maioria por sinal interessada em render homenagens ao novo presidente” (MÁXIMO; DIDIER, 1990, p. 173). Isto é, qualquer discurso de confrontação com o discurso político oficial teria, necessariamente, de correr o risco de arcar com as consequências de uma possível repressão por parte do governo. Sobretudo, porque a divulgação da canção era feita em âmbito nacional por uma indústria do entretenimento que começava a se consolidar em 1930.<sup>8</sup>

Por essa indústria o samba foi divulgado como o ritmo mais representativo da “época de ouro” da canção brasileira. Não se pode deixar aqui de pensar a respeito do *ethos* do samba que se formava então a partir desse universo cultural. Não só nas letras, mas também no ritmo dos sambas encontra-se a possibilidade da carnavalização da experiência (BAKHTIN, 2002). É o corpo que se deixa levar pelo ritmo dançante, alegre por natureza, que convida a uma participação prazerosa na audição da canção. O ritmo do samba já traz em si algo próprio de uma espécie de riso carnavalesco, que sugere um compartilhamento físico da canção; não é só a audição que está na cena, mas o corpo todo que soma-se aos outros corpos, numa tomada única e festiva do espaço público. Não por acaso, o samba, juntamente com a marcha, será o ritmo por excelência do carnaval brasileiro. Esse ritmo, portanto, carrega uma corporalidade toda singular, que ajuda a compor o *ethos* do samba. Uma de suas características evidentemente é sua alegria, há uma espécie de sorriso como marca de uma voz sempre pronta a cantar o mundo com leveza e, em muitos casos, com um deboche descomprometido, que “canta com malícia e altivez a sua condição de cidadão precário, entre a ‘orgia’ e o trabalho, numa dialética da ordem e da desordem” (WISNIK, 1979, p. 177).

---

<sup>8</sup> O rádio chegou em 1922, o sistema eletromagnético de gravação em 1927, e o cinema falado em 1929. (SEVERIANO; MELLO, 2002, p. 50-51).

O universo desse “cidadão precário” será, no caso da obra de Noel, muito mais aquele do samba<sup>9</sup> – que enfatiza sua produção e seu meio de circulação – e da penúria financeira como condição social do sambista. O *ethos* do enunciador noelino está atravessado por uma ironia que será um contraponto ao ritmo alegre do samba; uma nota amarga a revelar as contradições sociais num tom, talvez, não tão alegre e leve. Desde seu primeiro grande sucesso em 1930 – *Com que roupa?* – tal contraponto está marcado: o tom alegre do ritmo soma-se à ironia do locutor que reclama:

Agora eu não ando mais fagueiro,  
Pois o dinheiro não é fácil de ganhar.  
Mesmo eu sendo um cabra trapaceiro  
Não consigo ter nem pra gastar,  
Eu já corri de vento em popa  
Mas agora com que roupa?

Com que roupa eu vou  
Pro samba que você me convidou?

Temos aí por um lado um estereótipo – o do malandro que canta suas vicissitudes com alegria – que está se formando no imaginário da canção, e por outro, uma voz irônica e, sobretudo, crítica, que não se restringe a cantar sua penúria com leveza, e aponta um contexto socioeconômico em que o pobre tem cada vez mais dificuldades para sobreviver. É interessante perceber aqui, como em inúmeras outras canções de Noel, como a crítica própria de toda ironia vai perder muito de sua “aspereza” para se diluir no ritmo prazeroso que convida à dança – o que não quer dizer que haja algum tipo de perda em termos de ambiguidade enunciativa. Mas, por mais que o traço amargo tenha se diluído no ritmo, as imagens poéticas precisas não deixam dúvida sobre a condição atual – marcada pelo advérbio “agora” – para lá de precária do locutor, que se opõe a um passado mais bem-sucedido em que vivia satisfeito, contente: *Agora eu não ando mais fagueiro/Pois o dinheiro não é fácil de ganhar*. Em seu contexto social a dificuldade financeira é tanta que sequer ele, um malandro, supostamente inteligente o suficiente para sobreviver bem e “espertamente” de seus golpes, e com pouco dinheiro diga-se, consegue o mínimo que seja para sua sobrevivência: *Mesmo eu sendo um cabra trapaceiro/Não consigo ter nem pra gastar*.

Na verdade, a crítica própria da ironia somada ao ritmo do samba acaba sendo amplificada pela ambiguidade enunciativa dessa canção: se na letra o locutor reclama de sua condição financeira tão precária que o impede até mesmo de ir a uma festa/samba por falta de uma roupa adequada, na melodia e no ritmo isso é narrado justamente por intermédio de um samba. Isto é, aqui já começa a se cristalizar a emblemática personagem noelina: por mais que o prazer da vida seja restrito por dificuldades financeiras e sociais, o malandro-sambista não deixa de fazer o que lhe dá mais prazer: samba. Assim, nesse samba inaugural da canção popular urbana, nasce uma voz que, ao falar de uma pobreza extrema como condição social característica de boa parte da população brasileira, fala também de uma parte da produção cultural dessa população como uma riqueza que se contrapõe à pobreza de sua condição social. Dialogicamente, portanto, na obra de Noel, desde o início, vemos a formação de um *ethos* do “cidadão

---

<sup>9</sup> Há apenas duas composições suas - dentre quase trezentas - em que o locutor é um “trabalhador”: *Vejo amanhecer* (1933) e *Fiquei rachando lenha* (1934).



precário”, e não só do samba, cuja característica mais marcante será a ambiguidade traçada por intermédio da ironia.

Na canção *Quem dá mais?* o Brasil está metaforizado em três figuras “precárias”, contraditórias, cujos valores ambíguos vão sendo sobrepostos por intermédio do humor – o exagero, o *non sense* – e pela ironia – o jogo dialógico entre os fatos, acontecimentos, figuras típicas do universo do samba e a voz do enunciador que aponta para a penúria das relações sociais submetidas inexoravelmente aos valores econômicos. Pode-se observar exatamente o mesmo jogo em várias outras canções de Noel. Em *Samba da boa vontade*, de 1931, por exemplo, há novamente uma imagem do Brasil associada à sua condição social e histórica:

Comparo o meu Brasil  
A uma criança perdulária  
Que anda sem vintém  
Mas tem a mãe que é milionária  
E que jurou, batendo o pé,  
Que iremos à Europa  
Num aterro de café  
(Nisto eu sempre tive fé).

Os dois penúltimos versos são uma referência direta à ordem de Getúlio Vargas, em 1931, para que 3 milhões de sacas de café fossem atiradas ao mar devido à crise do setor na época (MÁXIMO; DIDIER, 1990, p. 170). Nesses versos, novamente, o enunciador refere-se à precariedade do país, e estabelece um jogo discursivo em que as contradições sociais e econômicas são apontadas com rigorosa síntese poética: num país pobre, assiste-se a uma atitude “perdulária” do governo, claramente coerente com a lógica capitalista sem dúvida, mas distante, por uma lógica mais humanista, das necessidades de uma população pobre. Então, onde está o humor aí, o absurdo, se não na própria história?

Como já observado, na obra de Noel a figura do malandro-sambista-pobre é construída em oposição ao status social que determina o valor do indivíduo pela sua condição econômica. Na canção *Se a sorte me ajudar*, de 1934, essa oposição, rico X pobre, independente da função social – no caso a de sambista –, fica bem evidente:

Quem faz seus versos  
E no morro faz visagem  
Leva sempre desvantagem  
Dorme sempre no distrito  
Entretanto quem é rico  
E faz samba na Avenida  
Quando abusa da bebida  
Todo mundo acha bonito

Essa é uma questão central na obra de Noel Rosa, que marca constantemente, pelo viés do humor e da ironia, um tipo de tensão própria da sociedade moderna, não só brasileira, em que o status econômico é um valor pelo qual as relações sociais são atravessadas. Talvez resida aí uma pista para entender a inevitabilidade de sua ironia.

No universo da canção urbana brasileira, não havia até então um discurso atravessado por questões sociais, pelo menos não do modo singular como será construído na obra de Noel. Sua singularidade não está na temática, mas em seu tratamento discursivo que, ao estabelecer a ironia como uma estratégia discursiva predominante, aponta para uma possibilidade de tratar criticamente determinadas questões sociais dentro do universo da canção. Essa possibilidade, segundo Berrendonner, é característica da ironia porque:

Não é que a ironia serve fundamentalmente a dizer do mal, mas que ela tem por função frustrar uma norma que, de modo geral, interdita de dizer do mal (...) a ironia é defensiva *contra as normas* (...) como um estratagema que permite frustrar o assujeitamento dos enunciadores às regras da racionalidade e do bem-estar públicos. Ela representa então um meio – talvez o único – que tem o indivíduo falante de se libertar de uma coerção normativa, sem ter de suportar as sanções que trarão uma franca infração. Contra o “fascismo” que Barthes, por uma hipérbole ela mesma suspeita de ironia, reprovou recentemente às normas da linguagem, a ironia faz a figura da réplica “antifascista”. Porque ela pode aparecer, na ordem da palavra, como o último refúgio da liberdade individual. (1982, p. 239)

Noel, ao tratar essas tensões por um viés crítico, irônico – no sentido dos românticos alemães que propunham a ironia como uma desconstrução de uma verdade para a construção de outra – faz nascer no universo da canção popular urbana uma voz ambígua que exige de seu ouvinte uma participação perspicaz no sentido de compreender plenamente a dupla enunciação. Percebe-se, assim, como essa voz noelina, ao se dramatizar preferencialmente na personagem do malandro-sambista-pobre, acaba falando, no fim das contas, da própria condição do compositor popular que estava nascendo aí, ainda precariamente, no mundo da indústria cultural, que também nascia na mesma época, no Brasil. Para essa voz, a oposição aos valores dominantes era uma marca artística e sobretudo social, porque revelava sua condição no mundo, sua entrada – meio de viés porque entrava na indústria do entretenimento – no mundo do trabalho.

*Quem dá mais?* é uma canção em que a ambígua voz noelina propõe um pacto com o enunciatário que irá se perpetuar ao longo de toda sua curta (1929-1937) porém intensa produção artística: por intermédio da ironia, o universo do samba – o sambista – estará sempre em oposição ideológica em relação ao mundo dos valores dominantes; não só porque esse mundo o mantém excluído – o sambista-malandro –, mas porque no mundo do samba, em que a alegria é a prova dos nove, não cabe, pelo menos não na obra de Noel, a tristeza mesquinha da contabilidade capitalista.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAKHTIN, Mikhail. *A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento: o Contexto de François Rabelais*. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

BERRENDONNER, Alain. De l'ironie. In: \_\_\_\_\_. *Éléments de pragmatique linguistique*. Paris: Minuit, 1982.

BRAIT, Beth. *Ironia em perspectiva polifônica*. Campinas: Unicamp, 1996.

CANDIDO, Antonio. A Revolução de 1930 e a cultura. In: \_\_\_\_\_. *A educação pela noite e outros ensaios*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1989.

\_\_\_\_\_. *O discurso e a cidade*. 3. ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Duas Cidades/Ouro sobre Azul, 2004. p. 195-211.

MÁXIMO, João; DIDIER, Carlos. *Noel Rosa: uma biografia*. Brasília: UnB/Linha Gráfica Editora, 1990.

SANDRONI, Carlos. *Feitiço Decente*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar/UFRJ, 2001.

SANT'ANNA, Affonso Romano. *Música popular e Moderna Poesia Brasileira*. 4. ed. São Paulo: Landmark, 2004.

SEVERIANO, Jairo; MELLO, Zuza H. *A canção no tempo*. 5. ed. São Paulo: Editora 34, 2002.

TATIT, Luiz. *O Cancionista: Composição de Canções no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2002.

TINHORÃO, José Ramos. *Música popular – um tema em debate*. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2002.

\_\_\_\_\_. *História Social da Música Popular Brasileira*. São Paulo: Editora 34, 2004.

WISNIK, José Miguel, O minuto e o milênio. Ou, por favor, professor, uma década de cada vez. In: \_\_\_\_\_. *Sem Receita*. São Paulo: Publifolha, 2004. p. 167-189.

# As relações de poder na narrativa fantástica: conceitos e análises

(Power relations in fantastic narrative: concepts and analyses)

**Samuel Ponsoni**

PPGL – Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) / Bolsista Fapesp (processo 2009/04675-7)

plateminto39@hotmail.com

**Abstract:** From the route made by the characters in “O Homem do furo na mão”, by Ignácio de Loyola Brandão, this article investigates the possibilities of correspondences between the speech and the discursive practice within a sociohistorical context. In order to understand in which topics and how the related period registers itself in the literary discursivity of the short story, we’ll mobilize all the theoretical instruments of French Discursive Analysis, famous because of the contributions from Michel Foucault with his studies on power relations and/or micro-powers and subject constitution, which are linked to history, to enunciated files, to discursive formations, to the history of prisons, to medical practice and to the comprehension of knowledge. The hypotheses of this study evaluate “how” these micro-powers act and manifest themselves within the society represented in the narrative..

**Keywords:** literature; subject; power; speech

**Resumo:** Do trajeto exercido pelos sujeitos-personagens de o “Homem do furo na mão”, de Ignácio de Loyola Brandão, o presente artigo investiga as possibilidades de correspondência entre discursos e práticas discursivas presentes no contexto sociohistórico. Para compreender em quais pontos e como o período em questão marca-se na discursividade literária do conto, mobilizaremos o aparato teórico da Análise do Discurso de linha francesa (doravante AD), marcadamente com as contribuições de Michel Foucault, em seus estudos das relações de poder e/ou micropoder e da constituição dos sujeitos atrelados às malhas da espessura história, aos arquivos enunciativos, às formações discursivas, à história das prisões, às práticas médicas e à compreensão dos saberes. As hipóteses deste estudo avaliam o “como” se exerce e se manifesta esses poderes pulverizados – micropoderes – dentro da sociedade representada no fio da trama narrativa.

**Palavras-chave:** literatura; sujeito; poder; discurso

## Introdução

Existem diversas leituras analíticas sobre literatura, discurso e poder. A nossa, no entanto, visa a uma apreensão matizadamente discursiva do objeto literário, lançando, dessa forma, um olhar interpretativo, um gesto de compreensão, sem esgotar, contudo, outras e amplas possibilidades de sentido, que, por outros, (e melhores “leitores/interlocutores”) poderão ser feitas.

Na esteira dessa ressalva, o presente artigo traz como objetivos estruturar e analisar as estratégias, as relações e a resistência que estão relacionadas à condução do poder recriado na trama do conto “O homem do furo na mão”, contido no livro *Cadeiras proibidas*, de Ignácio de Loyola Brandão.

Entretanto, represar as diversas possibilidades de interpretação e de estudo do texto literário não é uma tarefa em nada fácil, pois, desde os tempos antigos, o homem interessa-se pela expressão artística. Recriar suas identidades, construir representações simbólicas e manifestar interpretações com base no estético há tempos está no cerne dos apontamentos dos vários grupos sociais, aos quais nos opomos ou reivindicamos por meio de filiação histórica. Em meio a tais processos criativos, o discurso da literatura

ocupa lugar de destaque em relação a essas preocupações, bem como em outras preocupações, seja de recepção, seja de interação autor/obra/leitor ou de situação de circulação. Falar de literatura desse mirante é quase como falar de toda história humana.

Sem essa pretensão, lançamos a toda sorte nossa análise interpretativa.

## 1. Breves notas teóricas

Segundo Orlandi (2000), desde os anos 1960, o espaço de constituição teórica da AD filia-se a três domínios teóricos e metodológicos: a Linguística, o Marxismo e a Psicanálise. Na Linguística, a AD busca a confirmação pela linguagem da não transparência nas relações dos sujeitos com o mundo. Pelo Marxismo, a AD baseia-se no materialismo histórico. O homem pertence a uma história real que não lhe é posta em transparência nem ele a domina. Assim, conjugam-se história e língua, mas de maneira prática, ou de forma material, tendo como ponto de apoio a produção de sentido dentro dessa visada teórica linguístico-histórica. Por outro lado, a Psicanálise aparece para a AD em relação à percepção teórica do acontecimento do significante (língua) e de um sujeito histórico movido pelo inconsciente. Há, portanto, um deslocamento de homem para sujeito, constituído no relacionamento entre o histórico e o simbólico.

No entanto, para delimitar os conceitos dos objetivos específicos deste artigo, elucidaremos, a seguir, de maneira sucinta, pressupostos teóricos mais específicos, relacionados aos fins da análise.

Refletir como e de quais maneiras as diversas formas de relações de poder são estabelecidas entre língua e história é questão recorrente dentro do escopo de estudo das ciências da linguagem e do discurso. Para resumir, mas não sem perdas, diríamos que essa questão reflete-se, dentro da AD francesa, primeiramente com Michel Pêcheux (ORLANDI, 2000, p. 19-22), a partir de estudos e releituras sobre a teoria dos Aparelhos Ideológicos do Estado (doravante AIE), desenvolvida até então por Louis Althusser. Pela visada teórica de Althusser, o Estado dominante do poder se utiliza de diversos aparatos para atingir seus objetivos almejados. Entre outras coisas, os poderes que esse Estado impõe e exerce sobre as sociedades se perpetuam por meio de algo denominado Aparelhos Ideológicos, em que algumas instituições sociais os representam – seja como manifestações repreensivas, tais como: tribunais, exército, polícia, a própria administração pública etc.; seja, em outros casos, com instituições específicas, como, por exemplo: escolas, religiões, família, partidos políticos. Essas manifestações do poder ajudam a manter a ordem social desejada.

Embora exista certa distinção entre as maneiras como são conduzidos e propagados esses controles, os AIEs acabam sempre por convergir para um interesse dominante. Esse pluralismo de AIEs não impede a ideologia dominante; pelo contrário, isso a ratifica e acaba por legitimá-la mais e mais. Ela vai se inscrever num dos paradigmas sociais, qual seja, de dominação e exploração. Com o próprio Althusser: “Nenhuma classe pode duravelmente deter o poder de Estado sem exercer simultaneamente a sua hegemonia sobre e nos Aparelhos Ideológicos do Estado” (1998, p. 49).

Ao se inserir em uma das frentes do projeto de transformação althusseriano, Pêcheux considerou as formações discursivas, ideológicas e históricas dos sujeitos e, principalmente, como a língua, em seus diversos tipos de enunciados, os interpela e os transforma em sujeitos históricos por meio de ideologias ditas ou não ditas, mas

presentes nos interdiscursos (recuperados na memória histórica) que formam o paradigma de discursos vigentes.<sup>1</sup> Além disso, Pêcheux investigou a noção de poder nas relações sociais, explicada pela luta de classes. Com isso, em suas análises, foram formuladas teorias sob como e de quais maneiras o poder ideologicamente dominante é exercido ou já se exerceu nos indivíduos de uma sociedade. Um poder quase que imanente e explicado em toda a amplitude dessa palavra.

Entretanto, conforme exposto anteriormente, o objetivo deste artigo é esboçar uma análise sobre a questão do poder recriado num suporte semiótico literário, a partir das concepções de relação e estratégia de poder vistos na teoria foucaultiana sobre sujeitos e poder. Para Foucault (1995), o “como” das relações não se faz apenas no “quê” ou no “porquê”; o importante é visar, quando usamos esse tema abrangente de poder, a uma indagação de como essas relações acontecem. Quais são os fatos e acontecimentos que culminam na existência de uma ou de outra manifestação de poder dominante? Como a espessura histórica determina quando, como e o que pode e deve ser dito, isto é, o que constitui uma ordem dos discursos, o verdadeiro de uma época, digno de se legitimar nas práticas sociais? Esse teórico nos mostra que o poder e as suas relações se dão de forma fragmentada e esparsa no cotidiano; ele pode ser visto e sentido em todos os lugares, algo transversal. Para Foucault, a temática do poder e as suas relações apenas são passíveis de reflexão quando submetidas a essas perspectivas elencadas por essas formas de estudo.

Além disso, em suas pesquisas Foucault foi além, pois, ao observar tais estratégias e relações de poder, ele identificou também como, a partir dessas prerrogativas, os sujeitos tornam-se sujeitos. Pelo estudo do poder, Foucault formulou um dos temas centrais de suas teorias: o sujeito.

## **2. Um pouco do histórico-político ocorrido no Brasil**

No Brasil, o ano de 1964 marcou o início da ascensão militar ao poder governamental. Após um conturbado momento de transição, houve a chamada Revolução ou Golpe de 64, iniciada, primeiramente, com a deposição do até então presidente João Goulart e, posteriormente, com exílios, assassinatos e tortura dos dissidentes do regime golpista. Esses acontecimentos trouxeram diversas dissoluções de dispositivos legais e de direitos constitucionais por meio de atos institucionais, que, no decorrer dos anos, consolidar-se-iam como dispositivos de manutenção da ordem vigente.

A partir disso, os grupos sociais ou os indivíduos que não comungavam com os ideais pertinentes ao senso crítico comum e que se distanciavam do pensamento ideológico dominante tiveram silenciadas suas formas tradicionais de expressão e também quaisquer outras manifestações socioculturais destoantes da chamada conduta correta. Não era mais possível expressar-se abertamente nem da maneira com a qual se quisesse ou habitualmente se constituísse na prática dos debates políticos e sociais.

Embora esse não tenha sido o primeiro nem o único período da história brasileira em que houve repressão aos discursos que questionavam as práticas

---

<sup>1</sup> Tão enxuta quanto essa nota de rodapé é a lembrança de o que é interdiscurso para os estudos discursivos, sobretudo da escola francesa. Uma das principais formulações vem de Michel Pêcheux: as formações discursivas atuam visando à sujeição ideológica dos sujeitos, tomando o que foi dito antes, em outro lugar para interpelá-los. Dizendo de outra forma, cada formação discursiva constrói seus objetos e sua relação na medida em que está ligada ao interdiscurso que lhe autoriza.

ditatoriais, o contexto específico que queremos retratar foi mais repressivo (mais prisões, mais assassinatos, mais exílios etc.). As vertentes sociais de cunho ideológico comunista, ou próximo disso, ou quaisquer outros posicionamentos entendidos como subversivos ao regime autoritário, foram alvo dos ataques repressivos e também severamente reprimidas, culminando, na maioria das vezes, em assassinatos dos dissidentes.<sup>2</sup> Esse comportamento dos militares – caça aos subversivos – também serviu de alibi para a manutenção dos discursos utilizados como prerrogativa e como *slogan* doutrinário na realização, na manutenção e na execução do golpe. Dizia-se: “combatentes dos subversivos e que iriam conter o avanço comunista”. Com isso, a necessidade de se encontrar outras formas de expressão e de não sofrer censuras prévias ou mesmo as censuras de interdição (confiscos, prisões etc.) aumentou, principalmente, a partir de dezembro de 1968, com o decreto do ato institucional número 5 (AI-5).<sup>3</sup> Depois deste ato, o congresso foi ditatorialmente colocado em recesso e houve a consolidação da chamada “linha dura” militar no poder, que marcaria, por sua vez, os 1970 ou “Anos de Chumbo”. Dessa maneira os militares apertaram ainda mais o cerco aos chamados subversivos da ordem.

Muito em razão desses eventos, foram comuns no período manifestações artísticas construídas sob humor mais refinado, irônico, bastante contextual. Com exemplos musicais, temos as canções interpretadas e desenvolvidas pelo cantor e compositor Chico Buarque de Hollanda e seu famoso samba-duplex. Sobre isso, Eni Orlandi nos traz uma ideia melhor: “O samba-duplex toma a cargo os desdobramentos e as bifurcações de sentidos (...) Simulando, pois, o senso comum, o consenso, o estereótipo, ele se instala para dizer, no entanto, o que é proibido. Nem mais, nem menos” (ORLANDI, 2007, p. 100).

### 3. A abordagem literária

Quanto aos aspectos teóricos e literários, não é intuito do artigo fazer uma discussão prolongada, profunda, profícua sobre esse conteúdo. Para isso, haveria necessidade de investir em elementos que discutissem, pormenorizadamente, gêneros e história literários, bem como trazer mais textos, num caráter comparativo de obras, para compreender a discursividade literária (MAINGUENEAU, 2006, p. 9). Algo para um próximo estudo, talvez. No entanto, não poderíamos passar sem mencionar, pelo menos, algumas notas acerca da questão do gênero em que se apoia o conto em análise.

Há algumas teorias que fundamentam os gêneros literários, como as teorias literárias baseadas na retórica, na filologia, no estruturalismo etc.; entretanto, visando a uma interpretação discursiva, ressaltaríamos os pressupostos bakhtinianos. Esse teórico debruçou-se em longos estudos para a problemática dos gêneros discursivos.

Porém, antes de falarmos alguns aspectos da teoria de Bakhtin, apresentaremos um pressuposto teórico que, dentro de um quadro interpretativo das teorias literárias, abordaria, em alguma medida, explicações para o gênero em que se ancora *Cadeiras proibidas* como um todo.

---

<sup>2</sup> Essa referência a um outro período repressivo pauta-se no Estado Novo (1937-1945), acontecimento que se deu durante o governo do Presidente Getúlio Vargas.

<sup>3</sup> O ano de 1968 foi um marco nas reivindicações políticas. Simultaneamente, houve vários protestos em todo o mundo. Essas manifestações foram lideradas, principalmente, pela classe estudantil organizada, não sendo também diferente a tônica desses movimentos durante os anos de 1970. (cf. *1968 – o ano que não terminou*. São Paulo: Planeta Brasil, 1988.)

Inserido no contexto político mencionado, irrompe o livro de contos *Cadeiras proibidas*, publicado pela primeira vez em 1976, cuja autoria é de Ignácio de Loyola Brandão.

Esse livro se constitui, na verdade, de um compêndio de 24 contos (na primeira edição) escritos entre os anos de 1970 e 1976 em jornais e em periódicos, como, por exemplo, *Última Hora* e *Pasquim*. Uma possível abordagem literária inseriria o livro no gênero literário chamado de realismo mágico ou maravilhoso, o qual seria uma tipologia de narrativas derivadas do realismo fantástico moderno. Para isso, utilizaremos um pouco de Tzvetan Todorov em seu livro *Introdução à literatura fantástica*.

Alguns escritores – para citar brevemente Victor Giudice, J.Veiga e o próprio Ignácio Brandão –, nos anos 1960 e 1970, revitalizaram esse tipo de estrutura literária. Aparentemente, em razão de esse tipo de narrativa encontrar certa facilidade na distorção de fatos cotidianos por meio do fantástico, do surreal. Escritos de maneira bem elaborada, apareceram obras principalmente de narrativas curtas, como, por exemplo, contos e crônicas, embora presentes também em romances mais longos e densos. Segundo Silva (1989), essas narrativas condensavam fatos cotidianos aparentemente sem muita importância, mas que traziam consigo grande carga crítica e ideológica, sobretudo do comportamento social da época.

Assim, pessoas comuns ganhavam em seus comportamentos psicológicos e sociais distorções de certa maneira impressionistas e surrealistas ou insólitas, no dizer de Todorov (2007), autor que estruturou sua abordagem por meio da teoria literária. Ainda sobre o gênero e com base no próprio Todorov, temos que essa expressão literária é “a hesitação experimentada por um ser que só conhece as leis naturais, em face de um acontecimento aparentemente sobrenatural” (TODOROV, 2007, p. 31). Contudo, essas hesitações se desenvolveriam na trama narrativa sendo expressas pelas vozes das personagens – sobretudo por meio da voz do protagonista ou do personagem-narrador – que acabariam por contagiar e inserir o leitor nesse invólucro. O leitor, por meio dessas hesitações, constitui a marca principal das narrativas fantásticas. Além disso, esse teórico ainda aponta para três condições essenciais na composição da narrativa fantástica, sendo elas:

Primeiro, é preciso que o texto obrigue o leitor a considerar o mundo das personagens como um mundo de criaturas vivas e hesitar entre uma explicação natural e uma explicação sobrenatural dos acontecimentos evocados. A seguir, esta hesitação pode ser igualmente experimentada por uma personagem; desta forma o papel do leitor é, por assim dizer, confiado a uma personagem e ao mesmo tempo a hesitação encontra-se representada, torna-se um dos temas da obra; no caso de uma leitura ingênua, o leitor real se identifica com a personagem. Enfim, é importante que o leitor adote certa atitude para com o texto: ele recusará tanto a interpretação alegórica quanto a interpretação “poética”. Essas três condições não têm valor igual. A primeira e a terceira constituem verdadeiramente o gênero; a segunda pode não ser satisfeita. (TODOROV, 2007, p. 38-39)

Todos os contos do livro *Cadeiras proibidas* estão estruturados em narrativas de situações cotidianas de pessoas no ambiente urbano não especificado, no que tange a descrições geográficas, mas que refletem a vida comum, complexa em sentimentos e pensamentos, de pessoas vivendo em todos os grandes centros do Brasil da época. Esse



livro poderia se enquadrar dentro do contexto de vertentes derivadas das narrativas fantásticas, porém, pesquisando mais especificamente a obra, à luz da teoria literária de Todorov, percebemos que suas figuras e seus temas não estão inscritos no gênero fantástico em si, mas em gêneros próximos e relacionados ao fantástico, como, por exemplo, o maravilhoso e o estranho.

Para que sejam delimitadas mais precisamente as características desses citados subgêneros, Todorov (2007) explica que a caracterização do maravilhoso, por exemplo, acontece quando existe a naturalização dos fatos insólitos das narrativas. Dito de outra forma, os fatos sobrenaturais que ocorrem nas instâncias narrativas, com as situações ou com os seres, não incitam a nenhuma reação nas personagens tampouco no narrador e, por conseguinte, nos leitores, pois todos os elementos insólitos estariam inseridos num universo de significações em que tudo é possível. Todavia, em outra visada teórica, esse mesmo teórico explica a existência do estranho, o qual se caracteriza pelo uso da razão para a explicação dos fatos insólitos. No subgênero estranho, as situações narrativas, depois de causarem certo desequilíbrio entre a realidade e o sobrenatural, acabam equacionadas pelas leis e conceitos da realidade.

No entanto, consagrar o estudo do gênero fantástico a esse mirante teórico seria subentendê-lo num aspecto deveras estabilizado, tratando seus sentidos numa ressignificação dada através dos tempos sem pensar em suas condições de produção, à vontade de um grupo de autores. De outra forma, para entender a reaparição desse gênero no contexto que estamos analisando, poderíamos pensar no conjunto de possibilidades que propiciara tal acontecimento, e não simplesmente como a vontade criadora de um sujeito-autor. É preciso analisar dialogicamente os intertextos que compõem a dada cena literária. O que possibilita a irrupção de certos textos em momentos distintos, quais são suas condições de produção específicas e que discursos, gêneros, sujeitos e práticas discursivas são fiadores de sua existência. Sem pensarmos nessas condições de acontecimento da literatura (e os gêneros específicos de sua cena enunciativa), apreenderíamos os sentidos dos textos e seus gêneros com o que Eni Orlandi chama de conteudismo:

O conteudismo tal como o venho definindo [...] resulta do fato de que há uma injunção à interpretação e de que exercemos essa injunção (tudo tem de receber um sentido) pelo hábito de definir os sentidos pelos seus conteúdos (como evidências): o que “x” quer dizer? Esse hábito, no entanto, é o resultado de uma construção, historicamente determinada, da nossa relação com a linguagem em que estão em causa o sujeito como intérprete (na sua relação com o “saber”) e o sentido (em relação com as coisas). Daí resulta o que chamamos de “perfidia da interpretação”: [...] o fato que consiste em considerar o conteúdo (suposto) das palavras e não – como deveria ser – o funcionamento do discurso na produção de sentidos. Levando em conta esse funcionamento é que podemos perceber que o sujeito que produz linguagem e a exterioridade que o determina marcam (isto é estão presentes em) toda a produção de sentidos. (2007, p. 95)

Pela abordagem calcada na retórica literária, os sujeitos, as relações sociais que eles mantêm entre si e com o mundo onde vivem e as ideologias que os interpelam não são relacionados às condições de produção como realização ou motivação material e histórica, ou, ainda, como efeito de sentido que se queira materializar diante dos vários

discursos que circulam num dado contexto, nos quais aqueles sujeitos são chamados a se inscrever e, com isso, historicizar-se pelas práticas discursivas.

Há, portanto, uma relação de correspondência do textual em si e por si com o contexto em que a obra se encontra, servindo o social apenas de pretexto para criação literária, tal como explicavam os formalistas, ou fragmentada nesse ou naquele aspecto estrutural, como diziam os estruturalistas.

Um estudo ancorado pela linguagem e pelo discurso ofereceria dispositivos de ruptura a esse quadro interpretativo ligado a uma hermenêutica fechada, que busca um sentido oculto e que seja “o sentido”, temático e único, anulando, por esse gesto, outras possíveis interpretações e excluindo a materialidade histórica que atravessa as criações feitas pelos seres humanos, pautadas na ampla e dialógica relação homem e mundo. Assim:

Para a análise de discurso, não há discurso sem sujeito nem sujeito sem ideologia. No entanto, o modo como as ciências sociais e humanas concebem a ideologia é ancilar à perfídia interpretativa. Ou seja: [...] visam aos conteúdos ideológicos, concebendo a ideologia como “ocultação”. [...] Ora, se não nos prendemos aos conteúdos, podemos procurar entender o modo como os textos produzem sentidos e a ideologia será então percebida como o processo de produção de um imaginário, isto é, produção de uma interpretação particular que apareceria, no entanto, como a interpretação necessária, e que atribui sentidos fixos às palavras em um contexto histórico dado. (ORLANDI, 2007, p. 96)

Ademais, um estudo discursivo amparado nos pressupostos bakhtinianos poderia ser feito e estaria também bastante próximo à literatura em razão até mesmo do objeto de estudo ao qual esse teórico se dedicou. Assim, sem esgotarmos a vasta teoria desse filósofo russo e correndo riscos de deixá-la “manca” em razão disso, retomaremos brevemente o conceito de gêneros discursivos, para explicar alguns aspectos do conto em questão. Como nos diz o próprio Bakhtin:

Todas as esferas da atividade humana, por mais variadas que sejam, estão sempre relacionadas com a utilização da língua. Não é de surpreender que o caráter e os modos dessa utilização sejam tão variados como as próprias esferas da atividade humana, o que não contradiz a unidade nacional de uma língua. A utilização da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos), concretos e únicos, que emanam dos integrantes duma ou doutra esfera da atividade humana. O enunciado reflete as condições específicas e as finalidades de cada uma dessas esferas, não só por seu conteúdo (temático) e por seu estilo verbal, ou seja, pela seleção operada nos recursos da língua — recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais —, mas também, e, sobretudo por sua construção composicional. Estes três elementos (conteúdo temático, estilo e construção composicional) fundem-se indissoluvelmente no todo do enunciado, e todos eles são marcados pela especificidade de uma esfera de comunicação. Qualquer enunciado considerado isoladamente é, claro, individual, mas cada esfera de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, sendo isso que denominamos *gêneros do discurso*. (2006, p. 280)

Diante da perspectiva dialógica, derivada da arena cotidiana, em que as produções textuais acontecem numa aproximação com outros textos tecidos em outros momentos históricos dos usos da linguagem em suas distintas esferas, Bakhtin alinha duas classificações de gênero: primários aos menos elaborados – uma comunicação cotidiana, mais instantânea, prosaica, não tão consolidada na ideologia oficial, ainda na infraestrutura – e secundários aos de formulação mais complexa – tais como textos literários, textos jornalísticos ou, dizendo distintamente isso, aos que já ocupam instância da superestrutura dominante, da ideologia oficializada etc. Sendo a teoria de Bakhtin fortemente centrada na mediação interacionista da linguagem, também não escapariam a isso os gêneros discursivos elegidos em uma determinada época, mas sempre em diálogo entre eles.

Pensando no objeto deste estudo, uma tão ilustrada imagem de Brasil, pretendida pelo autor e da qual se exigiria um trato, um revestimento complexo em torno das palavras, ações, atitudes, discursos, nada melhor que uma estética bastante rebuscada e experimental. Criar distorções de comportamento, imaginação fluida, trabalhar o imagético, sem fronteiras; transgredir o dizível proibido e escapar da censura. Os suportes desse não dizível traziam consigo todo um trabalho de jogar com as palavras, associá-las aos fatos sem ser explícito demais nem lacônico de menos etc. O fazer do autor, portanto, vinha de uma necessidade pontual, viva nas enunciações, nas artes. O Brasil vivia sob ditadura e cerceamento de liberdades. Porém, a situação também era histórica. Possivelmente, os absurdos encenados pelos personagens da narrativa aconteceriam também hoje. Vale o questionamento: não estamos todos presos ao cotidiano insólito?

Nessa perspectiva de pensamento, o conto “O homem do furo na mão” é uma manifestação contemporânea da escrita contista, que atendeu, naquele momento, à demanda de reconsiderar as maneiras possíveis de escrita vigentes em seu tempo, para discursivizar o que era proibido; mais ainda, utilizar tais maneiras como porta-vozes dos muitos discursos renitentemente contra o golpe ditatorial.

Portanto, é possível pensar em gêneros mágico-fantásticos ligados às suas instâncias de uso, cotidianas, prosaicas, antes de passarem a um gênero predileto de um período ou de autores. Em cada época, as ideologias, as maneiras de se enunciar valem de alguma forma, predominante de tempos em tempos, sem necessariamente existir o apagamento de alguns gêneros em detrimento de outros. O que há é que as esferas de uso da linguagem irão eleger este ou aquele gênero discursivo, ou muitos, num dialogismo constituinte, para ancorarem os vários embates sociais aos quais vivenciamos diariamente no cotidiano de nossas vidas.

#### **4. O conto**

Como não se faz possível a inserção do conto na íntegra, optamos por elaborar uma resenha, embora conscientes da perda que isso acarretará, principalmente, na questão estética e nos conteúdos, bem como noutros aspectos literários da narrativa. Além disso, decidimos dividir a narrativa de “O homem do furo na mão” no esquema canônico destinado às narrativas literárias, ou seja, a classificação que normalmente aparece nas seções didáticas: apresentação, complicação, clímax e desfecho ou desenlace.

O conto inicia-se expondo o ambiente corriqueiro de um homem comum que, ao sair para mais um dia monótono e alienante de trabalho, percebe uma marca em sua

mão. Aparentemente, apenas uma coceira, indolor e levemente avermelhada. Contudo, após algum tempo, essa marca transforma-se em um orifício, ou um sinal, ou uma chaga. A partir deste ponto, a compilação narrativa dessa trama se encaminha para seus principais entornos de sentido. A personagem “homem” deseja ter esse saber (conhecer o gosto de ser diferente, de quebrar certa monotonia repressiva que havia no ar, deseja ser diferente, deseja permanecer com esse furo na mão e ter um motivo pelo qual se diferencie dos demais homens). Ele não quer se livrar da marca. Talvez a memória de um discurso fora do comum para época. Rejeita que cuidem, medicamentosamente, do “ferimento”. Isso, com o passar da narrativa, afasta as pessoas de seu convívio, como, por exemplo, sua esposa. Assim como ela, toda a cidade o quer longe. Há então um cerceamento de suas liberdades, bem como a interdição de seus discursos (supostamente subversivos para o momento histórico) realizada por pessoas e instituições. Em outras palavras, não é possível ser diferente, não se pode ser diferente. É necessário inserir-se ao todo, mesmo que teoricamente exista uma individualidade.<sup>4</sup> Desde que ele assume ser diferente e se individualizar – metaforizado na narrativa pela aceitação da chaga ou marca que ele carrega – todas as instituições, das quais ele era uma parte constitutiva, o rejeitam e o agridem. Assim, no ônibus que ele toma todos os dias para ir ao trabalho, já o acham inconveniente. No emprego, o patrão o despede. Perdido e perambulando pela cidade, bem como sofrendo diversas retaliações do poder vigente, acaba debaixo de uma ponte, tendo como companhia diversos sujeitos com a mesma marca que ele carrega, formando, assim, um sistema dentro do sistema, um espaço onde o poder os torna reclusos e excluídos, um *locus*. Tudo isso narrado numa prosa cortante e insólita, porém muito lúcida e centrada em seus conteúdos.

## 5. Perspectivas analíticas

Constituído na materialidade linguístico-discursiva, com espaço e tempo próprios no ambiente ficcional do conto, o discurso literário da narrativa reconstrói a situação do país cerceado de individualidades e oprimido pelo poder ditatorial, que, nos anos 1970, estava fortemente consolidado. De um lado, existiam os que lutavam e resistiam à dominação político-ideológica e, de outro lado, os que, detendo os meios institucionais de coerção – propagandas, comunicações, exército, polícia etc., tratavam de coibir essas resistências, sobretudo ao dissimular um falso governo democrático, o qual criava a sensação de bem-estar social e de lutar contra um discurso de fora insistente a entrar em nosso país. No entanto, a tal guerra era no quintal, era civil e com os filhos da pátria.

Em meio a essa guerra física e ideológica, grande parte da população vivia a letargia desse período confuso. Surpreendida muitas vezes por um filho ou parente próximo que tinha o nome veiculado como procurado pela polícia ou como terrorista perigoso; outras vezes feliz, já que vivíamos o chamado “milagre” econômico. Nunca havia sido tão fácil comprar carros, casa, móveis, eletrodomésticos etc. A dita classe média da época vislumbrava-se com poderio financeiro proporcionado pelo planejamento militar de então. Até os dias atuais, passados quase 40 anos desde esse momento, há discursos saudosistas da época em questão.

Retomando o texto, a trama passa-se na centralidade descritiva acerca do sujeito-personagem-protagonista chamado singularmente “homem”. Pela descrição

---

<sup>4</sup> Uma das características do Estado moderno é, ao mesmo tempo, ser individualizante e totalizante dos sujeitos. Tal configuração de Estado advém do Estado pastoril, instituído, pela primeira vez, com a organização do cristianismo. (cf. FOUCAULT, 1995.)

introdutória, à nossa memória vem parte da realidade sufocante vivida pelos indivíduos que, como descrito no parágrafo anterior, estavam no meio-fio entre a luta e a repressão durante a ditadura militar. Na deriva dos discursos.

Na apresentação do enredo, há a descrição do ambiente em que se passa a história, o sujeito-autor delega à personagem chamada “homem”, simplesmente, posto dessa forma, sem uma efetiva nomeação, sem uma caracterização semântica mais específica. Para possibilitar um efeito de sentido de generalização ou totalização das práticas sociais a todos os cidadãos daquela sociedade, durante boa parte da narrativa o nome “homem” é dado apenas no título. Por quase todo o texto, o sujeito-personagem-protagonista é referido por pronomes de tratamento, como, por exemplo, *senhor*. Pronomes pessoais do caso reto: *Ele*. Ou, ainda, suas ações aparecem elípticas nas orações que dão corpo à narrativa. Essas ações elípticas estão na base de um processo estilístico. Há, dessa maneira, a omissão de um termo, um fragmento, um gesto ou um movimento que podem ser recuperados no contexto ou na situação comunicativa. É bastante característico em enunciados marcados por concisão e rapidez. Conforme vemos em: “Quando entrou no escritório, passou rápido pelo chefe” (BRANDÃO, 2003, p. 23); “Chegou atrasado ao ponto. Quando subiu no ônibus, não conhecia ninguém. O cobrador se levantou” (BRANDÃO, 2003, p. 22). Silenciamentos e apagamentos dos sujeitos que de fato eram constantes, vistos pela perspectiva da situação vivida por qualquer indivíduo da sociedade militar que o Brasil viveu.

Tal como está descrita, a organização espacial do conto também nos faz atentar para a questão que Foucault (1995) menciona sobre o fato que, sob certo aspecto, as práticas de relação de poder, a relação de comunicação e as capacidades objetivas estabelecem uma consonância e formam a noção do conceito de “bloco” de estratégias do poder. Os discursos dispersados pelos sujeitos se alinham. Isso vem a ser que, por exemplo, numa dada instituição existe um sistema de comunicação para divulgar seus discursos, para manter vários níveis de conhecimento e saberes, hierarquias daquilo que pode ser dito e quem pode dizê-lo, mantendo um sistema de vigilância, punições e recompensas e uma hierarquia piramidal. Pelas palavras de Foucault:

Porém, há também “blocos” nos quais o ajuste das capacidades, os feixes de comunicação e as relações de poder constituem sistemas regulares e concordes. Seja, por exemplo, uma instituição escolar: sua organização espacial, o regulamento meticuloso que rege sua vida interior, as diferentes atividades aí organizadas, os diversos personagens que aí vivem e se encontram, cada um com uma função, um lugar, um rosto bem definido – tudo isto constitui um “bloco” de capacidade-comunicação-poder. A atividade que assegura o aprendizado e a aquisição de aptidões ou de tipos de comportamento aí se desenvolve através de todo um conjunto comunicações reguladas (lições, questões e respostas, ordens, exortações, signos codificados de obediência, marcas diferenciais do “valor” de cada um dos níveis do saber) e através de toda uma série de procedimentos de poder (enclausuramento, vigilância, recompensa e punição, hierarquia piramidal). (1995, p. 241-242)

Dessa forma, em princípio a personagem-protagonista continuamente observa, entediada, o mundo à sua volta, mas não rompe com ele. Essa personagem mostra-se cindida entre um mundo de que supõe fazer parte e ser singular e outro em que ela é parte, mas parte totalizada. Marchando no “bloco” de ações permitidas. Pelas práticas discursivas autorizadas numa dada comunidade social. Com efeito, percebemos nisso um fator de grande força na constituição do Estado moderno. Fazer dos sujeitos seres

individualizados e totalizados ao mesmo tempo. O “homem” com o furo na mão entra no ônibus todos os dias, cumprimenta todas as pessoas, mas não é reconhecido: “Não tinha lugar sentado, cruzou a borboleta, foi até a frente, cumprimentando as pessoas que não sabia o nome, mas que tomavam o elétrico na mesma hora que ele” (BRANDÃO, 2003, p. 19). Ninguém se importa, todos estão assujeitados pelos discursos opressores em vigência, embora em alguns exista vontade (consciência?) de refletir sobre as atrocidades do regime tirano. Esses são exceções, que devem – como foram na narrativa e durante muito tempo no Brasil – ser reclusos e excluídos.

No decorrer da trama, um discurso irrompe nesse sujeito, de maneira espontânea, atravessando-o e que fará, no decorrer da narrativa, parte de suas práticas discursivas. Ele deslocará sua posição enunciativa para esse novo discurso metaforizado na marca/furo da mão. Possivelmente, pensaríamos em algum discurso silenciado e esquecido na verticalidade interdiscursiva, que, no caso do contexto histórico, seria, por exemplo, reivindicar alguma “subversão”, ser dissidente da homogeneidade discursiva. A aparição do furo se dá:

Três pontos antes do final, o ônibus superlotado, ele sentiu uma comichão violenta na mão. Não podia olhar, nem levantar a mão. Estava chegando, dava para chegar. Foi empurrado para a saída, despediu-se das pessoas, olhou a mão. No lugar da mancha, tinha um buraco. Um orifício perfeito. Como se estivesse estado sempre ali. Nascido. (BRANDÃO, 2003, p. 20)

O narrador descreve a perfeição e a inerência do furo (discurso?) no sujeito. Ele estava dentro desse sujeito, em sua memória. Quando a ideologia desse discurso, que agora faz parte de seu pensamento, o interpela, passa também a fazer parte de suas práticas. Ao longo da narrativa ele brigará para manter esse furo. Visto de outra forma, luta para manter o lugar diferente, o lugar da singularidade.

Pode-se pensar como a incorporação de um saber – na época, bem como em outros momentos da história de construção do conhecimento das sociedades, saber pode também significar rompimento, não concordância; a insurreição contra o poder, trazendo obviamente consequências físico-psíquicas para os sujeitos – uma chaga messiânica, algo que o torne diferente e que o faça se inscrever em um discurso dissonante do discurso dominante. Após os primeiros estranhamentos, ele passa a querer ser diferente, ou seja, há a ruptura com o discurso opressor, que equipara os indivíduos, tornando a sociedade homogeneizada. Dessa forma, começa também sua saga de resistência e insubmissão ao poder.

A partir desse momento, na narrativa, é que se dão as principais relações de poder, em que os sujeitos exercem uns sobre os outros as ações de domínio, isto é, os modos pelos quais uns oprimem os outros. Logo as coerções são apresentadas ao protagonista. O poder pulverizado e deslizando acompanha o “homem” do furo na mão, já bastante clivado diante da situação, pois havia durante anos absorvido, subjetivamente, os controles sociais inseridos pelas regras do poder. Essas rotinas ficam enfatizadas em: “[...] Pela segunda vez em doze anos saía sozinho sem ninguém para acompanhá-lo até a porta, *sem a sensação de estar vigiado, de ter de ir e voltar ao mesmo lugar, ter de justificar as coisas, o dia, os movimentos [...]*”. (BRANDÃO, 2003, p. 22, grifos nossos)

Tudo é delimitado na sociedade recriada pela memória discursiva do contexto sociohistórico dentro da narrativa. Os gestos, o corpo, a mente. Há sempre um tempo, um decreto, uma interdição aos sujeitos-personagens, sobretudo ao “homem”. Por exemplo: “[...] Faltavam *doze para as oito, em três minutos* estaria no ponto [...]”; “[...] Coçou a mão, descobriu uma leve mancha avermelhada de *dois centímetros de diâmetro* [...]”. (BRANDÃO, 2003, p. 19, grifo nosso). “[...] Então, ele mostrou a mão e a mulher começou a chorar. Chorou e soluçou por *dez minutos* [...]”. (BRANDÃO, 2003, p. 21, grifos nossos). “Havia *vinte e dois anos* não ia ao cinema num dia de semana, à tarde” (BRANDÃO, 2003, p. 24, grifos nosso). Mais ainda, os decretos, inexistentes, interditavam os sujeitos-personagens ali recriados. Como em:

**Chefe** — É proibido ter buraco na mão. Não sabia?.

**“o homem”**— Nunca existiu isso nos regulamentos.

**Chefe** — Existe. Está no Decreto Inexistente.

**“o homem”**— Quero ver.

**Chefe** — É inexistente. O senhor não pode ver.”

(BRANDÃO, 2003, p. 21)<sup>5</sup>

O aparecimento desses decretos, dissimulados sob a prerrogativa de legalidade, estava de acordo com a maneira como o Brasil ditatorial, principalmente após 1968 com o AI-5, tratava os cidadãos que questionavam o funcionamento social e político.

Vemos ainda as instituições absorverem esse poder ou micropoder e exercerem a vigilância contínua, tal como numa prisão, a exemplo do que explica Foucault (2008a com o conceito de *panopticon*.<sup>6</sup> Do texto: “Todos olhavam para ele. Sentou-se, segurando firme a maleta. Os outros passageiros começaram a descer. O cobrador foi buscar um policial [...]” (BRANDÃO, 2003, p.23). Ou em:

— O senhor tem certeza de que é este o filme que quer ver? Como ele não tinha, ficou indeciso. O porteiro aproveitou.

— O está vendo? O senhor se enganou. Se quiser, a bilheteira devolve o dinheiro.

Ele se recuperou, protestou. Era esse filme mesmo, que negócio é esse, também aqui essa brincadeira?

— Por favor, meu senhor! Vá a outro cinema

— E se quero ir neste?

— Melhor não entrar. Ou sou obrigado a chamar o gerente.

— Pode chamar. (BRANDÃO, 2003, p.25)

---

<sup>5</sup> Nesta citação, a fim de obter maior clareza, foram acrescentados em negrito os nomes das personagens que tomavam os turnos das falas durante o diálogo transcrito.

<sup>6</sup> *O panopticon* é o livro de Jeremy Bentham que trata de um tipo de controle prisional em que todos os indivíduos são responsáveis pela vigilância. Tudo está às claras, relatando a manifestação do próprio conceito de controle subjetivo. Foucault aborda, em *Vigiar e punir* (2008b), *A ordem do discurso* (1999) e *A microfísica do poder* (2008a), como a partir deste modelo de sistema prisional o Estado incorpora e utiliza tais dispositivos de vigilância na sociedade.

O clímax do conto apresenta o poder mostrando-se sem máscara. Ao dizer de Foucault:

Será que isto quer dizer que é necessário buscar o caráter próprio às relações de poder do lado de uma violência que seria sua forma primitiva, o segredo permanente e o último recurso – aquilo que aparece em última instância como sua verdade, quando coagido a tirar a máscara e a se mostrar tal como é? (1995, p. 243).

Nesse ponto da narrativa, as instituições já não pedem, mas exercem o poder tal como ele é em sua forma mais primitiva, sendo assim um controle físico dos corpos e não só das mentes mais:

— O senhor quer sair desse banco?

Era um homem de farda abóbora, distintivo no peito: Fiscalização de Parques e Jardins.

— O que tem esse banco?

— Não pode sentar nele.

Ele mudou para o banco ao lado, o homem seguiu atrás.

— Nem esse.

— Em qual então?

— Em nenhum.

— Olhe quanta gente sentada.

— Eles não têm buraco na mão.

O homem enfiou a mão embaixo da túnica, tirou cacete, deu uma pancada na cabeça dele. As pessoas se aproximaram, enquanto ele cambaleava. (BRANDÃO, 2003, p.26--27)

Diante desses fatos e com o fim de seu espaço físico e psicológico, a personagem (supostamente já um subversivo, pois carregava a marca) se agrupa juntamente com outros indivíduos que também carregam essa marca, o furo na mão. “Quando olhou a mão do homem, viu nela um orifício de uns dois centímetros de diâmetro que atravessava da palma da mão às costas” (BRANDÃO, 2003, p. 27). Observamos, assim, o fechamento do ciclo referente à estratégia do poder: deixar os diferentes reclusos e excluídos, pois, quanto mais o poder exclui aqueles que não comungam com suas práticas, mais esse poder se consolida e também ratifica os valores sociais aos quais detém algum interesse.

### **Considerações finais**

Podemos observar por meio deste breve estudo analítico do conto “O homem do furo na mão”, de Ignácio de Loyola Brandão, publicado no auge da truculência militarista, certas correspondências permeando o simulacro literário. Há uma série de atualizações das relações de controle vividas durante aquele período, no ambiente real. Sendo isso protagonizado por ações de sujeitos de papel na instância narrativa, mas



ações verossímeis, devido à natureza literária. Mais ainda, ações nitidamente reais quanto à opressão exercida pelo governo dos militares.

Há nessa narrativa as formas de poder presentes na chamada sociedade de controle. Uma manifestação moderna do Estado diante dos sujeitos que dele fazem parte. Pelo controle interior e exterior dos indivíduos, do poder invisível e flexível, isto é, pulverizado em diversas instituições (dispersão dos micropoderes), os homens são mantidos num processo de subjetivação, de adestramento, que lhes dá a impressão de liberdade, necessária ao Estado para manter esses sujeitos em constantes vigilância e punição, sob seu projeto de atuação. Assim, Estado e poder formam suas malhas. Correspondidas de sujeito para sujeito. Exercendo controle inerente ao corpo e à mente dos indivíduos pertencentes a um determinado corpo social.

Os indícios desse conto evidenciam alguns discursos que estavam calados, pertenciam ao não dizível e, naquele período, assumir-se subversivo a essa ordem, diferente e brigar por isso era ser um louco (entendido aqui como aquele que não comunga com os pensamentos vigentes). Portanto, aos sujeitos inscritos nesse discurso de loucura restaria a interdição, exclusão e a permanente reclusão em um outro espaço; fora da sociedade com seus discursos ideológicos dominantes, homogêneos, normais. A diferença era o furo. Para subverter em alguma medida o poder, havia a necessidade de ter um furo no sujeito.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALTHUSSER, L. P. *Aparelhos ideológicos de Estado*. 7. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998.
- BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- BRANDÃO, I. L. de. *Cadeiras proibidas*. 10. ed. São Paulo: Global, 2003.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2008a.
- \_\_\_\_\_. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis/RJ: Vozes, 2008b.
- \_\_\_\_\_. *A ordem do discurso*. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1999.
- \_\_\_\_\_. O sujeito e o poder. In: RABINOW, P; DREYFUS, H. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-249.
- MAINGUENEAU, D. *Discurso literário*. Tradução de Adail Sobral. São Paulo: Editora Contexto, 2006.
- ORLANDI, E. P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 2000.
- \_\_\_\_\_. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.
- SILVA, D. da. *Nos bastidores da censura: sexualidade, literatura e repressão pós-64*. São Paulo: Estação Liberdade, 1989.
- TODOROV, T. *Introdução à literatura fantástica*. São Paulo: Perspectiva, 2007.

## **BIBLIOGRAFIA NÃO CITADA**

BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1997.

GASPARI, E. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GUIMARÃES, E. *Os limites do sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem*. 3. ed. Campinas/SP: Pontes, 2005.

MUSSALIN, F.; BENTES, A. (Orgs.). *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*, v.2. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1988.

# Discurso sobre corrupção no escândalo dos cartões corporativos: dizer ou não dizer “CPI da Tapioca”

(Discours sur la corruption dans le scandale des cartes de crédit d'entreprise: dire ou ne dire pas “CPI de la Tapioca”)

**Sidnay Fernandes dos Santos**

Programa de Pós-Graduação em Linguística – Universidade Federal de São Carlos (UFSCar),  
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

sidnayfernandes@hotmail.com

**Resumé:** Cet article présente une partie de la recherche en cours dans le cadre du programme de master en linguistique de l'Université de São Carlos. Le but de ce travail est analyser le discours sur la corruption dans les médias imprimés. Pour discuter comment le sens explicités dans l'épisode de la “tapioca” est ont été matérialisés dans les médias, nous avons choisi des textes publiés dans les magazines *Veja* et *CartaCapital* face à la “CPI” intentée pour faire des investigations sur les irrégularités dans l'utilisation des cartes de crédit d'entreprise du gouvernement federal. Basés sur l'analyse du discours de tradition française, nous discutons la relation entre le discours et l'histoire, à partir des concepts intrinsèques à la notion d'événement discursif postulés, notamment par Foucault et Pêcheux.

**Mots-clés:** événement; cartes de crédit d'entreprise; corruption; discours; histoire.

**Resumo:** Este artigo apresenta um recorte da pesquisa em andamento no Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de São Carlos acerca do discurso sobre corrupção na mídia impressa. Com o objetivo de discutir como os sentidos sobre o episódio da “tapioca” são materializados na mídia, elegemos textos publicados nas revistas *Veja* e *CartaCapital* que versam sobre a CPI instalada para investigar denúncias de irregularidades no uso dos cartões corporativos do Governo Federal. Nessa perspectiva, pautados na Análise de Discurso de tradição francesa, discutimos a articulação entre discurso e história, a partir de conceitos intrínsecos à noção de acontecimento discursivo postulados, principalmente, por Foucault e Pêcheux.

**Palavras-chave:** acontecimento; cartões corporativos; corrupção; discurso; história.

## Considerações iniciais

Os acontecimentos em torno do uso inadequado dos cartões corporativos por funcionários do Governo Federal e da Presidência da República circularam intensamente na mídia brasileira desde final de janeiro de 2008 até início de junho do mesmo ano, quando os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito — CPI dos Cartões — foram encerrados. O caso veio à tona quando se descobriu que alguns ministros usaram os cartões de crédito do governo para custear despesas pessoais.

Durante o mês de fevereiro de 2008, a discussão pautou-se sobremaneira em torno da criação ou não de uma CPI para investigar as denúncias que envolviam não apenas ministros, mas funcionários dos mais diversos escalões do Governo Federal Brasileiro. Como esse assunto ocupou as principais manchetes dos noticiários brasileiros durante esse período, trazendo à baila discursos heterogêneos recheados de já-ditos em torno da temática corrupção, decidimos focalizá-lo neste artigo.

Na abrangência de uma série de acontecimentos discursivos sobre a instalação de tal CPI, recortamos, nesta análise, um acontecimento circulado no início do escândalo que volta a circular neste momento: o fato de Orlando Silva, Ministro dos

Esportes, ter usado o cartão corporativo para pagar tapioca no valor de R\$ 8,30. Para nortear nossa reflexão, selecionamos o texto de capa da revista *CartaCapital* e a respectiva reportagem “O enredo da tapioca”, veiculados em 20 de fevereiro de 2008, a reportagem “A fábula da CPI dos Cartões”, publicada em *Veja* na mesma data e, ainda para fomentar esse diálogo, um texto veiculado na revista *Veja* — de 02 de abril de 2008 — sobre o episódio do sorvete de tapioca que a presidência da CPI tomou durante a sessão.

Focalizamos algumas imagens que integram estes textos – apresentadas com proeminente destaque – com a finalidade de interpretar os sentidos produzidos por estas instituições midiáticas. A escolha de tais imagens justifica-se não somente pela veemente referência e caracterização, conforme a ótica discursiva de cada instituição, da CPI, mas também porque retomam, de certa forma, o acontecimento que envolve o pagamento de tapioca com cartão corporativo do Governo Federal.

Diante desse material de análise, as seguintes indagações se impuseram: Por que *CartaCapital* retoma o episódio da “tapioca”? Por que *Veja* silencia-se em relação a isso? Qual a relação da emergência ou não de tais enunciados com os sentidos produzidos sobre corrupção nesses espaços midiáticos? Assim, como não poderia ser diferente, somos guiados, por excelência, pelo que postula Foucault (1986 [1969], p. 39) ao afirmar que a descrição de acontecimentos do discurso coloca a seguinte questão: “como apareceu determinado enunciado, e não outro em seu lugar?”

Como abordamos, neste texto, a produção discursiva da mídia impressa sobre o episódio da “tapioca” e, por imbricação, sobre a instalação ou não da CPI para investigar o escândalo em torno dos cartões corporativos, consideramos não somente aspectos postulados por Foucault sobre as condições de formação dos discursos, mas discussões propostas por Pêcheux acerca de acontecimento e circulações discursivas. Buscamos também, para respaldar nossa interpretação, vários autores que, de uma forma ou de outra, estudam os acontecimentos discursivos.

Nesse bojo, refletimos ainda a função do jornalista como “historiador” em primeira instância, uma vez que ele “rascunha” a história do tempo presente. E, nessa empreitada, pensamos na escrita da mídia, sob o viés da estabilização de sentidos e, conseqüentemente, na sua função de geradora de memória.

Ancorados em nosso aparato teórico-metodológico e com o objetivo de refletir nossas inquietações, esboçamos, inicialmente e em linhas bem gerais, alguns aspectos relativos à inserção da história nos estudos da Análise de Discurso e, posteriormente, focalizando mais detidamente o nosso material de análise, interpretamos o discurso de *CartaCapital* e o discurso de *Veja* acerca dos acontecimentos que elegemos para análise.

## **Um pouquinho de história da História**

A articulação entre língua e história é uma questão que, desde a gênese da Análise do Discurso na França no final da década de 1960, está em pauta no âmbito dos estudos discursivos. Tal discussão “travada” entre os pesquisadores do grupo em torno de Michel Pêcheux demarca até o próprio surgimento desse campo do saber.

Nos anos 70, no entanto, essa articulação torna-se mais intensa. Guilhaumou (2009), quando aborda a relação entre História e Linguística, refere-se à década de 1970

como a época em que o discurso se estabelece como objeto da história e cita, dentre outros, os seus trabalhos, os trabalhos de Régine Robin e de Denise Maldidier.

Nessa década, a relação entre analistas de discurso e Michel Foucault é bastante polêmica, mas, a partir de 1980, os trabalhos de Foucault, principalmente *A arqueologia do saber* (1969), passam a ser retomados e re teorizados. Com esse movimento, Foucault passa a ocupar um lugar central no palco da Análise do Discurso e, a partir da forte aproximação entre linguistas e historiadores, são delineados novos rumos para os estudos discursivos.

Como a obra de Foucault, a partir de Nietzsche e da “Nova História”, estabelece uma relação com a História, a sua concepção de história é “tributária da ‘história-problema’ a partir da qual ele faz a crítica de certos fundamentos da concepção positivista da História tradicional” (GREGOLIN, 2004b, p. 21). Assim, propõe que a História – focalizada em sua dispersão e em sua descontinuidade – não seja mais “o lugar do repouso, da certeza, da reconciliação – do sono tranquilizado” (1986 [1969], p. 27).

Na perspectiva da Nova História, a história é concebida como interpretação. Não mais o caráter de objetividade que vigorava na história tradicional, mas a escrita da história entendida enquanto agenciamento do historiador que, conforme De Certeau (apud GREGOLIN, 2004b, p. 23), equivale ao “trabalho de pôr à parte, de reunir, de transformar em ‘documentos’ certos objetos distribuídos de outro modo”. Para Gregolin:

se há um efeito de ‘realidade’ criado no texto histórico, ela vem de procedimentos discursivos, de formas linguísticas que constroem legitimidade no interior de uma instituição social e que produzem a ilusão de objetividade. Trata-se, portanto, de um agenciamento de signos que, ao produzir ‘efeitos de verdade’, levam uma sociedade a interpretar-se e a compreender-se através dessa interpretação. (2004b. p. 23)

Como a Nova História valoriza não só o descontínuo e o simultâneo, mas também novos objetos e novos sujeitos, ela “dá novo sentido ao acontecimento”, pois trata-se de uma história serial, definida a partir de um conjunto heterogêneo de relações que fazem emergir diferentes estratos de acontecimentos.

Para o próprio Foucault, o que há de comum entre ele e os historiadores é o interesse pelo acontecimento. E, nessa perspectiva, é o fato de ele considerar “o discurso como uma série de acontecimentos que o situa automaticamente na dimensão da história” (FOUCAULT, 2006, p. 258).

A noção de discurso como acontecimento discursivo deve ser entendida, pois, no horizonte da história descontínua e serial postulada por Foucault e, mais ainda, deve ser percebida na irrupção discursiva, ou melhor, é na irrupção de um enunciado que se concretiza o acontecimento discursivo. O enunciado é, assim, um acontecimento porque ao surgir ele materializa um sentido e não outro.

Para Navarro-Barbosa (2004, p. 112), a noção de acontecimento abarca o enunciado concebido não apenas enquanto uma formulação, mas enquanto registro e, assim, essa noção de acontecimento “coloca o enunciado no campo de uma memória”.

Pêcheux, valendo-se dos postulados de Foucault e da Nova História, redefine, a partir de 1980, muitos de seus conceitos, instituindo mudanças significativas no campo da Análise do Discurso. Gregolin sublinha que Pêcheux:

explicita claramente as mudanças de rumo imprimidas aos trabalhos devido à aproximação com os historiadores... ele acentua as contribuições de Foucault e da “Nova História” para as reconfigurações das pesquisas sobre o discurso. Aos pesquisadores da “Nova História” Pêcheux atribui o mérito de tratarem das lutas políticas, dos funcionamentos institucionais a partir da tematização da discursividade, colocando em causa a transparência da língua. (2004a, p. 171-172)

Dentre essas contribuições para as reconfigurações das pesquisas discursivas assinaladas pelo próprio Pêcheux, destacamos aqui a concepção de discurso. O conceito de discurso passa, então, sob a égide da história, a ser concebido, simultaneamente, como estrutura e acontecimento.

Em *O Discurso: Estrutura ou acontecimento*, Pêcheux (2006 [1983]), considerando o linguístico e o histórico das materialidades discursivas, aborda a relevância da circulação dos enunciados e, dessa forma, enfatiza a necessidade de aprofundar a crítica das relações entre o funcionamento da mídia e aquele da “classe política”. O autor, na esteira da materialidade linguística e histórica do discurso, analisa um acontecimento midiático e, com isso, estabelece balizas para os analistas de discurso trilharem os caminhos interdependentes do discurso e da história.

Essas breves considerações acerca da articulação entre discurso e história possibilitam-nos situar conceitos que mobilizamos na análise desenvolvida a seguir.

### **Discurso em *CartaCapital*: por que enunciar “CPI da Tapioca”?**

*CartaCapital*, em sua edição de 20 de fevereiro de 2008, retoma, na capa da revista, um enunciado proferido pelo Ministro do Planejamento, Paulo Bernardo: “CPI da Tapioca”. O referido ministro, no dia 31 de janeiro de 2008, ao dar um depoimento, ironizando a iniciativa da oposição de pedir a instalação de uma CPI para investigar supostas irregularidades no uso dos cartões corporativos do governo federal, diz: “Com toda sinceridade, acho que não é o caso. Vai fazer o quê? Convocar um ministro de Estado para explicar o gasto de R\$8,30 com uma tapioca? Vai virar a CPI da Tapioca?” (*Folha online*, 31/01/2008).

Esse acontecimento discursivo, singular e repetível conforme a teoria foucaultiana, só pode ser interpretado considerando que sua emergência pressupõe articulações com outros enunciados. Nessa perspectiva, o enunciador Paulo Bernardo realiza um gesto singular, mas ao mesmo tempo atualiza uma memória relacionada à criticada atitude do ministro dos esportes. E, como o enunciado “é único, mas está aberto à repetição e se liga ao passado e ao futuro” (FOUCAULT, 1986 [1969], p. 32), a formulação do Ministro do Planejamento é retomada em *CartaCapital*.

Considerando, pois, a rede interdiscursiva da mídia jornalística, *CartaCapital*, ao atualizar pré-construídos materializados no discurso de Paulo Bernardo, assim formula seu texto de capa:



Figura 1: *CartaCapital*, 20 de fevereiro de 2008

*CartaCapital*, apesar de conjugar, nessa capa, linguagens verbal e imagética, valoriza o visual. As imagens da tapioca e do cartão de crédito centralizadas na página sobre o fundo preto são apresentadas com dimensões muito próximas do real. Essa ilustração, produzida especificamente para figurar na capa da revista, refere-se metonimicamente ao escândalo dos cartões corporativos.

Mesmo sem o texto verbal, o leitor, ao “olhar” para a representação da tapioca sendo recheada por um cartão de crédito, seria direcionado ao acontecimento em questão: comprar tapioca com cartão corporativo do governo federal. E essa particularização não deixaria dúvida de que a reportagem abordaria o escândalo em geral, com todas as denúncias e não apenas esta. Para Fresnault-Deruelle (1993), a imagem possui uma mudez que fala e, nessa vertente, a narratividade que permeia o interior dessa imagem, aciona uma memória que condensa em si todo um dizer.

Mas os efeitos de sentido produzidos não se limitam a isso. A linguagem imagética, conjuntamente com a manchete “E VAMOS À CPI DA TAPIOCA...” e a chamada “A oposição insiste na investigação de casos de pequena dimensão na esperança de atingir Lula”, produz um efeito de sentido similar ao sentido formulado por Paulo Bernardo. Com isso *CartaCapital* desmerece a necessidade de instalar uma CPI para investigar esse escândalo? Por quê?

A manchete, em letras garrafais, é também destacada ao estabelecer uma sintonia semântica e tipográfica com a imagem. E, em destaque, a revista enuncia “CPI da Tapioca” e não “CPI dos Cartões Corporativos”. Ela optou por colocar em circulação uma formulação empregada jocosamente não apenas pelo Ministro do Planejamento, mas, posteriormente, por muitos aliados do governo Lula. Para Sargentini (2008, p. 134), como a mídia prioriza a circulação de acontecimentos, a constituição e a formulação dos discursos ficam em segundo plano. Há, assim, “um apagamento do sujeito em função da circulação de um enunciado obscuro no qual o mais importante não é quem diz ou para quem se diz, mas a própria circulação”. *CartaCapital* utiliza a construção “CPI da Tapioca”, mas apaga a “gênese” desse dizer. Só o leitor que está bem informado sobre tais fatos identifica a atualização da memória. Também, na perspectiva foucaultiana, tal “gênese” do dizer não é o mais relevante para o processo interpretativo.

O enunciado “E vamos à CPI da Tapioca...” inscreve-se, assim, no interior de uma formação discursiva (FD) que acredita não ser necessária uma CPI, pois duvida da

real dimensão atribuída ao escândalo e, dessa forma, é uma formação discursiva que apresenta simpatia pelo Governo Lula. Como a própria revista enuncia: “são casos de pequena dimensão”. Por serem, então, “casos de pequena dimensão”, os efeitos de sentido produzidos revelam não se justificar a proporção que a mídia e a oposição atribuem ao fato e, conseqüentemente, não ser proveitoso dedicar tanto esforço, via uma CPI, para tão pouco.

Desde a capa, o foco da reportagem recai sobre a oposição na tentativa de construir sentidos que desqualifiquem seu veemente discurso em prol da instalação da CPI. *CartaCapital* traz o discurso da oposição – e também de muitas instituições midiáticas – ao enunciar que ela “insiste na investigação”, mas ao especificar o que será investigado – “casos de pequena dimensão” – e o objetivo de tal investigação – “atingir Lula”, materializa no enunciado marcas linguísticas de sua própria formação discursiva.

Esse enunciado inscreve-se, pois, numa rede de formulações que defendem o Governo Lula, mais especificamente, formulações divulgadas pelos aliados do governo. É um enunciado atravessado por já-ditos em outros lugares e em outros momentos. E assim, no meio dessa heterogeneidade e dispersão constitutivas desse enunciado, a unidade faz-se presente. Nessa perspectiva convém destacar a concepção de formação discursiva postulada por Foucault:

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso, em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma *formação discursiva*. (1986 [1969], p. 43)

Pautados na concepção foucaultiana, percebemos que as regularidades enunciativas manifestadas entre *CartaCapital* e representantes do Governo Lula não se limitam ao espaço da capa. Na reportagem, concretiza-se — a partir da seleção feita pelo sujeito enunciativo de discursos outros, de fatos e de informações — o empenho de construir sentidos que corroborem o que é dito na capa.

O próprio título da reportagem, “O enredo da tapioca”, reforça a ideia pejorativa com a qual é tratada a possível CPI. E, logo no início, o sujeito enunciativo questiona a real dimensão do escândalo dos cartões corporativos e, ao longo da reportagem, traz argumentos que desvalorizam a necessidade de instalar uma CPI. Dentre esses argumentos, três se destacam: a dificuldade de investigar tais casos, o próprio objetivo da CPI e a perda de tempo com casos pequenos.

A dificuldade de investigação é corroborada pelo fato de a própria Controladoria Geral da União (CGU) não ter condições de priorizar a fiscalização com despesas pequenas como essas dos cartões de crédito que equivalem a apenas 0,004% do total de despesas anuais do Governo Federal. Quanto ao “real” objetivo da CPI, *CartaCapital* menciona que a oposição pensa em fins eleitorais, pois, para a revista, o objetivo é expor o Governo Lula às vésperas das eleições municipais. O sujeito enunciativo diz ainda que, “sem nenhum prejuízo ao necessário controle dos desvios de dinheiro público”, debruçar sobre gastos pequenos com objetivos eleitorais, “sem nenhuma



utilidade prática para o cidadão comum”, representa uma perda de tempo, pois, enquanto isso, projetos importantes do governo são deixados de lado.

*CartaCapital* refere-se ao possível acordo entre oposição e governo para que a CPI seja controlada, não envolvendo com isso os gastos diretos e sigilosos de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, mas não enfatiza esse fato. O foco discursivo recai sobre a significação que permeia o sintagma “CPI da Tapioca”, ou seja, não há motivo para se instalar uma CPI.

Com esses efeitos de funcionamento discursivo, os enunciados, inscritos no interior de uma formação discursiva que rejeita a criação da CPI e postos em circulação por *CartaCapital*, dependem da história, mas, discursivamente, também constroem a história. Também por isso, entendemos a opção da revista por colocar em circulação a expressão “CPI da Tapioca”, na tentativa de estabilizar esse sentido.

### Discurso em *Veja*: por que não enunciar “CPI da Tapioca”?

Em 20 de fevereiro de 2008, *Veja* publica a reportagem “A fábula da CPI dos Cartões”, na qual aborda possibilidades e negociações em torno da criação da CPI para investigar os gastos com cartões corporativos do governo federal.

Embora ambas as revistas tenham circulado na mesma semana, *Veja*, diferentemente de *CartaCapital*, focaliza, em seu texto, além do acordo entre governo e oposição para controlar as investigações, de forma a não envolver os gastos diretos do atual e do anterior presidente da República, a necessidade de criação de uma CPI para investigar “gastos milionários” efetuados pelo Governo Lula com despesas emergenciais e esporádicas que, segundo ela, não estão transparentes no portal da CGU.

Nas duas primeiras páginas da reportagem, a revista prioriza a linguagem imagética. Duas imagens produzidas para ilustrar a reportagem ocupam uma página inteira e parte da outra.

Com o título “A FÁBULA DA CPI DOS CARTÕES” ampliado de modo a preencher as duas páginas, assim aparecem as imagens:



Figura 2: *Veja*, 20 de fevereiro de 2008

O próprio título, em complementaridade com a imagem, produz, satiricamente, o sentido de que a CPI será de faz de conta. Para Joly (1996, p. 121), “as imagens engendram as palavras que engendram as imagens em um movimento sem fim”. A complementaridade das imagens e das palavras reside, pois, no fato de que se alimentam umas das outras.

O sujeito enunciador destaca que o governo Lula propõe a CPI, mas com a pretensão de expandi-la aos gastos do governo FHC. Assim faz-se um acordo entre oposição e governo para limitar as investigações de forma que não causem constrangimento para nem um dos presidentes. *Veja* utiliza, além de suas formulações enunciativas, vários mecanismos discursivos, dentre eles, as próprias imagens e discursos outros para validar o seu próprio discurso: não se justifica investigar gastos do governo anterior uma vez que “não há fato determinado” para tal, mas se justifica e se faz necessária a instalação da CPI para investigar gastos do atual governo, pois foram detectadas irregularidades no uso dos cartões por representantes de seu governo. Discursos esses inscritos numa formação discursiva que defende veemente a criação da CPI e demonstram certa aversão ao Governo Lula.

Os dois pontos fortes da reportagem: criticar o acordo e defender a criação da CPI para comprometer o Governo Lula aparecem magistralmente significados nessas duas imagens. Na primeira, em complementaridade aos textos verbais – dados pesquisados da CGU – acoplados ao binóculo utilizado por uma pessoa, constrói-se o sentido de que não há tanta transparência – “apenas 11%” – no Portal da Transparência conforme “o governo alega”. Nessa imagem, ampliação e recorte da parte superior do rosto complementam a significação que a revista está circulando ao defender a criação da CPI para investigar os gastos do Governo Lula.

Na segunda imagem, a revista ridiculariza uma CPI arquitetada sobre um acordo entre oposição e governo. Em conformidade com o termo “fábula”, os circos armados pelos dois grupos políticos representam um convite para se assistir a um espetáculo já “ensaiado” por eles. E, assim, o enunciado “Não perca a primeira sessão da CPI dos Cartões” só faz complementar tal ridicularização. Com isso, o sujeito enunciador busca, tendo em vista seu papel de “jornalista-historiador” do tempo presente, construir uma memória. Como para tal é preciso fazer com que o “acontecimento registrado saia da indiferença, que ele deixe o domínio da insignificância” (DAVALLON, 1999, p. 25), o sujeito enunciador descreve e interpreta o acontecimento de forma a atribuir-lhe a grandiosidade necessária para que ele fique na memória sob o ponto de vista de sua formação discursiva.

Logo após o título, o enunciado: “Acordo com a oposição limita as investigações sobre os gastos milionários do governo em despesas sigilosas” também corrobora os sentidos em construção nesse texto. Em suma, os gastos são milionários, não há transparência sobre eles, por isso é mais do que justificável uma CPI séria, uma “CPI dos Cartões” e não uma “CPI maneta”, como a própria revista caracteriza, ou uma “CPI da Tapioca”.

Embora a denominação “CPI da Tapioca” tenha demonstrado grandes possibilidades de enunciabilidade não só por ter sido pronunciada por Paulo Bernardo na mídia e por ter circulado em algumas instituições midiáticas e nos dizeres dos aliados do governo, mas também por seu caráter popular e derrisório, digamos assim, *Veja* não a utiliza. Ao refletir, considerando nosso estudo sobre a materialidade discursiva de *Veja*, os motivos que a levaram a não circular tal enunciado – e sim “CPI dos Cartões” – pressupomos que o fato desse dizer não se inscrever na formação discursiva da revista foi determinante para explicar esse silenciamento.

Enquanto *CartaCapital* refere-se a “casos de pequena dimensão”, *Veja* refere-e a “gastos milionários”. E essas opções enunciativas reforçam a maneira como caracterizam a CPI. O adjunto adnominal do sintagma “CPI da Tapioca” possui um caráter particular – de um “caso de pequena dimensão – e equivale, conotativamente, a

um emprego jocoso. Já o adjunto adnominal do sintagma “CPI dos Cartões” remete à totalidade dos casos e seu emprego embota-se de uma denotativa seriedade. Nesse sentido, dizer “CPI da Tapioca” significa considerar a CPI desnecessária. Ao passo que dizer “CPI dos Cartões” significa considerar necessária a CPI.

### **O episódio do sorvete de tapioca**

No dia 26 de março de 2008, o deputado Vic Pires (DEM-PA) distribuiu sorvete de tapioca aos integrantes da CPI durante a sessão, obviamente em alusão à tapioca comprada pelo Ministro dos Esportes com cartão corporativo.

Os integrantes da CPI tomaram o sorvete durante a sessão e esse acontecimento gerou uma série de acontecimentos discursivos, envolvendo principalmente a oposição, o governo e a mídia, que registrou e divulgou amplamente o acontecimento.

Várias fotos de Luiz Sérgio, relator, e de Marisa Serrano, presidente da CPI, tomando sorvete de tapioca, foram estampadas em jornais e revistas brasileiras. Muitas instituições midiáticas publicaram fotos desse episódio, com informações esclarecedoras sobre a situação e ainda o sabor do sorvete.

*Veja*, em sua edição de 02 de abril de 2008, também registrou o acontecimento:



**Figura 3:** Retrato da CPI: o relator Luiz Sérgio e a presidente Marisa Serrano; eles tomaram sorvete na sessão ( [http://veja.abril.com.br/020408/p\\_056.shtml](http://veja.abril.com.br/020408/p_056.shtml))

Como se vê nessa fotografia e na legenda, *Veja* registrou e fez circular parte do fato. As únicas informações e referências que apresenta na reportagem equivalem a essa fotografia e sua respectiva legenda. Na legenda: “Retrato da CPI: o relator Luiz Sérgio e a presidente Marisa Serrano; eles tomaram sorvete na sessão”, não se especifica o sabor do sorvete nem a situação que envolveu tal atitude. *Veja* silencia-se sobre essas informações.

O recorte e a inserção do sintagma nominal “Retrato da CPI” revelam que as informações foram agenciadas de forma a produzir apenas o sentido de crítica aos trabalhos da CPI. A CPI que a própria revista, em muitos textos, tanto defendeu com o objetivo de comprometer o Governo Lula. Mas até o momento isso não havia acontecido. A revista, nessa materialidade discursiva, critica os trabalhos da CPI, a partir de uma “realidade” que ela própria recortou para validar sentidos que se inscrevem em sua formação discursiva.

Diante dessa nossa interpretação, um questionamento emerge: Por que *Veja* se silencia quanto a uma parcela desse episódio e evita utilizar o termo “tapioca” até mesmo para especificar o sabor do sorvete?

Apesar de a CPI já ter sido criada e a pauta não girar mais em torno da “CPI da Tapioca”, como foi apelidada por representantes do Governo Lula, *Veja* não utiliza o termo “tapioca”. Esse silêncio significa nesse acontecimento discursivo. Na procura, então, de escutar o não-dito naquilo que é dito, como uma presença de uma ausência necessária (ORLANDI, 1999), observamos que o termo “tapioca” carrega a significação de “casos de pequena dimensão” e com isso toda a significação que abarca o fato de tal CPI ser desnecessária. Tal sentido não se filia, pois, à formação discursiva de *Veja*, por isso não corresponde à realidade apresentada a partir de sua escrita.

## Considerações finais

Buscamos, ancorados em nosso referencial teórico-metodológico, discutir as questões as quais propomos inicialmente. Nessa perspectiva, visamos a analisar tanto a formulação de sentidos sobre os acontecimentos discursivos que selecionamos quanto a sua circulação nos espaços midiáticos em questão, sem desconsiderar a relação que mantém com o processo de constituição dos discursos.

Como as imagens que elegemos estão inseridas em textos jornalísticos, nos quais a produção de sentidos se dá a partir da conjugação das linguagens imagética e verbal, tentamos considerar os textos em sua totalidade, apesar de priorizarmos, em nosso olhar, as imagens.

Tendo em vista que a imagem é “um operador de memória social” (DAVALLON, 1999, p. 31) não só no que se refere à atualização de uma memória, como também no que diz respeito a sua constituição, formulação e circulação em espaços midiáticos, percebemos, pela análise discursiva que empreendemos das imagens selecionadas de nosso arquivo, a motivação da mídia jornalística na criativa construção e seleção dos enunciados imagéticos. Enfim, tanto as imagens construídas especificamente para figurar nesses textos, quanto a fotografia – com a legenda “manipulada” – da presidência da CPI revelam uma prática interpretativa entrecruzando o processo descritivo dos sujeitos jornalistas.

Vimos também que diante do mesmo acontecimento – instalação ou não de uma CPI para investigar os gastos com cartões corporativos – *Veja* e *CartaCapital*, a partir do recorte operacionalizado sobre as ocorrências discursivas e históricas, produzem “retratos” diferentes.

Os mecanismos linguístico, imagético e histórico articulados nas materialidades discursivas foram determinantes para caracterizarmos os “retratos” produzidos por essas instituições midiáticas como inserções de duas formações discursivas opostas. As denominações “CPI da Tapioca” e “CPI dos Cartões” podem sintetizar as direções dessas duas formações discursivas. Como já mencionamos, dizer “CPI da Tapioca” significa crer (ou fazer crer) que a CPI é desnecessária, ao passo que não dizer “CPI da Tapioca” – ou simplesmente o vocábulo “tapioca” – e sim “CPI dos Cartões” significa crer (ou fazer crer) que a CPI é imprescindível.

*CartaCapital*, embora tente mostrar-se imparcial, filia-se à FD que defende a não criação da CPI e, por extensão, defende o Governo Federal diante desse escândalo. Em contrapartida, *Veja* inscreve-se na FD que defende a criação da CPI e, assim, suscita culpabilidade sobre representantes do Governo Federal no caso dos cartões corporativos.

Por considerar a concepção de história postulada por Foucault, trouxemos para nossa análise acontecimentos que emergiram em curtos períodos do tempo ainda presente materializados na escrita jornalística. Escrita esta que se posiciona como a escrita da história no sentido de ser controlada pelas práticas das quais resulta e “bem mais do que isto, ela própria é uma prática social que confere ao leitor um lugar bem determinado” (DE CERTEAU, 2000, p. 65).

Diante de nosso gesto de interpretação, convém pensarmos ainda nos posicionamentos discursivos dos sujeitos enunciadore. Para Foucault, o sujeito é construído no discurso e fala sempre do interior de uma instituição. Os enunciados, em sua materialidade, seguem as regras determinadas historicamente pela relação entre prática discursiva e instituição.

Assim, os sujeitos discursivos de *Veja* – considerando os dois textos que selecionamos – obedecem à ordem discursiva desta instituição midiática que se situa, no momento, em posição de afinidade com a prática discursiva do PSDB e dos demais partidos de oposição ao Governo Lula. Em contrapartida, os sujeitos discursivos de *CartaCapital* seguem as regras determinadas por esta instituição que equivalem, no momento, a um discurso de “antipatia” às práticas discursivas do PSDB e demais partidos opositores.

Mattiussi, nessa direção, revela que

a grande maioria dos veículos de comunicação tem os seus intocáveis e os seus amigos. Instituições, empresas, partidos, autoridades, empresários... os chamados amigos da casa, que não se podem criticar ou mesmo noticiar fatos que de alguma forma possam comprometê-los. Na contramão, existem os chamados inimigos da casa, para os quais a orientação é sensacionalizar, pejorativamente, os fatos a eles relativos. (1997, p.172)

Qual o compromisso, então, da escrita jornalística com a “realidade” da história do tempo presente? Parece que o discurso jornalístico/midiático produz o “real” da história a partir do “real” da língua. Os sujeitos jornalistas das instituições em pauta revelam-se, pois, em disputa pela escrita da história do escândalo sobre os cartões corporativos. É uma disputa discursiva significativa, já que o que está em jogo é a construção de uma memória. Lutar pela estabilização de sentidos, seja em torno da “CPI da Tapioca” ou “fábula da CPI dos Cartões”, justifica-se pelo poder que a escrita jornalística conquistou na escrita da história do tempo presente.

Para Nora (1976, p. 181), ter acontecido o fato não é suficiente para ele se tornar histórico. Assim, para que haja acontecimento, é necessário que ele seja conhecido, discursivizado. Como os meios de comunicação são responsáveis pelo retorno do acontecimento, a história do tempo presente é construída em seu interior. “Imprensa, rádio, imagens não agem apenas como meios dos quais os acontecimentos seriam relativamente independentes, mas como a própria condição de sua existência” (NORA, 1976, p. 181)

Dessa forma, os meios de comunicação “detêm o monopólio da história. É por intermédio deles que o acontecimento se faz presente” (NAVARRO-BARBOSA, 2004, p. 118). Como os meios de comunicação são, assim, tão poderosos na escrita da história do tempo presente, entende-se a disputa travada entre *Veja* e *CartaCapital*, diante das

materialidades discursivas que analisamos, pela escrita da história, pela estabilização de determinados sentidos, por conseguinte, pela possibilidade de gerar uma memória.

Lembramos ainda que o acontecimento ascende-se ao estatuto de memória por conta da circulação que lhe é atribuída. É, pois, porque circula que o discurso fica na memória. Pêcheux (1981), na abertura do Colóquio *Matérialités Discursives*, refere-se ao modo como os discursos circulam, postulando que as circulações não são aleatórias. Para Davallon (1999), o desenvolvimento dos recursos empregados pela mídia ampliaram as possibilidades de instituir discursivamente – e pela circulação – uma memória social.

Retomando a célebre interrogação foucaultiana sobre a emergência de determinados enunciados e não outros, pensamos ter conseguido discutir alguns pressupostos que apontem possíveis respostas sobre as condições das formulações enunciativas materializadas em *CartaCapital* e em *Veja*. Quanto a isso, reforçamos que o enunciado possui existência material, possui uma função enunciativa e se inscreve no interior de uma formação discursiva (FOUCAULT, 1986 [1969]).

Entendemos, nesse sentido, que a emergência dos discursos de *CartaCapital* e *Veja* – interpretados aqui – ecoa e justifica-se pela disputa em torno da construção da história, ou melhor, pela “gestação” de uma memória sobre a corrupção no Governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

Assim, em torno da questão de instalar ou não uma CPI para investigar gastos efetuados via cartão corporativo, sentidos sobre corrupção são constituídos no entrecruzamento de enunciados que fluem numa rede de formulações midiáticas que, por sua vez, também retomam formulações de políticos brasileiros. E, assim, nessa série de acontecimentos discursivos, *Veja* produz sentidos que aproximam as irregularidades no uso dos cartões a uma grande descoberta de corrupção. Já *CartaCapital* produz sentidos, principalmente por se validar no caso da “tapioca”, que distanciam tais irregularidades de atitudes corruptas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DAVALLON, J. A imagem, uma arte de memória? In: ACHARD, P. *Papel da memória*. Campinas, SP: Pontes, 1999. p. 23-38
- DE CERTEAU, M. Operação historiográfica. In: \_\_\_\_\_. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000. p. 65-119
- FRESNAULT-DERUELLE, P. *L'éloquence des images*. Paris: PUF, 1993.
- FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986. [1969]
- \_\_\_\_\_. *Estratégia, poder- saber*. (Vol. 4). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.
- GREGOLIN, M. R. *Foucault e Pêcheux na análise do discurso: diálogos e duelos*. São Carlos: Claraluz, 2004a.
- \_\_\_\_\_. Michel Foucault: o discurso nas tramas da história. In: FERNANDES, C. A.; SANTOS, J. B. C. *Análise do discurso: unidade e dispersão*. Uberlândia: Entremeios, 2004b. p. 19-42
- GUILHAUMOU, J. *Linguística e história: percursos analíticos de acontecimentos discursivos*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2009.

- JOLY, Martine. *Introdução à análise da imagem*. Campinas, SP: Papirus, 1996.
- MATTIUSI, D. O jornalismo brasileiro visto pelos críticos. In: DINES, A., VOGT, C.; MELO, J.M. (Orgs.) *A imprensa em questão*. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 1997. p. 171-176
- NORA, P. O retorno do fato. In: LE GOFF, J.; NORA, P. (Orgs.). *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976. p. 179-193
- NAVARRO-BARBOSA, P. L. O acontecimento discursivo e a construção da identidade na História. In: SARGENTINI, V.; NAVARRO-BARBOSA, P.L. *M. Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder, subjetividade*. São Carlos: Claraluz, 2004. p. 97-130
- ORLANDI, E. P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 1999.
- PÊCHEUX, M. Overture du Colloque Matérialités Discursives. In: CONEIN, B.; COURTINE, J.; GADET, F.; MARANDIN, J. M.; PÊCHEUX, M. *Matérialités discursives*. Lille: Presses universitaires de Lille, 1981.
- \_\_\_\_\_. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas, SP: Pontes, 2006. [1983]
- SARGENTINI, V. M. O. O arquivo e a construção de memórias: o caso do apagão. In: ROMÃO, L.; GASPAR, N. (Orgs.) *Discurso midiático: sentidos de memória e arquivo*. São Carlos, SP: Pedro e João Editores, 2008. p. 131-142
- REVISTA CARTACAPITAL. Ano XIV, nº 483, 20/02/2008.
- REVISTA VEJA. Edição 2048, Ano 41, nº 07, Editora Abril, 20/02/2008.
- REVISTA VEJA. Edição 2054, Ano 41, nº 13, Editora Abril, 02/04/2008.
- <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u368661.shtml>. Acesso em: 31 jan. 2009.

# Serviço público ou bem privado? o discurso sobre a tv no jornalismo e na publicidade

(Public utility or private good? The discourse about television in journalism and advertisement)

**Silmara Cristina Dela Silva**

Departamento de Ciências da Linguagem – Universidade Federal Fluminense (UFF)

silmaradela@gmail.com

**Abstract:** This paper focuses on the processes of meaning production for the television at the time when broadcasting started in Brazil, in the magazine *O Cruzeiro*. Since this article has as theoretical background the Discourse Analysis, which considers the discourse as an “effect of meanings between the speakers” and reflects upon the relation among language, history and the subject in the constitution of the meanings: it presents analyses of the image that is constituted for television and its audience in journalistic and advertising discourses. Such analyses, which are centered on the notions of production conditions and imaginary formations, point out to a conflict between the meaning of TV as a private good, restricted to upper-class residences, and TV understood as a public utility, available all over the country.

**Keywords:** Discourse Analysis; television in Brazil; journalistic discourse; advertising discourse; public and private.

**Resumo:** Este trabalho analisa os processos de produção de sentidos para a televisão, à época do início de suas transmissões no Brasil, postos em circulação na revista *O Cruzeiro*. Ao filiar-se à perspectiva teórica da Análise de Discurso, que considera o discurso enquanto “efeito de sentidos entre locutores” e pensa a relação entre língua, história e sujeito na constituição dos sentidos, este artigo reúne análises sobre a imagem que se constitui para a televisão e para o seu público nos discursos jornalístico e publicitário. Tais análises – que centram-se nas noções de condições de produção e formações imaginárias – apontam para o conflito entre o sentido de TV como um bem privado, restrito às residências com alto poder aquisitivo, e a televisão compreendida como um serviço público, disponível a todo o país.

**Palavras-chave:** Análise de Discurso; televisão no Brasil; discurso jornalístico; discurso publicitário; público e privado.

## Introdução

Este trabalho reúne algumas reflexões sobre os processos de produção de sentidos para a televisão, à época do início de suas transmissões regulares no Brasil. Parte de uma pesquisa mais ampla, que analisa o acontecimento discursivo da televisão na imprensa brasileira e a constituição do sentido de grande mídia para a TV,<sup>1</sup> as reflexões aqui propostas centram-se nas análises das formações imaginárias constituídas para a televisão e o seu público, em materiais jornalísticos e publicitários postos em circulação na/pela revista *O Cruzeiro*, entre agosto de 1950 e dezembro de 1951.

---

<sup>1</sup> A referida pesquisa resultou na tese de doutorado “O acontecimento discursivo da televisão no Brasil: a imprensa na constituição da TV como grande mídia”, desenvolvida no Instituto de Estudos da Linguagem (IEL), na Unicamp, sob a orientação da prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Mônica G. Zoppi Fontana. As considerações aqui apresentadas também resultaram em um projeto de pós-doutorado, com foco no discurso sobre sujeito e mídia, em andamento junto ao Laboratório Arquivos do Sujeito (LAS), vinculado ao Departamento de Ciências da Linguagem, da UFF (Apoio: FAPERJ – Processos E-26/102.82/2009 e E-26/102.86/2009).



A revista, de propriedade do grupo de comunicação Diários e Emissoras Associados, responsável pela instalação das duas primeiras emissoras de televisão no país (nas capitais São Paulo e Rio de Janeiro), está dentre as principais publicações brasileiras à época. Considerada uma revista de interesse geral, não especializada em um campo do saber, *O Cruzeiro* tinha publicação semanal e circulação nas principais cidades do país, constituindo-se como a publicação de maior relevância do grupo Associados.<sup>2</sup> Para estudiosos da área de Comunicação, a revista *O Cruzeiro* é considerada um marco dentre as publicações jornalísticas daquele período, por introduzir o uso de imagens e cores em suas páginas, uma tendência na chamada imprensa moderna.<sup>3</sup>

O dizer jornalístico sobre a televisão no Brasil chega às páginas de *O Cruzeiro* em 1948, com o anúncio, em uma de suas colunas, da aquisição de equipamentos para a montagem das primeiras emissoras de TV pelo grupo Associados. Esse dizer torna-se recorrente, no entanto, a partir de meados de 1950, após o início das transmissões televisivas destinadas a teste dos equipamentos da TV Tupi, em São Paulo. Nessa época, a revista passa a publicar reportagens explicativas sobre o funcionamento da televisão, suas funções e utilidades, além de notas e artigos com os mesmos temas em colunas fixas, como a *Back Ground*, espaço dedicado à discussão de assuntos relacionados ao rádio e às comunicações em geral. O discurso publicitário sobre a televisão, por sua vez, – seja direcionado à população em geral, para despertar o interesse pela compra de aparelhos receptores, seja voltado às empresas, anunciantes em potencial na televisão – encontra espaço na revista em meados de 1951, mais de um ano após o início oficial das transmissões televisivas em São Paulo.

As análises apresentadas neste artigo centram-se nas noções de condições de produção e formações imaginárias, apresentadas por Pêcheux em 1969 (1997a) e trabalhadas no Brasil por Orlandi (2006, 2001), dentre outros pesquisadores da área de Análise de Discurso. Em seu funcionamento, o discurso analisado aponta para o conflito entre o sentido de TV como um bem privado, presente exclusivamente nas residências de uma elite com alto poder aquisitivo, e a televisão compreendida como um serviço público, cujas exibições são acompanhadas por toda a população, por meio de receptores disponibilizados em pontos de passagem. Esse conflito se estabelece principalmente por meio das formações imaginárias para a televisão formuladas pelos departamentos comercial e jornalístico, responsáveis, respectivamente, pela venda de publicidades e pela produção de reportagens que ressaltavam o alcance da televisão no Brasil.

Quanto à sua organização, este artigo compõe-se de duas seções principais. Na primeira, são apresentados os conceitos teóricos mobilizados na composição do dispositivo analítico da pesquisa, seguidos de alguns dados relativos às condições de produção do discurso sobre a televisão na imprensa brasileira. A segunda parte do texto traz alguns recortes realizados no material, acompanhados das análises realizadas a partir do batimento entre descrição e interpretação, característico da metodologia proposta pela Análise de Discurso. Ao final do artigo, encontram-se algumas considerações acerca do dizer da revista *O Cruzeiro* sobre a televisão no Brasil, um

---

<sup>2</sup> A cadeia de comunicação Diários e Emissoras Associados é fundada por Assis Chateaubriand seguindo os moldes das empresas de comunicação Hearst, nos Estados Unidos. Em seu auge, o grupo Associados chegou a contar com 31 jornais de circulação diária, três revistas, 23 emissoras de rádio, 13 emissoras de televisão e uma agência de notícias. Sobre as cadeias de comunicação e a constituição dos Diários e Emissoras Associados, ver Bahia (1990) e Moraes (1994).

<sup>3</sup> Sobre a revista *O Cruzeiro* e o desenvolvimento da imprensa no Brasil, ver Bahia (1990).

dizer que corrobora para o processo de produção de sentidos para a TV, bem como para a constituição da imagem do sujeito consumidor no país.

### **Formações imaginárias e condições de produção**

O discurso de forma geral e, em particular, o discurso da imprensa, quando analisado sob a ótica da Análise de Discurso, é pensado a partir de suas condições de produção, das relações de sentido em que é produzido, de sua historicidade. Nessa perspectiva teórica e metodológica, na qual se inscreve este trabalho, pensar os processos de produção de sentidos para a televisão, em seus primeiros anos de funcionamento no Brasil, leva a questionar o efeito de evidência que confere uma naturalidade aos sentidos hoje atribuídos à TV, ao possibilitar reflexões sobre as relações históricas e ideológicas de constituição de tais sentidos.

Neste artigo, a observação desses processos de constituição de sentidos para a televisão centra-se nas noções de formações imaginárias e condições de produção. Apresentado por Pêcheux já no final da década de 1960, o conceito de formações imaginárias promove o funcionamento discursivo, que ocorre não com base nos referentes e nos sujeitos considerados empiricamente, mas nas imagens que são projetadas para os mesmos no discurso.

Na definição de Pêcheux (1997a, p. 82), as formações imaginárias “designam o lugar que A [produtor] e B [destinatário] se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro”, bem como a imagem que fazem sobre o que falam. No caso do dizer sobre a TV na revista *O Cruzeiro*, o conceito de formações imaginárias permite observar as imagens atribuídas pela publicação à televisão, enquanto referente (sobre o que falam os textos jornalísticos e publicitários analisados), e a imagem do leitor da revista, considerado enquanto público das transmissões televisivas recém-iniciadas na capital paulista.

Para pensar tais formações imaginárias, no entanto, faz-se necessário considerar também o conceito de condições de produção. Também presentes em Pêcheux (1997a), as condições de produção compreendem, nesta perspectiva teórica, os sujeitos, a memória discursiva, enquanto interdiscurso, e o contexto (imediato e amplo) relacionados à prática discursiva analisada. Como afirma Orlandi (2001, p. 30):

Os dizeres não são, como dissemos, apenas mensagens a serem decodificadas. São efeitos de sentidos que são produzidos em condições determinadas e que estão de alguma forma presentes no modo como se diz, deixando vestígios que o analista de discurso tem de apreender. São pistas que ele aprende a seguir para compreender os sentidos aí produzidos, pondo em relação o dizer com sua exterioridade, suas condições de produção. Esses sentidos têm a ver com o que é dito ali mas também em outros lugares, assim como com o que não é dito, e com o que poderia ser dito e não foi.

Ao tratar do contexto nas condições de produção do discurso, Orlandi (2001) promove a distinção entre a situação imediata e a situação ampla em que se produzem os discursos, com a diferenciação entre as circunstâncias de enunciação e o contexto sócio-histórico e ideológico. As circunstâncias de enunciação colocam as relações entre os sujeitos e o momento do dizer, o local e o tempo em que ocorre o dizer, enquanto o

contexto sócio-histórico e ideológico contempla o momento histórico do dizer, as questões sociais e as posições sustentadas pelos sujeitos.

No processo discursivo, no entanto, circunstâncias de enunciação e contexto sócio-histórico e ideológico funcionam conjuntamente, ao lado da memória enquanto interdiscurso. Segundo Orlandi (2006, p. 21), a memória como interdiscurso consiste no saber discursivo, e o sujeito, por sua vez, é considerado enquanto uma posição sujeito discursiva, a posição social no discurso e não o seu lugar empírico de dizer. No âmbito das circunstâncias de enunciação, o dizer da revista *O Cruzeiro* sobre a televisão, no período considerado, produz efeitos de sentido determinados também pelas características da cidade de São Paulo, de sua população e dos dados de funcionamento das primeiras emissoras de televisão.

Registros históricos sobre essas circunstâncias de enunciação apontam que, em 1950, a população da cidade de São Paulo era estimada em 2,2 milhões de pessoas, segundo os dados do censo demográfico apresentado em reportagem publicada pelo jornal *O Estado de S. Paulo* (1950).<sup>4</sup> Segundo os relatos de Moraes (1994), em setembro de 1950, quando é inaugurada a primeira emissora de TV em São Paulo, havia apenas 200 aparelhos de televisão na cidade, além de algumas dezenas de receptores em vitrines de lojas. Os aparelhos teriam sido trazidos dos Estados Unidos por meio de contrabando, pelo proprietário dos Diários e Emissoras Associados, Assis Chateaubriand, e oferecidos como presente a autoridades, dentre elas o presidente Dutra. Quatro meses depois, em janeiro de 1951, o total de receptores de TV era de 375, e passaria a 250 mil aparelhos em 1955, já durante o governo Juscelino Kubitschek e o programa de aceleração de crescimento no país (cf. SOUZA, 1996).

A inexpressividade da televisão à época do início das transmissões em São Paulo também se mostra pela programação com tempo reduzido, ainda que com frequência diária. Um exemplo é a programação do dia 27 de setembro de 1950, publicada pelo jornal *Diário de São Paulo*, e reproduzida em Amorim (1990, p. 9):

Dia 27 de setembro, no jornal *Diário de São Paulo*, a partir das 20 h (início das transmissões)

- 1 – *Triana*, musical com Lolita Rodrigues
- 2 – *Rancho Alegre*, com Mazzaropi
- 3 – *Visão do Harlem*, com Zezinho e seu conjunto
- 4 – *Teatro*, de Walter Forster, com Lia de Aguiar, Yara Lins e Vitória de Almeida
- 5 – *Serenata*, com Rosa Pardini
- 6 – *Imagens do Dia*, jornalismo
- 7 – Desenho Animado.

---

<sup>4</sup> Com o título “O crescimento da cidade de São Paulo”, a reportagem publicada pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, que apresenta os números do censo demográfico realizado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) em 1950, compara o crescimento demográfico da cidade de São Paulo às cidades norte-americanas Nova York e Chicago: “Comunica-nos o Serviço Nacional de Recenseamento: ‘O crescimento da cidade de São Paulo assume proporções assombrosas e constitui, no mundo atual, um caso com raríssimos paralelos. Concluída a coleta do censo demográfico de 1950, apurou-se na Capital do Estado uma população aproximada de dois milhões e 62 mil habitantes que, somados aos 140.000 provavelmente existentes nas zonas rurais do município, perfazem 2.200.000 pessoas. (...) Tendo em vista que há dez anos tinha a Capital paulista 1.326.261 habitantes, inclusive nas zonas rurais do município, verifica-se ter havido um aumento absoluto de aproximadamente 950 mil pessoas, e relativo de 72%, ou seja, em média, de 7,2% ao ano. (...) A expansão demográfica de São Paulo, citada com espanto por demógrafos de todo o mundo, tem sido comparada, pela vivacidade incomum e pela vertiginosa rapidez, à de Chicago e Nova York.’”

A programação da TV, em seus primeiros meses, era composta por *shows* musicais, quadros humorísticos e algumas encenações teatrais. No geral, os programas apresentados seguiam os mesmos formatos adotados no rádio. Segundo Amorim (1990), transmissões esporádicas de futebol também começaram a ser realizadas desde os primeiros meses de funcionamento da televisão em São Paulo. É o caso do jogo de futebol entre São Paulo e Palmeiras, transmitido em 15 de outubro de 1950, do Estádio do Pacaembu.

Um ano depois, no final de 1951, começam a ser apresentados teleteatros e a primeira telenovela com capítulos diários, transmitidos durante duas semanas. Segundo os registros recuperados por Amorim (1990), durante o ano de 1951 foram vendidos cerca de 7 mil aparelhos de televisão em São Paulo e no Rio de Janeiro. Já em 1954, as primeiras pesquisas de audiência de TV no eixo Rio-São Paulo, realizadas pelo Ibope, indicam a existência de 120 mil aparelhos de televisão e uma programação regular, das 18 às 23 horas.

Quanto ao contexto sócio-histórico e ideológico, o discurso sobre a televisão na revista *O Cruzeiro* deve ser considerado enquanto um dizer institucional, do próprio grupo de comunicação responsável pela sua instalação no país. Desta forma, trata-se de um dizer de promoção da TV e do imaginário de sua representatividade na inserção do Brasil dentre as nações consideradas desenvolvidas. Além disso, é preciso não perder de vista que, enquanto um acontecimento histórico, a televisão é consequência de decisões políticas e econômicas, um produto da organização sócio-histórica brasileira no período pós-guerra.<sup>5</sup>

Considerar essas questões postas pelas condições de produção é essencial para a análise do discurso da revista *O Cruzeiro* sobre a televisão no Brasil, apresentada na próxima seção.

### **Análises: a televisão e o seu público na revista *O Cruzeiro***

Para a análise das formações imaginárias da televisão e do seu público na *O Cruzeiro*, foram coletadas reportagens, notas publicadas em colunas e propagandas, em circulação na revista, entre agosto de 1950 e dezembro de 1951. Nesse período, acontecem as inaugurações oficiais das primeiras emissoras de TV em São Paulo (setembro de 1950) e no Rio de Janeiro (fevereiro de 1951), bem como um aumento nas vendas de aparelhos receptores, como mostrado na seção anterior.

A análise das formações imaginárias da televisão e de seu público no *corpus* aponta para a relação permanente entre os sentidos de público e privado para a TV. Simultaneamente, a televisão é apresentada como um bem privado, de propriedade de um grupo de comunicação em particular e presente em um número restrito de residências (como um diferencial de uma classe social específica), e como um serviço público, disponível no país em ambientes igualmente públicos, como as praças dos grandes centros urbanos e, por isso, disponibilizado a toda a população.

A televisão é discursivizada como um serviço disponível ao público brasileiro desde meados de 1948, com o emprego da expressão “televisão no/do Brasil”, ainda que somente dois anos depois as primeiras transmissões televisivas aconteceriam na capital

---

<sup>5</sup> Sobre as características políticas e econômicas que pautaram o processo de industrialização brasileira, a partir da década de 1930, e consequentemente a instalação e o desenvolvimento da televisão, ver Singer (1986) e Pedro (1985).

paulista. Mesmo em meados de 1950, a televisão, oficialmente inaugurada na cidade de São Paulo, é acompanhada por uma população reduzida, moradora da capital, e que contava com aparelhos receptores instalados em suas residências.

A existência do aparelho de televisão em um ponto aberto ao público – por exemplo, no “*hall* do prédio” sede da emissora – sustenta o dizer da acessibilidade da televisão a “*todos*”, reiterada, no recorte (1), por meio das qualificações profissionais do público que teria acompanhado as primeiras transmissões televisivas na capital paulista, em julho de 1950:

- (1) Uma verdadeira multidão de pessoas, das mais variadas categorias, desde engenheiros, professores até operários e empregadas domésticas, acorreu ao “*hall*” do prédio “associado” para ver de perto o que é a tão falada televisão. (Reportagem, 12.08.1950)<sup>6</sup>

A especificação das profissões, organizadas em duas categorias distintas – uma que compreende de “engenheiros” a “professores”, e outra que reúne até “operários” e “empregadas domésticas” – produz imaginariamente o efeito de indistinção de classe social no que diz respeito à constituição de uma imagem para o público interessado nas transmissões televisivas. As categorias profissionais promovem uma hierarquia dos que supostamente encontram-se interessados em conhecer o que é a TV, ao distinguir o público qualificado pela escolarização, como os engenheiros e os professores, daqueles com pouco ou nenhum acesso aos estudos formais, como os operários e as empregadas domésticas. No interior de tais categorias, no entanto, explicita-se uma nova hierarquia, marcada pelas preposições “desde... até”, e que permitem o deslocamento do topo à base, das profissões supostamente mais elevadas de cada categoria àquelas menos qualificadas.

O público que busca conhecer a televisão compreende ainda “*todos*” os profissionais que se encontram em posições intermediárias, em ambas as categorias citadas. Dessa forma, promove-se o efeito de indistinção: em todas as categorias profissionais e, por extensão, em todos os segmentos sociais, a televisão provoca interesse, e mesmo antes de “estar disponível ao público”, já era “tão falada”. A presença indistinta da TV também é reafirmada no recorte (2), sequência da mesma reportagem, com a formação imaginária da televisão como uma mídia “ao alcance de qualquer um”:

- (2) Dessa forma, o que há pouco tempo atrás parecia um sonho somente conhecido através das revistas e do cinema, se converteu numa realidade soberba, ao alcance de qualquer um. (Reportagem, 12.08.1950)

O dizer da TV como “ao alcance de qualquer um” também é sustentado na relação entre linguagem verbal e não-verbal, na combinação texto-imagem sempre presente nas reportagens produzidas pela revista *O Cruzeiro*. O não-verbal, marcado por imagens de pessoas de diferentes faixas etárias, reunidas em torno de aparelhos receptores de TV, seja em residências ou em bares e restaurantes, encontra-se em

---

<sup>6</sup> Grifos nossos em todos os recortes do *corpus* apresentados nesta seção.

processo parafrástico com o verbal, de forma a constituir um discurso de acessibilidade, que sustenta a imagem da TV como imaginariamente disponível a “todos”.

O funcionamento conjunto entre linguagens verbal e não-verbal pode ser observado na figura 1 e nos recortes (3) e (4), legendas de fotos que compõem a reportagem publicada em outubro de 1950, com o título “A televisão para milhões”:

- (3) NO LAR as famílias já podem assistir, confortavelmente sentadas, aos espetáculos da difusora TV. (Reportagem, 28.10.1950)
- (4) NOS BARES o público de São Paulo fica fascinado pelos programas postos no ar pela estação de TV. (Reportagem, 28.10.1950)

O verbal exposto nos recortes (3) e (4) funciona como descrições das duas fotos (figura 1), ao apresentar a disponibilidade da TV às famílias e ao público em geral, por meio da presença do aparelho receptor nos lares e nos bares paulistanos, respectivamente.



**Figura 1. Reportagem “A televisão para milhões” (28.10.1950)**

A primeira foto (à esquerda, na figura 1), que apresenta o ambiente familiar com a televisão, mostra uma família numerosa, composta por homens, mulheres, criança e idosos – representantes de todas as faixas etárias –, todos com a atenção voltada à TV. O aparelho receptor ocupa posição quase central na imagem, localizado à frente da porta, o que mobiliza o sentido de que a TV mantém a família em casa. Na residência, a televisão convive com elementos decorativos, como um relógio e um quadro com a imagem de Jesus Cristo, objetos que reafirmam a formação imaginária de “lar”.

Na segunda foto (à direita, na figura 1), por sua vez, que representa o ambiente público “bar”, a televisão também ocupa uma posição central na imagem, localizada na parte superior da fotografia. O aparelho receptor encontra-se instalado no alto de um armário reservado à exposição de garrafas de bebidas e latas de produtos à venda, em representação aos muitos bens disponíveis para consumo. O público, neste caso, é exclusivamente masculino, e encontra-se disposto em frente ao aparelho de TV, de costas na fotografia, compondo como que uma plateia de cinema e/ou teatro. A televisão ocupa, assim, a posição de objeto associado à diversão fora do lar, à época, uma exclusividade do público masculino.

A acessibilidade da TV ao público é reafirmada pelo interesse das diferentes faixas etárias e de ambos os sexos, que somam-se às qualificações profissionais, sejam elas escolarizadas ou não. O público da televisão, desta forma, apresenta-se como a totalidade da população, o que contribui para a formação imaginária da TV como um serviço público, uma grande mídia, capaz de reunir ao seu redor um público indistinto.

A imagem da televisão como disponível a um público amplo é afirmada também em reportagens que destacam a presença de aparelhos receptores de televisão em locais públicos das cidade de São Paulo e Rio de Janeiro. O acesso à televisão por “todos” que se encontram na cidade está presente no recorte (5), extraído de reportagem (figura 2) que trata da primeira exibição de ópera no Teatro Municipal, no Rio de Janeiro, via TV:

- (5) Até à noite daquele sábado, em que milhares de espectadores assistiram nos seus próprios receptores e nos muitos aparelhos distribuídos pela cidade, para que todos pudessem ver e ouvir, fora do Teatro Municipal e pela primeira vez na história do Rio, um espetáculo lírico, viveu o público uma intensa expectativa. (Reportagem, 13.10.1951)



Figura 2. Reportagem “Ópera no palco, drama na T.V.!” (13.10.1951)

O sentido de TV como um serviço público é reafirmado no recorte (5), que participa da formação imaginária da televisão como não restrita a uma minoria, uma vez que estaria disponível a “milhares de espectadores” que possuem receptores e a “todos”, com a instalação de aparelhos em diferentes pontos da cidade. O não-verbal presente na reportagem reafirma o acesso indistinto às transmissões televisivas, ao expor um receptor de TV instalado em praça pública, cercado de pessoas assistindo à transmissão da ópera (figura 2). A disponibilidade da TV ao público, que pôde assistir a uma transmissão de ópera, é reafirmada pela oposição da mesma ao Teatro Municipal, este sim considerado inacessível à grande maioria da população, no dizer da revista [recorte (6)]:

- (6) Apoiada pela prefeitura, aplaudida pelo público que via uma possibilidade de satisfazer um desejo até agora quase impossível – uma vez que frequentar o Municipal não é coisa acessível à maioria que só conhece o nosso principal teatro, por passar por ele... (Reportagem, 13.10.1951)

Como no discurso jornalístico, que constitui essa imagem da TV como um serviço público, o discurso publicitário presente na revista *O Cruzeiro*, inicialmente, filia-se a esse sentido de acesso irrestrito à televisão na busca por seus anunciantes. Com o *slogan* “quem vê uma boa imagem nunca mais esquece”, sustentado pelo dizer do senso comum de que “uma boa imagem vale por mil palavras”, os primeiros comerciais que buscam novas publicidades para a TV Tupi reafirmam em seu verbal a existência de “milhares” de telespectadores para as suas transmissões [recorte (7)], como se observa na figura 3:



Figura 3. Propaganda “Uma boa imagem vale por mil palavras” (19.06.1951)

- (7) O público compra mais depressa aquilo que vê do que aquilo de que ouve falar... Ponha diante dos olhos de milhares de pessoas que assistem, diariamente, no Rio e São Paulo, aos programas da TV-TUPI, o produto que deseja vender. (Propaganda, 19.06.1951)

O verbal do recorte (7), que sustenta a disponibilidade da TV ao grande público, é acompanhado do não-verbal composto por uma sequência de três imagens pequenas (figura 3), dispostas em círculos na parte superior da página, do centro em direção à direita, que retratam a atração irresistível da criança por doce. Na primeira imagem, destaca-se o rosto de um menino, com os olhos voltados para a direita, como que hipnotizado pelo desejo de experimentar o doce, exposto na foto ao lado. Diante da impossibilidade de resistir a esse desejo, a terceira imagem apresenta o menino com o doce em suas mãos, levando-o em direção à boca. O mesmo desejo seria provocado pelas imagens da televisão em seu público, alçados à condição de consumidores.



As “milhares de pessoas” que têm acesso à televisão passam a ser contadas, assim, como consumidores de produtos, uma nova formação imaginária para o público da televisão. Como o acesso às imagens transmitidas é “irrestrito”, a relação de consumo é apresentada como inevitável. A passagem da imagem de telespectador à de consumidor é reafirmada no discurso publicitário de venda de aparelhos receptores publicados pela revista à mesma época. Embora o acesso à programação televisiva estivesse assegurado pela presença da televisão em locais abertos ao público, fazia-se necessário a inserção da TV no cenário privado das residências, de modo a alterar a relação entre a televisão e o seu público: não bastava “ver” TV; era preciso “ter” a televisão em casa e ter o que era anunciado na televisão.

A formação de um mercado consumidor dos bens industrializados data da segunda metade do século XIX, quando, segundo as pesquisas desenvolvidas por Klein (2000), são elaboradas nos mercados europeu e norte-americano as primeiras campanhas de “*marketing* de massa”. Em países de desenvolvimento industrial considerado tardio, como o Brasil, esse processo de constituição do mercado de consumo ocorre na primeira metade do século XX, de forma mais expressiva a partir de 1940. As campanhas de *marketing* de massa caracterizam-se pela produção de publicidade direcionada a informar os consumidores dos novos produtos existentes no mercado e, nos termos de Klein (2000, p. 29), “convencê-los de que sua vida seria melhor se usassem, por exemplo, carros em vez de bondes, telefones em lugar de cartas e luz elétrica em vez de lâmpões a óleo”.

A televisão é apresentada comercialmente como mais um desses produtos disponíveis no mercado, que poderia, no entanto, promover melhorias no modo de vida da população, modernizando-a como se almejava para o país e a vida brasileira, em meados do século XX. Ter televisão e tornar-se consumidor dos produtos vendidos por ela promove o sentido de integração à vida moderna, desejado pela sociedade urbana e industrial do Brasil da década de 1950. A industrialização e a formação desses sujeitos consumidores, de TV e de outros produtos, culmina com o fenômeno do consumismo em escala global, a apologia ao consumo que sustenta as economias capitalistas.

Segundo Moraes (1998, p. 16), pelo intercâmbio de informações e os apelos de consumo da mídia, próprios da globalização:

Os sentidos de pertencimento descolam-se de localidades nacionais e passam a ser influenciados pelos centros gestores de consumo, agregando grupos sociais de diferentes continentes, países, etnias, raças, crenças e idiomas.

A televisão no Brasil funciona como um início desse processo de homogeneização cultural, decorrente da lógica do mercado e da globalização das economias, ainda que em um primeiro momento sirva de sustentação política à consolidação do Estado moderno.

A imagem da televisão como um objeto de consumo constitui-se associada à manutenção dos costumes e valorização do ambiente familiar, característico daquele momento histórico. No discurso de venda dos receptores de TV, uma imagem recorrente é a de uma família tradicional, sentada diante do aparelho. A propaganda apresentada na figura 3 exemplifica essa situação, ao trazer o desenho de um aparelho receptor de TV no alto da página, com o *close* da face de um dos apresentadores de programas

televisivos à época, e na lateral esquerda da página, o desenho de uma família que o observa. A família que assiste às transmissões televisivas possui a mãe ao centro, o filho sentado à esquerda e a filha, à direita. A filha se apoia em pernas masculinas posicionadas em um pequeno banco, que representa a figura paterna sentada ao sofá.



Figura 4. Propaganda “Casa Garson” (09.06.1951)

O verbal do anúncio dirige-se ao destinatário nomeado “Sr.”, o que indica que a propaganda é direcionada à figura paterna, ao chefe de família. A presença da figura masculina posicionada na retaguarda da mulher e dos filhos direciona para o sentido de sua responsabilidade por oferecer o “divertimento da época” em seu lar. O verbal reitera a necessidade de se ter a TV em casa, como mostram os recortes (8) e (9):

- (8) Reúna em sua casa SUA FAMÍLIA... SEUS AMIGOS... para o DIVERTIMENTO DA ÉPOCA: TELEVISÃO! Mas, antes de adquirir o seu telereceptor, lembre-se de que tão importante quanto a escolha da marca é a assistência que o Sr. precisa receber dos vendedores. (Propaganda, 19.06.1951)
- (9) Sua equipe de especialistas, realmente capaz, possibilita ao Sr. tirar o máximo proveito da Televisão, utilizando-a como fator de entretenimento, educação e de consolidação dos laços de família e amizade. (Propaganda, 19.06.1951)

Os recortes (8) e (9), extraídos da figura 4, direcionam para o sentido de que a família, para estar inserida em sua “época”, precisaria da televisão, um equipamento capaz de promover “educação” e fortalecer “laços de família e amizade”. Tal acesso, no entanto, é assegurado somente às famílias com maior poder aquisitivo, o que é silenciado pelo dizer da propaganda de venda dos receptores de televisão. A necessidade de se adquirir um aparelho receptor limita o acesso à televisão em casa a um grupo social específico e faz ressoar o sentido da TV como um bem privado.

Essa tensão entre os sentidos de público e privado no dizer sobre a televisão manifesta-se também na relação entre o verbal e o não-verbal do discurso publicitário que busca anunciante para a emissora TV Tupi. O verbal dessas propagandas constitui para a televisão a formação imaginária de uma nova mídia, com acesso privilegiado às residências e, conseqüentemente, eficaz para a divulgação dos produtos aos telespectadores, como mostra o recorte (10):

- (10) Um produto exposto numa vitrina é mais facilmente vendido do que aquele que permanece oculto das vistas do público. Exponha a milhares de pessoas de cada vez nessa maravilhosa “vitrine” que é a TELEVISÃO a mercadoria que V. quer anunciar. Conquiste, por esse meio, um público de bom poder aquisitivo que já se habituou a assistir diariamente, no Rio e São Paulo, aos programas da TV-TUPI. (Propaganda, 01.09.1951)

Ao mesmo tempo em que a televisão é apresentada como uma mídia eficiente para a exposição e venda de produtos, com a justificativa de que as suas imagens seriam mostradas a “milhares de pessoas”, ela é significada como um produto de alcance restrito, cujos telespectadores compõem “um público de bom poder aquisitivo”. Essa restrição da TV às elites das cidades de São Paulo e Rio de Janeiro também é marcada na sentença inicial da propaganda, exposta no recorte (11), e apresentada na figura 5:



**Figura 5. Propaganda “Mostra seu produto a quem pode comprar...” (01.09.1951)**

- (11) Mostre o seu produto a quem o pode comprar... uma boa imagem vale por mil palavras... anuncie em Televisão. (Propaganda, 01.09.1951)

O público da televisão, dessa forma, iguala-se ao público com acesso ao consumo, àquele que “pode comprar”. Essa imagem do público da TV como um segmento social específico, com alto poder aquisitivo, é reafirmada pelo não-verbal da propaganda (figura 5), composto por uma cabeça humana indistinta, que contém em seu

interior as imagens de bens de consumo. Dentre os objetos que “faziam a cabeça” do telespectador que “pode comprar”, encontravam-se: cigarros, frasco de perfume, colar de pérolas, talheres de prata e gravata, dentre outros.

A televisão é associada, assim, a um público específico, que consome bens indisponíveis à população de forma geral, embora também seja apresentada como de acesso a todo o povo. O discurso publicitário reafirma o sentido da TV como um produto elitizado e não massificado, o que coloca novamente a relação com o ser de todo o país e o pertencer a um grupo específico de consumidores, àqueles que podem de fato “consumir”.

A disponibilidade da televisão a todo tipo de público é reafirmada pelo dizer que a apresenta também como um aparelho acessível “para a gente do morro” [recortes (12 e 13)]. Título de uma nota publicada em coluna assinada da revista *O Cruzeiro*, em dezembro de 1951, a expressão “Televisão para gente do morro” ao mesmo tempo em que reafirma o discurso de facilidade de acesso à TV, faz ressoar o dizer, por vezes silenciado, de que se trata de um objeto de acesso restrito, devido ao custo para a sua aquisição naquele momento:

- (12) Dizia-se ser a Televisão uma diversão apenas para a classe média ou superior, pois na realidade é bem elevado o preço de um aparelho receptor. Beirando ainda os dez mil cruzeiros como limite mínimo o preço da maravilha do nosso século ainda é um obstáculo. (*Back Ground*, 01.12.1951)
- (13) Mas, no Rio de Janeiro tal coisa vem sendo contornada com êxito. Depois das transmissões das óperas do Teatro Municipal e a colocação de aparelhos em caminhões para o público acompanhar nos logradouros e ruas principais o espetáculo, o Sr. Assis Chateaubriand tomou outra iniciativa feliz. Colocou um aparelho para o público no sope do morro do Leme. (Coluna *Back Ground*, 01.12.1951)

Ao estabelecer a relação de oposição ao dizer de que a TV seria destinada a uma minoria, por meio da afirmação de que esta situação estaria “contornada”, reafirma-se o dizer da falta de acesso da população mais pobre à TV, que somente teria contato com os receptores instalados em locais públicos para transmissão. O conflito entre as classes sociais no acesso à televisão é expresso também no recorte (14):

- (14) A instalação foi festiva, e, no meio daquela gente pobre que acompanhava o programa da TV-Tupi, misturavam-se autoridades e pessoas da sociedade. (Coluna *Back Ground*, 01.12.1951)

Ainda que tenham como assistir às transmissões televisivas, os moradores do Morro de Leme, qualificados como “gente pobre”, são destacados dentre os que habitualmente acompanham as programações da TV, qualificados como “autoridades e pessoas da sociedade”.

A distinção entre as classes sociais promove a divisão entre as duas categorias de espectadores com acesso à televisão: de um lado, a classe social com elevado poder aquisitivo, consumidora dos produtos anunciados pela TV e compradora dos primeiros aparelhos receptores; de outro, a população de forma geral, que, ao não dispor dos recursos financeiros para a aquisição dos receptores, assiste às transmissões televisivas ocasionalmente, em equipamentos instalados em locais de passagem.

### **Considerações finais: a televisão e o sujeito consumidor**

As análises e reflexões apresentadas neste artigo, a partir do dizer sobre a televisão presente em propagandas, reportagens e colunas publicadas pela revista *O*

*Cruzeiro*, nos anos de 1950 e 1951, apontam para a tensão entre as noções de público e privado na constituição de sentidos para a TV, em seus primeiros anos de funcionamento no Brasil.

Enquanto no plano jornalístico, constrói-se uma imagem para a televisão de uma nova mídia, com amplo alcance e relevância junto ao público brasileiro, até para justificar a sua importância no país e a sua transformação em acontecimento jornalístico, no âmbito comercial, destaca-se prioritariamente que a televisão está presente nas residências com maior poder aquisitivo, e que se trata de uma “vitrine” para aquele que deseja anunciar o seu produto.

Com esse duplo funcionamento da imagem de televisão na revista *O Cruzeiro* – apresentada simultaneamente como um serviço público, disponível em toda a cidade e para toda população, e como um bem privado, que necessitaria ser comprado e consumido pelas famílias, em suas residências – também a formação imaginária para o público da TV assume duas condições. A imagem do telespectador ora corresponde à do cidadão de classe média alta, o consumidor a quem se destinam os bens produzidos no país em fase de industrialização, e ora assume a posição de cidadão comum, sem condições financeiras para possuir um aparelho receptor de TV em sua casa, mas igualmente cooptado pelas imagens transmitidas em receptores instalados em pontos de passagem.

Apesar da repetição do discurso de acessibilidade à TV na revista *O Cruzeiro*, principal porta-voz do grupo Diários e Emissoras Associados, o sentido de sua indisponibilidade ao conjunto da população irrompe. As condições de produção discursivas apontam para a necessidade político-econômica de formação de um grupo de consumidores nas cidades brasileiras, sobretudo a partir da década de 1940. A necessidade de aquisição dos bens produzidos pelas indústrias recém-implantadas no país marcaria a distinção entre o sujeito moderno – o consumidor dos bens industrializados – e o sujeito desatualizado, ultrapassado – associado ao passado rural brasileiro.

O sujeito consumidor, o telespectador de TV, consome os aparelhos receptores de televisão, inicialmente, e, em um segundo momento, também os demais produtos apresentados via televisão e a programação televisiva. A constituição do sujeito consumidor é possibilitada pela mídia e o discurso da televisão como uma nova mídia produz novos sentidos para o consumo, não só de bens, mas de informações e entretenimento. A ampliação do consumo, por sua vez, será responsável pela efetiva criação da indústria televisiva brasileira, na década de 1970, e a constituição, de fato, da TV como grande mídia, presente em todo o país e com um impacto junto à formação da opinião pública.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- AMORIM, E.R. (Coord.). *TV ano 40*. Quadro cronológico da televisão brasileira: 1950-1990. São Paulo: CCSP, 1990.
- BAHIA, J. *Jornal, história e técnica*. História da imprensa brasileira. vol. 1. São Paulo: Ática, 1990.
- KLEIN, N. *Sem logo*. A tirania das marcas em um planeta vendido. Rio de Janeiro: Record, 2000.

MORAES, D. *O planeta mídia: tendências da comunicação na era global*. Campo Grande: Letra Livre, 1998.

MORAES, F. *Chatô. O rei do Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

ORLANDI, E.P. Análise de Discurso. In: LAGAZZI-RODRIGUES, S.; ORLANDI, E.P. (Orgs). *Introdução às ciências da linguagem*. Discurso e textualidade. Campinas, SP: Pontes, 2006. p. 11-31.

\_\_\_\_\_. *Análise de discurso*. Princípios e procedimentos. 3. ed. Campinas: Pontes, 2001.

PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.). *Por uma análise automática do discurso*. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997a. p. 61-161.

\_\_\_\_\_. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 3. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997b.

PEDRO, A. *História geral*. História moderna e contemporânea. v. 2. São Paulo: Editora Moderna, 1985.

SINGER, Paul. Interpretação do Brasil: uma experiência histórica de desenvolvimento. In: FAUSTO, Boris (Org.). *História geral da civilização brasileira*. Tomo III. O Brasil Republicano. v. 4. São Paulo: Difel, 1986. p. 209-245.

SOUZA, J.B. *Meios de comunicação de massa*. Jornal, televisão, rádio. São Paulo: Scipione, 1996.

## **BIBLIOGRAFIA NÃO CITADA**

DELA-SILVA, S.C. *O acontecimento discursivo da televisão no Brasil: a imprensa na constituição da TV como grande mídia*. 2008. 225 p. Tese (Doutorado em Linguística) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2008.

ORLANDI, E.P. *Interpretação*. Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

PÊCHEUX, M. *O discurso*. Estrutura ou acontecimento. Campinas: Pontes, 1990.

PAYER, O. Linguagem e sociedade contemporânea – sujeito, mídia e mercado. *RUA*, Campinas, n. 11, p. 9-25, 2005.

ZOPPI-FONTANA, M.G. *Cidadãos modernos: discurso e representação política*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.

\_\_\_\_\_. Ordem jurídica, ordem política e a (des)ordem nas ruas. *Revista Iberoamericana de Discurso y Sociedad*, Barcelona-Espanha, v. 1, n.1, p. 105-122, 1999.

# Identities in transformation in volunteer work discourses<sup>1</sup>

(Changing identities in volunteer work discourses)

**Tatiana Piccardi**

Pesquisadora colaboradora no Instituto de Estudos da Linguagem (IEL) – UNICAMP

tpiccardi@gmail.com

**Abstract:** this article argues on the polemic confrontation between institutional and non institutional voices in the volunteer work discourses related to health and social assistance areas, and contributes to the discussions about power relations in dominant discursive formations. Especially, it understands the speech, which represent non institutional voices (the volunteer voices during their volunteer practice), as the speech with intervening potential which affects directly the lives of involved subjects in a different direction from that one proposed by institutional voices.

**Keywords:** discourse analysis; volunteer work discourse; volunteer work discourse analysis. institutional discourses; identity; language and intervention; performance.

**Resumo:** Este artigo discorre sobre o confronto polêmico entre vozes institucionalizadas e não institucionalizadas nos discursos do voluntariado da área de saúde e assistência social, contribuindo para a discussão sobre construção de identidades em discurso e sobre as relações de poder em formações discursivas dominantes. Neste texto, entendem-se as falas representativas de vozes não institucionalizadas (as falas dos voluntários em atividade) como falas com potencial interventor que afeta diretamente a vida dos sujeitos envolvidos, numa direção diferente daquela proposta pelas vozes institucionalizadas.

**Palavras-chave:** análise do discurso; discurso do voluntariado; análise do discurso do voluntariado; discursos institucionais; identidade; linguagem e intervenção; performatividade.

## Introdução: objetivos gerais

Este trabalho envolve confrontar discursos institucionais e não institucionais de um mesmo campo discursivo, a saber, o campo dos discursos do voluntariado, em particular dos discursos do voluntariado em saúde e assistência social, a mais antiga área a agregar trabalho voluntário no país.

O caráter monofonizante dos discursos institucionais (entendidos como os discursos das organizações juridicamente constituídas, em qualquer área de atuação) busca apagar a heterogeneidade discursiva, almejando algo que é negado na prática mesma da linguagem: o congelamento das identidades que se constroem e se expressam por meio desses discursos e que se confrontam com a voz institucional. Tal caráter monofonizante articula-se de modo a suprimir o fato de que as identidades, hoje, na linguagem e fora dela, não são fixas e imutáveis, ao contrário, são impregnadas pelo novo e apontam para futuro, incluindo-se aí a própria identidade dos discursos institucionais. A aparente contradição traz à superfície a problemática atual das identidades, que não se resumem a um construto pronto e acabado, mas abrem-se para o exterior com o fim mesmo de não se esgotarem enquanto tais.

Neste artigo, pretendo mostrar como a formação identitária em discurso de um grupo bastante específico – voluntários da área de saúde e assistência social – transita

---

<sup>1</sup> Este trabalho é parte de projeto de pesquisa em nível de pós-doutorado apoiado pela FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo).

entre um perfil próprio a um modo de ver e construir a prática voluntária considerado “ultrapassado” e um modo de construir a prática voluntária alinhado ao paradigma atual (conhecido como terceiro setor), que considera o voluntariado como *trabalho* e que constitui os discursos oficiais (institucionais) das organizações não governamentais e afins. O choque entre o discurso institucional expresso pelas falas oficiais da organização que abriga o trabalho voluntário e as falas dos voluntários em atividade me serve de exemplo para mostrar como o discurso oficial tende a suprimir as falas dos voluntários de modo a fazer prevalecer a voz institucional, excluindo, ou melhor (e isto é muito importante), trazendo para si, em novas bases, o que está fora do paradigma atual.

Por outro lado, interessa, sobretudo, observar como as falas não institucionais se constroem, em parte, à revelia do caráter institucional, o que pode contribuir para a compreensão do papel do sujeito nas práticas discursivas e seu caráter destabilizador. É nesse sentido que considero essas falas performativas, passíveis de afetar não apenas as práticas imediatas, mas também os discursos institucionais que as governam.

O escopo teórico utilizado na pesquisa é fruto do diálogo entre a análise do discurso francesa e a pragmática, nos pontos em que, para ambas, língua significa atividade de um sujeito falante inserido em um contexto sociohistórico. A empreitada teórica é complexa, mas, acredito, produtiva, ao menos para a compreensão do funcionamento dos discursos que analiso. Dentro da tradição da AD francesa, resalto as teorias de Dominique Maingueneau (2006, 1984), em especial a questão do primado do interdiscurso. Na tradição de uma pragmática preocupada com o social, destaco Jacob Mey (2001). No que se refere à construção das identidades em discurso, destaco Kanavillil Rajagopalan (2006), cujos estudos se localizam no âmbito geral da pragmática, a partir de uma visão específica da teoria dos atos de fala de Austin (1962).

### **Quadro geral da pesquisa: pressupostos e metodologia**

Proponho que os discursos do voluntariado podem, em princípio, ser agrupados em dois tipos:

(1) Discursos institucionalizados: aqueles produzidos de modo a constituir e fazer prevalecer vozes institucionais, ou seja, identidades representativas das instituições nas quais o trabalho voluntário se desenvolve ou instâncias de poder que o apoiam. Tais instâncias são, fundamentalmente, o (a) poder público e (b) empresas que incentivam o trabalho voluntário por meio de projetos desenvolvidos sob a rubrica “responsabilidade social”.

(2) Discursos não institucionalizados: aqueles construídos pelos voluntários da área, em atividade ou fora dela, e que apresentam pouco, ou de forma contraditória, a marca institucional. Tais discursos parecem construir identidades marcadas por um modo “pessoal” de inserção na prática do trabalho voluntário, que muitas vezes contradiz as vozes institucionais.

A apreensão das características dos discursos institucionalizados deu-se com base na análise de dois de seus gêneros discursivos mais relevantes, ambos prescritivos: o Manual do Voluntário e o Manual da Instituição. Esses manuais, em tese, norteiam a prática dos voluntários das áreas de oncologia pediátrica de dois importantes hospitais da rede pública, considerados de ponta na gestão do voluntariado de acordo com o paradigma atual. A análise tem constatado o caráter monofonizante dos gêneros citados,



com vistas a disseminar uma “nova cultura” do voluntariado, baseada em premissas do mundo do trabalho remunerado, tais como a necessidade de qualificação e a constante capacitação do voluntário.

Para compreender os discursos não institucionalizados, foco desta apresentação, foi preciso utilizar outra metodologia, uma vez que não há gêneros cristalizados e estáveis desse tipo de discurso. Optei, assim, por entrevistar voluntários locados nas instituições cujos manuais estão sendo estudados e gravar/transcrever suas falas para posterior análise. Durante a entrevista, os voluntários estão sendo convidados a descrever sua atividade e a refletir sobre ela e sua relação com a prática do trabalho profissional por meio de questões abertas, que funcionam como fio condutor para incentivar a discursivização da experiência. As duas perguntas centrais são: “Em que medida os manuais da instituição ajudam sua ação voluntária?” e “Considera sua ação voluntária como trabalho?”.

Para efeito deste artigo, trataremos das contradições que nos interessam observando fragmentos selecionados de entrevistas já feitas.

Partimos do pressuposto de que, ao discorrer sobre sua atividade, o voluntário se posiciona, assume uma atitude em relação à própria atividade, apreensível em discurso. As oscilações de posicionamento (ora do ponto de vista institucional, ora não) apontam para a interdiscursividade presente e trazem à tona, de modo muitas vezes bastante sutil, o embate discursivo.

A transcrição das falas foi feita de acordo com adaptação das normas de transcrição do NURC.<sup>2</sup> O primeiro grupo de trechos apresenta como eixo temático a questão da prescrição na atividade voluntária, e o segundo tematiza a questão do voluntariado como trabalho. Os trechos em caixa alta correspondem às minhas falas.

### **As falas dos voluntários: um confronto sutil**

As falas analisadas a seguir são fragmentos das entrevistas feitas com voluntários interessados em participar desta pesquisa, atuantes em dois hospitais públicos importantes da cidade de São Paulo. Todos desenvolvem sua prática junto a crianças, principalmente na área de oncologia pediátrica.

De modo geral, existe um empenho de cada enunciador de relatar sua atividade voluntária e refletir sobre ela de acordo com o dizer institucional, embora tal esforço não seja isento de contradições. O respeito às normas aparece como importante, embora seu descumprimento possa ser tolerado, ou mesmo entendido como benéfico, em determinadas situações. Ao relatarem sua prática ou refletirem sobre ela, observa-se que esta muitas vezes se distancia do prescrito, embora de modo camuflado pelo próprio discurso produzido pelos voluntários durante o relato. Até o presente momento da pesquisa, observa-se que, mesmo voluntários atuantes em instituições que atuam de acordo com a regulamentação atual para a prática do voluntariado, têm dificuldade de entender sua ação como trabalho.

#### ***Falas relativas à prescrição:***

##### **Voluntária 1:**

(1) já.. já teve... não vou dizer que nunca teve... por que já teve... é impossível você não ter... entendeu?... mas isso aí sabe... vai... vai contornando *né*... por exemplo comigo não... por que agora eu... depois de muito tempo *né* eu... eu

<sup>2</sup> Projeto de Estudo da Norma Linguística Urbana Culta de São Paulo.

faço o seguinte... **eu não faço NADA sem perguntar ali pro profissional se pode fazer...** até um lençol que eu vou dar prá ele eu vou perguntar... muitas vezes a mãe chega e... e pede um lençol prá sentar na cadeira... as vezes a gente dava o lençol... a gente recebia uma bronquinha ali... não por que é que deu... não era prá dar... por que não chegou ainda o remédio *né...* e fica ali ocupando o lugar de outra pessoa que poderia... *né...* aí... então o que é que eu faço... eu vou e já pergunto prá ela... *óh* fulana... a pessoa chegou... eu posso pôr o lençol? **Pode... a coisa mais simples que poderia acontecer... mas...**

(2) ... isso... é... mas aí tem a reunião *né...* nós fazemos de tempos em tempos **a coordenadora faz a reunião prá passar tudo aquilo que a gente pode ou não pode fazer...**

(3) ... quando... quando... quando eu entrei aqui... há oito anos atrás... era completamente diferente...

... COMO ERA?...

... **a gente fazia coisas que agora a gente não pode mais fazer...**

... O QUE POR EXEMPLO?...

... [...]

... os cobertores... tudo que é usado vai pondo ali prá depois mandar prá lavanderia prá lavar... então a gente tinha as voluntárias que fechavam aquele espurgo... **não se pode mais...** tem que ser... as enfermeiras é que tem que fazer isso... **a gente segurava as crianças prá elas tomarem... tirarem sangue... ficava ali com a enfermeira segurando a criança... a gente não pode fazer isso...**

... QUEM SEGURA... HOJE?...

... a mãe... a mãe que fica ali do lado... a gente ficava ajudando... mesmo pressionando o bracinho da criança pro sangue sair mais fácil... igual... **a gente não pode fazer esse tipo de coisa...**

... QUAL A EXPLICAÇÃO QUE DÃO PRÁ VOCÊ?...

... por que nós não... se acontece alguma coisa... por exemplo se aquela... aquela agulha escapa e vai em cima da gente... a gente é contaminada... as voluntárias... não se pode ainda se for acontecer com a enfermeira... **a enfermeira tem o respaldo *né...* de seguro... não sei muito bem como que funciona isso...**

## Voluntária 2:

(4) ... ENTÃO TEM UM TRABALHO DE OUVIR BASTANTE NÉ?...

... bastante... bastante...

... E VOCÊS RECEBEM ORIENTAÇÃO SOBRE O QUE DIZER... O QUE NÃO DIZER... QUANDO DIZER...

... **não isso não... sempre... nunca...**

(5) ... VOCÊ ACHA QUE A LEI DO VOLUNTARIADO AJUDA O VOLUNTÁRIO A SER MAIS COMPROMISSADO?...

... **acho que sim né...**  
... ASSINAR O TERMO DE ADESÃO... AQUELA COISA TODA...  
... **sempre dá uma orien/... sempre dá uma... eu acho que sim...**  
... *HUM... HUM... LEILA...*  
... ((risos))

### Voluntária 3:

(6) ... então tudo eu anotava... **então isso aqui a gente pode melhorar... aquilo ali o voluntário não deve fazer... a postura dele não tá legal...** então assim... essa é a minha observação... então é... aos poucos fui... fui... fui... fui escrevendo... fui observando... sempre conversei muito com a equipe de enfermagem... com a Carla principalmente... que é gerente de enfermagem *né...* sempre tive uma relação muito boa com da... da... a chefia da enfermagem *né...*

... COOPERATIVA...

... cooperativa... com os médicos... sempre tive um relacionamento muito bom *né...* tenho *né...* sempre tive... TENHO... e isso prá mim foi muito importante por que **eu pude aprender muito e com esse aprender eu pude passar prá voluntárias que eu coordeno...**

(7) ... E VOCÊ TEM ISSO COMO MANUALZINHO... ALGUMA COISA ASSIM?...

... então... ficou como **instrução de trabalho na qualidade...**

O grupo de trechos a seguir (8 a 13) apresenta como eixo temático a relação entre voluntariado e trabalho.

### *Falas relativas a voluntariado como trabalho:*

#### Voluntária 1:

(8) ... eu num...quer dizer... eu tenho... acho que **no sentido de responsabilidade eu acho que sim...** por que eu pelo menos venho aqui e não deixo por nada... tudo o que eu tenho que fazer eu nunca faço na quinta-feira... tudo o que que acon/... no começo então aí mas era... parece que tudo que tinha que acontecer tinha que acontecer NAQUELE dia...

...((RISOS))...

... é... é uma coisa... agora não... agora parece que que já aliviou... mas parece que sabe tem uma coisa que tá te puxando... eu falei *ah* não... não é possível... mas tudo o que acontece eu... se tem um médico que só pode quinta-feira... *ah...* então eu vou procurar outro por que na quinta-feira eu já tenho o meu compromisso... **mas não sei te dizer se é um trabalho... num sei... num acho... na parte da responsabilidade eu acho que é.**

... TALVEZ NESSA PARTE DAS PRESCRIÇÕES... *NÉ?* VOCÊ TEM QUE... VOCÊ NÃO FAZ O QUE QUER...

... é...

... VOCÊ TEM QUE CORRESPONDER AOS (...)

... **mas eu acho que é um trabalho então né...** por que sabe você cê ... não é uma coisa assim sabe... que você... pelo menos prá mim... que eu venho *ah* eu sou voluntária vou a hora que eu quero... eu faço... não é... é uma questão de estar presente... daque/ de um compromisso...

(9) ... é então... eu acho que pelo fato disso também... de eu sempre ter aquela vontade de de trabalhar com criança... nossa isso daí também eu acho que caiu assim sabe... foi Deus que mandou mesmo isso daqui prá mim... tá vendo... **é por isso que eu não... não conseguia o... o emprego né? veio uma coisa bem melhor...**

## Voluntária 2:

(10) ... E SÃO SÓ VOLUNTÁRIOS NA BRINQUEDOTECA NÉ?...

... só... só... e tem a escola móvel *né*... que fica junto ali... não sei como eles conseguem dar aula *né* ((risos))... o Edu... Eduardo que é aquele já/ que começou com a Escola Móvel...

... VOLUNTÁRIO?...

... ele fala... ele começou como voluntário... **mas agora ele tá contratado mesmo...**

(11) ... O QUE QUE VOCÊ ACHA DOS MANUAIS QUE ORIENTAM O TRABALHO VOLUNTÁRIO?...

... **não... a gente segue né aquilo.. não não tenho... nada assim contra...**

... ELES AJUDAM OU ATRAPALHAM?...

... **não... ajudam... ajudam... ajudam... sim...**

... EM ALGUM MOMENTO VOCÊ SE VIU OBRIGADA A NÃO CUM/ RESPEITAR... UMA NORMA DO MANUAL?...

... *hum...*

... PODE FALAR A VONTADE...

... **não... a gente faz umas coisas que não pode né... mas...**

... QUANDO O CORAÇÃO FALA MAIS ALTO...

... é ... é isso... é... depois eu trabalho com a Dora e a Patrícia... **elas são muito humanas...** então... **não é que a gente protege uma ou outra criança... é que a gente vê que tá precisando né...**

... *HUM... HUM...*

... então a gente ajuda...

... E VOCÊ SE ARREPENDE?...

... não... não... não...

### Voluntária 3:

(12) ... **olha eu acho que [minha atividade voluntária] é como trabalho... por que não deixa de ser um trabalho...eu... eu venho... eu dedico aquelas horas até sem olhar quanto tempo eu fico aqui dentro do hospital né... eu considero um trabalho...**

... CÊ NÃO LEVA BRONCA POR FICAR TEMPO DEMAIS NO HOSPITAL?...

... *ah* já levei.. agora não levo mais...

... ((RISOS))...

... mas era de pessoas que não... não... ((risos))... já levei sim... mas não agora mas era de pessoas que achavam... puxa... voluntários têm que trabalhar quatro horas... tudo bem então mas então eu vou trabalhar em outro lugar... não é... se eu tenho disponibilidade e eu posso fazer isso... então... [...] ... claro... claro... e até num trabalho de coordenar um... um grupo tão grande... eu acho que o coordenador pode fazer isso...

(13) ... QUANTOS MANUAIS VOCÊS TÊM?...

... **olha o manual tem só o da... da qualidade... né...**

... QUE É O MAIS ATUAL...

... é o mais atual... é...

... QUE CONSOLIDOU TODAS AS ÁREAS... É ISSO?...

... **isso... isso... as normas... da... da os procedimentos... assim sabe...**

... E QUE GEROU A QUALIFICAÇÃO?...

... gerou a qualificação... foi um trabalho de dois anos e meio *né...* que a gente batalhou e é **essa qualidade contínua que a gente tem que ter né...**

Todos os trechos negritados, dos dois grupos, constituem marcas de interdiscursividade. Alguns apontam mais especificamente para os discursos institucionalizados. Nesses casos, a institucionalização das falas fica evidenciada pela menção da necessidade de prescrição e pela presença de tópicos típicos do mundo do trabalho remunerado, lexicalizados em palavras e expressões como “instrução de trabalho” e “qualidade”.

A grande maioria das falas negritadas é contraditória e traz visíveis elementos dos dois tipos de discurso em pauta. Nelas o convívio polêmico aparece, embora se note em vários exemplos a tentativa de apagamento dos discursos não institucionalizados (que constroem a atividade voluntária de forma mais livre, pouco sujeita a prescrições de qualquer tipo e fortemente relacionada à ação de caráter humanitário). Chama à atenção a atitude do enunciador, que em vários exemplos modaliza sua fala com a expressão “acho que”. A oscilação sobre considerar ou não sua atividade voluntária como trabalho é constante.

Em apenas dois trechos destacam-se marcas linguísticas que explicitam os discursos não institucionalizados. No primeiro exemplo (9), a oposição entre trabalho remunerado e atividade voluntária é não apenas explicitada, como também qualificada.

O enunciador afirma ser a atividade voluntária “melhor”. No segundo exemplo (10), o uso de “mesmo” complementa o predicativo adicionando-lhe um juízo de valor negativo. Estar contratado não parece ser, de acordo com o enunciado, tão bom como ser voluntário, o que, além de explicitar a oposição entre as esferas, evoca uma idealização do trabalho voluntário, própria aos discursos não institucionalizados, ainda em circulação, mas, como dissemos, em processo de absorção pelos novos discursos.

## Identidade e performatividade

Trabalho com a noção norteadora de que toda linguagem é performativa, e que é ela que sustenta a construção da identidade em discurso. Se é assim, em que medida os discursos do voluntariado são performativos? E de que performatividade se trata? Se pensarmos nos discursos institucionalizados, a resposta aparece com mais facilidade, como decorrência mesma daquilo sobre o que se discorreu até aqui: a performatividade visa a construir uma identidade alinhada ao paradigma em ascensão que “inventou” o terceiro setor. Mas, e as falas não institucionalizadas? Em que medida são performativas?

É interessante observar que sua performatividade não vai na direção da polêmica *explícita* contra as vozes institucionais. O confronto é fraco e só aparece mediante questionamento. Alinhada aos discursos tradicionais que sustentam a prática do voluntariado em saúde e assistência social, a performatividade das falas dos voluntários se constrói principalmente junto aos sujeitos em atendimento, sob a forma de atos de fala que livremente chamo de atos de fala “curativos”. Tais falas visam a reverter, na medida do possível, quadros imediatos de infelicidade e dor. Elas se enunciam de modo a surtir um tipo especial de efeito sobre o paciente atendido.

Esta é uma etapa importante da pesquisa que está em desenvolvimento. Espera em breve publicar novos artigos com mais elementos sobre a tese que proponho. Por ora, proponho observar, para finalizar, o trecho a seguir, extraído de entrevista com outra voluntária (voluntária 4). Tal como as demais participantes desta pesquisa, trata-se de voluntária bastante experiente, com idade superior a 40 anos. A voluntária relata sua fala dirigida a uma jovem paciente, de apenas sete anos, já terminal:

(14) ... eu tava de mão dada com ela aqui, assim, e segurando aqui do lado, sabe, e a mãozinha dela e a outra aqui quietinha... ela falou assim... cê sabe quem é a única pessoa que pode me curar?... eu falei quem?... ela falou Deus... eu falei... **sabe Gi eu tô aqui por que eu sei disso... eu acredito nisso, eu sei que Deus pode te curar e ele vai te curar... se eu não tivesse essa certeza eu não taria aqui...** ela fechou o olho e ficou lá quietinha...

Toda a fala, aqui mostrada apenas parcialmente, está perpassada pela emoção da voluntária, ao descrever uma de suas experiências mais difíceis, junto à pequena paciente Giovana, que faleceu pouco depois. Sua fala à menina traz repercussões no estado geral da criança difíceis de mensurar, mas parece capaz de tranquilizar a criança em seus últimos momentos de vida. Da mesma maneira, as palavras de Giovana repercutem fortemente na voluntária, que, segundo me disse, nunca mais foi a mesma depois dessa experiência. Arrisco dizer que o efeito “curativo” se estende ao próprio voluntário em atividade. Durante a interlocução, as trocas verbais penetram nos sujeitos e os constituem de forma renovada. A menção a Deus é o modo como o discurso dá forma a uma profunda necessidade dos sujeitos envolvidos de oferecer e receber apoio

em momento crucial, de modo que, num gesto único (que pode ser entendido como um tipo de ato de fala), o momento que antecede a morte se torna momento de vida.

Finalmente, eu destaco a função que falas do tipo parecem ter de tensionar os discursos do voluntariado da área de saúde e assistência social, de modo a manter vivos os discursos tradicionais e as falas referentes à solidariedade e ajuda desinteressada ao próximo. Podemos dizer que as falas dos voluntários jamais se alinham perfeitamente às formações discursivas que as determinam, na medida em que tais falas realizam a ação de estar no mundo de formas que se atualizam constantemente, na prática de auxílio ao próximo, imprimindo um caráter único ao falar/fazer em jogo em cada situação.

**Agradecimentos:** à FAPESP, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, pela bolsa de pós-doutorado que tem permitido o desenvolvimento desta pesquisa.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

AUSTIN, J.L. *How to do things with words*. Oxford: Clarendon Press, 1962.

MAINGUENEAU, D. *Cenas da enunciação*. Possenti, S. e Souza-e-Silva, M.C.P. (Orgs). Curitiba: Criar, 2006.

\_\_\_\_\_. *Genèses du discours*. Bruxelas: P. Mardaga, 1984.

MEY, J. *Pragmatics: an introduction*. 2. ed. Mass., EUA e Oxford, Reino Unido: Blackwell Publishers, 2001.

RAJAGOPALAN, K. Social aspects of pragmatics. In: MEY, J. (Org.) *Encyclopedia of language and linguistics* – volume on Pragmatics. Reino Unido: Elsevier, 2006.

## **BIBLIOGRAFIA NÃO CITADA**

PICCARDI, T. O discurso do voluntariado como discurso da esfera do trabalho. *Intercâmbio* (CD-ROM), v. XVII, p. 544-558, 2008.

# Manutenção e supressão de marcadores discursivos no processo de retextualização

(Maintenance and suppression of discourse markers in retextualization process)

Anita de Lima Simões Rodrigues

Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas – Universidade Estadual Paulista (UNESP)

anita.rodrigues@superig.com.br

**Abstract:** The aim of this work is to describe the behavior of the Discourse Markers (DMs) in retextualization process of journalistic interviews, observing the way that these elements act in the organization of the retextualized text. For the realization of this work, we assume the textual-interactive perspective (JUBRAN, 2006a), as the most appropriated theoretical approach. One of the main points of this perspective is that it considers that the pragmatic elements in the verbal action are not external to the textual production, but, instead, they are part of the interactional formulation of the text and can be observed in the textual materiality. Considering the process of retextualization, the results of the analysis pointed to a strong tendency to the maintenance of the predominant textual DMs, which work especially as *topic sequenciators*, and the suppression of predominant interactional DMs.

**Keywords:** discourse marker; retextualization; textual-interactive perspective.

**Resumo:** Este trabalho tem por objetivo descrever o comportamento de Marcadores Discursivos (MDs) no processo de retextualização de entrevistas jornalísticas, atentando para a forma como esses elementos atuam na organização do texto retextualizado. Para a realização deste trabalho, adotamos a abordagem teórica da perspectiva textual-interativa (JUBRAN, 2006a), que considera que os elementos pragmáticos presentes na ação verbal não são externos à produção textual, mas fazem parte da formulação interacional do texto e podem ocorrer na materialidade textual. Da análise do processo de retextualização, os resultados apontaram para uma forte tendência de manutenção dos MDs predominantemente textuais, atuantes principalmente como *sequenciador tópico*, e da supressão de MDs predominantemente interacionais.

**Palavras-chave:** marcadores discursivos; retextualização; perspectiva textual-interativa.

## Introdução

Este trabalho tem por objetivo descrever o comportamento de Marcadores Discursivos (MDs) no processo de retextualização de entrevistas jornalísticas, atentando para a forma como esses elementos atuam na organização do texto retextualizado. O conceito de retextualização adotado neste trabalho advém de Marcuschi (2001), que defende haver um processo consciente na passagem de um texto de uma modalidade a outra do uso da língua, no caso do presente trabalho, da modalidade oral para a escrita. Assim, quando uma entrevista oral é transformada em uma entrevista escrita, entram em ação diversas operações baseadas em regularização linguística, reformulação, adaptação e compreensão.

Consideramos a perspectiva textual-interativa, tal como definida por Jubran e Koch (2006a), a mais apropriada para guiar este trabalho, porque um dos pontos principais dessa perspectiva é a visão de que fatores pragmáticos são constituintes do texto. Desse modo, nosso trabalho contribui para o entendimento das funções textual-interativas que os MDs exercem na retextualização de entrevistas jornalísticas, à medida que procura descrever de que modo os MDs atuam na organização e construção dos sentidos no processo de retextualização.



Na literatura sobre MDs, encontramos várias definições do que são e como atuam esses elementos. Neste trabalho, seguimos a proposta de Risso et al. (1996, 2006), que consideram MDs elementos que atuam nas relações textuais e interacionais do texto, sinalizando pragmaticamente o monitoramento local da produção textual. Em geral, são expressões de até três sílabas tônicas, têm alta frequência de ocorrência, são exteriores ao conteúdo proposicional, mantêm parcialmente o aspecto semântico da classe que o origina, possuem formas relativamente fixas, são sintaticamente independentes, possuem demarcação prosódica e não são comunicativamente autônomos. Adotamos destes autores também a noção da gradiência entre as funções textuais interacionais e textuais dos MDs, em razão de um mesmo elemento poder projetar característica mais interacional, mais textual ou manter o equilíbrio entre essas funções, de acordo com o contexto de uso.

### **A Perspectiva Textual-Interativa**

Nosso trabalho fundamenta-se em uma perspectiva teórica que tem como preocupação o estudo da língua em uso, nas diversas situações comunicativas. A perspectiva textual-interativa entende a linguagem como “forma de ação, uma atividade verbal exercida entre pelo menos dois interlocutores, dentro de uma localização contextual” (JUBRAN, 2006a, p. 28). Desse modo, a linguagem é vista como manifestação da competência comunicativa dos falantes, ou seja, falantes de uma língua interagem por meio de texto, entendido como processo que envolve, ao mesmo tempo, a formulação verbal e a interação, e que é tomado como objeto de estudo dessa perspectiva. Por isso fala-se em estudo do texto falado, por exemplo, e não da língua falada.

Como define Jubran e Koch (2006a), para a perspectiva textual-interativa, os fatores pragmáticos presentes na ação verbal não são externos à produção textual, mas fazem parte da formulação interacional do texto, sendo observáveis na materialidade textual. Em outras palavras, na interação verbal, fatores pragmáticos atuam na constituição do texto, razão pela qual, sob essa perspectiva:

toma-se o texto como objeto de estudos, para dele depreender regularidades particularizadoras das formas de processamento das estratégias e mecanismos de estruturação textual e das correspondentes funções pragmático-textuais. (JUBRAN, 2006a, p. 31-32)

De acordo com Jubran e Koch (2007), na materialização da atividade interacional é possível identificar regularidades linguísticas, o que nada tem a ver com dicotomias como *língua x fala* ou *competência x desempenho*, mas com regularidades dos princípios que regem a atividade verbal.

Para o estudo de elementos, como os MDs, consideramos, da perspectiva textual-interativa, o *princípio da gradiência*, que prevê uma conjugação das funções textual-interativas nos processos de formulação textual e não a dicotomização delas.

Desse modo, fala-se em predominância de focalização, ou da informação ou da interação, mas não em exclusão de uma ou outra. Assim, os fatos a serem descritos por essa perspectiva devem ser considerados como pertencentes a um contínuo que comporte, de um lado, elementos que em determinado contexto assumem função mais textual e, de outro, aqueles que assumem função mais interacional no contexto. Entre eles, há elementos intermediários que, de acordo com os usos concretos, projetariam a

função mais interacional ou mais textual. Portanto, a perspectiva textual-interativa estabelece que as classes de análise não podem ser consideradas discretas, mas fluidas, já que os limites entre as categorias são dependentes das configurações discursivas.

Neste nosso trabalho sobre MDs no texto retextualizado, norteado pelo princípio acima exposto, tomamos como essencial a consideração de que esses elementos se encontram dispostos em um contínuo no qual se alocam os mais típicos e os menos típicos da classe. Pontos focais desse contínuo são definíveis somente a partir das características funcionais dos MDs (ou de qualquer outro elemento considerado), apreendidas no *Tópico Discursivo*.

Para a perspectiva textual-interativa, a noção de *tópico discursivo*, enquanto unidade abstrata de análise é definida como

uma unidade discursiva, não restrita ao turno, cujas particularidades estariam assentadas na integração de enunciados em um conjunto relevante de referentes e cujos limites seriam dados pela proeminência desse conjunto em determinado ponto do texto. (JUBRAN; KOCH, 2006b, p. 34).

## **O processo de retextualização**

Sobre retextualização, o primeiro ponto a ser esclarecido é que ela difere da transcrição. A retextualização não se caracteriza apenas pela simples passagem de um texto sonoro para um texto gráfico, mas há mudanças visíveis na linguagem, já que a retextualização envolve operações complexas. Não é a passagem de um texto desordenado da fala para uma ordem na escrita, mas a passagem de uma ordem para outra.

Para Marcuschi (2001), a retextualização pode ocorrer de quatro formas: da fala para a escrita, da fala para a fala, da escrita para a fala e da escrita para a escrita, e, nessa transposição, algumas variáveis podem interferir na produção linguística, tais como o propósito da retextualização, a relação entre o produtor do texto e o transformador, a relação tipológica entre os gêneros textuais do texto original e do retextualizado e os processos de formulação de cada modalidade.

Relativamente a esses postulados de Marcuschi, nesta pesquisa, investigamos a retextualização da fala para a escrita, uma vez que nosso corpus se constitui de entrevistas jornalísticas realizadas oralmente e sua contraparte impressa, veiculada em uma revista. Sobre as possíveis variáveis intervenientes, por se tratar de pesquisa baseada em corpus formado por entrevistas veiculadas na mídia, consideramos também, como possível variável o perfil da revista.

É importante salientar que a retextualização que envolve a passagem do oral para o escrito é um processo consciente, complexo e compreende operações baseadas em regularização linguística, reformulação, adaptação e compreensão. O fluxo das ações de retextualização inicia-se na produção oral, com a representação sonora, passa pelo processo de compreensão, sofre adaptações e perdas, até chegar ao texto final retextualizado, representado pela escrita.

## **Marcadores Discursivos**

No processo de retextualização, em virtude das diversas transformações que ocorrem na passagem de uma modalidade a outra da língua, muitos fenômenos podem

ser tomados como foco de análise, como questões relacionadas à modalização e à referenciação, por exemplo. No entanto, escolhemos como foco de nossa análise os MDs, por serem elementos muito estudados em contextos de interação oral, mas ainda muito pouco discutidos em contextos de escrita.

Para a análise dos MDs, optamos por adotar uma perspectiva que atentasse para o funcionamento desses elementos em situações reais de uso. Uma visão linguística de base funcional é, então, uma instância ideal para uma análise qualitativa das relações entre MDs e os contextos de produção em que eles ocorrem, razão pela qual baseamos na perspectiva textual-interativa, em acordo com Jubran e Koch (2006a) e com outros linguistas que promovem estudos nessa linha (RISSO, 1999; RISSO et al., 2006; RISSO et al, 1996; PENHAVEL, 2005a, 2005b; GUERRA, 2007), os quais entendem a linguagem como ação verbal realizada entre interlocutores em um determinado contexto, levando em conta os elementos da enunciação.

No interior da abordagem textual-interativa, um importante estudo que impulsionou muitos outros sobre os MDs é o de RISSO et al. (1996, 2006). Nesses trabalhos pioneiros, os autores estabelecem um *núcleo-piloto* de traços que identificam um elemento como MD, além de matrizes e traços identificadores. Para a composição de tal núcleo-piloto, foram analisadas dez variáveis: (i) *padrão de recorrência* (baixa, média e alta frequência); (ii) *articulação de segmentos do discurso* (sequenciador tópico, sequenciador frasal ou não sequenciador); (iii) *orientação da interação* (secundariamente orientador, basicamente orientador ou fragilmente orientador); (iv) *relação com o conteúdo proposicional* (exterior ao conteúdo, não-exterior ao conteúdo); (v) *transparência semântica* (totalmente transparente, parcialmente transparente ou opaco); (vi) *apresentação formal* (forma única ou forma variante); (vii) *relação sintática com a estrutura oracional* (sintaticamente independente ou sintaticamente dependente); (viii) *demarcação prosódica* (com pauta demarcativa ou sem pauta demarcativa); (ix) *autonomia comunicativa* (comunicativamente autônomo ou comunicativamente não-autônomo) e (x) *massa fônica* (até três sílabas tônicas ou além de três sílabas tônicas).

Após submeterem um grande grupo de MDs a todas essas variáveis, os autores verificaram que os traços mais fortes dos MDs são: (i) alta recorrência, (ii) exterioridade ao conteúdo proposicional, (iii) transparência semântica parcial, (iv) invariabilidade formal ou variabilidade restrita, (v) independência sintática, (vi) demarcação prosódica, (vii) não-autonomia comunicativa e (viii) massa fônica reduzida (RISSO et al., 2006, p. 414).

Os MDs também podem ter esses traços combinados a fatores das funções textual-interativas de articulação do discurso e de orientação da interação, que são: (i) *articulação tópica + orientação interacional fraca*; (ii) *articulação tópica + orientação interacional média*; (iii) *não-articulação tópica + orientação interacional forte*. A exposição dessa combinatória de traços, reproduzida de RISSO et al. (1996, 2006), parece-nos, no entanto, não contemplar totalmente o princípio da gradiência tal como proposto pela perspectiva textual-interativa, em razão de considerar a gradação presente apenas no segundo fator do par combinatório (*orientação interacional*), ficando o primeiro (*articulação tópica*) restrito a uma oposição binária de simples presença ou ausência. Levando-se em conta que um MD apresenta predominância forte de apenas um dos traços, parece-nos mais adequada a combinação de traços como: (i) *articulação tópica forte + orientação interacional fraca*; (ii) *articulação tópica média + orientação interacional média*; (iii) *articulação tópica fraca + orientação interacional forte*. Compare-se, no quadro abaixo, a proposta de RISSO et al. (2006), ao que aqui propomos.

**Quadro 1: Reformulação das funções textual-interativas dos MD**

Risso et al. (2006)		Proposta de reformulação	
articulação tópica	orientação interacional	articulação tópica	orientação interacional
Sim	Fraca	Forte	Fraca
Sim	Média	Média	Média
Não	Forte	Fraca	Forte

A partir dos trabalhos realizados no âmbito da perspectiva textual-interativa sobre os MDs, Guerra (2007) desenvolve um trabalho que refina as noções de MDs basicamente sequenciadores e MDs basicamente interacionais, definindo subfunções textual-interativas dos MDs. Para a realização de tal pesquisa, a autora definiu variáveis de análise. Com o cruzamento dessas variáveis e com a análise exaustiva de dados de textos orais, a autora analisou as subfunções predominantemente textuais, as subfunções predominantemente interacionais e a correlação entre forma-função dos MDs

Do trabalho de Guerra (2007), tomamos as subclassificações de funções dos MDs predominantemente textuais – introdução, sequenciamento e fechamento tópico – e dos MDs predominantemente interacionais – *checking*, *feedback*, injuntiva, iniciadora e interpelativa.

### **Contexto de análise: a revista *Caros Amigos***

De acordo com a orientação teórica deste trabalho, a perspectiva textual-interativa, torna-se imprescindível para uma investigação que considere dados efetivos de usos da língua, porque, sob tal perspectiva, a descrição de qualquer fato linguístico deve ser feita “dentro do contexto sociocomunicativo do qual emerge, a partir das marcas concretas que a situação enunciativa imprime nos enunciados” (JUBRAN, 2006a, p. 29). Assim, um modo de comprovar empiricamente postulados teóricos é o recurso metodológico à pesquisa em *cópus*.

No caso específico deste trabalho, que leva em conta o processo de retextualização de textos da modalidade oral para a modalidade escrita de uso da língua, há a necessidade de que o *cópus* seja formado por textos que explicitem essas duas modalidades. Assim, necessitávamos recorrer a textos que mostrassem a transformação do texto de uma modalidade a outra, obedecendo ao mesmo gênero textual que tais modalidades manifestam.

O *cópus* da pesquisa compõe-se de dez entrevistas publicadas na revista *Caros Amigos* entre os anos de 2005 e 2007 e as respectivas transcrições do áudio das gravações originais.

As entrevistas que fazem parte do *cópus* são de pessoas que têm ou tiveram, em algum momento, papel de destaque em algum ramo da sociedade. É importante destacar que as entrevistas que compõem nosso *cópus* são as consideradas mais importantes de cada edição. Todas elas são anunciadas na capa da revista com bastante destaque e, na maioria das vezes, é a foto do entrevistado que ocupa grande parte da capa.

De acordo com informações cedidas pela redação da revista, não há nenhum manual de estilo que determine o material a ser editado ou a extensão do texto final a ser publicado. Há apenas a sugestão de que as entrevistas impressas ocupem de sete a dez páginas da revista. Além disso, a revista não fornece previamente nenhum roteiro

para o entrevistado e tampouco os entrevistadores se valem de qualquer roteiro para a realização da entrevista.

Após fazer um levantamento completo dos MDs presentes nas entrevistas, elegemos como objeto de investigação apenas os MDs mais frequentes no texto retextualizado, que foram: *né?*, *não é?*, *mas*, *e*, *então*, *agora*, *quer dizer*, *aí*, *e aí*, *bom e olha*.

### Manutenção e supressão de MDs nos textos retextualizados

Na análise realizada para este trabalho, encontramos um grande número de MDs que se mantiveram no texto retextualizado, o que, em certa medida, aponta para a grande produtividade dos MDs tanto na construção de textos prototipicamente orais como na construção de textos retextualizados, que estão em posição intermediária entre o oral e o escrito.

Dentre os MDs com número maior de funções, *e* e *agora* cumprem as funções de *introdução*, *sequenciamento* e *retomada de tópico*, enquanto *então* e *mas* cumprem as funções de *sequenciamento*, *retomada* e *fechamento de tópico*. Os MDs *aí* e *e aí* são menos atuantes na *retomada de tópico* e mais no *sequenciamento de tópico*, função única que também se destaca para o MD *quer dizer*.

Vejamos um exemplo de como atua o MD *e*, mais frequentemente mantido na função de sequenciador tópico:

(01) Entrevista oral	Entrevista retextualizada
<p>C.A.: ô Lázaro falamos do:: do cinema você estava falando de mostrar o brasileiro não oficia::l que o Claudius falou de mostrar as cenas do dia a dia quando você acha que isso vai inundar a televisão que eu acho que... você acredita que isso vai chegar na novela você que fez teatro cinema e novela...</p> <p>L.R.: eu acho que televisão é mercado é dinheiro é interesse é ibope... e eu acho que tem um movimento do público muito saudável muito bonito que está acontecendo que é o interesse do público... pra essas coisas... e a televisão não é burra... eh:: e se interessa por dinheiro e acho que vai ter que abrir espaço... os autores vão ter que se preocupar com isso... eh:: os produtores de elenco vão ter que se preocupar com isso os diretores vão ter que se preocupar com isso e já começam a se preocupar porque eu lá dentro entrei na Globo agora este ano</p>	<p>C.A.: Você estava falando de mostrar no cinema o brasileiro não oficial; você acha que isso vai inundar a televisão, acredita que isso vai chegar na novela, você que faz teatro, cinema e novela?</p> <p>L.R.: Acho que televisão é mercado, é dinheiro, é interesse, é ibope. E acho que tem um movimento do público, muito saudável, muito bonito, que está acontecendo, que é o interesse do público pra essas coisas. E a televisão não é burra, e se interessa por dinheiro, acho que vai ter que abrir espaço. Os autores vão ter que se preocupar com isso, os produtores de elenco vão ter que se preocupar com isso, os diretores vão ter que se preocupar com isso, e já começam a se preocupar, porque eu, lá dentro, entrei na Globo agora, este ano...</p>

(LR, 118, p.35)

Nesse trecho opinativo, ao desenvolver o tópico “mostrar o brasileiro não-oficial na novela de televisão”, o entrevistado se vale, por diversas vezes, do MD *e* para introduzir argumentos para o tópico, tanto no texto falado como no retextualizado, como segue explicitado em (01’), nos trechos a seguir, repetidos.

(01')	Entrevista oral	Entrevista retextualizada
	<i>e eu acho que tem um movimento do público muito saudável muito bonito que está acontecendo que é o interesse do público... pra essas coisas...</i>	<i><b>E</b> acho que tem um movimento do público, muito saudável, muito bonito, que está acontecendo, que é o interesse do público pra essas coisa</i>
	<i>e a televisão não é burra...</i>	<i><b>E</b> a televisão não é burra</i>
	<i>e se interessa por dinheiro</i>	<i><b>e</b> se interessa por dinheiro</i>
	<i>e já começam a se preocupar porque eu lá dentro entrei na Globo agora este ano</i>	<i><b>e</b> já começam a se preocupar, porque eu, lá dentro, entrei na Globo agora, este ano...</i>

A grande quantidade de MDs *e* mantidos no processo de retextualização com a função de progressão tópica demonstra a produtividade do elemento nessa função, independentemente de o texto ser veiculado pela escrita ou pela oralidade.

No quadro 2 a seguir, observamos a síntese dos resultados obtidos com todos os MDs predominantemente textuais mantidos.

**Quadro 02: Síntese das funções exercidas pelos MDs predominantemente textuais mantidos no texto retextualizado**

MD/Função	Introdução de tópico	Seqüenciamento de tópico	Retomada de tópico	Fechamento de tópico	Total de ocorrências
<i>agora</i>	3	37	11	-	51
<i>aí</i>	1	88	-	-	89
<i>bom</i>	-	-	13	-	13
<i>e</i>	12	164	18	-	194
<i>e aí</i>	-	34	02	-	36
<i>então</i>	-	30	68	12	110
<i>mas</i>	-	13	11	03	27
<i>quer dizer</i>	-	08	-	-	8
TOTAL	16	374	123	15	528

O que se observa, então, é que a função de *sequenciamento tópico* é a que mais se sobressai para os MDs predominantemente textuais mantidos no processo de retextualização, enquanto a de *introdução* e *fechamento de tópico* são as funções menos frequentes para essa mesma classe de MDs.

A função que mais se destaca entre os MDs predominantemente textuais suprimidos é a de *sequenciamento tópico*, e as menos frequentes são as de *introdução* e *de fechamento tópico*, tal como verificado para o comportamento dos MDs predominantemente textuais mantidos no processo de retextualização, com a diferença de que um número sutilmente maior de MDs são atingidos por essa estratégia.

Um exemplo de MD suprimido está em (02):

(02) Entrevista oral	Entrevista retextualizada
O.N.: ele me olhou espantado nunca pediu pra afundar uma praça enorme quatro metros... mas ele fez... então a praça hoje a praça do Havre você anda... pela calçada está vendo a praça embaixo... você é convidado a descer porque tem um um teatro dentro da praça <b>então</b> o sujeito desce e vê a praça... então é uma praça diferente eu não conheço e acho que não existe no mundo uma praça que tenha proporção ( )... e ela foi tombada na França	O.N.: Ele me olhou espantado. Nunca lhe pediram pra afundar uma praça enorme 4 metros. Mas ele fez. Então, na praça do Havre, você anda pela calçada e está vendo a praça embaixo. Você é convidado a descer porque tem um teatro dentro dela, Ø o sujeito desce e vê a praça. Então é uma praça diferente, não conheço outra no mundo. Ela foi tombada.

(ON, 112, p. 35)

No exemplo anterior o MD *então* é suprimido do texto retextualizado sem que a proposição em que o elemento atua sofra modificações substantivas. Colabora para essa eliminação o fato de haver antes e depois do MD retirado outros MDs *então*, o que justifica a eliminação como forma de não fazer uso de um mesmo elemento repetidas vezes.

O Quadro 3 abaixo traz um resumo das funções dos MDs predominantemente textuais que foram suprimidos do texto retextualizado.

**Quadro 03: Síntese das funções exercidas pelos MDs predominantemente textuais suprimidos no texto retextualizado**

MD/Função	Introdução de tópico	Seqüenciamento de tópico	Retomada de tópico	Fechamento de tópico	Total de ocorrências
<i>agora</i>	1	2	2	-	5
<i>ai</i>	-	20	2	-	22
<i>bom</i>	-	9	2	-	11
<i>e</i>	3	40	2	2	47
<i>e ai</i>	-	5	1	-	6
<i>então</i>	-	25	3	1	29
<i>mas</i>	-	3	1	-	4
<i>olha</i>	-	1	-	-	1
<i>quer dizer</i>	-	8	-	-	8
TOTAL	4	113	13	3	133

Desse modo, a escala abaixo reproduz a hierarquização das funções textuais exercidas tanto pelos MDs predominantemente textuais mantidos quanto pelos suprimidos no processo de retextualização.

**Quadro 04: Escala hierárquica de função de MDs predominantemente textuais mantidos e suprimidos no texto retextualizado**

<i>Seqüenciamento de tópico &gt; retomada de tópico &gt; introdução de tópico &gt; fechamento de tópico</i>
---

Com relação aos MDs predominantemente interacionais, a susceptibilidade à supressão é maior do que à manutenção, como previa nossa hipótese, mas encontramos, de todo modo, MDs predominantemente interacionais mantidos. As ocorrências (03) e (04) ilustram a manutenção desses MDs:

(03)	Entrevista oral	Entrevista retextualizada
	C.A.: ele já tinha entregado um CD vazio <b>né?</b> F.C.G.: é mas o CD vazio porque ele quis fazer um teste pra ver se o dinheiro estava lá C.A.: ah::: F.C.G.: porque aí o cara viu o CD e falou “o CD está aqui” “ah o dinheiro está aqui”... aí ele falou “não então tem outro aqui” porque se fosse uma armação de polícia flagrante não sei que “não mas eu estou entregando um CD vazio meu irmão”...	C.A.: Ele já tinha entregado um CD vazio, <b>né?</b> F.C.G.: Mas o CD vazio foi pra fazer um teste e ver se o dinheiro estava lá. Porque aí o cara viu o CD e falou: “O CD tá aqui, e o dinheiro tá aqui”. “Então tem outro aqui.” Porque, se fosse uma armação de polícia, flagrante: “Isso aqui não é nada, é um CD vazio”.

(FCG, 115, p. 36)

(04)	Entrevista oral	Entrevista retextualizada
	C.A.: o senhor é otimista com relação ao futuro da::... O.N.: hein? C.A.: do país o futuro do Brasil? o senhor é um otimista com relação ao bom futuro do Brasil? O.N.: eu sou porque a maioria é que vai comandar <b>não é?</b> ... eles estão com FOME não têm dinheiro um dia a coisa muda <b>não é?</b> ... e a gente tem que estar preparada para quando tiver uma chance disso como teve Fidel... livrando::... Cuba não é?...	C.A.: O senhor é otimista com relação ao futuro do país? O.N.: Eu sou porque é a maioria que vai comandar, <b>não é?</b> Eles estão com fome, não têm dinheiro, um dia a coisa muda, <b>não é?</b> E a gente tem que estar preparada para quando tiver a chance disso, como teve Fidel livrando Cuba.

(ON, 112, p. 34)

Ambos os MDs *né?* e *não é?* são responsáveis pelo avanço da interação. Em (03), o entrevistador demonstra, pelo uso do *né?* ao final da pergunta, que deseja que o entrevistado continue desenvolvendo a idéia exposta. Já em (04), o entrevistado, ao valer-se do MD *não é?* entre o encadeamento de seus argumentos, busca pela aprovação discursiva de seu interlocutor para continuar a desenvolver sua resposta. Ao serem mantidos no texto retextualizado, esses MDs remetem à situação da produção original, o texto oral, na tentativa de manter a situação de produção textual.

O Quadro 5 mostra o resumo das funções dos MDs predominantemente interacionais mantidos.

**Quadro 05: Síntese das funções exercidas pelos MDs predominantemente interacionais mantidos no texto retextualizado**

MD/Função	<i>Checking</i>	Injuntiva	Iniciadora	Total de ocorrências
<i>bom</i>	-	-	07	07
<i>não é?</i>	10	-	-	10
<i>né?</i>	34	-	-	34
<i>olha</i>	-	33	-	33
TOTAL	44	33	07	84

A função de *checking* é a que se destaca dentre os MDs predominantemente interacionais mantidos no texto retextualizado, o que se explica pelo fato de dois dos quatro MDs que se enquadram neste caso (*não é?* e *né?*) concentrarem-se nessa função, enquanto os dois outros, *bom* e *olha* dividem-se entre as funções iniciadora e injuntiva, respectivamente.



Associamos a manutenção desses MDs com a tentativa do retextualizador de transferir a situação de produção da entrevista face a face para o texto retextualizado, embora possivelmente reconheça nesses MDs marcas típicas da oralidade, uma vez que o total de MDs predominantemente interacionais suprimidos é bastante superior ao de mantidos. O fato de o MD *né?* ser o mais suprimido explica-se pelo seu status de forma mais semanticamente vazia do que *não é*, por exemplo.

A supressão de MDs predominantemente interacionais ocorre em número bastante superior ao de manutenção. Esse fato aponta para uma maior associação, por parte do retextualizador, dos MDs predominantemente interacionais com a situação de interação face a face. Em (05) podemos observar um exemplo de supressão:

(05) Entrevista oral	Entrevista retextualizada
C.A.: e as pessoas que estão nessa situação devem optar pelo que a senhora acha? L.E.: <b>olha</b> eu acho que a gente tem que construir aquele novo ciclo histórico social	C.A.: E as pessoas que estão nessa mesma situação devem optar pelo que, a senhora acha? L.E: Acho que temos que construir aquele novo ciclo histórico social.

(LE, 118, p. 22)

O MD *olha*, por ter aspecto de injunção voltada para o interlocutor, é muitas vezes suprimido em virtude das transformações que o texto retextualizado sofre visando à idealização lingüística, tal como prevê Marcuschi (2001). Assim é que sua ausência no texto retextualizado não causa alteração no sentido do texto, apenas abranda a explicitação de uma interação face a face.

O Quadro 6 sintetiza as funções desses MDs suprimidos no texto retextualizado.

**Quadro 06: Síntese das funções exercidas pelos MDs predominantemente interacionais suprimidos no texto retextualizado**

MD/Função	<i>Checking</i>	Injuntiva	Iniciadora	Total de ocorrências
<i>bom</i>	-	-	06	06
<i>não é?</i>	38	-	-	38
<i>né?</i>	118	-	-	118
<i>olha</i>	-	19	-	19
TOTAL	156	19	06	181

O Quadro 7 a seguir demonstra a relação hierárquica entre as funções encontradas para os MDs predominantemente interacionais, tanto mantidos como suprimidos no processo de retextualização:

**Quadro 07: Escala hierárquica de funções dos MDs predominantemente interacionais mantidos e suprimidos no texto retextualizado**

<i>checking</i> > <i>injuntiva</i> > <i>iniciadora</i>
--

Com o trabalho que realizamos até aqui não pretendemos ter chegado a uma resposta definitiva para o comportamento dos MDs no processo de retextualização de

entrevistas, mas pretendemos ter oferecido uma descrição que contribui para o melhor entendimento da atuação de MDs no processo de retextualização.

### **Considerações finais**

No confronto das transcrições das entrevistas originais e de sua contraparte retextualizada nas publicações, tratamos dos casos de MDs mantidos e de MDs suprimidos no processo de retextualização. Da análise do processo de retextualização, os resultados apontaram para uma forte tendência de manutenção dos MDs predominantemente textuais, atuantes principalmente como sequenciador tópico, e da supressão de MDs predominantemente interacionais. Além disso, pudemos constatar que a motivação para a supressão ou manutenção de MDs no processo de retextualização das entrevistas está mais relacionada com as modificações no contexto de ocorrência dos elementos decorrentes do processo do que com o tipo de MD em si.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

GUERRA, A. R. *Funções textual-interativas dos marcadores discursivos*. 2007. Dissertação. (Mestrado em Estudos Linguísticos) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, São José do Rio Preto, 2007.

JUBRAN, C. C. A. S.; KOCH, I. G. V. (Orgs.). *Gramática do português culto falado no Brasil I: Construção do texto falado*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006a.

\_\_\_\_\_. Revisitando a noção de tópico discursivo. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, v. 48, n. 1, p. 33-41, 2006b.

\_\_\_\_\_. Uma gramática textual de orientação interacional. In: CASTILHO, A. T. et al. (Orgs.). *Descrição, história e aquisição do Português Brasileiro: estudos dedicados a Mary Aizawa Kato*. São Paulo: FAPESP; Campinas: Pontes Editores, 2007. p. 313-327.

MARCUSCHI, L. A. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

PENHAVEL, E. Sobre as funções dos Marcadores Discursivos. *Estudos linguísticos*, Campinas, v. 34, p. 1296-1301, 2005a.

\_\_\_\_\_. *Multifuncionalidade e níveis de análise: o papel do conectivo e na organização do discurso*. 2005. Dissertação. (Mestrado em Estudos Linguísticos) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, São José do Rio Preto, 2005b.

RISSE, M. S. Aspectos textuais-interativos dos marcadores discursivos de abertura *bom, bem, olha, ah*, no português culto falado. In : NEVES, M.H.M. (Org.). *Gramática do português falado VII: Novos Estudos*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1999. p. 259-296.

RISSE, M. S. et al. Marcadores discursivos: traços definidores. In: KOCH, I. G. V. (Org.). *Gramática do português falado VI: Desenvolvimentos*. Campinas: Editora da UNICAMP/FAPESP, 1996. p. 21-94.

\_\_\_\_\_. Traços definidores dos marcadores discursivos. In: JUBRAN, C. C. A. S.; KOCH, I. G. V. (Orgs.). *Gramática do português culto falado no Brasil I: Construção do texto falado*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006. p. 403-425.

# A mudança de *footing* numa entrevista televisiva: construção e reconstrução de imagens sociais

(The change of footing in a television interview: construction and reconstruction of social images)

**Bruna Wysocki**

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) – Universidade de São Paulo (USP)

bruna.wysocki@gmail.com

**Abstract:** This paper aims to analyze the changes of footing that help to define and / or redefine a social image attributed to participants in a television interview, according to the theoretical principles of sociolinguistics and conversational analysis. Therefore, we emphasize Gregory Bateson (2002) and his studies on framings, Deborah Tannen (1983) and his research on issues related to the construction and interpretation of meanings and Goffman (2002), who worked with concepts such as footing and conversational rituals.

**Keywords:** footing, framing, interview, image.

**Resumo:** O presente trabalho tem por objetivo analisar as mudanças de *footing* que contribuem para definir e/ou redefinir uma imagem social atribuída aos participantes de uma entrevista televisiva, de acordo com pressupostos teóricos da Sociolinguística Interacional e da Análise da Conversação. Sendo assim, destacamos Gregory Bateson (2002) e seus estudos sobre enquadres; Deborah Tannen (1983) e suas pesquisas sobre questões relacionadas à construção e interpretação de significados e Goffman (2002), que trabalhou com conceitos como *footing* e rituais conversacionais.

**Palavras-chave:** *footing*, enquadre, entrevista, imagem.

## 1. Considerações iniciais

É pertinente aos seres humanos a preocupação em saber se a imagem transmitida aos outros indivíduos, durante um encontro social, é compatível com aquela que realmente desejam transmitir aos que os observam. Seja pela aparência física, seja pelo discurso construído em uma interação verbal, torna-se comum o anseio em garantir uma imagem conforme valores sociais aceitos em determinada cultura.

No que se refere aos homens públicos, envolvidos com políticas partidárias, sabemos que precisam veicular uma imagem apropriada para conseguirem atingir seus objetivos: entre eles, vencer uma eleição. Neste caso, o trabalho com a construção de uma imagem, compatível com valores e crenças de uma sociedade, torna-se essencial, conforme salienta Goffman (2004, p. 12).

A interação, considerada um processo verbal e social, estará presente nas entrevistas, em que encontramos sujeitos que interagem por meio de perguntas e respostas e elaboram seus enunciados, conforme seus objetivos. Ao interagirem, os participantes de uma entrevista têm por objetivo não só a troca de informações, mas também o intuito de compreenderem e de se fazerem compreender.

Como há revezamento de posições, (entre quem fala e quem interpreta), cada participante de uma interação verbal contribui, parcialmente, no projeto de construção de sentido do outro, ou seja, a interação é uma atividade cooperativa, em que seus interlocutores contribuem para sua elaboração (BRAIT, 1999, p. 195).

Porém, para que os interactantes possam colaborar, é necessário que entendam as mensagens transmitidas pelos seus interlocutores e, assim, torna-se essencial o reconhecimento de dados contextuais que informem como o interactante deve compreender e quais as ações deve realizar, a fim de que seja compreendido, de acordo com suas intenções. Deste modo, a interação é um lugar de construção de sentidos e relações sociais.

Para que possamos estudar a influência das mudanças de *footing* na construção e/ou reconstrução da imagem social de um interactante, durante uma interação verbal, apresentaremos a seguir algumas considerações sobre contexto, enquadre e esquema.

## 2. A influência do contexto nas interações face a face

A noção de contexto tem sido estudada por várias áreas do conhecimento (Linguística, Pragmática, Psicologia, Sociolinguística, Etnolinguística) e, segundo Duranti e Goodwin (1992, p. 2), isso torna difícil formularmos uma definição de contexto única, precisa e técnica, pois a noção de contexto envolve uma perspectiva bastante restrita e apresenta tratamentos divergentes:

the terms means quite different things within alternative research paradigms, and indeed even within particular traditions seems to be defined more by situated practice, by use of the concept to work with particular analytic problems, than by formal definition.<sup>1</sup>

Entretanto, essa complexidade exposta pelas diversas teorias aponta para a preocupação e importância do estudo sobre o contexto e sua influência na compreensão das atividades da linguagem. Assim, segundo os autores (DURANTI; GOODWIN, 1992), o contexto pode ser entendido como um enquadre (*frame*) que envolve o evento examinado e fornece pistas para uma interpretação apropriada.

Isso nos permite dizer que os interactantes interpretam o que está acontecendo com base nas informações de um enquadre interacional e conceitual, o que relaciona os estudos do contexto com uma noção cognitiva que vai além das características físicas de produção.<sup>2</sup> Consideraremos, portanto, nas interações verbais, que informações de ordem social e cognitiva relacionam-se em um processo de compreensão do discurso, ou seja, o conhecimento da situação social e de normas comunicativas, juntamente com informações cognitivas, tais como crenças, opiniões, conhecimentos prévios e

---

<sup>1</sup>O termo significa coisas bastante diferentes dentro de paradigmas de pesquisa alternativos e até mesmo dentro das tradições particulares que parecem ser mais definidas pelas práticas situadas, pelo uso do conceito para trabalhar com problemas analíticos do que com uma definição formal.

<sup>2</sup> Malinowski (1923) e Halliday (1978) propõem o conceito de contexto de situação, numa referência às características encontradas no entorno material (cenário, atos e acontecimentos) e que são pertinentes ao discurso produzido. Coseriu (1962) denomina contexto extraverbal o conjunto de circunstâncias não-linguísticas que, física ou culturalmente, envolvem o ato de enunciação e distingue-os em: contexto físico, contexto empírico, contexto natural, contexto prático ou ocasional, contexto histórico e contexto cultural. Parret (1988), ao estudar os 'tipos' de pragmática, aponta cinco tipos de contextos, a saber: contexto contextual, contexto existencial, contexto situacional, contexto acional e o contexto psicológico. Apesar da existência de vários contextos, conforme explicitamos brevemente, preferimos delimitar dois contextos em nosso trabalho – o situacional e o cognitivo – devido à relação estabelecida entre estes e a escolha de estratégias discursivas para a reconstrução da imagem.

enciclopédicos são estrategicamente acionados pelos interactantes com o intuito de compreenderem-se mutuamente.

Dessa maneira, numa perspectiva sociointeracional, Gumperz (1997, p. 230) considera que “a noção de contextualização precisa ser entendida com referência a uma teoria da interpretação” e, numa noção mais dinâmica de contexto, propõe uma propriedade de “mão dupla”, no sentido de que o uso linguístico tanto reflete (situa a produção discursiva) como produz contextos (é gerado no processo comunicativo). Assim, a relação entre discurso e contexto se baseia num duplo movimento, em que o discurso é condicionado pelo contexto, ao mesmo tempo em que pode transformar esse mesmo contexto, durante uma interação verbal.

Numa perspectiva cognitiva, Van Dijk (2004, p. 17) comenta que o contexto envolve o processamento e interpretação de informações exteriores e o uso de informações internas e cognitivas. Posteriormente, o mesmo autor (VAN DIJK, 2005, p. 24) complementa essa informação ao atribuir ao contexto categorias as quais definem as condições físicas de sua produção, como a definição global da situação, a localização (tempo e espaço), as ações em curso (discursos e gêneros do discurso), os vários papéis dos participantes da interação (comunicativo, social e institucional); e categorias que definem representações mentais como finalidades, conhecimento, opiniões, atitudes e ideologias.

Ainda segundo esse estudioso (VAN DIJK, 2005), ao abordar as características do contexto, propõe o estudo de modelos mentais que fornecem as informações relevantes para a produção e compreensão de enunciados. Esses modelos constituem representações cognitivas de experiências pessoais relativas a ações, acontecimentos ou situações particulares, localizados na memória episódica.<sup>3</sup>

Isso significa que nossos conhecimentos, obtidos de experiências anteriores e os quais utilizamos para preencher as informações não explicitadas durante a interação, com o intuito de produzirmos ou entendermos os enunciados de acordo com os propósitos dos interactantes, são armazenados na memória.

É preciso destacar, dada sua importância, os conceitos de dois modelos cognitivos responsáveis pelos conhecimentos de mundo necessários à compreensão e que se relacionam com o contexto, construído e interpretado durante a conversação: os esquemas e enquadres.

### **3. Esquemas e enquadres**

Entre os autores que se preocuparam com os elementos estruturais da situação de fala, destacamos Gregory Bateson (2002) e seus estudos sobre enquadres, Deborah Tannen (1983), que trabalhou com as questões relacionadas à construção e interpretação de significados e Goffman (2002), com seu conceito sobre *footing* e rituais conversacionais.

---

3 Segundo Kato (1993, p. 52), existem três tipos de memórias: a de curto termo, onde armazenamos uma quantidade limitada de sequências de números ou de palavras; a de médio termo ou operacional, que comporta o conteúdo proposicional, ou seja, as unidades lógicas de significado; e a de longo prazo, onde são guardadas as informações mais permanentes, como o conhecimento linguístico e o conhecimento de mundo. Na memória de longo termo é que encontramos a memória episódica, onde ficam registrados os fatos particulares vivenciados pelo indivíduo, e a memória semântica, onde se encontram as informações adquiridas pela transmissão do saber, seja através da escrita, do som ou da visão.

Para Bateson (2002, p. 90), os interlocutores estão preocupados em identificar sinais que contextualizam os enquadres, a fim de que possam fornecer uma resposta adequada à situação presente e contribuir com mais eficiência na construção da comunicação em curso – para identificarmos se um enunciado é uma brincadeira ou uma ironia, precisamos identificar pistas, durante a interação, que possibilitem a interpretação de acordo com as intenções do locutor; porém, nem todas as pistas servem para interpretar um evento – é o caso da ironia, em que o sinal verbal pode não dar pistas ao interlocutor de que a situação não deve ser entendida como uma brincadeira.

Dessa forma, para entendermos se o enunciado é, de fato, uma brincadeira, ou ironia, precisamos selecionar, entre os sinais, aqueles que devem ser incluídos e atuam como premissas para a interpretação de um evento. Esses sinais constituem metagensagens que, implicitamente, fornecem instruções de como o interlocutor deve interpretar e/ou produzir um enunciado. O enquadre seria, dessa maneira, o resultado do uso de premissas ou metagensagens que orienta a compreensão do enunciado.

Tannen (1983, p. 21) considera que o enquadre, enquanto resultado de premissas, também deve ser o resultado de conhecimentos prévios compartilhados. A autora propõe o conceito de estruturas de expectativa, isto é, conhecimentos adquiridos pelas pessoas através de experiências anteriores e que são compartilhados em determinada sociedade. Esses conhecimentos compartilhados é que nos possibilitam realizar associações e inferências sobre pessoas e acontecimentos durante uma interação.

Ao interagirem verbalmente, os interactantes acionam sinais indicadores das estruturas de conhecimento que devem ser utilizadas para compreenderem um determinado enunciado. Nessa perspectiva, podemos dizer que a interpretação ocorre em função da seleção e sinalização de certas estruturas de expectativa.

Tannen e Wallat (2002, p. 183) distinguem duas estruturas de expectativas: os enquadres interativos e os esquemas de conhecimento. A primeira categoria, enquadre interativo, refere-se à interpretação feita pelo interactante, a respeito do que acontece em uma interação; ocorre quando um interactante constrói o sentido referente ao que está sendo feito em uma interação. Ele “situa a metagensagem contida em todo o enunciado, sinalizando o que dizemos ou fazemos, ou como interpretamos o que é dito e feito.” (RIBEIRO; GARCEZ, 2002).

A segunda categoria, “estrutura de conhecimento”, conhecida como *esquemas*, refere-se às expectativas dos interactantes em relação às pessoas, objetos, cenários e modos de interação. É o conhecimento de experiências anteriores que auxiliam no entendimento do significado de uma elocução. Essas experiências anteriores é que nos possibilitam preencher informações não proferidas no enunciado.

A distinção entre os enquadres interativos e os esquemas de conhecimento proposta por Tannen e Wallat (2002, p. 183) possibilita-nos analisar as interações tanto numa perspectiva interacional, em que os interactantes sinalizam e negociam mudanças contextuais, quanto numa perspectiva de sentido, em que os interactantes adquirem e utilizam conhecimentos prévios para associarem a situações comunicativas, com o intuito de interpretarem e fazer compreender os enunciados.

Nas interações, os interactantes estão sempre propondo ou mantendo enquadres, que orientam e organizam o discurso em relação ao contexto. Isso nos permite observar que há uma ligação entre os esquemas (esquemas de conhecimento) e os enquadres interativos, pois o interactante precisa estabelecer relações entre o enquadre definido

em determinada interação e seus conhecimentos adquiridos em experiências anteriores (esquemas), para que possa, enfim, interpretar o que está sendo comunicado.

Com o intuito de indicarem como os interactantes enquadram os eventos, as autoras (TANNEN; WALLAT, 2002, p. 192) recorrem às pistas e aos marcadores linguísticos, numa tentativa de explicarem as mudanças de enquadres por meio de uma base estrutural, ou seja, através das mudanças de *footing*.

#### **4. As mudanças de *footing* e as pistas de contextualização**

Ao discutir o conceito de *footing*, Silva (2003, p. 188) o define como uma questão situacional presente na interação e que designa “a sinalização das mudanças na projeção de identidade ou na orientação dos participantes em relação uns aos outros e em relação ao processo interacional”.

Sendo assim, o *footing* é um alinhamento, uma postura, uma projeção pessoal em relação ao outro interactante, a si mesmo e ao discurso em construção (GOFFMAN, 2002, p. 107). Uma mudança do *footing* acarreta uma mudança no alinhamento assumido pelos interactantes, expressa na maneira como conduzimos a produção ou a recepção de uma elocução, isto é, ao detectarmos uma mudança de *footing*, encontramos também uma mudança no enquadre.

Entendido desse modo, constituem o aspecto dinâmico dos enquadres e, principalmente, a sua natureza discursiva. Numa situação face a face, os *footings* são “introduzidos, negociados, ratificados (ou não), co-sustentados e modificados na interação” (GOFFMAN, 2002, p.?)

Assim, cada enquadre interativo faz com que o interactante estabeleça um *footing* distinto, isto é, os participantes de uma interação procuram um alinhamento para si e para os outros participantes, conforme o enquadre estabelecido. Se houver uma mudança de enquadre, esses participantes precisam se alinhar novamente, de acordo com a nova situação estabelecida, ou seja, precisam provocar um *footing*.

A esse respeito, Aquino (2005, p. 175) destaca:

A percepção do alinhamento, enquadres e de suas dinâmica auxiliam na formulação dos enunciados imediatos e na compreensão das metamensagens que devem ser recuperadas pelos interlocutores durante a organização do discurso do qual participam.

Isso quer dizer que, se a cada mudança de enquadre ocorrer uma mudança de *footing*, as pistas e marcadores que sinalizam as mudanças de *footing* podem também nos auxiliar na observação das mudanças de enquadres, ou seja, para entender os objetivos do locutor ao produzir uma elocução, o interlocutor precisa reconhecer marcas no discurso que sinalizem a mudança de *footing*, chamadas, por Gumperz (2002, p.152), pistas de contextualização, e assim entendidas :

(...) é através de constelações de traços presentes na estrutura da superfície das mensagens que os falantes sinalizam e os ouvintes interpretam qual é a atividade que está ocorrendo, como o conteúdo semântico deve ser entendido e como cada oração se relaciona ao que se precede ou sucede. Tais traços são denominados *pistas de contextualização*.

É possível dizer, a partir do exposto, que os participantes de uma interação verbal utilizam pistas de natureza sociolinguística tanto para sinalizarem seus propósitos comunicativos, quanto para inferirem os propósitos conversacionais de seus interlocutores. São pistas linguísticas, as alternâncias de código, de dialeto ou de estilo, as escolhas lexicais e sintáticas, expressões pré-formuladas, aberturas e fechamentos conversacionais; pistas paralinguísticas, o valor das pausas, o tempo da fala, as hesitações; pistas prosódicas, a entoação, o acento, o tom; e pistas não-verbais, o direcionamento do olhar, o distanciamento entre os interlocutores e suas posturas, os gestos.

Dessa forma, consideraremos que o *footing* só pode ser identificado pelo interlocutor se este perceber as pistas linguísticas sinalizadas pelo locutor, as quais o conduzirão a interpretar o contexto em que ocorre o evento.

Gumperz (2002, p. 153) considera que as pistas de contextualização só podem ser estudadas dentro de um contexto, visto que fazem parte do processo interativo. Quando ocorrem, mudam o caráter do que aconteceu anteriormente e remodelam todo o curso de uma interação. Assim como diferentes esquemas e enquadres podem ocasionar mal-entendidos, o não reconhecimento da função de uma das pistas de contextualização pode, também, provocar uma divergência de interpretação.

A seguir, apresentaremos as bases estruturais definidas por Goffman (2002, p. 136) para explicar as mudanças de *footing*, numa perspectiva sociolinguística: a estrutura de participação, o formato de produção e o conceito de encaixamento.

## 5. As bases estruturais do *footing*

Para Goffman (1986, p. ??), o verbal e o social não podem ser separados, visto que os eventos de interação representam o lugar onde são determinadas a imagem e a ordem social. Sendo assim, na entrevista televisiva, temos a presença de entrevistadores e entrevistados preocupados em construir e/ou reconstruir uma imagem social através da interação verbal.

Nas entrevistas televisivas, podemos observar que os interactantes não só trocam informações mas, ao desempenharem seus papéis discursivos e sociais, constroem juntos o discurso, numa tentativa de influenciar os outros participantes da interação. Deste modo, consideramos “todos os destinatários de uma mensagem, mesmo aqueles que não são tão evidentes, exercem um importante papel no desenvolvimento da interação” (KERBRAT-ORECCHIONI, 1990, p. 89).

Um indivíduo que fala pode desempenhar papéis ou funções em relação aos outros participantes da interação. Porém, segundo Goffman (2002, p. 128), os conceitos falante e ouvinte não são suficientes para explicar as posições de participação e a complexidade dos papéis comunicativos. Assim, ao tratar da estrutura de participação, o autor (GOFFMAN, 2002) aborda questões ligadas ao ouvinte, enquanto o formato de produção refere-se às questões relacionadas ao falante.

Em relação àquele que acompanha o enunciado do locutor, o indivíduo poderá participar da interação como um ouvinte ratificado (aquele que faz parte da interação) ou não-ratificado (que não faz parte diretamente da interação). Entre os ratificados, há três tipos de *status*: ouvinte endereçado (a quem a fala é dirigida diretamente), ouvinte não-endereçado (a quem a fala não é dirigida especificamente, mas tem *status* participativo) e plateia (conjunto de ouvintes em contextos institucionais).



Assim, a relação de um dos interactantes com um enunciado é considerada um “*status* de participação”, enquanto a relação de todos os participantes de uma interação com um enunciado é o que Goffman (2002, p. 136) denomina “estrutura de participação”.

É importante notar também que as posições estruturais podem se alterar, pois, em uma interação com mais de duas pessoas, alguns de seus participantes podem iniciar uma “comunicação subordinada”, ou seja, uma conversa próxima ao local em que acontece a “comunicação dominante”. Goffman (2002, p. 129) apresenta três possibilidades de “comunicação subordinada” durante uma interação verbal: “jogo paralelo” (entre participantes ratificados), “jogo cruzado” (entre participante ratificados e não-ratificados) e “jogo colateral” (palavras murmuradas entre participantes não-ratificados).

Na proposta de Goffman (2002, p. 133), o formato de produção é constituído pelos conceitos de animador (quem produz sonoramente o texto), autor (quem produz o conteúdo do texto) e responsável (quem delimita sua posição em relação ao texto, ou seja, aquele que está comprometido com o que as palavras expressam).

Desta maneira, num texto memorizado e recitado em voz alta, é possível que um animador produza sonoramente um enunciado sobre cujas formulações não tenha qualquer responsabilidade, ao mesmo tempo em que transmite opiniões e sentimentos alheios. Já no caso da tradução simultânea de um discurso, encontramos um responsável comprometido com os enunciados, mesmo que estes não tenham sido elaborados por ele. Esses exemplos contribuem para percebermos que o termo falante não é suficiente para diferenciar o papel de animador, autor e responsável.

A possibilidade de alternância dessas posições contribuirá para que os participantes de uma interação percebam a mudança de *footing*: uma nova projeção de identidade será realizada. Porém, essas estruturas e formatos só contemplam questões sociológicas de uma base estrutural para a análise de *footing* e, para que possamos proceder a um estudo linguístico que englobe também questões do caráter auto-referencial e independente do discurso, Goffman (2002, p. 136) propõe um exame dos encaixamentos nas construções dos enunciados.

Segundo esse estudioso, ao analisar as variações nos formatos de produção, o animador, em seu discurso, pode citar o que ele próprio disse, ou o que uma outra pessoa disse, em um momento sobre o qual se está falando. Nesses casos, encontramos dois animadores: um que anima os sons ouvidos, quando ocorre o discurso, e um “animador encaixado”, ou seja, uma “figura” encaixada no discurso pertencente ao “universo sobre o qual se está falando” (GOFFMAN, 2002, p. 137).

Logo, quando optamos por citar em nosso discurso o que foi dito por outra pessoa, provocamos uma mudança em nosso *footing*: “Pois, obviamente, quando em vez de dizermos algo nós mesmos, optamos pelo relato do que o outro disse, estamos mudando nosso *footing*” (GOFFMAN, 2002, p. 141).

Essas explicações sobre enquadres, esquemas e *footing* possibilita-nos analisar o contexto, em interações face a face, a partir de dois aspectos: o primeiro refere-se às análises dos processos de organização pelos quais os conteúdos mudam de um instante a outro; o segundo corresponde às observações dos processos de cognição social, por meio dos quais os interactantes monitoram os indicadores verbais e não verbais de tais mudanças (ERICKSON; SHULTZ, 2002, p. 234).

A seguir, para melhor elucidar os conceitos abordados e demonstrarmos como as mudanças de *footing* podem ser utilizadas em favor da construção e/ou reconstrução de imagens sociais, indicaremos alguns exemplos obtidos do *corpus* destinado à pesquisa.

## 6. Análise do *corpus*

O *corpus* utilizado neste trabalho constitui-se de uma entrevista televisiva, transmitida pelo SBT, em agosto de 1998. Na ocasião, o entrevistado, ex-presidente Fernando Collor de Melo, locutor 2 (L2), pretendia candidatar-se novamente à Presidência da República, após ter sido afastado em 1992 de seu cargo político, devido às denúncias de corrupção no governo federal. Seu auditório é composto por estudantes de ensino médio e universitário, indicados pelos locutores 3, 12 e 13 (L3, L12, L13), que solicitam ao apresentador e mediador Sérgio Groisman, locutor 1 (L1), a oportunidade de realizarem perguntas ao entrevistado.

Para entendermos os enunciados produzidos, precisamos ter armazenados, em nossa memória, os esquemas de conhecimento que nos permitam associar o que está sendo enquadrado com os acontecimentos que ocorreram no passado político do país. Assim, na pergunta realizada por L3, no exemplo 1, verificamos a necessidade de interactantes buscarem esquemas de conhecimento, armazenados em suas memórias, que lhes informem aquilo que não está expresso no enunciado, como o significado de *impeachment* e os acontecimentos relacionados a esse processo, ocorridos na época em que o entrevistado, Fernando Collor de Melo, elegeu-se Presidente do Brasil.

- (1) L3: Rodrigo do Colégio Arbes... o senhor acredita que foi julgado e condenado por que estava num partido de menor poder político? assim... se o Sr. estivesse num PMDB ou num PFL se não... não seria condenado... no *impeachment*?

Entretanto, podem ocorrer situações interacionais em que os participantes tenham diferentes esquemas, ocasionando, assim, mal-entendidos ou até mesmo uma mudança nos enquadres interativos: “quando os participantes têm diferentes esquemas, o resultado pode ser confusão, conversa cruzada e, com frequência, o surgimento de mudança nos enquadres interativos” (TANNEN; WALLAT, 2002, p. 206).

No exemplo a seguir (2), destacamos o segmento em que verificamos que a entrevistadora propõe um enquadre “edição do debate entre Lula e Collor realizada pelo Jornal Nacional”, conforme seu esquema acionado, e o entrevistado manifesta desconhecimento, ou seja, seu esquema não é o mesmo da entrevistadora e, por isso, ele não reconhece o enquadre proposto por ela.

Podemos observar que o entrevistado, para responder a pergunta de L13 emprega uma estratégia argumentativa em que compara e qualifica sua atuação no primeiro e no segundo debates, a fim de mudar o enquadre (a ajuda da Rede Globo) criado pela entrevistadora (L13). Através dessa estratégia, Collor propõe um novo enquadre, de acordo com seus objetivos: o último debate lembrado pelas pessoas foi aquele em que teve uma melhor atuação.

- (2) L13 já que tava falando de manipulação... eu queria saber se... você não acha que se não tivesse sido tão ajudado pela Rede Globo... principalmente no seu último debate com o Lula que foi editado para ser passado no Jornal Nacional se o senhor teria ganhado as eleições? ((gritos e aplausos do auditório))

- L2 (...) é difícil haver manipulação quando a transmissão é ao vivo... que manipulação pode haver?... nenhuma manipulação eu acredito que o o... o fundamentalmente o que... o que houve... o que houve... o que houve do mesmo modo que no primeiro debate eu não fui bem... no segundo debate eu acho que fui melhor que o Lula... então o que ficou foi a impressão do último debate
- L13 mas a edição que eu estou falando é::um resumo que foi feito pra ser passado no Jornal Nacional... eles fizeram um resumo de seis minutos... que passou:: praticamente :: um minuto a mais do senhor falando que o Collor/que o Lula
- L2 bom isso aí eu não não imaginei não peguei não sei ((vais do auditório)) mas fundamentalmente o que houve foi isso quer dizer o debate passou ao vivo... o debate passou ao vivo

Entretanto, ao constatar que a resposta do entrevistado não foi satisfatória, o locutor L13 propõe um realinhamento para que o entrevistado possa entender o enquadre da pergunta e, pela segunda vez, Collor (L2) não reconhece o enquadre proposto por L13 e não responde satisfatoriamente, conforme o enquadre sugerido pelo entrevistador L13.

No exemplo 3, diferentes esquemas resultam na mudança de enquadre provocada por L1 e faz em que L2 se realinhe de acordo com o novo enquadre: “me refiro/quer dizer é uma força de expressão”.

- (3) L2: (...) e o que eu desejo agora... é nada mais nada menos... que seja dado o diREItO ao eleitor de fazer esse julgamento... sem intermediários... que votem contra mim ou a favor de mim... mas o eleitor... representando a sua consciência representando o seu desejo representando as suas expectativas... e não que... meia dúzia de gatos pingados... lá no Congresso Nacional... se arvorem no direito de em nome de 35 milhões de eleitores... de fazerem o que fizeram (...)
- L1: agora...é ...quando quando ((aplausos)) quando o senhor fala ((pausa prolongada)) quando o senhor fala quatro ou cinco gatos pingados... o senhor tá se referindo a maioria do Congresso naquele momento... TAMBÉM eleito pelo povo assim como o senhor?
- L2: sem dúvida sem dúvida/me refiro/quer dizer ao Congresso Nacional comandado... por este que eu já falei o nome... e que em nome de 35 milhões... né?... tomaram aquela atitude sem terem autoridade moral é uma força de expressão... eu me refiro ah::

Assim, no momento em que o entrevistado L2 compromete-se com seu enunciado, inserido no discurso de L1 (exemplo 3), observamos a ocorrência do *footing* (GOFFMAN, 2002): por meio da metadiscursividade,<sup>4</sup> L2 reenquadra o que foi dito de acordo com o novo enquadre proposto por L1 (“me refiro/quer dizer”).

Podemos verificar, ainda no exemplo 3, que o mediador se ajusta na posição de entrevistador, o que ocasiona uma mudança em seu *status* (GOFFMAN, 2002, p. 126): de participativo de plateia (conjunto de ouvintes ratificados a quem a fala é direcionada)

<sup>4</sup> O metadiscorso caracteriza-se por ser um discurso que se torna evento e objeto de menção, fazendo referência ao próprio processo discursivo. Segundo Risso e Jubran (1998), os enunciados metadiscursivos operam no âmbito da atividade enunciativa, em que evidenciam momentos de processamento verbal na interação, estabelecendo-se como elementos de antecipação, avaliação e comentários da produção discursiva.

transforma-se em ouvinte ratificado endereçado (aquele a quem a fala é dirigida especificamente). Ao mudar seu *status*, L1 deixa de ser um mediador e transforma-se em entrevistador, alinhando-se, portanto, de acordo com o novo enquadre criado.

No momento em que o entrevistado responde uma pergunta elaborada pelo mediador, este assume o *status* de ouvinte ratificado endereçado, já os adolescentes presentes no programa e os telespectadores possuem o *status* de plateia.

No exemplo 4, Collor procura uma aproximação da imagem popular de Lula, o candidato que, em 1998, era o principal opositor do governo de Fernando Henrique Cardoso.

(4) L2: porque... o Lula e outro dia num programa de rádio... outro dia num programa de rádio... outro dia emBOra eu ache que num segundo turno estaremos novamente eu e Lula... mas num ((gritos da plateia)) num programa ((gritos da plateia)) me permitam dizer isso ((gritos da plateia)) bom ((silêncio)) mas deixa eu dizer... deixa/deixa eu dizer... então eu estava num...num programa... num programa de rádio num debate... e me perguntaram alguma coisa sobre o:... eleição e sobre:: o Lula ...e tal e eu me referi ao Lula como o companheiro Lula... e havia dentre os jornalistas dois que eram do PT... e eles intrigados com aquilo de companheiro companheiro aí ele me pergunta... mas pera aí... como chamá-lo de companheiro... ele não é seu companheiro... aí eu disse engano seu... nós fomos companheiros no:: na campanha das diretas... nós fomos companheiros na disputa pela presidência em 89... e hoje somos companheiros na mesma visão crítica que TEMos... do governo FHC... então não posso /posso dei/ é:: é:: deixar de dizer que eu me considero HOje... e nessas circunstâncias um companheiro... e falo...e falo que num segundo turno embora eu acredite... segura e sinceramente... que num segundo turno estaremos Lula e eu novamente reedidando... a final de 89... se houver... se houver se...não der isso... e se der Fernando Henrique e Lula... eu votarei em Lula para presidente

Assim, o entrevistado se intitula companheiro de Lula, numa referência aos ideais políticos positivos almejados pelos dois: “nós fomos companheiros no:: na campanha das diretas... nós fomos companheiros na disputa pela presidência em 89... e hoje somos companheiros na mesma visão crítica que TEMos... do governo FHC...”. A própria concepção da palavra “companheiro” utilizada por Lula ao tentar aproximar seu interlocutor do grupo formado por seu partido (Partido dos Trabalhadores – PT) é alterada, de acordo com os objetivos de Collor: a palavra “companheiro”, no exemplo 4, indica a participação de Collor e Lula em momentos importantes da história brasileira, como nas Diretas Já e nas Eleições de 1989. Desta maneira, podemos observar que Collor emprega a palavra “companheiro” sob um novo enquadre: no sentido de participarem juntos de alguns fatos históricos, mesmo que em partidos diferentes.

No exemplo seguinte (5), o entrevistado, sabendo que seus interlocutores e o público-alvo do programa são jovens, procura aproximar-se de valores que presume serem positivamente aceitos entre os participantes do programa (“sempre pratiquei os meus esportes a vida ao ar livre e... nas vezes que eu posso falar com pessoas como vocês eu sei que vocês gostam também muito de esportes”).

(5) L2 (...) eu sempre fui uma pessoa dedicada a uma vida exTREmamente saudável... sempre fui... sempre fui... desportista... não é?... sempre pratiquei os meus esportes a vida ao ar livre e... nas vezes que eu posso falar com pessoas como vocês eu sei que vocês gostam também muito de esportes eu digo olha minha gente... vão pro esporte vão pra fazer uma atividade física deixa essa coisa de droga de lado porque não leva... ninguém a nenhum lado... então eu quero é exaltar é exaltar a saúde... a condição e o condicionamento físico... como uma maneira que nós temos de administrar BEM... aquilo que Deus nos deu que foi o nosso corpo... se nós não administrarmos BEM... o nosso corpo cuidando da nossa saúde... nós não saber/ saberemos administrar nada na nossa vida.

Assim, para aproximar-se de seu público-jovem, define-se como uma pessoa saudável e, ao relatar seu gosto por esportes, L2 produz encaixamentos (GOFFMAN, 2002, p. 136) através do pronome “eu” (“eu digo”; “eu quero”), sinalizando mudanças de *footing* para novos enquadres: o locutor se projeta no discurso para aconselhar seu interlocutor (“eu digo”) e, em seguida, indicar os benefícios que o esporte traz à saúde (“eu quero”).

No exemplo seguinte (6), a manipulação é o tópico proposto pela locutora L12, que identifica, no desejo de Collor em se candidatar novamente, uma ameaça à face<sup>5</sup> daqueles que foram a favor de seu *impeachment*.

- (6) L12 é:: eu quero saber se:::assim/se:: quer se submeter a um julgamento popular agora né?... então eu quero saber se você não acha... que:: o seu poder de persuasão é maior que a capacidade de discernimento do povo que não tem cultura e não tem e...ducação necessária pra/e é facilmente manipulado? ((gritos e aplausos do auditório))
- L2 veja que:: ((gritos do auditório)) você me atribui um poder de persuasão que eu não sei se tenho... o que eu sei que tenho
- L(?) □ (incompreensível)
- L2 □ bom então se tenho obrigado ((risada do locutor e aplausos do auditório)) agora... agora... agora pessoal... o que eu sei que tenho é o seguinte... é o que muitos de vocês têm... eu não sei fazer nada na minha vida que não seja com paixão... com ardor e ((risos e gritos do auditório)) com vontade ((risos e gritos do auditório)) não não a paixão piegas ((risos)) não... não... cês estão entendendo... não é essa paixão não é essa paixão piegas paixão piegas é uma paixão no sentido de me dedicar inTEgralmente àquilo que eu tô fazendo... então... então... às vezes... às vezes... vocês é como ela entende a persuasão... ah:: talvez seja a vontade que eu tenho de transmitir a Minha verdade cada um tem a sua verdade... (...)

O interlocutor L12, ao comprometer o entrevistado com o que disse, cria um enquadre de um político que menospreza o seu eleitorado. Porém, o entrevistado promove um realinhamento ao tentar mudar o enquadre criado por L12, utilizando um recurso metadiscursivo quando traz para seu enunciado uma avaliação do discurso produzido por L12: “você me atribui um poder de persuasão que não sei se tenho”.

Collor provoca uma outra mudança de *footing* sinalizada pelo marcador metadiscursivo: “o que sei que eu tenho é o seguinte”. Sendo assim, L2 muda o enquadre “persuasão” construído por L12 e constrói um novo: “é paixão e vontade”, não aceito pela plateia, que produz gritos e risadas.

O locutor L2, percebendo que não foi compreendido como pretendia, reconstrói seu enunciado para conseguir a interpretação desejada para o seu novo enquadre: “não a paixão piegas ((risos)) não... não... cês estão entendendo...(…) é uma paixão no sentido de me dedicar inTEgralmente àquilo que eu tô fazendo...”.

## 7. Considerações finais

Cada enquadre faz com que o interactante estabeleça um *footing* distinto, isto é, os participantes de uma interação procuram um alinhamento para si e para os outros participantes, conforme o enquadre estabelecido. Se houver uma mudança de enquadre,

<sup>5</sup> Goffman (1974), em seus estudos, define a noção de face como uma expressão social do eu individual. Sendo assim, em determinados encontros sociais, podem ocorrer incidentes que ameacem a face de um dos interactantes, ou seja, que prejudique a imagem social de um dos participantes da interação.

esses participantes precisam se alinhar novamente, de acordo com a nova situação estabelecida, ou seja, precisam provocar um *footing*.

Sendo assim, pudemos observar, nas análises realizadas, que numa linha de ação coerente com seus objetivos, o entrevistado (L2) projetou uma definição da situação em que informou, a seus interlocutores, como deveria ser interpretada sua imagem (GOFFMAN, 2004); entretanto, os outros participantes não aceitaram e provocaram constantemente uma mudança de *footing* (GOFFMAN, 2002), ou seja, uma mudança na projeção do eu, um realinhamento de postura que ocasionou novos enquadres (sentido construído em uma interação). Esses novos enquadres realizados pelos entrevistadores (L1, L12 e L13) dificultaram a tentativa de Collor (L2) em construir e reconstruir uma imagem abalada pelos escândalos políticos de 1992, durante a entrevista televisiva no Programa Livre.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AQUINO, Z. G. O. Diálogos da mídia – o debate televisivo. In: PRETI, D. (Org.). *Diálogos na fala e na escrita*. São Paulo: Humanitas, 2005. p. 171-193.
- BATESON, G. Uma teoria sobre brincadeira e fantasia. In: RIBEIRO, B. T.; GARCEZ, P. M. (Orgs.). *Sociolinguística interacional*. São Paulo: Loyola, 2002.
- BRAIT, B. O processo interacional. In: PRETI, D. (Org.) *Análise de textos orais*. São Paulo: Humanitas, 1999.
- COSERIU, E. Determinacion y entorno. In: \_\_\_\_\_. *Teoria del lenguaje y lingüística general*. Madrid: Gredos, 1962.
- DURANTI, A.; GOODWIN, C. (Eds). *Rethinking context*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.
- ERICKSON, F; SHULTZ, Jeffrey. O “quando” de um contexto. Questões e métodos na análise da competência social. In: RIBEIRO, B. T.; GARCEZ, P. M. (Orgs.). *Sociolinguística interacional*. São Paulo: Loyola, 2002.
- GOFFMAN, E. *Les rites d'interaction*. Paris: Les editions de minuit, 1974.
- \_\_\_\_\_. *Frame analysis: an essay on the organization of experience*. Boston: Northeastern University Press, 1986.
- \_\_\_\_\_. *Footing*. In: RIBEIRO, B. T.; GARCEZ, P. M. (Orgs.). *Sociolinguística Interacional*. São Paulo: Loyola, 2002.
- \_\_\_\_\_. *A representação do eu na vida cotidiana*. São Paulo: Vozes, 2004.
- GUMPERZ, J.J. *Discourse strategies*. Cambridge: Cambridge University, 1997.
- \_\_\_\_\_. Convenções de contextualização. In: RIBEIRO, B. T.; GARCEZ, P. M. (Orgs.). *Sociolinguística interacional*. São Paulo: Loyola, 2002.
- HALLIDAY, M.A.K. *Language as social semiotic*. The social interpretation of language and meaning. London: Edward Arnold, 1978.
- KATO, M. *No mundo da escrita*. Uma perspectiva psicolinguística. São Paulo: Ática, 1993.
- KERBRAT-ORECCHIONI, C. *Les Interactions Verbales*. Paris: Armand Collin, t. 1, 1990.

- MALINOWSKI, B. The problem of meaning in primitive societies. In: OGDEN, C.K.; RICHARDS, I.A. (Eds.). *The Meaning of meaning*. London: Kegan Paul, 1923.
- PARRET, H. *Enunciação e pragmática*. Tradução de Eni Orlandi et al. Campinas: Editora da Unicamp, 1988. p. 15-21.
- RIBEIRO, B. T.; GARCEZ, P. M. (Orgs.). *Sociolinguística interacional*. São Paulo: Loyola, 2002.
- RISSE, M. S.; JUBRAN, C.C.A.S. O discurso auto-reflexivo: processamento metadiscursivo do texto. *DELTA*, São Paulo, v. 14, especial, p. 227-242, 1998.
- SILVA, L. A. Estruturas de participação e interação na sala de aula. In: PRETI, D. (Org.). *Interação na fala e na escrita*. São Paulo: Humanitas, 2003.
- TANNEN, D. *Framing in discourse*. New York: Oxford University Press, 1983.
- \_\_\_\_\_; WALLAT, C. Enquadres interativos e esquemas de conhecimento em interação. Exemplos de um exame/consulta médica. In: RIBEIRO, B. T.; GARCEZ, P. M. (Orgs.). *Sociolinguística interacional*. São Paulo: Loyola, 2002.
- VAN DIJK, T. A. *Cognição, discurso e interação*. São Paulo: Contexto, 2004.
- \_\_\_\_\_. *Discurso, notícia e ideologia*. Porto: Campo das Letras, 2005.

## **BIBLIOGRAFIA NÃO CITADA**

- WYSOCKI, B. *Interação face a face: um estudo das estratégias discursivas na reconstrução da imagem*. 2008. 167 f. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

# Um estudo sociocognitivo de recategorizações lexicais no “depoimento do *orkut*”

(A sociocognitive study on lexical recategorizations in “*orkut* testimonial”)

Carla Edila Santos da Rosa Silveira

Programa de Pós-Graduação em Letras – Universidade Federal do Paraná (UFPR)

carlaedila@hotmail.com

**Abstract:** Among other cases, the anaphoric function of the indefinite SN in lexical recategorization operations is only identified by Koch (2002), Cavalcante (2003a) and Cunha Lima (2004), besides the predicative function that is traditionally attributed to this kind of expression. Considering this phenomenon, our purpose is to rethink an issue that has received little attention from the Linguistics literature. In this paper, we examine recategorizations introduced by the indefinite SN in some texts produced on *orkut* website.

**Keywords:** recategorization; indefinite SN; *orkut* testimonial.

**Resumo:** Dentre outros casos, a função anafórica de SN indefinido em operações de recategorização lexical é identificada apenas por Koch (2002), Cavalcante (2003a) e Cunha Lima (2004), além da função predicativa que é tradicionalmente atribuída ao tipo de expressão. Considerando esse fenômeno, propomo-nos a repensar uma questão que tem recebido pouca atenção da literatura linguística. Neste trabalho, examinamos recategorizações com SN indefinido em alguns textos produzidos no site *orkut*.

**Palavras-chave:** recategorização; SN indefinido; depoimento do *orkut*.

## 1. O foco do estudo

O recorte deste artigo sintetiza questões abordadas em uma pesquisa fundada em estudos sociocognitivos da referenciação (APOTHÉLOZ; REICHLER-BÉGUELIN, 1995; MONDADA; DUBOIS, 1995; MARCUSCHI; KOCH, 1998) e circunda a recategorização lexical realizada através da reativação de referentes textuais – objetos de discurso – construídos com expressões nominais introduzidas por determinante indefinido (SN indefinido) em depoimentos publicados na versão brasileira do *site* de relacionamentos *orkut*,<sup>1</sup> cuja popularidade adquirida no Brasil motivou em parte a proposição da investigação. A singularidade do estudo vem da observação do fenômeno em *corpus* constituído por textos de mesmo gênero discursivo. O objetivo da proposta é o exame qualitativo do funcionamento textual-discursivo de recategorizações marcadas pelo uso anafórico de SN indefinidos, considerando sobretudo (i) a atuação diferenciada do determinante indefinido *um* (*a*) em processos referenciais (CUNHA LIMA, 2004) e (ii) a relação entre a estratégia de recategorização com SN indefinido e traços constitutivos de um gênero discursivo (BAKHTIN, 1997) que emergiu no espaço de interação virtual (XAVIER, 2002; MARCUSCHI, 2005; SILVEIRA, 2009).

Na visão sociocognitivista, a noção de cognição recobre uma “construção social, intersubjetiva e historicamente situada” (KOCH; MORATO; BENTES, 2005, p. 8). Daí decorre nosso interesse em refletir sobre a (re)construção da referência com SN

---

<sup>1</sup> A rede de relacionamentos [www.orkut.com](http://www.orkut.com) foi criada em 2004 pelo turco *Orkut Büyükkökten*, engenheiro da empresa americana Google. A página eletrônica posteriormente recebeu uma versão brasileira devido à popularidade conquistada no país, pois a maior parte dos usuários é ou se diz brasileiro segundo os dados estatísticos divulgados no *site*.



indefinido, um tema ligado à referencialização discursiva cujo processo promove relações intersubjetivas através da linguagem e atualizações contínuas das categorias da língua pela apreensão cognitiva de tais interações, por sua vez, particularizadas em conformidade com o cenário histórico e cultural de cada meio social. Assim, enfatizamos a defesa de teóricos mobilizados em proporções particulares pelo diálogo com a cognição situada, partilhada ou socialmente constituída (KOCH; CUNHA LIMA, 2004) no encontro com a tese que se opõe ao exame formalista da suposta relação binária entre linguagem e mundo – categorizada como “antirreferencialista” por Morato (2001) – e aqui tomada como relação de intermediação linguagem-mundo de acordo com estudos que privilegiam: (i) os produtos culturais da atividade cognitiva e interativa dos sujeitos falantes (APOTHÉLOZ; REICHLER-BÉGUÉLIN, 1995), (ii) o dinamismo de objetos de discurso em vez de referentes (MONDADA; DUBOIS, 1995), (iii) a relativa indeterminação linguística e a discretização não-apriorística do mundo pela linguagem (MARCUSCHI; KOCH, 1998).

À primazia do caráter intersubjetivo da tese antirreferencialista aliamos a perspectiva enunciativa de Bakhtin (1997) tal qual faz Morato (2001 p. 56) ao perceber no trabalho do filósofo russo “a crucialidade do sujeito constituído na e pela linguagem – uma postulação tipicamente enunciativa que rejeita o princípio regulador da significação e a estabilidade do referente fora dos processos interativos”. Sob esse prisma, os gêneros do discurso mobilizam as interações pela linguagem de modo que as trocas verbais entre interactantes não se desenrolem sempre de maneira inédita. Os sujeitos falantes são capazes de produzir com autonomia os enunciados, os modos de dizer dotados de estabilidade relativa (aqui tomados por conjuntos de textos orais e escritos passíveis de assumir novas facetas por sua criação estar sujeita a paradigmas sociais e históricos do meio de inserção dos enunciadore), sejam esses enunciados até mesmo padrões e estereótipos reproduzidos, adaptados e inventados. Assim, Bakhtin pondera quanto à inegabilidade da existência dos gêneros discursivos e do nosso domínio dos formatos genéricos,<sup>2</sup> pois “se tivéssemos de criá-los pela primeira vez no processo da fala, se tivéssemos de construir cada um de nossos enunciados, a comunicação verbal seria quase impossível” (1997, p. 302).

Uma posição quanto aos gêneros discursivos que traduz a inter-relação entre aspectos cognitivos, enunciativos e pragmáticos é apresentada por Koch:

De qualquer forma, **os gêneros devem ser vistos como arcabouços cognitivo-discursivos ou enquadres enunciativos** determinados pelas necessidades temáticas das diversas práticas sociais, pelo conjunto dos participantes de tais práticas, de suas relações sociais e de seus propósitos enunciativos, as quais se distinguem, conforme Bakhtin, além da forma composicional, pelo tipo de conteúdo temático e pelo estilo que lhes é próprio. (2006, p. 163-164) (grifo nosso)

A formulação da linguista acarreta a defesa de uma definição em que os gêneros do discurso são observados enquanto construtos (textos) para sustentação das interações, os quais adquirem a singularidade de um alicerce que amalgama conhecimentos apreendidos a partir das experiências interativas dos sujeitos e dos

---

<sup>2</sup> O conceito de “competência metagenérica” proposto por Koch (2006, p. 160) parte desse dizer de Bakhtin. Trata-se da capacidade do sujeito falante de perceber o que pode ser adequado ou inadequado para o exercício das práticas sociais de que participa; o contato frequente dos sujeitos com tais práticas favorece o desenvolvimento da competência de lidar com diversos gêneros discursivos.

dizeres compartilhados na memória discursiva,<sup>3</sup> que distinguem posicionamentos de determinados grupos de sujeitos frente a acontecimentos. Além disso, a conceituação de gênero em destaque envolve a noção de enquadre enunciativo e, por isso, encaminha-nos para a delimitação de um foco, de uma moldura ou ainda de um ponto de convergência para atos exclusivos e irrepetíveis de produção de enunciados (de textos orais e escritos). O ponto de convergência da enunciação, estabelecido através dos gêneros discursivos, está condicionado por aspectos como: o que é preciso abordar durante dado evento interativo, quem participa desse evento, o nível de proximidade entre os interactantes, os objetivos traçados para o ato enunciativo.

Pensando nas condições do enquadre enunciativo de interações sociais empreendidas nas mídias destinadas à comunicação mediada por computador (CMC), as quais remetem a aspectos ligados à tríade bakhtiniana – elementos composicionais, temáticos e estilísticos que definem os gêneros do discurso – e possibilitam, por exemplo, aos usuários do site *orkut* interagir através de um conjunto de textos escritos em diversos gêneros (recado, mensagem, tópico de fórum de comunidade, comentário de fotos, depoimento etc.), descrevemos características atribuídas ao comportamento do gênero **depoimento do orkut** (SILVEIRA, 2009). Em linhas gerais, observamos o uso de recursos de escrita hipertextual (reiteração de pontuação e letras, grafia em letras minúsculas, abreviações, ícones de emoção) e certo hibridismo dado às marcas de oralidade deixadas no texto escrito (vocativos, dêiticos pessoais, marcadores discursivos, variedade dialetal representada pelo léxico). Por se tratar de um gênero emergente no contexto de CMC (XAVIER, 2002; MARCUSCHI, 2005), era esperada a presença de tais traços. Na estrutura composicional, destacamos a recorrência de introdução metaenunciativa e predomínio de sequências descritivas (ADAM, 1992), aspecto supostamente ligado ao objetivo enunciativo de emitir declaração pessoal sobre sujeito com quem se mantém vínculo real ou virtual. Quanto ao tema, o enunciador tende a produzir enunciados axiológicos a respeito do outro através de uma estratégia referencial que descarta descrições depreciativas acerca do objeto de discurso (MONDADA; DUBOIS, 1995). Entretanto, no que tange à seleção lexical, sobressai-se o uso de expressões nominais indefinidas e, em muitas vezes, com função anafórica (KOCH, 2002; CAVALCANTE, 2003a; CUNHA LIMA, 2004).

Uma breve revisão teórica sobre a estratégia de recategorização lexical segue este preâmbulo. Na terceira seção, discorremos acerca das três abordagens que tratam da recategorização com SN indefinido. Em seguida, analisamos dois dados selecionados mediante o critério de haver uso de SN indefinido com função anafórica. Embora este estudo ainda não traga posições conclusivas, finalizamos o artigo com considerações que parecem merecer uma exploração mais detida.

## **2. A recategorização lexical**

### **2.1 A concepção clássica de Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995)**

A primeira abordagem direcionada à recategorização lexical é da autoria de Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995). Na interpretação dos teóricos, a recategorização consiste em um recurso de renomeação do referente textual ou estratégia de designação

---

<sup>3</sup> Segundo Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995, p. 239), a memória discursiva corresponde à esquematização em curso nas práticas de linguagem e, pela asserção de Koch (2006, p. 58), a memória discursiva diz respeito a representações construídas no discurso que atuam como memória compartilhada e cuja sucessão de estágios interfere parcialmente nas seleções linguísticas operadas pelos interlocutores.

com retomada de elemento já introduzido na memória discursiva por expressão de outra categoria ou classe de indivíduos/entidades, para o que levamos em conta as seguintes asserções:

De manière générale, à chaque moment du discours, le locuteur dispose, pour désigner un objet donné, d'une série non close d'expressions linguistiques utilisables à conditions référentielles égales. Non seulement ce locuteur est en droit de sélectionner celle qui'il estime la plus apte à permettre l'identification du référent, mais il peut, par des recatégorizations, par l'ajout ou le retranchement d'expansions, etc., moduler a l'expression référentielle en fonction des visées du moment; celles-ci peuvent être de nature argumentative (soutenir une certaine conclusion), sociale (ménager la face de l'autre, euphémiser le discours), polyphonique (évoquer un autre point de vue sur l'objet que celui de l'énonciateur), esthétique-connotative, etc., elles peuvent également être liées à la gestion de la référence (éviter ambiguïté); (...) Il en découle que la sélection d'une dénomination est une opération nécessairement *contextualisée*. (APOTHÉLOZ; REICHLER-BÉGUELIN, 1995, p. 242) (grifos dos autores)

Ao tratarem das transformações marcadas por elemento anafórico, os autores concebem três variedades para esse recurso de modificação do referente textual ou de algum de seus aspectos. Desse modo, a recategorização lexical recobre os momentos em que o anafórico: (i) transforma o objeto, subdividindo as recategorizações em explícita, implícita e com modificação da extensão do objeto; (ii) desconsidera as predicções acrescentadas ao objeto; (iii) incorpora os predicados explicitados. De fato, Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995) desenvolveram uma classificação insuficiente em que apenas o primeiro item recebe uma subespecificação de acordo com as funções discursivas da recategorização. Apesar da incompletude e flutuação de critérios, interessa-nos o tratamento dos casos explícitos de recategorização lexical. Descartamos as demais subdivisões porque, ao invés de expressões nominais, itens lexicais como pronomes podem operar a anáfora recategorizante, ocupando a posição de marcadores da modificação referencial. Cabe ainda trazer à tona a observação de que o trabalho precursor dos dois teóricos apresentou lacunas motivadoras de investigações com o objetivo de reorganizar os tipos de recategorização em parâmetros mais definidos e coerentes, a seguir, demonstrados nos trabalhos de Tavares (2003) e Matos (2004).

## 2.2 Alguns desdobramentos teóricos

Tavares aprimora os critérios de análise da proposta clássica com base na tipologia dos processos referenciais de Cavalcante (2003b) sob o argumento de que o inventário existente “embora tratasse o fenômeno como ‘recategorização lexical’, nem sempre se preocupava com aspectos semântico-lexicais e se apoiava, principalmente, em justificativas de natureza discursiva” (TAVARES, 2003, p. 135). Da proposta inicial, explicitude/implicitude é o único critério mantido, pois a pesquisadora adiciona três critérios classificatórios: de retomada, cognitivo e de significação. Trata-se de uma classificação exaustiva e, por limitações de espaço, não a detalharemos. Contudo, retomamos uma crítica acerca de conclusão equivocada a que o trabalho de Tavares (2003) conduziria. Diante do absolutismo inaceitável da afirmação de que todas as anáforas diretas recategorizam, Cavalcante (2003b, p. 9) adverte quanto à carência de “um tipo de correferencialidade que simplesmente mantenha a mesma representação do referente no discurso, sem acrescentar atributos nem focalizar nenhum ângulo diferente: uma anáfora correferencial não-recategorizadora”.

Da reflexão de Tavares (2003), recebemos duas alternativas para interpretar os tipos de recategorizações conforme a expressão referencial empregada. A primeira opção é a recategorização cognitivo-lexical, pela qual modificações incidem em conceitos iniciais que se pode ter sobre o elemento categorizado, o que acaba por agregar alterações na significação da expressão recategorizadora. A segunda alternativa é a recategorização cognitiva em que modificações incidem exclusivamente nas concepções iniciais sobre o objeto de discurso sem haver modificação lexical, dado a seu caráter de implicitude. Por um lado, o deslocamento da classificação para o terreno dos implícitos soa estranho justamente pelo fato de ir de encontro ao que se entende por recategorização, i. é, para incluir o objeto de discurso em nova categoria da língua é necessário que uma nova designação seja selecionada de modo explícito com base em uma categorização feita. Por outro lado, apesar de a referencialidade ser preponderante nessa abordagem, a autora não se aprofunda na reflexão quanto às funções discursivas das recategorizações e das propriedades argumentativas decorrentes do processo. Neste último caso, a justificativa seria a generalização de que todas as recategorizações lexicais exercem função argumentativa, aspecto questionável por julgarmos produtivo o estudo das diferentes proporções em que a argumentatividade pode alcançar.

Já a preocupação de Matos (2004) recai na classificação do funcionamento discursivo das recategorizações lexicais operadas através de anáforas diretas e correferenciais de acordo com os princípios ducrotianos de argumentatividade. Ao contrário de Matos, não tentaremos compor um inventário geral de funções discursivas das recategorizações em diversos gêneros textuais. A pretensão é verificar a operação da recategorização com SN indefinido no que tange à constituição do depoimento do *orkut*. Com a análise de um *corpus* de textos variados, a pesquisadora concebeu sua proposta classificatória de funções argumentativas: avaliativa, não-avaliativa, de glosa (por definição, por correção, por especificação) e estético-conotativa. Como constatou que tais funções não são excludentes, mas coauxiliares e passíveis de sobreposição, a autora concluiu que as recategorizações podem ser multifuncionais no discurso, assim como são as próprias expressões referenciais (KOCH, [2004] 2006). Todavia, o ponto que nos interessa é a hipótese aberta na conclusão da dissertação de Matos:

Deixamos, aqui, a hipótese a ser investigada de que certas funções das anáforas correferenciais recategorizadoras podem estar condicionadas a características de determinados gêneros textuais, uma vez que verificamos a predominância da função “avaliativa” em gêneros como os poemas e anúncios publicitários; da mesma forma que a “glosa por definição” prevalece nas bulas farmacêuticas. Ainda mencionamos a larga utilidade dessa função em outros textos de teor científico ou também didático. (2004, p. 139)

A hipótese acima circunda o condicionamento de um aspecto da recategorização lexical às particularidades de gêneros textuais. Com isso, reunimos mais uma consideração para sustentar que haveria alguma vinculação entre as seleções de recategorizações com SN indefinido e o gênero depoimento do *orkut* de modo similar ao que aponta Koch (2002, p. 274):

Caberia, ainda, retomar o tema da relação entre determinadas estratégias de seleção lexical e gêneros textuais. As observações feitas a respeito da sinonímia, bem como das anáforas definicionais ou didáticas, permitem entrever tal relação: em se tratando de

anáforas por sinonímia, em gêneros do domínio jornalístico, como notícia, reportagem, matérias opinativas; ou do campo contratual ou deliberativo, como contratos, atas de reunião, em contraposição com gêneros informais, como interações face-a-face, entre outros; no caso das anáforas definitórias ou didáticas, em gêneros como artigo acadêmico, conferência científica, matéria de vulgarização científica, aula, palestra, e outros mais.

### 3. A anáfora com expressões nominais indefinidas

#### 3.1 A função anafórica de expressões indefinidas

Ao tratar do uso anafórico de expressões nominais indefinidas, Koch (2002) salienta a negligência nos estudos direcionados às possibilidades de empregos do determinante indefinido e reporta-se inicialmente ao trabalho *Indirekte Anaphern in Texten* (2000), de Monika Schwarz (apud CUNHA LIMA, 2004). O uso anafórico de expressão indefinida, para Schwarz, ocorre em: (i) relações parte-todo, em que um referente é selecionado no interior de um conjunto apresentado anteriormente; (ii) nomeação parcial de um referente já introduzido ou, de outro modo, na subespecificação consciente do referente visando a um efeito de suspense; (iii) focalização acentuada do conteúdo informacional da expressão anafórica em lugar da continuidade da cadeia coesiva.

A todos esses casos, Koch (2002) contrapõe outros aos quais atribui maior complexidade de análise por requererem a decisão entre uma interpretação referencial e outra predicativa. Uma possível justificativa para a duplicidade de análises das expressões nominais indefinidas, quando inseridas em processo anafórico, seria sua “dupla função cognitivo-discursiva”. Em outras palavras, a pesquisadora sustenta que tais expressões podem simultaneamente reativar referentes fixados na memória e introduzir novas predicacões sobre eles. Um dos exemplos disponíveis é o seguinte:

- (1) *Um homem sozinho, com uma jaqueta numa das mãos e um embrulho na outra, com um ar de quem tanto podia ter saído de uma manifestação como estar a caminho do trabalho ou das compras. Um homem de camisa branca e calças pretas. Um chinês num oceano de 1,1 bilhão de chineses. Um desconhecido.*

Sobre a montanha de cadáveres com a qual o regime chinês reafirmou a sua tirania na semana passada, ao reprimir com punho impiedoso os estudantes reunidos em nome da democracia na Praça da Paz Celestial, *esse cidadão anônimo* fixou uma imagem poderosa. (...) (“O desconhecido da camisa branca”, VEJA, 14/06/89) (grifos da autora)

A linguista sustenta que o enunciador seleciona frases nominais como *Um chinês num oceano de 1,1 bilhão de chineses* porque não pretende simplesmente fazer predicacões sobre certo referente textual, além disso, busca construir objetos de discurso com “descritores lexicais nominais” (descrições definidas ou indefinidas). Parafrasear frases nominais com o acréscimo de verbo *ser*, para Koch, não seria uma solução suficiente para explicar a contribuição do nominal indefinido com função anafórica na construção de sentidos do texto. A seleção lexical feita pelo produtor importa mais do que o preenchimento de supostas lacunas deixadas por ele na superfície textual para se reconstruir os sentidos. Tal estratégia do enunciador dinamiza e fortalece a textualização, promove *flashes*, lançando informações sucintamente enquanto oferece condições para que os objetos descritos sejam compostos na memória discursiva e para negociar as designações adequadas ao referente textual com o co-enunciador.

No intuito de descrever uma das funções cognitivo-discursivas que as formas nominais exercem no processamento textual, Koch (2002) incorpora o conceito de tematização-remática, formulado por Schwarz, pelo qual a recategorização por tematização-remática traz outra predicação sobre o referente textual que não havia sido apresentada ao introduzi-lo. É o que se encontra no excerto (2) de exemplo utilizado por aquela linguista, onde o produtor escolhe a expressão indefinida *um grave problema* para recategorizar *uma questão social* e, assim, destaca a própria avaliação do objeto de discurso ou mesmo a enunciação polifônica de concepções valorativas. Vejamos:

- (2) “Estão tratando uma questão social como se fosse uma questão urbanística e financeira. Enquanto adotarem medidas repressivas estarão perpetuando *um grave problema*”, diz. (FSP “Especialistas criticam ação do governo”. FSP 3/9/2000)

A dupla análise se repete no caso de anáforas especificadoras, conceito de Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995), cuja operação se caracteriza nos contextos em que o produtor precisa recorrer a um refinamento da categorização introduzida.

### 3.2 A classificação de expressões nominais indefinidas

A abordagem de Koch (2002) motiva a concentração de Cavalcante (2003a) em contextos pragmático-discursivos na sua análise do funcionamento anafórico de expressões nominais indefinidas e da construção de sentidos decorrente desse processo referencial. O trabalho privilegia as remissões da referência indefinida no texto ao conhecimento partilhado, à situação de interação verbal e ao cotexto, bem como propõe uma correspondência entre essas formas de remissão e diferentes processos referenciais.

Segundo a classificação de Cavalcante (2003a, p. 10), a expressão indefinida tem condições de realizar tanto (i) **introdução referencial** – do tipo dêitica (coordenadas de espaço, tempo e pessoa) e não-dêitica (relacionadas ao conhecimento de mundo) quanto (ii) **continuidade referencial**, sendo anafórica nas condições: direta (correferencial e parcial), indireta (inferencial e associativa) e encapsuladora (operação em que uma expressão nominal rotula informação ou passagem do texto em direção retrospectiva ou prospectiva). Outra observação interessante deste estudo diz respeito à remissão direta ao cotexto que, quando viabilizada pela recategorização com expressão indefinida, corresponde a uma instância de anáfora direta correferencial.<sup>4</sup>

### 3.3 O uso e o processamento cognitivo de indefinidos anafóricos

A construção da referência através do uso de expressões nominais indefinidas com função anafórica é examinada por Cunha Lima (2004) sob o aporte teórico da Linguística Textual, Semântica e Psicolinguística. A finalidade é compreender a utilização do artigo indefinido (*um*) e investigar o processamento psicolinguístico das construções com indefinido anafórico no âmbito do texto, fenômeno reconhecido na literatura por Monika Schwarz de modo sumário. O argumento lançado por Koch (2002) e Cavalcante (2003a) ganha reforço no que diz respeito ao fato de as teorias semânticas sobre a indefinidade assumirem o determinante indefinido que acompanha um sintagma nominal (em uma expressão referencial indefinida) apenas como

---

<sup>4</sup> Acrescentamos que o reconhecimento da correferencialidade da expressão nominal indefinida nesse tipo de remissão traduz uma concepção teórica oposta ao pressuposto formalista de que a indefinidade de uma expressão reside no seu status não-referencial, dado que através de uma expressão indefinida, segundo Lyons (1977, p. 178), não há possibilidade de referir a indivíduo específico ou classe.

introdutor de informação desconhecida. É de estudos funcionalistas<sup>5</sup> que Cunha Lima (2004, p. 163) obtém respaldo para uma de suas conclusões:

Concluindo a análise, podemos defender a ideia de que a operação realizada pelo indefinido é simplesmente a operação de identificação de tipo, ou como dizem alguns autores (cf. CORBLIN, 1987), uma operação de extração de um membro de determinado conjunto (não unitário). Esse membro pode ou não ser específico, pode ou não ser identificável e pode ou não ser familiar. Isto é, a operação realizada pelo indefinido é “mais fraca”, por assim dizer, do que normalmente se previu. A interpretação de uma expressão nominal indefinida vai ser sempre muito sensível a outras condições do texto e da sentença.

Exceto pela ligação do fenômeno a elementos cotextuais, parece que essa conclusão não vai muito além de onde a semântica já teria chegado há muito tempo. Quando Lyons (1977, p. 187-188) aborda a questão da referência indefinida específica e não-específica, pondera inicialmente na sua posição de semanticista formal que admitir a referência indefinida de uma expressão implica lidar com um conjunto de complexidades adicionais. Considerando a distinção entre sintagmas nominais não-definidos (qualquer sintagma nominal que não seja um sintagma definido) e indefinidos (pronome indefinido ou sintagma nominal introduzido por artigo indefinido), o teórico admite a possibilidade de um SN indefinido ter a leitura de referência específica quando refere a um indivíduo específico, mas não identificado como no exemplo: “Toda noite às seis horas uma garça voa sobre o chalé”. Pela análise do autor, *uma garça* é um SN indefinido que pode fazer referência a uma garça particular – aquela que costuma sobrevoar o chalé – se, no mesmo contexto, a sentença exemplificada for seguida desta: “Ela aninha-se nas terras do castelo”, pois o pronome *ela* é correferencial com *uma garça*. Na verdade, não há como afirmar que os dois linguistas tratem exatamente da mesma questão, entretanto, diferenciadas as noções de referência adotadas por cada um, resta uma reflexão um tanto similar no tocante à indefinidade.<sup>6</sup>

Em suma, a estudiosa enfoca o funcionamento do indefinido anafórico em dois casos especiais. O primeiro se dá pela expressão de uma **relação meronímica**, ou seja, a relação parte-todo<sup>7</sup> em que a interpretação do elemento anafórico depende da remissão ao antecedente, nesse caso, não retomado, conforme ocorre no seguinte excerto:

- (4) (...) A conta fica mais interessante quando se trata *do grupo das 100 clientes vip* da casa. De acordo com os últimos números, **uma vip** gasta 40.000 reais por mês na Daslu para manter o guarda-roupa atualizado. (VEJA, 26/03/03)

Para Cunha Lima (2004), essa é uma das ocorrências apontadas superficialmente por Schwarz (2000), pois o SN indefinido *uma vip* remete ao antecedente *grupo das 100 clientes vip* sem caracterizar retomada porque o anafórico corresponde a um elemento

<sup>5</sup> Chafe (1994), Heine (1997), Givon (2001), Corblin (1987), Schnedeker e Theissen (2003), autores citados em Cunha Lima (2004).

<sup>6</sup> Em outra passagem do capítulo dedicado à semântica do indefinido, Cunha Lima (2004, p. 152) faz uma ressalva: “Seja qual for a forma que escolhermos para descrever o uso do indefinido [perspectiva extensional ou intensional de construção da referência] ele parece ter uma forte relação com a colocação do referente na perspectiva de ocorrência de um tipo ou de exemplar de uma categoria ou membro de um conjunto.”

<sup>7</sup> Além de nas anáforas partitivas, o indefinido anafórico opera em anáforas associativas e especificadoras.

retirado do todo representado pelo antecedente. Na crítica feita à primeira abordagem da anáfora com indefinido, Cunha Lima (2004) lembra que a intenção real de Schwarz era estudar as anáforas indiretas, o que explicaria a insipiência da observação.

No segundo caso ocorre a operação de **tematização-remática** ou identificação de tipo sob o propósito de construir o objeto de discurso através de uma retomada por recategorização lexical que é realizada com apostos e orações predicativas. É neste caso que Cunha Lima se detém por ainda ser marginal na literatura e por sua ocorrência parecer vinculada a eventos mencionados no texto. Para chegar a tal conclusão, foram observadas as ocorrências de anáfora com indefinido em três situações específicas: (i) em estruturas sem verbos ou em frases nominais (exemplo 1), (ii) na presença de verbo finito no interior de orações relativas (exemplo 5) e (iii) na presença de verbo finito idêntico àquele que consta na sentença introdutora do antecedente (exemplo 6).

- (5) O que dizer do Isaac...*Uma pessoa maravilhosa*, sempre disposto a lutar por uma sociedade mais justa e humana. **Uma pessoa que tem dignidade e respeito**. Quero dizer que torço por você, principalmente porque conheço sua história e ela é linda. Se tornou um grande amigo e um ótimo conselheiro. Um super beijão Denise<sup>8</sup>
- (6) Leio no jornal a notícia de que *um homem* morreu de fome. **Um homem** de cor branca, 30 anos presumíveis, pobrementemente vestido, morreu de fome, sem socorros, em pleno centro da cidade, permanecendo deitado na calçada durante 72 horas, para finalmente morrer de fome. Morreu de fome.

Uma das observações da pesquisadora concerne à constatação de que a modificação do verbo ou a inclusão de verbo finito em uma frase nominal desfaz a leitura anafórica e configura somente a predicação. Assim ocorre na paráfrase da expressão anafórica de (6) *É um homem de cor branca. (...)*. Da mesma forma que Koch (2002), Cunha Lima argumenta contra a paráfrase, pois esse recurso descaracteriza a apresentação original do dado coletado. Apesar de auxiliar na compreensão, a paráfrase não se reverte numa explicação do fenômeno, até mesmo porque “a sentença dessa forma é comum em português e não parece haver razões para postular que esteja incompleta ou seja inexplicável na sua forma original.” (CUNHA LIMA, 2004, p. 98)

A pesquisadora reconhece que o fenômeno da anáfora com expressão indefinida tem baixa ocorrência e este foi o motivo alegado para não se preocupar com os gêneros textuais e as fontes dos dados que constituíram o corpus de análise. Em nossa proposta, ocorre o oposto. Temos um *corpus* constituído por textos de mesmo gênero e as fontes estão disponibilizadas na página eletrônica onde coletamos os dados. É por esse caminho que vislumbramos contribuir com esta pesquisa que se volta a um processo referencial pouco revisado na literatura. Em outra ressalva exposta em sua tese de doutorado, a pesquisadora acena com a possibilidade de futuras investigações a fim de levantar as funções argumentativas do indefinido anafórico, pelas quais se interessa, mas não aborda na tese. Até mesmo porque a preocupação essencial da autora dirige-se ao processamento psicolinguístico das expressões indefinidas no texto. Por ter concluído que a interpretação do indefinido anafórico ocorre de forma distribuída no texto, dado a resultados obtidos em testes psicolinguísticos, considera ter contribuído com evidências cognitivas e processuais favoráveis às teorias da referenciação e à necessidade de estudo da linguagem através de textos.

---

<sup>8</sup> O exemplo transcrito integra o *corpus* de nossa pesquisa e está disponível em: <http://www.orkut.com.br/Main#ProfileT.aspx?uid=3457100657507016352>. Acesso em: 24 mai. 2008.



Também é possível encontrar uma advertência sobre a apuração insuficiente da preferência por expressão indefinida com a finalidade de recategorizar objetos de discurso. Na realidade, as recategorizações tiveram frequência maior no *corpus*, porém como a metodologia adotada foi a análise qualitativa, não há confiabilidade para constatar tal tendência através dessa análise de um *corpus* tão limitado. Mesmo assim, Cunha Lima (2004, p. 161-162) não deixa de enfatizar a relação entre o indefinido anafórico e o processo de recategorização:

O indefinido anafórico, por fim, **parece estar sempre envolvido em alguma atividade de recategorização**, embora essa recategorização, como vimos, possa ocorrer das mais diversas formas. Um indefinido só pode ser anafórico nos casos em que existe uma identificação do referente, em construções nas quais o tipo a que o referente pertence é refinado, especificado, ou melhor dizendo, estabelecido e reestabelecido. (grifo nosso)

Interessa-nos, pois, refletir sobre as condições de realização das recategorizações lexicais com SN indefinido no interior do processo de construção textual do gênero depoimento do *orkut*, que parece favorecer a ocorrência desse fenômeno referencial.

#### 4. Os dados, os objetos e o gênero

A anáfora com expressão nominal indefinida via recategorização lexical parece relacionada ao gênero depoimento do *orkut* de tal modo como Koch (2002) observa em ocorrências de anáforas definicionais, por exemplo, em gêneros do domínio jornalístico e acadêmico ou científico. Em proporção semelhante, observamos o funcionamento avaliativo de recategorizações com SN indefinido nos depoimentos. A hipótese que levantamos ainda se deve à observação de certas características do gênero como o objetivo enunciativo e o suporte de inscrição (MONDADA, 2008) cuja multiplicidade de modos – recursos dos sujeitos interactantes, a saber, texto escrito, fotos, imagens em movimento, links, sons, vídeos, ferramentas de HTML etc. – distribui-se em distintas intensidades de densidade modal<sup>9</sup> (NORRIS, 2006). Em resposta à pergunta “O que você tem a dizer sobre [amigo]?”, é produzido um enunciado em condições limitadas, dentre outras, pela necessidade de aprovação do receptor, possibilidade de visualização do texto por outras pessoas e limitação de uso do espaço para produção de texto contendo no máximo 1024 caracteres. Vejamos, então, como esse processo se configura nos dados, os quais serão aqui reproduzidos conforme aparecem originalmente no *site*.

A disposição original dos dados na fonte em que foram coletados recebe exemplificação por meio da figura 1. O conteúdo da seção de depoimentos de um dos usuários do *site orkut* é exposto aqui por termos obtido a autorização prévia do sujeito e, como temos a permissão para exibir apenas a sua imagem, as fotos de outros usuários aparecem desfocadas. Um dos textos (dado 1) que compõem o *corpus* deste trabalho está destacado abaixo por uma moldura de linhas pretas.

---

<sup>9</sup> Embora a noção de multimodalidade a que nos referimos seja a de Mondada (2006), por tratar os modos na condição de recursos dos sujeitos postos em ação nas relações interativas, dentre os quais está a linguagem, consideramos pertinente agregar o que diz Norris (2006, p. 402) quanto à densidade modal, ou seja, *the modal intensity or modal complexity that makes up a specific higher-level action*.

orkut Início Perfil Página de recados Amigos Comunidades arlacrosa@bol.com.br Sair pesquisa do orkut

### Depoimentos de Luciano

Início > Luciano Passos Moraes > Depoimentos de Luciano

primeira | < anterior | próxima > | última

**23/06/06**

AUTENTICIDADE... para mim é uma palavra forte, simbólica e marcante que melhor te define,..... a despreocupação com aquilo que tem de mais mediocre e mesquinho nas pessoas, persistindo sempre naquilo q realmente tem importância para ti. Quisera que apenas mais alguns no mundo fossem assim. Espero, de forma muito sincera, que essa tua autenticidade sirva para tornar tua felicidade cada vez mais verdadeira e aproximar de ti somente as pessoas que realmente merecem tê-lo por perto. Esse espaço é pequeno para dizer os motivos pelos quais fazem tu ser o meu grande amigo. Que Deus em sua grandiosidade ilumine teus passos e teu caminho. Desejar-te sucesso é pouco, quero que sejas muito, muito feliz! E que jamais esqueças do irmão que te admira muito e te quer muito bem!!!

**21/04/06**

Oie...  
Esse gurizinho eh tudo de bom!!! Um amigo pra todas as horas! Kerido, alegre, festeiro, trabalhador (ateh D+, neh?), dedicado em tudo o q faz, uma pessoa maravilhosa de se conviver. Infelizmente muramos longe, mas estou sempre lembrando dele, principalmente qndo lembro dos tempos de RG... Lú, lembra do jogo da desdentada??? Pois eh... A desdentada naum tm + tanta sorte no jogo, mas tm a sorte de ser tua primah!!!Hehhehe  
TE AMO mto!!!!!!!!!!!!  
BJuzzz

masculino  
Brasil

criar depoimento  
denunciar abuso  
mais >

perfil  
recados

Internet | Modo Protegido: Ativado

Devido ao interesse em cotejar as construções de anáforas recategorizantes com SN indefinido, apresentamos a seguir o segundo texto selecionado (dado 2).

**13/04/08**

Este é o Lú!!!! Uma pessoa que conheço desde a graduação, há uns 7 anos...Entretanto, mal nos falávamos....apenas fumávamos uns cigarrinhos nos corredores da Furg. A graduação terminou e fomos colegas de Mestrado, com ambas as defesas no ano de 2007. É estranho que começamos a nos falar a partir do ano em que não estudávamos mais juntos, isto é, do ano passado pra cá, e isso me faz chegar a uma conclusão: realmente, não estamos neste mundo para sermos colegas \_\_\_\_\_ mas amigos!

A cada dia descubro em ti uma pessoa fantástica, um companheiro pra todas as horas:

- \*um grande incentivador ;
- \*um expert em fazer lattes para os "amigos mongas";
- \*alguém que está sempre pronto pra escutar as lamúrias alheias;
- \*um cara que tem sempre um sorriso pra ofertar;
- \*uma pessoa que adora uma cerveja e um papo com os amigos;
- \*alguém que é parceiro para almoçar às sextas-feiras;

\_\_\_\_\_hehehehe \_\_\_\_\_claro que és muito mais que isso!!!! Já te disse: és o meu ANJO!Te adoro muito, meu amigo! Conta comigo sempre

Internet | Modo Protegido: Ativado

Dentre os critérios de análise, evidenciamos a seleção de objetos de discurso que se reportam ao mesmo tópico, o sujeito “Luciano”. Em certa medida, esse critério torna viável a comparação entre as construções e inclusive auxilia na verificação do quanto percepções subjetivas e experienciais podem atuar de maneira diferenciada na escolha do léxico mais adequado para a descrição de mesmo indivíduo e, assim, direcionar a leitura para sentidos nem sempre tão semelhantes. Outro critério ainda relacionado à seleção de objetos de discurso é a observação do determinante e nome-núcleo dessas expressões a fim de identificar se a estratégia de recategorização opera retomada ou remissão em um escopo parcial, total, por sinonímia, por hiperonímia, por generalização. Para o último critério, assumimos o que diz Koch (2004, p. 261) sobre o elemento nuclear de descrições definidas e indefinidas que fornece pistas importantes acerca do estilo do gênero ou individual, da variedade linguística e da correlação entre léxico e progressão referencial, pistas estas que servem “para uma melhor compreensão dos modos de constituição dos textos e de seu funcionamento nas práticas sociais.”

A seleção de objetos de discurso dos dados 1 e 2 pode ser assim esquematizada:

**Quadro 1. Comparativo da seleção de objetos de discurso**

Tópico: o sujeito “Luciano”	
Dado 1	Dado 2
a- Esse gurizinho	d- o Lú
b- Um amigo pra todas as horas	e- Uma pessoa que conheço desde a graduação
c- uma pessoa maravilhosa de se conviver	f – uma pessoa fantástica
	g- Um companheiro pra todas as horas
	h- um grande incentivador
	i- um <i>expert</i> em fazer lates para os “amigos mongas”
	j– alguém que está sempre pronto pra escutar as lamúrias alheias
	k- um cara que tem sempre um sorriso pra ofertar
	l- uma pessoa que adora uma cerveja e um papo com os amigos
	m- alguém que é parceiro para almoçar às sextas-feiras
	n- o meu ANJO

Somente pela visualização desse quadro, há condições de perceber as diferentes opções escolhidas para construir a referência nas duas enunciações. No primeiro dado, embora o enunciador lance um argumento que explicita o nível de proximidade mantido com o enunciatário (*mas tm a sorte de ser tua primah!!!Hehhehe*) e assegura a informalidade do ato enunciativo, seu texto demonstra uma descrição mais sucinta do que aquela encontrada no dado 2. Verificamos duas recategorizações com SN indefinido (b, c), cujos núcleos nominais *amigo* e *pessoa* precedidos pelos determinantes *Um* e *uma*, respectivamente, adicionam novas designações ao objeto de discurso introduzido por *Esse gurizinho* (o núcleo contém o termo genérico que indica variedade dialetal utilizada no sul do país). Dado que os núcleos diferem da categoria selecionada inicialmente, o SN indefinido (b) realiza uma recategorização total de (a) enquanto remete a esse objeto de discurso em focalização no começo do texto; já no item (c) ocorre uma remissão recategorizante de *Um amigo* (...) – expressão dotada de valor argumentativo devido ao aumentativo usado – por meio do termo genérico *pessoa*.

Expressão genérica semelhante é usada no dado 2 em posição nuclear na única recategorização com indefinido (*Uma pessoa que conheço desde a graduação*) em destaque no quadro. Em contrapartida, no caso de (f), (g), (h), (i), (k), (l), apesar de haver acréscimo informacional através dos núcleos e/ou modificadores das expressões, não se caracterizam recategorizações com SN indefinido. Isso porque a escolha de núcleos nominais como *companheiro*, *incentivador*, *expert*, *cara*, *pessoa* – (f) e (l) –, introduzidos por determinantes indefinidos que colocam em evidência um tipo de sujeito sem operar especificações maiores, marca a descrição do sujeito através de predicções que não dispõem de funcionamento anafórico, pois não configuram orações nominais, nem apostos. Mesmo assim, trata-se de predicados ligados a uma percepção subjetiva, pautada por aspectos pessoais e profissionais compartilhados com o enunciatário. Nem por isso, tais construções são menos generalizantes do que aquelas que operam tematização-remática no dado 1 e em (e), pois clichês como *Um companheiro pra todas as horas* (semelhante a *Um amigo pra todas as horas*) e *um cara que sempre tem um sorriso para ofertar* fazem parte dos descritores nominais indefinidos que foram ativados pelo enunciador do dado 2, cujos núcleos também se constituem de termos generalizadores.

Podemos ainda observar que a apreensão sociocognitiva dos enunciadores em relação aos destinatários descritos tende a refletir enunciados generalizantes ou partilhados pelo senso comum (os clichês), como os da sequência descritiva do dado 1:

- (7) Esse gurizinho eh tudo de bom!!! Um amigão pra todas as horas! Kerido, alegre, festeiro, trabalhador (ateh D+, neh?), dedicado em tudo q faz, uma pessoa maravilhosa de se conviver.

Além disso, vale ressaltar que a sequência está distribuída em uma espécie de escala avaliativa. A escala parte da recategorização *Um amigão pra todas as horas* e termina com outro indefinido anafórico em situação recategorizante: *uma pessoa maravilhosa de se conviver*. A configuração escalar demonstra muito bem as considerações de Apothéoz e Reichler-Béguelin (1995) ao atribuir motivações para as modulações das expressões referenciais nas recategorizações de acordo como os objetivos da situação enunciativa, sejam eles argumentativos, sociais ou polifônicos. O que queremos dizer é que, nos depoimentos aqui examinados, o enunciador emite declarações a respeito de um sujeito pertencente ao seu círculo de relações evitando qualquer depreciação e, talvez por estar ciente da exposição pública no *site* de relacionamentos, parece tentar preservar tanto a imagem do outro quanto a sua. Desse modo, ainda se torna evidente o caráter dialógico da enunciação propiciada pelo gênero depoimento do *orkut*.

Ao privilegiar uma descrição avaliativa do enunciatário principal – uma vez que os demais usuários do *site* também podem ser tomados como enunciatários e isso é visível nos textos que oscilam entre um discurso direcionado ao “amigo” e aos usuários autorizados a ler os depoimentos (SILVEIRA, 2009) –, o enunciador lança mão de uma configuração escalar, da qual emerge a iniciativa de tirar proveito da natureza argumentativa da linguagem através de “pseudodescrições”. Segundo Ducrot (2002, p. 20), na “pseudodescrição”, um modificador como *maravilhosa* (incluído em (c)) não só descreve o objeto de discurso como adiciona uma informação localizada em escala positiva, i. é., capaz de também traduzir uma percepção apreciativa favorável a quem se refere. Temos, assim, a constituição de uma avaliação tanto subjetiva quanto polifônica, já que o item lexical em posição nuclear confere teor generalizante ao enunciado.

## 5. Considerações finais

Dentre os resultados parciais a que chegamos, ressaltamos que a recategorização com SN indefinido pode ser favorecida no gênero depoimento do *orkut* devido à recorrência da seleção lexical de SN indefinidos, muitos deles em dupla função cognitivo-discursiva (KOCH, 2002), por serem capazes de reativar referentes textuais presentes na memória discursiva enquanto introduzem novas predicções sobre o objeto de discurso. A contribuição dessa estratégia referencial para a orientação argumentativa empreendida pelo produtor reflete a tendência temática de apresentação valorativa do enunciatário que, a princípio, é qualificado positivamente.

A estratégia de recategorização lexical com SN indefinido adquire funcionalidade na medida em que se toma a seleção de SN indefinido como um recurso produtivo (por explorar a dupla função cognitivo-discursiva das expressões), lançado pelo enunciador que tem à sua disposição um espaço reduzido a 1024 caracteres para produzir o depoimento. Em termos de construção de sentidos, evidencia o quanto a configuração do suporte do gênero (o *software* social do *site orkut*) e a situação enunciativa (a interação virtual em domínio público) impõem restrições que de alguma forma direcionam o projeto de dizer dos enunciadores segundo o objetivo principal do

site de relacionamentos, ou seja, “conectar pessoas”, “estabelecer vínculos sociais”. Isso não ocorreria se houvesse a publicação de depoimentos cujos produtores pudessem depreciar o enunciário, salvo os casos em que a construção textual se dê pela via da ironia ou do humor, até mesmo porque parece difícil que algum usuário concorde com sua exposição em perspectiva negativa.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAM, J-M. *Les textes: types et prototypes*. Paris: Nathan, 1992.

APOTHÉLOZ, D.; REICHLER-BÉGUELIN, M.-J. Construction de la référence et stratégies de designation. In: BERRENDONNER, A.; REICHLER- BÉGUELIN, M.-J. (Eds.). *Du syntagme nominal aux objets-de-discours*. Neuchâtel: Université de Neuchâtel, 1995. p. 227-271.

BAKHTIN, M. *Estética da Criação Verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

CAVALCANTE, M. M. *Entre o definido e o indefinido*. Trabalho apresentado no III Congresso Internacional da ABRALIN. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003a.

\_\_\_\_\_. Expressões referenciais: uma proposta classificatória. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, n. 44, p. 105-118, jan./jun 2003b.

CUNHA LIMA, M. L. *Indefinido, Anáfora e Construção Textual da Referência*. 2004. 231f. Tese (Doutorado em linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

DUCROT, O. Topoi e formas tópicas. In: ZANDWAIS, A. (Org.) *Relações entre pragmática e enunciação*. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2002. p. 10-21.

KOCH, I. G. V. Expressões nominais indefinidas e progressão referencial. *Revista Planalto*, Brasília, v. 1, n. 1, p. 118-125, 2002.

\_\_\_\_\_. Sobre a seleção do núcleo das formas nominais anafóricas na progressão referencial. In: NEGRI, L.; FOLTRAN, M. J.; OLIVEIRA, R. P. (Orgs.). *Sentido e significação: em torno da obra de Rodolfo Ilari*. São Paulo: Contexto, 2004. p. 244-262.

\_\_\_\_\_. *Introdução à linguística textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

\_\_\_\_\_; CUNHA LIMA, M. L. Do cognitivismo ao sociocognitivismo. In: MUSSALIN, F.; BENTES, A. C. (Orgs.). *Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos*. v. 3. São Paulo: Cortez, 2004. p. 251-310.

\_\_\_\_\_; MORATO, E. M.; BENTES, A. C. (Orgs.). *Referenciação e Discurso*. São Paulo: Contexto, 2005.

LYONS, J. *Semantics*. v. 1. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.

MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais emergentes no contexto da tecnologia digital. In: \_\_\_\_\_.; XAVIER, A. C. (Orgs.). *Hipertexto e gêneros digitais: novas formas de construção de sentido*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005. p. 13–67.

\_\_\_\_\_.; KOCH, I. G. V. Estratégias de referenciação e progressão referencial na língua falada. In: ABAURRE, M. B. (Org.). *Gramática do português falado*. v. 8. Campinas, SP: Ed. da Unicamp/FAPESP, 1998. p. 381-399.

MATOS, J. G. *As funções discursivas das recategorizações*. 2004. 146f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2004.

MONDADA, L. Relações entre espaço, linguagem, interação e cognição. In: SIGNORINI, I. (Org.). *Situar a lingua[gem]*. São Paulo: Parábola, 2008. p. 67-90.

\_\_\_\_\_; DUBOIS, D. Construction des objets de discours et catégorisation: une approche des processus de référénciation. In: BERRENDONNER, A. ; REICHLER-BÉGUELIN, M-J. (Eds.). *Du syntagme nominal aux objets-de-discours*: SN complexes, nominalisations, anaphores. Neuchâtel: Université de Neuchâtel, 1995. p. 273-302.

MORATO, E. M. (In)determinação e subjetividade na linguagem de afásicos: a inclinação antireferencialista dos processos enunciativos. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, n. 41, p. 55-74, jul./dez. 2001.

NORRIS, S. Multiparty interaction: a multimodal perspective on relevance. *Discourse Studies*, v. 8, n. 3, p. 401-421, 2006.

SILVEIRA, C. E. S. R. Considerações iniciais em torno de uma caracterização do comportamento do gênero “depoimento do Orkut”. *Estudos Linguísticos*, São Paulo, v. 3, n. 38, jul.-dez/2009.

TAVARES, D. P. F. *Processos de recategorização – uma proposta classificatória*. 2003. 157p. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2003.

[www.orkut.com](http://www.orkut.com)

XAVIER, A. C. *O hipertexto na sociedade da informação: a constituição do modo de enunciação digital*. 2002. 220f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

# Elaboração de material didático para a disciplina Prática de Ensino de Línguas e Literaturas, do curso de licenciatura em Letras – Português, Espanhol e Literaturas, na modalidade Educação a Distância: uma experiência

Elaboración de material didáctico para la asignatura *Prática de Ensino de Línguas e Literaturas*, del curso de licenciatura en *Letras – Português, Espanhol e Literaturas*, en la modalidad Educación a Distancia: una experimentación

Edna Pagliari Brun<sup>1</sup>, Maria Emília Borges Daniel<sup>2</sup>

<sup>1,2</sup>Departamento de Letras – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

ednapbrun@gmail.com, mebdaniel@gmail.com

**Resumen.** Este artículo pretende relatar y discutir una experiencia con la elaboración de material didáctico para el curso de *Letras – Licenciatura – Habilitação em Português, Espanhol e Literaturas*, de la *Universidade Federal de Mato Grosso do Sul*, en la modalidad Educación a Distancia. Con apoyo del principio de interpretabilidad, propuesto por Charolles (1983), y otros presupuestos de la Lingüística Textual, el material elaborado es el Guía Didáctico de la disciplina *Prática de Ensino de Línguas e Literaturas I* para alumnos del primero año del curso.

**Palabras-clave:** educación a distancia, material didáctico, lingüística textual, coherencia.

**Resumo.** Este artigo pretende relatar e discutir uma experiência com a elaboração de material didático para o curso de graduação em *Letras – Licenciatura – Habilitação em Português, Espanhol e Literaturas*, da *Universidade Federal de Mato Grosso do Sul*, na modalidade Educação a Distância. Com o apoio do princípio de interpretabilidade, proposto por Charolles (1983), e outros fundamentos da Lingüística Textual, o material elaborado é o Guia Didático da disciplina *Prática de Ensino de Línguas e Literaturas I* para alunos do primeiro ano do curso.

**Palavras-chave:** educação a distância, material didático, lingüística textual, coerência.

## Primeiras considerações

A Educação a Distância (EaD) surgiu da necessidade de preparo profissional e cultural de milhões de pessoas que não podem frequentar um curso presencial, e evoluiu com as tecnologias disponíveis em cada momento histórico, influenciando o ambiente educativo e a sociedade. Essa exclusão, muitas vezes, é decorrente da falta de instituições que ofereçam educação de nível superior no município ou região onde os interessados residem, ou pela impossibilidade de se deslocarem para localidades em que haja essas instituições. Assim, não é de se estranhar que a Educação a Distância venha crescendo em ritmo acelerado no Brasil: em 2002, eram 40 mil alunos matriculados num total de 46 cursos, em 2006, esse número havia aumentado para 207 mil estudantes e mais 300 cursos foram criados.

Para o Governo Federal, essa modalidade de formação educacional transformou-se em um instrumento para promover a democratização da educação e a inclusão tecnológica e digital. Com vistas nisso, foi instituída a Universidade Aberta do Brasil. Entendendo que uma das características da educação a distância é a flexibilização tanto de tempo quanto de espaço, acredita-se que ela possibilite o atendimento dessa parcela de excluídos dos cursos superiores.

Engajando-se nesse processo, a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), a partir de 2001, passou a oferecer cursos de graduação e especialização pela EaD em várias áreas de conhecimento e, em 2006, teve deferido seu pedido de implantação do curso de Licenciatura em Letras – Habilitação Português, Espanhol e Literaturas, na modalidade Educação a Distância. Dessa forma, em 2007, o curso foi implantado em cinco cidades/polos: quatro no interior sul-mato-grossense – Água Clara, Camapuã, Rio Brillhante, São Gabriel do Oeste – e uma em território paulista – Apiaí. Neste ano de 2009, o curso de Letras foi lançado em mais quatro polos no interior de Mato Grosso do Sul – Bataguassu, Costa Rica, Miranda e Porto Murinho.

Como consequência, dois outros processos foram iniciados: a formação de tutores a distância por meio do curso de Pós-Graduação *lato sensu* Orientação Pedagógica a Distância, oferecido pela UFMS na modalidade Educação a Distância, e a produção de materiais didáticos. É a respeito desse último que este artigo versará.

Para isso, o artigo foi estruturado em duas grandes seções. De acordo com as características da Educação a Distância, os objetivos do curso, da disciplina a que se destina esse material e os pressupostos teóricos que nortearam a sua elaboração, a primeira seção focaliza a organização geral do material didático elaborado, e a segunda contempla os conteúdos selecionados para integrá-lo e a forma de tratamento que receberam.

### **Guia Didático de Prática de Ensino de Línguas e Literaturas I: forma**

Com as novas e diferentes possibilidades de ensino/aprendizagem apoiadas por tecnologias de informação e comunicação, os educadores vêm deparando-se com um novo meio de superar a falta de tempo e a distância para atingir os estudantes: o computador. Como consequência, ele transformou-se em uma poderosa ferramenta para a educação tanto local como a distância. Nas palavras de Soares (2002 apud AMARAL; AMARAL C., 2008, p. 18), o computador passou a configurar um novo "espaço de letramento". Assim, é preciso pesquisar e desenvolver não apenas ferramentas (*software*, mídias) adequadas para um melhor aproveitamento dessas tecnologias, mas também materiais de apoio e estratégias pedagógicas diferenciadas, pois esse novo paradigma aponta para uma realidade que se contrapõe ao modelo tradicional de ensino: agora, enquanto o aluno sintetiza a fórmula *aprender a aprender*, o professor assume a função de orientador, mediador no processo de construção do conhecimento.

Nesse novo contexto, também é fundamental ressaltar a importância da produção de materiais didáticos exclusivos para os cursos de graduação a distância, uma vez que se trata de um material que prescinde da presença constante do professor e requer a autonomia do aluno para gerir o próprio aprendizado; exigindo uma interlocução diferenciada que incentive e crie a possibilidade de estudo longe da sala de aula tradicional, estabelecendo ainda *links* com linguagens multimodais.

Com a atenção voltada para essas características, o material produzido – Guia Didático (GD) da disciplina *Prática de Ensino de Línguas e Literaturas I* (DANIEL; BRUN, 2009) –, para o primeiro ano do curso, foi elaborado visando, desde a formação inicial, à capacitação do aluno para o exercício do magistério no Ensino Fundamental e Médio, levando-o a aprender a articular à prática docente a teoria apreendida nas disciplinas Linguística I, Língua Portuguesa I, Língua Espanhola I e Teoria da Literatura I. Com referência às três primeiras, foram abordados no GD elementos de fonologia, fonética e morfologia; quanto à segunda, o foco recaiu sobre o letramento



literário (COSSON, 2007) do aluno da Educação Básica, conforme ementa da disciplina *Prática de Ensino de Línguas e Literaturas*, presente no Projeto Político Pedagógico do curso.



**Figura 1. GD de Prática de Ensino de Línguas e Literaturas I**

Esse material básico foi complementado por outros dois volumes: o *Guia do Aluno*, que, além de orientações gerais sobre o desenvolvimento da disciplina e a organização do material, traz atividades referentes aos conteúdos explorados, as quais o aluno deverá fazer e postar em sua página no ambiente virtual do curso, para avaliação do seu desenvolvimento na disciplina; e o *Guia do Tutor*, cujo propósito é orientar os tutores a distância para a correção das atividades feitas pelos alunos, de acordo com as expectativas dos professores da disciplina.

Por conta da extensão deste artigo, ajustaremos a lupa somente sobre o *Guia Didático* da disciplina.

### **A organização do curso de Letras da EaD e o Guia Didático**

Embora, no curso de Letras da UFMS na modalidade EaD, estejam previstas de uma a três aulas presenciais (dependendo da duração de cada disciplina) nos polos, para apresentação da disciplina e esclarecimento de possíveis dúvidas, os conteúdos não são apresentados sistematicamente pelo professor durante a aula, mas elaborados antecipadamente, ficando à disposição do aluno no ambiente virtual e em material impresso, ou seja, a interação aprendente-conhecimento é feita por meio do texto escrito, fato que exige não apenas competência leitora dos acadêmicos, mas cuidados especiais dos produtores de material didático, cuja finalidade é facilitar a construção de conhecimento sem que isso signifique a simplificação demasiada dos conteúdos.

Dessa forma, algumas providências foram necessárias para a elaboração do Guia Didático *Prática de Ensino de Línguas e Literaturas I*. Uma delas foi, de acordo com os postulados da Linguística Textual, considerar o curso de Letras na modalidade EaD um *texto*, no qual as partes – as disciplinas da grade curricular – devem ser organizadas de maneira coesa e coerente, como no curso presencial, porém com uma diferença: a

administração do fator tempo. No curso presencial da UFMS, os conteúdos estão organizados em horas/aula, distribuídos em disciplinas anuais, enquanto que, no curso da EaD, o ritmo de trabalho é estabelecido (e organiza o curso) pela consecutividade das disciplinas, fixada conforme os objetivos de aprendizagem do curso. Portanto, no ambiente virtual de aprendizagem, a noção de tempo de aula, tal qual é concebida nas salas de aulas presenciais, dilui-se.

Logo, tomando o curso como um texto, isto é, "um evento comunicativo em que convergem ações linguísticas, sociais e cognitivas, [...] uma entidade comunicativa que forma uma unidade de sentido" (MARCUSCHI, 2008, p. 72), é necessário observar e seguir algumas regras a fim de garantir a sua textualidade, ou seja, adotar critérios que o tornem um todo de sentido – coeso e coerente – tanto externa quanto internamente, pois

[...] por um lado, [o texto] deve preservar a organização linear que é o tratamento estritamente linguístico, abordado no aspecto da coesão e, por outro lado, deve considerar a organização reticulada ou tentacular, não linear: portanto, dos níveis do sentido e intenções que realizam a coerência no aspecto semântico e funções pragmáticas. (MARCUSCHI, 2009, p. 35)

Desse modo, apoiando-nos em Charolles (1978 apud CABRAL, 2008), temos que um texto, no seu desenvolvimento, deve possuir elementos de recorrência, apresentar uma ampliação de sentido constantemente renovada, propor fatos que estejam relacionados, e não deve introduzir elementos que contradigam o que foi enunciado anteriormente. Esses são os princípios das chamadas metarregras: *repetição*, *progressão*, *relação* e *não contradição*.

A organização dos conteúdos em progressão, de forma a favorecer aos alunos a ampliação dos seus conhecimentos, além de essencial, ocorre de maneira natural no curso. Daí também advém a necessidade de que os conteúdos não sejam contraditórios. Por isso, na elaboração de material didático para cursos da EaD, a preocupação maior, de acordo com Cabral (2008), deve ser quanto à *repetição* e à *relação* dos elementos do texto (no nosso caso, do curso), porque esses dois são os critérios que mais contribuem para a *coesão* e a *coerência* do material da EaD. Isso determinou, por exemplo, que a disciplina *Prática de Ensino de Línguas e Literaturas I* fosse lançada ao final do curso, a última da grade curricular do primeiro ano a ser cursada, uma vez que ela está relacionada aos conteúdos teóricos das demais disciplinas: Linguística I, Língua Portuguesa I, Língua Espanhola I, Literatura em Língua Portuguesa I, Literatura em Língua Espanhola I e Teoria da Literatura I, que obrigatoriamente a antecederam, pois o objetivo da disciplina Prática de Ensino é estabelecer um elo entre a teoria e a prática, ou seja, ensinar ao graduando como ele deverá adaptar os conteúdos que aprendeu no curso de Letras para ensiná-los a alunos da Educação Básica.

Outra forma de manter a coesão e a coerência entre as disciplinas, com o auxílio do material didático, foi estabelecer a relação entre elas por meio de lembretes que remetem o acadêmico a determinado conteúdo visto anteriormente em outra disciplina, conforme o exemplo a seguir, retirado da p. 42 do GD, no qual foram explorados os conceitos de *plano de expressão* e *plano de conteúdo* estudados em Linguística I. Observe que, do lado esquerdo da página, há o quadro REVEJA, que contém essa informação.

Após a leitura, observe que a linguagem organiza-se em dois planos:

o do conteúdo, que compreende os sentidos que se transmitem, e o da expressão, que é constituído pelo veículo dos sentidos. Na linguagem verbal, são os sons que veiculam os significados, que fazem chegar ao ouvinte os conteúdos que o falante quer transmitir. Constituem eles, pois, o plano de expressão (PLATÃO; FIORIN, 2003, p. 338).

Em um texto em prosa, o leitor está mais interessado no plano de conteúdo, ou seja, o que lhe interessa é o que o texto diz. Assim, apreendido o significado de um texto em prosa, o conteúdo pode ser apresentado com outras palavras.

**REVEJA**

Você pode retomar os conceitos de plano de conteúdo e plano de expressão no Guia Didático da disciplina Linguística I, p. 44.

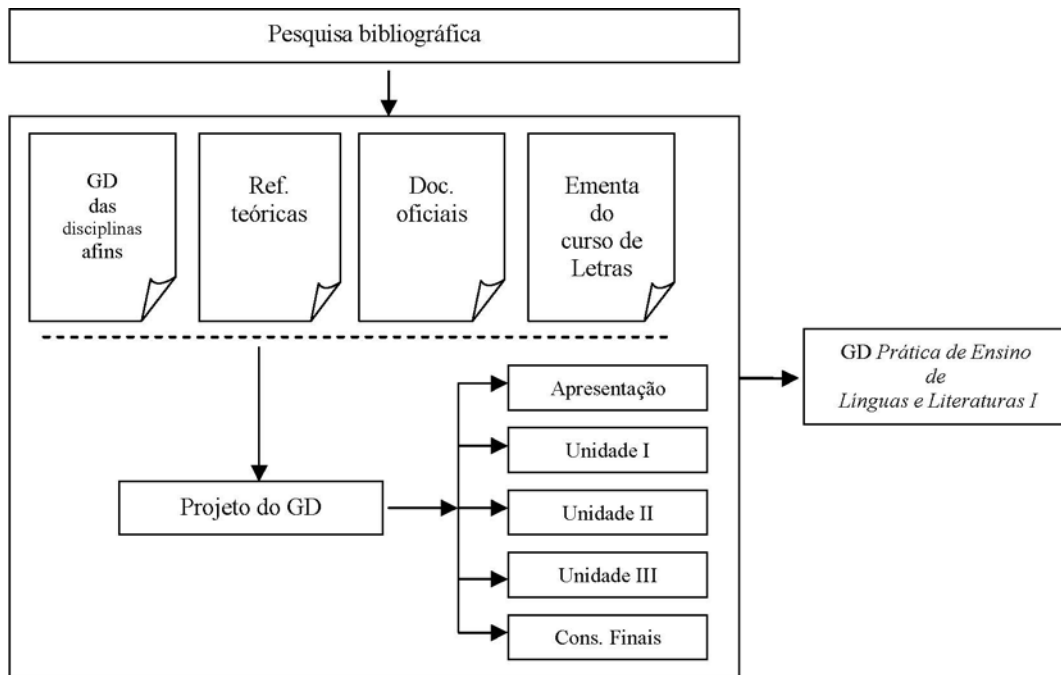
Figura 2. Exemplo de relação estabelecida com disciplina anterior

No desenvolvimento do texto, além das referências a disciplinas anteriores, para relembrar aos acadêmicos conteúdos explorados em outros momentos do curso, há também referências a disciplinas posteriores, deixando entrever que o conteúdo relacionado ao tema em questão será abordado futuramente, como no trecho da p. 121 reproduzido na figura a seguir. Nele, informamos que a produção textual não é o foco da disciplina *Prática de Ensino I*, mas será abordada em outro momento do curso.

uma história sobre...". A atividade proposta engloba alguns elementos importantes para que o aluno desenvolva uma boa produção textual. Não vamos entrar em detalhes sobre o assunto, porque esse não é o foco principal da disciplina Prática I (falaremos disso em uma outra oportunidade). O que nos interessa aqui é que nessa preparação também está incluída a leitura do texto literário, que favorecerá, entre outros, o reconhecimento e aprendizagem do gênero textual estudado (você já aprendeu a importância que isso tem tanto para a produção quanto para a compreensão de textos quando cursou a disciplina Leitura e Produção de Textos).

Figura 3. Exemplo de relação estabelecida com disciplina posterior

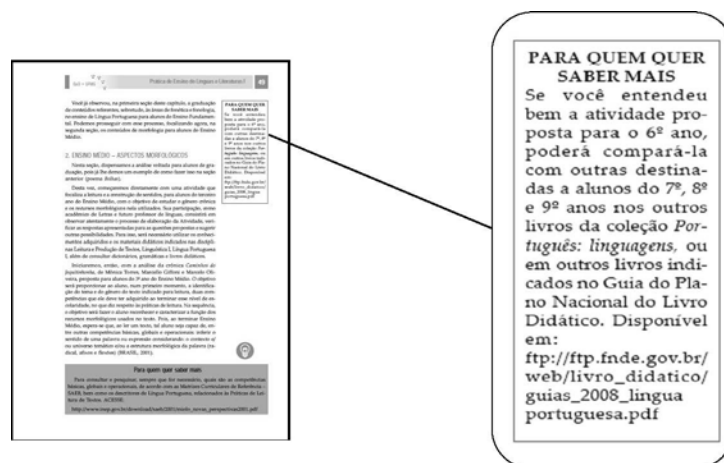
Cabral (2008) também destaca que o aluno de um curso da EaD espera (e precisa) encontrar regularidade na organização das unidades dos cursos, ou seja, a recorrência (ou repetição) garante a coesão e a coerência interna de cada disciplina. No caso do curso de Letras da UFMS, é recorrente a participação dos alunos em um fórum distância, citados há pouco, o GD *Prática de Ensino de Línguas e Literaturas I* foi organizado seguindo as etapas descritas na Figura 4.



**Figura 4. Síntese do processo teórico-metodológico de elaboração do GD**

Considerados marcadores curriculares (NEDER, 2005), os guias didáticos devem definir claramente objetivos, esclarecer sua organização, além de sugerir tarefas e pesquisas com a intenção de aprofundamento teórico.

Assim, considerando essas orientações, os objetivos, a organização do GD, bem como da disciplina, são elucidados na Apresentação do GD – *A disciplina Prática de Ensino: procurando os fios da meada*. Para incentivar a pesquisa e o aprofundamento teórico, além de apresentarmos, ao final de cada uma das Unidades, uma lista de referências bibliográficas e sitográficas (relação dos textos e sites pesquisados na internet) que podem ser consultadas pelos graduandos, são sugeridas outras tarefas em boxes denominados *Para quem quer saber mais*, tal como no exemplo da Figura 5, abaixo.



**Figura 5. Boxe Para quem quer saber mais**

No caso exemplificado, remetemos o aluno para consulta ao *Guia do Plano Nacional de Livros Didáticos para o Ensino Fundamental*.

O conteúdo programático da disciplina foi organizado e distribuído em três

unidades: Unidade I – *Pressupostos teórico-metodológicos sobre a disciplina Prática de Ensino de Línguas e Literaturas I* – trata da configuração da disciplina e da apresentação dos documentos referenciadores da área; Unidade II – *Prática de Ensino de Língua Portuguesa e Língua Espanhola* –, organizada em dois capítulos, retoma as teorias que fundamentam o ensino de línguas, relacionando a prática às outras disciplinas afins do curso, e orienta o aluno sobre como adaptar e trabalhar os conteúdos relacionados à fonética, fonologia e morfologia, das duas línguas em questão, no Ensino Fundamental e Médio; Unidade III – *Prática de Ensino de Literaturas em Língua Portuguesa e em Língua Espanhola* –, dividida em três capítulos, abarca o conceito de letramento literário e trata da aplicação desse conceito em literatura de língua espanhola e literatura de língua portuguesa, na Educação Básica.

Neder (2005) afirma ainda que, da mesma forma como o aluno espera encontrar regularidade entre as disciplinas do curso, a coesão e a coerência internas também são esperadas no Guia Didático. Além de favorecer a sistematização dos conteúdos, a regularidade das seções estabelece um percurso de leitura, uma dinâmica de exploração da disciplina, e assegura maior clareza aos alunos com relação aos conteúdos dela. Quanto a esse aspecto, as Unidades II e III apresentam dois capítulos com os mesmos títulos com pequenas diferenças, de acordo com a língua trabalhada em cada um deles.

Desse modo, mantendo a organização alicerçada nos conceitos de *progressão e relação* propostos pela Linguística Textual, o GD elaborado traz a primeira parte das Unidades II e III voltada para a retomada da teoria presente na Unidade I e nos Guias Didáticos de outras disciplinas do curso, acrescentando ainda informações relativas aos conteúdos teóricos que serão trabalhados nessas Unidades. A segunda parte dessas Unidades apresenta as mesmas seções – 1. Ensino Fundamental, e 2. Ensino Médio –, cada uma delas com atividades comentadas, voltadas para alunos de cada um desses níveis de escolaridade. Essa organização está ilustrada no exemplo (1), a seguir.

- (1) **UNIDADE II – Práticas de Ensino de Língua Portuguesa Capítulo 1** – Prática de ensino de conteúdos relacionados à fonética, à fonologia e à morfologia da língua portuguesa nos níveis Fundamental e Médio
- 1.1. Ensino Fundamental** – aspectos fonéticos e fonológicos **Atividade comentada I:** análise do poema *Bolhas*, de Cecília Meireles, exemplo destinado ao acadêmico de Letras
- **Atividade comentada II:** análise do poema *Drome, minininha*, de Sérgio Caparelli, exemplo destinado aos alunos do 6º ano do Ensino Fundamental
- 1.2. Ensino Médio** – aspectos morfológicos
- **Atividade comentada III:** análise da crônica, *Caminhos do Jequitinhonha*, de Mônica Torres, Marcello Giffoni e Marcelo Oliveira, exemplo destinado aos alunos do 3º ano do Ensino Médio
- Capítulo 2** – Prática de ensino de conteúdos relacionados à fonética, à fonologia e à morfologia da língua espanhola nos níveis Fundamental e Médio
- 1. Ensino Fundamental** – aspectos fonéticos e fonológicos
- Atividade comentada I:** análise de *trabalenguas El coco*, exemplo destinado ao acadêmico de Letras
- Atividade comentada II:** análise de *trabalenguas*, exemplo destinado aos alunos do 6º ano do Ensino Fundamental
- 2. Ensino Médio** – aspectos morfológicos **Atividade comentada III:** análise da *biografia*, *Acerca de Vicente Huidobro*, exemplo destinado aos alunos do 1º ano do Ensino Médio

A imposição de que o texto disponibilizado em ambiente virtual seja relativamente breve e o cuidado em não omitir informações importantes para o aluno, que não terá o professor por perto para esclarecimentos de dúvidas, fez com que lançássemos mão de duas estratégias: a utilização de boxes e a inclusão de *links* que

conduzem o estudante a novos textos os quais esclarecem ou ampliam o sentido de determinado conteúdo. A Figura 5 exemplifica tanto a utilização de boxes quanto de *links*: o endereço eletrônico informado no boxe focalizado é um *link* que conduz o aluno a um hipertexto (escritura eletrônica não sequencial e não-linear) externo ao curso (o portal do MEC), no qual ele encontrará informações mais aprofundadas sobre livros didáticos de Língua Portuguesa, avaliados pelo Plano Nacional do Livro Didático.

Logo, de acordo com Cabral (2008), além de proporcionar novas possibilidades de sentido que complementam o conhecimento do leitor a respeito do tema abordado, o hipertexto também é um processo de ativação de relações, ligado, portanto, aos movimentos de coesão e coerência textuais. Os *links* passam a ser definidos então com o auxílio de um conceito igualmente relevante na Linguística Textual – o de *referenciação* –, pois, sendo um elo semântico entre texto e hipertexto, os *links* funcionam como elementos anafóricos que estabelecem entre eles uma relação referencial em rede. Cabral (2008, p. 166) afirma ainda que um *link* pode ser usado como estratégia argumentativa, pois ele "pré-seleciona o percurso de leitura, pré-determinando o direcionamento desejado pelo produtor do texto".

### **Guia Didático de Prática de Ensino Línguas e Literaturas I: conteúdo**

Conforme vimos anteriormente, o material didático elaborado tem o objetivo principal de orientar os graduandos do curso de Letras na EaD sobre como proceder ao trabalhar os conteúdos de língua portuguesa, língua espanhola e respectivas literaturas nos quatro anos finais do Ensino Fundamental e nos três anos do Ensino Médio.

Tomando as premissas dos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997, 1998), que refletem o ponto de vista sociointeracional de conceber a linguagem, as principais características do Guia Didático *Práticas de Ensino de Línguas e Literaturas I* são a orientação para o trabalho com o texto, realizado em *gêneros textuais*, a utilização de temáticas adequadas a jovens e adolescentes (incluindo temas transversais).

Como já dissemos, a disciplina Prática de Ensino tem suas bases fundamentadas em documentos oficiais e nas teorias específicas da área de conhecimento a que se refere. Desse modo, as Unidades do Guia Didático de *Prática de Ensino*, direcionado para o primeiro ano do curso de Letras a Distância, foram produzidas de modo a possibilitar, de maneira geral, o desenvolvimento de competências, habilidades e estratégias essenciais para o futuro professor ensinar conteúdos referentes à língua portuguesa, à língua espanhola e às literaturas de expressão portuguesa e espanhola nas quatro séries finais do Ensino Fundamental e nas três séries do Ensino Médio, além de possibilitar, especificamente,

- 1) no *plano linguístico da recepção*, o desenvolvimento de competências, habilidades e estratégias no reconhecimento e no tratamento didático de recursos fonéticos, fonológicos e morfológicos presentes em textos de diferentes gêneros de circulação em esferas públicas e literária;
- 2) no *plano linguístico da produção*, o desenvolvimento de competências, habilidades e estratégias na elaboração de atividades didático-pedagógicas, com ênfase na exploração de recursos fonéticos, fonológicos e morfológicos em textos de diferentes gêneros produzidos para circulação em esferas públicas e literária; e
- 3) no *plano linguístico formativo*, desenvolver uma visão mais ampla a respeito de conceitos, procedimentos e atitudes relativos aos conteúdos escolares; e desenvolver a

competência de articular objetivos, conteúdos e orientações didáticas, buscando transformar o planejamento de ensino num instrumento eficiente de trabalho.

Com vistas nesses objetivos, para a exploração de recursos fonéticos, fonológicos e morfológicos dos textos, bem como para o desenvolvimento do letramento literário, recorreremos a vários gêneros do discurso (proposta também presente nas orientações dos PCN) com a intenção de mostrar ao futuro professor que não há forma mais produtiva de ensinar aos alunos os diferentes usos da língua, assim como as ações languageiras, que não seja por meio do estudo dos gêneros, pois

[...] a linguagem é uma forma de ação entre sujeitos, que se realiza nas práticas sociais existentes nos diferentes grupos de uma sociedade, nos distintos momentos da sua história. Orientada por uma finalidade específica, ela se manifesta por meio de gêneros. Assim, os gêneros nos possibilitam agir socialmente pela linguagem. Portanto, produzindo gêneros, aprende-se linguagem, produzindo linguagem, aprendem-se gêneros. (DANIEL; BRUN; NASCIMENTO, no prelo)

Isso só é possível porque os gêneros do discurso são ao mesmo tempo prática social e prática textual-discursiva, visto que um discurso começa com a escolha de um gênero que carrega consigo informações específicas (sobre o tema, a estrutura composicional, o estilo e o propósito comunicativo da ação languageira) cujo resultado é um texto com uma dada configuração que opera discursivamente por meio do gênero escolhido. Até a seleção da linguagem depende desse gênero e de seu funcionamento discursivo no contexto pretendido.

Desse modo, para a exploração de recursos fonéticos e fonológicos, lançamos mão dos gêneros **poema**, em língua portuguesa, e **trabalenguas**, em língua espanhola. Já os recursos morfológicos focalizados foram demonstrados nos gêneros **crônica** e **biografia**, o primeiro, em língua portuguesa, e o segundo, em língua espanhola. Para o desenvolvimento do letramento literário, em português, utilizamos o gênero **conto** e um capítulo da **rapsódia** Macunaíma, de Mário de Andrade; em espanhol, escolhemos **fábula** e um capítulo da **novela** *Don Quijote*, de Miguel de Cervantes. Alguns dos temas abordados foram o amor, o poder, a generosidade, a honestidade, a coragem, entre outros. Para o trabalho com esses conteúdos, demos preferência para a leitura e a escuta de textos orais, visto que

[...] ensinar língua oral deve significar para a escola possibilitar acesso a usos da linguagem mais formalizados e convencionais, que exijam controle mais consciente e voluntário da enunciação, tendo em vista a importância que o domínio da palavra pública tem no exercício da cidadania. Ensinar língua oral não significa trabalhar a capacidade de falar em geral. Significa desenvolver o domínio dos gêneros que apoiam a aprendizagem escolar de Língua Portuguesa e de outras áreas. (BRASIL, 1998, 67-68)

Sob esse enfoque, após os esclarecimentos teóricos, os aprendentes são levados a refletir sobre sugestões de aplicação da teoria em atividades desenvolvidas (e analisadas) para isso. A esse respeito, outra preocupação foi com a distinção entre teoria e atividades para graduandos e teoria e atividades para alunos da Educação Básica, ou seja, com a adequação dos conteúdos. Por isso, o GD contém exemplos de atividades para os acadêmicos e sugestões de atividades direcionadas aos alunos do Ensino Fundamental e Médio, de acordo com o ano de escolaridade. Por exemplo, após uma análise fonológica do poema *Bolhas*, de Cecília Meireles, esclarecemos aos graduandos que se tratava de um estudo apropriado para estudantes de Letras, e que, para ser

aplicada a alunos do Ensino Fundamental e Médio, careceria de adaptações de acordo com o nível de escolaridade do aluno. Esse exemplo, pode ser observado na Figura 7, a seguir, que reproduz a página 45 do Guia Didático.

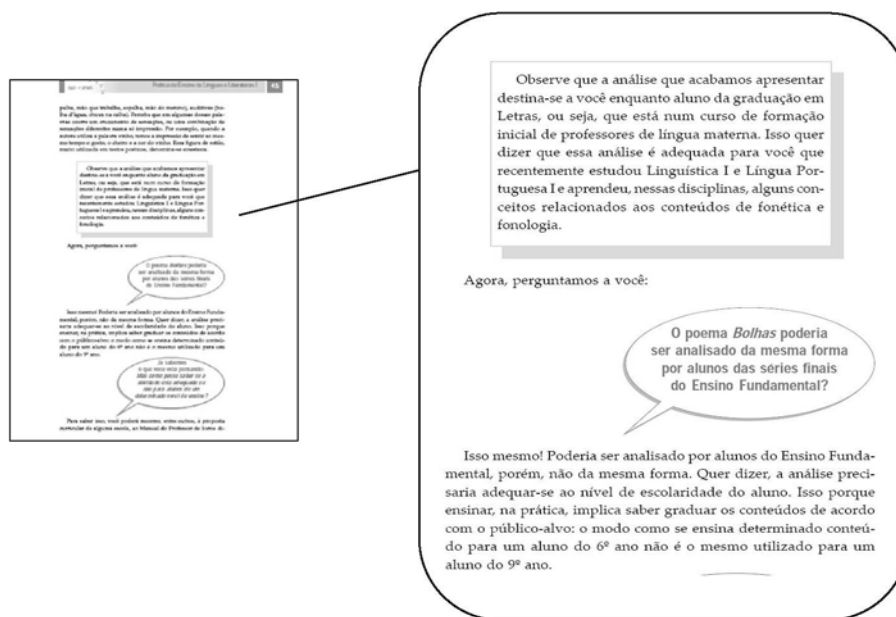


Figura 6. Exemplo de tratamento das atividades propostas no GD

## A interação nos materiais didáticos para cursos a distância

O ensino na modalidade Educação a Distância é bem diferente do ensino convencional, no qual a maioria dos conteúdos é trabalhada oralmente no contato direto entre professor e aluno, com a possibilidade de este ir sanando suas dúvidas e dificuldades no momento da interação.

Em um contexto virtual de ensino, como é o caso da EaD, a relação entre professor e aluno é mediada pelo texto, cujo movimento é a produção e a compreensão de enunciados. Essa interação, como qualquer outra, ocorre pela linguagem, mais especificamente, por meio da produção escrita. Por isso, buscando um efeito de proximidade entre os participantes da interação – autor e leitor –, na tentativa de amenizar a ausência física do professor, uma de nossas preocupações na elaboração do GD foi a preferência pelo uso da primeira pessoa do plural, cujo efeito de sentido, nesse caso, é também a inclusão daquele como companheiro deste na construção dos conhecimentos referentes à prática de ensino, uma vez que, na modalidade Educação a Distância, o aluno é chamado a ser sujeito da própria aprendizagem, não apenas controlando seu tempo e espaço de estudo, mas interagindo com o material a sua disposição.

Nesse sentido, outra particularidade necessária é a produção escrita mesclada com elementos da oralidade. Para isso, é relevante que a comunicação, em certos momentos, adquira um tom coloquial e se realize por meio de perguntas, estabelecendo um diálogo entre os interlocutores do material didático, pois, conforme preposição de Ibáñez (1996 apud RIBEIRO; PROVENZANO, 1997, p. 4):

[...] as perguntas são um elemento dinamizador, podendo agilizar a colocação das



questões e, sobretudo, estimular o aluno a formulá-las constantemente, a deter-se na marcha da aprendizagem, a estabelecer um momento de reflexão e a decidir-se pela via que mais parece promissora, como se fizesse um exame de consciência.

Assim, tal como ocorre nas histórias em quadrinhos, um dos recursos gráficos utilizados para simular essa interação e, ao mesmo tempo, despertar a atenção do aprendente para o assunto abordado, foi o uso de balões com *falas* dirigidas a ele, como na interação face a face. O pronome *você*, invocando-o diretamente, também foi usado para estabelecer e reforçar a relação de cumplicidade entre autor e aluno. A escolha dessas estratégias de imitação da modalidade oral da língua, além de tornar a leitura mais agradável, facilita a sua compreensão. Podemos exemplificar isso com um trecho das páginas 58 e 59 do GD *Práticas de Ensino de Línguas e Literaturas I*. Trata-se da introdução a uma análise fonético-fonológica de um *trabalenguas*. Antes de o analisarmos, fizemos alguns questionamentos para suscitar a reflexão do aluno a respeito desse gênero. Ao mesmo tempo, simulamos que *sabíamos* ou *ouvíamos* a sua resposta, conforme podemos ver na Figura 8.

• Atividade comentada I: análise do *trabalenguas* *El coco*, exemplo destinado ao acadêmico de Letras

Antes de começarmos, responda:

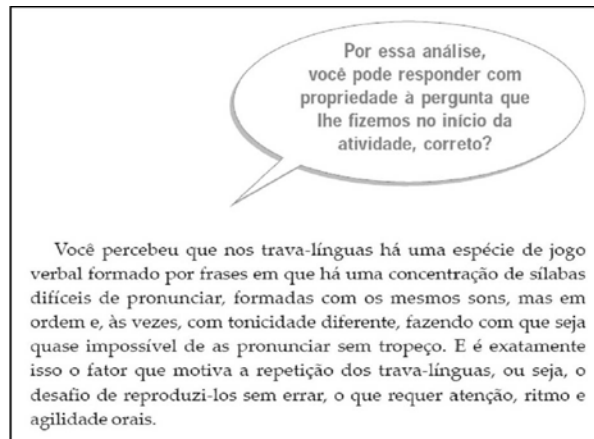
O que são *trabalenguas*?

Por que são indicados para o trabalho com a linguagem oral em espanhol?

Isso mesmo! Estamos falando do gênero textual oral trava-línguas, aquela brincadeira na qual se pede que a pessoa repita uma dada sequência, oração, de forma rápida, várias vezes, para testar a “agilidade” da língua. Temos certeza de que você já brincou (lembra-se de *um prato de trigo para três tigres tristes*?). Pois então, como essa “agilidade da língua” provoca dificuldade de dicção ou “paralisia” da língua, a brincadeira recebeu o nome de trava-língua (*trabalengua*, em espanhol). Esse gênero configura um discurso lúdico, uma vez que diverte e provoca disputa para saber quem se sai melhor na brincadeira.

**Figura 7. Exemplo de marcas da modalidade oral na escrita do material didático**

Após a análise fonético-fonológica do *trabalengua*, novamente interpelamos o graduando. A Figura 8, exemplo extraído da p. 62 do GD, traz a continuação do *diálogo* iniciado na p. 58, reproduzido na Figura anterior.



**Figura 8. Exemplo de diálogo presente no material didático**

Nessa situação, entre outras, tanto no início quanto ao final do estudo da análise fonético-fonológica proposta ao acadêmico, estabelecemos um diálogo no qual supostamente *adivinhamos* o que ele responderia, usando essa resposta como forma de incentivá-lo a prosseguir com a leitura e estudo do texto e como estratégia para fazê-lo refletir sobre o conteúdo teórico abordado.

### **Considerações finais**

Nossa intenção, neste artigo, foi relatar uma experiência de elaboração de material didático para alunos do primeiro ano do curso de Licenciatura em *Letras – Português, Espanhol e Literaturas* – na modalidade Educação a Distância, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, ressaltando as particularidades que diferenciam esse material de outros utilizados em cursos presenciais, por conta das suas condições de produção: coerência com os objetivos e com as demais disciplinas que compõem o curso, e, principalmente, as particularidades da modalidade Educação a Distância, a ausência física do professor e o uso de recursos tecnológicos. Planejado e elaborado com base nas noções de *texto, coesão, coerência e referenciação* propostas pela Linguística Textual, o material para a disciplina *Prática de Ensino de Línguas e Literaturas I*, disponibilizado tanto no ambiente virtual do curso como impresso, vem reafirmar que a produção de materiais especiais para cursos a distância é um dos aspectos decisivos para o sucesso de qualquer proposta em Educação a Distância.

Para tanto, no caso do Guia Didático da disciplina *Prática de Ensino de Línguas e Literaturas I*, tomada aqui como um *texto* que integra um texto maior – o próprio curso de Letras –, assumimos, de acordo com a perspectiva da Linguística Textual, a posição de "leitor interno", ou seja, aquele que segundo Koch e Elias (2009, p. 194) é o leitor que existe no produtor de textos com a função de "monitorar-lhe a atividade da escrita" com vistas nos objetivos pretendidos e em um outro tipo de leitor, o "leitor externo", neste caso, o acadêmico do curso na modalidade Educação a Distância, aquele que terá acesso ao texto produzido – o Guia Didático – em um tempo e local distantes de quando e onde ocorreu o processo de produção.

Não obstante, a constatação da relevância em considerar o curso de Letras e a disciplina *Prática de Ensino de Línguas e Literaturas I* como textos, de maneira a promover a coesão e a coerência entre eles e as demais disciplinas, bem como a postura sociointeracionista adotada, levaram à reflexão de que, para o sucesso de um curso na EaD, não basta simplesmente a elaboração de um material específico, pois a concepção

de coerência, entendida por Charolles (1983) como um princípio de interpretabilidade, não se aplica isoladamente ao texto ou aos autores, mas estabelece um elo entre autor-texto-leitor. Isso significa que, na perspectiva interacional, a coerência não se localiza somente no texto – Guia Didático – ou na preocupação das autoras em proporcionar situações para que os leitores – os acadêmicos do curso de Letras na modalidade Educação a Distância – possam ativar conhecimentos já adquiridos em outras disciplinas do curso e adquirir outros tantos, mas conta também com a experiência e, principalmente, com a disposição dos acadêmicos para seguir as pistas deixadas no texto (por exemplo, o acesso aos hipertextos indicados pelos vários *links* sugeridos), esforçando-se na busca de desvendar as suas tramas, ou seja, exige do aluno, futuro professor, atitudes que virão a contribuir para que ele, enquanto produtor de sentidos, seja também um *co-autor* do material didático.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, L. H.; AMARAL, C. L. C. Tecnologias de comunicação aplicadas à educação. In: MARQUESI, S. C.; ELIAS, V. M. S.; CABRAL, A. L. T. *Interações virtuais: perspectivas para o ensino de língua portuguesa a distância*. São Carlos: Claraluz, 2008.

BRASIL. *Parâmetros curriculares nacionais: ensino médio – língua portuguesa*. Brasília: MEC/SEMTEC, 1999.

\_\_\_\_\_. *Parâmetros curriculares nacionais: 3º e 4º ciclos – língua portuguesa*. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CABRAL, A. L. T. C. Produção de material para cursos a distância: coesão e coerência. In: MARQUESI, S. C.; ELIAS, V. M. S.; CABRAL, A. L. T. *Interações virtuais: perspectivas para o ensino de língua portuguesa a distância*. São Carlos: Claraluz, 2008.

CHAROLLES, M. Coherence as a principle of interpretability of discourse. *Text*, n. 3, v. 1, p. 71-98, 1983.

COSSON, R. *Letramento literário: teoria e prática*. São Paulo: Contexto, 2007.

DANIEL, M. E. B.; BRUN, E. P.; NASCIMENTO, J. Z. *Fundamentos e metodologia do ensino de língua portuguesa*. Campo Grande: UFMS. No prelo. (Guia Didático para o curso de Pedagogia na modalidade Educação a Distância, da UFMS).

DANIEL, M. E. B.; BRUN, E. P. *Prática de ensino de línguas e literaturas I*. Campo Grande: UFMS, 2009. (Guia Didático para o curso de Letras na modalidade Educação a Distância, da UFMS).

KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. *Ler e escrever: estratégia de produção textual*. São Paulo: Contexto, 2009.

MARCUSCHI, L. A. *Linguística de texto: o que é e como se faz?* Ed. especial. Pernambuco: Universitária da UFPE, 2009.

\_\_\_\_\_. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

NEDER, M. L. C. *Planejando o texto didático específico ou o guia didático para a EaD*. 2005 Disponível em: <[http://www.ead.ufms.br/~cargemon/disc\\_5/home\\_mod4.html](http://www.ead.ufms.br/~cargemon/disc_5/home_mod4.html)>. Acesso em: nov. 2008

RIBEIRO, A.; PROVENZANO, M. E. Anotações sobre a produção de material

impresso para a educação a distância. *Tecnologia Educacional*, Rio de Janeiro, ano XXVI, n. 139, p. 35-38, nov./dez. 1997. Disponível em: <<http://sites.google.com/site/cursoavancadoemead/material-didatico-para-ead>>. Acesso em: set. 2009.

## **BIBLIOGRAFIA NÃO CITADA**

BRASIL. *Diretrizes curriculares para os cursos de Letras*. Brasília: MEC, 2002. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf>>. Acesso em: nov. 2008.

GASPAR, M. A. D. A importância da disciplina prática de ensino nos cursos de licenciatura. *Revista Dialogia*, São Paulo, Uninove, v. 4, p. 45-55, 2005. Disponível em: <<http://www.uninove.br/revistadialogia>>. Acesso em: jan. 2009.

# Diacronia do processo de parentetização em contexto de *assim*: uma comunicação por cartas

(Diachrony of the process of parenthetization in context of *assim*: communication by letters)

Lúcia Regiane Lopes-Damasio

Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas – Universidade Estadual Paulista (IBILCE/UNESP)

luciaregiane@bol.com.br

**Abstract:** This paper is the result of a research developed in one of the subgroups of the Project Toward a History of “Paulista” Portuguese which focuses on the investigation of the “Diachrony of the constitutive processes of the text”. The aim of this research is to study the Portuguese item *assim* in the parenthesis contexts using specifically the *letter* Discursive Tradition in the 18<sup>th</sup>, 19<sup>th</sup> and 20<sup>th</sup> centuries. Focusing on the Textual Interactive theory/perspective, the main purpose is to proceed with a qualitative analysis of the functionality of *assim* in the process of textual construction.

**Keywords:** *assim*; parenthesis; diachrony.

**Resumo:** Este trabalho é resultado de uma pesquisa desenvolvida no subgrupo do Projeto para a História do Português Paulista, que tem como foco de investigação a “Diacronia dos processos constitutivos do Texto”. O objeto de estudo é o item *assim* em contextos de parênteses, na Tradição Discursiva *carta* e no período correspondente aos séculos XVIII, XIX e XX. O objetivo central corresponde à promoção de uma análise qualitativa, sob a perspectiva teórica textual-interativa, do funcionamento de *assim* nesse processo de construção textual.

**Palavras-chave:** *assim*; parênteses; diacronia.

## Introdução

O presente trabalho tem como objetivo central analisar o funcionamento do item *assim* em contextos de parênteses e paráfrases, de acordo com a perspectiva textual-interativa (JUBRAN, 2006a), em textos pertencentes à Tradição Discursiva<sup>1</sup> *carta* no período correspondente aos séculos XVIII a XX.<sup>2</sup>

Para alcançar o objetivo proposto, o trabalho será apresentado nas próximas quatro seções. Na seção 1, intitulada, “Síntese teórica”, apontamos os fundamentos teóricos do estudo, basicamente, num primeiro momento, os pressupostos teóricos da perspectiva textual-interativa e, num segundo momento, a descrição tipológica do processo de constituição do texto, o *parêntese* (cf. JUBRAN, 1996a, 1996b, 1999, 2006b). Já na seção 2, intitulada *Corpus* e metodologia, discorreremos sobre o tipo de *corpus* adotado e a metodologia utilizada no desenvolvimento de nosso estudo. Na seção 3, apresentamos a descrição e análise dos dados, assim como uma breve discussão que emerge dos resultados das constatações analíticas mediante o quadro teórico

---

<sup>1</sup> As Tradições Discursivas (TDs, daqui em diante) podem ser entendidas como “formas tradicionais de dizer as coisas, que podem ir desde uma fórmula simples até um gênero ou uma fórmula literária complexa” (Kabatek, 2005, p. 156).

<sup>2</sup> Pioneiramente, Jubran organizou o subprojeto do Projeto para a História do Português Paulista (PHPP), identificado, “Diacronia dos processos constitutivos do texto”, cujo objetivo geral é realizar análises que abrangem as estratégias de construção textual, sob a perspectiva textual-interativa, a fim de constatar se há manutenção ou mudança relacionada às suas propriedades formais e funcionais, tomando como base estudos de *corpora* diacrônicos. É nesse subgrupo de pesquisa do PHPP que este trabalho se insere.

apresentado na seção 1, e, finalmente, em 4, apresentamos as considerações finais a partir dos resultados de análise.

## 1. Síntese teórica

### 1.1. A perspectiva textual-interativa

A perspectiva de análise textual-interativa, assentada em uma concepção de linguagem e de texto fundamentalmente pragmática, foi formulada, inicialmente, para abordar análises de textos falados, principalmente em contextos de comunicação face a face. No âmbito dessa perspectiva analítica, segundo Jubran (1996a, 1996b, 1999, 2006a), a linguagem verbal constitui uma realidade complexa e, por isso, definida por critérios igualmente complexos. Elege-se, portanto, uma visão de linguagem como “forma de ação e de interação social”.

Segundo a ótica pragmática pela qual se recorta esse conceito de linguagem, aspectos interacionais e linguísticos encontram-se imbricados, ou seja, o interacional encontra-se inscrito no textual, tornando-se inerente a ele: o textual, ao mesmo tempo em que atua como materialidade linguística, permitindo a identificação de traços interacionais, é fundamentalmente uma entidade que se modifica e contextualiza à medida que esses traços interacionais se inscrevem na sua superfície. Dessa forma, o produto, linguisticamente materializado, que surge daí apresenta, conseqüentemente, características do processo de interação. Esse imbricamento textual-interativo, i. é, os índices do processo de constituição dos textos de sincronias passadas refletidos na própria materialidade textual permitem a realização de um estudo diacrônico, baseado no resgate de textos que se tornam, exatamente por isso, representativos de determinados recortes históricos.

Assim, como objeto de estudo, o texto escrito, assim como o falado, é considerado um processo dinâmico que congrega e sinaliza, ao mesmo tempo, processos de formulação textual e interacional, que não resultam em uma dicotomia de funções textuais e interativas, mas na conjugação delas, de acordo com um *princípio de gradiência* (JUBRAN, 2004).

Tal visão de linguagem revela-se, cognitivamente, na competência comunicativa, correspondente à capacidade do falante de manter a interação por meio da linguagem, implicando a competência linguística, ou seja, a capacidade desse falante de conhecer um sistema de regras interiorizadas que lhe permite a produção, a interpretação e o reconhecimento das orações, para o estabelecimento de uma interlocução verbal. Neste trabalho, consideraremos que a competência comunicativa engloba também um conhecimento por parte do falante das formas textuais adequadas a determinadas intenções e contextos comunicativos, ou seja, o conhecimento dos falantes acerca das TDs.

No âmbito dessa definição de texto, a categoria *tópico discursivo* é adotada como unidade analítica, definindo-se pela observação das propriedades da *centração* e da *organicidade*. A primeira abrange os traços de: (i) *concernência*, relação de interdependência semântica entre os enunciados de um segmento textual; (ii) *relevância*, proeminência desse conjunto como decorrência da posição focal assumida pelos seus elementos; e (iii) *pontualização*, localização desse conjunto focal em momento específico do texto. Por sua vez, a *organicidade* manifesta-se por relações de interdependência tópica (cf. JUBRAN, 2006b).

## 1.2. Estratégia de construção do texto: o *parêntese*

Segundo Jubran (2006b, p. 301), os parênteses são definidos, em abordagens de análise não textuais, como *frases hóspedes*, independentes, que interrompem a sintaxe de outras frases, nas quais se encaixam, sem estabelecer conexão formal nítida. Essa concepção de parêntese limita-se ao nível frasal e apoia-se, exclusivamente, em critérios sintáticos, uma vez que o perfil da frase hóspede é delimitado pela sua propriedade de não perturbar a ordem canônica da frase na qual se insere. De acordo com a perspectiva textual-interativa, a fundamentação dos fatos de parentetização requer uma revisão desse conceito de frase hóspede. Essa revisão, exposta por Jubran (2006b), volta-se para a adoção de uma unidade de análise de natureza textual e adequa-se às condições de análise do texto falado.

No âmbito da perspectiva textual-interativa, portanto, os parênteses podem ser definidos como inserções no segmento tópico, capazes de interferir na centração tópica. Por isso são identificados como *desvios tópicos*. A inserção parentética, por apresentar menor extensão, não constitui uma centração tópica e não prejudica a coesão do segmento tópico no qual se insere (Top. A – Parêntese – Top. A).

Dessa forma, a autora observa que a abordagem de análise textual-interativa extrapola o traço da complementação sintática da frase que hospeda o parêntese, ou seja, esse traço perde o seu caráter definidor da estratégia de parentetização uma vez que se torna facultativo. No entanto, outras evidências *sine qua non*, como o *desvio tópico* e *marcas de natureza formal*, tornam-se básicas para a identificação e delimitação do segmento parentético. A operacionalização do primeiro critério identificador do parêntese, o desvio tópico, depende do reconhecimento da sua natureza relacional, uma vez que o fato parentético só pode ser reconhecido em relação a um tópico discursivo dentro do qual, necessariamente, ele ocorre. Sendo assim, é inevitável a segmentação do texto sob análise em unidades tópicas antes da verificação das possíveis inserções parentéticas. Por sua vez, o segundo critério, relativo às marcas formais de inserção parentética, pode ser observado no segmento parentético e no segmento-contexto, conforme aponta Jubran (cf. 2006b, p. 308-310). Essas marcas, de natureza textual e prosódica, englobam vários aspectos que permitem a comprovação do parêntese, via observação de aspectos linguísticos, na materialidade do texto, ou de evidências acústicas.

Para o apontamento das fronteiras de ocorrência do fato parentético, a autora afunila sua análise ao trecho tópico em que ele é observado. De acordo com proposta de Delomier e Morel (1986 apud JUBRAN, 2006b, p. 317), esse trecho é segmentado em três partes: E1, correspondente ao segmento anterior ao parêntese, E2, correspondente ao parêntese em si e E3, correspondente ao segmento posterior ao parêntese, sendo E1, E2 e E3 pertencentes ao mesmo tópico discursivo. Vale esclarecer que, segundo Jubran (2006b), os autores acima citados consideram E como equivalente a *enunciado* e podendo corresponder a uma frase, uma unidade superior à frase ou mesmo um segmento de frase. Jubran avalia como fundamental essa elasticidade do conceito de enunciado dentro da perspectiva de análise textual-interativa que focaliza fatos parentéticos, uma vez que esses podem assumir diferentes configurações formais e podem localizar-se em diferentes pontos do tópico em que se inserem.

Considerando E1, E2 e E3, Delomier e Morel (1986 apud JUBRAN, 2006b) apontam, segundo estudo da língua francesa falada, que, quando há uma anáfora em E3, seu referente tende a encontrar-se em E1; por sua vez, quando ela ocorre em E2, seu referente é caracterizado em E1 como um todo. Jubran (2006b) constata o mesmo

funcionamento em *corpus* do português, comprovando que as relações anafóricas entre E1 e E3 mostram que ambos têm o mesmo estatuto textual, ou seja, constituem discursivamente enunciados que pertencem ao mesmo tópico. Já a propriedade anafórica de E2, referindo-se a E1 como um todo, evidencia a natureza distinta do segmento, constitutivo do parêntese, em relação ao tópico em que se insere.

Para a abordagem das *classes parentéticas* e da sua *funcionalidade* é importante idealizar um contínuo que comporta, em um de seus extremos, as características fundamentadas nos aspectos textuais do tópico, e, em outro, as características fundamentadas nos seus aspectos interativos. Dessa forma, os desvios parentéticos que ocorrem em um determinado tópico discursivo manifestam-se em graus variáveis, podendo evidenciar afastamentos mais tênues do tópico em questão, até aqueles mais evidentes. Correlacionando essa gradiência de desvio tópico com a propriedade dos parênteses de conjugarem características textuais e interativas, operando uma intersecção entre o produto e o processo comunicacional, Jubran (1996a, 1999, 2006b) faz as seguintes observações:

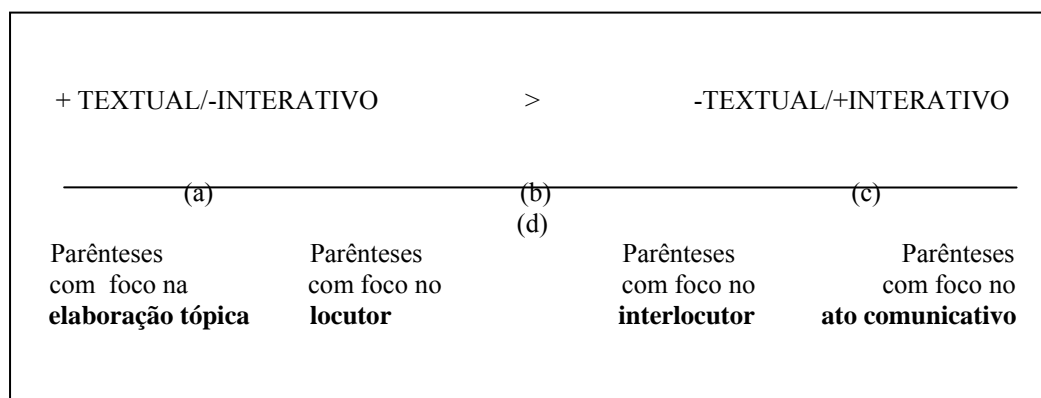
(a) os parênteses podem evidenciar desvios mais nítidos do tópico em que se inserem quando apresentam uma tendência mais voltada para as características interacionais, ou seja, quando focalizam o processo de enunciação, sem que, com isso, deixem de implicar no desenvolvimento de aspectos textuais desse tópico, uma vez que, quando quebram o fluxo temático, para enfocarem algum traço do ato enunciativo, acabam por repercutirem no texto, propriamente dito, por estarem introduzindo condições enunciativas que determinam, em alguma instância, a sua própria existência;

(b) os parênteses também podem evidenciar desvios menos nítidos do tópico em que se inserem quando apresentam uma tendência mais voltada para o conteúdo que está no âmbito da relevância tópica, ou seja, quando assumem papéis funcionais voltados para esclarecimentos, exemplificações ou outras atitudes relativas ao conteúdo tópico, sem que, com isso, deixem de implicar no desenvolvimento de aspectos interativos, uma vez que, quando o fluxo temático é quebrado para a inserção de algum dado importante para o conteúdo tópico, ainda que a demanda pragmática seja reduzida, ela existe, e é determinante dessa necessidade de construção de um texto-tópico o mais claro possível, a fim de que os objetivos comunicativos sejam alcançados via compreensão do tópico pelos interlocutores.

A conjugação do textual com o interativo, associada aos graus de desvio tópico, implica imediatamente o *princípio de dominância*, ou seja, nessa abordagem textual-interativa, não há funções excludentes ou dicotômicas, tudo se resolve a partir da determinação de graus. Toda função textual da inserção parentética deve ter, em contrapartida, algum traço interacional, sendo o inverso também verdadeiro. O que deve ser determinante na análise é o apontamento da predominância de um traço sobre o outro, em alguns casos, ou, até mesmo, do balanceamento de ambos, a depender única e exclusivamente do tipo de fenômeno focalizado. Como, aqui, o foco incide sobre os parênteses, Jubran (2006b) apresenta os polos limites (a) e (b) e ainda outras classes intermediárias, totalizando quatro graduações: (a) parênteses com foco na elaboração tópica; (b) parênteses com foco no locutor; (c) parênteses com foco no interlocutor; e (d) parênteses com foco no ato comunicativo. Para ilustrarmos o *princípio de dominância* segue abaixo um *cline* de disposição das classes de parênteses:



**Quadro 1: *Cline* do princípio textual-iterativo de dominância**



A classe (a) apresenta *subclasses* responsáveis pelo desempenho de funções textual-iterativas<sup>3</sup> que englobam os parênteses que se voltam para (i) o conteúdo tópico, (ii) a formulação linguística do tópico, e (iii) a construção da estrutura tópica.

Os parênteses da primeira subfunção, correlacionados com o *conteúdo tópico*, encontram-se no que Jubran (1999, p. 133) chama de “situação limite” de reconhecimento de determinado segmento como parentético. Isso porque, uma vez voltados diretamente para o conteúdo do tópico em que se inserem, ou seja, permanecendo no seu horizonte temático, esses parênteses acabam por minimizar a sua primeira propriedade identificadora: o desvio tópico. O que passa a assumir papel de fundamental relevância para a identificação desses parênteses são as suas características formais. Assim, podemos dizer que é o falante quem determina, no momento da produção de seu texto, a realização daquele segmento como parentético ou não. Como já foi pontuado anteriormente, por se tratar da primeira classe, portanto um dos polos extremos no contínuo textual-iterativo, as funções desse parêntese estão predominantemente voltadas para a constituição do texto, no entanto, ainda que de modo menos evidente, a sua funcionalidade pragmática está diretamente associada à necessidade de garantir a inteligibilidade e a aceitabilidade do texto por parte do seu interlocutor, preenchendo condições de clareza importantes para a eficácia da comunicação.

Os parênteses da segunda subfunção, correlacionados com a *formulação linguística do tópico*, correspondem a fragmentos de discurso que, ao se desviarem da centração tópica, voltam-se para uma função metalinguística, caracterizada pelo foco no sistema linguístico propriamente dito, ou seja, esses parênteses apresentam a particularidade de constituírem enunciados linguísticos que focalizam a própria língua, de modo, portanto, reflexivo.<sup>4</sup>

<sup>3</sup> Para a observação de todas as funções e subfunções dos parênteses aqui apresentadas, cf. Jubran (2006, p. 327-356).

<sup>4</sup> Segundo Jubran (1999, p. 137), o conceito de metalinguagem deve ser adequado à perspectiva assumida pela abordagem textual-iterativa, de modo a aproximar-se do conceito de metadiscorso. Dessa forma, não apenas as relações de signo para signo devem ser consideradas, mas também a relação entre usuários e signos, ou seja, a metalinguagem passará a englobar fatores do processo de enunciação: o falante dirigindo-se ao seu interlocutor e utilizando, conforme suas necessidades comunicativas, enunciados metalinguísticos. Assim, a propriedade básica da auto-reflexividade, característica do metadiscorso, aproxima-o da metalinguagem, mas, a perspectiva pragmática da linguagem, que enfatiza a contextualização das realizações verbais, leva a uma confluência entre os procedimentos metalinguísticos e metadiscursivos, uma vez que as remissões às estruturas da língua passam a ser enfocadas pelo ângulo de seu funcionamento em situações comunicativas (JUBRAN; RISSO, 1998), garantindo ao metadiscorso uma dimensão mais ampla do que a da metalinguagem, até mesmo englobando-a.

Os parênteses da terceira subfunção, correlacionados com a *construção da estrutura tópica*, são também de natureza metadiscursiva, uma vez que evidenciam, no próprio texto, sua estrutura, facilitando o trabalho de formulação, apresentação e, como consequência, recepção do texto falado (JUBRAN, 1999, p. 142). Ou seja, trata-se de expressões ou enunciados que participam da elaboração discursiva, enquanto fatores de integração e organização textuais.

Por sua vez, os parênteses da classe (b) evidenciam foco no locutor, ou seja, o falante, por meio das inserções, introjeta no texto suas representações a respeito de seu papel discursivo e a sua caracterização do tópico.

Os parênteses da classe (c), que focalizam o interlocutor, materializam a sua presença no texto e garantem a possibilidade de comunicação por meio da referência a condições enunciativas do discurso, via função fática. Os parênteses dessa classe apresentam, de modo predominante, funções interacionais, uma vez que evidenciam uma “interação centrada” (GOFFMANN, 1976), baseada no envolvimento conjunto dos participantes do ato comunicativo, em relação ao tema que os une, sendo, portanto, essa a correlação que não deixa de apontar para a contraparte textual, responsável por mostrar a relação desses parênteses com o que é dito no tópico em que se inserem.

Por fim, os parênteses que focalizam o ato comunicativo, em (d), abrangem as inserções que, encontrando-se mais no polo extremo da interatividade, promovem um desvio do tópico em grau máximo, via introdução de dados, no segmento tópico, que não são nem relevantes e nem concernentes a ele, e que, por isso, quebram o fluxo temático, para focalizar as contingências imprescindíveis para a própria manutenção ou contratação do ato comunicativo em si. Ao apontarmos essa extremidade interativo-pragmática, concomitantemente, apontamos o traço textual desse tipo de inserção, que, apesar de menos evidente, equivale à própria garantia de existência da interação verbal. Todas as inserções desse tipo apresentam características metadiscursivas.

## 2. *Corpus* e metodologia

O *corpus* deste trabalho é constituído por uma seleção de textos pertencentes ao *corpus* maior do PHPP. Focalizaremos a TD *carta* por representar um espaço textual em que aspectos da oralidade manifestam-se no escrito, de acordo com uma concepção de escrituralidade que toma como base não a dicotomia das manifestações de fala e escrita, mas a conjugação de aspectos de ambas as modalidades nas manifestações de comunicação via texto que se materializa graficamente por meio da escrita.

O trabalho focalizará o *corpus* selecionado e editado por Simões e Kewitz (2006), apresentando a seguinte divisão: (i) *Administração Pública* (cartas régias, provisões, despachos, alvarás, testamentos, inventários, devassas, etc.); (ii) *Administração Privada* (cartas de mercadores, cartas de instituições religiosas, etc.); e (iii) *Documentos Pessoais* (cartas pessoais).

Concentrar-nos-emos, em busca de uma maior informalidade, nos conjuntos compostos por: (i) *Administração Privada*: cartas de aldeamento de índios, coletadas do Arquivo Histórico do Estado de São Paulo (final do século XVIII e século XIX), escritas por religiosos de várias ordens responsáveis pela administração das aldeias indígenas, nas proximidades da vila de São Paulo;<sup>5</sup> (ii) *Documentos Pessoais*: (a) cartas

---

<sup>5</sup> Como Embu, Itapeperica, Guarulhos, São José, Barueri, Escada, Laranjeiras, algumas mais distantes como Peruíbe e Queluz

particulares de pessoas ilustres relacionadas com José Bonifácio (primeira metade do século XIX), coletadas do acervo de Cartas Paulistas da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (BNRJ); (b) cartas particulares, escritas por parentes e amigos de Washington Luiz (fins do século XIX), coletadas do Fundo Washington Luiz (AESP).<sup>6</sup>

Para complementar esse *corpus*, referente a *Documentos pessoais*, foram incluídas cartas particulares que integram a correspondência passiva do Professor Fidelino de Figueiredo<sup>7</sup> (fins do século XIX), coletadas do Acervo de Obras Raras e Especiais da Biblioteca Florestan Fernandes (FFLCH-USP).

Dentro da TD *carta*, será focalizada, por fim, a carta em mídia, ou seja, as cartas de leitores e redatores de jornais dos séculos XIX e XX, a partir de material organizado por Afrânio Barbosa e Célia Lopes (2002, 2006).

A metodologia de pesquisa prevê, primeiramente, uma análise qualitativa, a partir da divisão dos contextos parentéticos, em que há a ocorrência do item *assim*, em unidades tópicas, que corresponderão, conforme a fundamentação teórica, à nossa unidade de análise. Na sequência, será descrito o funcionamento de *assim* em relação a esse processo constitutivo do texto, paralelamente a uma análise especificativa: (i) das classes de *parênteses*, a partir da delimitação de seu foco, suas subclasses, se for o caso, e (ii) das suas funções textual-interativas. Por fim, proporemos uma discussão que focalizará, com base nos dados empíricos descritos e analisados, a (in)viabilização de uma análise de textos escritos e históricos, referentes à TD *carta*, a partir de parâmetros existentes para a análise do texto falado, e qual o perfil dos parênteses materializados em contexto de *assim*.

### 3. Descrição e análise: em foco, o *parêntese*

A análise das ocorrências de *assim* em contexto de parênteses, em dados de língua escrita e pertencentes à TD *carta*, está assentada no exame da funcionalidade dessa estratégia de construção textual tendo em vista a configuração das relações textual-interativas.

Iniciaremos nossa análise a partir da observação de tópicos que manifestam ocorrências de *assim* em contexto de parêntese. Observemos o primeiro:

- (01) Entretanto a Capital attenta | com os movimentos das Villas, que ainda bem não sabe, forceja por lo- | grallas, e aterralas. Ainda hontem foi a Sorocaba o Coronel | do Regimento tomar o comando por andar o Destacamento; maz nada | obteve, tendo a Camara respozabilisado ao Tenente Coronel, [ilegível] | Comandante por com S. A. por o não largar, nem deixar sair a Tro- | pa. A Facção ainda alardea manobra as eleições da ma- | neira a mais escandalosa, e em todas as partes: chama soldados | para diligencias de S.A.: (*assim ao menos se diz*) trama por tudo a | intriga: ameaça só assassínios aos que pensa nas Villas A=  
3ª. folha  
Agentes da reacção: mil outras coizas faz, entretanto que os cha- | mados bons da Capital nem mais falhaõ, eté por isso já se fazem | suspeitos. [BNXIX-11/04].<sup>8</sup>

<sup>6</sup> No âmbito do PHPB, esse material foi organizado em dois grupos: (i) remetentes paulistas e (ii) remetentes fluminenses. De acordo com os propósitos deste trabalho, ocupar-nos-emos do primeiro grupo.

<sup>7</sup> Fidelino de Figueiredo, português de Lisboa, nasceu em 1889 e morreu em 1967. Em 1938 foi convidado a integrar o grupo de professores europeus que organizaram as cátedras e os departamentos da recém fundada Universidade de São Paulo.

<sup>8</sup> BN, referente a cartas particulares de pessoas relacionadas com José Bonifácio, coletadas na Biblioteca Nacional do RJ; CP, referente à correspondência passiva de Washington Luiz; AI, referente às cartas de Aldeamento de Índios; LR, referente a cartas de Leitores e Redatores; e FF, referente à correspondência

Nesse caso, a inserção parentética vem indicada pelo sinal gráfico característico dessa estratégia em textos escritos, nem sempre presente, no entanto, em todas as suas manifestações em textos dessa natureza, tal como poderemos verificar no transcorrer do presente trabalho.

O parêntese, inaugurado pelo item *assim*, localiza-se especificamente em meio a um contexto de listagem:

chama soldados | para diligencias de S.A.:

(*assim ao menos se diz*)

trama por tudo a | intriga:

ameaça só assassínios aos que pensa nas Villas Agentes da reacção:

mil outras coizas faz

Evidencia-se, portanto, que *assim*, em E2, é responsável pela instauração de: (i) um movimento *anafórico*, que sinaliza toda a porção textual que configura o contexto tópico em que ocorre a inserção, ou seja, sinaliza E1 como um todo; e também (ii) um movimento *catafórico*, já que a continuidade da listagem, instanciada em E3, na continuidade do tópico em questão, não nos permite afirmar uma limitação da abrangência do alcance desse parêntese apenas à porção tópica que lhe é anterior.

Esse segmento integra a classe dos parênteses com *foco no locutor* uma vez que aponta para o seu descomprometimento com a veracidade do conteúdo comunicado. Especificamente, a função textual-iterativa desse parêntese é a de *atribuir pontos de vista sobre o assunto a fontes não identificadas*, mais particularmente, é a de apontar, no texto, que o escrevente desenvolve seu tópico a partir de outras fontes de enunciação não identificadas no texto. Estabelece-se, portanto, uma relação entre o sujeito da enunciação e seu enunciado (MAINGUENEAU, 1990). Esse sujeito, por meio da inserção parentética, torna explícita, no texto, a sua avaliação e qualificação quanto ao significado de seus enunciados, uma vez que procura se eximir da responsabilidade do que é dito, a partir da fundamentação desse conteúdo no “ouvir dizer”. Há, portanto, nessa estratégia de construção textual, o reflexo do julgamento do escrevente quanto ao valor de verdade do que está sendo dito e, conseqüentemente, a atribuição da fundamentação desse conteúdo a fontes não identificadas, o que aponta a relativização do valor de verdade da proposição ou, pelo menos, o descomprometimento do locutor em relação a esse valor. Ocorre, de fato, um processo de modalização epistêmica via estratégia de parentetização.

Dessa forma, a função iterativa desse parêntese, dada pela própria modalização epistêmica, decorrente da atribuição do foco enunciativo a outros, a partir do “ouvir dizer”, soma-se à sua função textual, já que incide diretamente na significação proposicional que será estabelecida a partir do momento da sua inserção no tópico. Em outras palavras, as informações transmitidas pelo escrevente adquirem nova perspectiva proposicional com o parêntese agindo na construção do segmento textual.

O tópico (02) traz nova ocorrência de *assim* em contexto de inserção parentética:

(02) Lembrome que hũa das Coizas mais neceSsa| rias ao prezente he CrearSe hum Capitam de Ordenanças e hum Alfferes para todo| aquele Continente desde o Rio Pardo the o Rio Grande, pois o Povo que abita to|da esta vasta Campanha não te ali official algum aquem|esteja Subordinado, Resultando daqui alem de outros grandes males o|de faltas de Povoadores. [espaço]

---

passiva de Fidelino de Figueiredo; (ii) o século em que a carta foi escrita; e (iii) as numerações do documento em cada um desses *corpora* específicos e no *corpus* geral do trabalho.

Depois sera preciso aproporssão do Povo | [p.2] do Povo, e daneceSsidade Criar mais Capitaens, e mesmo Criar Companhias deMeleciannos, taõ neceSsarios para Civilizar o Povo e gradualmente Sugeitar a[Subordinacão aquelles homens creados / posso dizer *assim* / sem Ley nem] Religiaõ. [AIXVIII-28/64]

Nessa ocorrência, diferentemente do que observamos na anteriormente apresentada, o item *assim* não inaugura o parêntese, mas, pelo contrário, encerra o segmento. Como na ocorrência do tópico (01), também aqui há um sinal gráfico indicando o estatuto textual-interativo diferenciado do segmento E2, inserido, em relação aos enunciados E1 e E3, constituintes do tópico em que ocorre a inserção. Apesar disso, não se trata do sinal que convencionalmente emprega-se para indicar parêntese, já que foram usadas “barras”.

Evidencia-se, em (02), que o item *assim* realiza um movimento de sinalização prospectivo. A partir desse movimento de natureza catafórica, o parêntese escopa o enunciado E3 como um todo.

Em relação à sua classificação, podemos inserir esse parêntese na classe daqueles que apresentam o *foco na elaboração tópica*, especificamente relacionado à *formulação linguística do tópico*, uma vez que, ao se desviar da centração tópica, o fragmento discursivo focaliza a própria construção do texto, apontando para a caracterização da forma como “*aquelles homens*” eram “*creados*”. O escrevente, por meio da parentetização, imprime, no texto, a necessidade interativa de apontar para seu destinatário que a caracterização sinalizada em E3 é resultado de uma construção figurativa intrínseca àquele contexto. O parêntese mostra, na materialidade do texto, essa avaliação em curso. Antes de caracterizar a forma como os homens eram criados, o escrevente avalia como pertinente focalizar a formulação linguística eleita para a elaboração do segmento E3 do tópico, equivalente a essa caracterização.

Sendo assim, temos novamente o apontamento das funções textual e interativa: previamente à inserção de um quadro descritivo, em nível textual, o escrevente realiza uma avaliação, exposta por meio do parêntese, sinalizando ao seu destinatário que ele pode realizar aquela caracterização, entendida, portanto, como pertinente e possível no tópico em questão.

A ocorrência de *assim* no parêntese em (03) apresenta algumas peculiaridades em relação a seu funcionamento. Vejamos:

- (03) Não sei qual é a sua concepção da Vida. Eu te-|nho a minha, que aliás não é minha, que bebi na literatura ori-|ental, e que (*sinto assim*) foi a única felicidade que tive nes-|ta minha atribulada existência. É o resultado do estudo da mi-|nha vida inteira. [FFXX-56b/121]

Nessa ocorrência de inserção parentética, em que há o seu sinal gráfico prototípico, o item *assim*, encerrando o parêntese, incide sobre o verbo *sinto*, apresentando função de advérbio modal. Além disso, realiza também uma sinalização de base catafórica, escopando E3 como um todo.

Esse segmento parentético também pode integrar a classe de parênteses com *foco no locutor*. Mas, nesse caso, o segmento parentético sinaliza informações proposicionais que estão diretamente associadas à manifestação de “sentimentos” do escrevente. Sendo assim, o parêntese não está associado à modalização das colocações tópicas de forma a relativizar seu teor de verdade e, assim, garantir o descomprometimento do escrevente e preservar sua face em relação ao seu destinatário, uma vez que explicita a esse a natureza de suas colocações proposicionais. A atitude

principal sinalizada por esse tipo de parêntese é tornar evidente, para o destinatário, o caráter extremamente *subjetivo* das colocações posteriores, ou seja, do conteúdo tópico.

É difícil, portanto, nesse caso, separar a atitude do escrevente, manifestada por meio do parêntese, da avaliação que esse escrevente faz do conteúdo do tópico que constrói. Sugerimos que esse tipo de parêntese represente, portanto, uma classe não-discreta, em que temos, concomitantemente, focalização da *manifestação atitudinal do locutor* e do *conteúdo tópico*, sendo que a primeira ocorre imprescindivelmente em consequência da natureza da segunda. Sendo assim, a função interativa do parêntese, ligada à sinalização do alto grau de subjetividade do conteúdo tópico para o destinatário, está intimamente associada à sua função textual, já que é a natureza desse conteúdo que torna necessária tal sinalização.

Observemos, agora, a ocorrência em (04):

- (04) O artigo que abaixo transcrevemos é extraído da Revista Encyclopedica, e escripto por Sismondi, homem de tão variados quanto vastos, e profundos conhecimentos. A extensão d'este artigo seria razão para que com elle não entretivessemos nossos Leitores, se sua importancia, se seu objecto, se o enxame de verdades, e de vistas novas que encerra, nôs não forçassem, por assim dizêl-o, a isso. [LRXIX-430/77]

O item *assim* integra o segmento parentético que aparece sinalizado, graficamente, por vírgulas. Esse parêntese apresenta uma formulação que poderia ser parafraseada pela recorrente construção atual “digamos assim”, ou até mesmo pela forma manifestada no parêntese anteriormente analisado “posso/podemos dizer assim”. Em relação à sinalização realizada pelo item *assim*, nesse caso, verifica-se um escopo anafórico. Dessa forma, E2 sinaliza E1. Entretanto, não se trata de uma sinalização que aponta para E1 como um todo, mas, mais especificamente, para um item utilizado nesse enunciado, “forçassem”, imediatamente anterior à inserção parentética.

O escrevente, ao empregar esse verbo, sente necessidade de apresentar, via inserção parentética, uma avaliação voltada para essa formulação linguística. Essa avaliação, nesse caso, realizada após o uso do item, denota a preocupação do escrevente em expressar a pertinência desse emprego, anunciando que a sua escolha passa por um uso figurativo.

Esse segmento integra a classe dos parênteses com *foco na elaboração tópica*, mais especificamente relacionado à subclasse “*formulação linguística do tópico*”, uma vez que se trata de um fragmento discursivo que, ao se desviar da centração tópica, focaliza determinada denominação, apontando para a própria construção do texto. Sua função textual-interativa é a de mostrar que o escrevente sente necessidade de apontar para seu destinatário que determinado emprego lexical é expressivo ou figurativo, naquele contexto específico.

Uma vez que a pertinência desse parêntese depende da avaliação do escrevente em relação à necessidade de precisar a natureza figurativa de sua colocação para seu destinatário, temos tanto a função textual quanto a interativa.

O tópico (05) traz nova ocorrência parentética voltada para a elaboração tópica:

- (05) És um felisardo; sem solicitares cou- |sa alguma, vaes te deixando levar |- assim com |s|eus ares de Napo-|leão no Egypto - para o ponto |almejado e p[corroído] [c]aminhos da ma- |xima conven[iencia]. Seguir a oppor- |tunidade é u[ma] [g]rande cousa ..... [CPXIX-16/24]

Também nessa ocorrência há sinais gráficos, ainda que não prototípicos, apontando a natureza parentética do segmento. *Assim* inaugura o parêntese realizando uma sinalização anafórica que aponta o trecho “*vaes te deixando levar*” de E1. Nesse caso, podemos dizer que, ao realizar essa sinalização, o item focaliza uma informação de natureza modal, de acordo com sua funcionalidade adverbial. Dessa forma, a sinalização anafórica de *assim* aponta para E1 e a catafórica aponta para o interior do parêntese, em E2, de forma a explicitar a informação modal relevante para E1.

Esse segmento integra a classe dos parênteses com *foco na elaboração tópica*, mais especificamente a subclasse daqueles que estão voltados para o *conteúdo tópico*. Nesse caso, a inserção parentética apresenta a função de *esclarecer* determinada informação apresentada em E1, ou seja, o modo como determinada pessoa se “deixava levar” para um ponto privilegiado. Dessa forma, esse detalhamento além de atender “à regra da ‘clareza’, que faz parte da ação discursiva” (BETTER, 1976 apud JUBRAN, 1999, p. 135), ainda chama a atenção do destinatário para uma informação ilustrativa e de caráter bastante informal.

Destaca-se que esse tipo de parêntese representa um caso considerado limite, cujo reconhecimento do segmento como parentético depende, inevitavelmente, das marcas formais, dado que sua outra propriedade identificadora, a do desvio tópico, é atenuada.<sup>9</sup> Levando em conta essa observação, consideramos, então, que o aspecto decisivo para a análise desse segmento como parentético são os sinais formais encontrados, delimitando o segmento tópico. É presumível que, em casos como esse, a função textual esteja em evidência, já que o conteúdo da inserção parentética encontra-se no limiar da contração tópica, o que não quer dizer que a interacional seja suprimida. Nessa ocorrência, ela pode ser constatada na criação de uma forma bastante facilitada de promover o esclarecimento, a partir da introjção de dados ilustrativos sobre o “modo” de agir da pessoa em questão no tópico, o que, conseqüentemente, garante a eficácia do ato comunicativo.

O tópico (06) apresenta, por fim, a última ocorrência de parêntese:

- (06) Aqui fico por ora (*se assim qui- | zerem*) dando no em tanto os para- | bem ao *Senhor Doutor Getulio*, pelos elo- | gios, (*se os aceitar*) que lhe tece | aquele homem, declarando porém, | que muito me glorio, em têl-o por | meu inimigo, rogando ao mesmo | tempo a Sua Senhoria, q’ quando es- | tiver com a vara de juiz municipa,| não sedeixe insuflar por algum baju- | lador, que o procure fazer persegui- | dor do escrivão da provedoria, o qual | não tem parte neste artigo, porque | me responsabilizo. || São Paulo 23 de novembro de 1857. || Antonio José Mauricio Pereira [LRXIX-451/80]

Nesse tópico, a ocorrência do segmento parentético apresenta-se com o sinal gráfico prototípico de parênteses. O item *assim* integra uma oração condicional, realizando sinalização retrospectiva e escopando E1 como um todo. No contexto da carta em questão, E1 desempenha função metadiscursiva voltada para a sinalização da estrutura do texto, ou seja, apontando que o escrevente irá concluir sua carta, de acordo com a função (c) sugerida por Borillo (1985), que diz respeito à modalidade de metadiscorso que se refere à explicitação da construção de enunciados, ou seja, explicando sua organização e seu desenvolvimento textual.

---

<sup>9</sup> Em dados de língua falada, esses casos só podem ser decididos a partir da observação de marcas de natureza prosódica. Inclusive o escopo de sinalização de *assim*, em contextos de parênteses com foco no conteúdo tópico, só pode ser definido a partir de uma análise prosódica e entoacional, de acordo com os pressupostos de Nespor e Vogel (1986) e de Tenani (2002) e Fernandes (2007).

Ao sinalizar E1, portanto, de caráter metadiscursivo, o parêntese materializa a presença do(s) destinatário(s) no texto, o que justifica sua classificação como *parêntese com foco no interlocutor*. É como se o escrevente, levando em conta um contato com seu(s) destinatário(s), evidenciasse, via inserção parentética, o envolvimento dele(s) no ato comunicativo e, assim, a necessidade de encerrar sua abordagem do conteúdo da carta, para não se tornar excessivamente “cansativo”, atendendo, dessa forma, à vontade de seu(s) destinatário(s).

Especificamente, a função desse parêntese é a de *instaurar a convivência com o interlocutor*, uma vez que o escrevente procura depositar no(s) seu(s) destinatário(s) a exigência de ter que finalizar sua carta, o que pode ser comprovado pela configuração condicional do parêntese. Mais do que simples convivência, diríamos que esse parêntese procura responsabilizar o(s) destinatário(s) pela condução dada ao texto.

Embora acentuadamente interacional, esse parêntese tem sua implicação textual, uma vez que, ao desviar o conteúdo tópico “para, nesse intervalo, colocar em proeminência informações sobre o papel discursivo do interlocutor” (Jubran, 2006b, p. 345) aponta o seu processo de construção, já que *assim* sinaliza um enunciado que tem exatamente a função de expressar esse processo.

A partir da descrição analítica das ocorrências de parênteses observadas no *corpus* da TD *carta*, passamos para a apresentação dos resultados. Em primeiro lugar, focalizaremos o modo como essa descrição revelou o item *assim* em relação a esse processo constitutivo do texto. Para isso, expomos o quadro 2: “Descrição formal e funcional de *assim* em contextos de parênteses”:

**Quadro 2: Descrição formal e funcional de *assim* em contextos de parênteses**

ocorrências	localização			sinalização			
	<i>inicia</i>	<i>integra</i>	<i>encerra</i>	<i>E1</i>	<i>seg.E I</i>	<i>E3</i>	<i>E2</i>
(01)	*			*		*	
(02)			*			*	
(03)			*			*	*
(04)		*			*		
(05)	*				*		*
(06)		*		*			

Esse quadro, que aponta dados descritivos da localização formal e da sinalização de *assim* em contexto de parênteses, permite algumas observações:

- (i) *Em relação à localização*: o item *assim* apresentou distribuição equilibrada em todas as possibilidades de localização, sendo evidenciado no início do segmento parentético, encerrando-o e também em outras posições diferentes dessas, o que denominamos de posição de integração.<sup>10</sup>
- (ii) *Em relação à sinalização*: o item *assim* pode realizar sinalização de natureza:
  - (a) anafórica, escopando E1 como um todo;

<sup>10</sup> Essa denominação não exclui o fato de *assim* também integrar o parêntese nas outras possibilidades de distribuição formal.



- (b) anafórica, escopando segmento de E1;
- (c) catafórica, escopando E3 como um todo;
- (d) anafórico-catafórica, escopando E1 como um todo e E3 como um todo;
- (e) anafórico-catafórica, escopando o enunciado parentético E2 e E3 como um todo;
- (f) anafórico-catafórica, escopando segmento de E1 e o enunciado parentético E2.

(iii) *Em relação à localização e sinalização*: não é possível estabelecermos uma correlação direta entre a localização do item e o tipo de sinalização realizada por ele. Entretanto, é importante destacar que, em todos os casos analisados, o funcionamento do item, ainda que em contextos de início de parêntese, não é equivalente à função de “sinalizar o segmento parentético”. Em todas as ocorrências, o item faz parte de E2, auxiliando seu funcionamento a partir de sua sinalização e/ou significação modal.<sup>11</sup>

A partir dessas constatações, podemos afirmar que o item *assim* assume, em contextos de parêntese, a importante função de sinalizar os segmentos, ou trechos do tópico que estão sob o escopo funcional desse processo de construção textual. Esse escopo pode incidir, de acordo com as possibilidades de sinalização apresentadas, sobre o tópico como um todo, ou apenas termos e segmentos.

É relevante o fato de que, nesses textos de outras sincronias do português, o item, ao atuar como sinalizador fórico constitui, ao mesmo tempo, os processos de construção textual focalizados. Talvez isso se deva ao fato de que, em todas as ocorrências observadas nos tópicos recortados, o item traz seu funcionamento pleno, enquanto advérbio modal, explícito.

Em relação à tipologia do fato parentético em contexto de *assim*, o resultado mais interessante aponta para o fato de que, apesar de terem sido constatadas três dentre as quatro classes de parênteses apresentadas, apenas funções específicas mostraram-se recorrentes nesse contexto. São elas: (i) atribuição de pontos de vista sobre o assunto a fontes não identificadas; (ii) manifestação de atitudes do escrevente em relação ao tópico; (iii) sinalização de relações com o conteúdo tópico; e (iv) instauração de convivência com o destinatário.

#### 4. Considerações finais

Na seção anterior, foi possível constatar a maneira específica como o item *assim* envolve-se em funções relacionadas ao processo focalizado de constituição do texto. Constatou-se também a pertinência do quadro de classes e funções de parênteses, resultante da análise de dados de fala, assim como foi constatado que, nos dados referentes ao nosso *corpus* e ao contexto recortado, as classes e funções apresentam um determinado perfil, i. é, há uma predominância das mesmas funções e a ausência de outras, o que pode ser indício de uma forte correlação entre a construção desse processo textual e o item focalizado.

Forte indício que emerge da análise dos dados, mas que merece uma atenção especial a ser dada em outros trabalhos essencialmente voltados à questão, é o fato de

<sup>11</sup> Diferentemente do que pode ser observado em dados de língua falada, na sincronia atual, em que se constata uma função exclusiva do item de sinalizar o segmento parentético, sem integrá-lo e sem compartilhar de sua funcionalidade dentro do tópico discursivo. Nesses casos, o item, enquanto Marcador Discursivo, funciona como uma marca formal de parênteses voltados para o conteúdo tópico (LOPES-DAMASIO, 2009).

que determinadas cartas apresentaram funções específicas, sugerindo que as condições de produção e a relação estabelecida entre o escrevente e o destinatário dessas cartas são fatores extremamente relevantes para a emergência de determinados processos constitutivos do texto em detrimento de outros. Esse indício mostra que os pressupostos teóricos de natureza textual-interativa realmente se refletem nos dados: o que temos materializado linguisticamente nos textos das diferentes sincronias do português são resultados diretos das relações interpessoais vivenciadas nos respectivos momentos da história e concretizadas a partir das contingências de uma determinada “forma” textual.

Outro dado importante é que parênteses focalizadores da formulação linguística do tópico discursivo, primeiramente identificados como exclusivos de textos falados (JUBRAN, 2006b, p. 357), são detectados nos dados referentes à TD *carta*, tal como pudemos observar na descrição e análise aqui realizadas. Sendo assim, temos uma comprovação de que o processamento *on-line* não é uma característica exclusiva do texto falado, mas que deve servir como fator a ser observado nas análises a partir das diferentes TDs, a partir de uma concepção que não dicotomiza fala e escrita.

Dessa forma, um trabalho como este pode contribuir para o quadro da perspectiva textual-interativa uma vez que mostra uma análise que não polariza fala-escrita, mas apenas descreve, a partir das mesmas ferramentas, a saber: a unidade de análise tópico discursivo, as classes, subclasses e funções de um processo de construção do texto, o modo como o pragmático está refletido no textual.

Os resultados desta pesquisa mostram, por fim, um grande caminho a ser seguido, com o objetivo principal de abandonar velhas dicotomias para poder observar a complexidade discursiva do “ininterrupto processo de produção do sentido”.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARBOSA, A.; LOPES, C. *Cartas de leitores e de redatores*. Cópia digital, 2002.
- \_\_\_\_\_. *Críticas, queixumes e bajulações na Imprensa Brasileira do século XIX: cartas de leitores*. Rio de Janeiro: UFRJ, Pós-Graduação em Letras Vernáculas; FAPERJ, 2006.
- BORILLO, A. Discours ou Metadiscours? *DRLAV*, 32, 1985.
- FERNANDES, F. R. *Ordem, focalização e preenchimento em português: sintaxe e prosódia*. 2007. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- GOFFMAN, E. Replies and Responses. *Language in Society* 5, 1976.
- JUBRAN, C. C. A. S. A perspectiva textual-interativa. In: JUBRAN, C. C. A. S.; KOCH, I. G. V. (Orgs.). *Gramática do Português Culto Falado no Brasil*. Vol. I – Construção do texto falado. Campinas: Editora da Unicamp, 2006a, p. 27-36.
- \_\_\_\_\_. Parentetização. In: JUBRAN, C. C. A. S.; KOCH, I. G. V. (Orgs.). *Gramática do Português Culto Falado no Brasil*. Vol. I – Construção do texto falado. Campinas: Editora da Unicamp, 2006b, p.301-357.
- \_\_\_\_\_. *Uma gramática textual de orientação interacional*, 2004. Mimeo.
- \_\_\_\_\_. Funções textuais-interativas dos parênteses. In: NEVES, M. H. M. (Org.), *Gramática do Português Falado*. Vol. VII – Novos estudos, São Paulo: Humanitas – FFLCH-USP, Campinas: Editora da UNICAMP, 1999, p. 131-158.

\_\_\_\_\_. Para uma descrição textual-interativa das funções de parentetização. In. KATO, M. A (Org.). *Gramática do Português Falado*. Vol. V – Convergências, Campinas: Editora da UNICAMP, São Paulo: FAPESP, 1996a, p. 339-354.

\_\_\_\_\_. Parênteses: propriedades identificadoras. In: CASTILHO, A. T. de; BASÍLIO, M. Basílio (Orgs.), *Gramática do Português Falado*. Vol. IV – Estudos descritivos, Campinas: Editora da UNICAMP, São Paulo: FAPESP, 1996b, p. 411-422.

\_\_\_\_\_.; RISSO, M. S. O discurso auto-reflexivo: Processamento Metadiscursivo do Texto. *DELTA*. vol.14 *special issue*. São Paulo, 1998.

KABATEK, J. Tradiciones discursivas y cambio lingüístico. *Lexis* XXIX. 2, p. 151-177, 2005.

LOPES-DAMASIO, L. R.. “Assim ou assado?”: análise a partir da fonologia prosódica e entoacional. *Revista Prolíngua*, v. 2, n. 2, 2009.

MAINGUENEAU, D. *Éléments de Linguistique pour le Text Littéraire*. Paris, Bordas, 1990.

NESPOR, M.; VOGEL, I. *Prosodic phonology*. Dordrecht: Foris Publications, 1986.

SIMÕES, J. S; KEWITZ, V. *Cartas paulistas dos séculos XVIII e XIX: uma contribuição para os corpora do PHPB*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2006.

TENANI, L. E. *Domínios prosódicos no Português*. Tese de Doutorado. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2002.

# Contribuição da teoria da argumentação na língua para os estudos da retórica

(Contribution of the argumentation theory in language for rhetorical studies)

**Mônica Mendes e Silva Rocha**

Universidade Cruzeiro do Sul

profmonicamendes@ig.com.br

**Abstract:** This work presents some reflections on the textual-discursive organization of advertisement texts, observing the linguistic resources which support the rhetorical argumentative organization used in institutional advertising for the construction of ethos of the advertiser. Research's development is based on the foundations of Text Linguistics, Argumentation Theory and Enunciation Theory.

**Keywords:** Argumentation, argumentative operators, linguistic marks

**Resumo:** O trabalho apresenta algumas reflexões sobre a organização textual-discursiva do texto publicitário, observando os recursos linguísticos que dão suporte à organização retórico-argumentativa utilizada em propagandas institucionais para a construção do *ethos* do anunciante. Para o desenvolvimento da pesquisa, recorre-se aos fundamentos da Linguística Textual, da Teoria da Argumentação e da Teoria da Enunciação.

**Palavras-chave:** Argumentação; operadores argumentativos; marcas linguísticas

## Considerações iniciais

A linguagem verbal é manifestada pela fala e pela escrita, visando a estabelecer na comunicação uma interação. Assim, podemos dizer que o ato de ler e escrever amplia o olhar do ser humano que apreende conhecimentos ao interagir, proporcionando ao sujeito, assumir uma postura crítica no mundo.

Como se sabe, uma parcela do nosso conhecimento é apreendida por meio da linguagem escrita, com livros, jornais, revistas, internet, entre outros cabendo à escola o papel de ensiná-la. Para tanto, a escola em busca de cumprir um dos seus papéis que é o de transmitir conhecimentos acerca da linguagem escrita. Especialmente no que concerne o estudo do texto, a escola segue as orientações dos Parâmetros Curriculares Nacionais Ensino Médio pelo Ministério da Educação (PCNEM), segundo o qual a escola deve propor

Analisar os recursos expressivos da linguagem verbal, relacionando textos/contextos, mediante a natureza, função, organização, estrutura, de acordo com as condições de produção/recepção (intenção, época, local, interlocutores participantes da criação e propagação de ideias e escolhas). (1998, p. 19)

Acreditamos, no entanto, que a abordagem feita pela escola acerca do estudo do texto em relação à linguagem argumentativa ocupa um lugar muito aquém do desejado

nas práticas de sala de aula; quando muito esta abordagem é feita nas últimas series do ensino fundamental e do ensino médio. Haja vista os baixos resultados de desempenho dos alunos com textos argumentativos nas propostas de leitura e escrita das avaliações do ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) e dos vestibulares.

Em busca de elementos que fundamentem o trabalho com a leitura e escrita de textos argumentativos na escola, este artigo apresenta algumas reflexões sobre a organização dos argumentos nas propagandas institucionais; partindo da questão: quais os recursos linguísticos e os recursos retórico-argumentativos que são utilizados para construção do *ethos* do anunciante?

Para proceder à investigação das estratégias argumentativas, elegemos a propaganda institucional do banco CAIXA, publicada na revista Veja; focaremos o estudo das marcas linguísticas de subjetividade presentes em argumentos baseados na estrutura do real. Os argumentos baseados na estrutura do real apoiam-se em experiências reconhecidas na sociedade; essas experiências se materializam na própria língua.

Assim, acreditamos que o estudo das estratégias argumentativas favorece-nos a ampliar, no aluno, a competência linguístico-discursiva, adquirindo maior domínio dos conhecimentos acerca da linguagem escrita e, tornando-se um sujeito crítico e ativo no mundo.

## **A propaganda institucional**

O gênero publicitário é um texto que tem como objetivo envolver, seduzir, para provocar no interlocutor uma mudança de comportamento e ou de opinião. Segundo Vestergaard e Schroder (1994, p.14) “o texto publicitário é uma forma de comunicação de massa, cujos objetivos são transmitir informações e incitar as pessoas a certos comportamentos”. Considerando essas definições, acreditamos que o texto publicitário é um importante instrumento para a abordagem da argumentação, uma vez que, partimos do pressuposto que a argumentação inscreve-se no discurso em maior ou menor grau; e que a palavra utilizada no texto publicitário é carregada de sentidos: discursivos, ideológicos, sociais; dessa forma, podendo incitar as pessoas a uma mudança de atitude provocada pela própria linguagem utilizada na propaganda.

Conforme lembra Pinho (1990, p. 20) o termo “propaganda é gerúndio latino do verbo propagare, que quer dizer: propagar, multiplicar (por reprodução ou por geração), estender, difundir. Fazer propaganda é propagar ideias, crenças, princípios e doutrinas”. Nessa concepção, entendemos que a linguagem publicitária pode refletir a ideologia dominante das crenças e valores da sociedade. Afinal, como preconizaram Marx e Engels (apud BRANDÃO 1996, p. 20), as classes dominantes refletem as ideias dominantes da própria época histórica, na medida em que controlam a produção e distribuição dessas ideias. Assim, em consonância com os autores citados, entendemos que devido a esse controle de ideias dominantes na sociedade podemos dizer que nenhum texto é neutro, despretensioso. Todo texto é carregado de intenções, de ideias produzidas em um determinado contexto; ideias que pretendem influenciar de forma “dominante” seu interlocutor.

Segundo Carvalho (2009, p. 11-13) “a linguagem publicitária se caracteriza pelo reforço do individualismo”, isto é, o discurso publicitário dá a impressão de que se dirige a um determinado sujeito individualmente, isto porque, “a mensagem publicitária

cria e exhibe um mundo perfeito e ideal”, “ela concilia o princípio do prazer com o da realidade”, ou seja, a linguagem publicitária cria um mundo perfeito conciliando a realidade e o prazer como se tudo fosse possível, dependendo apenas da vontade, do desejo, da atitude ou do comportamento de cada sujeito.

Dessa forma, o discurso publicitário, implicitamente, procura impor ao leitor: valores, mitos, ideais, crenças que despertam interesse, otimismo, credibilidade, confiança. Conforme afirma Carvalho (1996, p. 11):

O discurso publicitário remove da estrutura da superfície os indicadores de autoridade e poder, substituindo-os pela linguagem da sedução com o objetivo de produzir o consumo.

Sendo assim, podemos afirmar que pela linguagem utilizada, há, no discurso publicitário certo apagamento das reais intenções que, portanto, nos passam por meio de uma linguagem sedutora a impressão de uma maior aproximação com o interlocutor, dividindo os mesmos interesses, as mesmas ideias, as mesmas crenças.

Os publicitários utilizam o termo propaganda institucional para denominar uma campanha publicitária que anuncie conceitos agregados especificamente a uma empresa e não a um produto ou serviço dela; é um texto que engrandece os valores subjetivos da organização, isto é, reforça a identidade corporativa, os compromissos e as políticas das organizações. Os objetivos gerais da propaganda institucional, conforme apresenta Nogueira (apud PINHO 1990, p. 41), “consistem em conquistar e manter a credibilidade e a aceitação da companhia junto a seus principais públicos-alvo, de maneira a assegurar à empresa a criação e projeção de uma imagem institucional positiva, bem como auxiliá-la a alcançar suas metas de mercado”.

Dessa forma, compreendemos que os discursos publicitários da propaganda institucional têm como objetivo definir, desenvolver e promover a imagem institucional das organizações, garantindo a propagação, perante a opinião pública, de valores e posicionamentos que reforcem compromissos, políticas sociais e comerciais. Em outras palavras, a propaganda institucional permite construir o *ethos* do anunciante.

## **Marcadores argumentativos**

Com respeito à propaganda e sua relação com língua, vale ressaltar o postulado de Koch (2002), sobre a linguagem em geral, mas que se faz pertinente especialmente quando tratamos de linguagem publicitária. Segundo Koch, (2002, p.15), “a linguagem é uma forma de ação, ação sobre o mundo, dotada de intencionalidade, veiculadora de ideologias, caracterizando-se, portanto, pela argumentatividade”.

Refletindo sobre a afirmação de Koch (2001), pensamos que é por meio da linguagem que o sujeito realiza intencionalmente algo para si e para o mundo em que vive, propagando pela argumentação, de forma explícita ou implícita, suas ideologias inscritas na própria utilização da língua.

Ainda, afirma a autora:

A argumentatividade permeia todo o uso da linguagem humana, fazendo-se presente em qualquer tipo de texto e não apenas naqueles tradicionalmente classificados como argumentativos. Não há texto neutro, objetivo, imparcial: os índices de subjetividade se intrometem no discurso, permitindo que se capte a sua orientação argumentativa. A

pretensa neutralidade de alguns discursos (o científico, o didático, entre outros) é apenas uma máscara, uma forma de representação (teatral): o locutor se representa no texto “como se” fosse neutro, “como se” não estivesse engajado, comprometido, “como se” não estivesse tentando orientar o outro para determinadas conclusões, no sentido de obter dele determinados comportamentos e reações. (KOCH, 2001, p.60)

Tomando como verdadeira essa afirmativa, podemos dizer que o uso da linguagem é constituído de argumentatividade, independente do gênero textual utilizado; isso porque mesmo a aparente impressão de neutralidade já é uma escolha subjetiva que orienta argumentativamente o interlocutor para a conclusão que se pretende.

Assim, refletimos sobre a argumentação na perspectiva da linguagem que se apoia no sujeito que age e constrói seus discursos. Esses discursos são marcados por um modo de dizer e pela relação que se estabelece entre os interlocutores e também entre leitor e texto.

Desse modo, nos valemos da linguagem não só para transmitir informações ou ideias, mas também para convencer, firmar exemplos, almejar efeitos, provocar mudanças, modificar comportamentos, reforçar valores, despertar desejos e sensações, construir imagens, isto é, a linguagem verbal não é apenas um fazer saber, mas também um fazer crer, convencer, persuadir. A linguagem é, portanto, um instrumento de ação sobre o outro.

Nesse sentido, podemos dizer que a linguagem é, além de argumentativa, subjetiva, no sentido de que ela põe em jogo subjetividades que desejam fazer valer seus pontos de vista. Vale lembrar a afirmação de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 4) para quem “[...] a teoria da argumentação é o estudo das técnicas discursivas que permitem provocar ou aumentar a adesão das mentes”.

Assim, o discurso publicitário tem o objetivo fundamental de incitar de forma persuasiva seus leitores/enunciadores, mesmo quando ele informa. E a persuasão é possível ser observada, pelas escolhas das marcas linguísticas deixadas no discurso. Essas escolhas conscientes ou não, estruturam, organizam e orientam a argumentação e a progressão de ideias apresentadas pelos argumentos. Os argumentos representam as estratégias discursivas, cujas intenções conduzem a uma conclusão compartilhada das mesmas ideias.

Para Carvalho (1996, p. 9), “falar é argumentar” e a argumentação se fundamenta em fatos e valores inscritos que se materializam na linguagem por mecanismos inerente à língua. Desse modo, os elementos argumentativos da língua, como por exemplo, os operadores argumentativos são responsáveis por apontar a força argumentativa dos enunciados.

Com respeito aos instrumentos linguísticos da argumentação, vale destacar o posicionamento de Koch (2002) sobre a função dos operadores argumentativos, corroborando o mesmo ponto de vista dos estudos de Guimarães (1981), que também se dedica sobre este aspecto.

[...] a argumentação é uma atividade estruturante do discurso, pois é ela que marca as possibilidades de sua construção e lhe assegura a continuidade. É ela a responsável pelos encadeamentos discursivos, articulando entre si enunciados ou parágrafos, de modo a transformá-los em texto: a progressão do discurso se faz, exatamente, através das articulações da argumentação”. (KOCH, 2002, p.157)

Nessa perspectiva, admitimos que a língua oferece inúmeras possibilidades de uso e, por meio da escolha de elementos articuladores que se estabelece as relações de sentidos no texto. Para Koch (2002) a argumentação é estruturada por meio dos encadeamentos articulados dos enunciados, e os operadores argumentativos têm um papel importante tanto para a progressão das ideias como para a construção de sentido em qualquer discurso. Esse ponto de vista nos leva acreditar que em todo texto há sempre uma situação de envolvimento entre o leitor/enunciário e o anunciante/enunciador que, como usuário da língua, deixa traços pessoais de suas escolhas marcados no interior do discurso.

De acordo com Koch (2008),

[...] os articuladores textuais têm a função de relacionar elementos significativos, ou seja, situar que o enunciado fala no espaço e/ou tempo, e/ou estabelecer entre eles relações de tipo lógico-semântico ( causalidade, condicionalidade, conformidade, disjunção, etc), assim como, sinaliza relações discurso-argumentativas; podem funcionar como organizadores textuais, ou, ainda, exercer, no texto, funções de ordem metadiscursiva. (KOCH, 2008, p. 83)

Os articuladores são multifuncionais; isto é, um mesmo operador pode estabelecer relações diferentes. De acordo com Koch (2001), eles podem indicar a orientação argumentativa dos enunciados. Segundo Ducrot (*apud* KOCH, 2001), essa orientação está inscrita na própria língua; são as marcas linguísticas da argumentação. Entre as marcas linguísticas de argumentação apresentadas por Koch (2001), destacamos os operadores argumentativos e os índices modalizadores.

Conforme Koch (2001, p.30), os operadores argumentativos indicam a força argumentativa dos enunciados, o sentido para o qual apontam. Segundo a autora, os operadores argumentativos desempenham diferentes funções na repetição dos enunciados. A autora apresenta uma lista bastante extensa de exemplos de operadores para cada orientação; observamos, entretanto, que destacamos apenas alguns elementos dessa lista a título de exemplo.

Conforme o estudo de Koch (2001), existem operadores que somam argumentos a favor de uma mesma conclusão, como por exemplo *e, também, ainda, nem, não só... mas também, tanto...como, além de*, entre outros. Há operadores que introduzem uma justificativa ou explicação relativa ao enunciado anterior, como *porque, que, já que, pois, por isso*; há operadores cuja função é introduzir no enunciado conteúdos pressupostos como *já, ainda, agora* etc.

Para o estudo das marcas linguísticas de argumentação, destacamos ainda os índices modalizadores; conforme ensina Koch (2002, p 73) “as modalidades revelam a atitude do falante perante o enunciador que produz”. Complementando, segundo Cabral (2000, p.42), “o termo modalização refere-se a expressão da aproximação ou do distanciamento do locutor frente ao conteúdo de seu enunciado, atestando seu grau de adesão a ele”. Desse modo, a modalização determina a presença, o envolvimento do enunciador e o grau de envolvimento expresso no próprio discurso; ou seja, é a marca deixada pelo sujeito no discurso.

No mesmo sentido, Koch (2002, p. 86) aponta a importância do uso dos modalizadores, pois

o recurso às modalidades permite, pois, ao locutor marcar a distância relativa em que se coloca com relação ao enunciado que produz, seu maior ou menor grau de engajamento



com relação ao que é dito, determinando o grau de tensão que se estabelece entre os interlocutores; possibilita-lhe, também, deixar claros os tipos de atos que deseja realizar e fornecer ao interlocutor “pistas” quanto às suas intenções; permite, ainda, introduzir modalizações produzidas por outras “vozes” incorporadas ao seu discurso; isto é, oriundas de enunciadores diferentes; torna possível, enfim a construção de um “retrato” do evento histórico que é a produção do enunciado. Koch (2002, p. 86)

As afirmações de Koch citadas acima nos permitem dizer que as expressões modalizadoras são elementos linguísticos que funcionam como indicadores de intenções, sentimentos e atitudes do locutor com relação ao seu discurso. E, portanto, as modalizações podem funcionar também como um índice daquilo que o autor gostaria de dizer, mas talvez não queira ou não possa falar explicitamente. A modalização também se manifesta por meios linguísticos de diversas formas; os tipos de modalizadores podem dividir-se em dois grupos: os epistêmicos e os deônticos.

*Os modalizadores epistêmicos* referem-se ao eixo do *saber* (certeza/probabilidade) e do *crer* (não tenho certeza); no eixo do *crer* encontramos *penso, acho, pode ser, é provável, é possível, possivelmente, parece que*. No eixo do *saber* temos *é certo, é preciso, é necessário, é óbvio, não pode haver dúvida, certamente, necessariamente*.

*Os modalizadores deônticos* referem-se ao eixo da conduta (obrigatoriedade/ permissibilidade); a essa categoria correspondem os eixos do *obrigatório, proibido, ordenado, permitido, facultativo*.

Fiorin (1996, p. 151 apud CABRAL, 2000, p. 51) postula ainda a respeito do emprego dos tempos verbais e seus efeitos de sentido com relação à postura do enunciador diante dos conteúdos enunciados; o presente é utilizado para enunciar verdades eternas ou que se pretendem como tais. Com relação ao que foi exposto até o momento, sobre modalização, ressaltamos que há varias formas de manifestação da modalização, entretanto, nesse estudo evidenciamos o emprego dos tempos verbais no presente e no imperativo, uma vez que esses verbos são importantes marcadores linguísticos de presença do sujeito/anunciante na argumentação da propaganda institucional.

### **Argumentos baseados na estrutura do real e *ethos***

A produção de argumentos depende dos usos que fazemos da linguagem. De acordo com Koch (2002) a argumentação se concretiza nas diversas práticas sociais de interação; assim, entendemos que argumentar é convencer, isto é, vencer por meio das ideias, e persuadir, ou seja, fazer agir por meio das emoções.

Em sua obra intitulada *Tratado da Argumentação*, Perelman e Olbrechts-Tyteca elencam as “técnicas argumentativas”; enfatizam, no entanto, que segundo os autores (2005, p. 6) “é em função de um auditório que qualquer argumentação se desenvolve”; assim podemos dizer, a partir da visão de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), que o ato de selecionar certos elementos e apresentá-los ao auditório já revela a importância e pertinência concebida pelo enunciador. Os autores acrescentam que “toda argumentação é seletiva. Ela escolhe os elementos e a forma de torná-los presentes” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p.135). Para os autores, toda argumentação consiste em uma escolha, mas, também, na técnica de apresentação dos argumentos.

Assim, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) postulam que as técnicas

argumentativas se dividem em argumentos quase lógicos e argumentos baseados na estrutura do real. Em nosso estudo, privilegiaremos os argumentos baseados na estrutura do real.

De acordo com Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) e Reboul (2004) os argumentos baseados na estrutura do real, versam sobre argumentos que se referem a algo que já existe, que é real e, sendo assim, são favoráveis aos argumentos admissíveis como fazendo parte da realidade. São argumentos aceitos pela sociedade como reais, como verdades que podem implicar um deslocamento de verdades, crenças, valores que se quer admitir; são ainda argumentos que se firmam na descrição de fatos como reais verdades; considerando que o real é o que é admitido pelo auditório como existente.

Pelos postulados dos autores citados, são argumentos baseados na estrutura do real aqueles que indicam ligações de sucessão e ligações de coexistência. As ligações de sucessão são argumentos prováveis, pois estabelecem um juízo de valor em relação ao valor do efeito a partir do valor da causa ou vice-versa. Assim, ao avaliarmos um fato em função de suas consequências favoráveis ou não, chamamos de argumento pragmático.

Além disso, há os argumentos que indicam as ligações de coexistência entre as coisas, ou seja, indicam as relações de característica com a essência; são chamados de argumento da essência. Para a realização do argumento de essência utilizamos o argumento de pessoas o qual se firma em vínculos entre a pessoa e suas atitudes; esse argumento de pessoas se subdivide em argumento de autoridade, isto é, a técnica que buscamos justificar na pessoa de reconhecido valor pelos seus atos, por meio da moral, ou pelos seu conhecimento. A contradição do argumento de autoridade indica a segunda subdivisão do argumento de pessoa para o qual chamamos de argumento *ad hominem*.

Igualmente, há os argumentos que indicam uma finalidade apoiados na ideia de que o valor de uma coisa depende do fim. Esse argumento de finalidade subdivide-se em três argumentos, são eles: de desperdício, de superação e de direção. O argumento de desperdício declara ser necessário realizar algo para não se desperdiçar. Já o argumento de superação determina que o obstáculo causador da insatisfação passe a ser o meio para conquistar o que se deseja. E, finalmente, o argumento de direção consiste em rejeitar algo bom ou ruim, visto como o meio de se chegar a um fim que não se deseja.

Em resumo, podemos nos valer dos argumentos baseados na estrutura do real para fundamentar as ideias em valores reconhecidamente partilhados pela maioria das pessoas de uma sociedade; estabelecer uma relação de causa e consequência; comprovar e confirmar a verdade do que é dito e, desse modo, reforçar ou construir o *ethos* no discurso. Para tanto, se faz necessário uma breve abordagem sobre o *ethos*.

Para Maingueneau (2004) o *ethos* se configura no discurso, é a palavra que constrói uma tonicidade, isso porque a palavra é carregada de sentidos: discursivos, ideológicos e sociais logo, constrói sua imagem; é pela interação que a cenografia criada permite instituir como sujeito, buscando revelar os co-enunciadores (nós) sujeitos empíricos participantes da enunciação.

Assim entendemos *ethos* como caráter moral; é a imagem que o enunciador revela como um ser do discurso; ao se manifestar, o enunciador se investe de uma imagem de honestidade, de sinceridade ou não, em busca da verossimilhança, conforme seu auditório. Para Maingueneau (1997), o caráter moral é moldado espontaneamente em função de um modo de dizer. O que se pretende é impressionar pelo apelo ao

conhecimento de mundo que se tem e no qual se vai revelar “o caráter”. A figura do enunciador que se manifesta traz marcadamente o envolvimento com o outro; o modo de dizer é adaptado, nesta interação.

De acordo com o mesmo autor, “incorporação é o modo como o receptor de uma mensagem (ouvinte ou leitor), ao interpretá-la se apropria de seu *ethos*” (MAINGUENEAU, 1997, p.79). O auditório, compactuando de uma confiança mínima no enunciador, reconhece seus valores, suas crenças no discurso manifestado, passando a ser incorporada a própria interpretação e, portanto apoderando-se do *ethos* construído.

## **Os marcadores argumentativos na construção do *ethos* do anunciante na propaganda da Caixa**

Para a análise, destacou-se a propaganda institucional do banco Caixa<sup>1</sup> com “slogan” *O Banco que acredita nas pessoas*, publicado na revista Veja de novembro de 2008. Considerando a análise dos elementos constitutivos da propaganda institucional, o que se observa na materialidade linguística é a construção de unidade de sentido que é reforçada pelo uso de operadores argumentativos.

O anúncio impresso da propaganda apresenta, ao centro da folha, imagens do **Programa CAIXA Melhores Práticas em Gestão Local**; abaixo às imagens o texto escrito, numa linguagem que privilegia a norma culta, garantindo a adequação de vocabulário ao seu público-alvo, ainda por meio de uma linguagem que reflete a ideologia dominante das crenças e valores da sociedade. Com o propósito de construir ou reforçar seu próprio *ethos* o anunciante da propaganda institucional, Banco CAIXA, faz uso de técnicas argumentativas, apresentando a ideia inicial que se quer afirmar.

### **(1) A caixa investe em sustentabilidade porque acredita em um futuro melhor para o nosso mundo.**

Desse modo, notamos em (1) que o anunciante conduz seu interlocutor por meio de um argumento baseado na estrutura do real chamado de argumento pragmático, esse argumento estabelece uma relação de causa *um banco que acredita em um futuro melhor* e de efeito /consequência *investe em sustentabilidade*.

Assim, prioriza o uso de verbos como *investe* e *acredita* no presente, que indicam uma relação de certeza, de verdade a respeito do que é dito, como podemos observar em (1). Constrói pelo argumento pragmático o raciocínio que dará sustentação à argumentação; o *ethos* do anunciante se revela compartilhando das mesmas ideias reforçando o *ethos* construído.

De igual forma, observamos no argumento (1) a marca linguística do operador *porque* que tem a função de justificar a consequência (investe em sustentabilidade) provocada por uma causa (acredita em um futuro melhor para o nosso mundo) orientando o sentido e a força argumentativamente o texto.

### **(2) A caixa é reconhecida por sua vocação socioambiental. Por isso, desenvolve produtos e serviços que contribuem para a melhoria da qualidade de vida da população, com inclusão social, uso sustentável dos recursos naturais e preservação ambiental. Além de implantar atitudes sustentáveis, a caixa também investe em projetos socioambientais.**

---

<sup>1</sup> Banco Caixa: instituição financeira.

A afirmativa acima é ancorada por um argumento pragmático, estabelecendo uma relação de causa *A caixa é reconhecida por sua vocação socioambiental* e efeito *Por isso, desenvolve produtos e serviços que contribuem para a melhoria da qualidade de vida da população, com inclusão social, uso sustentável dos recursos naturais e preservação ambiental. Além de implantar atitudes sustentáveis, a caixa também investe em projetos socioambientais*; assim, podemos dizer que é um argumento provável, ou seja, é uma argumentação que induz a um consenso universalmente aceito de *qualidade de vida* que é evidenciado por uma estratégia de acumulação de detalhes que justificam e sustentam o valor do efeito: *melhoria da qualidade de vida da população, inclusão social, uso sustentável dos recursos naturais, preservação ambiental, atitudes sustentáveis, projetos socioambientais*.

Vale ressaltar ainda, no argumento, a organização da progressão de sentidos garantida pelo uso dos operadores que somam argumentos a favor de uma mesma conclusão, como podemos constatar em (2), “e”, “além de”, “também”, “e ainda”; eles colaboram na orientação argumentativa. Inclusive a seleção lexical revela as marcas de subjetividade, corroborando a ideia de que se quer convencer, a construção do *ethos* do anunciante: *sustentabilidade, vocação socioambiental, qualidade de vida, recursos naturais, preservação ambiental, saneamento, meio ambiente* são expressões que apresentam o anunciante como uma instituição voltada para a preservação do meio ambiente, fato avaliado positivamente em nossa sociedade. *Vocação, qualidade, recurso, preservação* são substantivos que trazem em seu significado um valor positivo.

Em seguida, o anunciante, revela seu *ethos* baseado em argumentos que indicam finalidade, como:

**(3) Em 2008, foram mais de R\$2,7 bilhões em contratos e aproximadamente 14 milhões de pessoas beneficiadas com projetos de saneamento, (...).**

**(4) Neste ano, R\$ 13 bilhões foram investidos em habitação, garantindo a um milhão de pessoas a tão sonhada casa própria.**

O funcionamento argumentativo dos argumentos de finalidade apoia-se na ideia de que o valor se justifica pelo fim, “*Em 2008, foram mais de R\$2,7 bilhões em contratos e aproximadamente 14 milhões de pessoas beneficiadas com projetos de saneamento, (...)*”. “*Neste ano, R\$ 13 bilhões foram investidos em habitação, garantindo a um milhão de pessoas a tão sonhada casa própria*”; o fim serve para comprovar, confirmar a verdade do que é dito. Essas provas passam a ser concretas, pois são justificadas e comprovadas por meio de dados numéricos, “*Em 2008*”, “*R\$2,7 bilhões*”, “*14 milhões*”, “*R\$ 13 bilhões*”, “*um milhão*”, como podemos ver em (3) e (4). Além disso, há a marca do operador “e” que soma argumentos que orientam para uma mesma conclusão, isto é, são expressões que apresentam o anunciante como uma instituição engajada, envolvida com ações voltada a preservação do meio ambiente, como podemos verificar em (3) e (4).

O texto invoca o leitor, como podemos constatar em (5), fazendo-o participar do processo de construção do *ethos* do anunciante.

**(5) A CAIXA acredita em um futuro melhor; mas, para isso, é fundamental que cada um de nós faça a sua parte e cuide do que é nosso.**

Ao dizer que é preciso que *cada um*, também, acredite e, ainda, *faça a sua parte* cuidando do que é de todos. O anunciante assume uma postura engajada e responsável

com o país. Além disso, podemos dizer que ao invocar o leitor de forma genérica por meio de *cada um*, ele, implicitamente, cobra a parcela de responsabilidade de cada um dos leitores, expressos por *nós*. O uso do pronome *nós* inclui o leitor no texto; essa inclusão pelo emprego de *cada um* individualiza os leitores e os incita mais fortemente. Já no enunciado inicial do texto encontramos a inclusão do leitor por meio do pronome *nosso*, como se observa em (1).

Ao incluir o leitor no texto, o discurso do anunciante compartilha suas crenças com ele, dando a impressão de que se dirige a um determinado sujeito individualmente, isto é, cria o mundo perfeito conciliando a realidade e o sonho como se tudo fosse possível, dependendo apenas da vontade, do desejo, da atitude ou do comportamento de cada sujeito.

Além disso, no enunciado (5), podemos observar o operador *MAS*, que orienta argumentativamente para conclusão oposta àquela que se pode depreender o conjunto anterior do texto, ou seja, orienta na direção de que não basta apenas a CAIXA acreditar e ter ações voltadas para o futuro melhor; é preciso a participação ativa do leitor. Até a ocorrência do conector *MAS*, todas as ações apresentadas no texto tinham a ver apenas ao anunciante; *mas* introduz o leitor e marca a mudança a orientação argumentativa do texto que justifica a enunciação do slogan da propaganda, apresentado como enunciado de fechamento do texto.

Ainda, marcado linguisticamente pelos verbos no imperativo *faça* e *cuide*, notamos uma imposição sutil de valores, mitos, ideais, despertando interesse, otimismo, credibilidade, confiança; marcando a presença do interlocutor.

Compreendemos que, assim como a caixa faz a sua parte e propõe que o interlocutor faça a sua, visando a um bem comum, podemos concluir que o anunciante conduz um pensamento compartilhado, dividindo os mesmos interesses, as mesmas ideias, as mesmas crenças do mundo de que se faz parte.

#### **(6) Caixa. O banco que acredita nas pessoas**

Finalmente, expressando por meio de frases curtas, asseverativo e ainda, marcado pelo artigo definido *O*, a instituição bancária, reforça o ponto de vista de que é uma instituição reconhecida pelo seu compromisso social: construindo a certeza, a credibilidade e a confiabilidade, valores esses, que reforçam o *ethos* do anunciante comprovado pelo slogan em (6).

Nota-se, portanto, que o anunciante pretendeu conduzir o leitor, por meio das técnicas argumentativas, à conclusão de que o banco CAIXA é uma instituição preocupada com as pessoas e com o meio ambiente e que, por esse motivo, merece credibilidade, uma vez que respeita um valor importante para a sociedade atual.

#### **Considerações finais**

Na propaganda analisada, percebeu-se que o *ethos* do anunciante é revelado ao assumir uma postura engajada e responsável com o país, apresentando argumentos que comprovem um maior envolvimento e, dessa forma, reafirmando os conceitos e valores agregados à instituição. Revela-se, ainda, o *ethos* ao estabelecer uma relação aparentemente próxima do leitor/interlocutor, dividindo com ele os mesmos interesses, as mesmas crenças. Justifica-se, assim, por possibilitar um diálogo mais paternalista; ou seja, aquele que orienta, cuida, adverte, ensina. Desse modo, evidencia-se a ideia de

incitação que, geralmente, está associada ao discurso publicitário, por ser um gênero que utiliza os recursos da linguagem para informar e influenciar seus interlocutores a uma mudança de comportamento.

Confirmamos a importância de se compreenderem as relações estabelecidas no texto, por exemplo, pelos operadores argumentativos que são responsáveis pela construção de sentido e do *ethos* do anunciante na propaganda institucional CAIXA. Essas relações estabelecidas são responsáveis por incitar argumentativamente seus leitores/interlocutores. É nessa argumentação que é possível observar as escolhas que o anunciante faz, criando vínculos de confiança com o leitor, assumindo uma postura *transparente*, revelando a intenção de reforçar o *seu* compromisso com o Brasil. Para tanto, deixa marcas linguísticas no interior do discurso.

As escolhas do anunciante são estrategicamente estruturadas, organizadas para que o leitor seja orientado a compartilhar progressivamente das mesmas crenças, mostrando como a vida e os desejos do leitor da propaganda CAIXA estão alinhados e se somam com os valores da instituição bancária; elas o levam a ser conduzido a uma mesma conclusão, a de que o banco CAIXA é uma instituição preocupada com as pessoas e com o meio ambiente e, por isso, merecedor de sua confiança. Essas evidências nos levam a confirmar a importância da pesquisa e da urgência em ações didáticas que possibilitem uma leitura mais ativa, crítica e significativa para o aluno.

Agradecimentos: à Secretaria Estadual de Educação do Estado de São Paulo cujo apoio financeiro possibilitou a realização deste trabalho.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRANDÃO, H. H. N.. *Introdução à análise do discurso*. 2. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1996.

CABRAL, A. L. T. *Modalização e interação na linguagem: A subjetividade em processos civis*. 42-52f. 2000. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas: Língua Portuguesa) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000.

CARVALHO, N. *Publicidade: a linguagem da sedução*. São Paulo: Ática, 2009.

GUIMARÃES, E. *Texto e Argumentação: um estudo de conjunções do português*. 4. ed. Campinas: Pontes, 1981.

KOCH, I. *A interação pela linguagem*. São Paulo: Contexto, 2001.

\_\_\_\_\_. As marcas de articulação na progressão textual. In: \_\_\_\_\_. *As tramas do texto*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

\_\_\_\_\_. *Argumentação e linguagem*. 7. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2002.

MAINGUENEAU, D. *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez, 2004.

\_\_\_\_\_. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas: Pontes / Unicamp, 1997.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa*. Brasília: MEC/ SEF, 1998, p. 27.

PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. *Tratado da argumentação: a nova retórica*. Tradução de Maria Ermantina Prado Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PINHO, J. B. *Propaganda institucional: usos e funções da propaganda em relações públicas*. São Paulo: Summus, 1990.

REBOUL, O. *Introdução à Retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

VERTERGAARD, T.; SHRÖDER, K. *A linguagem da propaganda*. Tradução de João Alves dos Santos e Gilson César Cardoso de Souza. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

## BIBLIOGRAFIA NÃO CITADA

MAINGUENEAU, D. *Cenas da Enunciação*. Curitiba: Criar Edições, 2006.

\_\_\_\_\_. *Pragmática para o discurso literário*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

SANDMANN, A. J. *A linguagem da propaganda*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1997.

SANT'ANNA, A. *Propaganda: teoria, técnica e prática*. 7. ed. rev. São Paulo: Pioneira, 1998.

OUVIDORIA CAIXA 0800.725.7474 / caixa.gov.br /

A CAIXA INVESTE EM  
SUSTENTABILIDADE PORQUE  
ACREDITA EM UM FUTURO  
MELHOR PARA O NOSSO MUNDO.

Imagens do Programa CAIXA Melhores Práticas em Gestão Local

A CAIXA é reconhecida por sua vocação socioambiental. Por isso, desenvolve produtos e serviços que contribuem para a melhoria da qualidade de vida da população, com inclusão social, uso sustentável dos recursos naturais e preservação ambiental. Além de implantar atitudes sustentáveis, a CAIXA também investe em projetos socioambientais. Em 2008, foram mais de R\$ 2,7 bilhões em contratos e aproximadamente 14 milhões de pessoas beneficiadas com projetos de saneamento, retirando das situações de risco as famílias que vivem em locais que não oferecem qualidade de vida e ainda prejudicavam o meio ambiente. Neste ano, R\$ 13 bilhões foram investidos em habitação, garantindo a um milhão de pessoas a tão sonhada casa própria. A CAIXA acredita em um futuro melhor; mas, para isso, é fundamental que cada um de nós faça a sua parte e cuide do que é nosso. CAIXA. O banco que acredita nas pessoas.

FSB  
Banco do Brasil  
CAIXA

# Argumentação e Referenciação no discurso de Lula: a construção discursivo-metafórica da guerra e da paz

(Argumentation e Referentiation in Lula's discourse: the discursive-metaphorical construction of war and peace)

**Renata Palumbo**

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo (USP)

rpalumbo\_07@ig.com.br

**Abstract:** in this paper, the purpose of our research is to extend the metaphor studies, from a discursive-cognitive point of view, to the Referentiation and Argumentation perspectives. We examine how the selection of metaphorical terms associated with other linguistic formulations allows the metaphorical discursive construction of reality, which constitutes specific argumentative orientations, in the international political domain, particularly in the discourse conducted by the Brazilian President Luis Inácio Lula da Silva in the United Nations Office (ONU), New York, 2005.

**Keywords:** metaphor; referential processes; argumentation; political discourse; cognition.

**Resumo:** neste artigo, o propósito de nossa pesquisa consiste em estender os estudos sobre a metáfora, de um ponto de vista discursivo-cognitivo, para as perspectivas da Referenciação e da Argumentação. Observamos como a seleção de termos metafóricos associados a outras formulações linguísticas possibilita a construção discursivo-metafórica de realidades de maneira a constituir orientações argumentativas específicas, no campo da política internacional, particularmente, em um discurso do Presidente da República Luis Inácio Lula da Silva na Organização das Nações Unidas, Nova Iorque, 2005.

**Palavras-chave:** metáfora; processos referenciais; argumentação; discurso político; cognição

## Considerações iniciais

Conforme já exposto por alguns estudiosos (LAKOFF; JOHNSON, 1992 [1980], 2003; GIBBS, 1999; entre outros), a metáfora faz parte tanto de nossas atividades discursivas quanto de nossa maneira de observar, de apreender e de interpretar nossas experiências do cotidiano, nossas relações com o mundo empírico. Bem como, é, por vezes, pela associação de domínios díspares que damos sentido a fatos, a situações, a pessoas etc.

Essa atividade discursivo-metafórica é tão frequente que, em vários momentos, não a percebemos; utilizamo-la por ela já fazer parte de nossas vidas e, consecutivamente, de nossa língua. Esse uso desapercibido pode colaborar para que ideias sejam esclarecidas, ou mesmo, para que sejam apresentadas revestidas de valores de verdade, de verossimilhança. Exemplos disso correspondem às categorizações metafóricas presentes em nossos discursos do cotidiano, que expressam a maneira como nossa sociedade apreende e interpreta certas situações político-sociais. No Brasil, por exemplo, quantas vezes, ouvimos ou falamos que certa investigação no campo político *vai terminar em pizza (festa, diversão)*, ou que determinado candidato *atacou seu adversário em determinado debate político (situação é guerra)*.

Os próprios políticos utilizam-se de metáforas em campanhas, em entrevistas e em debates. Um exemplo disso ocorreu em 12 de junho de 2005. Em entrevista concedida à Rede Globo de Televisão, o presidente da República Luis Inácio Lula da



Silva selecionou a expressão “cortar na própria carne” para indicar a atitude que ele tomaria caso se confirmassem as acusações de ações ilícitas por parte de políticos do Partido dos Trabalhadores (PT). Essa expressão metafórica foi tema de várias notícias na mídia, o que indica a força expressiva e argumentativa contida na metáfora.

Alguns estudiosos, como Sardinha (2007a, 2007b, 2008), já observaram o uso de metáforas por políticos brasileiros, apontando, entre outros, seu valor argumentativo-persuasivo. Mas não há registros de estudos que versaram sobre o tema, abrangendo o discurso político brasileiro no exterior. Por essa razão, neste artigo, apresentaremos parte de nossa pesquisa a respeito da metáfora na esfera política internacional, especificamente, em discursos proferidos por Lula. Nosso objetivo consiste em estender a análise da metáfora à perspectiva da referenciação e da argumentação, observando como as metáforas associadas a outros elementos linguísticos e extralinguísticos possibilitam a construção discursivo-metafórica da realidade de modo a orientar argumentativamente específico auditório.

Para os propósitos apresentados, na primeira parte deste trabalho, apontamos para algumas características do *corpus* analisado julgadas relevantes. Posteriormente, discutimos alguns conceitos de metáfora a partir de estudos que versam sobre a argumentação, a referenciação e a cognição. E, por fim, analisamos um discurso de Lula na ONU, em 2005.

### **Caracterização do *corpus***

Para nosso trabalho, importa-nos salientar que, no governo do presidente da República Luis Inácio Lula da Silva, as relações internacionais passaram, e ainda passam, por transformações, tanto em questões voltadas ao papel do Estado brasileiro no exterior, quanto à participação dos países subdesenvolvidos na esfera internacional.

A respeito disso, segundo Oliveira (2005), a diplomacia brasileira passou a considerar o multilateralismo como estratégia de desconcentração e de aplicação de novas regulamentações da política internacional em favor aos países em desenvolvimento.

Dessa maneira, os discursos pronunciados pelo presidente, no exterior, caracterizam-se, principalmente, por promover mudanças nas relações econômicas entre países, criando alianças como a do G-20 (Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul) e a do G-4 (Grupo composto por Alemanha, Brasil, Índia e Japão), e por buscar a reforma no Conselho de Segurança da ONU e a incorporação de metas em favor dos países emergentes, no quadro das questões internacionais.

Para este trabalho, selecionamos um discurso do presidente Luis Inácio Lula da Silva na 60ª Assembléia do Conselho de Segurança (CS) da ONU, em 15 de setembro de 2005, em Nova Iorque.

Esse órgão das Nações Unidas – cuja função é de assegurar a paz mundial, promover melhores padrões de vida e direitos humanos – é composto por 15 membros, sendo que 10 são rotativos com mandatos de 2 anos – em 2005: Argélia, Argentina, Benin, Brasil, Dinamarca, Grécia, Japão, Filipinas, Romênia, República Unida da Tanzânia – e 5 permanentes com direito de voto (EUA, Rússia, China, França e Reino Unido).

Na época da reunião, a principal meta da política externa de Lula era de incluir o Brasil como membro permanente do CS. Para tanto, seria necessário o apoio de 127 dos 192 países-membro da entidade, o que tornou o discurso do presidente um fator importantíssimo para a adesão pretendida, mas não alcançada.

## Reflexões sobre metáfora e argumentação

Desde a Antiguidade, estudiosos observaram o emprego de algumas expressões da linguagem verbal – como a metáfora – que se distanciavam do modo usual, ou seja, de seu padrão. Entre eles, Aristóteles incluiu e destacou essas ocorrências nos estudos retóricos, sendo, por essa razão, denominadas Figuras de Retórica.

Na retórica, a metáfora foi intitulada *tropo* (transporte) e considerada a figura por excelência. Para Aristóteles, ela correspondia à capacidade do orador de perceber semelhanças, sendo definida como a transferência da significação própria de uma palavra ou expressão para outro conteúdo semântico. Essa perspectiva de desvio de sentido perpassou séculos, estando presente na maioria dos estudos que versaram sobre o assunto.

Além disso, Aristóteles desenvolveu dois tratados: a Retórica e a Poética. No primeiro, o filósofo investigou as técnicas de argumentação, em que incluiu as figuras – vistas como recursos produtores de surpresa que colaboravam com os objetivos da argumentação: *docere* (instruir), *movere* (comover), *delectare* (agradar). Já na poética, o filósofo observou a poesia como imitação da realidade (mimese), estudou os gêneros poéticos (tragédia, epopeia) e examinou a elocução (*elocutio*<sup>1</sup>) poética, em que as figuras também foram observadas; entretanto, com outro objetivo: o estético.

Por todos esses elementos, podemos afirmar que a metáfora era observada conforme a função social do texto, ou seja, correspondia a uma figura de retórica quando selecionada em um discurso cujo intuito era convencer e persuadir determinado auditório – contexto político grego – e a um recurso estilístico, estético, quando utilizada, ou observada, em poemas – contexto poético.

De maneira geral, a metáfora, por ser considerada a figura mestra, tornou-se objeto de estudo há mais de 2 000 anos, o que resultou numa vasta bibliografia sobre o assunto. Mas foi a partir do século XX que inúmeros pesquisadores – Bally (1951), Bousoño (1970), Black (1962), Ullmann (1973), Ricouer (2005 [1975]), entre outros – dedicaram-se à observação desse recurso linguístico-discursivo, ampliaram os conceitos aristotélicos, discutiram denominações e, muitos, enveredaram por caminhos diferentes.

Entre esses estudos, destacamos, neste trabalho, os de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2002 [1958]), por apresentarem uma visão argumentativa sobre o tema. De acordo com esses estudiosos, é na “função da teoria argumentativa da analogia que o papel da metáfora ficará mais claro” (2002 [1958], p. 453). Essa relação entre analogia e metáfora já era evidenciada na tradição dos filósofos, inclusive em Aristóteles, mas é na Nova Retórica que o conceito de analogia é aprofundado e a definição de metáfora é apresentada como sendo uma analogia condensada, ou seja, considera-se a união entre o “elemento do tema” com o “elemento do foro” (2002 [1958], p. 543). Assim sendo, a

---

<sup>1</sup> Aristóteles apresentou cinco operações essenciais da arte retórica (técnica de argumentação): *inventio*, busca do assunto; *dispositio*, organização interna do discurso; *elocutio*, burilamento da maneira de dizer (seleção lexical, figuras de retórica etc); *actio*, gestos, imposição de voz, entre outros; *memoria*, recurso à memória, conteúdos mentais.

metáfora pode ser construída a partir de uma analogia ou até antes mesmo por meio desta.

Na utilização da metáfora, se as conclusões são direcionadas através do foro e das características recortadas deste, o recorte será associado ao tema, facilitando ao auditório perceber, por exemplo, um referente textual da maneira como ele é apresentado pelo orador, resultando, assim, em efeitos argumentativos. Um exemplo disso é o *corpus* analisado, em que Lula constrói discursivamente a situação mundial de miséria e de fome caracterizando-a como uma guerra.

Essa junção entre tema e foro pode-se efetuar de várias maneiras: por uma simples determinação, por um adjetivo, por um possessivo, por uma identificação e por palavras compostas, o que Perelman e Olbrechts-Tyteca denominam “sínteses expressivas” (2002 [1958], p. 457).

Os autores também afirmam que uma metáfora pode se desgastar, tornando-se não mais uma relação entre termos, mas um vocábulo, ou uma expressão, de uso comum; entretanto, esse estado pode ser transitório, pois, dependendo da maneira como é utilizada, uma expressão metafórica volta a ser atuante e se apresenta novamente como metáfora.

Ressaltamos que também outros estudiosos apresentaram essa concepção “metáfora viva/morta”; entretanto, em perspectivas diferentes. Entre eles, lembremos de Bally (1951), que agrupou três tipos de expressões figuradas: imagens concretas, sensíveis e imaginativas,<sup>2</sup> imagens afetivas, imagens mortas.

Ainda é importante salientar que a relação entre domínios enunciada por meio da metáfora consiste num caráter vivo e variado que se encontra no campo da interação entre falantes. Desse modo, como qualquer outro recurso da língua, a metáfora é uma escolha do falante de acordo com suas intenções e posições assumidas. A seleção de um termo metafórico pode colaborar, juntamente com outras formulações linguísticas e com os conhecimentos partilhados entre falantes, no processo de construção do referente textual e, consecutivamente, direcionar o auditório a certas conclusões; ou seja, a metáfora ganha força argumentativa no contexto – tido aqui em seu sentido amplo, linguístico, situacional, cognitivo – pois leva à presença do interlocutor certas associações, ancoragens; em outras palavras, instaura-se um “laço” entre os termos introduzidos ou retomados, os conhecimentos linguísticos e os de mundo compartilhados.

Por conta desses fatores mencionados – conhecimentos enciclopédico e linguístico – e também dos repertórios sociais e ideológicos que influenciam na compreensão e na produção textual, torna-se significativo considerarmos alguns estudos que versaram sobre a metáfora numa visão cognitiva.

### **Visão cognitiva da metáfora**

O papel da cognição é relevante para os estudos a respeito da metáfora, principalmente se questionarmos como os conhecimentos de mundo, os entornos

---

<sup>2</sup> Nesse primeiro grupo (imagens concretas, sensíveis e imaginativas), o estudioso referia-se às metáforas vivas.

históricos, sociais e ideológicos estão organizados em nossa memória e como estes são fundamentais para a compreensão de enunciados e de termos metafóricos.

Muitas são as teorias e as concepções que permeiam essa área; nossa atenção nesta parte, entretanto, será voltada para os estudos de Lakoff e Johnson (1992 [1980]), que citam a maneira como percebemos a realidade de nosso dia a dia e como nos relacionamos com as pessoas. De acordo com esses teóricos, é devido ao nosso sistema conceptual que podemos nos relacionar com o mundo e com as situações diárias. Esse sistema é, em sua maioria, metafórico por natureza, ou seja, segundo os autores, as metáforas estruturam a maneira como percebemos, pensamos e agimos.

Dessa maneira, a metáfora, embora evidente na língua, está presente além das palavras, em nossa percepção de mundo e, assim, está imbricada em nosso processo de interpretação.<sup>3</sup> Nas palavras dos estudiosos: “O conceito é estruturado metaforicamente, a atividade é estruturada metaforicamente e, conseqüentemente, a linguagem é estruturada metaforicamente” (LAKOFF; JOHNSON, 1992 [1980], p. 5).

Nessa teoria, denominada Metáfora Conceptual, metáforas surgem por meio do processo de compreensão e de legitimação – linguística, social e cognitiva – de um domínio de natureza abstrata (por exemplo, “tempo” e “amor”) a partir de experiências concretas já legitimadas socialmente, como guerra, dinheiro etc. Em outras palavras, o sujeito, como integrante de um grupo, ou de uma sociedade, em contato com o mundo, compreende um determinado conceito por meio de um outro já estabelecido, interpretando a realidade conforme fatores culturais, históricos e ideológicos. Essas conceituações são organizadas metaforicamente (associação de domínios), e seus traços estão presentes no linguajar cotidiano; entretanto, por vezes, não são percebidos pelos falantes.

Os estudiosos também afirmam que a estrutura metafórica de uma sociedade é coerente com seus principais valores, principalmente em relação às metáforas de espacialização. Isso se deve ao fato de, em uma cultura, haver determinadas visões de mundo de tal maneira enraizadas que são refletidas nos discursos que circulam socialmente, como “O futuro será melhor”, em que se apresenta o conceito de progresso (presente *vs.* futuro).

Além das metáforas convencionais, ou seja, aquelas que estruturam o sistema conceptual ordinário de nossa cultura, Lakoff e Johnson (1992 [1980], 2003) discutem a respeito daquelas que apresentam uma nova informação, um novo olhar sobre certa realidade empírica. De acordo com os autores, os sujeitos podem criar termos metafóricos capazes de direcionar sentidos até então não previstos e, consecutivamente, orientar novas crenças e ações. Sobre esse ponto, podemos estender o que foi exposto à perspectiva da argumentação, pois o direcionamento de olhares consiste em um elemento significativo para o alcance da adesão desejada, o que nos permite afirmar, mais uma vez, que a metáfora cumpre papel importante para o encaminhamento argumentativo.

---

<sup>3</sup> Essa perspectiva, associada aos estudos sobre argumentação de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2002 [1958]), evidencia o papel da metáfora como recurso que colabora para os objetivos da argumentação (já apontados à página 04), principalmente o de instruir.

Ainda em relação às metáforas novas, estas, geralmente, são filiadas a uma metáfora conceptual, o que os autores Lakoff e Johnson (1992 [1980], 2003) denominaram “desdobramentos” (ou mapeamentos discursivos). Como as convencionais, as metáforas novas, ou vivas, também apresentam coerência em relação a uma cultura, ou seja, nessas novas representações, estão imbricados valores já enraizados culturalmente a respeito de certos tópicos.

Ressaltamos que a interpretação de uma metáfora viva dependerá dos conhecimentos partilhados entre os falantes, pois a formulação metafórica ora pode passar despercebida, ora pode ser reconhecida e, assim, apresentar uma nova informação. Dessa maneira, torna-se essencial que o escritor ou falante conheça e se adapte ao auditório em questão.

Além de Lakoff e Johnson (1992 [1980], 2003), outros estudiosos da contemporaneidade dedicaram-se aos estudos da metáfora, tendo em vista uma perspectiva cognitiva e, também, discursiva, ou seja, não observaram os termos metafóricos como figuras, mas como elementos cognitivo-linguísticos que podem ser utilizados estrategicamente em diversos contextos de uso. Entre eles, Cameron (2003) afirma que, tendo em vista a língua em uso, a metáfora deve ser observada de maneira contextualizada, ou seja, deve-se levar em conta *fatores físicos* (características do lugar em que o discurso é produzido), *sociais* (relações entre os participantes, objetivo do encontro), *interacionais* (relações entre os processos de interação), *linguísticos* (uso da língua, seleções) e *conceptuais* (pontos de vista, conhecimentos prévios). A autora ressalta que o analista deve conhecer esses elementos contextuais devido ao fato de os mesmos fornecerem subsídios para o reconhecimento, a interpretação e a análise da metáfora.

### **Metáfora e Referenciação**

Anteriormente, vimos que a seleção de formulações metafóricas enquadra-se em uma dimensão social-cognitiva (LAKOFF; JOHNSON, 1992 [1980]; GIBBS, 1999), em que os falantes entram em contato com o extramental e, conforme a situação de uso (CAMERON, 2003) e o repertório de experiências individuais e coletivas, apreendem-no, interpretam-no, constroem-no metafórico e discursivamente. Discutimos também que a metáfora pode ser um recurso linguístico utilizado estrategicamente na tentativa de modificar contextos (imagens mentais) e, consecutivamente, de convencer e de persuadir um determinado auditório.

Dessa maneira, se damos sentido ao mundo e agimos sobre ele discursivamente, e se essa atividade linguística estrutura-se, em sua maioria, metaforicamente, em situações interacionais – contato com o mundo, com os outros e com si próprio – podemos afirmar que a língua, manifestada em discurso, não é transparente, pois ela possibilita a construção discursivo-metafórica de realidades extramentais, empíricas.

O mundo empírico – situações, pessoas, fatos, objetos etc. – é mencionado no discurso porque o percebemos e, assim, interpretamos e agimos sobre ele. Em outras palavras, é por meio de um complexo sistema, que envolve língua, pensamento e mundo, que os sujeitos, condicionados pela sua própria percepção, dão sentidos aos elementos extralinguísticos.

Essa perspectiva enquadra-se nos recentes estudos sobre a referenciação (MONDADA, 2001, 2002, 2005a, 2005b; MONDADA; DUBOIS, 2003; APOTHÉLOZ, 2003; KOCH, 2001, 2005, 2006; KOCH; MARCUSCHI, 1998; entre outros), que vêm apresentando uma nova concepção sobre língua e mundo. Nesse quadro, os referentes, tidos como imagens mentais, são fabricados pela dimensão perceptivo-cognitiva dos interactantes na prática social, e a língua possibilita construções intersubjetivas de categorias avaliativas, que se modificam durante determinadas interações.

Assim, o referente textual não pode ser entendido como a própria realidade exterior e, nesse sentido, importa indicar a noção de referente conforme Mondada e Dubois (2003). Essas autoras denominam objetos de discurso, em oposição a objetos de mundo, os elementos do mundo empírico, mencionados no discurso.

Nessa perspectiva, os objetos de discurso são dinâmicos, ou seja, uma vez ativados (remissão), podem ser reativados (retomada) e, assim, (re)categorizados ou modificados. Essa progressão referencial, juntamente com a progressão tópica,<sup>4</sup> possibilita a progressão textual, ou seja, esta se torna possível pela oscilação de vários elementos os quais têm como base: o que já foi dito (anáfora), o que será dito (catáfora) e o que é sugerido (fusões, alusões etc.). A isso, Koch (2006) denominou “codeterminação progressiva”.

Ao dedicar-se aos estudos da progressão referencial, Koch (2005, 2006) destaca as expressões nominais, definidas e indefinidas, como significativas estratégias de referenciação com alto teor argumentativo, ao lado das pronominalizações. São denominadas expressões nominais definidas aquelas formulações linguísticas constituídas por, pelo menos, um determinante definido ou demonstrativo, antecedendo um nome. Já as expressões indefinidas precedem artigos indefinidos ao nome. Destacamos que ambas as expressões podem aparecer como: descrições, nominalizações, encapsulamentos e rotulações metadiscursivas, sendo que, por vezes, apresentam-se por meio de termos metafóricos.

Em descrições, o falante seleciona determinadas propriedades de um referente textual que ele julga importante ressaltar, de acordo com o seu projeto de dizer. Assim, a utilização de descrições tanto pode revelar opiniões, crenças e ações do sujeito falante, quanto pode presentificar características do objeto de discurso julgadas desconhecidas pelo interlocutor, isto é, a descrição aponta para certos traços do objeto, resultando em um recurso linguístico que colabora para a argumentação ou, mais especificamente, para o processo de orientação argumentativa.

Em relação ao encapsulamento, Koch (2005) afirma que há dois tipos. Aqueles que rotulam um segmento do enunciado, transformando-o em objeto-de-discurso e possibilitando a progressão textual, e aqueles que “realizam operações de nominalizações, por meio de nomes deverbais ou não” (2005, p. 39).

Já o rótulo metadiscursivo pode ser um recurso que o produtor do enunciado utiliza-se para avaliar ou para mostrar aproximação ou distanciamento em relação ao discurso rotulado. Isso se deve ao fato de a escolha da expressão metadiscursiva ser indicativa da opinião do enunciatador, tanto sobre o procedimento linguístico rotulado,

---

<sup>4</sup> Entendemos Tópicos Discursivos como os assuntos que são abordados durante a atividade discursiva.

quanto a respeito do próprio produtor desse enunciado e suas respectivas atitudes (sociais, linguísticas etc.).

### **Análise do *corpus***

Analizamos alguns segmentos do discurso de Lula na ONU, observando o papel da metáfora nos processos referenciais e na argumentação.

É importante salientar que o presidente da República inicia seu discurso apontando para a necessidade de mudanças na ONU e em seus órgãos principais, como o Conselho de Segurança. Observemos as partes destacadas:

- (1) Intensificam-se os esforços para fortalecer a ONU e seus órgãos principais. **Precisamos adequar o Conselho de Segurança às exigências políticas e econômicas de um mundo em profunda transformação.**

Nesse procedimento, há indícios de alguns propósitos do discurso de Lula: o de incluir o Brasil como membro permanente do CS e o de ampliar a participação dos países em desenvolvimento nas negociações de políticas internacionais. Outros segmentos reforçam essa ideia, em (2) e (3):

- (2) O projeto de reforma das Nações Unidas, hoje em discussão, é indissociável **da atualização do Conselho de Segurança**. Sua agenda, cada vez mais ampla e ambiciosa, implica responsabilidades diversificadas, muitas vezes em áreas não previstas pela Carta. **Não é admissível que o Conselho continue a operar com um claro déficit de transparência e representatividade.**
- (3) A boa governança e os princípios democráticos, que valorizamos no plano interno, **devem igualmente inspirar os métodos de decisão coletiva e o multilateralismo**. Temos diante de nós **uma oportunidade histórica para ampliar a composição do Conselho de forma equitativa**. Para a maioria dos países membros da ONU, **isto significa aumentar o número de membros permanentes e não-permanentes, com países em desenvolvimento de todas as regiões, nas duas categorias.**

Durante a análise, pudemos observar que o presidente, para defender sua tese, encaminha seu discurso na tentativa de despertar a atenção do auditório para um quadro mundial de guerra. Em outras palavras, Lula apresenta um mundo em guerra, apontando, principalmente, fatores que até então possivelmente eram vistos como as consequências de uma guerra e não como as causas ou os agentes: miséria, fome, desigualdade etc.

Esse procedimento pode ser depreendido, no contexto, pela observação de várias seleções linguísticas, ora metafóricas, ora não metafóricas. Vejamos o seguinte quadro:

### Quadro 1. Seleções linguísticas que indicam um mundo em guerra

<p><b>Em 2000</b>, o Encontro de Cúpula coincidiu com <b>atos de brutal violência movidos pela intolerância racial e religiosa</b>. Buscava-se <b>aprender as lições das guerras civis na ex-Iugoslávia e em Ruanda</b> para recuperar a capacidade da Organização de conter abusos maciços aos direitos humanos.</p> <p>Hoje, <b>estamos confrontados a ameaças cada vez mais complexas</b>. Os dois projetos de resolução sobre a mesa são uma tentativa de dar resposta <b>a esses desafios</b>.</p>
<p><b>Atos bárbaros de terrorismo continuam sendo perpetrados contra inocentes e indefesos. O combate a esse flagelo exige firmeza. Mas não o derrotaremos apenas pela repressão. Precisamos evitar que o terrorismo crie raízes em meio à desesperança. Temos de rejeitar o preconceito e a discriminação, sob qualquer disfarce ou pretexto.</b></p>
<p><b>No combate à violência irracional nossas melhores armas são a cultura do diálogo, a promoção do desenvolvimento e a defesa intransigente dos direitos humanos.</b></p>
<p>Nos 14 países africanos que já visitei e nos numerosos contatos em Brasília com lideranças do Continente, pude comprovar o importante progresso institucional e econômico em curso na região.</p> <p>A decidida vontade política de suas lideranças de <b>superar os conflitos do presente</b> e lidar com a herança de um passado de dependência tem sua melhor expressão na criação da União Africana. <b>Esse exemplo</b> merece ser acompanhado por todas as regiões que almejam integrar-se de forma soberana e pacífica na comunidade internacional. No Haiti, <b>a América Latina quer demonstrar que as Nações Unidas não estão condenadas a simplesmente recolher os destroços dos conflitos que não puderam evitar.</b></p>
<p><b>A Missão de Estabilização das Nações Unidas está oferecendo um novo paradigma de resposta aos desafios da solução dos conflitos e da reconstrução nacional</b></p>
<p>É <b>o caso do conflito no Oriente Médio</b>, onde questões políticas sensíveis precisam ser equacionadas com credibilidade e transparência.</p>
<p><b>Estou convencido de que não haverá um mundo com paz e segurança enquanto 1 bilhão de pessoas forem oprimidas pela fome. Quero insistir que este mal é a mais devastadora arma de destruição em massa. A fome e a pobreza afetam a capacidade de trabalho, as condições de saúde, a dignidade e as esperanças. Desagregam famílias, desarticulam sociedades, enfraquecem a economia. Desatam um círculo vicioso de frustração e indignidade, que é terreno fértil para a violência, as crises e conflitos de toda ordem.</b></p>

A respeito desse quadro, indicamos neste artigo, nos estudos de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2002 [1958]), que a seleção de um termo metafórico associado a outras formulações linguísticas e aos conhecimentos partilhados entre falantes pode colaborar no processo de construção do referente textual e, consecutivamente, direcionar o auditório a certas conclusões. Assim, a situação mundial é construída discursiva e metafóricamente de maneira a despertar o olhar do auditório para a necessidade de uma transformação política, especificamente na ONU. Vejamos:

- (4) **Atos bárbaros de terrorismo continuam sendo perpetrados contra inocentes e indefesos. O combate a esse flagelo exige firmeza. Mas não o derrotaremos apenas pela repressão. Precisamos evitar que o terrorismo crie raízes em meio à desesperança. Temos de rejeitar o preconceito e a discriminação, sob qualquer disfarce ou pretexto.**

Em (4), a seleção “Atos bárbaros de terrorismo continuam sendo perpetrados contra inocentes e indefesos” é retomada por meio de um encapsulamento “esse flagelo”. Desse modo, o presidente rotula a situação apresentada, caracterizando-a como



um chicote que açoita inocentes e indefesos, ou seja, um contexto de tortura, de sofrimento. Posteriormente, ele sugere a necessidade de “combater” esse quadro de violência de maneira a não se aderir ao terrorismo.

Ainda em relação a esse exemplo, “terrorismo”, “preconceito” e “discriminação” são selecionados e personificados (o terrorismo cria, o preconceito e a discriminação usam disfarces e pretextos) e constituem metáforas ontológicas. Conforme Lakoff e Johnson (1992, [1980]), o uso dessas metáforas reflete a ideologia e a maneira como o enunciador vê determinada realidade, ou seja, expressa uma representação mental de um elemento do mundo empírico, constituída culturalmente.

Nessa perspectiva, o presidente especifica “terrorismo”, “preconceito” e “discriminação” como sendo pessoas, inimigas daqueles que prezam pela paz. E, a partir disso, conduz seu discurso de maneira a orientar o interlocutor a negar os valores assumidos desses “adversários políticos” (desigualdade, violência etc.). Esse procedimento é mantido no discurso de Lula, em que, posteriormente, mantendo a ideia de combate, seleciona a expressão “violência irracional” para recategorizar “flagelo”, “atos bárbaros de terrorismo”:

- (5) **No combate à violência irracional nossas melhores armas são a cultura do diálogo, a promoção do desenvolvimento e a defesa intransigente dos direitos humanos.**

Às linhas 22-24, outra seleção metafórica indica a associação “situação mundial é guerra”: “nossas melhores armas são a cultura do diálogo, a promoção do desenvolvimento e a defesa intransigente dos direitos humanos”. Nesse exemplo, é interessante observar que o presidente, ao mesmo tempo em que apresenta um mundo em guerra, defende a possibilidade de transformar esse contexto de modo pacífico, promovendo desenvolvimento, diálogo etc.

A seguir, observemos outro segmento em que Lula constrói, discursivamente, a situação mundial de fome e de miséria a partir do conceito “guerra”, linhas 60-65:

- (6) **Estou convencido de que não haverá um mundo com paz e segurança enquanto 1 bilhão de pessoas forem oprimidas pela fome. Quero insistir que este mal é a mais devastadora arma de destruição em massa. A fome e a pobreza afetam a capacidade de trabalho, as condições de saúde, a dignidade e as esperanças. Desagregam famílias, desarticulam sociedades, enfraquecem a economia. Desatam um círculo vicioso de frustração e indignidade, que é terreno fértil para a violência, as crises e conflitos de toda ordem.**

Em (6), a fome é retomada por meio do encapsulamento “este mal” que já apresenta um juízo de valor, um olhar negativo. Posteriormente, o enunciado constituiu-se de maneira metafórica (“é a mais devastadora arma de destruição de massa”, “A fome e a pobreza afetam a capacidade de trabalho”, “Desagregam famílias”, “Desarticulam sociedades” etc.). Procedimento que reforça a categorização de “fome” como “um mal”, encerrando função avaliativa.

Além disso, o presidente Lula apresenta a fome como “arma de destruição em massa” e aponta várias consequências do atual quadro de miséria no mundo, como “violência, crise e conflitos de toda ordem”. Essas seleções linguísticas orientam mais uma vez, no contexto, a ideia de que vivemos em mundo em “guerra”, em que a “devastadora arma fome” consiste no principal motivo dessa situação, associando o contexto de fome e de miséria à guerra.

Ainda observamos, em (6), que, ao associar fome e pobreza à guerra, Lula chama a atenção dos governantes para a necessidade de ação em termos de se diminuir a

desigualdade social. Sobre esse procedimento linguístico-discursivo, podemos constatar que o presidente adapta seu discurso ao auditório em questão: representantes da ONU, responsáveis por promover ações em defesa da paz. Lembremos que o conceito de “guerra”, em oposição ao de “paz”, está arraigado na cultura dos interactantes do encontro, pois corresponde a um assunto amplamente discutido na ONU. Dessa maneira, construir uma realidade discursivo-metafórica da situação de pobreza e de fome no mundo, associando à de guerra, indica estratégia argumentativa, pois esse procedimento linguístico consiste em uma tentativa de levar o interlocutor a agir em defesa dos menos favorecidos, já que a promoção da paz é o principal objetivo da Organização das Nações Unidas.

De maneira geral, como já mencionamos, a formulação metafórica ora pode passar despercebida, ora pode ser reconhecida e, assim, apresentar uma nova informação, colaborando com os propósitos do enunciador. Assim, torna-se essencial que o produtor de textos adapte seu discurso ao auditório em questão. Foi o que ocorreu no discurso de Lula.

### **Considerações finais**

A organização do discurso do presidente prezou pelo convencimento e pela persuasão de modo a construir discursivamente as situações julgadas impróprias por ele – quadro mundial de miséria, composição e atitude da ONU etc – de maneira a desqualificá-las, numa tentativa de apresentar a necessidade de mudanças. Para tanto, o discurso foi encaminhado de maneira metafórica, sempre apresentando um tempo presente de guerra (olhar pejorativo) e um possível futuro de paz, caso fosse adotada a mudança proposta.

De maneira geral, é possível afirmar que a construção discursivo-metafórica da realidade consistiu em estratégia argumentativa, em que o presidente adaptou seu discurso ao auditório em questão, conforme seu propósito enunciativo.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- APOTHÉLOZ, D. Papel e funcionamento da anáfora na dinâmica textual. In: CAVALCANTE, M. M.; RODRIGUES, B. B.; CIULLA, A. (Orgs.). *Clássicos da Linguística 1. Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 53-84.
- BALLY, C. *Traité de stylistique française*. 3. ed. Paris-Genebra: KlincksieckGeorg, 1951.
- BLACK, M. Metaphor. In: BLACK, M. (Org.). *Models and metaphor*. New York: Cornell University Press, 1962.
- BOUSOÑO, C. *Teoría de la expresión poética*. 5. ed. Madri: Gredos, 1970.
- CAMERON, L. *Metaphor in educational discourse*. London: Continuum, 2003.
- GIBBS, R. W. Taking metaphor out of our heads and putting it into the cultural world. In: GIBBS, R. W.; STEEN, G. (Eds.). *Metaphor in Cognitive Linguistics*. Amsterdam: John Benjamins, 1999. p. 145-166.

- KOCH, I. G. V. A referenciação como atividade cognitivo-discursiva e interacional. In: II CONGRESSO INTERNACIONAL DA ABRALIN, 2001, Fortaleza. *Boletim da Associação Brasileira de Linguística*, v. 26, Número especial, Fortaleza, p. 81-84, 2001.
- \_\_\_\_\_. Referenciação e orientação argumentativa. In. KOCH, I. G. V.; MORATO, E. M.; BENTES, A. C. (Orgs.). *Referenciação e Discurso*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 33-52.
- \_\_\_\_\_. *Desvendando os segredos do texto*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- KOCH, I. V.; MARCUSCHI, L. A. Processos de referenciação na produção discursiva. *DELTA*, São Paulo, v. 14, número especial, p. 169-190, 1998.
- LAKOFF, G.; JOHNSON, M.. *Metaphors we live by*. Chicago: University of Chicago Press, 1992. [1980]
- \_\_\_\_\_. *Metaphors we live by*. In: POTTER, Jonathan (Org.). *Representing Reality: Discourse, Rhetoric and Social Construction*. London: Sage Publications Ltd., 2003. p. 124-132.
- MONDADA, L. Gestion du Topic e organization de la conversation. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, v. 41, p. 7-36, 2001.
- \_\_\_\_\_. Cognition et parole-en-interaction. *Veredas*, Juiz de Fora, v. 6, n. 1, p. 9-27, 2002.
- \_\_\_\_\_. A Referência como trabalho interativo: a construção da visibilidade do detalhe anatômico durante uma operação cirúrgica. In. KOCH, I. G. V.; MORATO, E. M.; BENTES, A. C. (Orgs.). *Referenciação e Discurso*. São Paulo: Contexto, 2005a. p. 11-31.
- \_\_\_\_\_. L'exploitation située de ressources langagières et multimodales dans la conception collective d'une exposition. In. LAURENT, F.; BRONCKART, J. P. (Orgs.). *L'Analyse des actions et des discours en situation de travail: concepts, methods et applications*. Louvain-la-Neuve: Peers, 2005b. p. 135-154.
- MONDADA, L.; DUBOIS, D. Construção dos objetos de discurso e categorização: Uma abordagem dos processos de referenciação. In. CAVALCANTE, M. M.; RODRIGUES, B. B.; CIULLA, A. (Orgs.). *Clássicos da Linguística 1. Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 17-52.
- PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. *Tratado da argumentação*. A Nova Retórica. Tradução Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2002. [1958]
- OLIVEIRA, F. de. O. Alianças e coalizões internacionais do governo Lula: o Ibas e o G-20. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, v. 48, n. 2, p. 55-69, 2005.
- RICOUER, P. *A metáfora viva*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2005. [1975]
- SARDINHA, T. B. Metáforas de Lula e Alckmin nos debates de 2006 em uma perspectiva da Linguística de Corpus. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, São Paulo, v. 7, n. 2, p.139-164, 2007a.
- \_\_\_\_\_. Lula e a metáfora da conquista. *Linguagem em (Dis)curso*. São Paulo, v. 8, n.1, p. 93-120, 2007b.
- \_\_\_\_\_. *A metáfora*. São Paulo: Parábola, 2008.
- ULLMANN, S. *Lenguaje y estilo*. Madri: Aguilar, 1973.

## ANEXO

Senhor Presidente,

Desejo congratular-me com Vossa Excelência pela iniciativa de convocar esta reunião, em um momento crucial para o futuro das Nações Unidas.

Intensificam-se os esforços para fortalecer a ONU e seus órgãos principais. Precisamos adequar o Conselho de Segurança às exigências políticas e econômicas de um mundo em profunda transformação.

Esta é a terceira reunião de Cúpula do Conselho em 60 anos de existência. Em 1992, os chefes de Governo dos países membros do Conselho se reuniram para celebrar o fim do confronto leste-oeste e os novos horizontes que se abriam para uma ação efetiva em favor da estabilidade internacional. Havia motivos para confiar no futuro da segurança coletiva.

Em 2000, o Encontro de Cúpula coincidiu com atos de brutal violência movidos pela intolerância racial e religiosa.

Buscava-se aprender as lições das guerras civis na ex-Iugoslávia e em Ruanda para recuperar a capacidade da Organização de conter abusos maciços aos direitos humanos.

Hoje, estamos confrontados a ameaças cada vez mais complexas. Os dois projetos de resolução sobre a mesa são uma tentativa de dar resposta a esses desafios.

Atos bárbaros de terrorismo continuam sendo perpetrados contra inocentes e indefesos. O combate a esse flagelo exige firmeza. Mas não o derrotaremos apenas pela repressão. Precisamos evitar que o terrorismo crie raízes em meio à desesperança. Temos de rejeitar o preconceito e a discriminação, sob qualquer disfarce ou pretexto.

No combate à violência irracional nossas melhores armas são a cultura do diálogo, a promoção do desenvolvimento e a defesa intransigente dos direitos humanos.

Senhor Presidente,

O Conselho deve continuar a dedicar também amplo espaço em sua pauta às questões africanas. Nos 14 países africanos que já visitei e nos numerosos contatos em Brasília com lideranças do Continente, pude comprovar o importante progresso institucional e econômico em curso na região.

A decidida vontade política de suas lideranças de superar os conflitos do presente e lidar com a herança de um passado de dependência tem sua melhor expressão na criação da União Africana. Esse exemplo merece ser acompanhado por todas as regiões que almejam integrar-se de forma soberana e pacífica na comunidade internacional. No Haiti, a América Latina quer demonstrar que as Nações Unidas não estão condenadas a simplesmente recolher os destroços dos conflitos que não puderam evitar.

A Missão de Estabilização das Nações Unidas está oferecendo um novo paradigma de resposta aos desafios da solução dos conflitos e da reconstrução nacional. Estamos contribuindo para a estabilização duradoura do país – sem truculências ou imposições.

Estamos estimulando o diálogo e apoiando a reconstrução institucional e econômica.

O estabelecimento de uma Comissão de Construção da Paz mostra que a comunidade internacional partilha essa mesma visão.

Uma melhor coordenação entre o Conselho de Segurança e o ECOSOC assegurará que situações como as do Haiti ou da Guiné-Bissau recebam tratamento adequado. São crises profundas de sociedades que buscam reencontrar o caminho do desenvolvimento. Nessas questões, a ação das Nações Unidas é insubstituível. É o caso do conflito no Oriente Médio, onde questões políticas sensíveis precisam ser equacionadas com credibilidade e transparência. Com esse espírito, o Brasil apóia os esforços do "quarteto" para implementar o Mapa para a Paz.

Senhor Presidente,

O projeto de reforma das Nações Unidas, hoje em discussão, é indissociável da atualização do Conselho de Segurança.

Sua agenda, cada vez mais ampla e ambiciosa, implica responsabilidades diversificadas, muitas vezes em áreas não previstas pela Carta. Não é admissível que o Conselho continue a operar com um claro déficit de transparência e representatividade.

A boa governança e os princípios democráticos, que valorizamos no plano interno, devem igualmente inspirar os métodos de decisão coletiva e o multilateralismo.

Temos diante de nós uma oportunidade histórica para ampliar a composição do Conselho de forma equitativa.

Para a maioria dos países membros da ONU, isto significa aumentar o número de membros permanentes e não-permanentes, com países em desenvolvimento de todas as regiões, nas duas categorias.

Senhor Presidente,

Estou convencido de que não haverá um mundo com paz e segurança enquanto 1 bilhão de pessoas forem oprimidas pela fome. Quero insistir que este mal é a mais devastadora arma de destruição em massa. A fome e a pobreza afetam a capacidade de trabalho, as condições de saúde, a dignidade e as esperanças. Desagregam famílias, desarticulam sociedades, enfraquecem a economia. Desatam um círculo vicioso de frustração e indignidade, que é terreno fértil para a violência, as crises e conflitos de toda ordem.

Reitero que o Brasil deseja que este Conselho continue a ser o foro multilateral por excelência para a promoção da paz e da segurança internacional, papel maior que lhe reserva a Carta das Nações Unidas.

O Brasil assume plenamente suas responsabilidades na promoção das reformas necessárias ao fortalecimento desta instituição, que deve estar no centro das complexas decisões que o momento histórico exige.

Muito obrigado.

# O amor romântico em “Buriti”, de Guimarães Rosa

(The romantic love in “Buriti” by Guimarães Rosa)

**Elisabete Brockelmann de Faria**

Centro Universitário da Fundação Educacional Guaxupé (UNIFEG)

betebroc@uol.com.br

**Abstract:** The paper aims at analysing the romantic love in “Buriti”, which is connected to the Miguel way, one of the characters that protagonize this *rosiana* narrative. The narrative is in *Corpo de baile*, published in 1956. As its peculiar orientation for imagination and memory has a narrow connection with the discursive representations of time, which are dominated by flashbacks, we investigate the similarity between certain symbolic processes and the occurrence of flashbacks. In this way, we examine how the symbolic processes based on the point of view of this protagonist, in consonance with the changes in the discursive order, act in the composition of the romantic love story between Maria da Glória and Miguel and also in the lyrical and poetical accent of the narrative.

**Keywords:** *Corpo de baile*; poetical accent; flashbacks.

**Resumo:** O artigo objetiva analisar o amor romântico em “Buriti”, vinculado ao modo de ser e de agir de Miguel, uma das personagens que protagonizam esta narrativa rosiana, parte de *Corpo de baile*, publicado em 1956. Como sua peculiar orientação para a imaginação e a memória tem estreita conexão com as representações discursivas do tempo, que é dominado por analepses, é investigada a similaridade entre certos processos simbólicos e a ocorrência de analepses. Desse modo, nós examinamos como os processos simbólicos baseados no ponto de vista desse protagonista, em consonância com as alterações na ordem do discurso, atuam na composição da história de amor entre Maria da Glória e Miguel e também no acento lírico e poético da narrativa.

**Palavras-chave:** *Corpo de baile*; acento poético; analepses.

O discurso poético de Guimarães Rosa encontra, na temática amorosa desenvolvida em “Buriti”, um sugestivo e potente meio de se realizar. Neste artigo, examinamos o alcance lírico das sensações e das evocações vinculadas a Miguel, o forasteiro que retorna à conhecida fazenda em busca da realização afetiva.

Como é de praxe na produção rosiana, reconhecemos a atmosfera densa e multicolorida do sertão mineiro, localizado no Buriti Bom, espaço da fartura e do distanciamento, onde a maioria das personagens, receptivas à exuberante natureza e atraídas pela força de Eros, ensaiam passos de um complexo corpo de baile, abrindo-se a experiências amorosas.

O ponto inicial da narrativa coincide com a segunda chegada do protagonista<sup>1</sup> ao lugar; quanto à primeira, só sabemos pelo que é veiculado mediante analepses,<sup>2</sup> sendo que uma das mais relevantes, cujo início se verifica pouco após a abertura, ocupa sete páginas da edição que utilizamos. Nesse extenso recuo temporal, que contempla o serão

---

<sup>1</sup> Embora Miguel não seja protagonista de eventos fundamentais e fundadores da narrativa (SANTOS, 1978, p. 27), para os objetivos deste estudo ele é tomado como protagonista, mesmo porque, como considera o ensaísta (SANTOS, 1978, p. 28), a “[...] participação reduzida na Estória [...] não impede que sua presença se intensifique na consciência do leitor”.

<sup>2</sup> No domínio das anacronias, a analepse expressa “[...] toda ulterior evocação de um acontecimento anterior ao ponto da história em que se está [...]” (GENETTE, 19--., p. 38)

de despedida, o leitor acompanha o interesse de Miguel por Maria da Glória, a filha da casa:

Na última noite passada no Buriti Bom, Miguel tinha conversado a respeito de coisas assim. O que fora:

Na sala-de-jantar. A lamparina, no meio da mesa. Nos consolos, os grandes lampeões. O riso de Glória. Iô Liodoro jogava, com Dona Lalinha. Glória falava. Ele, Miguel, ouvia.

De repente reconheceu, remoto, o barulhinho do monjolo. De par em par de minutos, o monjolo range. Gonzeia. Não se escuta sua pancada, que é fofa, no arroz. Ele estava batendo o tempo todo, eu é que não tinha podido notar. [...] Glória: o olhar dado brilhante, sempre o sem-disfarce do sorriso, como se abre, as descidas do rosto se assinalando – uma onçazinha [...]. E bem, se eu disser: - Iô Liodoro, quero casar com sua filha Maria da Glória? – que é que ele me responde? Fantasia. Iô Liodoro é um dos homens mais ricos deste sertão do rio Abaeté, dono de muito. Fantasia? Nem sei se gosto de Maria da Glória, se um encantamento assim, mesmo crescente, quer dizer amor. Sei que desejaria parar, demorado, perto dela. Da alegria. (ROSA, 1976, p. 84-87)

Vale destacar, no trecho selecionado, a prevalência de três modos narrativos – discurso indireto, discurso indireto livre e monólogo interior – que respondem pela progressiva entrada nos domínios interiores da personagem. Inicialmente, através do discurso indireto, tem-se o acesso aos dados exteriores, como a “sala-de-jantar”, “a lamparina”, “os consolos”, “os lampeões.” Com o indireto livre, discurso híbrido em que “[...] o narrador assume o discurso da personagem [...]” (GENETTE, 19--., p. 172), captura-se a sutil impressão do som do monjolo:<sup>3</sup> “De repente reconheceu, remoto, o barulhinho do monjolo”. Na sequência, há o monólogo interior, discurso em que o comando narrativo fica a cargo da personagem e a marca da primeira pessoa inscreve-se: “Ele estava batendo o tempo todo, eu é que não tinha podido notar”.

Cabe ainda explorar, no excerto, o registro afetivo da figura de Maria Glória, que impregna o texto da função emotiva, ao visar “[...] a uma expressão direta da atitude de quem fala em relação àquilo de que está falando. Tende a suscitar a impressão de uma certa emoção” (JAKOBSON, 1975, p. 123-124). A ênfase no estrato sonoro do fragmento “Glória: o olhar dado brilhante, sempre o sem-disfarce do sorriso como se abre as descidas do rosto se assinalando – uma onçazinha [...]” merece exame:

Estabelece-se uma relação de contiguidade entre “brilhante”, “sempre”, “sem-disfarce”, em que a incidência aliterante e assonante dos fonemas agregam efeitos de maciez e de clareza, posto que Maria da Glória ostenta, em toda a narrativa, a marca do brilho, de modo resoluto, [...] opondo-se a Miguel, “[...] recluso, enrolado em si, nos obscuros” (ROSA, 1976, p. 192). A presença de consoantes oclusivas no trecho – “*dado*”, “*brilhante*”, “*disfarce*”, “*do*”, “*abre*”, “*descidas*”, “*do*”, “*assinalando*” – favorece um contraponto à maciez, expressando a força e a vitalidade da personagem. [...] Ao quebrar a linearidade do sintagma, o hipérbato é outro modo de conferir acento poético ao trecho. Em uma estrutura usual, obedecendo à ordem sujeito, verbo e complementos,

<sup>3</sup> Para Santos (1978, p. 33), o monjolo é “[...] um objeto ligado emocionalmente a Miguel, com raízes na sua infância, capaz de obrigá-lo compulsivamente a enunciar seu próprio discurso [...]”, o que, de fato, ocorre, no monólogo interior.

poderíamos ter “Glória, uma onçazinha assim: o olhar brilhante dado abre-se sempre, o sorriso sem-disfarce, as descidas do rosto assinalando-se.” Inverter os termos é um modo de privilegiar o aspecto subjetivo da linguagem, que perde na compreensão instantânea, mas ganha em expressividade. (FARIA, 2008, p. 31)

Na vigência da analepse, há duas temporalidades em jogo: um passado recente, datado de um ano antes do presente da narrativa, que contempla a noite da despedida, e um passado remoto, localizado na infância de Miguel,<sup>4</sup> espaço do Mutum, ambiente carregado de conteúdos emocionais, como se percebe neste outro trecho do referido *flashback*, que acompanha o diálogo entre Maria da Glória e Miguel: “– ‘Porque você não vem caçar? [...] Você não gosta de caçada?’ Fugi de responder. O que devia ter dito: que odeio, de ódio. Assoante, pobre do tatu, correndo da cachorrada. O tatu-peba gorduchote [...]” (ROSA, 1976, p. 88).

Ao localizar-se no espaço da infância do protagonista, a analepse alcança elementos veiculados na narrativa “Campo geral”. Nela, observa-se o pasmo e o medo sentidos por Miguilim, por ocasião das caçadas:

Mais que matavam eram os tatus, tanto tatu lá por tudo. [...] Tão gordotes, tão espertos – e estavam assim só para morrer, o povo ia acabar com todos? O tatu correndo soplado dos cachorros, fazia aquele barulhinho com o casculho dele, as chapas arrepiadas, pobrezinho [...] e Miguilim ansiava para ver quando o tatu conseguia fugir a salvo. (ROSA, 1977, p. 16)

A permanência das impressões e sensações da personagem-criança no “adulto” comprova uma característica da constituição de Miguel, o voltar-se para o passado, em detrimento da assertividade no presente da narrativa. Além disso, tem-se o sentimento de piedade em relação aos mais fracos e a proximidade com o universo natural, na medida em que ele se afasta do universo adulto. A esse respeito, nota-se que, na segunda chegada ao lugar, o protagonista, que se sente um desconhecido perante as demais personagens – “Era um estranho; continuava um estranho, tornara a ser um estranho?” (ROSA, 1976, p. 83) –, mostra-se próximo à natureza noturna, e diferencia os sons de insetos, pássaros, aves e anfíbios: “Da treva, longe submúsica, [...] por trás do geral dos grilos, os curiangos, os sapos, o último canto das saracuras e o belo pio do nhambu. Miguel assestara o ouvido. Orgulhava-se de ainda entender o mundo de lá [...]” (ROSA, 1976, p. 84)

Vale considerar, com Coutinho (1991, p. 220), que se “o mundo dos sertões está coalhado de sons ou ruídos os mais variados, provenientes dos seres que o povoam, tanto animados quando inanimados”, os sons captados pela audição de Miguel, – “o cucubo da coruja”, “o regougo da raposinha”, “o vozejo crocaz do socó” (ROSA, 1976, p. 83) –, revelam a peculiar sensibilidade sonora do protagonista.

Neste trecho, cuja focalização e voz são dele, Miguel manifesta, de modo paralelo, sensação de proximidade e afastamento do lugar e das pessoas: “A alegria de

---

<sup>4</sup> Miguel de “Buriti” é uma das virtualidades de Miguilim, personagem-criança da narrativa de abertura de *Corpo de baile*, “Campo geral”. De modo geral, o ambiente do Mutum enseja lembranças disfóricas para o protagonista, principalmente devido às perdas sofridas.



Maria da Glória me atraía e me assustava. E eu não pertencia ao Buriti Bom, ao ar próprio, ao espessor daquele estilo. ... Vi Maria Behu – ela me pareceu órfã e pobre...” (ROSA, 1976, p. 129). Irmã de Maria da Glória, Maria Behu ostenta os signos da negatividade, da feiúra, do fervor religioso, impondo à narrativa um tom de lamento, ao sufocar em seu corpo a expansão erótica “[...] em busca da mesma força em dimensão última: a espiritual.” (SANTOS, 1978, p. 164)

Ligado à noite, o protagonista mantém proximidade com Chefe Zequiél,<sup>5</sup> misto de aedo e profeta que crê ser perseguido por alguém disposto a matá-lo. Sua presença, embora ocorra em momentos esparsos da narrativa, impregna o texto da dimensão onírica e fantástica. A audição privilegiada torna-o capaz de ouvir até o baque distante de uma folha de coqueiro ao se despencar (ROSA, 1976, p. 115), bem como sons oriundos do imaginário popular, como o canto do urutau, associado ao mau agouro (ROSA, 1976, p. 115). O mais relevante para este estudo são “[...] sons e imagens atrelados à consciência de Miguel, pinçados através de elementos comuns ao Chefe e ao protagonista, como o mutum e o monjolo” (FARIA, 2008, p. 59). O exemplo que segue é esclarecedor desse processo:

Como o Chefe ouvia, ouvia tudo, condenado. Quem o inimigo era? Quem vinha? [...] Um inimigo vinha, tateando, tenteando. Custoso de se conhecer, no som em sons: **tu-tu... tut...** Na noite escutada. [...]

Daí, depois de muito silêncio, tem um pássaro, que acorda. Mutum.

O mutum se acusa. O mutum, crasso. As pessoas mais velhas conversavam, do que havia entre o mato e o campo. [...] O mato do Mutum é um enorme mundo preto, que nasce dos buracões e sobe a serra. [...] As pessoas mais velhas são inimigas dos meninos. Soltam e estumam cachorros, para irem matar os bichinhos assustados – o tatu que se agarra no chão dando guinchos suplicantes [...]. O tatu levanta as mãozinhas cruzadas, ele não sabe – e os cachorros estão rasgando o sangue dele, e ele pega a sororocar. (ROSA, 1976, p. 114-117; grifos do autor)

No excerto, verificam-se as impressões de angústia do Chefe, acossado pela presença imaginária do inimigo, bem como a referência ao Mutum, que ganha *status* de pássaro, e anuncia o reviver das imagens do passado de Miguel: “Os principais recortes da mente do protagonista [...] tratam dos medos – medo do escuro mato do Mutum, medo dos mais velhos, traços recorrentes na narrativa de abertura – e da piedade sentida pelos animais caçados” (FARIA, 2008, p. 71).

A constituição do protagonista – que é tristonho e cismado – é comparada aos hábitos do mutum, o que se verifica no diálogo entre ele e Maria da Glória:

O mutum. De dia, ele fica atoleimado, escondido em oco de pau. [...] Canta, antes da meia-noite e do romper da aurora. [...] “- E como canta?” “No meio do mato, de madrugada, ele geme: - **Hu-hum... Uhu-hum...** Não se parece com nenhum.” “- Aqui não tem.” “- É um pássaro tristonho...” [...] Sabe, eu não disse a verdade, de propósito: por aqui também tem mutum. Mutum no mato, ronca cismado [...]. (ROSA, 1976, p. 87-88; grifos do autor)

---

<sup>5</sup> Chefe Zequiél corresponde a um tipo de personagem explorado pelo autor notadamente em *Primeiras histórias*, publicado em 1962, ao retratar, “[...] em alguns contos, a vivência de seres esquisitos, seja os reconhecidamente loucos, como as duas mulheres de ‘Soroco, sua mãe, sua filha’, o enigmático, como o pai de ‘A terceira margem do rio’, ou ainda aquele dotado de uma supra-sensibilidade, como a criança de ‘A menina de lá.’” (FARIA, 2008, p. 58)

Acredita-se que os conteúdos psíquicos que emergem do passado encontram na noite um campo fértil, já que ela constitui “[...] a fonte íntima da reminiscência. Porque Novalis percebeu bem, como os mais modernos psicanalistas, que a noite é o símbolo do inconsciente e permite as recordações perdidas ‘subir ao coração’, semelhantes às névoas da noite” (DURAND, 2001, p. 220). Ademais, a atração pela noite coaduna-se com a constituição lírica da personagem: “A treva, o luar [...] se fundem por inteiro com o Eu lírico, não se constituem em um mundo à parte, não se emanciparam da consciência que se manifesta. O universo se torna expressão de um estado interior.” (ROSENFELD, 1985, p. 23)

A insistência nos conteúdos oriundos do passado de Miguel provoca a suspensão das ações ligadas ao presente, relativas ao desfecho do romance entre ele e Maria da Glória. Sustentado em uma promessa feita – “Os olhos de Maria da Glória tinham respondido que ela o esperaria, ele prometera voltar, seu olhar dissera a Glorinha que ele voltava” (ROSA, 1976, p. 4) – o retorno é o que existe de mais real, “[...] o fato de Miguel estar se dirigindo para o Buriti Bom, numa segunda viagem. [...] Tudo o mais é um esforço de memória, um efeito de retardamento da ação de desenlace.” (SANTOS, 1978, p. 35)

Deve-se mencionar que a falta de objetividade do protagonista, inerente à atitude lírica, é característica dominante que, associada à alteração temporal veiculada pela analepse, ajuda a explicar um ponto-chave do enredo: no intervalo de tempo entre a primeira e a segunda viagem dele à fazenda, a ação continua a desenrolar-se para as demais personagens, modificando quem lhe é mais caro, Maria da Glória,<sup>6</sup> que se deixa levar pela força de Eros.

Quando impera o devaneio de Miguel, seus recortes na realidade ancoram-se a certos símbolos, que surgem diluídos na narrativa. Dessa forma, o espaço é apreendido como um centro e um mar.<sup>7</sup> A referência à imagem do mar no ambiente sertanejo de Minas Gerais pode sugerir distanciamento; entretanto, devido às peculiaridades de construção do protagonista, o mar assume o tópos da imensidão:

Poderíamos dizer que a imensidão é uma categoria filosófica do devaneio. Sem dúvida, o devaneio alimenta-se de espetáculos variados; mas por uma espécie de inclinação inerente, ele contempla a grandeza. E a contemplação da grandeza determina uma

---

<sup>6</sup> Em diálogo com Lala, a cunhada, Maria da Glória relata suas intimidades com um fazendeiro vizinho, frequentador do local: “Lala, o Gual se autorizou de mim. [...] Ele conseguiu tudo comigo...” (ROSA, 1976, p. 241). Para o leitor, revela-se, nesse momento, que Maria da Glória iniciou-se sexualmente com nhô Gualberto Gaspar, enquanto Miguel é mantido na ignorância desse fato.

<sup>7</sup> O mar também é mencionado em “Campo geral”, em uma pergunta que Miguilim faz à mãe, e que mostra o acento lírico da constituição da personagem: “– ‘Mãe, que é que é o mar, Mãe?’ Mar era longe, muito longe dali, espécie duma lagoa enorme, um mundo d’água sem fim. Mãe mesma nunca tinha avistado o mar, suspirava. – ‘Pois, Mãe, então mar é o que a gente tem saudade?’” (ROSA, 1977, p. 55)

Em *Grande sertão: veredas*, a imagem do mar também se faz presente. Segundo Arrigucci Jr. (1994, p. 24), a partir de Benjamin, a ideia de mar nessa narrativa tem relação ao épico. “O sertão é um espaço tão vago e indeterminado quanto o dos narradores épicos, mas é também o lugar de uma travessia individual, ou seja, da travessia de um romance de formação.” No caso de Riobaldo, caracteriza uma “[...] espécie de peregrinação errante num labirinto desencantado que é o mundo moderno, [...] da aventura esvaziada, do encanto desfeito.” (ARRIGUCCI JR., 1994, p. 28) Embora “Buriti” não se equipare a um romance de formação, pode se estabelecer um contraste entre as trajetórias de Miguel e Riobaldo: se para este a travessia está encerrada, Miguel está a caminho e a suspensão do fio da narrativa, que a imagem do mar propicia, assegura a manutenção do encanto.

atitude tão especial, um estado de alma tão particular que o devaneio coloca o sonhador fora do mundo próximo, diante de um mundo que traz o signo do infinito. [...] Por conseguinte, nessa meditação não somos “lançados no mundo”, já que de certa forma abrimos o mundo numa superação do mundo visto tal como ele é, como ele era antes que sonhássemos. (BACHELARD, 2003, p. 189-190)

Nos trechos que seguem, o espaço é apreendido como um mar e um centro: “O sertão é de noite. Com pouco, estava-se num centro, no meio de um mar todo” (ROSA, 1976, p. 84); “Eu queria que Glória me chamasse, me ensinasse lugares que fossem só dela – nós dois, sob sombra de uma antiga árvore, no centro de um bosque, rodeados de uma outra luz” (ROSA, 1976, p. 89); “Sendo o sertão assim – que não se podia conhecer, indo e vindo enorme, sem começo, feito um soturno mar, mas que punha à praia o condão de inesperadas coisas [...]” (ROSA, 1976, p. 196); “E os buritis<sup>8</sup> – mar, mar” (ROSA, 1976, p. 124); “Será que, amando, é que nós estamos movendo adiante, num mar?” (ROSA, 1976, p. 140)

Acredita-se que, na amplidão da noite sertaneja, até mesmo as experiências sonoras de Miguel e Chefe Zequiel associam-se a uma espécie de devaneio, pois são eles que, solitários, percebem os vários sons circundantes. Mesmo que tais sons reportem-se a uma determinada dimensão geográfica, “[...] essa dimensão é lida localmente, porque enraizada num valor onírico particular” (BACHELARD, 2003, p. 192). Ainda que nos referidos recortes sonoros prevaleçam impressões de medo e angústia, vale ressaltar, a partir das reflexões de Bachelard (2003, p. 205-207), que

[...] qualquer que seja a afetividade que matize um espaço, mesmo que seja triste ou pesada, assim que é expressa, poeticamente expressa, a tristeza se modera, o peso alivia. Por ser o espaço poético expresso, adquire valores de expansão. [...] Parece, então, que é por sua “imensidão” que os dois espaços – o espaço da intimidade e o espaço do mundo – tornam-se consoantes. Quando a grande solidão do homem se aprofunda, as duas imensidões se tocam, se confundem.

Dessa forma, Miguel, ao diluir-se no que sente,<sup>9</sup> encontra abrigo no escuro e transforma a escuridão da noite “[...] em centro de todo espaço” (BACHELARD, 2003, p. 207).

A constituição lírica da personagem alicerça-se em efeitos precisos no modo de configurar determinadas categorias narrativas: sob seu olhar, as noções de espaço e tempo adquirem maior imprecisão. Esse modo inexato de representar, essa “[...] indeterminação do meio” liga-se ao cerne da poesia, entendida por Todorov (1980, p. 98) como “[...] a expressão do vago, do inefável, do confuso”. A poesia, como

---

<sup>8</sup> Na qualidade de visitante da fazenda, Miguel conhece o buriti-grande, árvore cujo poder vital dissemina-se pelo espaço aberto da fazenda, tornando-o erotizado. Desse modo, a visão da árvore possibilita ao protagonista concretizar impressões sensoriais em relação à moça da casa: “Maria da Glória ela era cadeiruda e seiuda, com olhos brilhantes e pele boa e pernas grossas [...]. Maria da Glória tinha suor e cuspe, como a boca da gente se enche d’água e o corpo dele Miguel latejava [...]” (ROSA, 1976, p. 144). Entretanto, prevalecem as imagens femininas etéreas, idealizantes, que correspondem à atitude romântica de Miguel.

<sup>9</sup> Em ensaio intitulado “O narrador, o espelho e o centro em *Grande sertão: veredas*”, Suzi Frankl Sperber (1996, p. 50-51; grifo da autora) afirma que o centro “[...] é um espaço de reconciliação do homem consigo mesmo, quando este se faz **outro**. [...] O centro é o cerne do eu”. O fato de Miguel reconhecer-se nas trevas da noite confirma que, embora ele ansiasse por ser outro – assertivo, resoluto – a base lírica de sua constituição impele-o ao devaneio, o que concorre para inibir as ações e postergar a concretização de acontecimentos

resultante da contemplação – atitude que sobressai no protagonista – preconiza o aumento das forças interiores, a busca pela essência e significação do mundo, a identidade secreta das coisas, do microcosmo e do macrocosmo (TODOROV, 1980, p. 102).

A influência da vastidão – que a imagem do mar mencionada em “Buriti” pode representar – equipara-se à noção de infinito esboçada por Leopardi, principalmente nestes versos do célebre poema “O infinito”, na tradução de Henriqueta Lisboa (apud MARQUES; FARIAS, 2001, p. 208): “Sobreleva-me, então o eterno: evoco / as mortas estações e da presente / sinto a vida através de seus rumores. / Na imensidão mergulho o pensamento / e nestes mares naufragar me é doce.”

Podemos inferir, portanto, que a constituição de Miguel abriga uma das facetas da atitude romântica. Como afirma Nunes (1978, p. 51-52), “a categoria psicológica do Romantismo é o sentimento como objeto de ação interior do sujeito, que excede a condição de simples estado afetivo [...]; a sensibilidade romântica [...] contém o elemento reflexivo da ilimitação [...]”

A última analepse, que retoma o serão de despedida, localiza o protagonista imerso em sensações e devaneios:

Maria da Glória certamente o amava, aqueles belos braços, toda ela tão inesperada, haviam falado de menores assuntos, disto e daquilo, o monjolo socava arroz, com o rumorzinho galante, agora Maria da Glória não o poderia ter esquecido, e o amor era o milagre de uma coisa. Glória, Glorinha, podia dizer, pegar-lhe nas mãos, cheirar o cheiro de seus cabelos. A boca, os olhos. A espera, lua luar de mim, o assopro – as narinas quentes que respiravam. Os seios, as águas. Abraçados, haviam de ouvir o arriar do monjolo, enchô, noites demoradas. –“Você fala de coisas em que não está pensando...” “- Estou é pensando de outro modo em você, Maria da Glória...” As pessoas – baile de flores degoladas, que procuram suas hastes. Maria da Glória sorria tão sua, sabia que ele a amava. [...] O monjolo, a noite inteira, cumpria, confirmava. (ROSA, 1976, p. 250)

O devaneio de Miguel afirma-se pelas conjecturas traçadas – “Maria da Glória certamente o amava”; “Maria da Glória não o poderia ter esquecido”; “Abraçados, haviam de ouvir o arriar do monjolo”, tanto quanto pelas considerações lírico-poéticas, pautadas na emoção: “o amor era o milagre de uma coisa”, “As pessoas – baile de flores degoladas, que procuram suas hastes”. Maria da Glória é referida por um processo metonímico que, incrementado por impressões sensoriais, também exemplifica o devaneio: “aqueles belos braços”, “pegar-lhe nas mãos”, “cheirar o cheiro de seus cabelos”, “A boca”, “Os olhos”, “as narinas quentes que respiravam”. Registra-se, ainda, a empatia com o espaço noturno – “lua luar de mim” –, que confirma o caráter onírico da constituição do protagonista, identificado pelo pronome oblíquo, o que a expressão “as águas” reforça.

A referência ao monjolo, no fecho da analepse, não é casual: o objeto, cuja batida é retomada em diversos momentos da narrativa, relaciona-se ao modo de ser de Miguel, como neste outro trecho: “O barulhinho do monjolo cumpre um prazo regulado. Ele tem surdina e rotina.” (ROSA, 1976, p. 139):

O vocábulo “surdina”, ao qualificar o monjolo, presentifica uma qualidade inerente a Miguel, a de se postar nas adjacências dos acontecimentos, sem posicionar-se

assertivamente como personagem de ação, cuja explosão da interioridade “[...] domina a força de exposição do mundo”. (SANTOS, 1978, p. 68).

Justamente na primeira menção ao som do monjolo é que se revela a voz do protagonista, como mostramos. Assim, pode-se associar o ritmo com que o monjolo trabalha ao modo como ele inscreve-se no discurso, considerando que, à medida que se aproxima da fazenda, há um incremento dos sons, privilegiando-se sua ligação com os rumores vindos da escuridão. Conforme Rosenfeld (1985, p. 24), na lírica o sujeito é uma alma cantante. Como quer que seja o canto, ele se associa a determinado ritmo, obedecendo a uma regularidade sonora que, ao se imprimir no discurso, caracteriza o mundo completamente subjetivado, surgindo como conteúdo de uma consciência lírica. (ROSENFELD, 1985, p. 27)

Ao se associar à música, a lírica pressupõe um ritmo e, nesse sentido, vale atentar para a afirmação de Frye (1973, p. 266), de que o ritmo oracular é o primeiro passo predominante da lírica, entendendo-se o termo “oracular” como oriundo de um “[...] ritmo associativo, a maior parte do qual abaixo do limiar da consciência, um caos de paranomásia, ligações de som, ligações de sentido ambíguo, e ligações de memória [...]. Surge disso a união caracteristicamente lírica de som e sentido.”

Contidos na primeira analepse de “Buriti” estão muitos dos elementos listados por Frye, pois, como verificamos, o fato de Miguel retroceder a mais de uma ordem temporal (infância-passado remoto, vida adulta-passado recente) implica a exposição de conteúdos emocionais intensos, que, quase sempre se distanciam da lógica, mantendo, por isso, um ritmo “meditativo, irregular, imprezível e essencialmente descontínuo a emergir das coincidências do esquema sonoro [...]” (FRYE, 1973, p. 267)

Assim, as analepses que regem a volta de Miguel ao Buriti Bom também importam ao gênero lírico, na medida em que nelas cristalizam-se “momentos eternos”; nesses recuos temporais, o passado não está longe, nem terminou: “Não delineado nitidamente e nem compreendido em sua totalidade, movimenta-se ainda e comove [...]” (STAIGER, 1977, p. 54), condição que inibe o desenrolar das ações.

Com a manutenção da subjetividade, “Miguel instaura, desde logo, um caráter na forma do “Buriti”, através da necessidade que sente de recordar” (SANTOS, 1978, p. 207). Neste caso, aquele que se recorda adquire um *status* diferenciado, como postula Staiger (1997, p. 55-59):

O passado como objeto de narração pertence à memória. O passado como tema do lírico é um tesouro de recordação. [...] O poeta lírico nem torna presentes algo passado, nem também o que acontece agora. Ambos estão igualmente próximos dele; mas próximos que qualquer presente. “Recordar” deve ser o termo para a falta de distância entre sujeito e objeto, para o um-no-outro lírico. Fatos presentes, passados e até futuros podem ser recordados na criação lírica.

Na primeira chegada ao lugar, Miguel viera vacinar o gado;<sup>10</sup> na segunda, ele retorna para outro fim: “[...] quero pedir a mão dela a Iô Liodoro!” (ROSA, 1976, p. 248), sendo que o modo indicativo parece confirmar a assertividade da personagem. No entanto, as sutis referências ao “Cântico dos cânticos”<sup>11</sup> diluídas em meio à narrativa, confirmam a prevalência da atmosfera onírica em sua trajetória amorosa. Observa-se, nos exemplos, que Maria da Glória é vista como pomba e como sol; Miguel almeja estar com ela num jardim, da banda do oriente. Ademais, ele é tomado como príncipe: “De rija e brincalhã, que antes, impetuosa, quase um rapaz, agora enlanguescia nostálgica, uma pomba, e o arrulho.” (ROSA, 1976, p. 153); “Maria da Glória era a bela, [...] ela ria claro e sacudia a cabeça, esparramando os cabelos dados, em quantidade de sol.” (ROSA, 1976, p. 110); “Aí bem que o sonho era a princípio um jardim de grandes árvores, de bela vista, da banda do nascente, um lugar de agrado.” (ROSA, 1976, p. 99); “Era uma menina, e a beleza. Não dissesse mais. Um moço, o amor, um príncipe, viria buscá-la, estava a caminho.” (ROSA, 1976, p. 237)

A observação de que Miguel “estava a caminho” contribui para a manutenção da dúvida e do mistério que cercam sua segunda chegada, mistério radicado nas fontes da poesia, alimentada pelo incessante “voltar-se para dentro” da personagem. Dessa forma, o mundo, percebido pela intuição, moldado pelo desejo, captado em ritmos e sons regulares, plasma-se pela fluidez, tal como deve ser a expressão lírica, como assevera Rosenfeld (1985, p. 23), “quanto mais os traços líricos se salientarem, tanto menos se constituirá um mundo objetivo, independente das intensas emoções da subjetividade que se exprime.”

Sob seu patrocínio, ganham colorido os expedientes oriundos da memória, que também se nutrem nas fontes da poesia, como “[...] a linguagem da infância recalçada, a metáfora do desejo, o texto do Inconsciente, a grafia do sonho [...]” (BOSI, 2000, p. 174). Desse modo, explica-se porque o encontro amoroso entre ele e seu par permanece nas raias da virtualidade, sem conhecer um desfecho: Miguel alimenta-se do devaneio e por ele é alimentado, não finca raízes na vida ativa. Nesse sentido, vale ainda ressaltar a singularidade do modo de composição dessa personagem em relação às demais, que passam por mudanças importantes no período de tempo entre suas duas chegadas: não só Maria da Glória, como vimos, vivencia transformação relevante: morre Maria Behu, a outra filha da casa; Lala, a cunhada, oferece-se ao sogro, iô Liodoro; Dona-Dona, mulher de nhô Gualberto Gaspar, tem acesso de loucura; Chefe Zequiel adquire tranquilidade, o que parece estender-se à fazenda: “E o Buriti Bom enviava uma saude, desistia do mistério.” (ROSA, 1976, p. 250)

Na parte final da narrativa, sugere-se que o espaço transformado do Buriti Bom impulse o protagonista, direcionando-o para o futuro, o que este exemplo indica: “Miguel desceu do pensamento. A vida não tem passado. Toda hora o barro se refaz. Deus ensina.” (ROSA, 1976, p. 251). Nesse caso, como as referidas personagens, ele estaria potencialmente apto a sofrer a metamorfose erótica trazida pelo tempo, casando-se com Maria da Glória. Entretanto, como mencionamos, na sua construção prevalece o

---

<sup>10</sup> Para Santos (1978, p. 58), o ato de vacinar o gado, “[...] única ação efetiva sobre o mundo exterior que realiza, com plenitude [...]”, tem uma função indicial, porque é o momento em que o discurso se organiza e diz quem é Miguel.

<sup>11</sup> Na tradução de Haroldo de Campos (2004, p. 113-138), os trechos do “Cântico dos cânticos” que permitem o cotejo são: “Já se ouve em nosso país § o arrollo da pomba-rola / [...] Jardim fechado § minha irmã-esposa §§ Laguna reclusa § fonte selada / [...] Quem é esta que assoma com o rosto da aurora §§§ Bela como a lua § deslumbra como o sol §§ / [...] Não sei como §§ minh’alma arrebatou-me §§ sobre os carros de um príncipe entre o povo”

modo de ser lírico, que é comprovado mediante o gosto de recordar – o que a amplitude temporal das analepses atesta -; pela sensibilidade auditiva, que o aproxima dos sons da natureza; pela solitária introspecção, que o faz sentir-se um estranho perante os outros do Buriti Bom; pela adesão à noite e a seus mistérios; pela prevalência dos símbolos do mutum – o pássaro tristonho que possivelmente figurativiza-o -, do mar e do centro, vinculados ao devaneio.

Ao centralizarmos nossa leitura de “Buriti” na figura de Miguel, vale saber que, para a economia da obra, não importa que as ações ligadas a ele quase não se notem: às voltas com o tema do amor, “[...] o mais inesgotável da poesia lírica” (STAIGER, 1997, p. 65), o protagonista imprime um tom, recorta um lugar e um tempo amalgamados no sonho, e se deixa levar, intensamente, pela sensação flutuante da espera.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRIGUCCI JR., Davi. O mundo misturado – romance e experiência em Guimarães Rosa. *Novos Estudos* CEBRAP, São Paulo, n. 40, p. 7-29, nov. 1994.

BACHELARD, Gaston. *A poética do espaço*. São Paulo: Martins Fontes, 2003. 242 p.

BOSI, Alfredo. *O ser e o tempo da poesia*. 6. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 275 p.

CAMPOS, Haroldo de. *Éden – um tríptico bíblico*. São Paulo: Perspectiva, 2004. 180 p.

COUTINHO, Eduardo Frederico. Guimarães Rosa e o processo de revitalização da linguagem. In: \_\_\_\_\_. (Org.) *Guimarães Rosa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/INL, 1991. p. 170-178

DURAND, Gilbert. *As estruturas antropológicas do imaginário*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001. 551 p.

FARIA, Elisabete Brockelmann de. *Imaginação, devaneio e poeticidade em narrativas de Corpo de baile*. 2008. 213 f. Tese. (Doutorado em Letras: Área de concentração: Estudos Literários) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2008.

FRYE, Northrop. *Anatomia da crítica*. São Paulo: Cultrix, 1973. 362 p.

GENETTE, Gérard. *Discurso da narrativa*. Lisboa: Vega, [19--]. 276 p.

JAKOBSON, Roman. Linguística e poética. In: \_\_\_\_\_. *Linguística e comunicação*. 8. ed. São Paulo: Cultrix, 1975. p. 118-162. 162 p.

MARQUES, Reinaldo; FARIAS, Maria Eneida Victor. (Orgs.) *Henriqueta Lisboa: poesia traduzida*. Belo Horizonte: UFMG, 2001. 457 p.

NUNES, Benedito. A visão romântica. In: GUINSBURG, Jacó (Org.). *O Romantismo*. São Paulo: Perspectiva, 1978. p. 51-74.

ROSA, João Guimarães. Buriti. In: \_\_\_\_\_. *Noites do sertão*. 5. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1976. p. 83-251. 251 p.

\_\_\_\_\_. Campo geral. In: \_\_\_\_\_. *Manuelzão e Miguilim*. 8. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1977. p. 5-103. 193 p.

ROSENFELD, Anatol. A teoria dos gêneros. In: \_\_\_\_\_. *O teatro épico*. São Paulo: Perspectiva, 1985. p. 13-27. 176 p.

SANTOS, Wendel. *A construção do romance em Guimarães Rosa*. São Paulo: Ática, 1978. 231 p.

SPERBER, Susi Frankl. O narrador, o espelho e o centro em Grande sertão: veredas. *Gláuks* – Revista de Letras e Artes, Viçosa, v. 1, ano 1, p. 46-63, jul./dez. 1996.

STAIGER, Emil. *Conceitos fundamentais da poética*. Rio de Janeiro: Templo Universitário, 1977. 199 p.

TODOROV, Tzvetan. Em torno da poesia. In: \_\_\_\_\_. *Os gêneros do discurso*. São Paulo: Martins Fontes, 1980. p. 95-125. 305 p.



# O sertão literário na contemporaneidade: Guimarães Rosa e Ronaldo Correia de Brito

(The literary “sertão” in the contemporaneousness: Guimarães Rosa and Ronaldo Correia de Brito)

Maria Célia Leonel<sup>1</sup>, José Antonio Segatto<sup>2</sup>

<sup>1,2</sup> Faculdade de Ciências e Letras – Universidade Estadual Paulista (UNESP)

mcleonel@fclar.unesp.br, segatto@fclar.unesp.br

**Abstract.** The text analyses the way in which regionalism, centered in the representation of social and human relations and related to universalism, has been applied to Guimarães Rosa and the way in which it appears nowadays in the work of Ronaldo Correia de Brito. This aim is pursued by means of reflections on the survival of the expression regionalism, its application to the work of Guimarães Rosa – especially in one composition of *Tutameia* – and its contemporary reappearance in a short story by Correia de Brito.

**Keywords.** Regionalism; universalism; social relations; Guimarães Rosa; Ronaldo Correia de Brito.

**Resumo.** O texto tem por objetivo analisar como o regionalismo, centrado na representação de relações sociais e humanas e relacionado ao universalismo, tem sido aplicado a Guimarães Rosa e como se mantém atualmente num escritor como Ronaldo Correia de Brito. Para tanto, apresenta reflexões sobre a sobrevivência do termo regionalismo, sua aplicação à obra rosiana – especialmente em uma composição de *Tutameia* – e sua reposição na atualidade em um conto de Correia de Brito.

**Palavras-chave.** Regionalismo; universalismo; relações sociais; Guimarães Rosa; Ronaldo Correia de Brito.

Numa perspectiva comparatista, tomamos como *corpus* deste estudo narrativas de Guimarães Rosa e de Ronaldo Correia de Brito (escritor nordestino contemporâneo), ambos considerados por alguns críticos como escritores regionalistas. O objetivo principal do trabalho é, por meio do exame de textos dos dois autores — em especial de contos de *Tutameia*, de Guimarães Rosa (1969), e de *Livro dos homens*, de Ronaldo Correia de Brito (2005) —, levantar e analisar pontos de convergência ou de afastamento ou de contraste entre eles, e verificar o que resiste em suas composições no campo da produção literária regionalista. A comparação dar-se-á, principalmente, em relação a categorias narrativas como personagens e espaço que costumam ser associadas ao regionalismo por historiadores e críticos da literatura brasileira.

No que diz respeito a Guimarães Rosa, embora a fortuna crítica de sua obra seja muito vasta, os contos de *Tutameia* ainda não foram suficientemente avaliados. A produção de Ronaldo Correia de Brito conta com pequeno número de estudos críticos, o que se justifica pelo fato de ele ter começado a publicar livros em 1997.

A noção de regionalismo, introduzida no século XIX para caracterizar a literatura produzida fora do Rio de Janeiro, nas províncias — e tendo por objeto a representação de locais remotos interioranos, especialmente de áreas rurais, sobretudo o sertão, e seus respectivos tipos, relações sociais e humanas, paisagens, linguagens, identidades, imaginário — sobreviveu ao tempo. Conceito abrangente, passou a englobar autores e obras os mais diversos, de diferentes regiões e períodos históricos, o

que levou ao nivelamento de composições de valor estético-literário díspar. Baseando-se num critério genérico e tradicional de regionalismo, alguns críticos colocaram num mesmo patamar estético-literário autores que vão de Franklin Távora a José Lins do Rego, de Simões Lopes Neto a Graciliano Ramos, de Afonso Arinos a João Guimarães Rosa.

A produção de Guimarães Rosa foi rotulada de regionalista desde os primórdios da recepção de *Sagarana*. Antonio Candido (1987, p. 160), entre outros estudiosos da obra rosiana, tratou de diferenciá-la, lançando mão da noção de superregionalismo, e Alfredo Bosi (1995, p. 392), da ideia de romance de tensão transfigurada. Nessa qualificação, todavia, Antonio Candido não se afasta do conceito de regionalismo e Alfredo Bosi, no mesmo estudo, na leitura que faz da obra do escritor mineiro, ressalta as características regionalistas.

A literatura denominada regionalista ocupou-se em descrever, principalmente, o mundo sertanejo, documentando e buscando representar “tipos humanos, paisagens e costumes considerados tipicamente brasileiros” (CANDIDO, 2002, p. 87).

A literatura regionalista germina no Romantismo envolvendo autores, obras e regiões bem diversificadas: Bernardo Guimarães, Alfredo d’Escagnolle Taunay, José de Alencar, Franklin Távora, Caldre e Fião, sendo que “Os tipos humanos das diferentes regiões e províncias, a cor local, a notação pitoresca concentram a prosa desses autores” (GALVÃO, 2000, p. 48). Entre 1890 e 1920, aproximadamente, floresce a vertente denominada de sertanista (classificação de difícil distinção em relação ao regionalismo), que enfeixa também autores e obras díspares, qualitativamente muito desiguais -como as de Afonso Arinos, Simões Lopes Neto, Valdomiro Silveira, Coelho Neto, Monteiro Lobato -, mas que têm em comum a idealização do sertão ou a sua negação e, em alguns deles, há a representação caricatural de tipos humanos e a descrição coisificada das relações sociais.

Outro surto regionalista apontado pela crítica é a produção romanesca dos anos 30, principalmente no nordeste, com as obras de José Américo de Almeida, Raquel de Queiroz, José Lins do Rego, Graciliano Ramos, Jorge Amado. Manifestar-se-ia também na ficção de Érico Veríssimo no sul e teria chegado ao auge com Guimarães Rosa nos anos 40 e 50. O regionalismo de 30 tem como elemento diferenciador, para muitos, o fato de expor a miséria humana da população sertaneja e as mazelas das relações sociais e de poder.

Como explicar o surgimento e a sobrevivência histórica dessas manifestações? Uma hipótese plausível é a de um estado nacional inconcluso, cuja unidade territorial e política foi imposta de cima, arbitrariamente, pela coação e com alta centralização no centro-sul. Com poucos elementos identitários, temos a existência de regiões com realidades sócio-econômicas e culturais muito diferenciadas – um desenvolvimento desigual e combinado, chegando mesmo, em muitos casos, a níveis extremos de diversidade entre Províncias (Império) e depois entre Estados (República), dando origem a “vários brasis”.

Antonio Candido (1987, p. 202), ao mencionar esse fenômeno refere-se a “literaturas nacionais atrofiadas”. Outros, como Afrânio Coutinho (1955, p. 149), explicam o regionalismo como “[...] um conjunto de retalhos que arma o todo nacional [...]”, isto é, um conjunto de obras que, justapostas, formariam uma espécie de “mosaico literário”, representando as especificidades locais -a unidade na diversidade.

Ligia Chiappini M. Leite (1994, p. 672) analisa o fenômeno do regionalismo como “movimento compensatório em relação ao novo”. Teria, nesse sentido, um caráter “regressivo” ao procurar, documentariamente, através da literatura, resíduos de um passado que vinha sendo progressivamente destruído ou transformado pelo desenvolvimento capitalista. A mercantilização de todas as relações sociais, o desencantamento e a racionalização, a implantação de novas formas de sociabilidade e a dominação política condenavam aquele mundo à extinção.

Se, por um lado, a literatura regionalista é de fato um fenômeno histórico-cultural concreto, por outro, é também reconhecidamente uma construção de cunho programático e ideológico, perpassada por concepções as mais diversas, como, entre outras, o localismo, o nacionalismo, o provincianismo e o cosmopolitismo. O problema foi a homogeneização de obras e autores com valores e qualidades estético-literárias muito distintas, por parte de muitos analistas. Além disso, uma questão permanece: toda obra literária produzida fora do Rio de Janeiro no século XIX ou do eixo Rio-São Paulo no século XX e tendo como objeto narrativo o mundo rural deve ser caracterizada como regionalista? Essa questão - que vem sendo discutida por alguns críticos, pois a dificuldade para se considerar o que seja literatura regional continua sendo grande ainda demanda reflexão.

Retomemos duas avaliações de críticos já mencionados para darem conta desse tipo de literatura. Antonio Candido (1987, p. 161) -em conhecido texto de 1970, publicado em *A educação pela noite e outros ensaios*, sobre a produção literária na América Latina, retomando o regionalismo -afirma que, no Brasil, esse domínio da criação literária, tendo principiado com o Romantismo, inicialmente, “[...] nunca produziu obras consideradas de primeiro plano, mesmo pelos contemporâneos, tendo sido tendência secundária quando não francamente sublitéria [...]”. Só por volta de 1930 tais tendências regionalistas “[...] já sublimadas e como transfiguradas pelo realismo social, atingiram o nível das obras significativas [...]” (p. 161), conformando a segunda fase do regionalismo. A terceira fase seria chamada de “superregionalista” (p. 161) e é marcada pela “explosão do tipo de naturalismo” que aqui triunfava. Nessa fase, encaixa-se a obra “revolucionária de Guimarães Rosa”. Decompondo-se o termo superregionalista -que Antonio Candido afirma ter usado pensando em surrealismo ou superrealismo -, de um lado, sobressai o vínculo com o regionalismo; de outro, a noção de superioridade que pode indicar a superação do regional, em obras marcadas “[...] pelo refinamento técnico, graças ao qual as regiões se transfiguram e os seus contornos humanos se subvertem, levando os traços antes pitorescos a se descarnarem e adquirirem universalidade”. (p. 161)

Alfredo Bosi (1995, p. 390), na conhecida hipótese de trabalho sobre a ficção que vai de 1930 ao ano em que escreve, ou seja, 1970 – por coincidência no mesmo momento em que Antonio Candido fala de superregionalismo – praticamente descarta a classificação de determinadas obras como regionalistas. A precariedade da divisão do romance em social-regional e psicológico-urbano, que não dá conta de “obras-primas como *São Bernardo* e *Fogo morto*”, enseja-lhe a sugestão de uma classificação baseada em *Pour une sociologie du roman* de Lucien Goldmann, por sua vez apoiada em Georgy Lukács e René Girard. Tomando como princípio “a figura do ‘herói problemático’ em tensão com as estruturas ‘degradadas’ vigentes” (p. 391), o estudioso propõe a distribuição do romance brasileiro em quatro tendências: os de tensão mínima, os de tensão crítica, os de tensão interiorizada e os de tensão transfigurada. É nessa quarta categoria, em que “O herói procura ultrapassar o conflito que o constitui existencialmente pela transmutação mítica ou metafísica da realidade.” (p. 392), que se

incluem as obras de Guimarães Rosa. Na verdade, como se pode notar, a noção que preside essa classificação não se afasta da ideia que sugeriu a Antonio Candido o termo superregionalismo.

De todo modo, o viés regionalista e mesmo sertanista, sem sombra de dúvida, liga os dois autores – Guimarães Rosa e Ronaldo Correia de Brito, embora seis décadas afastem o primeiro livro do escritor mineiro publicado da estréia em livro do cearense. Ainda que Guimarães Rosa tenha ficado conhecido como escritor do sertão, nem todas as suas histórias são nele ambientadas, como é o caso de contos de *Tutameia*, em que algumas narrativas têm como cenário pequenas cidades, e de *Primeiras estórias*, em que o cenário é a nova capital federal em construção. Isso ocorre também com Ronaldo Correia de Brito.

Em Guimarães Rosa, desde *Sagarana*, a zona rural mineira está presente indubitavelmente como evidenciam Antonio Candido (1983) e Álvaro Lins (1983), mas com uma direção transcendente. Ainda que as histórias acabem com final positivo, é clara, na obra rosiana inaugural, a presença de desmandos de todos os tipos e da violência como resultado da ausência do Estado nos lugares mais distantes dos grandes centros.

Interessa-nos, em *Tutameia* (1969) – em que parte da crítica viu sobretudo ou quase somente excessos formalistas, maneirismos mesmo e a forte presença da metalinguagem –, a possível reprodução de elementos regionais que, de alguma forma, já estavam na coletânea de estreia, tendo sido repostos em *Grande sertão: veredas*, *Corpo de baile* e *Primeiras estórias*, sem que seja descartada a visada universal tanto em *Tutameia* quanto nas demais obras citadas. No que se refere aos aspectos regionais – e também universais – nessa coletânea salta à vista a violência em vários contos juntamente com determinadas condições como a inexistência de autoridade representada pelo Estado.

A violência explícita, nesse livro, faz parte do núcleo da ação em, pelo menos, dez histórias, número de certo modo significativo em 40 narrativas, e ainda sobressai a quantidade considerável de assassinatos. Chamam a atenção aqueles contos em que pela ausência da coerção policial, da justiça e da sociedade civil um valentão domina o espaço da comunidade. O valentão pode não ser o sujeito das mortes relatadas – em geral ocorre o contrário, pois na obra rosiana é comum surgir o inesperado muitas vezes aliado ao tom de comicidade – mas essas mortes resultam do perigo e da ameaça que ele representa.

Tais peças revelam, a um tempo, a manifestação do mal, humanamente inalienável, e, portanto, universal e as causas políticas e sociais que permitem que a violência ocorra de forma descontrolada, impedindo o exercício dos mínimos direitos da cidadania nos arraiais. Em “Droenha”, por exemplo, o protagonista Jenzirico, para defender-se, mata Zevasco, o “tranca-ruas”, foge para muito longe, topando com todo tipo de dificuldade e infortúnio até ver-se completamente nu. Como essa composição, há a “Estória n. 3”, em que Joãoquerque mata Ipanemão, o valentão do lugar, passando antes por grandes sofrimentos por ser medroso. No entanto, como é habitual ocorrer na narrativa rosiana, há engano nos dois casos: Zevasco, o valentão de “Droenha”, não havia morrido e Ipanemão não ameaçava a honra da noiva de Joãoquerque.

Outros momentos em que o assassinio sobressai estão em “Intruge-se”, em que Ladislau, chefe dos vaqueiros, mata quem havia assassinado um dos seus comandados. É a forma de justiça costumeira ou da tradição na falta de outra institucionalizada ou codificada. Em “Quadrinho de estória”, temos o preso que matou a mulher; “Estoriinha”

narra a morte do marido pela mulher e, em “Como ataca a sucuri”, o assassinato de Drepes só não acontece por sua astúcia e coragem.

Nas demais narrativas, há diferentes maneiras de a violência surgir como em “Arroio-das-Antas”, “Sinhá secada”, algumas vezes com soluções positivas e mesmo mágicas no final como em “Arroio-das-Antas”.

Em *Livro dos homens*, de Ronaldo Correia de Brito, o mesmo tema pode ser levantado em várias histórias. Por exemplo, no conto em que vamos nos deter, “O que veio de longe”, em que, ao que tudo indica, ocorrem nada menos que três assassinatos.

Todavia, o que aproxima nesse aspecto tais escritores – Guimarães Rosa e Ronaldo Correia de Brito – não é apenas violência em si, mas a causa que permite sua disseminação: ausência de representantes das instituições do Estado, como policiais, delegado, juiz, promotor público e mesmo de autoridade religiosa. Essa é uma das tônicas da produção rosiana que se alia a outras dimensões como a metafísica e a presença do mito.

No conto “Livro dos homens” – da coletânea de mesmo título de Ronaldo Correia de Brito – a personagem Oliveira conduz a boiada da família e mais cinco rebanhos de fazendas vizinhas de Inhamuns para Aracati com o primo Antônio Samuel. Júlio Targino oferece o valor mais alto, mas para pagar só depois de três meses. Por sugestão de Targino, os primos ficam em Aracati aguardando o pagamento.

Oliveira vai a uma festa, embriaga-se, é acusado de roubo de um cofre com joias e moedas de ouro que foi encontrado em seu alforje. É preso, sem ser culpado do roubo, pois “Nenhuma lei existia em Aracati”. Para tirar Oliveira da prisão, Targino propõe usar uma parte do “[...] dinheiro [que ele, Targino, lhe devia] para subornos. O juiz da cidade se afastara para a capital e a chegada de outro demorava alguns meses” (BRITO, 2005, p. 171).

A família de Oliveira e os fazendeiros vizinhos, avisados da ocorrência, dão o dinheiro por perdido, mas

A justiça, sim, precisava de ser feita, pelo único modo que conheciam. A justiça de Deus tarda, mas não falha. A dos homens tarda e falha. Com firmeza e coragem, ela podia ser apressada. O nome de Oliveira estava registrado no Livro dos Homens, na paróquia onde foi batizado. Honrassse o livro ou nunca mais voltasse para casa. (BRITO, 2005, p. 171-172)

Usando todo o dinheiro da compra do gado – ou fazendo crer nisso – Targino livra Oliveira da prisão. Este, por sua vez, prepara-se para matar o algoz, como queria sua gente: “No abraço, quando o [Targino] puxasse para junto do seu corpo, sacaria o punhal e atravessaria o seu peito, tantas vezes quantas fossem necessárias para cumprir o que estava escrito” (BRITO, 2005, p. 173).

Já a revolta das mulheres contra a opressão masculina é narrada em “Eufrásia Meneses” que se prepara para matar o marido com uma faca. Em “Brincar com veneno”, marido e mulher digladiam-se e ela se vinga ordenando que deixassem o cavalo do marido -que o havia derrubado, resultando da queda a impotência sexual dele -morrer de fome. Ao mesmo tempo, ela cria cobras venenosas no viveiro que mandara construir “num oitão lateral da casa” (p. 50).

Como já mencionamos características fundamentais da linguagem de Guimarães Rosa, apoiados em Antonio Candido e Alfredo Bosi, levantamos alguns pontos relativos à de Ronaldo Correia de Brito que, num certo sentido, quase chega a ser o oposto daquela do escritor mineiro e é mais próxima da escrita de Graciliano Ramos. A sintaxe do escritor cearense não traz os nós, entrenós, inversões, suspensões de Guimarães Rosa; pelo contrário, manifesta-se de acordo com as regras gramaticais. Tal recurso, aliado à brevidade das frases, muitas lapidares, e à ausência de termos que causem estranheza, cria uma linguagem sintética, direta e incisiva, com efeito, por vezes, de corte de lâmina. O andamento prosaico, a objetividade da linguagem – que lembra alguns de nossos escritores contemporâneos como Modesto Carone (1998) de *Resumo de Ana* – enformam contundentes narrativas realistas. Ronaldo Correia de Brito não constrói “objeto de linguagem” como faz Guimarães Rosa de acordo com Alfredo Bosi.

Para evidenciar a proximidade entre os dois escritores no que diz respeito aos traços regionalistas – sem, de modo algum, supor que tenham a mesma qualidade estética – tomamos um conto de cada um: “Barra da vaca” de *Tutameia* e “O que veio de longe” de *Livro dos homens* de Ronaldo Correia de Brito.

A narrativa rosiana “Barra da Vaca”, de três páginas e meia, é caracterizada, como de resto todas as demais da coletânea de que faz parte, pela síntese própria da poesia, pela plurissignificação das palavras e dos grupos de palavras, pelos rodeios sintáticos, pelas frases curtas em geral precisas e poéticas. Temos, no conto em pauta, por exemplo, a frase “Doeu e dormiu.” (ROSA, 1969, p. 28) A brevidade e a conotação lapidar já salientadas de Ronaldo Correia de Brito é o que mais se parece com os traços estilísticos de Guimarães Rosa em *Tutameia*.

À Barra da Vaca, “um porto de canoas” “sobre o [rio] Urucuia”, chega um “capiáu de muito longínquo” de nome Jeremoavo cujos “[...] bigodes ou a rustiquez – roupa parda, botinões de couro de anta, chapéu toda a aba – causavam riso e susto.” (ROSA, 1969, p. 27) Ele é atendido na solicitação de pouso e comida, mas adoece e delira, febril.

Os do lugar tratam-no bem, o forasteiro melhora, tudo corria favoravelmente ao estranho, até que alguém diz que ele era um “brabo jagunço” (ROSA, 1969, p. 28). No arraial, continuam a obsequiá-lo e acabam por fazer uma festa com “assaz cachaças”; ele embebeda-se – ou embebedam-no -e transportam-no para o outro lado do rio com cavalo, “dobros e saco, até garrafa de cerveja”. Os moradores do lugar armam-se e vigiam por três dias, para o caso de ele tentar voltar. Lucidamente, Jeremoavo percebe o que acontecera, vê que está mais só, já que tinha tido que abandonar a família traiçoeira e talvez pensara ter encontrado um lugar amistoso para viver.

Em “O que veio de longe”, Ronaldo Correia de Brito narra a história acontecida em Monte Alverne, à beira do rio Jaguaribe, cujos habitantes – “pastores, vaqueiros, pequenos donos de terra” (BRITO, 2005, p. 9), analfabetos – são classificados como “exilados”. Um cadáver chega ao vilarejo pelo rio. A qualidade das vestes e um anel chamam a atenção dos moradores, da mesma forma que a maneira de ser e as roupas de Jeremoavo, protagonista da composição rosiana, assombraram os moradores de Barra da Vaca, embora não pela riqueza, mas pela rusticidade. De todo modo, isso evidencia o estranhamento causado pelo que vem de fora.

Voltando ao conto de Ronaldo Correia de Brito, os habitantes de Monte Alverne acabam por transformar o morto em santo, acreditando em curas milagrosas por ele patrocinadas. Chega ao lugar um forasteiro, Pedro Miranda, que ouve as histórias

fantasiosas criadas pelos moradores sobre o homem que ali aportara morto e, ao se dar conta de minúcias como o desenho do anel, revela que o cadáver era de um assassino. Ele mesmo, Pedro Miranda, e seu irmão emboscaram-no e mataram-no, porque ele havia matado a irmã deles, dizendo que ela o traía, quando, na verdade, “estava apaixonado por outra” (p. 14).

Os sertanejos de Monte Alverne não hesitam: no dia seguinte, o rio Jaguaribe “[...] botou enchente [...] Águas barrentas e profundas. Na medida certa para arrastarem outro corpo” (p. 14). Pedro Miranda morreu por ter ameaçado o mito que se criara em torno do cadáver.

No que diz respeito à presença do regionalismo e do sertanismo, em ambos os contos, há “tipos locais”, os crédulos sertanejos de Barra da Vaca e de Monte Alverne, que habitam espaços longínquos. A paisagem dos dois lugares é dominada por rios – o Urucuia e o Jaguaribe – a separarem esses vilarejos de cidades e de outros arraiais, constituindo elemento fundamental para que se caracterize o isolamento dos habitantes. Uma das consequências do isolamento – entre muitas de ordem social, econômica, política, cultural – é o tipo de imaginário construído em que sobressaem histórias e lendas a propósito de coisas e gentes desconhecidas.

No caso de Guimarães Rosa, o imaginário sertanejo faz acreditar que o protagonista é um jagunço muito perigoso. No que respeita a Ronaldo Correia de Brito, cria-se a lenda –acontecimento real para os habitantes do lugar – de que o cadáver era de um santo, influenciando nessa imagem características do catolicismo popular com viés messiânico configurado na sobrevivência do sebastianismo no sertão. Não à toa, os moradores de Monte Alverne dão ao homem morto o nome de Sebastião. Os milagres a ele imputados devem-se à falta total de assistência médica, motivo pelo qual a cura de picada de cobra venenosa ou de crupe dependem de ocorrências sobrenaturais e mágicas.

Trata-se, portanto, de terreno fértil para a construção da crença na santidade do homem que foi assassinado e jogado no rio Jaguaribe. Disso resulta o encantamento relativo ao “que veio de longe”, tornado não apenas santo, mas também herói. De tal crença não se podia duvidar e a verdade sobre o morto não devia ser revelada. O assassinato de Pedro Miranda era a única maneira que conheciam aqueles sertanejos para afastar o que veio para derrubar a lenda que os motivava e engrandecia. O isolamento, como dito, conduz à credence e esta à violência, o mesmo acontecendo na história rosiana “Barra da Vaca”.

Ainda quanto ao conto “O que veio de longe”, vale lembrar que dois outros assassinatos são mencionados: o da mulher de Domísio Justino (cujo cadáver chegou a Monte Alverne pelo Jaguaribe) e o dele mesmo, pelos cunhados, após ter caluniado e matado a mulher. A vingança pessoal e familiar resulta da necessidade social, como se observa em outras narrativas de Ronaldo Correia de Brito em *Livro dos homens* e, com frequência, em *Tutameia* e em outros livros rosianos. Cada um faz justiça com as próprias mãos como Pedro Miranda e o irmão e como os habitantes de Monte Alverne estão prontos a fazer.

Em “Barra da Vaca”, o isolamento do arraial leva os habitantes a crerem, inicialmente, que o protagonista é um homem bom e depois consideram-no como jagunço temido. A maneira como se livram do desconhecido tornado suspeito não é drástico como no caso de “O que veio de longe”, mas é indicador de solução fora das leis: preparam-lhe a armadilha da bebedeira – a mesma que foi urdida para Oliveira de “Livro dos homens” – e ele é expulso. Como diferença entre as duas soluções não se

pode deixar de considerar, nessa composição rosiana e em muitas outras do escritor, a presença de certo tom de comicidade que contrasta com a seriedade da narrativa de Ronaldo Correia de Brito em pauta.

De todo modo, o que temos nos dois contos é, sob as vestes da santificação e da suspeita, o resultado da ausência de instituições às quais recorrer. Se esse tipo de acontecimento – a violência, a justiça pelas próprias mãos – existe em *Tutameia* publicado na década de 60 do século passado e repete-se no *Livro dos homens* de 2005, em histórias cujo tempo é contemporâneo ao da escritura, é porque as condições regionais – políticas e sociais – não se alteraram significativamente. Também não se alterou o universo cultural que permite o nascimento de lendas, crendices, superstições. A sobrevivência da representação de determinadas características do sertão deve-se à permanência da iniquidade e da precariedade das condições de certas regiões no que se refere a policiamento, à justiça, à medicina, à religião. Os cenários construídos demonstram a supervivência de relações pretéritas em que há elementos de encantamento, concepções mágicas de cura e barbárie. Esses componentes mesclam-se à racionalidade de Pedro Miranda – cujo assassinato do cunhado deriva da tradição – e com ela se digladiam.

Nesse sentido é que se apresenta a necessidade de reflexão acerca dos protagonistas das composições. No que diz respeito à estrita classificação das personagens de acordo com as características já tradicionais dessa categoria narrativa, os contos trazem novas possibilidades para se considerar qual é o protagonista, se o critério for o mais comum: a personagem que mais aparece, que é responsável pela coesão da narrativa. Em “Barra da Vaca” e em “O que veio de longe”, é possível supor que os protagonistas sejam os sertanejos e seu imaginário e não Jeremoavo e Pedro Miranda ou o homem morto.

Por fim, caberia indagar se a reposição da noção ou categoria de literatura regionalista seria pertinente e adequada ainda hoje ou seria uma falsa questão, tendo-se transformado num problema histórico-cultural pretérito. A análise da obra rosiana e dos contos (focados) dos dois autores – Guimarães Rosa e Correia de Brito –, como de outras narrativas de outros autores, nos leva a considerar a existência, na segunda metade do século XX e no início do XXI, a presença de obras cujo conteúdo diz respeito a zonas afastadas dos grandes centros – não apenas das capitais (federal e estaduais), mas das grandes cidades. Os tipos humanos nelas representados são peculiares, rústicos, como informa o narrador rosiano a propósito do protagonista de “Barra da Vaca”, e “exilados” como lemos em Ronaldo Correia de Brito; a paisagem, os costumes são também típicos. Ainda acompanhando as características apontadas por Ligia C. M. Leite, Walnice Nogueira Galvão e, especialmente, Antonio Candido não se pode dizer que haja nesses contos a notação pitoresca ou a caricatura existentes em determinadas produções do Romantismo, de finais do século XIX e começo do século XX. A denominada cor local aparece como decorrência das personagens e do espaço tratado e não como algo postiço. A reificação também não está presente nas narrativas em questão ou nas demais de Guimarães Rosa ou de Ronaldo Correia de Brito.

Os contos em pauta, pela própria extensão no caso de Guimarães Rosa, se não têm o posto de primeiríssimo plano como é o caso de *Grande sertão: veredas*, não podem ser considerados como os de Monteiro Lobato ou Coelho Neto, por exemplo.

De modo geral, no entanto, permanece a visão depreciativa em relação às produções que podem ser colocadas no regionalismo, tanto que Milton Hatoum e o próprio Ronaldo Correia de Brito rejeitam, com razão – se a avaliação dessa categoria é



pejorativa – a classificação de regionalistas (TEIXEIRA, 2009, p. 98).

Deixando-se de lado a dimensão desaprovadora que avilta ou subtrai o valor literário das obras, bem como a ideia de alienação e coisificação, permanece a possibilidade de aplicação do termo em narrativas cujo conteúdo se assemelha ao que foi apresentado no início deste trabalho como próprio do regionalismo, ou seja, espaço afastado dos grandes centros, vida rural, tipos humanos característicos. Além disso, talvez como continuidade do que Antonio Candido (1987, p. 161) considera como segunda fase do regionalismo – em que tal tendência, por volta de 1930, por força do realismo social pode atingir “o nível das obras significativas” – há uma produção que, a despeito de traços regionalistas – que é como entendemos os contos analisados – tem valor literário.

Permanece, naturalmente, a questão, entre outras, sempre reposta: por que regional diz respeito apenas à produção cujo espaço é a zona rural ou simplesmente o interior e não ao Rio de Janeiro de Machado de Assis ou a São Paulo de Mário de Andrade e Antonio de Alcântara Machado?

A consideração de que os textos examinados têm traços do que tradicionalmente é tido como regionalista não quer dizer que o regionalismo não deva ser ainda discutido em suas várias significações. Do mesmo modo, as características que lhe são atribuídas e o desprestígio que pode envolver a obra rotulada como tal carecem de maior reflexão.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOSI, A. *História concisa da literatura brasileira*. 32. ed. São Paulo: Cultrix, 1995. 528p.
- BRITO, R. C. de. *Livro dos homens: contos*. São Paulo: Cosac & Naify, 2005. 174p.
- CANDIDO, A. *A educação pela noite e outros ensaios*. São Paulo: Ática, 1987. 224p.
- \_\_\_\_\_. No grande sertão. In: \_\_\_\_\_. *Textos de intervenção*. São Paulo: Duas Cidades/34, 2002. p. 190-2.
- \_\_\_\_\_. Sagarana. In: COUTINHO, E. (Org.) *Guimarães Rosa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/INL, 1983. p. 243-247.
- CARONE, M. *Resumo de Ana*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. 114p.
- COUTINHO, A. Regionalismo na prosa de ficção. In: \_\_\_\_\_. (Org.) *A literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Sul Americana, 1955. v. 2 p. 145-151.
- GALVÃO, W. N. Anotações à margem do regionalismo. *Literatura e Sociedade*, São Paulo, Departamento de Teoria Literária e Literatura Comparada/FFLCH-USP, n. 5, p. 44-55, 2000.
- LEITE, L. C. M. Velha praga? Regionalismo literário brasileiro. In: PIZARRO, A. (Org.) *América latina: palavra, literatura e cultura*. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 1994. v. 2, p. 665-702.
- LINS, Á. Uma grande estreia. In: COUTINHO, E. (Org.) *Guimarães Rosa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/INL, 1983. p. 237-242.
- ROSA, J. G. *Tutameia: terceiras estórias*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1969. 203p.
- TEIXEIRA, J. Minha terra tem primores. *Veja*, São Paulo, ano 42, n. 8, p. 98-99, 25 fev. 2009.

## **BIBLIOGRAFIA NÃO CITADA**

BRITO, R. C. de. *Faca*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003. 181p.

ROSA, J. G. *Sagarana*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1967. 365p.

# Comportamentos modernos: o Rio de Janeiro do início do século XX em crônicas de João do Rio e Lima Barreto

(Modern ways of life: the Rio de Janeiro city in the beginning of 20<sup>th</sup> century in chronicles by João do Rio and Lima Barreto)

**Regina Célia dos Santos Alves**

Centro de Letras e Ciências Humanas – Universidade Estadual de Londrina (UEL)

reginacsalves@hotmail.com

**Abstract:** This paper aims to analyze how João do Rio and Lima Barreto observe, by literature, some ways of sociability present in Brazilian urban context, specially in great cities, like Rio de Janeiro, in the beginning of the 20<sup>th</sup> century. For this, we analyze the chronicles “Bendito football”, by Lima Barreto, and “Modern girls”, by João do Rio.

**Keywords:** João do Rio; Lima Barreto; city; sociability.

**Resumo:** O presente trabalho tem por objetivo analisar o modo como João do Rio e Lima Barreto observam, por meio da literatura, certos comportamentos e formas de sociabilidade que se tornam frequentes no contexto urbano brasileiro, sobretudo nas grandes cidades, como o Rio de Janeiro, no início do século XX. Para tanto, serão analisadas as crônicas “Bendito *football*”, de Lima Barreto, e “*Modern Girls*”, de João do Rio.

**Palavras-chave:** João do Rio; Lima Barreto; cidade; sociabilidade.

Lima Barreto e João do Rio, pseudônimo mais conhecido de João Paulo Alberto Coelho Barreto, não foram apenas contemporâneos e conterrâneos, mas sobretudo dois apaixonados pela cidade. Vivendo em um momento conhecido como *Belle Époque*, que aflora no contexto brasileiro nas primeiras décadas do século XX, ambos os escritores se dedicaram, com verdadeira paixão, ao espaço urbano carioca tanto no tocante ao desenho cartográfico e arquitetônico da cidade, então alvo de intensas transformações postas em cena pelo “bota abaixo” do prefeito Pereira Passos, com vistas a uma nova urbanização, capaz de promover um espaço mais moderno, bonito, elegante e higiênico, nos moldes da Paris remodelada no século XIX, por Haussmann, quanto nos novos comportamentos e modelos de socialização reclamados por um mundo que pretendia, a todo custo, modernizar-se, tornar-se um centro cosmopolita à semelhança de grandes metrópoles europeias, como Paris e Londres, por exemplo, muito prestigiadas à época.

O encantamento pelo urbano, no entanto, não fez com que Lima Barreto e João do Rio olhassem da mesma forma para a cidade. Em ambos está em cena o Rio de Janeiro, que redesenam por meio da literatura, a cidade que, embora reconhecida pelos elementos de referencialidade que a caracterizam, é texto, é palavra, é imaginação reconstituída a partir da materialidade.

Todavia, se o ponto de partida dos escritores é o mesmo, a perspectiva de abordagem do urbano e o modo como constroem e dão sentido à cidade é singular em cada um deles. Em parte, as particularidades observadas tanto em João do Rio quanto em Lima Barreto nas imagens urbanas que criam e no significado que conferem à urbe vinculam-se à postura do escritor diante do objeto tratado e da própria literatura. No tocante a Lima Barreto, essa questão é fundamental. O autor de *Isaiás Caminha*, como se observa em praticamente tudo o que escreveu, nos diversos gêneros em que se exercitou, sempre foi um artista militante, que via na literatura uma arma potencial no

sentido de promover uma transformação social. Entendida a militância aqui no sentido de um colocar-se do artista contra uma ordem social que considera injusta e desonesta, a obra de Lima Barreto, seja romances, contos, crônicas, diários, etc., organiza-se como um afrontamento à e um enfrentamento da sociedade vigente, de seus valores e comportamentos. Como mostra Carlos Erivany Fantinati, cabe assim ao artista militante

produzir uma obra esteticamente válida, mas, e sobretudo, realizar uma obra que contenha um sentido revolucionário do ponto de vista social. Sua posição consiste em afirmar não unicamente o caráter ideológico da obra literária, mas, e, principalmente, em afirmar a necessidade de que ela atue como veículo de conscientização e de esclarecimento do público. (1978, p. 3)

Por considerar a sociedade brasileira dos primeiros anos do século 20 uma sociedade corrompida, hipócrita, preconceituosa e fútil, aspectos que aparecem reiteradamente em seus escritos, Lima Barreto lança um olhar crítico e não raro sarcástico sobre essa realidade, tendo por fim não apenas a denúncia, mas a mudança, a reversão do quadro exposto a partir da conscientização do público. A obra de arte seria, desse modo, veículo de conscientização e também aquela capaz de aproximar o escritor, intelectual consciente e não-alienado, do público, cuja consciência em relação ao meio alienante seria menor (FANTINATI, 1978, p. 4).

A arte militante, assim, ao se colocar contra o *status quo*, tanto social quanto literário, constrói-se como uma arte de contestação, que visa a mudanças. Todavia, vive um grande paradoxo, pois como necessita do reconhecimento público e imediato para que seus objetivos se concretizem, não pode fazer-se totalmente estranha, como as obras de vanguarda, sob pena de naufragar suas intenções imediatas. Conforme Fantinati,

O artista militante é um criador que vive uma intensa contradição dentro da situação concreta em que se insere. (...) seu comprometimento, por um lado, o afasta e o aproxima formal e conteudisticamente do artista segregado; por outro, leva-o a buscar, por meio da crítica, o êxito social do artista agregado. Seu estado é de constante tensão entre a realidade estética da obra e seu sentido social.

Desse afastamento da “pureza” dos extremos, resulta seu conflito entre o artista descomprometido em relação às necessidades intrínsecas da obra e o comprometimento sobretudo com elas, isto é, entre o artista agregado, que acentua as tendências ajustadas, e o artista segregado, que enfatiza as tendências diferenciadoras. É um artista que, contestando os comprometimentos ideológicos e formais dos extremos, busca tanto escapar ao fracasso imediato do artista segregado como alcançar o êxito social instantâneo do artista agregado. Sua procura é, assim, caracterizada por uma tentativa de conciliação entre ambos e, ao mesmo tempo, por uma negação deles no momento presente em que se situa. (1978, p. 8-9).

A tensão descrita por Fantinati acerca do artista militante é a vivida por Lima Barreto, cujo projeto utópico, revolucionário, perpassa, em maior ou menor grau, por todos os seus escritos. A obscuridade em que viveu a obra do autor quando escrita e mesmo vários anos depois, até ser descoberta e reavaliada pela crítica, atesta, ao que parece, pelo menos de forma mais imediata, a falência do projeto constestatório do

autor, pois no momento em que escreve não consegue o reconhecimento imediato do público, sendo, em certa medida, vencido pelo *status quo*, contra o qual se coloca.<sup>1</sup>

De qualquer forma, ainda que oscilações ocorram na produção de Lima Barreto, sobretudo quanto à fatura do objeto literário, a postura crítica e constestatória do meio sócio, político, cultural e econômico da época é companheira inseparável do escritor em todos os gêneros nos quais se exercitou, inclusive na crônica, que aqui será nosso objeto de estudo. Em todos a militância se faz presente, em todos o olhar é crítico e severo, mesmo quando a forma é satírica, irônica ou paródica, o que mostra que Lima Barreto não perde de vista a ideia de que a literatura pode ser revolucionária e cabe ao artista, ao escritor, levar adiante essa missão. É com olhar crítico que lê o vertiginoso e modernizante mundo urbano da então capital federal no início do século passado, como mostraremos com a crônica “Bendito *Football*”.

Se o perfil de Lima Barreto é o do artista militante, conforme colocado, o mesmo não é possível dizer de João do Rio, que praticamente nasce e morre junto com Lima e, como ele, passa toda a sua vida no Rio de Janeiro. João do Rio, como já foi dito, foi um apaixonado pela cidade e dela fez um de seus temas preferidos, seja no romance, na crônica, no conto, ou na reportagem. Na expressão do ambiente urbano o alvo do autor não era fixo e transitava com desenvoltura tanto na retratação dos aspectos mais sórdidos da urbe, ao abordar aquilo que chamava de “canalha”, quanto do mundo elegante e refinado da burguesia.

Foi, sem dúvida, grande admirador, e não raro um apologista, da vida moderna e burguesa que então se instaurava, sobretudo nas principais cidades brasileiras nas primeiras décadas do século XX. O próprio autor era visto no meio em que circulava como um dândi, por seu gosto e comportamento sofisticados e elegantes.<sup>2</sup> O apelo, como se vê, é fortemente cosmopolita. Todavia, embora não imbuído de um espírito militante, contestador e revolucionário ao se colocar na contramão do *status quo*, João do Rio não foi, de forma alguma, um escritor alienado, no sentido de se agregar totalmente ao mundo em que vivia, sem dele ter uma postura crítica e reflexiva, aspecto constante e mesmo determinante em Lima Barreto. Embora fortemente atraído pelo cosmopolitismo e por modelos de sociabilidade então colocados, João do Rio é um espírito, acima de tudo, moderno e inquieto, transitando pelos encantos e desencantos, pelas belezas e misérias, pela cena e pela obscena, como mostra Renato Cordeiro Gomes (2008), da urbe carioca, à época em franco processo de modernização.

Em texto de abertura de *A Alma Encantadora das Duas*, “A rua”, João do Rio mostra que a capacidade de apreensão do urbano, tanto física quanto socialmente, tem origem no ato de flunar, de “perambular com inteligência”:

---

<sup>1</sup>Michel Foucault, em *A ordem do discurso* (18. ed. São Paulo: Loyola, 2009), mostra que uma prática extra-discursiva opõe-se a uma prática discursiva, ou seja, a um discurso hegemônico, sendo aquela frequentemente vítima de exclusão e rejeição, uma vez que questiona os discursos considerados verdadeiros. No caso de Lima Barreto, é possível dizer que sua literatura funciona como uma prática extra-discursiva a afrontar o discurso modernizante de sua época, a esconder vícios, preconceitos, egoísmos e hipocrisias que alimentavam o corpo social. Nesse sentido, o autor figura como uma voz quase solitária, um louco, ouvido mas facilmente rejeitado, dada a força imperiosa do discurso que questiona. Sendo assim, não é difícil compreender a falência de seu projeto contestatório no momento em que escreve.

<sup>2</sup>Nicolau Sevchenko, em *Literatura como missão* (2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003), mostra como a figura do *smart*, no início do século passado, marcado sobretudo pelo traje, paletó de casimira clara e chapéu de palha, dissemina um novo tipo: o janota cosmopolita, sendo que João do Rio encarna com perfeição esse tipo.

Para compreender a psicologia da rua não basta gozar-lhes as delícias como se goza o calor do sol e o lirismo do luar. É preciso ter espírito vagabundo, cheio de curiosidades malsãs e os nervos com um perpétuo desejo incompreensível, é preciso ser aquele que chamamos *flâneur* e praticar o mais interessantes dos esportes – a arte de flunar. (RIO, 2007, p. 50)

Ao adotar o comportamento do *flâneur*, João do Rio entra em contato com a dinâmica vertiginosa do mundo urbano, com suas contradições e idiossincrasias. Isso permite ao escritor perscrutar os desvãos, os meandros da cidade e do homem que a conforma.

Desse modo, na sua paixão pelo urbano, interessa, como já dissemos, tanto a “canalha”, a gente humilde e miserável, vivendo não raro na marginalidade, em desconformidade com a ordem estabelecida, como os “encantadores”, representantes de uma elite burguesa então em ascensão, cujos valores e comportamentos, na maioria das vezes modelados de acordo com padrões europeus de requinte e elegância, colocam-se como a orientação “oficial” a ser seguida. É o ato de flunar, portanto, que permite a João do Rio um olhar mais atento sobre a pluralidade e as contradições da capital da República nos primeiros anos do século XX, quanto tentava, a qualquer preço, apagar a imagem de cidade tacanha e colonial, tanto no aspecto físico, com o “bota a baixo” de Pereira Passos, quanto nos novos modelos de socialização que começam a se impor, na tentativa de ingressar no bonde do progresso e da modernidade.

A crônica de João do Rio que aqui escolhemos para a leitura, “*Modern Girls*”, de *Vida Vertiginosa*, de 1911, é um exemplo da sensibilidade do autor em aprender, através do cotidiano da vida urbana, do acontecimento corriqueiro, “miúdo”, uma mudança substancial nas relações sociais, que passam a se fazer, pelo menos para uma elite dominante, ou que deseja ascender social e economicamente, por meio do abandono de comportamentos antigos e da adoção de novos comportamentos, mais de acordo com o cosmopolitismo e com o arrivismo que tomam conta do cenário da *Belle Époque* brasileira no início do século passado.

Ainda que as crônicas de João do Rio possam não expressar uma crítica tão mordaz e aguda como se observa em Lima Barreto, é inegável o olhar atento e também reflexivo do autor para as transformações que nem sempre via com simpatia, operadas no seio da sociedade carioca de sua época.

Em Lima Barreto, como já dito, a militância tem papel fundamental em sua produção e norteia o olhar lançado pelo escritor sobre a realidade urbana carioca e “*Bendito Football*”, publicado originalmente na revista *Careta*, em 1º de outubro de 1921, é um exemplo flagrante disso.

O assunto da crônica é corriqueiro e trata de uma partida de futebol que o Brasil disputaria com a Argentina. Todavia, esse assunto banal serve de pretexto para a discussão de questões muito mais sérias e complexas, como o preconceito racial e a situação do negro na sociedade brasileira, tema caro a Lima Barreto, que sofreu na própria pele as agruras do racismo e que fez figurar em vários de seus escritos, como *Clara dos anjos* e *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*, por exemplo.

“*Bendito Football*” inicia-se, ironicamente, com a afirmação de que o “*football* é uma instituição benemérita, cujo rol de serviços ao país vem sendo imenso e parece não querer ter fim (p. 88). Essa afirmação, no entanto, vai ser desmentida no decorrer da crônica, a começar pela enumeração que o cronista julga serem os três principais

serviços do futebol ao país: (1) trazer notoriedade; (2) criar ilusão nos trabalhadores, e (3) estabelecer rivalidade.

No elenco de serviços, como se observa, a ironia já começa a se manifestar, visto que todos os três se chocam com a afirmação inicial, o de que o futebol é uma instituição benemérita, que tem prestado vários serviços ao país.

No primeiro serviço, Lima Barreto mostra uma sociedade com sede de nomeada e que encontra no futebol o caminho para sair do obscurantismo:

Um deles, senão o primordial, é ter trazido, para notoriedade das páginas jornalísticas e das festanças e rega-bofes dos Césares destas bandas, nomes de obscuros cavalheiros, doutores ou não, sequiosos de glória, que, sem ele, não teriam um destaque qualquer, fosse de que natureza fosse. (BARRETO, 2005, p.88)

O segundo cria uma ilusão de força e potência nos trabalhadores simples e que, podemos ler no discurso crítico e irônico do autor, acaba por acomodá-los a uma situação, crenes de que são tão poderosos quanto os jogadores:

Um outro é ter permitido que os trabalhadores de ofício em que se exige grande força muscular nas pernas e nos pés, tais como: o do caixeiro de bancos, o de empregado em lojas comerciais e em escritórios, o de funcionário público, o de estudante e o de profissional do “desvio”, realizassem as suas respectivas profissões com perfeição e segurança de quem dispõe de poderosos “extensores”, “pediosos”, “perônios”, “tíbias”, etc, etc. (BARRETO, 2005, p. 88. Grifos do autor.)

O terceiro serviço, por sua vez, diz respeito às rivalidades e desavenças provocadas pelo futebol:

...falemos de um terceiro mais geral de que todos nós brasileiros lhe somos devedores: ele tem conseguido, graças a apostas belicosas e rancorosas, estabelecer não só a rivalidade entre vários bairros da cidade, mas também o dissídio entre as divisões políticas do Brasil. (BARRETO, 2005, p. 89)

Essas considerações iniciais acerca do futebol ironicamente vão retirando qualidades positivas do esporte para, em seu lugar, instaurar o aspecto negativo, uma vez que os serviços prestados transformam-se, de fato, em desserviço. Todavia, não se trata, como à primeira vista se poderia supor, de uma simples antipatia do cronista narrador pelo futebol. Na verdade, esses comentários primeiros funcionam como meta para tratar de um outro assunto que, tangencialmente, passa pelo futebol: o preconceito racial. O que a crônica pretende discutir é, sobretudo, uma notícia publicada no *Correio da manhã* por ocasião de uma partida de futebol que nossos jogadores realizariam na Argentina: “O sacro colégio do *Football* reuniu-se em sessão secreta, para decidir se

podiam ser levados a Buenos Aires campeões que tivessem, nas veias, algum bocado de sangue negro – homens de cor, enfim” (BARRETO, 2005, p. 89).

O assunto central da crônica, dessa forma, será não o futebol em si, mas o preconceito racial que o escritor observa na atitude da liderança desportiva quanto à composição humana da equipe que nos representaria lá fora. Para a sociedade do momento, que se quer limpa, higiênica e europeia, é inaceitável tudo o que fuja do padrão buscado. Nicolau Sevcenko, em *Literatura como missão*, ao comentar a inserção do Brasil na *Belle Époque*, mostra a atitude de intolerância social diante de determinados grupos e raças, revelando os conflitos que afloram na sociedade do momento. O texto que menciona, de autor desconhecido e publicado no *Jornal do Comércio*, em 30 de março de 1908, é ilustrativo e vai ao encontro da crônica de Lima Barreto:

Lembro-me sempre, por mais que queira esquecer, a amargura, o desespero com que pusemos os olhos rebrilhantes de orgulho nacional naquele carro fatal, atulhado de caboclos, que a mão da providência meteu em préstito por ocasião das festas do Congresso Pan-Americano. A cabeleira da mata virgem daquela gente funesta ensombrou toda a nossa alegria. E não era para menos. Abriamos a nossa casa para convidados da mais rara distinção e de todas as nações da América. Recebíamos até norte-americanos! [...] Íamos mostrar-lhes a grandeza de nosso Progresso, na nossa grande Avenida recém-aberta, na Avenida à beira-mar, não acabada, no Palácio Monroe, uma teteia de açúcar branco. No melhor da festa, como se tivessem caído do céu ou subido do inferno eis os selvagens medonhos, de incultas cabeleiras metidas até os ombros, metidos com gente bem penteada, estragando a fidalguia das homenagens, desmoralizando-nos perante o estrangeiro, destruindo com seu exotismo o nosso chiquismo.

Infelizmente não era mais tempo de providenciar, de tirar aquela nódoa tupinambá da nossa correção parisiense, de esconder aqueles caboclos importunos, de, ao menos, cortar-lhes o cabelo (embora parecesse melhor a muita gente cortar-lhes a cabeça), de atenuar com escova e perfumaria aquele escândalo de bugres metediços [...] Não houve remédio senão aturar as feras, mas só Deus sabe que força de vontade tivemos de empregar para sorrir ao Sr. Root, responder em bom inglês ao seu inglês, vendo o nervoso que nos sacudia a mão quando empunhávamos a taça dos brindes solenes e engolir, de modo que não revelasse aos nossos hóspedes que tínhamos índios atravessados na nossa garganta. Foram dias de dor aqueles dias de glória. A figura do índio nos perseguia com a tenacidade do remorso. A sua cara imóvel interpunha-se à dos embaixadores e à nossa. As suas plumas verdes e amarelas quebraram a uniformidade negra das casacas. Broncas sílabas tupis pingaram, enodoando o primor das línguas educadas. (SEVCENKO, 2003a, p. 50-51)

As considerações do cronista do *Jornal do Comércio* acerca da representação do índio na sociedade da época aproximam-se em muito do que nos é apresentado em “Bendito *Football*”. O índio, antes motivo de orgulho nacional, cantado heroicamente na literatura romântica como a verdadeira origem do brasileiro e com frequência mencionado em comemorações cívicas, passa, nesse início de século, a ser considerado praticamente um monstro, uma nódoa no requinte da sociedade burguesa, com sua aparência grotesca e seus modos primitivos, a se chocar brutalmente com a sofisticação buscada, sobretudo porque lembra, a todo momento, de uma origem indesejada, da qual se quer definitivamente afastar.



Não é muito diverso o fato para o qual chama atenção Lima Barreto em “Bendito *Football*”. A discussão do cronista recai exatamente sobre essa mesma sociedade preconceituosa, que se diverte à larga com o futebol,<sup>3</sup> dele adotando até mesmo alguns comportamentos, como os ditos “serviços” enumerados ironicamente pelo cronista, como visto, mas que não aceita ter, na equipe de jogadores, negros ou mulatos, ou seja, sangue negro que possa “manchar” uma raça que se quer pura, embora não o seja:

O conchavo não chegou a um acordo e consultou o papa, no caso, o eminente senhor presidente da República. Sua Excelência que está habituado a resolver questões mais difíceis como sejam a cor das calças com que os convidados devem comparecer às recepções de palácio; as regras de precedência, que convém sejam observadas nos cumprimentos a pessoas reais e principescas, não teve dúvida em solucionar a grave questão. Foi sua resolução de que gente tão ordinária e comprometedora não devia figurar nas exportáveis turmas de jogadores; lá fora, acrescentou, não se precisava saber que tínhamos no Brasil semelhante esterco humano. (BARRETO, 2005, p. 89-90)

O fragmento citado é de uma ironia mordaz, ao mostrar que um assunto tão sério como o preconceito seja tratado de forma leviana, por autoridades igualmente levianas e mesquinhas, como um presidente da República que decide “questões mais difíceis como a cor das calças com que os convidados devem comparecer às recepções de palácio; as regras de precedência, que convém sejam observadas nos cumprimentos a pessoas reais e principescas” (BARRETO, 2005, p. 89-90) e que, arbitrariamente, soluciona a grave questão, impedindo a ida de jogadores de sangue negro à Argentina, pois, a seus olhos, que são o espelho de uma elite aburguesada cujos anseios se guiam em torno de valores cosmopolitas no sentido de uma aproximação com a suposta modernidade, sofisticação e pureza europeias, tais jogadores não compõem uma imagem exportável do país, pois são gente “ordinária” e “comprometedora”, nada além de “esterco humano”.

Assim como o índio nos envergonha com sua “cabeleira de mata virgem”, com “suas plumas verdes e amarelas” e com suas “broncas sílabas tupis” frente ao estrangeiro bem talhado, fidalgo a entoar um bom inglês, o negro e o mestiço são considerados, nesse mesmo contexto, como uma nódoa a manchar o Brasil e o povo brasileiro. A reforçar o preconceito racial, colaboram as teorias sobre a eugenia em voga nesse momento e que se revelam como a voz da verdade a serviço de uma sociedade altamente preconceituosa.

Por esse motivo, afirma o cronista, a comissão encarregada de avaliar o grupo de jogadores enviados à Argentina é composta por “grandes inteligências arianas e ilustres desconhecidos: “Senhores Anastácio, Zebedeu Palhano e Juliano Qualquer, doutos todos em várias cousas e também deputados federais” (BARRETO, 2005, p. 90).

Como se observa, a crítica de Lima Barreto, ao se utilizar do viés irônico, é severa e não perdoa a incompetência, a má-fé e a hipocrisia daqueles que se julgam superiores para julgar e decidir o futuro de quem, como os jogadores “tingidos” pelo sangue negro, não têm de fato voz na sociedade. Ainda mais agudas se tornam as

---

<sup>3</sup> Nas primeiras décadas do século XX, conforme mostra Nicolau Sevcenko em *Orfeu extático na metrópole*, o futebol já era um esporte popular no país e uma das formas de lazer mais apreciadas sobretudo nos grandes centros urbanos.

críticas quando a crônica se volta para as contradições que reinam no seio de uma sociedade hipócrita, que se alimenta daquilo mesmo que quer expurgar e banir das vistas não só do estrangeiro, mas também de nossa vida nacional:

O que me admira, é que os impostos, de cujo produto se tiram as gordas subvenções com que são aquinhoadas as sociedades futebolescas e seus tesoureiros infiéis, não trazem também a tísica, o estigma de origem, pois uma grande parte deles é paga pela gente de cor. Os futeboleiros não deviam aceitar dinheiro que tivesse tão malsinada origem. Aceitam-no, entretanto, cheios de satisfação. Não foi à toa que Vespasiano disse a seu filho Tito que o dinheiro não tem cheiro. (BARRETO, 2005, p. 90-91)

O tom militante, de denúncia e de contestação de uma ordem vigente é evidente nos comentários do cronista. A intenção é, acima de tudo, despertar no leitor a consciência para os graves problemas e contradições de nossa sociedade. É uma voz que sai da margem – Lima Barreto pode ser considerado marginal tanto pela sua condição social, é mestiço, pobre e alcoólatra, quanto pela sua militância, que o coloca fora da literatura “oficial”, não contestatória do *status quo* – a falar daqueles que estão à margem para o público, cuja consciência dos problemas colocados certamente não se dão no mesmo grau da consciência do escritor. Daí a necessidade de mostrar, de forma muito dura, o valor apenas monetário que a população de negros e mestiços, “quase a metade da população do Brasil”, tem no contexto focado, uma vez que o socorro do governo a esse grupo pobre e que não desfruta de privilégios dá-se unicamente em razão de que são fontes tributárias, necessárias para a manutenção dessa mesma sociedade que os marginaliza. Daí a afirmação de que “os maiores déspotas e os mais cruéis selvagens martirizam, torturam as suas vítimas; mas as matam afinal” (p. 91), enquanto que aquilo que observa no cenário nacional ultrapassa todos os limites da crueldade, uma vez que o sofrimento das vítimas é alimentado não com o objetivo de levá-las à morte, mas, ao contrário, para que permaneçam vivas na dor.

A conclusão final não poderia ser mais sarcástica. Uma verdadeira bofetada na sociedade desse momento:

A nossa vingança é que os argentinos não distinguem, em nós, as cores; todos nós, para eles, somos *macaquitos*. A fim de que tal não continue seria hábil arrendar por qualquer preço alguns ingleses que nos representassem nos encontros internacionais de *football*. Há toda a conveniência em experimentar. Dessa maneira, sim, deixávamos de ser *macaquitos*, aos olhos dos estranhos. (BARRETO, 2005, p. 91)

Como mostra o cronista, por mais que tentemos fugir de nossa condição de povo mestiço, que tem nas veias o sangue negro de que tanto nos envergonhamos, lá fora, para os Argentinos, essa imagem já está mais que consagrada no modo pejorativo com que denomina os brasileiros de modo geral: *macaquitos*. Dessa forma, afirma o cronista, a única solução é a substituição do brasileiro, mesmo do branco, também *macaquito* aos olhos do argentino, pelo estrangeiro, o inglês, cuja raça pura não nos envergonharia.<sup>4</sup>

---

<sup>4</sup> A referência ao inglês na crônica é sugestiva, uma vez que é a Inglaterra o país originário do futebol e também das teorias acerca da eugenia.

Em resumo, o “bendito *football*”, que dá título à crônica, transforma-se em “maldito futebol”, não só pelos desserviços, e não serviços, prestados ao país, como o desejo de notoriedade, a ilusão e a dissensão, elencadas pelo cronista narrador, mas também no tocante às aspirações da sociedade da época, uma vez que a ela revela suas contradições, preconceitos e hipocrisias, aspectos que a mesma tenta camuflar a todo momento.

O apelo de Lima Barreto em “Bendito *football*” é, sem dúvida, o de conscientização do público leitor, de desalienação ao chamar a atenção para as contradições de uma sociedade que se moderniza e que aspira igualar-se a grandes centros europeus.

Se a crônica analisada de Lima Barreto expõe às escâncaras, por meio de uma ironia corrosiva, aquilo que julga negativo e inautêntico na sociedade carioca das primeiras décadas do século XX, a crônica de João do Rio que iremos abordar, “*Modern girls*”, de *Vida vertiginosa* (1911), revela um olhar atento do cronista para os novos modelos de socialização e para os novos hábitos que vão se impondo no contexto urbano da capital carioca do início do século XX no seu ingresso na modernização.

Se a crítica não se faz tão severa quanto em Lima Barreto, ela não deixa de percorrer, no entanto, as linhas do texto de João do Rio, numa expressão sensível e consciente das transformações por que passava a capital carioca.

Em “*Moderns girls*”, publicada primeiramente na *Gazeta de Notícias*, em 30 de outubro de 1910, João do Rio coloca em cena as mudanças de hábito e as novas formas de sociabilidade que se assentam na vida urbana do Rio de Janeiro de sua época. A crônica, recheada de elementos ficcionais, como uma história que se narra com começo, meio e fim, a presença de narrador e personagens, marcação de tempo e espaço, etc. — daí também sua proximidade com o conto —, é um registro muito interessante do comportamento feminino diante do que é sugerido e praticamente imposto pelo progresso e pelo cosmopolitismo.

Trata da observação do cronista narrador, em diálogo com uma personagem chamada de o Pessimista, de duas garotas que chegam a uma confeitaria, de aproximadamente doze e catorze anos, acompanhadas da mãe e de dois rapazes. O que chama atenção no cronista é o comportamento dessas garotas, bastante inusitado para duas crianças:

De repente, porém, houve um movimento dos criados, e entraram em pé de vento duas meninas, dois rapazes e uma senhora gorda. A mais velha das meninas devia ter quatorze anos. A outra teria doze no máximo. Tinha ainda vestido de saia entevada, presa às pernas, como uma bombacha. A cabeça de ambas desaparecia sob enormes chapéus de palha com flores e frutas. Ambas mostravam os braços desnudos, agitando as luvas nas mãos. Entraram rindo. A primeira atirou-se na cadeira.

— Uff! Que já não posso!...

— Mas que pândega!

— Não é, mamã?...

— Eu não sei, não. Se seu pai souber...

— Que tem? Simples passeio de automóvel.

A menor, rindo, aproximou-se do espelho.

— Mas que vento! Que vento! Estou toda despenteada...

Mirou-se. Instintivamente olhamos para o espelho. Era uma carita de criança. Apenas estava muito bem pintada. As olheiras exageradas, as sobrancelhas arginentadas, os lábios avivados a carmim líquido faziam-lhe uma apimentada máscara de vício. Era decerto do que gostava, porque sorriu à própria imagem, fez uma caretinha, lambeu o lábio superior e veio sentar-se, mas à inglesa, trançando a perna.

— Que toma?

— Um chope.

A outra exclamou logo:

— Eu não, tomo whisky, *whisky and Caxambu*.

— *All right*. (RIO, 2006, p. 81-82)

Da vestimenta às preferências por bebida, as garotas se distanciam muito do que se poderia esperar de duas meninas em tão tenra idade. A descrição do vestuário, saia entavada como uma bombacha, chapéus enormes de palha com flores e frutas lembra, pelo exagero, os “vestidos modernos” de Lima Barreto (2005). No rosto, a extravagância não é menor, uma vez que a face infantil encontra-se adulterada pelas tintas da maquiagem, com vistas a tornar adulto o que ainda não é. A criança, assim, sensualmente embrulhada para presente, pode “a troca de vestidos e chapéus” ir com o primeiro homem que atravessar seu caminho. E o cronista mostra que não estão sozinhas na empreitada, sendo que por trás está o consentimento e o incentivo do adulto, a mãe das garotas:

O sujeito sentou-se de frente, despachou o criado, rápido, e sem tirar os olhos do grupo, em que só a pequena olhava para ele, mostrou um envelope por baixo da mesa. A pequena deu uma gargalhada, fazendo com a mão um sinal de assentimento. E emborcou com a galhardia o copo de cerveja.

Nem a mim nem ao pessimista aquela cena podia causar surpresa. Já tínhamos visto várias vezes. Era mais um caso de precocidade mórbida, em que entram com partes iguais o calor dos trópicos e a ânsia de luxo, e o desespero de prazer da cidade ainda pobre. Aqueles dois rapazes, aliás inteiramente vulgares, para apertar, apalpar e debochar duas raparigas, tinham alugado um automóvel, mas tendo nele a mãe por contrapeso. A boa senhora, esposa de um sujeito decerto sem muito dinheiro, consentiria pelo prazer de andar de automóvel, pelo desejo de casar as filhas, por uma série de razões obscuras em que predominaria decerto o desejo de gozar uma vida até então invejada. (RIO, 2006, p.83)

O fragmento citado é excepcional no sentido do apontamento das aspirações e de um novo modo de vida que permeia a sociedade carioca nos áureos anos da *Belle Époque*. Como mostra Nicolau Sevckenko, ao citar Taunay, existe nesse momento a “fome de ouro, a sede da riqueza, a sofreguidão do luxo, da posse, do desperdício, do triunfo” (TAUNAY, apud SEVCENKO, 2003, p. 37).

Todas as aspirações colocadas por Taunay estão presentes na atitude das garotas, da mãe, dos rapazes e do homem desconhecido que inicia um flerte com uma das meninas. A postura “moderna” das meninas, assunto central da crônica, é, desse modo,

fruto das metamorfoses sociais e da valorização, sem precedentes, da mundanidade, de um universo frívolo e de aparências. Assim, à mãe importa, sem preocupação com os meios, a inserção das filhas nesse novo contexto, mesmo sem muita clareza dos motivos – como afirma o cronista, sua ação se dá “por uma série de razões obscuras” (p. 83); aos rapazes, igualmente, domina a sede do luxo e do poder, do desfrute dos prazeres ofertados por essa nova realidade, calcada sobretudo nas sensações passageiras e, desse modo, tentam assegurar esse poder por meio de um objeto símbolo da modernidade e do dinheiro à época, o automóvel, o “monstro transformador”, como a ele se refere João do Rio em “A era do automóvel” (2006). Também o homem desconhecido não pode ficar de fora do quadro geral e parte à caça de garotas desfrutáveis.

A sensibilidade do cronista diante do cenário observado aponta para uma civilização de aparências, a valorizar vícios e futilidades. Mais do que condená-las, como faz a personagem o Pessimista, voz da tradição e do conservadorismo, que afirma revoltar-se diante de um mundo perdido, ao cronista cabe um olhar mais analítico e que precisa dialogar com esse mundo em metamorfose na tentativa de compreendê-lo. Por esse motivo, não se distancia, como o Pessimista, que condena a atitude do cronista em cumprimentar as garotas que ele sequer havia visto antes.

Essa aproximação permite ao cronista perscrutar com mais profundidade as mudanças decorrentes da entrada sôfrega da sociedade no universo urbano, moderno e cosmopolita. Sua consciência é a de um mundo vertiginoso, frívolo e perverso, marcado pelo vício:

A civilização criou a suprema fúria dos apetites. Não há mais crianças. Há homens. As meninas, que aliás sempre se fizeram mais depressa mulheres que os meninos homens, seguem a vertigem. E o mal das civilizações, o vício, o cansaço, o esgotamento, dá como resultado das crianças pervertidas. Pervertidas em todas as classes; nos pobres por miséria e fome; nos burgueses por ambição de luxo, nos ricos por vício e degeneração. Certo, há muitíssimas raparigas puras. Mas estas, que se transformaram com o Rio, estas há dez anos tomariam sorvete, de olhos baixos e acanhadas, estas são as *modern girls*. (RIO, 2006, P. 84-85)

Interessante observar que a perversão está em todas as classes sociais e não apenas nas mais abastadas, mostrando o autor assim um panorama mais amplo da sociedade, que se constrói como um mundo de adultos, a excluir de seu quadro a infância.<sup>5</sup> Portanto, essa mesma modernidade<sup>6</sup> que cria a infância é responsável também por desfigurá-la no momento em que coloca, acima de tudo, e cada vez mais cedo, a busca desenfreada pelo luxo, pelo poder e pelos prazeres mundanos. As *modern girls* retratadas por João do Rio são um exemplo claro desse “vício precoce”:

---

<sup>5</sup> A partir das revoluções burguesa e industrial e com o auxílio dos ideais iluministas, as crianças começam a ficar fora dos espaços de produção e passam a ser reconhecidas como *sujeitos*, com subjetividade diversa da dos adultos. Com isso, inventa-se o conceito de infância. (Cf. KEHL, Maria Rita. In: CORSO, Diana L. e CORSO, Mário. In: *Fadas no divã*. Porto Alegre: Artmed, 2006, p. 16)

<sup>6</sup> Entendemos modernidade aqui como um conjunto de transformações ocorridas no âmbito social, cultural, político e econômico que se inicia com a Revolução Industrial, no século XVIII, e se estende pelos séculos seguintes, tendo na Revolução Francesa (1789) um de seus principais marcos.

— Criaturinhas com o trópico, o vício das ruas, o apetite do luxo que não podem ter, criaturinhas que desde o colégio, desde os dez anos, se enfeitam, põem pó-de-arroz, carmim, e namoram. O lar está aberto aos milhares, como se diria antigamente nos dramalhões. Elas tem um noivo, quando deviam estar a pular corda. (...)

— Estou a descrever-lhe um mal social apenas. Não é assim? É. São as *modern girls*. (...) Coitaditas! Ingenuidade, a ingenuidade do mal espontâneo. Elas são antes vítimas do nome, da situação, do momento, da sociedade. (RIO, 2006, p.86-87)

Como se observa, as *modern girls*, seja nas classes mais ou menos abastadas, pululam no cenário urbano carioca, vítimas, como afirma o cronista, do “nome, da situação, do momento, da sociedade” (p. 87), enfim, do tempo a que pertencem, sem “plena convicção”, assim como todos inseridos no “instante vertiginoso da cidade”, do que praticam. Vale, antes de mais nada, o *carpe diem*, em uma sociedade hedonista e veloz, sem tempo para pensar a si mesma, deixando-se levar pelo fluxo convulso, alienado e alienante, do mundo moderno. Dessa forma, para o cronista narrador, não há mais parâmetros autênticos a nortear o comportamento, mas apenas “imitação, porque o instante é esse, porque o momento desvairante é de um galope desenfreado de excessos sem termo, porque já não há juízo...” (p. 87-88).

Muito lúcidas e atuais também são as reflexões acerca da prostituição infantil e da pedofilia, hoje um dos graves problemas enfrentados pela sociedade brasileira:

Hoje essas duas pequenas são quase nada de grave. Semivirgens? Contaminadas de *flirt*? Sei lá! É preciso conhecer o Rio atual para apanhar o pavor imenso do que poderíamos denominar a prostituição infantil. Este é o caso bonito – não se aflija – , bonito à vista dos outros, porque os outros são sinistros. O que Paris e Lisboa e Londres, enfim as cidades europeias oferecem naturalmente, prolifera agora no Rio. A miséria desonesta manda as meninas, as crianças para a rua e explora-as. Há matronas que negociam com as filhas de modo alarmante. Há cavalheiros que fazem de colecionar crianças um esporte tranquilo. A cidade tem mesmo, não uma só, mas muitas casas publicamente secretas, frequentadas por meninas dos doze aos dezesseis anos. (RIO, 2006, p. 85)

Em “*Modern girls*”, portanto, não podemos dizer que haja, no olhar que se debruça sobre as drásticas mudanças de hábitos e o surgimento de novos sujeitos, ingenuidade ou leviandade por parte do observador. Embora, como afirma Renato Cordeiro Gomes, por vezes o espaço da crônica em João do Rio não figure como o mais adequado para o aprofundamento dos assuntos tratados, não raro parecendo que o autor “aponta para o leitor o propósito de não aprofundar-se no âmago das coisas” (2008, p. 120), existe uma reflexão que é crítica e lúcida acerca da realidade a que pertence, ainda que o próprio cronista se veja como mais um dos envolvidos pela convulsão da cidade vertiginosa.

O final da crônica, com a partida eufórica das garotas para mais um passeio de automóvel e o sugestivo flerte da menina mais nova com o desconhecido que chega à confeitaria, direciona para as transformações já assentadas no corpo social, apologista dos prazeres frívolos e efêmeros, mas, acima de tudo, modernos:

O bando ergueu-se. Houve um arrastar de cadeiras. Saiu a senhora gorda à frente. A menina mais velha seguida com um dos rapazes, que lhe segurava o braço. A menina menor também partia acompanhada pelo outro, que lhe dizia coisas ao ouvido. Ficamos sós – eu, o Pessimista e o homem nervoso da outra mesa, o tempo, aliás apenas para que o homem nervoso se levantasse, e, tomando de um lenço que ficara esquecido na mesa alegre, o embrulhasse com a carta... A menor das pequenas voltava, rindo, a dizer alto para fora:

— Esperem, é um segundo...

Correu à mesa, apanhou o lenço com a carta, lançou um olhar malicioso ao homem, e partiu lépida, sem se preocupar com o nosso juízo.

— Essas é que são as ingênuas? – berrou o Pessimista.

— Há ingênuas e ingênuas. Ingênuas xarope de groselhas...

— E ingênuas *whisky and Caxambu*?

— Exatamente. Esta, porém, é menos que *whisky*, e mais que xarope – e o comum das *modern girls* o que se pode chamar...

— Uma ingênuas *cock-tail*?

— E com ovo, excelente amigo, e com ovo! (RIO, 2006, p. 88-89)

As crônicas das quais aqui nos ocupamos, “Bendito *football*”, de Lima Barreto, e “*Modern girls*”, de João do Rio, expressam a sensibilidade literária de dois escritores que souberam, como poucos em sua época, refletir de forma penetrante acerca das profundas transformações pelas quais passava a sociedade carioca do início do século, bem como das agudas contradições subjacentes ao novo cenário urbano em ascensão. Souberam fazer da crônica, esse gênero híbrido, mescla de jornalismo e literatura, um veículo de crítica e reflexão que, nas mãos do artista refinado e sensível, ultrapassa a efemeridade dos noticiários jornalísticos, permanecendo viva e atual.

Em ambos os escritores, embora adotem posturas estéticas e ideológicas diferentes diante das transformações observadas no âmbito social, está em cena a preocupação em traçar o perfil da sociedade carioca que a todo custo “civiliza-se” e também o esforço de apreensão das novas formas de socialização que se fizeram no compasso frenético do processo de modernização da capital da República. Nas quatro crônicas ficam evidentes as mudanças ocorridas, as quais, no entanto, apenas mascaram, mas não eliminam, problemas graves da sociedade, como a corrupção, a hipocrisia, o preconceito, que ainda hoje, quase cem anos depois dos escritos de Lima e João do Rio, vicejam de forma exuberante em nossa sociedade contemporânea.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARRETO, Afonso Henriques de Lima. Bendito. Football. In: RESENDE, Beatriz (Org.). *Lima Barreto*. São Paulo: Global, 2005.

FANTINATI, Carlos Erivany. *O profeta e o escritor*. São Paulo: ILPHA- HUCITEC, 1978.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 18. ed. Rio de Janeiro: Loyola, 2009.

GOMES, Renato Cordeiro. *Todas as cidades, a cidade*. 2. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2008.

KEHL, Maria Rita. A criança e seus narradores. In: CORSO, Diana; CORSO, Mário. *Fadas no divã*. Porto Alegre: Artmed, 2006.

RIO, João do. *A alma encantadora das ruas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

\_\_\_\_\_. *Vida vertiginosa*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na primeira Primeira República*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003a.

\_\_\_\_\_. *Orfeu extático na metrópole*. São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Companhia das Letras, 2003b.

### **BIBLIOGRAFIA NÃO CITADA**

RODRIGUES, João Carlos. Introdução. In: RIO, João do. *Vida vertiginosa*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.



# A esperança vence o medo: paixões semióticas em discursos presidenciais

(Hope wins the fear: semiotic passions in the presidential discourses)

**Adriane Belluci Belório de Castro**

Universidade do Sagrado Coração (USC), Faculdade de Tecnologia de Botucatu (Fatec)

acastro@fatecbt.edu.br

**Abstract:** In this paper we intend to compare the manifestation of the passions hope and fear in the discursive construction of inaugural addresses of two republic presidents: Luiz Inácio Lula da Silva (Brazil, 2003) and Barack Hussein Obama (USA, 2009). For that propose, we use some theoretical assumptions of the French Semiotics to analyze discourses, and we also use some classic principles of the philosophic study on the passions. Thus, we observe some thematic similarities related to the passions, discursively constructed from the comparative analysis between two presidential pronouncements.

**Keywords:** political discourses; passion; Semiotics; Luiz Inácio Lula da Silva; Barack Hussein Obama.

**Resumo:** No presente artigo, pretendemos comparar a manifestação das paixões esperança e medo na construção discursiva de dois pronunciamentos de posse de presidentes da república, a saber: Luiz Inácio Lula da Silva (Brasil, 2003) e Barack Hussein Obama (EUA, 2009). Para tanto, utilizamos alguns pressupostos teóricos da Semiótica francesa para a análise de discursos, bem como certos princípios clássicos do estudo filosófico das paixões. Assim, a partir da análise comparativa dos dois pronunciamentos presidenciais, constatamos semelhanças temático-passionais discursivamente construídas.

**Palavras-chave:** discurso político; paixão; semiótica; Luiz Inácio Lula da Silva; Barack Hussein Obama.

## Introdução

Sabemos que a paixão é, para a Semiótica francesa, um dos fundamentais componentes de todo tipo de discurso. Ao tratar da paixão, a preocupação da semiótica não é focar psicologicamente o sujeito ou o discurso, mas abordar a linguagem numa perspectiva passional, ou seja, a intenção é observar a linguagem como veículo passional do discurso. Desse modo, o estudo semiótico da dimensão patêmica do discurso diz respeito à modulação dos estados de alma e procura descrever a variação contínua e instável dos próprios estados dos sujeitos inseridos no discurso.

Reconhecer e descrever uma paixão, ou um estado passional de um sujeito, é fundamental para se obter uma análise mais abrangente e completa de sua identidade, visto que a dimensão patêmica recobre um aspecto do comportamento do sujeito, influencia sua ação e modaliza sua presença no discurso e, conseqüentemente, no mundo.

A Semiótica reconhece que o componente patêmico perpassa todas as relações humanas. Uma vez que esse componente move a ação humana e que a enunciação discursiviza a subjetividade, as paixões estarão sempre presentes nos textos (FIORIN, 2007, p. 10) e, por meio deles, poderão ser analisadas.

Assim, neste trabalho, pretendemos observar a manifestação da paixão na construção discursiva de dois sujeitos políticos no papel temático de presidente, isto é,

nosso intuito é descrever como o componente patêmico é construído nos pronunciamentos de posse desses presidentes e quais efeitos de sentido são produzidos pela dimensão patêmica nesse tipo de discurso.

### ***Éthos, páthos e lógos na construção discursiva***

A retórica aristotélica nos concedeu os conceitos de *éthos*, *páthos* e *lógos*, fundamentais para o entendimento de todo e qualquer processo de construção discursiva.

Esses três níveis de instâncias do discurso interagem na produção do efeito de sentido persuasivo no auditório: a) o *éthos* é relativo ao caráter do orador; b) o *páthos* diz respeito à emoção do auditório e c) o *lógos* é o meio que diz respeito diretamente à argumentação ou à produção discursiva por parte do orador. Nesse sentido, em um ato de comunicação, na concepção aristotélica, esses três elementos – *éthos*, *páthos* e *lógos* – acham-se envolvidos.

Em uma abordagem semiótica, podemos associar tais elementos às três essenciais instâncias da enunciação: enunciador, enunciatário e discurso. Assim, respectivamente, teremos ligado ao enunciador a noção do *éthos*, ao enunciatário o *páthos* e, por fim, ao discurso a referência ao *lógos*.

De acordo com Fiorin (2008, p. 154), o *páthos* não é a disposição real do auditório, mas de uma imagem que o enunciador tem do enunciatário a qual estabelece coerções para o discurso. A imagem do enunciatário é um papel temático, composto de uma complexa rede de relações, que apresenta uma dimensão cognitiva, uma dimensão perceptiva e uma dimensão patêmica.

De modo recíproco, o enunciatário também entra em contato com uma imagem do enunciador que, por sua vez, também compreende algumas dimensões, entre elas: a cognitiva, a pragmática e a patêmica.

O discurso é o lugar de encontro entre esses dois sujeitos – enunciador e enunciatário – os quais se reconhecem por meio de imagens construídas pelo e no próprio discurso. O discurso, desse modo, pode ser definido como o âmbito dialético da construção do sentido o qual se projeta como reflexos distintos para os sujeitos.

Ainda em Fiorin:

Cícero diz que o orador precisa saber o que pensam (*cogitent*), sentem (*sentiant*), opinam (*opinentur*), esperam (*exspectent*) aqueles a quem se deseja persuadir. Isso quer dizer que essa imagem, consubstanciada num papel temático, tem uma dimensão cognitiva: de um lado ideológica, da ordem do saber (*cogitent*), de outro, da ordem do crer (*opinentur*); uma dimensão patêmica (*sentiant*) e uma dimensão perceptiva (*exspectent*). (FIORIN, 2008, p. 154-5)

Quanto maior e melhor a percepção que o enunciador tem (da imagem) do enunciatário, mais fácil se torna persuadi-lo. Por outro lado, quanto mais atraente parecer o enunciador para o enunciatário, mais este cederá aos argumentos e encantos daquele.

Em uma explicação análoga, Landowski (2002) nos apresenta os conceitos de identidade e alteridade como, respectivamente, as imagens do enunciador e do enunciatário, assim como se dá a relação entre estes sujeitos no discurso.

Para Landowski (2002, p. 31), são variadas as estratégias às quais um sujeito pode recorrer para configurar e gerar sua própria “identidade” ante a figura complementar que ele se dá como representação do “outro”. De qualquer modo, essas estratégias retomam as relações intersubjetivas vivenciadas, tais como se manifestam em um conjunto de práticas empiricamente observáveis.

Para o semioticista francês,

todos os meus modos de ser – minha língua, meu sotaque, minha nacionalidade, minha educação, minhas ‘ideias’ etc. –, adquiridos em contato com o meio em que vivo, fazem por si sós de mim o que eu ‘pareço’, isto é, pelo menos para os outros, o que eu ‘sou’.  
(LANDOWSKI, 2002)

Essa relação entre ser e parecer, descrita por Landowski (2002, p. 33), revela-nos que a forma como o outro “me vê” se confunde com aquilo que “eu sou”. Assim, “eu sou o que pareço ser para os outros”. Desse modo, a identidade (o “eu sou”) de um sujeito se constrói na interação com aquele que o observa e a quem ele se dirige. Se, como afirma Landowski, “eu sou o que pareço para os outros”, então, por um processo de correlação, é-nos pertinente sugerir que os candidatos Lula e Obama quiseram “parecer” o que os outros queriam que eles “fossem”.

Ainda explorando essa relação ser-parecer do “eu” em relação a “outros”, constatamos que a imagem do enunciador, refletindo a identidade do candidato, é construída sob a influência perceptiva, passional e cognitiva do enunciatário.

Na análise que realizamos, foi possível observar, em certo sentido, qual é a imagem desejada e esperada para um possível presidente da República.

Destacamos, então, alguns traços temáticos e figurativos que compõem o que parece ser o perfil desejado e esperado para um presidente. Separamos esses traços em função das dimensões pragmática, cognitiva e passional que estruturam um sujeito revestido no papel temático de presidente da República.

De acordo com Castro (2007, p. 174), na dimensão pragmática, um presidente deve ter boa aparência, exibir elegância e ser gentil. Na dimensão cognitiva, é necessário que ele seja eloquente, bom negociador e tenha bom senso (equilíbrio). Na dimensão patêmica, o que se espera é que um presidente seja um homem de família (amoroso), tenha bons relacionamentos (amizade/companheirismo), demonstre credibilidade (parecer verdadeiro) e, acima de tudo, inspire segurança (esperança/não-medo).

Os sujeitos analisados neste trabalho construíram essa imagem para seus interlocutores durante suas respectivas campanhas presidenciais. Além disso, eles pareceram ter uma percepção muito clara da imagem do enunciatário a que se dirigiram em seus discursos tanto de campanha quanto nos de posse.

Nessa relação de imagens entre os sujeitos, desenha-se o contorno passional do discurso. Está claro que esse contorno não se constrói isoladamente. Na verdade, ele está atrelado às demais dimensões já expostas: cognitiva e pragmática.

Exploraremos, a partir deste ponto, principalmente a construção da dimensão patêmica que envolve os enunciadores em seus respectivos pronunciamentos presidenciais. Nessa dimensão, restringiremos a análise das paixões esperança e medo projetadas no discurso.

## **Paixões semióticas: esperança e medo**

Paixão. Como descrevê-la?

Talvez a dificuldade em definirmos paixão se deva justamente pelo fato de que ela corresponda a um aspecto bastante complexo da natureza humana e que, por isso mesmo, seja abordado de modo fragmentado, incompleto, pois nos fogem determinados elementos que não podemos enxergar devido à posição pela qual os observamos.

Mesmo sendo complexo para definir, o verbete “paixão” aparece no *Dicionário de Filosofia* como “uma das categorias aristotélicas”; “opõe-se à ação como forma do ser se manifestar”; também é vista como “qualidade e conjunto de qualidades passivas do sujeito e do objeto em geral”; e ainda “tem sido empregado em sentido psicológico pelos antigos como forma de sentimentos, como tudo que se confunde à razão”.

De certo modo, tudo o que se faz ou acontece de novo é geralmente chamado pelos filósofos de paixão relativamente ao sujeito a quem isso acontece, e de ação relativamente àquele que faz com que aconteça.

Desse modo, vemos que, no contexto da análise discursiva que fizemos, a paixão “esperança” está associada ao sujeito enunciatário “povo” como a quem acontece algo novo; e essa paixão também está relacionada ao sujeito enunciador “presidente” como reflexo da ação manifestada por ele mesmo.

Como já afirmado anteriormente, as paixões estão sempre presentes nos textos. Sejam eufóricas – amor, confiança, alegria, esperança etc. – ou disfóricas – ódio, ciúme, tristeza, medo etc. –, as paixões manifestam-se nos textos frequentemente de modo intenso e são intrigantes componentes na construção do sentido dos discursos.

Em Chauí (2002), encontramos a definição que Espinosa propôs para esperança e medo:

A esperança (*spes*) é uma alegria instável nascida da ideia de uma coisa futura ou passada de cujo desenlace duvidamos em certa medida. [...] O medo (*metus*) é uma tristeza instável nascida da ideia de uma coisa futura ou passada de cujo desenlace duvidamos em certa medida. [...] Segue-se dessas definições que não há esperança sem medo, nem medo sem esperança. (p. 59)

Podemos verificar, com essas considerações de Espinosa, que esperança e medo são, em certo sentido e ao mesmo tempo, paixões contrárias e, em certa medida, complementares. Ambas trazem em si a dúvida (a incerteza) por ser muitas vezes o resgate de um passado que se projeta no futuro sem se poder precisar o resultado, logo, o que se produz no indivíduo, que sofre dessas paixões ou delas recebe influência, é um sentimento conflitante.

Embora uma remeta à alegria (sentimento eufórico) e outra, à tristeza (sentimento disfórico), o que vai determinar o domínio de uma sobre a outra, principalmente em um pleito eleitoral, serão os efeitos de sentido recebidos pelo eleitor por meio dos diversos textos com os quais ele entra em contato, sejam eles produzidos pela mídia ou pelo próprio candidato e sua equipe publicitária.

Se como afirmava Platão, “os homens obedecem uns aos outros por medo ou esperança” (CHAIA, 2004, p. 29) e, de modo semelhante, em *O Príncipe*, Maquiavel referiu-se às qualidades que o governante deve aparentar possuir e, neste caso, “é melhor ser amado do que temido” e, ainda, “melhor ser temido que odiado” (CHAIA, 2004, p. 29), podemos afirmar que as paixões esperança e medo são constantes no contexto político. Elas, na verdade, estimulam e impulsionam os cidadãos em determinadas sociedades. Elas estão sempre à espreita para serem acionadas como estratégias políticas, ora para derrubar um candidato, ora para fazer outro vencer uma disputa. A alternância entre elas depende do grau de intimidade patêmica experimentada pelos sujeitos (presidente e povo, por exemplo, em uma eleição).

Além do fazer crer que o sujeito político procura despertar no outro através de argumentos (fazer persuasivo) para convencê-lo (fazer interpretativo) de seu saber e poder fazer, é imprescindível que tal sujeito toque a “mola dos afetos”, e utilize os movimentos da alma que estimulem ou prolonguem certas emoções em seu interlocutor.

Na verdade, o outro julga um sujeito pelo que este sente, pela maneira como ele reage ao que sente, ou seja, o espectador aprovará ou desaprovará o sujeito se este souber usar convenientemente sua paixão. O que entra em jogo aqui é o modo (dimensão cognitiva) como o sujeito faz com que a paixão (dimensão patêmica) se submeta à sua ação (dimensão pragmática).

Assim, vemos que o discurso patemizado conduz-nos à apreensão *éthos* do enunciador (um ator da enunciação), que está tomado pelo sentimento que imprime ao produto de seu ato enunciativo; do mesmo modo que nos faz perceber o *páthos* do enunciatário projetado no próprio discurso do enunciador.

### **Contrato fiduciário de posse presidencial: a esperança une o eu ao outro**

Como mostram Greimas e Fontanille (1993, p. 230), o sujeito em quem se confia que fará alguma coisa para nós será um simulacro, uma imagem do outro que preside às relações intersubjetivas. Sempre nos relacionamos com imagens do outro, porque não podemos nunca ter acesso a suas intenções mais recônditas.

As eleições presidenciais, alvo deste estudo, foram realizadas respectivamente em outubro de 2002, no Brasil, e em novembro de 2008, nos Estados Unidos da América. Encerradas as apurações dos votos, eis os nomes dos novos presidentes: de um lado, Luiz Inácio Lula da Silva, que seria empossado em janeiro de 2003; de outro lado, Barack Hussein Obama, que tomaria posse em janeiro de 2009. Mas o que esses representantes políticos de histórias e países tão distintos têm em comum?

Seus discursos de pronunciamento de posse.

Ao analisarmos com atenção os discursos proferidos por Lula e por Obama, observaremos que há muitos aspectos semelhantes entre eles.

O primeiro e mais evidente deles é a recorrência às paixões medo e esperança. Entretanto, essa evidência vai revelar muitos outros pontos comuns entre os discursos dos representantes majoritários, tais como: a tônica da mudança necessária; do momento delicado por que passavam suas respectivas nações no momento de posse; suas origens; a imagem de si mesmos que passaram para o povo.

No papel temático de presidente, Lula e Obama, em seus respectivos pronunciamentos de posse, constroem discursos semelhantes, se levamos em conta a dimensão patêmica. Ambos têm diante de si um enunciatário semelhante: a sociedade

nacional (brasileira ou norte-americana) e internacional. E o momento de posse, marcado pelo estabelecimento de um novo contrato fiduciário entre representante eleito e eleitores, é um momento de se confirmar a confiança depositada e figurativizada por meio de votos.

Nesse contrato fiduciário, percebemos que um presidente recém-eleito é um sujeito que acabou de entrar em conjunção com um objeto de valor desejado (QUERER SER) e conquistado (PODER SER), logo, seu estado de alma, em princípio, é de euforia. No momento de posse, esse sujeito, frequentemente, se dirige àqueles que o elegeram para reafirmar as promessas (enunciador) – expectativas (enunciatário) lançadas durante a campanha eleitoral, bem como se volta àqueles que se opunham para tentar estabelecer uma nova relação.

Landowski, ao aproximar e discutir os conceitos de política e mudança, afirma que:

O que está em jogo, na espera de um possível diferente, não é unicamente [...] a esperança de um mundo-objeto, que seria diferente do que ele é; é também primordialmente, alguma coisa que tem relação com a gestão do sentimento de identidade dos próprios sujeitos, atores ou testemunhas do que muda em torno deles e com eles. (LANDOWSKI, 2002, p. 92)

Percebamos que o desejo de mudança vincula-se a noções de paixão e de identidade, visto que o sentimento manifestado pelos sujeitos em relação ao que está a sua volta, especificamente no contexto político-eleitoral, pode ser de medo ou esperança. Entretanto, a tendência a um ou outro se dá em função do reconhecimento de identidade entre os sujeitos representados e representantes: quanto maior o grau de identidade entre os sujeitos, maior a sensação de esperança.

Neste caso, pelo fato de tanto Lula quanto Obama condensarem em si mesmos uma diversidade de aspectos que os faz parecerem mais flexíveis e preparados para atenderem às expectativas de seus eleitores, a sensação de esperança atingiu um grau de destaque se levarmos em conta a imagem que cada um dos presidentes projetou para seus respectivos interlocutores. No entanto, aí reside mais uma aproximação entre eles: esses dois atores sociais representavam, em certo sentido, a mudança. Mudança desejada em ambos os contextos pela maioria do povo.

Ainda, em Landowski, lemos:

A mudança, esperada, desejada, assumida, torna-se paradoxalmente produtora de identidade. Aderir a ela, não é nesse caso ‘morrer um pouco’ deixando partir, com o que foi, uma parte de si que não será mais: é talvez, exatamente o contrário, um dos meios mais elementares de afirmar sua própria existência, tanto ao olhar de si mesmo como diante de outrem. É mudar se não ‘a vida’, em todo caso, o sentido de sua própria vida. (LANDOWSKI, 2002, p. 93)

Temos, assim, um forte argumento que explica o efeito de sentido da projeção da imagem/identidade desses candidatos como algo novo que sugere “uma alegria instável

em coisa futura cujo desenlace é duvidoso” (esperança segundo Espinosa) para seus interlocutores.

Tanto é que ambos, em seus textos-pronunciamentos, fazem menção à escolha do novo, à decisão pela mudança.

Em Lula (2003):

- (1) **Mudança**; esta é a palavra chave, esta foi a grande mensagem da sociedade brasileira nas eleições de outubro [...] e a sociedade brasileira **decidiu** que estava na hora de trilhar **novos caminhos**. (SILVA, 2003) (grifo nosso)

Em Obama (2009):

- (2) O que os cínicos não compreendem é que o contexto **mudou** totalmente – que os argumentos políticos arcaicos que nos consumiram por tanto tempo já não se aplicam. [...] Porque **o mundo mudou, e nós temos de mudar com ele**. (OBAMA, 2009) (grifo nosso)

Vale ressaltar que a palavra “novo/a” foi – ao lado de “nação” – a mais usada em todo o pronunciamento do presidente norte-americano. Essa recorrência aponta para o sentido de mudança que se desejava construir.

O tema mudança, marcado por figuras como “novos caminhos” e “o mundo mudou”, remete à ideia de “transferência”, “substituição”, “troca de um modelo por outro”, “renovação”, “deixar para trás o que é velho”, “experimentar o novo”, enfim, associa-se a “uma alegria instável nascida da ideia de uma coisa futura de cujo desenlace duvidamos em certa medida”. Corresponde, assim, à paixão “esperança”, aqui, fundada em dados imaginários, subjetivos (sujeito da expectativa – *páthos* do enunciatário).

Ao que se refere à aspectualização, podemos dizer que a esperança está atrelada ao ainda não começado.

Entretanto, em um pronunciamento, há o desejo de fazer permanecer a sensação despertada pela sensação positiva recebida no pleito eleitoral. Revigorada por palavras que deem mais intensidade aos efeitos de sentido do que se diz, tocando a mola dos afetos daqueles que se entregaram ao discurso proferido.

Assim, há de se observar outro aspecto: o da crise instalada.

Em Lula (2003):

- (3) Diante do esgotamento de um modelo que, em vez de gerar crescimento, produziu estagnação, desemprego e fome; diante do fracasso de uma cultura do individualismo, do egoísmo, da indiferença perante o próximo, da desintegração das famílias e das comunidades. Diante das ameaças à soberania nacional, da precariedade avassaladora da segurança pública, do desrespeito aos mais velhos e do desalento dos mais jovens; diante do impasse econômico, social e moral do País, a sociedade brasileira escolheu mudar e começou, ela mesma, a promover a mudança necessária. (SILVA, 2003)

Em Obama (2009):

- (4) Que estamos no meio de uma crise agora já se sabe muito bem. Nossa nação está em guerra contra uma extensa rede de ódio e violência. Nossa economia está muito enfraquecida, uma consequência da ganância e irresponsabilidade por parte de alguns, mas também de nossa falha coletiva em fazer escolhas difíceis e em preparar a nação para uma nova era. Lares foram perdidos; empregos cortados; empresas fechadas. Nosso sistema de saúde é caro demais; nossas

escolas falham demais; e cada dia traz mais provas de que a maneira como utilizamos energia fortalece nossos adversários e ameaça nosso planeta. (OBAMA, 2009)

Outras paixões aparecem ao longo do texto, envolvidas pelo contexto que se apresenta, e necessárias para aquele que se deseja construir. Observando os trechos a seguir, podemos constatar isso.

Em Lula (2003),

- (5) ...mudar com **coragem** e cuidado, **humildade** e **ousadia**” [...] “Se queremos transformá-lo, a fim de vivermos em uma Nação em que todos possam andar de cabeça erguida, teremos de exercer quotidianamente duas virtudes: a **paciência** e a **perseverança**. (SILVA, 2003) (grifo nosso)

Em Obama (2009):

- (6) Hoje, eu digo a você que os desafios que enfrentamos são reais. Eles são sérios e são muitos. **Eles não serão encarados com facilidade ou num curto período de tempo. Mas saiba disso, América – eles serão encarados.** (OBAMA, 2009) (grifo nosso)

Reconhecemos nesses trechos as mesmas paixões: coragem, ousadia, perseverança e paciência. Explicitadas em Lula (2003), essas paixões aparecem figurativizadas em Obama (2009) da seguinte forma: “Eles (desafios) não serão encarados com facilidade” corresponde à “coragem”, “ousadia”; “...ou num certo período de tempo” equivale à “paciência”, “perseverança”.

Lula, em 2003, declarava:

- (7) Sim, temos uma mensagem a dar ao mundo: temos de colocar nosso projeto nacional democraticamente em diálogo aberto, como as demais nações do planeta, **porque nós somos o novo, somos a novidade de uma civilização que se desenhou sem temor**, porque se desenhou no corpo, na alma e no coração do povo, muitas vezes, à revelia das elites, das instituições e até mesmo do Estado. (SILVA, 2003) (grifo nosso)

E Obama (2009):

- (8) **Ainda somos uma nação jovem**, mas, nas palavras da Escritura, chegou a época de deixar de lado essas coisas infantis. Chegou a hora de reafirmar nosso espírito de resistência para escolher nossa melhor história; para levar adiante o dom preciso, a nobre ideia passada de geração em geração: a promessa divina de que todos são iguais, todos livres e todos merecem buscar o máximo de felicidade. (OBAMA, 2009) (grifo nosso)

À certa altura, torna-se difícil discernir uma ou outra voz dos presidentes.

No entanto, mesmo revelando particularidades de cada país, os discursos presidenciais apontam para semelhantes aspectos de formação sócio-cultural entre Brasil e Estados Unidos.

Por exemplo, em Lula (2003):

- (9) Construiu, ao longo do século, **uma nação plural, diversificada**, contraditória até, mas que se entende de uma ponta a outra do Território. Dos encantados da Amazônia aos orixás da Bahia; do frevo pernambucano às escolas de samba do Rio de Janeiro; dos tambores do Maranhão ao barroco mineiro; da arquitetura de Brasília à música sertaneja. Estendendo o arco de sua multiplicidade nas culturas de São Paulo, do Paraná, de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul e da Região Centro-Oeste. Esta é uma nação que fala a mesma língua, partilha os mesmos valores fundamentais, se sente que é brasileira. Onde a **mestiçagem e o sincretismo se impuseram**, dando uma contribuição original ao mundo, onde **judeus e árabes conversam sem medo**, onde toda migração é bem-vinda, porque sabemos que em pouco tempo, pela nossa própria



capacidade de assimilação e de bem-querer, cada migrante se transforma em mais um brasileiro. (SILVA, 2003) (grifo nosso)

Assim como em Obama (2009):

- (10) Porque nós sabemos que **nossa herança multirracial é uma força**, não uma fraqueza. Somos **uma nação de cristãos e muçulmanos, judeus e hindus** – e de pessoas que não possuem crenças. Nós somos moldados por **todas as línguas e culturas**, trazidas de todos os confins da terra; e porque já experimentamos o gosto amargo da Guerra Civil e da segregação e emergimos desse capítulo sombrio mais fortes e mais unidos, não podemos evitar de acreditar que os velhos ódios um dia irão passar; que as linhas que dividem tribos em breve irão se dissolver; que, conforme o mundo fica menor, nossa humanidade em comum irá se revelar; e que a América deve desempenhar seu papel de nos conduzir a essa nova era de paz. (OBAMA, 2009) (grifo nosso)

A origem humilde de cada presidente também é evocada como um ingrediente a mais da dimensão patêmica do sujeito enunciador, como em Lula (2003):

- (11) Quando **olho a minha própria vida de retirante nordestino, de menino que vendia amendoim e laranja no cais de Santos**, que se tornou torneiro mecânico e líder sindical, que um dia fundou o Partido dos Trabalhadores e acreditou no que estava fazendo, que agora assume o posto de Supremo Mandatário da Nação, vejo e sei, com toda a clareza e com toda a convicção, que nós podemos muito mais. (SILVA, 2003) (grifo nosso)

Ou em Obama (2009):

- (12) Esse é o significado de nossa liberdade e nosso credo – o motivo pelo qual homens e mulheres e crianças de todas as raças e todas as fés podem se unir em celebração por todo este magnífico local, e também o porquê de **um homem cujo pai há menos de 60 anos talvez não fosse servido num restaurante local** agora poder estar diante de vocês para fazer o mais sagrado juramento. (OBAMA, 2009) (grifo nosso)

Lula (2003) finaliza seu pronunciamento da seguinte forma:

- (13) Este é um país que pode dar, e vai dar um verdadeiro salto de qualidade. Este é o País do novo milênio, pela sua potência agrícola, pela sua estrutura urbana e industrial, por sua fantástica biodiversidade, por sua riqueza cultural, por seu amor à natureza, pela sua criatividade, por sua competência intelectual e científica, por seu calor humano, pelo seu amor ao novo e à invenção, mas, sobretudo, pelos dons e poderes do seu povo. O que nós estamos vivendo hoje neste momento, meus companheiros e minhas companheiras, meus irmãos e minhas irmãs de todo o Brasil, pode ser resumido em poucas palavras: **hoje é o dia do reencontro do Brasil consigo mesmo**. (SILVA, 2003) (grifo nosso)

E Obama (2009), antes de encerrar seu discurso, afirma:

- (14) Nossos desafios podem ser novos. Os instrumentos com os quais as enfrentamos podem ser novos. Mas os valores dos quais nosso sucesso depende – trabalho árduo e honestidade, coragem e *fair play*, tolerância e curiosidade, lealdade e patriotismo –, essas coisas são antigas. Essas coisas são verdadeiras. Elas foram a força silenciosa do progresso ao longo de nossa história. O que é exigido então **é um retorno a essas verdades**. [...] Por isso, **marquemos este dia lembrando quem somos e quão longe já chegamos**. (OBAMA, 2009) (grifo nosso)

Ressaltamos ainda que a esperança vence o medo em eleições presidenciais, desde que se consiga garantir a aproximação e a identidade entre os interlocutores, e isto é possível graças à construção do *éthos* do enunciador dirigido ao *páthos* do enunciatário.

- (15) **A esperança finalmente venceu o medo** e a sociedade brasileira decidiu que estava na hora de trilhar novos caminhos. [...] Creio num futuro grandioso para o Brasil, porque a nossa alegria é maior do que a nossa dor, a nossa força é maior do que a nossa miséria, **a nossa esperança é maior do que o nosso medo.** (SILVA, 2003) (grifo nosso)
- (16) Neste dia, nos reunimos porque **escolhemos a esperança no lugar do medo**, a unidade de propósito em vez do conflito e da discórdia.[...] Que seja contado ao mundo futuro... Que no auge de um inverno, **quando nada além de esperança e virtude poderiam sobreviver...** Que a cidade e o país, alarmados com um perigo em comum, se mobilizaram para enfrentá-lo. América. Diante de nossos perigos em comum, neste inverno de nossas dificuldades, deixe-me lembrá-los dessas palavras imortais. **Com esperança e virtude, vamos enfrentar mais uma vez** as correntes gélidas e suportar as tempestades que vierem. Que os filhos de nossos filhos digam que, quando fomos colocados à prova, nós nos recusamos a deixar esta jornada terminar, que nós não demos as costas e nem hesitamos; e com os olhos fixos no horizonte e com a graça de Deus sobre nós, **levamos adiante o grande dom da liberdade e o entregamos com segurança às gerações futuras.** (OBAMA, 2009) (grifo nosso)

Mediante a análise comparativa realizada, podemos afirmar que o *éthos* do enunciador construído nesses discursos presidenciais é o de um salvador, de um redentor, de um herói, aquele que, finalmente, virá para acabar com as injustiças e resolver todos os problemas e, neste sentido, atende às expectativas do enunciatário cujo *páthos* está cheio de esperança.

### Considerações finais

Na perspectiva semiótica, então, a paixão é vista como a aproximação entre sentir, conhecer e fazer. Essa aproximação deixa-se reconhecer no discurso como efeito de sentido, isto é, a paixão se manifesta no nível discursivo através de diversas substâncias da expressão, antes, porém, toma corpo e se molda nos níveis mais profundos do percurso gerativo do sentido. A paixão, então discursivizada, apresenta como principal característica a projeção e a operacionalização de simulacros. Assim, ela comanda as estratégias intersubjetivas: cada sujeito adapta seu discurso em função da previsibilidade da estrutura passional de seu interlocutor.

Para encerrarmos, é-nos lícito afirmar que Lula e Obama, ambos no papel temático de presidente da República, construíram uma imagem semelhante do ponto de vista cognitivo, pragmático e, principalmente, patêmico para seus respectivos interlocutores. Os temas escolhidos, as isotopias construídas, a figurativização esboçada, o nível de linguagem empregado confirmam, na materialidade discursiva, o *éthos* do enunciador “presidente-salvador”, ao mesmo tempo em que projetam o *páthos* do enunciatário “povo-esperançoso”.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASTRO, A. B. B. *O discurso jornalístico impresso na construção de um sujeito político: o candidato à presidência Luiz Inácio Lula da Silva.* 2007. 263 f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras da UNESP, SP, Araraquara, 2007.

CHAIA, V. Eleições no Brasil: o “medo” como estratégia política. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas (Org.). *Eleições presidenciais em 2002 no Brasil.* São Paulo: Hacker, 2004. p. 29-52.

CHAUÍ, M. Sobre o medo. In: CARDOSO, S. et al. *Os sentidos da paixão*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 35-75.

FIORIN, J. L. *Em busca do sentido: estudos discursivos*. São Paulo: Contexto, 2008.

\_\_\_\_\_. Semiótica das paixões: o ressentimento. *Alfa*, São Paulo, v. 51, n. 1, p. 9-22, 2007.

GREIMAS, A. J.; FONTANILLE, J. *Semiótica das paixões: dos estados das coisas aos estados da alma*. Tradução de Maria José Rodrigues Coracini. São Paulo: Ática, 1993.

LANDOWSKI, E. *Presenças do outro*. São Paulo: Perspectiva, 2002.

OBAMA, B. H. *Discurso de posse do presidente da República*. Disponível em: <<http://www.g1.com.br>>. Acesso em: 05 fev. 2009.

SILVA, L. I. L. *Discurso do presidente da República*. Disponível em: <<http://www.presidenciadarepublica.gov.br>>. Acesso em: 20 jan. 2003.

# Ensino/aprendizagem de língua materna: Uma análise sociosemiótica

(Mother language teaching/learning: a socio-semiotics analysis)

**Silvia Cristina de Oliveira Quadros**

Centro Universitário Adventista de São Paulo (UNASP)

silvia.sicrist@gmail.com

**Abstract:** This research consisted of a study about the processes of teaching and learning the mother language. For this, we present an analysis based on the Portuguese Language Classes Planning and questionnaires answered by teachers and texts written by students from the last two years of Elementary School and High School. This paper is part of an extensive post-doctoral study under the view of a Socio-Semiotics of Pedagogical Discourse Universe analysis, which is based on three levels of the generative path of meaning. With this research, we aim to contribute to the understanding of mother language teaching and learning. This study showed that the divergence of the paths taken by the subjects make them carry the same learning problems: non-acquisition of the linguistic competence, which means, the student knows the structure but doesn't know how to use the standard language.

**Keywords:** education; Linguistics; mother language; Socio-Semiotics.

**Resumo:** O presente estudo constitui-se de uma reflexão sobre os processos de ensino/aprendizagem da língua materna e, para tanto, apresentaremos uma análise realizada com base em Planos de Ensino de Língua Portuguesa, questionários aplicados aos docentes e textos produzidos por alunos de 7<sup>a</sup> e 8<sup>a</sup> do Ensino Fundamental e das três séries do Ensino Médio. Este artigo é parte de um extenso estudo realizado no estágio de pós-doutorado, constituído de uma análise sociosemiótica do Universo de Discurso Pedagógico. A análise baseia-se nos três patamares do percurso gerativo do sentido. Com esse estudo, objetivamos contribuir para que os educadores possam construir os processos de ensino/aprendizagem da língua materna de forma eficaz. O estudo realizado demonstrou que a divergência dos percursos dos sujeitos faz com que ele permaneça sempre com a mesma dificuldade: a não-aquisição da competência: uso da norma-padrão da língua.

**Palavras-chave:** educação; língua materna; Linguística; Semiótica; Sociossemiótica.

## Introdução

O presente artigo é parte dos resultados encontrados em nossa pesquisa realizada em nível de pós-doutorado. A pesquisa completa teve como *corpus* a análise dos seguintes documentos: Plano Nacional de Educação, Textos da Proposta Pedagógica da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, propostas pedagógicas de seis escolas de uma cidade da Grande São Paulo – planos de ensino dos professores dessas escolas – um total de 22 docentes, textos de alunos do Ensino Fundamental (7<sup>a</sup> e 8<sup>a</sup>) e do Ensino Médio, e os conceitos dos alunos no exame do SARESP (Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar no Estado de São Paulo).

Aqui, nesta publicação, apresentamos a análise do Plano de Ensino de Língua Portuguesa (PELP), o percurso docente no universo de discurso pedagógico, tomando como base as respostas dadas ao questionário aplicado aos 22 docentes das seis escolas

---

<sup>1</sup> Atuais 8<sup>o</sup>. e 9<sup>o</sup>. anos do Ensino Fundamental.

que fizeram parte da pesquisa e os resultados encontrados na análise dos textos dos alunos.

Sendo o discurso analisado pertencente ao Universo de Discurso (UD) não-literário, ou seja, inserido no UD social, será a Sociossemiótica, um ramo da Semiótica, que nos subsidiará para o estudo do *corpus*.

Para tanto, partindo dos dados encontrados no *corpus* e da teoria sociossemiótica, objetivamos apresentar a relação entre os percursos do docente e dos discentes a fim de caracterizar os processos de ensino/aprendizagem da língua materna.

Consideramos que é importante reconstruir o percurso docente com o intuito de verificar como se constituem os percursos dialéticos desses sujeitos no UD no interior do ambiente escolar e avaliar em que medida os discursos entram em estado de conjunção ou disjunção, visando a tornar o processo de ensino/aprendizagem da língua materna mais eficaz.

### **Pressupostos teóricos**

O percurso gerativo reconstrói semioticamente o sentido do texto, com base nos níveis de superfície e profundo. A seguir, descreveremos cada nível, explicitando suas características e funcionamento.

No nível de superfície, há o patamar narrativo, que consiste no encadeamento de estados e transformações do sujeito; e o patamar discursivo, em que há o encadeamento de figuras e temas, e dos efeitos de sentido. No nível profundo, detectamos uma rede de relações dos valores — a axiologia que sustenta a narrativa.

A seguir, explanaremos cada patamar do percurso gerativo: estrutura narrativa, discursiva e profunda.

#### **Estrutura narrativa**

A narrativa se organiza em uma ordenação de episódios, uma sucessão de enunciados narrativos. Uma narrativa se instaura na medida em que são instaurados um sujeito e um objeto de valor. Essa organização implica duas relações fundamentais: a primeira, entre sujeitos e objetos — que consiste em uma relação conflituosa de busca; a segunda, entre destinador e destinatário — uma relação de comunicação do objeto. Há, ainda, outras relações actanciais como a do adjuvante e a do oponente em relação ao sujeito. Destarte, a narrativa pode ser caracterizada como uma circulação de objetos de valor entre os sujeitos, em que cada estado é definido pela conjunção ou disjunção do sujeito em relação ao objeto de valor; e “como uma sucessão de estabelecimentos e de rupturas de contratos entre um destinador e um destinatário” (BARROS, 1994, p. 16).

A sintaxe narrativa compõe-se de relações fundamentais como:

— a relação de junção (conjunção/disjunção) entre sujeito e objeto de valor, que revela o sujeito de estado;

— a relação de transformação, que revela o sujeito do *fazer*.

Essas relações geram dois tipos de enunciados:

1) enunciados de estado, que podem ser:

— enunciado de estado conjunto e de enunciado de estado disjunto.

2) enunciados do sujeito do *fazer*, que regem os enunciados de estado, e consistem na passagem de um estado a outro:

— transformação de conjunção — em que o sujeito passa de um estado disjuntivo a um estado conjuntivo.

— transformação de disjunção: em que o sujeito passa de um estado conjuntivo a um estado disjuntivo.

### **Programa Narrativo (PN)**

Os programas narrativos constituem-se de uma sequência de transformações que ocorrem com base na relação: sujeito-objeto de valor, em que o sujeito sofre mudanças de estado e o encadeamento dessas transformações pode resultar em vários tipos de programas como: programa de aquisição, apropriação, ou no caso do dom, a atribuição – quando o estado final do sujeito é de conjunção com o objeto de valor; de privação, despossessão; ou renúncia – quando resulta em disjunção.

O programa narrativo pode ser simples ou complexo e hierarquizado em programa principal (PN) e programas auxiliares (Pnas) ou de uso, realizados em busca do objeto de valor, que pode ser classificado em modal (*querer, dever, saber e poder-fazer*), quando se refere à competência modal do sujeito; e como valores descritivos: sendo, cognitivo (bens partilháveis) e pragmático (bem não-compartilhado, que cria a estrutura polêmica do discurso).

Os programas narrativos organizados hierarquicamente constituem os percursos narrativos do sujeito, que englobam o programa de competência e o de *performance* (ou desempenho). O percurso do sujeito é caracterizado pelas relações estabelecidas pelos actantes na narrativa que assumem papéis actanciais que, na estrutura discursiva, recebem o nome de atores; entretanto, a correspondência actante-ator nem sempre é biunívoca, pois o ator é o lugar de convergência de *n* papéis actanciais.

E, ainda, em relação ao sujeito, é oportuno ressaltar o seu modo de existência semiótica: o virtual, o atualizado e o realizado. Esses três estados narrativos designam a condição do sujeito em relação ao objeto de valor buscado, sendo, o virtual – o estado anterior à aquisição do objeto; o atualizado – estado de disjunção em relação ao objeto de valor e o realizado – o estado final, ou seja, o sujeito em conjunção com o objeto de valor.

Além do percurso do sujeito, há os percursos do destinador-manipulador e do destinador-julgador. O percurso do destinador-manipulador é caracterizado pela doação da competência modal e o estabelecimento de um contrato entre destinador e sujeito, que assume, então, o papel de destinatário e *crê* nos valores que lhe são apresentados pelo destinador. O *fazer-persuasivo* do destinador-manipulador pode se dar na ordem do *saber* por meio da provocação, da sedução e na ordem do *poder*, por meio da tentação e intimidação. Assim, observamos que a relação entre o destinador e o destinatário é hierárquica. O percurso do destinador-julgador consiste na avaliação do desempenho do sujeito manipulado com a sanção positiva ou deceptiva.

É importante destacar que, no desenvolvimento de um PN, há o estabelecimento de um programa narrativo inverso ou anti-programa em que surge o sistema de oposição com os seus actantes: anti-sujeito, anti-destinador.

O percurso realizado pelo sujeito pode ser caracterizado pela narrativa da vitória, quando seu estado final é eufórico, e do fracasso, quando disfórico.

## Esquema Narrativo

O esquema narrativo é o encadeamento lógico dos percursos dos actantes da narrativa e apresenta os percursos do destinador e do destinatário sujeito.

As modalidades caracterizam o actante no nível da competência e do desempenho (*performance*). Quanto às modalidades relacionadas às competências, há as virtualizantes: *querer (fazer) / dever (fazer) / crer*; as atualizantes: *poder (fazer) / saber (fazer)* e as relacionadas ao desempenho: *fazer/ser*.

A modalização pode se dar sobre o *ser* ou sobre o *fazer*. A modalização do *fazer* caracteriza o sujeito do *fazer* e pressupõe as modalidades de competência como o *querer, poder, dever, saber-fazer*. As modalidades *querer/dever* (virtualizantes) instauram o sujeito do *fazer* na narrativa e um novo actante – o destinador, que é aquele que comunica ao sujeito os valores modais. As modalidades actualizantes (*poder e saber*) determinam a ação do sujeito do *fazer*, sua capacidade e referem-se à sua prontidão para a realização da *performance* (ou desempenho).

A organização das modalidades na narrativa depende das relações intersubjetivas que vão determinar os papéis actanciais de cada sujeito, descritos pelas combinações de modalidades e suas negações.

O *fazer interpretativo* se realiza com base nas relações existentes entre os planos de manifestação e de imanência da veridicção.

## Estrutura Discursiva

O patamar das estruturas discursivas é o nível mais superficial do percurso. Nesse patamar ocorrem as manifestações das estruturas narrativas, onde o sujeito da enunciação, pelo processo de camuflagem, apresenta-se no enunciado de forma objetiva ou subjetiva, deixando no enunciado marcas de tempo, espaço; objetivando por meio do *fazer persuasivo* manipular o sujeito enunciatário, que realizará o *fazer interpretativo* do enunciado com base nas marcas de enunciação (PAIS, 1993, p. 493; GREIMAS; COURTÉS, 1979, p. 41).

Greimas e Courtés, no *Dicionário de Semiótica* (1979, p. 95, 146), definem enunciação com base em dois critérios: o primeiro, como estrutura não-linguística e, o segundo, como uma instância linguística. Aquele leva ao entendimento da enunciação como ato de linguagem, e este à concepção de enunciação como uma “instância que possibilita a passagem entre a competência e a performance (linguísticas); entre as semióticas virtuais, de cuja atualização ela deve encarregar-se, e as estruturas realizadas sob a forma de discurso”, ou seja, o mecanismo de mediação entre a língua e o discurso.

Os mesmos autores propõem a existência da enunciação propriamente dita, que pressupõe o enunciado, e da *enunciação enunciada* que é um simulacro do *fazer enunciativo* no discurso (GREIMAS; COURTÉS, 1979). Admitem, ainda, a intencionalidade na enunciação como uma visão de mundo, uma relação orientada, que permite ao sujeito construir a si mesmo e ao mundo.

O sujeito enunciativo pode fazer uso dos mecanismos de embreagem e debreagem. A embreagem pode se dar no âmbito do sujeito, do tempo e do espaço (eu - aqui - agora) e marca a projeção do sujeito da enunciação no enunciado. A debreagem é a projeção no enunciado de um não-eu / não-aqui / não-agora. Esses mecanismos (embreagem / debreagem) criam o efeito de sentido de subjetividade e objetividade.

Para os enunciados expressos em primeira pessoa, denomina-se *debreagem enunciativa*, para os enunciados em terceira pessoa – *debreagem enunciva* e essas *debreagens* caracterizam a enunciação enunciada e o enunciado propriamente dito.

### Estrutura Profunda

Esse plano do percurso é denominado *estrutura elementar da significação* e contém as oposições subentendidas da narrativa que abordam um universo semântico determinado.

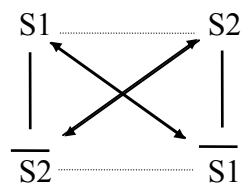
Nesse nível do percurso, é possível determinar a rede de relações de significação que constituem o texto com base na relação de oposição entre dois termos contrários que possuem seus complementares e contraditórios.

Essa rede de relações estabelecida é dinâmica e permite a passagem de um eixo a outro, gerando o percurso dialético.


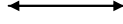

O quadrado semiótico consiste na “representação visual da articulação lógica de uma categoria semântica qualquer”, sendo, portanto, um modelo que representa as relações de oposições de modo a evidenciar as articulações da significação do texto, destacando a forma do sentido (GREIMAS; COURTÉS, 1979, p. 364).

Nesse nível do percurso, a axiologia é desvelada, ou seja, os sistemas de valores (morais, lógicos, estéticos) são explicitados, deixando aflorar a ideologia subjacente aos percursos analisados nos outros patamares.

É possível determinar a rede de relações de significação que constituem o discurso com base na relação de oposição entre dois termos contrários que possuem seus complementares e contraditórios, conforme verificamos na estrutura do quadrado lógico:



(cf. GREIMAS; COURTÉS, 1979, p. 365-368)

-  relação entre contrários
-  relação entre contraditórios
-  relação entre complementares

Indo além do quadrado lógico, utilizaremos na análise o octógono semiótico, modelo proposto por Pais (1993), que apresenta as relações de significação entre os termos complementares (S1 e S2; S2 e S1), contrários (S1 e S2) e subcontrários: S2 e S1), proporcionando a compreensão completa do sentido.

### Sociossemiótica – As estruturas de poder

As estruturas de poder de um discurso, segundo Pais (1993, p. 495-521), são descritas com base nas modalidades transfrásticas, resultando de uma combinatória de modalidades sintagmaticamente ordenadas, que determina a estrutura de poder do discurso e delinea seus processos de produção, como resultante de uma modalização e sobremodalização que definem o estatuto sociossemiótico do discurso analisado.



A sociosemiótica subsidia o estudo de discursos sociais não-literários, designados como sociais e se caracterizam por terem sujeitos coletivos.

Os universos de discurso se interagem e geram vários processos de sobremodalizações que por meio das combinações das modalidades complexas produzem vários outros microuniversos de discursos (PAIS, 1993, p. 499).

No espaço escolar encontramos um Universo de Discurso complexo que, pela combinação de modalidades, forma o universo de discurso pedagógico (doravante, UDP), que se caracteriza pela combinação de várias modalizações e sobremodalizações, visto ser um universo complexo e composto por várias relações entre os sujeitos que o compõem.

O UDP pressupõe: a existência da circulação do *saber*, do estabelecimento de competências e habilidades, avaliação de aptidões e vocação, além de desenvolver a consciência e ação profissional e de cidadania dos sujeitos. Assim, em sua composição entrarão os demais discursos, entretanto, será a forma e a força da presença de cada universo de discurso que constituirá um UDP mais condizente com as necessidades reais dos sujeitos ou com um UDP mais próximo ao Universo de Discurso Burocrático.

Com base nessas considerações teóricas apresentadas, é possível compreender o percurso que trilhamos na análise e reflexões que realizamos no estudo do *corpus*. E, assim, estabelecer uma ponte entre a teoria, a análise e a reflexão que ela nos permite.

## **Metodologia de análise**

Os materiais que constituíram o *corpus* se compõem dos seguintes documentos: Planos de Ensino de Língua Portuguesa (doravante, PELP) de 7<sup>a</sup> e 8<sup>a</sup> séries do Ensino Fundamental e das três séries do Ensino Médio de seis escolas de uma cidade da Grande São Paulo, questionários aplicados aos 22 docentes participantes da pesquisa e 850 textos de alunos do EF (7<sup>a</sup> e 8<sup>a</sup>) e EM.

O processo de análise do *corpus* fundamenta-se na teoria semiótica e sociosemiótica, conforme acima descrita.

Cada docente participante respondeu a um questionário composto por questões objetivas e subjetivas, que serão a base para a reconstituição do percurso docente segundo as estruturas dos patamares: narrativo, discursivo e profundo e suas relações com os percursos propostos no PELP – documento produzido pelo docente, que cotejamos por meio do percurso gerativo do sentido e estabelecidas as relações com os demais elementos que compõem o *corpus* da pesquisa.

Os textos dos alunos foram caracterizados pelos seguintes critérios linguísticos: coerência em relação à proposta solicitada pelo docente – a tipologia textual; coerência temática – o desenvolvimento do texto segundo o título proposto; coesão – elementos de coesão recorrencial, sequencial e referencial e, por último, o domínio da norma-padrão da língua.

## **Análise dos resultados**

### **Plano de Ensino de Língua Portuguesa – PELP**

O PELP, documento de apoio ao trabalho docente, construído por ele, deve estar em plena sintonia com a Proposta Pedagógica da Escola (doravante, PPE) e delinear o

percurso que os alunos devem realizar para alcançar o objeto de valor (doravante, Ov) proposto pela escola na PPE e o Ov proposto pelo docente.

O PELP das escolas apresenta uma estrutura básica existente anterior à proposta pedagógica de organizar o ensino por competências e habilidades. Assim, houve uma alteração nas diretrizes propostas pelo Plano Nacional de Educação, pelos Parâmetros Curriculares nacionais e não houve uma adaptação do Plano de Ensino a esses novos moldes ideológicos.

O PELP reproduz a mesma natureza discursiva da PPE, os Ovs são amplos, a descrição dos percursos que os alunos deverão realizar fica prejudicada pela desconexão entre os tópicos do plano. E há planos que apresentaram apenas a descrição do conteúdo a ser estudado no decorrer do ano letivo. Os objetivos específicos são construídos em uma linguagem abstrata, que não permite sua mensuração e evidencia o *fazer*-docente mais que o discente. Além de propor o estudo da língua mais como uma atividade metalinguística que epilinguística. Como exemplo: a escola 1, que, para alcançar o Ov: *ser leitor e ter pleno desenvolvimento como cidadão e pessoa*, inicia o seu Programa Narrativo (PN) em busca do Ov: *analisar os níveis morfológicos e sintáticos da língua*. Além de o Ov principal ser global, o Ov inicial de busca não levará o sujeito ao estado de conjunção com o Ov principal.

No PELP não há uma descrição detalhada do percurso docente como destinador-julgador, ou seja, aquele que verificará se o sujeito conseguiu entrar em conjunção ou não com o Ov proposto. Assim como não há uma descrição completa da avaliação, havendo, apenas, a descrição sucinta de alguns tipos de instrumentos que serão utilizados, sem que os critérios estejam explícitos de forma clara.

Considerando que os Ovs propostos aos alunos na PPE e no PELP são uma reprodução dos Programas Narrativos dos destinadores, hierarquicamente superiores e, portanto, amplos, os alunos não entram em conjunção com os Ovs principais na fase escolar, como por exemplo: “ter pleno desenvolvimento como cidadão e pessoa” – visto ser esse Ov, demasiadamente, amplo e indefinido, sendo dessa forma, impossível de ser alcançado sem que haja um desdobramento para que seja buscado parcial e, concretamente, dentro do período estudantil. Assim, os alunos entrarão em conjunção apenas com alguns Ovs propostos nos Programas Narrativos e formarão várias fases de conjunção.

### **Percurso docente**

Cada docente participante respondeu a um questionário composto por questões objetivas e subjetivas,<sup>2</sup> que tomamos como base para a reconstituição do percurso docente.

O percurso docente das escolas analisadas é caracterizado pelo estado disfórico dos sujeitos. Os docentes são instaurados na narrativa como sujeito do *dever* e como um sujeito do *fazer*, sendo a principal modalidade que os caracteriza: *dever-fazer*.

No geral, o PN docente das escolas é caracterizado além do *dever-fazer* pelo *querer-fazer*, movido pelo *crer*. Na maioria das escolas o *crer-poder-fazer* se sobrepõe ao *não-poder-fazer* que gera a busca pelo *querer-saber-fazer*, a reativação da crença do *poder-fazer*.

---

<sup>2</sup> Não nos deteremos na apresentação detalhada do questionário aplicado visto que apresentamos neste artigo apenas a análise global.

Vejam os trechos do discurso dos docentes:

- (1) Acredito que ainda podemos fazer mais pelos nossos alunos (...) não podemos deixar de acreditar que somos capazes de transformar...  
O educador da rede pública deve atuar na direção do progressivo desenvolvimento...
- (2) Importantíssimo, pois enfrentamos várias dificuldades, estamos sempre estimulando, motivando nossos alunos a continuar no caminho certo que só conseguirão com muito estudo, dedicação e compromisso.
- (3) Tenho realizado vários projetos com os alunos...  
Trabalhamos com diversos projetos...  
Faço cursos de aperfeiçoamento...  
Estou fazendo todos os cursos promovidos...  
...Não falto...
- (4) Tenho levado o maior número e variedade de textos para a sala de aula. Com estes textos tenho criado diversas situações e atividade ...Tenho desenvolvido um projeto...

Entretanto, o *poder-fazer* docente se caracteriza por uma visão mais tradicional do processo de ensino, em que o *saber* é doado, transmitido ao aluno e, sobretudo, delineado, tendo como foco o próprio docente, sua formação. Assim, o aluno fica como um sujeito passivo, que depende do professor para ter sua transformação em sujeito do *fazer*. Como podemos observar nas respostas de alguns docentes:

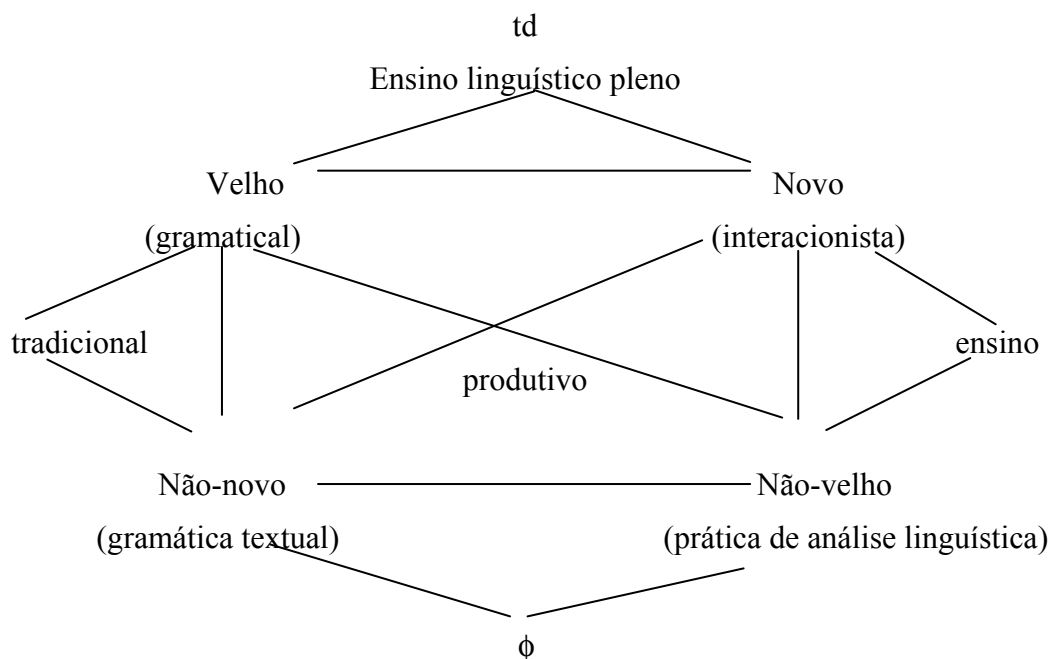
- (1) transformar 'pedras brutas' em 'pedras preciosas'
- (2) Contemporizar as situações reais de modo a transmitir ao educando toda a dinâmica da vida cosmopolita... (sic)
- (3) Tento conscientizar meus alunos, narrando experiências de pessoas próximas a eles que conseguiram objetivos maiores e que se hoje estão em situação mais ou menos confortável deve-se ao fato de ter levado a sério os estudos.
- (4) ... Há muita informação/conhecimento a ser ministrado, muitas vezes em compasso diferenciado da evolução social.
- (5) ...Os nossos alunos são filhos da Progressão Continuada, projeto que tirou os limites norteadores do futuro desses adolescentes...
- (6) No momento o que mais dificulta o meu trabalho é o desinteresse de alguns alunos pelo aprendizado, a aquisição de conhecimento.

Uma vez que os valores dos alunos são aqueles que o docente institui para ele, o não alcance do Ov proposto deve-se também ao não-compartilhamento dos valores entre os sujeitos.

Constatamos, ainda, no discurso docente, que o próprio aluno passa a exercer o papel actancial de oponente do percurso dele próprio ao não aceitar o Ov proposto a ele pelo professor.

Constatamos, tanto pelo PELP, quanto pelas respostas dadas ao questionário, que não há uma unicidade discursiva entre as escolas e os docentes. Apesar da proposição de mudança de postura ideológica e metodológica contida nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), os docentes continuam com a mesma fórmula de ensino

– o estudo da língua pela gramática. A inserção do trabalho com texto não ultrapassa os limites da identificação de termos e estruturas gramaticais. Essa relação pode ser visualizada no octógono a seguir:



**Figura 1 - Octógono do ensino de Língua Portuguesa**

No octógono acima, visualizamos: sob o metatermo (velho) – o ensino baseado no estudo gramatical pela classificação e pela memorização. Sob o metatermo novo – o ensino pelo interacionismo entre a metalinguagem no estudo da língua e seu uso efetivo. Nos metatermos subcontrários: o não-novo (gramática textual) – a gramática estudada com base no texto e, no metatermo não-velho, o trabalho epilinguístico, o estudo da língua baseado em sua prática.

No eixo dos termos complementares: (velho / não-novo) encontramos o ensino tradicional da língua, e entre os termos complementares: (novo / não-velho) – uma forma mais produtiva de trabalho com a língua. E é, nessa divisão entre os eixos, que localizamos os docentes das escolas pesquisadas. Uns trabalhando com a língua com base em uma forma mais tradicional, outros com a gramática textual. Entretanto, é na tensão dialética entre o velho e o novo que o professor conseguirá fazer com que a aprendizagem da língua se efetive. Tomando como base o discurso e texto do aluno, para, então, inseri-lo na modalidade-padrão da língua.

Naturalmente, cada docente fará o percurso dialético de acordo com sua experiência e realidade. Indo, por exemplo, de um ensino da língua pela gramática textual para uma prática de análise linguística para se inserir na tensão dialética entre o velho e o novo, permitindo ao aluno perceber a língua em uso em suas diversas formas e contextos de expressão linguística.

Ao analisarmos os percursos de cada sujeito envolvido no processo pedagógico, verificamos que cada um realiza o seu *fazer*, entretanto a situação de disjunção dos sujeitos em relação aos diversos Ovs propostos permanece, uma vez que seus percursos se reproduzem hierarquicamente sem desdobramentos para se tornarem exequíveis. Dessa forma, as relações entre os sujeitos se esvaziam e se formalizam, mantendo o *status quo* de cada sujeito, e os percursos se delineiam paralelamente sem que se cruzem e sejam cotejados por uma avaliação não-segmentada, como, por exemplo, a que avalia

o desempenho dos alunos e, por consequência, o de seus destinadores imediatos, sem que haja uma avaliação global e interativa entre os sujeitos envolvidos no processo educacional.

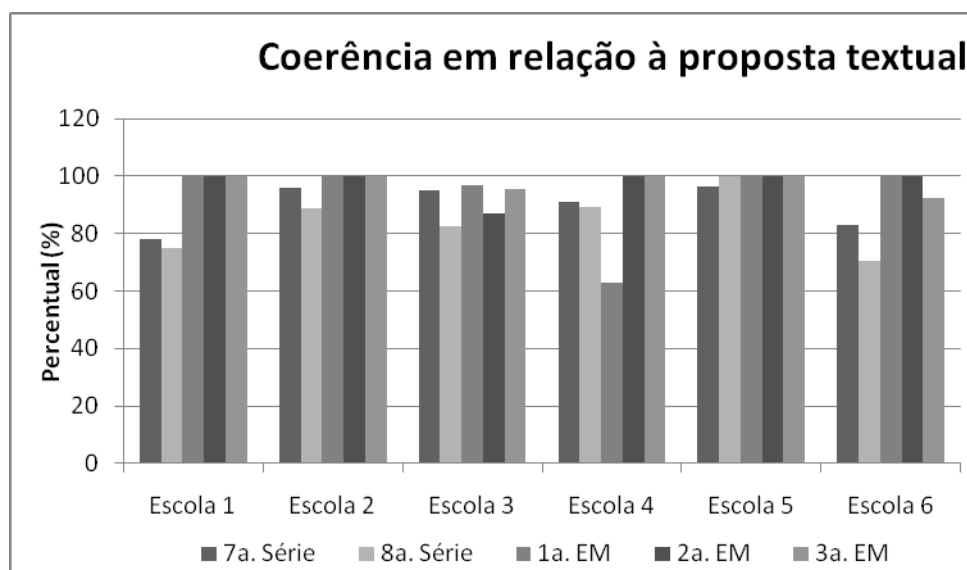
A fim de amenizar as divergências entre os Ovs e os PNs, seria ideal que houvesse uma avaliação que permitisse aos alunos se autoavaliarem, avaliarem seus professores e os funcionários da escola. E os docentes e o pessoal administrativo também pudessem fazer o mesmo. Além dessa avaliação de conhecimento discursivo entre os sujeitos, é necessária a implantação de avaliação de conteúdo e competências, que deveria ser aplicada não somente a alunos, mas a cada ator do processo educativo. Assim, descobrindo a visão de cada sujeito do processo, será possível a proposição de programas de interação entre os diversos sujeitos do UDP.

Com a ação avaliativa englobante, os atores do UDP poderiam avaliar seus percursos, cruzá-los e poder efetuar as alterações necessárias para que todos os envolvidos no processo educacional possam ter mudança de estado atualizado para realizado.

### Percurso discente

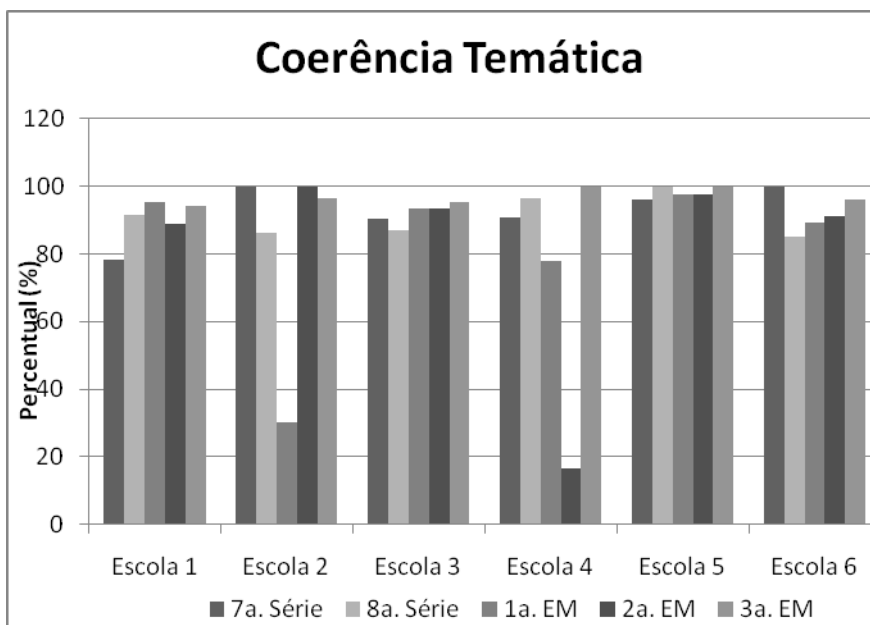
Em relação à análise dos textos de alunos, constatamos que a produção textual demonstra um *saber-fazer* em relação aos critérios de coesão e coerência textual; entretanto, em relação à utilização da Norma-Padrão (doravante, NP) da língua, verificamos que a maioria dos alunos das escolas analisadas não tem o domínio dessa competência.

Vejamos a seguir, nos histogramas de distribuição, que apresentam o resultado das séries e escolas em relação aos critérios estabelecidos para a análise dos textos dos alunos: coerência em relação à proposta solicitada pelo docente – a tipologia textual; coerência temática – o desenvolvimento do texto segundo o título proposto e a utilização da NP da língua.



**Figura 2 – Histograma de distribuição do critério de coerência em relação à proposta textual por séries e escolas**

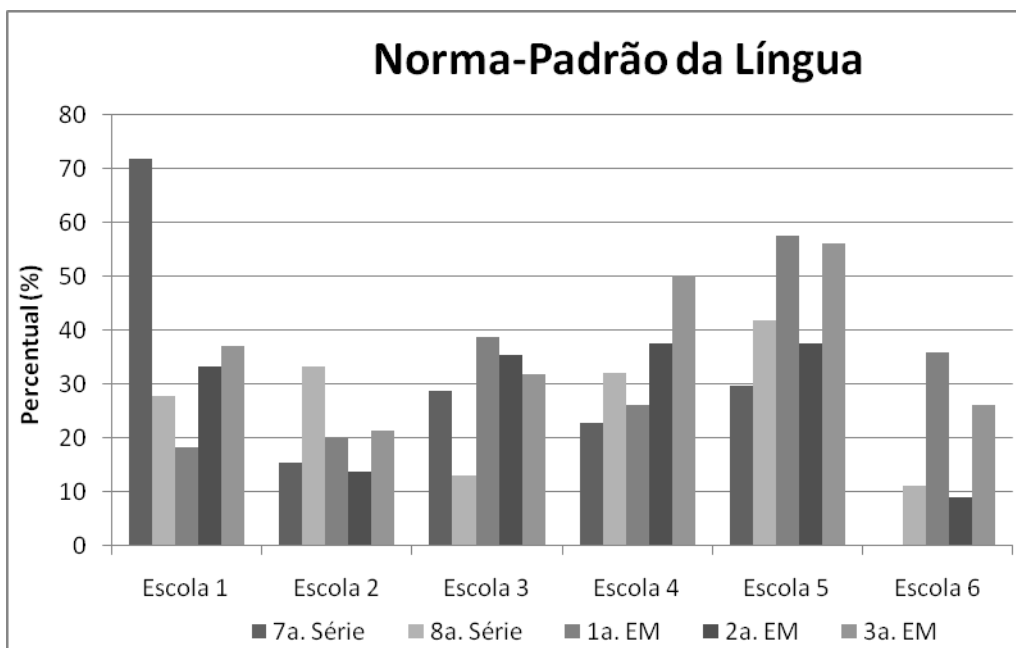
No histograma acima, verificamos que, em relação a esse critério, as escolas demonstraram um desempenho semelhante; apenas, na escola 4, na 1ª série do EM, houve uma queda percentual, 63% de textos estão de acordo com a proposta. Podemos constatar, ainda, que o EM alcançou maior êxito em relação às 7<sup>as</sup> e 8<sup>as</sup> séries do EF. Pelo histograma, verificamos que a escola 5 obteve um maior percentual de alunos em estado realizado em relação à proposta textual.



**Figura 03 – Histograma de distribuição do critério: coerência temática por séries e escolas**

Nesse histograma, verificamos que, novamente, a escola 5 apresenta um maior percentual de alunos em estado de conjunção. Na escola 2, a 1ª série do EM apresenta apenas 30% de textos com coerência temática e, na escola 4, a 2ª série do EM também apresenta um baixo percentual de textos que atendem a esse critério: 16,7%. Nas demais escolas, o percentual é maior que 70%.

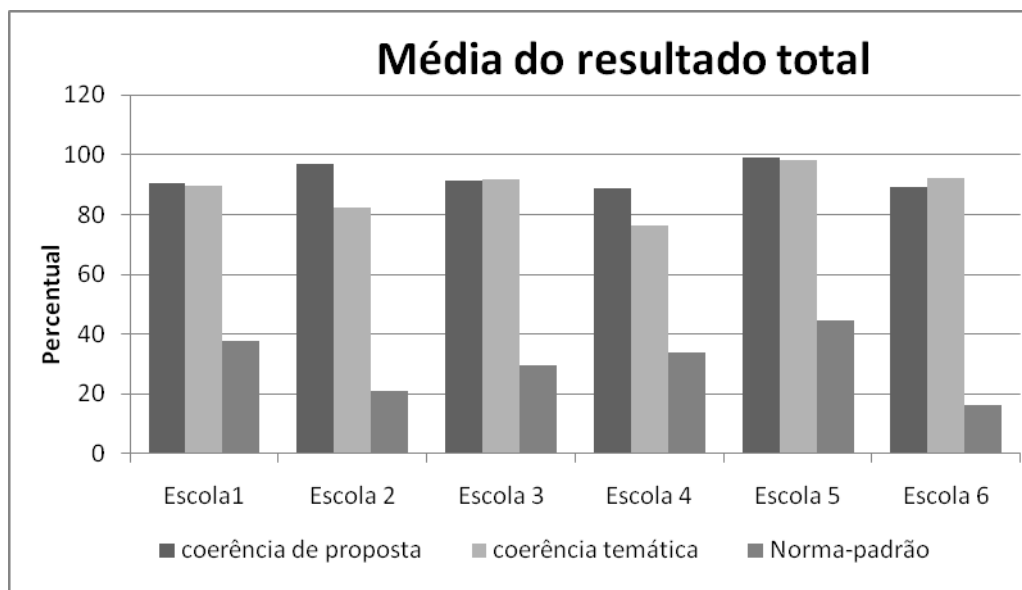
Esses dois histogramas demonstram que os alunos compreendem o que lhe está sendo solicitado pelo docente e dominam os elementos de estrutura do texto.



**Figura 04 – Histograma de distribuição do percentual de textos que estão de acordo com a NP da língua por séries e escolas**

No histograma acima, verificamos que há apenas uma pequena parcela de alunos que apresentou o domínio da NP da língua, encontrando-se, portanto, em estado de conjugação com os Ovs propostos pelo PELP.

O percentual mais alto encontrado, conforme podemos visualizar, foi de 71,88%, na 7ª série da escola 1. Apenas, na escola 5, nas séries: 1ª e 3ª do EM, o percentual de textos, de acordo com a NP da língua, alcança 57,5% e 56%, respectivamente. Nas demais escolas, o percentual não ultrapassa 50% de textos que estão adequados à NP da língua. Esse resultado é alarmante, uma vez que predomina na construção textual o não-uso da NP.



**Figura 05 – Histograma de distribuição da média geral do resultado das escolas em relação aos critérios de análise dos textos dos alunos**

No histograma acima, que demonstra a média geral das escolas em relação aos critérios estabelecidos para a análise dos textos, verificamos que, nos critérios de coerência em relação à proposta textual e temática, há mais alunos em estado de conjunção, e quanto à utilização da NP da língua, conforme já visualizamos na figura anterior, praticamente, em todas as escolas, há um percentual abaixo de 50%; apenas, a escola 5 consegue alcançar um percentual maior que as demais: 44,48%.

*O não-saber e o não-poder-fazer* caracterizam essa parcela de alunos que não dominam o uso da NP da língua e, ao não adquirir o domínio dessa competência, o aluno terá dificuldade na inserção social. E esse não *saber-fazer* em relação ao domínio da NP da língua se estendeu a todas as séries que fizeram parte desta pesquisa.

No percurso do sujeito (alunos) há uma divisão percentual do sujeito coletivo em relação às modalidades: *saber-fazer* (competência) e *não-saber-fazer* (incompetência) – modalizados pelo *dever-fazer*.

Assim, a escola, também, encontra-se em estado de disjunção, pois o desenvolvimento pleno dos alunos pressupõe, além de outros aspectos, o uso da língua em sua modalidade considerada padrão.

Essa duratividade dos alunos em estado atualizado *pode-fazer* com que o estado inicial do sujeito-aluno seja o mesmo ao final do processo educativo, em que ele tenha conjunção com apenas alguns Ovs propostos, ao longo do percurso, pela escola e pelos docentes. E, ao ingressar na sociedade, ele esteja, ainda, em estado virtual, sem Ov para seu novo PN, passando a sociedade a ser seu destinador direto.

A ausência de um PN para alunos em estado de disjunção e, principalmente, em estado virtual – alunos que apenas figuram como sujeito-participante do sujeito (escola), mas não da coletividade do sujeito (alunos), no processo de aprendizagem, constitui um problema que precisa ser sanado nas escolas.



## Considerações finais

O estudo realizado demonstrou que a divergência dos percursos dos sujeitos acarreta a permanência do aluno, a cada período letivo, com a mesma dificuldade: a não-aquisição da competência: uso da Norma Padrão da língua.

Após a realização da análise, verificamos que as discrepâncias entre objetivos e ações, que no início de nossa pesquisa já se apresentaram, têm sua raiz desde a comunicação dos Ovs para os sujeitos até sua constituição, que, conforme vimos, é ampla e abstrata.

A aplicação da teoria semiótica/sociosemiótica no *corpus* que elegemos permitiu caracterizarmos o UDP dessas unidades escolares e verificarmos que esse Universo de Discurso é constituído por uma narrativa disfórica, em que os sujeitos, de acordo com o proposto a eles, encontram-se, em sua maioria, em estado de disjunção.

Em relação à metodologia utilizada pelas escolas, o UDP se caracteriza pela relação entre a complementaridade: tradicional / não-constutivo – que resulta em um trabalho docente focado na transmissão de *saber*, o que acarreta um percurso focado no *fazer* docente e em um *saber* não apreendido pelo discente. Dessa forma, o trabalho com a língua materna é caracterizado no percurso discente pelo *não-saber-fazer*, *não-poder-saber* e, por fim, em um *não-poder-ser*.

O *fazer* docente e discente caracteriza o UDP na tensão dialética entre o *querer-fazer* e o *querer-não-fazer*. O docente, ao buscar aprimorar seu trabalho, posiciona-se entre a complementaridade: *querer-fazer* / *não-querer-não-fazer*. Enquanto que os alunos se situam entre o *querer-não-fazer* / *não-querer-fazer* ao não manifestarem interesse em aprender.

O processo educacional, tendo apenas a avaliação do docente para o discente, do Governo Federal (Sistema de Avaliação do Ensino Básico – SAEB) e Estadual (Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar de São Paulo – SARESP), para o aluno é insuficiente para que, a partir da avaliação, o rumo da narrativa seja mudado de disfórico para eufórico. Para tanto, é preciso que se realize uma avaliação mais completa em que todos os sujeitos envolvidos possam ser avaliados, para que seus percursos possam se entrecruzar e formar um elo produtivo no processo de aprendizagem. E que seja, principalmente, realizada pelos destinadores imediatos e não apenas pelos destinadores mais distantes (governos federais, estaduais).

Após analisarmos o percurso de cada sujeito e verificarmos que, ao serem constituídos de forma paralela, sem cruzamentos, constatamos que o fosso existente entre o sentido dos discursos dos sujeitos se dá pelo não-compartilhamento dos Ovs. E, dessa forma, temos a hipótese desse estudo confirmada, uma vez que os alunos, mesmo diante do que fora proposto pelos documentos, têm seu percurso caracterizado pela disjunção.

Assim, essa reflexão que apresentamos em nossa pesquisa pode ser um início de uma reflexão sobre os processos de ensino/aprendizagem da língua desde a formulação do Plano de Ensino e sua aplicação na construção dos percursos dos docentes e discentes.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARROS, D. L. P. *Teoria Semiótica do Texto*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1994.
- GREIMAS, A.J.; COURTÉS J. *Dicionário de Semiótica*. Tradução de Alceu Dias Lima et al. São Paulo: Cultrix, 1979.
- PAIS, C. T. *Conditions Semantico-Syntaxiques et Semiotiques de la Productivite Systemique, Lexicale et Discursive*. 1993. Thèse (Doctorat d'État ès Lettres et Scienses Humaines) - Université de Paris IV, Paris, 1993.

## BIBLIOGRAFIA NÃO CITADA

- BARROS, D. L. P. *Teoria do Discurso: Fundamentos Semióticos*. São Paulo: Atual, 1988.
- COURTÉS, J. *Introdução à Semiótica Narrativa e Discursiva*. Tradução de Norma B. Tasca. Coimbra: Almedina, 1979.
- \_\_\_\_\_. *Analyse Sémiotique du Discours — de l'Énoncé à l'Énonciation*. Paris: Hachette, 1991.
- FIORIN, J. L. *Elementos de Análise do Discurso*. São Paulo: Contexto, 1989.
- FLOCH, J. M. *Sémiotique, Marqueting et Communication, Sous les Signes, Les Stratégies*. Paris: PUF, 1990.
- GERALDI, J. W. *Portos de Passagem*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- GREIMAS, A. J. *En Torno al Sentido* (Ensayos semióticos). Tradução de Salvador García Bardón. Madrid: Fragua, 1973.
- \_\_\_\_\_. *Semiótica do Discurso Científico e da Modalidade*. São Paulo: Difel, 1976.
- \_\_\_\_\_. et al. *Análise do Discurso em Ciências Sociais*. São Paulo: Global, 1986.
- JOVANOVIC, A. *Descubra a linguística*. São Paulo: Nacional, 1987.
- \_\_\_\_\_. Ensino de Línguas e o papel da gramática. *Revista da Fac. de Educação*. São Paulo, v. 12, n. 1-2, p. 145-156, jan/dez.1986.
- OLIVEIRA, S. C. *Para uma análise sociosemiótica do discurso presente no texto da música rap*. Tese (Doutorado em Semiótica e Linguística Geral) - FFLCH, USP São Paulo, 1999.
- PAIS, C. T. Sociosemiótica e Semiótica da Cultura. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPOLL, IV, Recife. *Anais...* Recife: ANPOLL, 1989. p. 795-800.
- \_\_\_\_\_. Sociosemiótica, semiótica da Cultura e Processo Histórico: Liberdade, Civilização e Desenvolvimento. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPOLL, V, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: ANPOLL, 1992.
- \_\_\_\_\_. Análise Sociosemiótica de Alguns Conceitos e Valores do Processo Sociocultural Brasileiro Contemporâneo. *Estudos Linguísticos*, São Paulo, v. XXIII, 1994.

# O estilo recorrente em *Relíquias da casa velha*

(The recurrent style in *Relíquias da casa velha*)

Sílvia Maria Gomes da Conceição Nasser

Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara – Universidade Estadual Paulista (UNESP)

silvia.nasser@itelefonica.com.br

**Abstract:** This work intends to analyze the short stories of *Relíquias da casa velha*, by Machado de Assis, under the perspective of the Greimasian Semiotics. The paper aims to show that this succession of short stories, which was published in exactly one volume with a title, has a distinctive mode of expression. The main concern of this work is, thus, to compose the style of this book from the peculiarity of the content and the expression.

**Keywords:** Semiotics; style; Machado de Assis; short stories.

**Resumo:** Este trabalho pretende analisar os contos da obra *Relíquias da casa velha*, de Machado de Assis, sob a perspectiva da semiótica greimasiana. Seu objetivo é mostrar que essa sucessão de contos publicada em um mesmo volume com um título não é gratuita: aponta para uma direcionalidade previamente estabelecida para o sentido de uma totalidade. A principal preocupação deste trabalho será compor o estilo dessa obra a partir da recorrência dos traços do conteúdo e da expressão.

**Palavras-chave:** Semiótica; estilo; Machado de Assis; contos.

## Introdução

A predileção de Machado de Assis por anedotas, o gosto machadiano por histórias curtas com moralidade irônica evidenciam-se nos contos – cerca de duzentos – por ele produzidos. Originalmente foram publicados em jornais e em revistas, fato que justifica, em parte, a extensão das histórias, feitas sob medida para o espaço que iriam ocupar, e até mesmo identifica o público para o qual foram escritos. Colaborador da revista *Jornal das Famílias* até 1878, Machado de Assis passa, a partir de 1879 até 1898, a publicar seus contos em outra revista, menos conservadora: *A Estação*. Entre 1881 e 1897, o autor também escreve para um jornal liberal, politicamente independente, vivo e empenhado em apoiar boas produções literárias: *Gazeta de Notícias*.

O espírito liberal de *A Estação* e da *Gazeta de Notícias* e de seus novos leitores encontra correspondência em Machado de Assis: um escritor com abordagens estilísticas e temáticas arrojadas surge no romance *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, em 1881, e, no ano seguinte, na coletânea de contos *Papéis Avulsos*. A partir de então, sua prosa ganha confiança e intensidade inéditas. Segundo Gledson (2006), a possibilidade de experimentar novas formas de expressão, a abordagem de outros temas mais ousados, como o adultério e a escravidão, trouxe a Machado de Assis uma confiança que lhe permitiu uma nova relação, mais ativa, com o leitor. E é ao leitor que Machado de Assis busca, seja nas referências constantes em sua narrativa, seja na organização de suas coletâneas, que considerava os contos, em sua maioria, já publicados, que tivessem sido apreciados por seu público leitor.

Tomando-se o conjunto de discursos das coletâneas de contos publicados por Machado de Assis como uma grandeza inteira, podemos recortá-lo em duas totalidades distintas e opostas.

A primeira, constituída pelos volumes de contos publicados até 1881, portanto anteriores a *Papéis avulsos*, publicado em 1882, reflete o caráter conservador da revista para a qual inicialmente colaborava, *Jornal das Famílias*. Suas histórias, voltadas para um público leitor essencialmente feminino, abordam temas como o amor e o casamento, desenvolvidos no contexto ideológico da época, caracterizado pelas rígidas imposições sociais. Segundo Gledson (2006), Machado de Assis, ao tentar tratar de outros assuntos como a escravidão e o amor entre pessoas de classes sociais diferentes, percebeu a dificuldade de dramatizar tais tensões, pois eram tabus fortes para serem discutidos na sociedade brasileira do fim do século XIX. Gledson (2006) afirma ainda que, nos contos machadianos que ousavam abordar esses temas, as tramas surgem desconexas, insatisfatórias, porque faltava uma linguagem adequada para poder tratar com o autoritarismo moral da época.

A segunda totalidade é formada pelas coletâneas publicadas a partir de *Papéis avulsos* – marco da ruptura na obra machadiana. Embora, nesse momento, Machado já fosse colaborador de *A Estação* – revista também dirigida às mulheres, mas que veiculava ideias feministas ao propagar que a mulher não devia se limitar à vida do lar –, o escritor, segundo Gledson (2006), estava limitado. Machado de Assis não podia retratar uma sociedade baseada na escravidão e no privilégio de modo direto e conformista, portanto teve que recorrer a uma narração indireta e irônica. Sua narrativa estrutura-se em dois planos: na superfície, os temas são tratados de modo aparentemente superficial, com um humor refinado; na profundidade, esconde-se a amargura da sujeição humana às regras sociais.

Inserido nessa segunda totalidade, *Relíquias da casa velha* é a última coletânea elaborada por Machado de Assis e diferencia-se das demais, pois, segundo Gledson (2006), reúne, além de contos consagrados pelo seu público leitor, alguns especialmente escritos para o volume.

Este artigo propõe, então, a análise semiótica dos contos de *Relíquias da casa velha*, a fim de verificar em que medida as estruturas sintáticas e semânticas determinantes do sentido de cada conto, quando recorrentes na totalidade da referida coletânea, podem determinar o estilo característico dessa coletânea não só como uma unidade característica da segunda fase da obra de Machado de Assis, mas também como uma unidade que se diferencia das demais por construir o seu próprio estilo.

## **Oposições fundamentais de cada conto**

### **“Pai contra mãe”**

Nesse primeiro conto de *Relíquias da casa velha*, vê-se Cândido Neves como o personagem que “Tinha um defeito grave esse homem, não aguentava emprego nem ofício, carecia de estabilidade; é o que ele chamava de caiporismo.” (ASSIS, 2006, v. 2, p. 660). Candinho, como era chamado, não conseguia estabelecer-se, era-lhe impossível fixar-se em um emprego até encontrar Clara, por quem se apaixona e com quem quer casar-se. A necessidade de estar empregado para a concretização do seu desejo leva-o a adquirir o ofício de pegar escravos fugidos.

Candinho nega a sua natureza veleitária, a sua essência, e opta por seguir as regras sociais. Segundo Bosi (2003), o sujeito na obra machadiana não tem autonomia, para ele é arriscado viver fora das convenções sociais; portanto a única saída para a

sobrevivência cotidiana é agarrar-se às instituições sociais que asseguram o pleno direito à vida material e à sua sobrevivência.

Essa oposição entre os desejos do indivíduo e a sua submissão às obrigações sociais, no nível fundamental, pode ser representada pelo par natureza *versus* cultura. A natureza de Candinho é frouxa, baseada em sentimentos. Quer dirigir sua vida de acordo com seus desejos interiores, mas depara-se com as convenções sociais: para sobreviver à pobreza, para não se humilhar, sua essência deve acomodar-se às estabilidades materiais.

Casados, Cândido Neves e Clara viviam pobremente, quando esta engravidou. Em vez de preocupação, a criança significou alegria para os pais. Às vésperas do nascimento, sem recursos para sustentar a criança, o conselho dado pela tia de Clara – Tia Mônica –, de levar a criança à Roda dos enjeitados, parece a Candinho uma provocação; mas, diante da situação evidente de que lhe era impossível sustentá-la, aceita-a.

Cândido Neves vive o dilema natureza *versus* cultura quando tem de abdicar da sua natureza de pai, de seu desejo de ter o filho junto de si, de sua essência humana, ao escolher deixá-lo na Roda. Os termos contraditórios dessa oposição fundamental seriam a não natureza e a não cultura, respectivamente. A primeira dêixis constituída seria: a natureza e a não cultura; a segunda dêixis, a cultura e a não natureza. Inicialmente o conto disforiza a dêixis natureza/não cultura, por meio da crítica àqueles que buscam a satisfação dos seus desejos interiores. Posteriormente, euforiza a dêixis cultura/não natureza, recompensando aqueles que se submetem às normas sociais. Novamente a integração às instituições sociais é a garantia da sobrevivência.

A oposição vida *versus* morte também pode ser sistematizada. A obediência aos valores sociais implica vida, pois é a inserção nas instituições sociais que garante a sobrevivência das pessoas. A simples orientação instintiva não garante a vida: o ser humano não pode ser feliz porque seu interior é desorganizado, veleitário; é necessário abandonar a sua essência e voltar-se para as regras sociais. Ao aceitar deixar seu filho na Roda dos enjeitados, Candinho vê a possibilidade de afastá-lo da morte, negar a morte do filho e afirmar a vida, mesmo que distante do amor paterno.

Quando conduzia a criança à Roda, Candinho deparou-se com uma escrava fugida, Arminda, cuja captura valeria uma recompensa que garantiria a sobrevivência do filho junto à família. Dominou-a e conduziu-a ao seu dono. Nada valeram os insistentes apelos da escrava para que a soltasse, nem mesmo a revelação de que estava grávida e de que os castigos de seu dono seriam, então, muito penosos.

A escrava Arminda, após lutar pela liberdade, cheia de medo e dor, diante de Candinho e do seu senhor, abortou. Ambos, pai e mãe, buscam a realização de seus desejos que se resumem na preservação da família, na garantia da presença e da vida do filho, mas há a diferença social entre eles: ela é cativa; ele, caçador de escravos. Na luta pela sobrevivência, a sobrevivida também depende das normas sociais. Vitória de Candinho.

Ao entregar a escrava, deixa de existir a oposição entre a natureza e a sociedade para Candinho, pois, de posse do dinheiro, pôde reintegrar-se como pai amoroso. Retorna à sua casa com a criança nos braços e o dinheiro no bolso que garantiria a sobrevivência do filho no meio familiar.

Ao encontrar Arminda, a escrava fugida, Candinho evidencia que a sua opção pelas atitudes consideradas acertadas pela sociedade é apenas aparência: por trás da

aparente servidão humana aos valores sociais, está a essência do ser humano universal. Imperfeito, este se mostra egoísta, interesseiro e imoral. Buscando a vida de seu filho junto de si, ignora o sofrimento da escrava: ao morrer o filho de Arminda, o filho de Candinho pôde viver. Há, portanto, dois valores para a morte do filho da escrava: um valor eufórico para Cândido Neves, pois garantiu a sobrevivência do filho de Clara e Candinho; e um valor disfórico para Arminda, que sofre a perda do filho.

### “Maria Cora”

Maria Cora é a mulher por quem o narrador do conto homônimo se apaixona. Separada do marido João Fonseca havia anos, embora não o fosse legalmente, vivia com uma tia no Rio de Janeiro, enquanto ele morava no Rio Grande do Sul com uma amante. Engajado na Revolução Federalista, João Fonseca uniu-se aos revolucionários.

Julgando ser correspondido em seus sentimentos, o narrador propõe casamento à Maria Cora, que não aceita, pois se diz ainda casada. Ele entende que o impedimento é legal: seria necessário livrar Maria Cora do compromisso social. Afirma ser capaz de combater contra João Fonseca, matá-lo e voltar. As palavras de Maria Cora deram-lhe a certeza de que essa seria a solução: “Não creio que alguém me ame com tal força” (ASSIS, 2006, v.2, p. 674). Somente viúva, Maria Cora estaria livre para corresponder ao seu amor.

Novamente surge, assim como no conto anterior, o indivíduo impossibilitado pelas imposições sociais de realizar os seus desejos, os seus anseios, de concretizar os seus sentimentos: no nível fundamental, isso pode ser representado pela oposição natureza *versus* cultura/sociedade. Emerge a contradição: a essência humana, natural, não encontra correspondência na sociedade. É necessário submeter-se às suas regras, viver de acordo com as aparências.

O narrador resolve partir para o Rio Grande do Sul e lutar contra os revolucionários, com o único objetivo de matar o marido de Maria Cora. O fato concretiza-se. Retorna ao Rio de Janeiro e mantém distância da amada, para que nada se revele. Quando dela novamente se aproxima, fala-lhe do seu sentimento e pede-a em casamento. Tem seu pedido negado pela segunda vez, com a justificativa de que era impossível saber se, de fato, era viúva. O narrador conta-lhe ser o assassino do marido e lhe traz os cabelos que lhe cortara, quando morto, como prova. Assustada, Maria Cora toma-lhe os cabelos e os beija. Em uma carta, ela afirma ser incapaz de se casar com o assassino de seu marido.

As imposições sociais são muito fortes: não bastava somente Maria Cora estar viúva para que o casamento entre eles pudesse se realizar, satisfazendo as normas morais; era-lhe necessário que essa viuvez fosse natural. Ansioso por ter Maria Cora, o narrador submete-se aos seus ímpetos e lança-se sobre o ex-marido da amada e o mata. Imperfeito, o narrador não empregou as atitudes consideradas acertadas pela sociedade. Daí o seu fracasso.

No plano individual, outra oposição emerge: vida *versus* morte. A vida em comum de Maria Cora e do narrador dependeria da morte do ex-marido. Para o narrador, então, o fato de João Fonseca estar vivo é disfórico, pois impede a sua felicidade ao lado de Maria Cora. A morte de João Fonseca tem valor eufórico. Maria Cora, ao contrário do narrador, revela, no enunciado, que a impossibilidade de correspondência amorosa se dá pelo fato de ser casada segundo os preceitos sociais; não se diz ainda comprometida emocionalmente com o marido que a abandonara. Aparentemente a vida de João Fonseca também tem um valor disfórico para Maria

Cora. Ao reconhecer que seu ex-marido está morto comprovadamente, desespera-se; a morte de João Fonseca é disfórica. Maria Cora nega no enunciado o amor que sente pelo ex-marido; mas afirma na enunciação a sua fidelidade. Interiormente é apaixonada ainda pelo homem que a traiu; na aparência nega esse sentimento.

### “Marcha fúnebre”

A antevisão da própria morte é a tônica desse conto. O deputado Cordovil, após saber da morte de um inimigo seu, precedida de extremo sofrimento, e tomar conhecimento da morte repentina de um homem na rua, passa a imaginar-se morto. Inicialmente nega o medo de morrer, e afirma o temor do sofrimento que precede a morte de algumas pessoas. Na sua imaginação, as imagens que constrói são motivo de riso para si mesmo, pois relatam a própria morte como súbita, sem nenhum sofrimento, seguida de homenagens pomposas. A morte não se opõe à vida nesse primeiro instante do conto, pois aparece como uma situação hipotética apenas, como uma encenação dos seus últimos instantes de vida, acompanhados das homenagens póstumas e do reconhecimento público à sua pessoa: “Não faltariam braços que o levassem para um gabinete já morto, totalmente morto.” (ASSIS, 2006, v. 2, p. 682).

Imaginar a própria morte deixa de ser risível para o deputado quando considera a possibilidade de sua ocorrência naqueles exatos instantes por ele vividos. Enquanto percebe a presença humana, a provável situação não o assusta. Sozinho, no seu quarto, torna-se para ele impossível dormir. Tem medo de que a morte o surpreenda. Tenta afastar a ideia; mas, agarrado à possibilidade de que a morte poderia chegar com o sono, teme estar sozinho e não poder lutar contra ela. Somente com o nascer do dia e a agitação típica da manhã, a ideia dele se afastou e pôde dormir. Muitos anos mais tarde, a morte chegou demorada como ele passou a desejá-la.

A morte passa a constituir com a vida a oposição básica do nível fundamental. Elas estão presentes na realidade ou na imaginação de Cordovil. Ele sabe que o destino de todos é a morte, e abordar o assunto é natural quando se trata da morte de outrem, pois supõe o próprio falecimento um fato distante. Por outro lado, quando a morte dele passa a ser possível no presente imediato, há temor. Cordovil tenta agarrar-se à vida de todas as formas: afastando o sono, metáfora da morte, buscando sinais de presença humana.

Tomando-se vida *versus* morte o par de contrários do nível fundamental, e não vida e não morte seus contraditórios, respectivamente, Cordovil realiza mentalmente o seguinte percurso: a vida, marcada pela presença humana, é negada, quando ele se vê só, e somente a morte é vislumbrada na escuridão, no silêncio de seu quarto. Uma luta contra a ideia de morte, que vem também representada pelo sono, instaura-se, como se estivesse lutando pela sobrevivência. Esse percurso disfórico, porque assustador, cede lugar a outro, eufórico, porque tranquilizador, restaurador da vida. Ao raiar o dia, afasta-se a escuridão que negava a vida, representada pela noite solitária e quieta. A dêixis formada por vida e não morte é valorizada por Cordovil. Apesar de tudo não ter passado de imaginação, a suposta morte adquire *status* de realidade, pois somente consegue dormir com a agitação matutina e a luminosidade do dia, sinais inequívocos da vida.

Essa oposição é aparente: Cordovil revela tranquilidade ao encenar a própria morte porque terá o amparo e o reconhecimento social ao falecer. Tudo se passa como se a morte viesse coroar o seu *status* social. Somente aqueles que tiveram suas vidas regidas pelas normas sociais terão alcançado o sucesso e o reconhecimento da sociedade. Por isso seria importante para Cordovil que sua morte ocorresse em lugares

públicos e por ele frequentados, em meio às pessoas que o reconhecessem. A morte solitária não lhe traria o amparo, nem o impacto que uma figura pública como a dele merecia. Portanto, até na morte, o ser humano necessita da aprovação social.

Sujeita às imposições sociais, a morte deixa de ter um caráter natural, para se tornar também um instrumento de valorização social. Assim, Cordovil nega a própria natureza, seu desejo de ter uma morte rápida, sem sofrimento, que implicaria somente uma cerimônia fúnebre comum para uma pessoa de seu *status* social, e afirma o valor cultural da morte – diante de pessoas com quem convivia, teria o amparo dos braços amigos e o impacto de seu falecimento seria maior.

O deputado, muitos anos depois, ao morrer, teve uma morte lenta, como passou a desejar: convencera-se de que o ser humano necessita de um espaço de tempo para não só aceitar a morte, mas também para poder purificar-se das sujeições sociais e delas se livrar. A morte impossibilita a submissão do homem aos valores e regras sociais; liberta-o para o retorno à própria natureza.

Como nos outros contos analisados anteriormente, os desejos humanos são sufocados, proibidos pelas imposições sociais. O ser humano tenta, aparentemente, seguir as orientações sociais, pois a submissão a elas garante o reconhecimento que a sociedade impõe ser fundamental para a existência em seu meio. É necessário satisfazer a sociedade, mas o apelo interior, os desejos individuais não são totalmente sufocados; emergem e guiam muitas ações humanas. Portanto, o que se tem é um indivíduo que segue normas para satisfazer também a si mesmo. Para Cordovil, enquanto ser social submetido aos padrões, a morte em público tem um valor eufórico, pois significa reconhecimento. Quando a possibilidade de que a morte não implique homenagens significativas no plano social, passa a ter valor disfórico.

Tempos depois, a morte deixa de ser considerada como medida da projeção social do indivíduo; também não deve corresponder aos apelos egoístas do ser humano, que deseja livrar-se sempre de qualquer sofrimento. É nesse sentido que a morte de Cordovil torna-se eufórica: ela chega para devolver ao ser humano a sua real identidade, a natureza humana; finalmente as correntes que escravizam os desejos humanos à vontade social são rompidas, o espírito purifica-se porque se torna livre do corpo e dos bens materiais que perecerão.

### **“Um capitão de voluntários”**

O conto inicia-se com um parágrafo metalinguístico: explica-se a origem da história. Um homem, de partida do Brasil, deixa a um amigo alguns manuscritos para serem publicados. Este, achando a história “penosa”, não cumpriu a recomendação. Ambos morreram, e o narrador propõe-se a apresentar a história. Desaparece o narrador do preâmbulo metalinguístico para entrar em cena o narrador efetivo dos manuscritos que, em tom confessional, apresenta a sua história.

O narrador apresenta o cotidiano da amizade entre ele e um amigo mais velho, Emílio, cuja experiência, porte físico, conhecimento e altivez cativaram-no. Frequentava diariamente a casa de Emílio, que a dividia com Maria, uma mulher por quem se apaixonara e com quem vivia maritalmente.

O casal, seguindo seus impulsos individuais, busca somente a concretização de seus desejos. Surge a oposição fundamental dessa narrativa: natureza *versus* cultura. Aquela se manifesta pelo desejo, pela corrente escusa da vida interior; esta, pelo rito claro e público, pela sujeição à aparência dominante. A vida com Maria deve ser



reclusa, pois a situação de ambos não se filia às instituições sociais, principalmente ao casamento. Maria é rejeitada, como se evidencia na fala de Emílio: “Maria acordou hoje com a mania de colher donativos para a guerra, disse-me ele. Já lhe fiz notar que nem todos quererão parecer que... Você sabe... a posição dela...” (ASSIS, 2006, v. 2, p. 688). Emílio teve que viver distante da família e, principalmente, da mãe ao optar por seguir seus sentimentos e não submetê-los à aprovação social: “Tenho uma só pena: é ser obrigado a viver separado de minha mãe. Minha mãe sabe, disse-me ele parando. E continuou andando: sabe, e até já me fez uma alusão muito vaga e remota, mas que eu percebi.” (ASSIS, 2006, v. 2, p. 688).

Atraído pela sensualidade de Maria, o narrador apaixona-se por ela, que corresponde. Ambos traem a confiança de Emílio e tornam-se amantes. O romance dura até Maria perder o interesse pela aventura, justificando-se sempre pela possibilidade de serem descobertos por Emílio. Inconformado, o narrador desabafa com outro amigo, Barreto, e confessa seu sofrimento e o desejo de se matar. Barreto relata o caso a Raimunda – sua amante e amiga de Maria – que tenta convencer a amiga a retomar o relacionamento. A conversa de ambas é ouvida por Emílio. Este não revela a ninguém que sabe estar sendo traído. Toma uma atitude: alista-se como voluntário na Guerra do Paraguai, para a surpresa de todos. Um ano depois de sua partida, morreu. Maria também partiu para o Rio Grande e faleceu anos depois de Emílio. Ao narrador ficou uma admiração pelo grande amigo.

Tanto Emílio quanto o narrador são movidos pela paixão por Maria e desprezam os valores sociais. Emílio, por não oficializar a sua união com Maria, não teve o amparo nem o respeito da sociedade. A traição da amante revela a sua imprudência, a sua tolice: nada pode ser feito fora dos padrões sociais impostos. Como consequência, todo o seu amor, as suas ideias, enfim as suas vibrações interiores calaram-se para entrar em acordo com a convenção soberana. Também o narrador não conheceu a satisfação de seus desejos. Traiu o melhor amigo ao deixar-se levar pela sua alma. Maria, alma veleitária e frouxa, também tem um final solitário. Para os três personagens, enfim, revela-se a única verdade: a relação de dependência do mundo interior em face da conveniência mais forte.

### **“Suje-se gordo!”**

A narrativa nasce de um diálogo entre o narrador e um amigo no intervalo de uma apresentação teatral cujo tema era o tribunal de júri. O amigo, ao apresentar-se contrário a julgamentos, justifica-se afirmando que o repugna condenar alguém, principalmente por seguir o preceito do evangelho: “Não queirais julgar para que não sejais julgados.” (ASSIS, 2006, v. 2, p. 695). Inicia, então, a revelação de fatos que o levaram a essa conclusão.

Convocado para participar de um júri, viu um rapaz simples ser condenado por roubo. Um dos jurados, Lopes, responsável também pela condenação do réu, afirma que este deveria ser condenado por ter sido provada a sua culpa, acrescentando que, se iria sujar-se, que fosse por uma grande quantia, não por pouco, como havia sido o caso, ironizando o condenado por sua falta de ambição.

Em outro júri para o qual fora convocado anos depois, o réu era esse mesmo Lopes. Comprovadamente culpado, fora absolvido com a maioria dos votos. Em ambos os casos, o amigo do narrador diz ter condenados os réus, mas seu voto não decidiu o destino de ambos.

Dois casos semelhantes tiveram diferentes desfechos em função do desequilíbrio das relações sociais. A natureza opõe-se à cultura: esta, enquanto instauradora da disparidade social, aumenta a distância entre o horizonte individual e natural do social. As ações humanas regidas pelas imposições sociais são marcadamente hipócritas, falsas, porque criam e mantêm a desigualdade social. Em busca da sobrevivência ou do reconhecimento material, o indivíduo cede ao egoísmo, ao interesse, à imoralidade.

Emerge dessa narração a sua preocupação: o melhor sempre será não julgar, para não ser julgado, uma vez que a absolvição depende do *status* social – somente os mais fortes socialmente sobrevivem.

### “Umas férias”

José Martins, ao contar a morte de seu pai ocorrida na sua infância, trata do tema da morte, já abordado em “Maria Cora” e, como tema principal, em “Marcha fúnebre”. Averso aos estudos, o narrador sentiu extrema alegria ao ser conduzido para casa pelo tio Zeca, que morava distante e havia chegado à véspera. Com certeza haveria algum acontecimento importante que seria comemorado com festa. Sente confirmar essas suposições, quando ambos buscaram sua irmã Felícia no colégio onde ela estudava: “Certamente havia festa em casa, pois que íamos os dois, ela e eu. Íamos na frente trocando nossas perguntas e conjecturas. Talvez anos do tio Zeca.” (ASSIS, 2006, v. 2, p. 699).

A escola surge como um espaço disfórico ao qual o narrador é obrigado a ir. É o espaço cultural que se opõe ao familiar. Em sua casa, pode realizar seu desejo de criança de dez anos: as festas vêm para liberar as crianças de suas obrigações escolares, permitindo-lhes brincar, folgar, como se estivessem em férias. É o espaço da felicidade; natural porque satisfaz a sua individualidade, seus anseios. Seu valor, em oposição à escola, é, portanto, eufórico. Ir para casa com o tio Zeca significaria para o narrador sair do espaço cultural disfórico, negá-lo e afirmar o espaço natural eufórico. É essa a expectativa que se cria na mente do narrador enquanto caminha para casa.

Ao chegar, fica sabendo que seu pai morrera. O luto instaura-se. Na mesma semana da morte, a criança de dez anos, em meio à tristeza, busca o brinquedo. Impossibilitado, pois é momento de sofrimento e de silêncio, imposto inicialmente pelo sentimento triste originado da falta do pai. Depois, essa mesma atmosfera carregada de luto torna-se o avesso de suas necessidades pueris. Mais voltado para a vida do que para a morte, o narrador busca o movimento. A mãe reprime-o, impondo, inclusive, o estudo. Durante toda a semana posterior à morte do pai até a missa de sétimo dia, dele se exigem atitudes circunspectas e introspectivas.

Assim, a casa do narrador, antes reduto natural de valor eufórico, passa, após a morte do pai, a ser o espaço em que se impõe o estudo e a contenção. As regras de comportamento impostas pela mãe na semana de luto transformam-na em espaço cultural e, portanto, disfórico.

Surge o desejo de retornar à escola: mesmo reprimidas, as brincadeiras aconteceriam. Ao permitir à criança de dez anos, pelo menos em parte, a vivência da infância com seus jogos, a escola passa a ter um valor eufórico. Embora continue um espaço cultural, há brechas por meio das quais a criança pode manifestar-se.

Ao retornar, resgata, em parte, a alegria pueril. As férias que pensara ter ao sair da escola não tiveram o sabor real de férias, porque carregadas de sofrimento e imposições. A vida contornando os acontecimentos era a real felicidade.

## “Evolução”

Em uma viagem do Rio de Janeiro a Vassouras, o narrador – Inácio – conhece Benedito, que, aos quarenta e cinco anos, dispõe-se “a fazer uma sólida carreira de deputado sem ideias” (BOSI, 2003, p. 118). Este se maravilha com um elogio feito pelo narrador às vias férreas: “Eu comparo o Brasil com uma criança que está engatinhando; só começará a andar quando tiver muitas estradas de ferro”. Depois da viagem, ambos reveem-se em um jantar durante o qual Benedito cita a opinião de Inácio, acrescentando-lhe um enfático “como o *senhor dizia*”.

Quatro meses depois, reencontram-se em Paris. Benedito fora à Europa refazer-se após perder a eleição para deputado. A opinião de Inácio volta à boca de Benedito, precedida então de um sonoro “nós dizíamos”.

O novo encontro se realiza quando Benedito já é deputado e prepara o seu discurso de estreia no Parlamento, em cujo exórdio ressurgem a ideia de Inácio: “[...] e aqui repetirei o que, há alguns anos, *dizia eu* a um amigo, em viagem pelo interior: o Brasil é uma criança que engatinha; só começará a andar quando estiver cortado de estradas de ferro...” (ASSIS, 2006, v. 2, p. 708).

Ocorre, então, a apropriação da frase e da ideia de Inácio. Buscando o reconhecimento social, a obtenção de *status*, ao tentar eleger-se deputado, Benedito é capaz de subtrair a fala do interlocutor brilhante. Como é incapaz de ter opiniões críticas e válidas, caminha da ignorância para a aparente cultura apossando-se da ideia alheia. A oposição natureza *versus* cultura aflora: Benedito é incapaz de desenvolver um raciocínio mais complexo, emitir opiniões e estruturá-las em frases de efeito. É necessário que negue a sua individualidade e afirme uma cultura que não tem. Como necessita de habilidade política própria para se eleger, tomará as palavras e a ideia de Inácio como suas. Parte da sua natural ignorância, nega-a e afirma como sua a agilidade intelectual de outrem.

Segundo Bosi (2003), o título do conto refaz a trajetória de Benedito: do *tu* para o *nós*, do *nós* para o *eu*. A evolução de Benedito foi “[...] uma apropriação bem-sucedida. O resultado final chama-se posse. [...] O fato de ser uma ideia, uma frase, uma simples metáfora, o objeto da apropriação apenas refina o projeto da autoconservação” (BOSI, 2003, p. 119).

## “Pílades e Orestes”

A apropriação visando à sobrevivência material ou ao reconhecimento social repete-se neste conto. Aqui a posse não é de frases ou ideias subtraídas, como em “Evolução”, mas da mulher e dos bens.

Pílades e Orestes são personagens presentes em *Coéforas*, de Ésquilo, *Electra*, de Sófocles, *Electra* e *Orestes*, ambos de Eurípedes. Em todas essas obras, são apresentados como primos e amigos. Electra e Orestes são filhos de Agamêmnon e Clitemnestra. Após o assassinato do pai pela mãe, Electra entrega o irmão de dez anos a um antigo criado do pai que o leva para a casa da irmã de Agamêmnon, a fim de que ele sobreviva aos desmandos da mãe. Orestes passa onze anos em companhia de Pílades, seu primo. Quando adulto, retorna a Argos junto com Pílades e vingando-se da morte de seu pai, matando a própria mãe. Pílades permanece a seu lado para sempre auxiliá-lo e ajudá-lo. Pílades, na mitologia grega, representa o modelo de amigo fiel.

No conto de Machado de Assis, a referência à tragédia grega está não só no título, mas também na afirmação com que encerra o conto: “Orestes vive ainda sem os

remorsos do modelo grego. Pílades é agora o personagem mudo de Sófocles.” (ASSIS, 2006, v. 2, p.715).

Enquanto a tragédia grega focaliza o remorso de Orestes e limita a participação de Pílades a apenas aquele que auxilia o amigo Orestes em suas desventuras, o texto machadiano coloca como centro o abnegado Pílades, que vive para servir e apresenta Orestes como ser interesseiro e egoísta que explora o amigo para alcançar a sua realização econômica e emocional. Além de inverter a focalização, Machado substitui as personagens gregas por duas personagens brasileiras: Quintanilha, o Pílades explorado, cuja vida era proteger o amigo Gonçalves, o Orestes interesseiro.

Quintanilha estudou com Gonçalves. Rico herdeiro, tem em Gonçalves as suas preocupações. Quintanilha coloca-se como o verdadeiro amigo, fiel, disposto a ajudar. É movido por sentimentos, livre de interesse: “Quintanilha acordava, pensava no outro, almoçava e ia ter com ele. [...] Se Gonçalves tinha algum trabalho que fazer à noite, Quintanilha ia ajudá-lo como obrigação.” (ASSIS, 2006, v. 2, p. 709).

Em oposição a essa pureza de sentimentos, vislumbra-se o interesse de Gonçalves. Afasta Quintanilha da família e mantém-se sempre próximo, manipulando-o. Enquanto Quintanilha age movido pelo sentimento natural da amizade, pela essência interior, pela franqueza moral dos sentimentos, pela ingenuidade; Gonçalves vê nessa amizade a sua ascensão social e, conseqüentemente, a sua sobrevivência material. O segundo termo da oposição evidencia-se no fato de que a felicidade do ser humano depende de sua sobrevivência material e do reconhecimento social. É necessário agir conforme a moral realista e utilitária. De origem humilde, Gonçalves sabe que a sociedade divide as pessoas em classes sociais. Sua chance de ascensão é o dinheiro de Quintanilha. Ao obedecer às manifestações interiores, naturais, Quintanilha ocupa o polo natureza; ao guiar-se pelos valores sociais, Gonçalves posiciona-se no polo oposto, o da cultura.

A natureza é disfórica, pois proporciona o bem; a cultura, disfórica, pois traz o mal. É o próprio narrador que revela: “[...] a alma humana é capaz de esforços grandes, no bem como no mal.” (ASSIS, 2006, v. 2, p. 715). Os esforços de Quintanilha são percebidos nas suas ações movidas pelos sentimentos primários, típicos do ser humano livre de influências sociais. Faz tudo para melhorar a vida do amigo: ajuda no trabalho, presenteia-o com objetos pessoais, leva-o a espetáculos e para uma viagem. Abandona a vida pessoal em detrimento do outro, entregando-lhe a mulher amada. Finalmente o institui herdeiro. A sociedade instituída pelos valores culturais posiciona-se do lado oposto: associa-se ao mal. Gonçalves, movido por interesse material, manipula Quintanilha para mantê-lo sob seu controle. Aniquila a vida de Quintanilha afastando-o dos parentes e da mulher amada.

O final do conto confirma o interesse de Gonçalves: Quintanilha, morto, deixa sua herança a Gonçalves. Não obteve reconhecimento nem gratidão merecidos. Foi enterrado em uma simples sepultura, cujo epitáfio foi apenas: “Orai por ele”.

#### **“Anedota do cabriolet”**

O sacristão João das Mercês ocupava quase todo o seu tempo com a vida alheia. Não havia pessoa ou situação que desconhecesse:

Trazia a paróquia de cor; sabia os nomes às devotas, a vida delas, a dos maridos e a dos pais, as prendas e os recursos de cada uma, e o que comiam e o que bebiam, e o que

diziam, os vestidos e as virtudes, os dotes das solteiras, o comportamento das casadas, as saudades das viúvas. (ASSIS, 2006, v. 2, p.716).

Ao acompanhar o vigário para sacramentar dois moribundos desconhecidos da cidade, o sacristão impôs-se a obrigação de obter informações a respeito deles. Dirigiu-se à casa do Comendador Brito onde se encontravam os desconhecidos e, com a desculpa de comungar na tristeza dos parentes, descobriu quem eram eles e a situação em que se envolveram. Pedrinho e Anunciada moravam em Campinas, eram noivos e foram se casar no Rio de Janeiro. Souberam, então, por uma parenta, que eram irmãos por parte de mãe. Desesperaram-se por dois dias e resolveram fugir num cabriolé para efetivar o casamento. Capturaram-nos e tão envergonhados estavam que adoeceram e acabaram morrendo.

O fingimento do sacristão disfarça a sua natureza: curioso, busca conhecer as vidas das pessoas para levá-las a público. Não se incomoda com a sua indiscrição ao expor o trágico de existências alheias. Mais interessante que a própria história, cujo exagero melodramático leva-a a inverossimilhança, é o retrato de João das Mercês.

## Conclusão

A obra *Relíquias da casa velha*, ao apresentar contos cujo tema é a existência humana marcada pela oposição entre a essência do ser humano, seus desejos e anseios, e a aparência desse mesmo ser, sujeito às regras sociais que o impelem a negar o seu interior, aponta para uma unidade temática que se revela na oposição entre o enunciado e a enunciação. O indivíduo, no enunciado, desponta como sujeito do querer ser, do dever ser, do poder ser integrado à sociedade a que pertence, submetendo-se às suas normas. Na enunciação, emerge a sujeição do indivíduo a vontades, a desejos próprios e à constante busca para realizá-los.

A oposição entre enunciado e enunciação reflete-se na oposição natureza *versus* cultura que se desdobra nos pares: indivíduo *versus* sociedade, vida interior *versus* vida pública, desejo *versus* obrigação, ser *versus* parecer, essência *versus* aparência. No enunciado euforiza-se a cultura, os valores sociais, a objetividade, a uniformidade, a unidade, e disforiza-se a natureza, a essência humana caracterizada pelos sentimentos e desejos.

Na enunciação, a cultura, os valores sociais, a uniformidade, as imposições são disfóricas porque reprimem o indivíduo, dele retirando seus elementos próprios e únicos, frustrando-o e tornando-o infeliz. Faz-se necessário, portanto, obedecer a essas normas para que ele atinja algumas realizações. A enunciação revela a busca constante do ser humano de sua felicidade; o enunciado revela a hipocrisia, o fingimento a que o indivíduo tem que se sujeitar para realizar seus desejos.

Nos contos, há situações em que as sujeições à sociedade podem colocar o sujeito como realizador de seus anseios – é o que ocorre em “Pai contra mãe”, “Evolução” –; em outras, as imposições não o deixam realizar-se. Frustra-se e torna-se infeliz, como acontece em “Maria Cora” e em “Um capitão de voluntários”. Fingindo, muitas vezes consegue atingir seus objetivos, como em “Pílades e Orestes”. É arriscado para o ser humano revelar-se, pois se mostra muitas vezes egoísta, invejoso, interesseiro. Na escalada social, na sobrevivência material, é necessário ocultar os desejos, sufocá-los obedecendo às normas morais da sociedade.

Outro tema também abordado no livro é a morte. Emerge em oposição à vida, e ambas constituem o outro par determinante da existência humana. Embora sempre apresente um valor disfórico – a morte do pai provoca o sofrimento familiar em “Umas férias”; Maria Cora, no conto homônimo, sofre ao saber que seu ex-marido havia sido assassinado; Arminda desespera-se com a perda do filho que ainda trazia no ventre em “Pai contra mãe; a possibilidade do próprio passamento provoca a insônia de Cordovil, em “Marcha fúnebre”; o sentido trágico da morte do casal em “Anekdota de Cabriolet” – a morte também pode ter um valor eufórico. A sobrevivência de uma criança é possível porque outra sucumbe, de acordo com as relações sociais – os mais fortes socialmente sobrevivem – é o que nos revela “Pai contra mãe”. Em “Maria Cora”, a morte do ex-marido de Maria Cora é a esperança de concretização da paixão que o narrador nutre pela moça. Cordovil, inicialmente apavorado ao imaginar seu falecimento, percebeu que, além de destino, é uma forma de purificação do espírito; o garoto de dez anos de “Umas férias” passa a valorizar qualquer forma de manifestação da vida após conhecer o luto.

A unidade de *Relíquias da casa velha* está, portanto, na abordagem da existência humana como uma combinação de desejo, interesse e valor social. Revela-se na constante afirmação de que a alma humana, veleidária e frouxa, necessita prender-se ao corpo uno, sólido e manifesto das formas instituídas pela sociedade. Para não se afogar na pobreza, na obscuridade, na humilhação, ou para vencer na vida, o sujeito deve unir-se à aparência dominante e imposta, pois se torna impotente quando o desampara o olhar consensual dos outros. Há nessa coletânea o triunfo do signo público: “Todas as vibrações interiores calam-se, degradam-se à veleidade ou rearmonizam-se para entrar em acordo com a convenção soberana. Fora dessa adequação só há tolice, imprudência ou loucura” (BOSI, 2003, p. 86).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSIS, M. de. *Obra Completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguillar, 2006. 3 v.

BOSI, Alfredo. *O enigma do olhar*. São Paulo: Ática, 2003.

GLEDSON, John. *Por um novo Machado de Assis – ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

## BIBLIOGRAFIA NÃO CITADA

DISCINI, N. *O estilo nos textos*. São Paulo: Contexto, 2003.

# Espaço e palavra, uma Topoanálise de “Famigerado”

(Space and word, a Topoanalysis of “Famigerado”)

**Oziris Borges Filho**

Curso de Letras – Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM)

oziris@oziris.pro.br

**Abstract:** This paper uses the tools of Topoanalysis to investigate the construction of space in the short story “Famigerado”. The aim is to discuss the spatiality represented in the work and the strategies used by the narrator. We intend not only to show what the story says, but also the strategies that the narrator uses to tell what it says.

**Keywords:** Topoanalysis; space; scenery; Nature.

**Resumo:** Este trabalho utilizará o instrumental da Topoanálise para investigar a construção do espaço no conto “Famigerado”. O objetivo é refletir sobre a espacialidade representada na obra bem como as estratégias utilizadas pelo narrador na construção da mesma. Pretende-se não só mostrar o que o conto diz, mas também as estratégias que o narrador utiliza para dizer o que diz.

**Palavras-chave:** Topoanálise; espaço; cenário; natureza.

O medo é a extrema ignorância  
em momento muito agudo.

## 1. Introdução

O conto “Famigerado”, de Guimarães Rosa, faz parte da obra *Primeiras histórias* publicada em 1962. A edição que utilizamos em nossa análise foi publicada em 1988 pela editora Nova Fronteira. “Famigerado” é o segundo conto dos vinte e um que compõem o livro. Trata-se de uma narrativa que nos mostra as profundas diferenças sociais e linguísticas entre as personagens. Dessa maneira, o narrador consegue demonstrar o seu amor às palavras e a importância da busca das suas origens e significados.

Esta análise utilizará o instrumental da topoanálise para investigar a construção do espaço no conto. O objetivo é perceber os espaços explorados nesse conto bem como as estratégias narrativas utilizadas pelo narrador na construção do mesmo. Pretende-se não só mostrar o que o conto diz, mas também as estratégias que utiliza para dizer o que diz.

## 2. O percurso espacial

Por percurso espacial entendemos os espaços que aparecem durante a construção do enredo. No conto em foco, existem apenas dois espaços, a casa do protagonista e um pequeno espaço fora da casa, mas rente a ela, onde se situa a outra personagem, o jagunço Damázio. Como há mais de um espaço no enredo, dizemos, segundo a topoanálise, que se trata de um enredo politópico. É interessante notarmos também que as duas espacialidades do conto se opõem pela coordenada espacial da interioridade. Tal coordenada se divide entre os pólos interior X exterior. Portanto, durante todo o conto, predominará essa oposição que pode ser desdobrada também nos aspectos, fechado X aberto; restrito X vasto. Naturalmente que essas oposições são gratuitas, mas estão intrinsecamente relacionadas com a temática do texto. É o que pretendemos analisar.

### 3. A casa

Logo no primeiro parágrafo, aparecem quatro figuras espaciais de suma importância para a construção da narrativa: casa, arraial, porta e janela.

Foi de incerta feita – o evento. Quem pode esperar coisa tão sem pés nem cabeça? Eu estava em casa, o arraial sendo de todo tranquilo. Parou-me à porta o tropel. Cheguei à janela. (ROSA, 1988, p. 13)

Como se depreende dessa primeira citação, o conto possui, segundo a teoria de Genette (1985), um narrador homo-auto e extradiegético, pois é ele próprio que conta sua estória. Isso significa que o foco narrativo é enviesado, isto é, só temos a visão de uma personagem sobre os acontecimentos. Portanto, também é ele que nos apresenta a espacialidade do texto. Nota-se que não há paradas descritivas no texto como era comum no romance do século XIX quando a narrativa parava e a descrição começava e percorria, muitas vezes, várias páginas. Dessa maneira, o espaço criado pela descrição formava verdadeiros blocos, interrompendo a ação. Cada bloco apresentava inclusive um tema, como, por exemplo, “o mar”, “o pôr-do-sol”, etc. A essa técnica de representação do espaço dentro da narrativa a topoi análise chama de espacialização franca ou reflexa. Será franca, quando o espaço aparecer pelo ponto de vista do narrador, será reflexa quando aparecer pelo ponto de vista da personagem.

Modernamente, outra técnica foi desenvolvida. Nessa técnica, não há blocos descritivos do espaço, pelo contrário, narração e descrição se interpenetram, evitando aquelas pausas da narrativa. O espaço surge juntamente com a ação da personagem. A essa técnica, explorada na modernidade, a topoi análise designa de espacialização dissimulada. É essa estratégia a utilizada no conto em questão, salvo em único momento que adiante se mostrará. O narrador faz o espaço surgir concomitantemente com a ação. Isso pode ser comprovado em várias frases da citação acima, por exemplo, “eu estava em casa”. Não há uma parada para apresentar a casa, ela surge junto com a localização da personagem. A última frase é ainda mais esclarecedora “Cheguei à janela”. O narrador não diz antes da ação que a casa possui uma janela. Esta aparece juntamente com a ação de chegar. Com isso, o texto torna-se muito mais dinâmico e mais coerente com a própria forma literária conto que se tipifica, entre outras coisas, pelas unidades de tempo, ação e espaço.

Outro ponto interessante é que o narrador-personagem inicia o conto, com uma oração inusitada, ao inverter a expressão clichê “de certa feita”. Colocando o prefixo “in”, o narrador modifica o clichê, provocando um estranhamento no texto, aumentando sua informatividade, “incerta feita”.

Aparece então a espacialidade da casa. Trata-se de um cenário, isto é, um espaço criado pelo homem. Essa é a primeira informação espacial do texto. A casa não recebe um investimento figurativo exaustivo, só sabemos que ela possui uma janela. De qualquer maneira, há algumas pressuposições que podem ser feitas a partir do texto. Assim, se percebe que a casa se localiza na coordenada espacial da horizontalidade. O eixo da horizontalidade se divide em vários pólos, entre eles, o do “aqui” X o “lá”. O aqui, geralmente, é o espaço do sujeito, enquanto o “lá” é o espaço do outro. E são justamente esses valores os tematizados no texto. O protagonista se encontra no espaço do “aqui”, ou seja, no seu espaço, já Damázio, o jagunço, que se encontra no tropel que chega, localiza-



se no espaço do “lá”, no espaço do outro. Essa oposição espacial, já instalada desde esse primeiro momento, é a grande responsável pela tensão que percorre todo o texto. O narrador-protagonista não sabe a que vem o tropel, muito menos Damázio, que se localiza mais perto da casa, o espaço do conhecido. Damázio encontra-se fora da casa, no “lá”, vem de longe, do espaço do desconhecido, por isso pode significar ameaça. Essa é a grande dúvida do protagonista: teria Damázio vindo para matá-lo? Note-se, então, a extrema coesão que existe entre espacialidade e ação; o espaço homologa o enredo.

Além do eixo da horizontalidade, a casa também se caracteriza pelas coordenadas espaciais da amplitude e da interioridade. Nesse sentido, a casa também se caracteriza pelos valores do restrito, em oposição ao vasto, e do fechado em oposição ao aberto.

O próximo espaço também significativo que ocorre no primeiro parágrafo do texto e que foi acima transcrito é o arraial. A citação dessa figura cumpre as funções de localização geográfica e também social.

Segundo o Dicionário Houaiss (2006), *arraial* tem o sentido, entre outros, de “pequena aldeia, lugarejo”. Dessa maneira, esse vocábulo aparece como caracterizador do espaço não apenas geográfico, mas também social em que a casa do protagonista está inserida. Em outras palavras, o conto se passa em um espaço em que a população é pequena, lembrando aquelas pequenas vilas do sertão ou do interior do Brasil de modo geral. Tal fato serve para caracterizar outrossim a situação social e, de certa maneira, intelectual das personagens envolvidas na trama. Tal situação é de personagens pobres e de pouca instrução, daí que essa espacialidade se torna extremamente coerente com os jagunços que povoarão o enredo. Nesse contexto social, típico do sertão, é natural que alguém com instrução universitária se destaque. E é esse fato, a antítese formada pela personagem protagonista, médico, e o restante da população que desencadeará toda a trama. Dessa forma, fica patente que a citação dessa espacialidade “arraial” não é casual, mas uma estratégia narrativa de caracterização de toda a estória.

Para se comunicar com o espaço externo, a personagem principal faz uso do espaço da janela. Durante todo o enredo essa será a espacialidade que o protagonista ocupará, por isso torna-se importante analisarmos os efeitos de sentido desse fato. Vejamos o que diz, em relação à janela, *O dicionário de símbolos*. Nesse dicionário, encontraremos o seguinte comentário, “Enquanto abertura para o ar e para a luz, a janela simboliza receptividade” (CHEVALIER; GHEERBRANT, 2007, 511). Essa é precisamente o sentido que podemos encontrar no conto. Quando o protagonista vai até a janela é para receber as pessoas que estavam chegando, quatro cavaleiros.

Ao ver que se tratava de jagunços, o protagonista fica receoso, e esse medo cresce ainda mais ao reconhecer em um dos jagunços o famoso cangaceiro Damázio. Note-se como o posicionamento espacial de Damázio reforça sensivelmente a ideia de enfrentamento que provoca o temor no narrador.

Um grupo de cavaleiros. Isto é, vendo melhor, um cavaleiro rente, frente à minha porta, equiparado, exato; e, embotados, de banda, três homens a cavalo. Tudo, num relance, insolitíssimo. Tomei-me nos nervos. O cavaleiro esse o oh-homem-oh - com cara de nenhum amigo. (ROSA, 1988, p. 56)

Note-se que Damázio se situa “rente” e “frente” à porta do narrador, enquanto os outros estão “embotados” ao lado. Essa posição frente a frente com o narrador mais o fato de o jagunço estar bem sério provoca medo no narrador como podemos notar na frase “Tomei-me nos nervos”. Note-se também a forma interessante que o narrador utiliza para caracterizar o jagunço “oh-homem-oh”. Cercando o substantivo “homem” com as

interjeições “oh”, o narrador enfatiza o quanto o jagunço inspirava medo. “Saudou-me seco, curto pesadamente. Seu cavalo era alto, um alazão; bem arreado, ferrado, suado. E concebi grande dúvida.” (ROSA, 1988, p. 13).

Outro dado espacial, que reforça a ideia de ameaça que o jagunço representa, encontra-se no eixo da verticalidade cujos polos são alto X baixo. Com efeito, quando o narrador nos informa que “seu cavalo era alto”, mostra-nos outrossim que o jagunço ficava no alto enquanto o narrador se situava no baixo. Essa superioridade espacial do jagunço confere-lhe igualmente uma superioridade marcial na medida em que lhe é mais fácil atacar o narrador se assim o quiser e é daí também, além de todos os paramentos do jagunço, que surge a dúvida do narrador enunciada no último período da citação.

Assim, veja-se então que, espacialmente, o exterior representa o perigo nesse conto, enquanto o interno representa a proteção. Esse fato, aliás, corrobora a simbologia que se tem da casa, como podemos observar nesta citação de Bachelard:

Assim, diante da hostilidade, com as formas animais da tempestade e da borrasca, os valores de proteção e de resistência da casa são transpostos em valores humanos. (1989, p. 62)

A própria janela também assume esse papel de proteção. Como ela não revela todo o corpo, mas apenas parte dele, pode-se dizer que a janela também pode funcionar de proteção. E é isso o que acontece nesse conto. Como o protagonista desconhece os motivos da vinda do jagunço, cria-se uma tensão entre eles. A partir desse momento, a janela funciona também como proteção do protagonista, que, parcialmente coberto, pode-se defender um pouco se o cangaceiro resolver um ataque qualquer.

Dentro da metodologia que vimos utilizando na análise desse conto, a topoanálise, existe um item muito interessante de análise do espaço, que é a fronteira. O primeiro teórico da literatura ao falar sobre a fronteira no texto literário foi o russo Iuri Lotman: “...um traço topológico muito importante é a fronteira. A fronteira divide todo o espaço do texto em dois subespaços, que não se tornam a dividir mutuamente” (1978, p. 372).

Para ele, a fronteira divide o espaço do texto em dois subespaços que não voltam a se dividir. Assim, analisando o conto em foco, podemos perguntar se não há uma fronteira nele, fronteira essa que seria dada pelo fato de o protagonista ocupar o interior da casa, enquanto o jagunço Damázio ocupa seu lado de fora. A fronteira, nesse caso, seria dada pela parede da casa que dividiria o interno do externo. No entanto, de acordo com a teoria de Lotman não poderíamos classificar essa parede da casa como fronteira. Para o teórico russo, uma das principais características da fronteira é seu caráter de impenetrabilidade.

A sua propriedade fundamental é a impenetrabilidade. O modo como o texto é dividido pela sua fronteira constitui uma das suas características essenciais. Isso pode ser uma divisão em seus e alheios, vivos e mortos, pobres e ricos. O importante está noutro aspecto, a fronteira que divide um espaço em duas partes deve ser impenetrável e a estrutura interna de cada subespaço, diferente. (LOTMAN, 1978, p. 372)

Logicamente que essa impenetrabilidade não é dada pela parede de uma casa. Além disso, por definição, uma casa não pode oferecer essa característica já que é um espaço de convivência e circulação de pessoas.

O próprio narrador-personagem demonstra que Damázio pode ultrapassar essa limitação, no caso a janela ou os limites da casa.

Mais à frente, o narrador descreve mais um pouco a posição geográfica de sua casa e o posicionamento do jagunço em relação aos outros três cavaleiros que o acompanhavam; tal descrição reforça ainda mais a ameaça representada por Damázio.

Dado que a frente da minha casa reentrava, metros, da linha da rua, e dos dois lados avançava a cerca, formava-se ali um encantoável, espécie de resguardo. Valendo-se do que, o homem obrigara os outros ao ponto donde seriam menos vistos, enquanto barravallhes qualquer fuga; sem contar que, unidos assim, os cavalos se apertando, não dispunham de rápida mobilidade. Tudo enxergara, tomando ganho da topografia. Os três seriam seus prisioneiros, não seus sequazes. (ROSA, 1988, p. 13)

Pela descrição do narrador percebe-se que Damázio posicionara-se estrategicamente, militarmente, poderíamos dizer, na medida em que ele dominava os outros três cavaleiros, impedindo-lhes qualquer fuga. É nesse sentido que o protagonista nos informa que o jagunço tomara “ganho da topografia”.

Enfim, nesse primeiro contato entre o jagunço e o protagonista narrador, observa-se que o espaço contribui significativamente para a criação de ameaça possível que o outro pode representar. Todos os detalhes da espacialidade são muito bem trabalhados nesse sentido.

Note-se também que todos os espaços analisados até aqui foram referenciados pelo olhar do narrador. É ele quem constrói os espaços através de uma descrição direta, por isso a topoanálise chama a esse tipo de estratégia de espacialização franca. Tal estratégia é utilizada somente nesse trecho, nos outros trechos do conto, como já se salientou anteriormente, a estratégia utilizada foi a da espacialização dissimulada. A espacialização franca fica demonstrada pelo primeiro período da citação acima.

O medo do narrador vai num crescendo como podemos observar na seguinte passagem: “O medo é a extrema ignorância em momento muito agudo. O medo O. O medo me miava. Convidei-o a desmontar, a entrar. (...) Disse de não, conquanto os costumes.” (ROSA, 1988, p. 14)

No trecho acima o narrador nos esclarece a razão de seu medo: a ignorância. Com efeito, toda a problemática emocional que enfrenta o protagonista se refere a essa dúvida que ele já assinalara desde o início da narrativa. O narrador quer saber, mas não possui o poder saber, daí o medo. Assinale-se ainda toda a sonoridade das frases produzidas nesse trecho. Num primeiro momento, notamos a repetição da vogal “o”, que com sua esfericidade parece lembrar um boca aberta de medo, de susto. Também a aliteração do fonema /m/ provoca um ritmo e sonoridade no trecho: “O medo me miava”.

Mais uma vez se comprova como a espacialidade do conto é o fator primordial na construção da paixão “medo” que percorre grande parte do conto e deixa as relações do narrador com o jagunço num estado de tensão crescente. Do ponto de vista da morfossintaxe espacial, há dois verbos no trecho que são de máxima importância na

criação dessa espacialidade tensa. São eles “desmontar” e “entrar”. Com o primeiro, o narrador tenta negar o eixo da verticalidade, fazendo com que ele e o possível adversário se situem no mesmo eixo, o da horizontalidade. Se o jagunço concordasse, ele se igualaria espacialmente ao narrador, o que representaria uma demonstração de aproximação, de boas-vindas ao menos. Já o segundo verbo, complementando a intenção do primeiro, mostra o desejo da personagem de diminuir a distância que existe entre ele e o jagunço. O verbo entrar representa um convite, uma permissão de o outro sair do espaço do “lá” e adentrando o espaço do “aqui”. Essa diminuição da distância física significa, no plano psicológico, uma diminuição na distância, digamos, afetiva entre os dois personagens. Enfim, tanto o verbo “desmontar” quanto o verbo “entrar” figurativizam, no texto, o desejo de o narrador de sondar as intenções do jagunço, diminuindo a relação de animosidade, de seriedade que impregnam sua situação diante do tropel. No entanto, para o desespero do narrador, o jagunço recusa seu convite. Dessa forma, a situação continua tensa.

Mais à frente da narrativa o jagunço revela suas intenções: “Eu vim perguntar a vosmecê uma opinião sua explicada...” (ROSA, 1988, p. 14). Após revelar essa sua intenção, o jagunço desce do cavalo:

Desfranziu-se, porém, quase que sorriu. Daí, desceu do cavalo; maneiro, imprevisito. Se por se cumprir do maior valor de melhores modos; por esperteza? Reteve no pulso a ponta do cabresto, o alazão era para paz. O chapéu sempre na cabeça. (ROSA, 1988, p. 14)

Essa nova situação, em vez de acalmar o narrador, deixa-o ainda mais preocupado. Isso ocorre porque a postura do jagunço continua ameaçadora, propícia a qualquer ação, pelo menos aos olhos do narrador. Toda essa espacialidade que provoca medo, apreensão do narrador é confirmada por ele próprio no seguinte trecho:

Sua máxima violência podia ser para cada momento. Tivesse aceitado de entrar e um café, calmava-me. Assim, porém, banda de fora, sem a-graças de hóspede nem surdez de paredes, tinha para um se inquietar, sem medida e sem certeza. (ROSA, 1988, p. 14)

Aí está, explicado pelo próprio narrador, o que vimos demonstrando: o espaço é crucial na construção da tensão que perpassa até esse momento a narrativa. Pela fala do narrador vemos claramente a importância da coordenada espacial da interioridade: interior X exterior. Nesse conto, a exterioridade assume o valor de ameaça, pois trata-se de um jagunço que recusa a interioridade que ela tem o valor do que é amistoso. Assim, ao recusar adentrar a casa, preferindo ficar na “banda de fora”, o jagunço mantém a situação tensa, provinda da dúvida do narrador quanto às intenções reais do jagunço: “tinha para um se inquietar, sem medida e sem certeza”.

Em seguida temos a origem do jagunço: “Vosmecê é que não me conhece. Damázio, dos Siqueiras... Estou vindo da Serra...” Logo em seguida, temos a impressão que tal revelação provoca no narrador:

Sobressalto. Damázio, quem dele não ouvira? O feroz de estórias de léguas, com dezenas de carregadas mortes, homem perigosíssimo. Constando também, se verdade, que de para uns anos ele se serenara — evitava o de evitar. Fie-se, porém, quem, em tais tréguas de pantera? Ali, antenasal, de mim a palmo! (ROSA, 1988, p. 14-15)

Pelo trecho, percebe-se que se reafirma o temor do narrador. Para além disso, notamos também alguns vocábulos que, mais uma vez, salientam a espacialidade e sua importância na construção do conto. Em primeiro lugar, nota-se a hipérbole espacial que o narrador utiliza: “O feroz de estórias de léguas”. Tal figura tem como efeito de sentido salientar a fama de malfeitor do jagunço. Na última frase do trecho, vemos a ameaça que o jagunço representa dado a espacialidade que ele ocupa. O narrador utiliza três expressões, sendo que todas elas reforçam o fato de o jagunço estar muito próximo dele e, portanto, poder agir a qualquer momento. A frase se inicia com o advérbio de lugar “ali”, que indica um espaço próximo ao narrador. Em seguida, encontra-se o neologismo “antenasal”, que indica também a proximidade. Finalmente, a expressão “de mim a palmo” completa a frase e notamos então que se trata de uma gradação espacial, reforçando a ideia de ameaça.

Depois de alguns rodeios, o jagunço Damázio dos Siqueiras pergunta o que queria saber, revelando outrossim sua intenção. Ele não viera até ali para fazer algum mal ao narrador, tido como pessoa esclarecida pelas redondezas. Ele veio apenas para que o médico lhe esclarecesse uma sua dúvida:

— “Vosmecê agora me faça a boa obra de querer me ensinar o que é mesmo que é: fasmisgerado... faz-me-gerado... falmisgeraldo... famílias-gerado...? (ROSA, 1988, p. 15)

Assim, o narrador fica parcialmente aliviado, mas ainda tenso, pois pensa que alguém poderia ter feito intriga com ele, atribuindo-lhe alguma palavra ofensiva a respeito do jagunço.

A seguir, através do discurso direto do jagunço tem-se a afirmação do eixo da horizontalidade que já estava marcado desde o início da narrativa: “— Saiba vosmecê que saí ind'hoje da Serra, que vim, sem parar, essas seis léguas, expresso direto pra mor de lhe perguntar a pergunta, pelo claro...” (ROSA, 1988, p. 15)

Nota-se todo o deslocamento empreendido pelo jagunço para sanar uma dúvida vocabular que tinha. E pela distância percorrida, afere-se bem o mal que a dúvida estava a causar-lhe. Nesse ponto da narrativa, estabelece-se uma similitude bastante interessante entre narrador e jagunço. Ambos são possuídos pela paixão da dúvida. O médico não sabe se o jagunço veio a seu encalço, o jagunço não sabe se foi ofendido pelo homem do governo que lhe chamara de famigerado. Ambos os personagens, portanto, estão

investidos de um querer saber e um torna-se o destinador do saber que falta ao outro. O jagunço, primeiramente, doa o saber ao médico ao revelar-lhe suas verdadeiras intenções. Em seguida, é o médico o destinador que doa seu saber ao jagunço ao lhe desvendar o sentido da palavra famigerado.

Em seguida, temos mais uma fala do jagunço que é bastante interessante do ponto de vista da topoanálise:

— “Lá, e por estes meios de caminho, tem nenhum ninguém ciente, nem têm o legítimo — o livro que aprende as palavras... É gente pra informação torta, por se fingirem de menos ignorâncias... Só se o padre, no São Æo, capaz, mas com padres não me dou: eles logo engambelam... A bem. Agora, se me faz mercê, vosmecê me fale, no pau da peroba, no aperfeiçoado: o que é que é, o que já lhe perguntei?” (ROSA, 1988, p. 15-16)

O início da citação acima demonstra claramente uma função básica do espaço, a saber, a de localizar geográfica e socialmente ações e personagem. Pelo texto, percebe-se que se trata de espaço geográfico afastado das capitais, trata-se de uma região interiorana, portanto essa citação ratifica a espacialidade introduzida no início da narrativa pela figura “arraial”. Outra característica perceptível pelo trecho acima diz respeito a um dado social: o grau de escolaridade. Percebe-se que a escolaridade da região é mínima. Além do protagonista narrador, somente o padre teria uma escolaridade para dirimir a dúvida do jagunço. Mais que isso, a escolaridade é tão pouca que a presença do dicionário pela região é inexistente. E geograficamente trata-se de uma região bastante extensa, pois o jagunço percorrera seis léguas, isto é, cerca de quarenta quilômetros. Essa distância é também referenciada no excerto acima pela utilização do advérbio de lugar “lá” e pela expressão “por estes meios de caminhos”. Note-se a oposição estabelecida pelo advérbio e pelo pronome demonstrativo “estes”. Ambos mostram as duas extremidades percorridas pelo jagunço e os outros cavaleiros, estabelecendo uma oposição entre distância e proximidade no eixo da horizontalidade. “Lá” indica a origem do jagunço e se opõe ao lugar em que, no momento da fala, ele se encontra. Já o pronome “estes” indica proximidade, referencia os caminhos mais próximos até sua chegada à casa do médico.

Em vez de responder de pronto, o médico demorou-se um pouco. Como ele afirma: “Habitei preâmbulos”. Nesse ínterim ele olha para os outros três e Damázio revela não só a origem dos outros “tristes três” cavaleiros, mas também o propósito de eles virem com o jagunço: — “Vosmecê declare. Estes aí são de nada não. São da Serra. Só vieram comigo, pra testemunho...” (ROSA, 1988, p. 16).

Os outros também são da Serra assim como Damázio. Depois dessa etapa, é a vez de o médico doar seu saber ao jagunço, que já lhe tinha tirado a dúvida. Então declara o médico que “Famigerado é inóxio, é “célebre”, “notório”, “notável”...” (p.16). Então, Damázio, de posse do saber, pôde decidir se perseguia ou não o homem do governo. Como não se tratava de nenhum agravo, decidiu por não fazer nada. O trecho que segue é bastante interessante do ponto de vista da topoanálise:

Saltando na sela, ele se levantou de molas. Subiu em si, desagravava-se, num desafogarêu. Sorriu-se, outro. Satisfez aqueles três: — “Vocês podem ir, compadres. Vocês escutaram bem a boa descrição...” — e eles prestes se partiram. (ROSA, 1988, p. 16)

Com a primeira oração, vê-se que a personagem ocupa novamente sua espacialidade inicial, qual seja a posição “alto” no eixo da verticalidade. No entanto, diferentemente da posição inicial, esta não significa agora mais ameaça, pois nem o médico tinha dúvidas a respeito das intenções do jagunço, nem o jagunço estava carrancudo como no início. O narrador usa uma expressão de conotação espacial e que é bastante original: “Subiu-se em si...” em outras palavras, a ascensão do jagunço foi dupla. A primeira, no plano físico; a segunda, no plano cognitivo-emocional. A primeira ascensão é figurativizada pelo salto na sela, a segunda pela expressão “subiu em si”. Se ele subiu em si, podemos depreender, por pressuposição, que ele estava abaixo de si, isto é, oprimido, rebaixado pela dúvida, pelo não saber. Sanada a dúvida, o jagunço “Sorriu-se outro.” “Só aí se chegou, beirando-me a janela, aceitava um copo d’água. Disse: — “Não há como que as grandezas machas duma pessoa instruída!” (ROSA, 1988, p. 17)

Passada a dúvida, a raiva de não saber, a desconfiança de ter sido ofendido, o jagunço se mostra outro, amigo. Essa mudança emotiva do jagunço se traduz na espacialidade e nos gestos do mesmo. Pela expressão “beirando-me a janela...”, observa-se a presença, no texto, do eixo da prospectividade: perto X longe. Agora, a proximidade que ele assume em relação ao protagonista não é ameaçadora, o que é reforçado pelo gesto de aceitar um copo d’água. Em seguida, faz um elogio do conhecimento. Então,

Disse: — “A gente tem cada cisma de dúvida boba, dessas desconfianças... Só pra azedar a mandioca...” Agradeceu, quis me apertar a mão. Outra vez, aceitaria de entrar em minha casa. Oh, pois. Esporou, foi-se, o alazão, não pensava no que o trouxera, tesse para alto rir, e mais, o famoso assunto. (ROSA, 1988, p. 17)

Mais uma vez, exprime-se claramente a temática de todo o conto e, mais uma vez, com uma frase de grande efeito estilístico “cisma de dúvida... Só pra azedar a mandioca.”. Com efeito, o desenvolvimento dramático de todo o conto acontece em torno da dúvida do médico e do jagunço. E a espacialidade construída pelo narrador homologa toda a tensão desenvolvida que, ao final, se desfaz. A frase “Outra vez aceitaria de entrar em minha casa.” deixa claro que a tensão não mais existe entre os dois protagonistas do conto. O nó já se dissolveu, o clímax já passou, então o conto termina.

### **3. Considerações finais**

A topoi-análise do conto “Famigerado”, de Guimarães Rosa mostrou a maneira como a espacialidade do conto foi construída e os efeitos de sentido que foram produzidos pelas estratégias utilizadas pelo narrador.

O conto todo gira em torno do par temático dúvida X certeza, que é paralelo a este outro: saber X ignorância. A tensão provocada por esses dois pares se dissolve no decorrer do conto e o espaço homologa toda essa transição. O conto inicia-se pela dúvida, pela ignorância tanto do médico quanto do jagunço. No decorrer da narrativa tal estado de dúvida/ignorância é desfeito. Dessa maneira o conto caminha da tensão para a distensão.

Como o espaço homologa as ações, podemos igualmente afirmar que, no início, temos uma espacialidade tensa e, no final, distensa. A tensão é ratificada por várias coordenadas espaciais tais como a frontalidade, verticalidade e prospectividade. Assim, o jagunço se coloca diante do médico numa posição espacial de frente, alta e numa

distância que facilitaria um ataque. Esse posicionamento de enfrentamento é alterado no final do conto. Do ponto de vista da coordenada da prospectividade, que forma o par longe X perto, vemos que a distância entre os protagonistas diminui, acercando-se de uma proximidade amigável já que o jagunço se chega para apertar a mão do médico.

Outro dado importante que foi observado na construção desse conto foi a estratégia da espacialização. A espacialização predominante é a dissimulada, o que não provoca paradas descritivas durante a narração; isso proporciona dinamismo na estória. Essa espacialização também não é abundante, isto é, o narrador não entra em detalhes. Em outros termos, trata-se de uma espacialização moderada e objetiva.

Do ponto de vista das partes do enredo, nota-se que o espaço inicial e final são os mesmos, ocorrendo uma divisão no espaço que também se mantém do início ao fim. Trata-se da oposição interior X exterior que se situa na coordenada espacial da interioridade. No texto, temos o interior, que é assumido pelo espaço da casa, onde se situa o narrador do início ao fim do conto. No exterior se situa o jagunço. Portanto, podemos afirmar que se trata de um enredo politópico e não monotópico, já que possui mais de um espaço. Segundo Massaud Moisés (2006),<sup>1</sup> poderíamos dizer que se trata de um espaço com drama, pois é nele que se desenvolve o principal conflito do conto.

Também se pôde observar que se trata de um enredo em que predomina o cenário, isto é, os espaços feitos pelo homem, no texto, a casa e o arraial. Por outro lado, a natureza, isto é, os espaços não feitos pelo homem, também se faz presente, mas de maneira apenas citada, como é o caso da figura da Serra.

Finalmente, do ponto de vista dos gradientes sensoriais, isto é, da relação entre espacialidade e os sentidos humanos, vimos que o narrador se utiliza apenas da audição e da visão, principalmente do segundo. O sentido da audição é utilizado apenas no começo do texto quando o narrador ouve o tropel chegar perto de sua casa. Toda a instauração do espaço subsequente se dá pelo sentido da visão. Essa ênfase no sentido da visão pode ser explicada pela situação de tensão que domina o conto. Com efeito, pelo medo de ser atacado a qualquer momento, o narrador fita o jagunço durante todo o texto, observando seus movimentos, suas feições, seus gestos.

A temática do conto também não deixa de ser uma celebração da palavra. É a palavra que provoca a dúvida no jagunço e é ela que a dissolve. É também pela palavra, pelo diálogo com o jagunço que o médico sai de seu estado de tensão.

Enfim, podemos afirmar que o conto valoriza e tematiza a palavra espaço bem como o espaço da palavra.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BACHELARD, Gaston. *A poética do espaço*. São Paulo: Martins Fontes, 1989. 242p.
- CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. *Dicionário de símbolos*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2007. 996p.
- GENETTE, Gerard. *O discurso da narrativa*. Lisboa: Veja, 1985.
- HOUAISS, Antonio. *Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2006.

---

<sup>1</sup>“[...] o espaço ocupado pelas personagens *antes* do lugar onde se desenrola a cena principal é dramaticamente neutro ou vazio, *espaço-sem-drama*, ao passo que o outro é *espaço-com-drama*.” (MOISÉS, 2006, p. 43)



- LOTMAN, Iuri. *A estrutura do texto artístico*. Lisboa: Estampa, 1978. 479p.
- MOISÉS, Massaud. *A criação literária: prosa I*. São Paulo: Cultrix, 2006. 355p.
- ROSA, Guimarães. *Primeiras estórias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988. 159p.

### **BIBLIOGRAFIA NÃO CITADA**

- BORGES FILHO, Oziris. *Espaço e literatura: introdução à topoanálise*. Franca: Ribeirão Gráfica e Editora, 2007. 197p.
- LURKER, Manfred. *Dicionário de simbologia*. São Paulo: Martins Fontes, 1997. 776p.
- THOMACHEVSKI, Boris. Temática. In BRICK, O. et al. (Orgs.) *Teoria da literatura: formalistas russos*. Porto Alegre: Globo, 1978. p. 169-204. 279p.

# Do tempo ao espaço e da escrita à imagem: a espacialização da linguagem na poesia visual

(From time to space and from writing to image: the spatialization of language in visual poetry)

**Sérgio Roberto Massagli**

Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP)

massaglis@hotmail.com

**Abstract:** This work will focus on the shift that led to the most radical change in our means of representation – the replacement of the word by the image in the communicational processes, along with the predominance of simultaneity over linearity, of spatiality over the temporality, of exteriority over interiority.

**Keywords:** Spatiality; simultaneity; representation.

**Resumo:** Este trabalho focalizará a mudança que levou à transformação mais radical nos nossos modos de representação – a substituição da palavra pela imagem nos processos comunicacionais, juntamente com a predominância da simultaneidade sobre a linearidade, da espacialidade sobre a temporalidade, da exterioridade sobre a interioridade.

**Palavras-chave:** espacialidade; simultaneidade; representação.

## 1. Considerações sobre a poesia visual através da espacialização da escrita

A fim de esclarecimento, uso o termo poesia visual, em detrimento de uma série de outros que têm sido usados para denominar diferentes tendências da produção poética mais recente que seguiu o impulso de explorar espacialmente os limites da palavra enquanto elemento visual. Obviamente toda poesia é visual. Mas, devo reconhecer com Valdevino Soares de Oliveira, que afirma, em seu livro *Poesia e Pintura: um diálogo em três dimensões*, que “Quanto mais verbal for a poesia, mais temporal e vice-versa; quanto mais visual, mais espacial. A passagem do verbal para o visual é marcada pela transformação do tempo em espaço” (OLIVEIRA, 1999 p. 45). Essa passagem do verbal para o visual, no entendimento do autor, não é de data recente e o pressuposto dessa ligação se inicia na Antiguidade Greco-latina e atravessa toda a história da literatura para desaguar na poesia visual moderna. A esse respeito ele escreve:

Em alguns momentos da história literária, a identificação da poesia com a forma visual e pictórica se mostrou de modo bastante incisivo. É o caso, por exemplo, de boa vertente da poesia homérica, do Barroco e a arte do Renascimento. Na contemporaneidade o código poético é revigorado pelo visual das artes plásticas e pelos recursos imagéticos dos meios eletrônicos. É ainda a tela, o suporte da imagem: no Renascimento, a tela do pintor; hoje, a tela de vídeo. A poesia visual funde as duas e transporta para a página os processos criativos de uma e outra. Tempo e espaço se misturam para produzir o objeto estético. (OLIVEIRA, 1998, p. 12)

Nessa obra, Oliveira problematiza a dicotomia das artes do tempo e das artes do espaço tratada já no século dezoito por G. E. Lessing no seu ensaio *Laocoonte ou sobre as*

*Fronteiras da Pintura e da Poesia*. A classificação tradicional opõe as três artes plásticas (arquitetura, pintura e escultura) às três artes rítmicas (dança, música e poesia). Ele mostra, através das pesquisas de Etienne Souriau (1983) , a partir de Huisman (1981), que essa relação pode ser subvertida, de modo que as artes plásticas podem e efetivamente comportam um tempo essencial, como as artes ditas do tempo, e que, por outro lado, as artes rítmicas, chamadas de artes do tempo, são tão espaciais como as artes ditas do espaço. Assim, ele demonstra que poesia e pintura aproximam-se por atributos visuais, mostrando-se em sua materialidade física ou provocando a visão por mecanismos próprios de suas linguagens. Dessa forma, tempo e espaço se imbricam e se reequilibram mediante uma aproximação possível não apenas por meio de procedimentos compositivos, mas também através de categorias equalizadoras.

Lembremos que o desequilíbrio que há entre tempo e espaço na literatura, tanto na poesia como no romance, deve-se evidentemente à própria organização da escrita, principalmente se pensarmos na escrita tradicional, isto é, aquela que deve sujeitar-se à ordenação linear e sintagmática, subordinando a imagem à palavra articulada na oração que não se dá toda de uma vez, mas encadeia-se numa sucessão em que o morfema segue o morfema; o sintagma, o sintagma. A univocidade da escrita, ao representar uma imagem, pressupõe uma mediação e uma temporalidade. Isso se deve à própria natureza da linguagem escrita, e Edward Soja, no prefácio de seu livro *Geografias pós-modernas*, já reconhece esse problema ao dizer que:

A disciplina imprimida a uma narrativa que se desdobra sequencialmente predispõe o leitor a pensar em termos históricos, dificultando a visão do texto como um mapa, uma geografia de relações e sentidos simultâneos que se vinculam por uma lógica espacial, e não temporal. (1993, p. 07)

Dito de outra forma, Soja (1993) revela o aprisionamento, por uma ordem temporal, de um objeto que se define por relações e sentidos simultâneos, isto é, que por natureza pertence ao domínio do espaço. Aquilo que é apreendido simultaneamente pelo olhar deve sofrer, nessa mediação da escrita, um constrangimento. Essa limitação física da sequencialidade acaba frustrando qualquer tentativa de representar, traduzindo em palavras, as espacializações reveladoras de um real que é essencialmente uma combinação de tempo e espaço, história e geografia, período e região, sucessão e simultaneidade. Uma limitação que Soja identifica ao escrever que:

Todo exercício ambicioso de descrição geográfica crítica, de traduzir em palavras a espacialidade abrangente e politizada da vida social, provoca um desespero linguístico similar O que se vê ao olhar as geografias é obstinadamente simultâneo, mas a linguagem dita uma sucessão sequencial, um fluxo linear de afirmações alocutivas, limitadas pela mais espacial das restrições terrenas, a impossibilidade de dois objetos (ou palavras) ocuparem exatamente o mesmo lugar (como numa página). (1993, p. 09)

Com as experimentações no campo da mediação, possibilitadas pelo advento do que McLuhan (1974) denomina de “era da eletricidade”, essas restrições passaram a ser desafiadas, seja no campo das artes plásticas, seja na literatura, especialmente na poesia. Com essas experimentações, cuja origem localiza-se nas experiências de alguns visionários da segunda metade do século XIX e se radicaliza nas vanguardas do início do século XX, o

fluxo sequencial da sintaxe tradicional começou a ser frequentemente desviado para levar concomitantemente em conta as simultaneidades, os mapeamentos laterais do real. Esse procedimento, mesmo que de maneira incipiente, mostrou que era possível ao expectador/leitor entrar na narrativa da obra quase que em qualquer ponto, sem perder de vista o objetivo geral: criar modos mais criticamente reveladores de examinar a combinação de tempo e de espaço.

A colagem, por exemplo, foi uma dessas técnicas das artes visuais e plásticas que permitia produzir uma obra de arte recorrendo a vários materiais, geralmente dessemelhantes entre si, reagrupando-os num todo para comunicar um novo sentido. Picasso e Braque foram os primeiros cultores plásticos da colagem, inaugurando uma nova estética da fragmentariedade e da surpresa, explorando todas as possibilidades do cubismo. O material de suporte da colagem, que não se restringia já às artes visuais e plásticas, chegando à literatura, podia incluir recortes de jornais e revistas, etiquetas, rótulos, bilhetes de espetáculos, receitas várias, etc. Tratava-se, pois, de um conceito que necessitava da citação e do *pastiche*. Tratava-se, sobretudo, de um ato de reapropriação de elementos preexistentes, mas que, isolados entre si, não formavam um sentido. O artista procedia à colagem não para recuperar um sentido perdido ou oculto, mas, muitas vezes, para parodiar sentidos esperados ou convencionais. A criação de uma colagem raramente tem como objetivo a restauração ou remediação de um sentido: visa antes à desintegração, à ruptura e ao choque visual com os sentidos reconhecidos nos elementos colados. Além da colagem, outros procedimentos como a técnica do *cut-up*, do *pastiche*, da paródia, entre outros, serão instrumentos de subversão da ordem linear, da hierarquização e do estancamento característicos das formas tradicionais de linguagem não mais aptas para representarem a complexidade da vida moderna.

Como ficou dito acima, essas técnicas não se limitaram às artes visuais e plásticas, chegando à literatura. Dessa maneira, voltarei minha discussão para o que me interessa aqui – aquela poesia que explora seu aspecto plástico e material para criar formas estruturantes produtoras de sentidos que possam ser aprendidos simultaneamente, sinesteticamente, sinteticamente, sincreticamente; enfim, de uma maneira que possibilitem acessar o texto poético em sua forma objetual, isto é, em sua materialidade visível, palpável e audível, para além do meramente conceitual.

Nessa ampla categoria encontramos muitos termos para designar esse procedimento poético em suas especificidades, tais como poesia fonética, poesia objetiva, poesia concreta, poesia espacial, poesia intersemiótica, poesia digital, entre outros. O que assemelha essas diferentes categorias, a meu ver, é que, ao tenderem à objetividade, deixam de funcionar como veículos de conteúdo moral ou filosófico, ao mesmo tempo em que deixam de ser a expressão de um *ego cogitantis*, auto-centrado em sua subjetividade e, dessa maneira, passam a ser uma poesia de todos e para todos. Essa objetificação da linguagem, enquanto esfera autônoma em relação ao indivíduo e sua ideologia, liberta a palavra para que adquira um poder estético capaz de comunicar uma realidade universal. Na raiz dessa liberação estão as profundas mudanças acarretadas pela modernidade.

Isso posto, passarei a focalizar a mudança que operou a mudança mais radical nos nossos modos de representação – a substituição da palavra pela imagem nos processos comunicacionais, juntamente com a predominância da simultaneidade sobre a linearidade, da espacialidade sobre a temporalidade, da exterioridade sobre a interioridade. Processo a que não ficarão imunes a teoria e a crítica literária e que alterará não apenas os modos de representação, mas, sobretudo, as formas de percepção. O discurso moderno, especialmente a partir das primeiras duas décadas do século XX, inaugura uma nova sensibilidade a partir do advento das novas tecnologias que pressupõe a imbricação entre o desenvolvimento da tecnologia e a constituição da cultura, de forma que, ao falar de uma nova forma de

percepção, imediatamente pensemos na relação – entre as tecnologias, os meios de comunicação e os nossos hábitos perceptivos – que subjaz ao fazer artístico daquele momento. Benjamin já demarcava essa mudança em nossa estrutura perceptiva quando escreveu *A Obra de Arte na Era de sua Reprodutibilidade Técnica* (1936), formulando que o meio pelo qual se organiza a percepção humana passa, não só pelo condicionamento natural de nossos órgãos, mas também pelo condicionamento histórico-cultural.

Há uma tendência em alinhar o conceito de modernidade com a emergência da burguesia durante o século XIX na esteira da Revolução Francesa e sua adesão aos princípios do racionalismo e do positivismo. Por essa perspectiva, portanto, a modernidade é vista como o corolário da racionalidade ilustrada, com suas crenças na ciência e no progresso como instrumentos de redenção da humanidade. Em seu texto *Dialética do Esclarecimento* (1985), Adorno e Horkheimer equiparam o conceito de ilustração com o de totalitarismo, ao entender a racionalidade esclarecida como um modo de pensar comprometido com a ideia de conhecimento enquanto um instrumento de domínio da natureza, incluindo a natureza humana, cujos fins messiânicos foram atingidos na época em que escreveram sua obra, tendo seu emblema mais macabro nas execuções tecno-científicas dos campos de concentração nazistas, bem como na detonação das bombas atômicas sobre Hiroshima e Nagasaki.

Já autores como David Harvey (2003) ou Fredric Jameson (2002), passadas duas ou três décadas, então dentro de outro estágio de arranjo das relações sociais, colocaram menos ênfase na racionalidade instrumentalizada e se concentraram mais na ideologia e no advento do capitalismo industrial como elemento liberador de forças de “destruição criativa”, segundo a ideia marxiana de que o capitalismo, por sua natureza revolucionária na economia, põe em jogo de maneira simultânea forças criativas e desagregadoras. É justamente a fase de expansão do capitalismo industrial, a partir do século XX, que diferencia a época moderna de tudo o que houve antes. Assim, o capitalismo, na visão de Marx, deve ser entendido como “um sistema social que internaliza regras que lhe permitam permanecer como uma força permanentemente revolucionária e desagregadora em sua própria história no mundo” (HARVEY, 2003, p. 107). Portanto, uma revolução constante nos meios de produção, associada a um ininterrupto esgarçamento de todas as relações sociais distinguem esse período. Para citar o próprio Marx

Todas as relações fixas, enrijecidas, com seu travo de antiguidade e veneráveis preconceitos e opiniões, foram banidas; todas as novas relações se tornam antiquadas antes que cheguem a se ossificar. Tudo que é sólido desmancha no ar, tudo que é sagrado é profano, e os homens finalmente são levados a enfrentar (...) as verdadeiras condições de suas vidas e suas relações com seus companheiros humanos. (MARX apud BERMAN, 1998, p. 20)

Harvey, em *A condição da Pós-modernidade*, afirma que, desde a metade do século XIX, o capitalismo tem passado por crises sucessivas de sobre-acumulação, levando a um fenômeno que ele denomina “compressão espaço-tempo”, e o leva a dizer que “o progresso implica a conquista do espaço, a derrubada de todas as barreiras espaciais” (2003, p. 190). Esse processo leva a experiências novas e desorientadoras nas formas de percepção de espaço e tempo e, por conseguinte, instaura uma crise na representação espaço-temporal, estimulando respostas estéticas inusitadas.

Cada vez menos os indivíduos são determinados por seu lugar no mundo ou sua posição na sociedade em que vivem em termos de classe, raça, gênero, etc. Cada vez mais o que os define é a função que desempenham na sociedade e no mundo através de sua percepção dos fatos, da informação, das linguagens e da tessitura que alinhava estes na sua visibilidade espacial. Já vivemos nesse novo ambiente e nos adaptamos aos seus movimentos e sua forma de se organizar.

A poesia, desde o início da modernidade se metamorfoseou, passou da recitação para a constelação, da contemplação para a ação, da frase para a estrutura. Ao se estender para além da página impressa, para os espaços liminares, fronteiros, com outros sistemas de representação e comunicação, tais como a pintura, a fotografia, o cinema, o *design* e a publicidade, entre outros, a poesia passou a reclamar novos meios de realizar a experiência poética. Na medida em que artistas e escritores começam a acessar uma gama de recursos técnicos mais vasta, novos métodos de ampliar a experiência do leitor se tornam possíveis. As possibilidades de se ler uma obra podem se alterar conforme a visada, o ordenamento e a espacialização dos seus signos. A experimentação com essas novas tecnologias, desde o arranjo tipográfico na página impressa até os poemas digitais, estende o limite da poesia.

## **2. A crise da arte e da linguagem instaurada pela modernidade**

O advento da modernidade estabelece marcos definidores, que formam seus quadros de referências epistemológicos, sociológicos e estéticos, e sinalizam para uma grande mudança de paradigmas. A hora e o local dessa mudança não são de fácil localização. Octávio Paz (1984) hesita em situá-la no florescimento das cidades mercantis, no período das grandes navegações ou no século XIX, com a autofagia crítica instaurada pelo iluminismo que dará origem a uma tradição de rupturas. Hans Robert Jauss (1996), em seu artigo *Tradição literária e consciência atual da modernidade*, retrocede a períodos mais longínquos. Mas o fato é que, a certa altura do século XIX, houve uma ruptura decisiva e irreversível entre a modernidade enquanto um estágio na história da civilização ocidental – um produto do progresso científico e tecnológico, da revolução industrial e das transformações avassaladoras realizadas pela economia capitalista – e modernidade enquanto conceito estético.

De um lado temos a ideia burguesa de modernidade, isto é, a da continuidade do projeto iluminista com seus postulados teleológicos sobre a crença no Progresso inevitável, confiança nos benefícios decorrente dos avanços na ciência e na tecnologia, racionalização do tempo e da produção, ideal de liberdade com um humanismo abstrato, pragmatismo, culto da ação e do sucesso. De outro, a atitude anti-burguesa que acarretaria nos movimentos de vanguarda, com sua crítica conta a mentalidade filistina daquela outra modernidade, que aprofundaria a alienação do escritor romântico e o isolaria no universo autônomo da arte pela arte e sua repulsa pela banalidade e falta de sentido da vida moderna. Contra o pragmatismo e o utilitarismo, a arte como instrumento de resistência.

Vemos aí duas formas de reação cultural ao novo ambiente: de um lado, uma que tenta engajar-se com as transformações e reviravoltas sociais e com as experiências intensificadas pela violência do meio urbano; de outro lado, uma que se distancia, se retira, evitando os choques e acotovelamentos de um ambiente social alienado e alienante para refugiar-se um mundo estético e nostálgico.

Pode-se dar, entretanto, um compartilhamento desses dois impulsos, e termos uma modernidade internamente dividida e confusa, ou esquizofrênica. Peter Burger

defende essa tese no seu já clássico *Teoria da vanguarda* (1993), em que tenta elaborar uma teoria sobre os movimentos culturais desde a virada do século até a Segunda Guerra Mundial. Ele faz uma distinção clara entre modernismo e o que ele chama de as vanguardas históricas. Modernismo é entendido por ele como um gesto de auto-proteção. Para exemplificar, ele toma frequentemente o caso de *A terra devastada* de T. S. Eliot como um caso paradigmático da tentativa do texto modernista recusar ou evitar sua indiferenciação ou homogeneização por um utilitarismo burguês, ou, num estágio posterior, por um mercado de consumo de massa. Assim, o texto modernista cerca-se de um discurso defensivo, de modo a resistir a um processo de redução a mera mercadoria, numa clara relação antagônica com a modernidade. Se por um lado busca adensar sua textualidade, ou sua tessitura, para evitar sua apropriação, por outro se encontra ainda preso a um desejo de reorganizar os cacos produzidos pela desestabilização provocada pela modernidade em um todo orgânico e gerador de significados.

O importante para Burger, contudo, é que o artefato modernista, por sua natureza esquizóide, não consegue reconhecer sua postura defensiva como sendo ideologia, bem como tampouco interroga sua própria condição enquanto arte, alinhando-se a uma política reacionária que valoriza seu papel institucional de arte autônoma, distanciando-se da multidão, das massas. Vemos, nessa atitude, que aquela suposta autonomia estética, dentro de uma sociedade burguesa, enquanto domínio privilegiado de uma liberdade artística, está, na verdade, a serviço do sistema capitalista, provendo-o de um espaço institucional pretensamente neutro no qual é possível acreditar que se é livre.

Por outro lado, ainda segundo Burger (1993), a vanguarda reconhece essa atitude “apolítica” do modernismo e rejeita a ilusão de autonomia da arte dentro de uma “alta” cultura legitimadora e auto-indulgente. A vanguarda toma o caminho inverso de uma abertura às energias criadoras da cultura popular e mesmo da cultura de massa. Ao contrário da alta cultura, busca, ao levar sua arte para as ruas, fazer de seu projeto estético um elemento transformador de toda a esfera social e não apenas de uma elite.

Essa é, obviamente, uma visão dualista e simplificadora do papel histórico desenvolvido pelo modernismo e pelas vanguardas que merece uma problematização. Se fizermos uma revisão da história do conceito de vanguarda, torna-se aparente que quando usado pela primeira vez aplicado a movimentos artísticos, isto é, antes do modernismo, os movimentos de vanguarda eram considerados forças aptas a levarem a sociedade adiante, forças propulsoras em termos sociais e políticos, portanto, e não apenas bastião de valores estéticos numa época em que o consumismo das massas ameaçava as bases do que se tinha por beleza na arte. Contudo, ironicamente, hoje, ao referir-se às vanguardas, geralmente falando, o que é chamado de arte de vanguarda é entendido como uma arte totalmente despolitizada, uma faceta do modernismo, segundo a visão de que o modernismo enfatiza duas dimensões:

- 1) uma preocupação com a forma; e
- 2) a autonomia da arte em relação a outras preocupações da vida social.

A emancipação da linguagem poética, e da arte em geral, ocorrida no século XIX provocou, como afirma Haroldo de Campos, uma separação entre o plano do discurso (referencial) e o do próprio ser reflexivo da arte (poético e metalinguístico). Há então um descolamento da arte em relação à sua função tradicional de manifestação da superestrutura alienada, como vaticinou Marx, para se tornar instância supérflua e autônoma, de modo que, como também constatou Hegel, a reflexão sobre a arte passou a ser mais importante que a própria arte (CAMPOS, 1997, p. 254).

Essa tomada de consciência da crise da linguagem e da própria arte se dá em um momento que emerge uma nova sensibilidade à pele dos artistas do século XIX e essa estética do mundo urbano-industrial, a qual Baudelaire chamará de *modernité*, é a forma de extrair do efêmero e do transitório o que ele tem de eterno. Maior será o grau de poesia quanto mais beleza se extrair do instante que passa. E o belo para Baudelaire

é feito de um elemento eterno, invariável, cuja quantidade é difícil de determinar, e de um elemento relativo, circunstancial, que será, por assim dizer, sucessivamente ou ao mesmo tempo, a moda, a moral, a paixão. (1991, p. 104)

Para Baudelaire, há beleza duradoura nos fenômenos, que permanecem através de diferentes épocas e há a beleza do acidental, do instantâneo. Essa última beleza, a da modernidade, para que seja digna de tornar-se antiguidade, deve ser extraída pelo artista com todo o mistério “que a vida humana coloca nela involuntariamente” (BAUDELAIRE, 1991, p. 104). Esse trabalho, o de dar forma estética ao moderno, cabe aos artistas como Constantin Guys, cuja sensibilidade ligeira e aguçada lhe permite traduzir em seus rápidos esboços e aquarelas o efêmero e o transitório, isto é, a natureza momentânea e dinâmica da vida citadina. Desse modo, o fenômeno urbano demanda uma nova forma de apreensão do espaço e uma nova maneira de representá-lo.

Para extrair essa beleza do efêmero e ser “absolutamente moderno”, o artista tem de, nas palavras de Rimbaud (1995), criar e cultivar verrugas no próprio rosto, querendo dizer com isto que o primeiro estudo para o poeta é o seu próprio conhecimento, por inteiro, a busca pela sua alma. Para inspecioná-la, experimentá-la, apreendê-la, entretanto, ele inevitavelmente levará ao limite o seu instrumento – a linguagem poética. A segunda metade do século XIX e início do século XX caracterizam-se não apenas por essa radicalização interior do artista em relação ao seu lugar na sociedade, mas ocorre nesses dois momentos profundas transformações nos diferentes *media* de que ele se utiliza em sua investigação; daí decorre uma crise da linguagem e sua sintaxe tradicional. Vejamos o que diz Haroldo de Campos a respeito dessa crise:

A crise da linguagem coincide com o surgimento da civilização tecnológica, com a crise do pensamento discursivo-linear em arte, com a superveniência daquilo que Marshall McLuhan chama a civilização do mosaico eletrônico, uma civilização marcada não pela ideia de princípio-meio-fim, mas pela da simultaneidade e interpenetração, de compressão da informação, tal como foi anunciada pela conjugação da grande imprensa com o noticiário telegráfico. (CAMPOS, 1997, p. 255)

Assim, a tecnologia e seu desenvolvimento exponencial nos campos da comunicação e das artes têm suscitado debates acerca das possibilidades geradas por esse desenvolvimento, levando-nos a perceber como crise seus efeitos sobre o homem e seu entorno, bem como sobre os diferentes *media* criados para comunicar essas transformações. Ora, na base de todo ato comunicativo, nos deparamos com novas possibilidades de se fazer representar a multiplicidade que está na raiz da práxis social. O que ressalta neste artigo é o fato de que o surgimento e evolução das máquinas alteraram não apenas os meios de produção e as relações sociais, mas também os meios de representação do real.



### 3. A velocidade e o tempo devorador da máquina na origem da iconofagia pós-moderna

“Tempo e Espaço morreram ontem. Nós já vivemos no absoluto, porque nós criamos a velocidade, eterna, omnipresente.” Assim Fellipo Tomasio Marinetti, (1980, p. 34), expressa o espírito de uma nova época, deslumbrada com os avanços técnicos que marcaram o início do século XX. As tendências vanguardistas pretendiam habitar o devir, e a valorização do futuro se impôs dentro do sistema de valores da modernidade, cuja escala se orienta por valores cronológicos.

Entre 1913 e 1920, inúmeras publicações futuristas floresceram, em cujas páginas encontram-se composições destinadas a realizar o que os futuristas chamavam *parole in libertà*. Com o objetivo de mimetizar a velocidade e o dinamismo da vida contemporânea, este novo tipo de poesia refutava a gramática e a pontuação convencionais e buscava recursos vindos de sistemas não-verbais, trazendo para o primeiro plano a dimensão do espaço. Diferente da escrita, que opera através de um procedimento linear, encadeado e temporal, as imagens orientam o olhar no sentido do simultâneo, do fragmentário e do espacial. Da interioridade mais profunda da imagem escrita, saltamos para a exterioridade plana da imagem.

Esse descolamento da lógica e da percepção orientada pelo logocentrismo para um predomínio de uma visualidade permitiu, ao mesmo tempo, o aparecimento de um ambiente tecnológico e um novo imaginário capazes de inaugurar uma nova era do sensível, os quais produzem em nossas sociedades novos regimes cognitivos e sensitivos e, por conseguinte, uma nova maneira de sentir, que contrasta com sistemas anacrônicos e eletivos, vigentes até a primeira década do século XX, assentados sobre uma hierarquização entre alta e baixa cultura, entendida esta última como a cultura da visualidade, da oralidade e de tudo que não se encaixe na lógica ordenada e na “sensibilidade” intelectualizada daquela primeira.

Vale aqui observar, no que tange à literatura, de que maneira essa sintaxe restrita, na qual as palavras foram substituídas pela ação, forneceu a base para uma reforma da linguagem poética. O poeta franco-suíço Blaise Cendrars, um dos criadores da poesia cubista, foi um dos primeiros a entender que a arte modernista deveria olhar para a frente e não ignorar seu papel comunicativo. Para ele, depois de se apropriar da cultura de massa, ela deveria, para usar um de seus termos, “elastizar” e conscientemente subverter suas formas.

Cendrars visitou esporadicamente o Brasil, e se apaixonou pela cidade de São Paulo, onde iria passar longos períodos durante a década de 1920. Após a guerra, curiosamente, Cendrars publicou um livro de poemas intitulado simplesmente *Kodak*. Segundo Nicolau Sevcenko,

O título diz o essencial sobre o livro. Cendrars não queria comentar, nem fazer reflexões, nem mesmo poetizar os temas sobre os quais escolheu escrever. Seu único objetivo era revelar esses temas da maneira mais direta, retendo apenas o impacto que poderiam ter causado em seus sentidos no momento em que pela primeira vez chamaram sua atenção. Em poucas palavras, ele queria suprimir a consciência, em todas as suas formas, do fazer poético. Queria reduzir sua percepção à de um celuloide coberto por uma solução química de sais de prata, como o filme numa câmara Kodak. O poeta torna-se assim uma máquina de retratos, e as máquinas são uma outra metáfora da ação contínua e não reflexiva. Um rápido olhar sobre Mário de Andrade, Oswald de

Andrade ou Luís Aranha basta para vermos o quão enraizado eles estavam nos princípios estéticos de Cendrars, coisa que eles próprios muito se orgulhavam de proclamar. (1993, p. 86)

Cendrars possuía essa fome pela imagem, e sua relação com as artes plásticas era muito explícita: movimento, espaço, compulsão em tornar sensível a profunda imbricação entre espaço e tempo. As vanguardas se beneficiaram especialmente das pesquisas sobre a cronofotografia do fisiologista francês Etienne Jules Marey (1830-1904), que era médico e procurava mapear a fisiologia e a fisionomia dos corpos em movimento. Criou então um sistema que lhe permitia, por meio da fotografia em movimento, encontrar todos os momentos do movimento, desenhando fenômenos que a câmara atestava e os quais, porém, os nossos olhos não conseguiam captar. O que Marey procurava eram os interstícios dos corpos em movimento. Esses espaços em branco que pareciam escapar-nos sempre. Descrever, fotografando ou filmando, uma realidade física como o movimento significava, pois, dar conta do real, de todo o real. Partindo dos estudos de Marey, os futuristas, de todos os tipos, irão teorizar sobre essa ideia de uma quarta dimensão reivindicada pelos pintores e obtida pelo processo que Robert e Sonia Delaunay chamaram de “contrastes simultâneos da cor” (PERLOFF, 1997, p. 40).

Para obter os mesmos efeitos na poesia, os poetas passam a se utilizar de técnicas que desconstruem e dinamizam o verso tradicional, tornando-o apto a expressar a velocidade e a fragmentação do mundo moderno. Na *Prose du Transsibérien et de la petite Jeanne de France*, um poema publicado pela primeira vez em Paris, em 1913, com a artista plástica Sonia Delaunay-Terk, na forma de um grande cartaz desdobrável, no qual pretendiam justapor poesia e pintura, Blaise Cendrars utiliza o verso de maneiras inusitadas, na ansiedade de dar forma à ânsia de devorar todas as faces do real simultaneamente.

Pourtant, j'étais fort mauvais poète.  
Je ne savais pas aller jusqu'au bout.  
J'avais faim  
Et tous les jours et toutes les femmes dans les cafés  
Et tous les verres  
j'aurais voulu les boire et les casser  
Et toutes les vitrines et toutes les rues  
Et toutes les maisons et toutes les vies<sup>1</sup>

O trem, máquina devoradora de distâncias, torna-se, para Cendrars, o franqueador da nova perspectiva capaz de revelar o espaço como cenário dinâmico onde os objetos e eventos convergem para uma temporalidade compacta. Essa implosão libera forças até então represadas na cadeia da sintaxe linear do pensamento organizado. Como “uma trovada sob o crânio de um surdo”, a poesia simultaneísta traz para dentro do verso, além das múltiplas facetas da dimensão visual, a dimensão acústica. Não por acaso o poema de Cendrars traz como subtítulo um dedicatória aos músicos (*dediée aux musicien*), o que a priori parece contradizer a associação do poema com a ilustração de Sonia Delaunay, ou seja, com o elemento puramente não-verbal da pintura. Essa aparente contradição não passa despercebida por Marjorie Perloff, quando afirma que:

<sup>1</sup> Disponível em <http://www.bossuet.org/contenu/cendrarstranssiberien.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2010.

se o *avant-guerre* é, como posso argumentar, o período da ruptura artística – a ruptura dos gêneros estabelecidos e das formas do verso assim como da integridade do meio (*medium*) –, o próprio título e a dedicatória do poema de Cendrars armam o palco para esse processo. Pois aqui, somos informados, está um poema que é verdadeiramente uma prosa e, além disso, um texto verbal que é ‘dedicado aos músicos’, ainda que o verbal seja absorvido pelo visual da pintura de Sonia Delaunay. (1997, p. 57)

Portanto, na base de tal operação está a aspiração do artista a um meio (*médium*) capaz de realizar a convergência necessária para representar o caleidoscópio em que o real se transformara. É preciso considerar, já nessa época, o advento dos meios sonoros, principalmente o rádio, e sua ação sobre a audiência, como um tambor tribal capaz de causar ressonância simultânea na psique do ouvinte através de imagens auditivas.<sup>2</sup>

Em *La Prose du transsibérien et de la petite Jeanne de France*, o texto fonético está estruturado em sons que requerem uma realização acústica, que se diferencia da tradicional poesia declamada ou recitada por meio da introdução de técnicas fonéticas, ruídos e sobretudo por seu caráter experimental.

Les démons sont déchaînés  
Ferrailles  
Tout est un faux accord  
Le broun-roun-roun des roues  
Chocs  
Rebondissements  
Nous sommes un orage sous le crâne d'un sourd...

Certamente os poetas há muito tempo se utilizam das palavras evocando a imagem visual mediante acentuação da sonoridade como forma de presentificar, através da audição, uma coisa que não está presente. Entretanto, em *La Prose* verificamos esse “deslizamento constante, essa erosão de contornos, seja no nível da narrativa ou da imageria ou da sintaxe, que faz a viagem de Cendrars parecer tão curiosamente contemporânea” (PERLOFF, 1997, p. 49). Som, imagem e escrita convergem para esse texto *verbi-voco-visual*, como diria mais tarde os nossos concretistas. Publicado em 1913, em *Les hommes nouveaux*, e chamado de *Le premier livre simultané*, o poema-pintura foi impresso em uma única folha de papel, dividida ao meio, que se desdobrava em vinte e dois painéis.

Além disso, *La Prose*, com toda a sua estratégia de divulgação que cercou seu lançamento, faz com que Perloff veja nela não apenas mais um poema, “mas um acontecimento, um sucesso” (1997, p. 44), um predecessor dos *hapennings* dos dadaístas e das artes performáticas contemporâneas, e se concretize como uma “particular versão da modernidade”, que faz dele um emblema especialmente adequado do que ela chama de “momento futurista” (p. 33).

Outro aspecto que Perloff observa, e que me interessa nesse trabalho, é a proximidade que ela estabelece entre o poema de Cendras e um cartaz publicitário, ao dizer que:

o poema pintura como uma espécie de cartaz de propaganda – eis a analogia contida no âmagô das *parole in libertà*, as “palavras em liberdade” artificialmente arranjadas na

---

<sup>2</sup> Consultar Marshall McLuhan (1974, p. 338).

página em tipologias e cores diferentes. Mas a transformação da página convencional que se acha em La Prose (...) é especificamente relacionada pelo próprio Cendrars com a disposição do ‘resplandecente’ quadro para anúncios. “A flor da vida contemporânea”, como ele mesmo chama jocosamente a publicidade, numa curta peça chamada “Publicidade = Poesia” (1927), “é o mais caloroso sinal do vigor do homem de hoje – na verdade, uma das sete maravilhas do mundo”. (1997, p. 47)

Para dar uma expressão estética à intensa e tumultuada vida moderna, a poesia futurista encontra a publicidade. Esta era a chave para abrir a janela da paisagem industrial e atingir a sensibilidade rápida das massas urbanas. Quando Cendrars afirma que “A função da poesia é jogar os tesouros de qualquer um pela janela, entre as pessoas, dentro da multidão, dentro da vida. Eu jogo dinheiro pela janela”, parece estar reconhecendo essa necessidade de um apelo impactante, embora não necessariamente demagógico ou mercantilista, se a arte de vanguarda quiser atingir a sua meta final e utópica. Vemos, por um lado, o compromisso de que “é preciso mudar a vida” (Rimbaud) e de que “a poesia deve ser feita por todos, não apenas por um” (Lautréamont), de outro a arte como despojada de egoísmos. No front dessa utopia estético-revolucionária havia que se fazer a revolução na arte, ao mesmo tempo em que pôr arte a serviço da revolução.

Aqui no Brasil, nossos jovens poetas da época não ficarão indiferentes a essas novas experimentações estéticas. Nelson Ascher, escrevendo sobre Luís Aranha, diz que o que valia para a Europa, em termos de transformações tecnológicas e culturais, valia para o Brasil. Aqui havia menos acidentes ferroviários e menos greves, pois havia menos trens e indústrias (ARANHA; ASCHER, 1984, p. 09). Mas a vida cotidiana dos homens concretos, vivendo numa cidade em ebulição modernizante como São Paulo, alterava-se profundamente. Aqui a poesia também precisava adequar-se a uma estética capaz de representar o cenário internacional de um mundo sacudido pela guerra e a psicanálise, pela revolução russa e os surtos inflacionários, pelo cinematógrafo e o aeroplano. Como bem aponta Ascher, “entre o divã do psicanalista e o partido revolucionário, a infinidade de bens de consumo e o *merchandising*, a poesia alterou sua estratégia mercadológica” (ARANHA; ASCHER, 1984, p. 10-11). Luís Aranha, ávido leitor dos vanguardistas europeus, foi, dos nossos primeiros modernistas, o que melhor traduziu essa tendência de trazer para dentro da poesia códigos de outros meios de comunicação, como no início de sua épica futurista “Drogaria de éter e de sombra”. Podemos ver até mesmo em sua poesia aquele distanciamento crítico que mais tarde proporá Walter Benjamin (2000) em relação à nova escritura da cidade, notadamente na absorção consciente do vozerio urbano:

DROGARIA  
SOCIEDADE ANÔNIMA

Produtos Químicos e Farmacêuticos  
Especialidades em artigos para toilette  
Perfumarias Finas  
Aparelhos e objetos de cirurgia  
Importação direta  
Atacado e varejo  
Preços módicos  
Informações gratuitas  
As contas são liquidáveis invariavelmente  
No fim de cada mês  
Vende-se  
Livro de Ouro do Veterinário  
Manual do Farmacêutico  
Formulário de Chernoviz  
Tratado de Versificação

Como se pode notar, já de início o poema se abre com a linguagem publicitária de uma placa de propaganda que salta para dentro do poema sem qualquer aviso. Não há qualquer lirismo, apenas a apropriação do elemento visual da cidade moderna. Porém a apropriação se dá mediante a ironia paródica no processo de descontextualização e recontextualização. Na estrofe seguinte o contraste entre a interioridade do eu-lírico e a exterioridade do mundo social contrapõe o poeta e a impossibilidade de ser poeta num mundo dominado pela fúria devoradora do mercado.

Eu era poeta...  
Mas o prestígio burguês dessa tabuleta  
Explodiu na minha alma como uma granada.

Mais adiante, novamente a oposição entre poesia e o mundo moderno cuja influência norte-americana se faz sentir por meio do cinema – já então divulgador do novo *modus vivendis* apoiado na economia de produção e consumo de massa.

Processo financeiro dos milionários  
norte-americanos  
Que via no cinematógrafo:  
Multiplicação incessante da riqueza  
De ano em ano  
Com acumulação dos juros ao capital...  
Procriação e desenvolvimento das drogas na prateleira  
Pelos métodos científicos moderníssimos...  
Prestígio dos comerciantes fortes  
Desvalorização crescente da poesia...

A lógica mercantil é perversa, uma vez que inverte os velhos conceitos essência/aparência. No mercado, uma mesa deixa de ser o que é, para se tornar um produto cuja forma depende das leis volúveis do mercado. Já a arte, para sobreviver deve inverter essa lógica, travestindo-se de mercadoria, como diz Nelson Asher, “não só para

sobreviver, mas também para melhor realizar através desta inversão, sua essência antimercantil” (ARANHA; ASCHER, 1984, p. 10)

Encontramos, no fazer poético de Luis Aranha, procedimentos semelhantes aos que utilizava Cendrars, isto é, a catalogação de nomes próprios e de imagens concretas, a estrutura paratática, a sintaxe sincopada para captar o “atropelo veloz dos eventos modernos” como diz Antonio Risério sobre a poesia de Luis Aranha (ARANHA; ASCHER, 1984, p. 139), somando-se a isso técnicas, no mínimo raras para a época, como o apelo ao subconsciente ou o enquadramento de poemas dentro de um mesmo poema, como acontece com o “Poema Giratório” e os dois haicais dentro do “Drogaria de éter e de sombras”. Há na sua poesia muita coisa de melopaico e espacial, que muitas vezes obedece a um processo ideográfico de composição. Deste modo, embora sua poesia inovadora tenha ficado relegada ao silêncio, os concretistas iriam posteriormente recuperá-la criticamente através de suas “revisões”.

Quem conhece o movimento concretista sabe que essa transposição do código icônico da publicidade para o verbal da literatura era uma das preocupações dessa corrente que buscou romper com o discurso lógico e linear do verso tradicional, para conferir à palavra um status semiótico que, além do verbal, incorporasse também valores gráficos e fônicos que levassem à superação dos laços sintáticos em favor de uma conexão direta entre as palavras, principalmente através de associações paronomásticas.

Dotada de um rigor (des)construtivista, essa prática radicaliza as propostas anteriores e vai dar lugar às experiências sinestésicas da arte contemporânea, como os “poemas semióticos” de Décio Pignatari. Na verdade, essa prática constitui-se em uma tradição que teve início com Mallarmé (*Un Coup de Dés*), foi desenvolvida por outros autores como Apollinaire, Pound, Joyce, Cummings, as vanguardas do início do século e prosseguiu na desmontagem das estruturas verbais do discurso contratual, insuficientes para abranger o universo da imaginação e da sensibilidade do mundo moderno.

#### **4. *Un Coup de Dés*: uma antevisão da constelação pós-moderna**

Haroldo de Campos, ao investigar a origem dessa espacialização na escrita poética, escreve que Jaus, ao criticar a visão benjaminiana de Baudelaire, sobretudo quando esta enfatiza a função negativa nas relações entre poesia e modernidade, nega o caráter passivo da poesia contida em *Les Fleurs du Mal* como testemunho histórico da existência desnaturada da massa urbana e como “desmascaramento crítico, que indigita a ‘sensação da modernidade’ como perda da ‘aureola’ da aura na vivência do choque” (1997, p. 257). Ainda, escreve Campos, o teórico da estética da recepção enfatiza também a força produtiva da vida moderna e o impulso criador que leva o homem a sobrepujar as condições da natureza e da história, de modo que “A arte não é apenas o índice de uma constelação social existente, mas possui também o poder de antecipar uma constelação futura” (1997, p. 258).

Para Haroldo de Campos, o poema visual de Mallarmé é pós-moderno na medida em que antecipa essa “constelação futura”. Ao levar uma página à potência de um céu estrelado, como afirmou Valéry, Mallarmé realiza uma espécie de “ecumênica suma poética, visualizável e iconizada”, verdadeiro testemunho de “uma crise levada ao seu zênite e prospecto de uma aventura em devir (CAMPOS, 1997, p. 259). Obra, portanto, premonitória, que propõe uma revolução que não se limita apenas ao nível lexical e semântico, mas também ao sintático e epistemológico. Segundo Campos, ao

romper a clausura da estrutura fixa e estrófica, o poema dispersa a medida tradicional do verso e, ao realizar isso, rompe com a clausura metafísica do Ocidente, indicada por Derrida, em sua obra *Gramatologia* (1973), apoiada em um modelo épico-aristotélico e pela linearidade da concepção clássica-ontológica da história (1997, p. 260).

Essa função antecipadora da poesia na era industrial foi percebida por Benjamin, a despeito da crítica que lhe faz Jauss, quando, falando do *Coup de Dés*, diz que “Mallarmé reelaborou pela primeira vez as tensões gráficas do reclame na figuração da escrita” (BENJAMIN apud CAMPOS, 1997, p. 258). O que veio em seguida foi o desdobramento dessa visão luminosa e iluminadora. Ao virar o século, a agitação nervosa, na economia e na cultura, que marcou as primeiras décadas do século XX, estimulou a investigação estética no sentido apontado pelo poema de Mallarmé. Vejamos o que diz Benjamin a respeito:

Posteriormente os Dadaístas empreenderam a pesquisa da escrita, mas o seu ponto de partida não era a construtividade e sim, antes, o acurado reagir dos nevos dos literatos. Por isso a pesquisa dadaísta é muito menos consistente que a de Mallarmé [...] Fica, assim, patente a atualidade da descoberta, daquilo que Mallarmé, monadicamente, no mais íntimo recôndito de seu estúdio, porém em preestabelecida harmonia com todos os eventos decisivos do seu tempo na economia e na técnica, deu a público. A escrita, que tinha encontrado asilo no livro impresso, para onde carregara o seu destino autônomo, viu-se inexoravelmente lançada à rua, arrastada pelos reclames, submetida à brutal heteronomia do caos econômico. (apud CAMPOS, 1997, p. 259)

Essa ideia monádica do poema como uma galáxia de signos frequentou a imaginação de um arco de tendências vanguardistas que vai das primeiras experiências cubistas de Apollinaire, passando pelos futuristas, dadaístas, surrealistas, por e. e. *cummings*, Ezra Pound, pelos concretistas, e por experimentações mais recentes que se valem das mais recentes tecnologias como os recursos gráficos digitais. A diferença é a possibilidade de estender a experimentação poética para além da página impressa. Na medida em que os artistas podem acessar um mais amplo leque de recursos tecnológicos, novos métodos de ampliar a experiência do leitor tornam-se possíveis. O significado de um poema digital como esse é gerado interativamente na medida em que o leitor atua sobre o poema, e as linhas e versos aparecem, desaparecem e se combinam. Novos potenciais para associação, justaposição e camadas de significados são possibilidades em tempo real, que se torna um componente básico da experiência poética.

O que aconteceu é que a partir da segunda década do século passado as coisas mudaram devido às pressões das novas descobertas, da sofisticação dos meios de comunicação disponíveis e sua influência sobre nossa percepção do mundo e de nós mesmos. A página branca do papel é substituída por um aparato eletrônico com infinitas possibilidades de imbricar texto e imagem em movimento, ao mesmo tempo em que o livro deixa de ser o suporte privilegiado, abrindo caminho para suportes eletrônicos com maior capacidade de memória e mais possibilidades de produção e recepção em seqüências simultâneas de tempo-espço. Aquela aspiração dos simultaneístas – de fundir tempo e espaço – é agora possível no espaço multidimensional da computação gráfica.

Os traços fundamentais da cultura pós-moderna incluem técnicas que derivam do arsenal de meios de produção e reprodução disponíveis para a criação artística, tais como o pastichamento, a colagem, a parodização, que são vulgarmente tomados como sendo uma pilhagem de estilos acumulados ao longo da história. Na verdade, o fato de estes procedimentos se constituírem em técnica de composição é uma tendência natural de qualquer conceito literário; como vimos, a colagem, por exemplo, embora se constitua em procedimento que tem origens mais antigas, foi reincorporada na arte do século XX, com as experiências cubistas como os *papiers collés* de Picasso. Ao justapor no espaço elementos diversos quanto à sua materialidade e sua origem, as fronteiras rígidas entre as diferentes artes visuais.

Períodos em que empréstimos, alusões e referências são utilizados como operações de síntese são cíclicos. Essa popularização de certos procedimentos, comum em épocas de saturação, de decadentismos, é criticada por empobrecer muito a cultura. Enveredar por esse caminho é perigoso, especialmente num momento em que a entrada da informática, da cibernética, das novas mídias possibilita fusões e empréstimos de uma forma jamais pensada. Além do mais, a arte foi desde sempre imitativa. Ela sempre será uma leitura da realidade e uma releitura de outras leituras, o que caracteriza o dialogismo entre diferentes épocas e estilos que está na base da cultura pós-moderna.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, T.; HORKHEIMER, M. *Dialética do Esclarecimento*: fragmentos filosóficos. 2. ed. Tradução de Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- ARANHA, Luís; ASCHER, Nelson (Orgs.). *Cocktails*: poemas. Apresentação Nelson Ascher. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- BAUDELAIRE, Charles. O pintor da vida moderna. Tradução de Maria Salete Bento Cicaroni. In: CHIAMPI, Irlemer (Org.) *Fundadores da modernidade*. São Paulo: Ática, 1991. p. 102-119.
- BENJAMIN, Walter. A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica. In: ADORNO, T. et al. *Teoria da Cultura de massa*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p. 221-254.
- BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar*: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. [1982]
- BURGER, Peter. *Teoria da Vanguarda*. Tradução de Ernesto Sampaio. Lisboa: Vega, 1993.
- CAMPOS, Haroldo de. *O arco-íris branco*. Rio de Janeiro: Imago, 1997.
- DERRIDA, Jacques. *Gramatologia*. Tradução de Miriam Schnaiderman e Renato J. Ribeiro. São Paulo: Perspectiva, 1973.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 2003.
- HUISMAN, Denis. *A Estética*. Tradução de Maria Luísa São Mamede. Lisboa: Edições 70, 1981.
- JAMESON, Frederic. *Pós-Modernismo ou A Lógica Cultural do Capitalismo Tardio*. 2. ed. São Paulo: Ática, 2002.



- JAUSS, Hans Robert. Tradição literária e consciência atual da modernidade. In: KREIGER, Olinto Heidrun (Org.). *Histórias de literatura*. São Paulo: Ática, 1996. p. 47-100.
- LESSING, Gotthold E. *Laocoön, An essay on the Limits of Painting and Poetry*. Trans. Edward Allen McCormick. New York: Bobbs-Merrill C'ompany, 1984.
- MARINETTI, F. T. Fundação e manifesto do Futurismo. In: BERNARDINI, Aurora Fornoni (Org.). *O Futurismo Italiano*. São Paulo: Perspectiva, 1980.
- MCLUHAN, Marshall. *Os meios de comunicação como extensões do homem*. Tradução de Décio Pignatari. 4. ed. São Paulo: Cultrix, 1974.
- OLIVEIRA, Valdevino Soares de. *Poesia e pintura: um diálogo em três dimensões*. São Paulo: Editora UNESP, 1999.
- PAZ, Octavio. *Os filhos do barro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- PERLOFF, Marjorie. *O momento futurista: avant-garde, avant-guerre e a linguagem da ruptura*. São Paulo: Edusp, 1997.
- RIMBAUD, Arthur. *Poesia completa*. Tradução de Ivo Barroso. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995.
- SEVCENKO, Nicolau. Transformações da linguagem e advento da cultura modernista no Brasil. *Estudos Históricos* (Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, v. 11, p. 78-88, 1993.
- SOJA, Edward. *Geografias Pós-Modernas. A reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
- SOURIAU, Étienne. *A correspondência das artes; elementos de estética comparada*. Tradução de Maria Cecília Queiroz de Moraes Pinto e Maria Helena Ribeiro da Cunha. São Paulo: Cultrix, Editora da USP, 1983.